

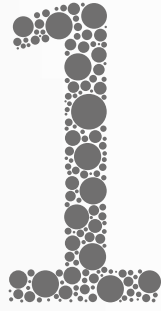


ÍNDICE



| | | |
|---|--|-----|
| 1 O NOSSO ANO | | |
| 1.1 | IDENTIFICAÇÃO SUMÁRIA DO GRUPO | 6 |
| 1.2 | PRINCIPAIS INDICADORES | 10 |
| 1.3 | MENSAGEM DO CEO | 12 |
| 1.4 | PRINCIPAIS DESENVOLVIMENTOS CORPORATIVOS EM 2011 | 13 |
| 1.5 | PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS | 14 |
| 1.6 | AGRADECIMENTOS | 14 |
| 2 O NOSSO NEGÓCIO | | |
| 2.1 | O MERCADO PORTUGUÊS DE TELECOMUNICAÇÕES | 18 |
| 2.2 | EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS | 23 |
| 2.3 | NEGÓCIO DE TELECOMUNICAÇÕES | 29 |
| 2.4 | SSI | 48 |
| 2.5 | ONLINE E MEDIA | 54 |
| 2.6 | RESULTADOS INDIVIDUAIS DA SONAECOM SGPS | 55 |
| 2.7 | O NOSSO COMPROMISSO | 57 |
| 2.8 | O NOSSO SERVIÇO AO CLIENTE | 58 |
| 2.9 | A NOSSA REDE DE TELECOMUNICAÇÕES | 60 |
| 2.10 | OS NOSSOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO | 63 |
| 2.11 | AS NOSSAS PESSOAS | 65 |
| 2.12 | ANEXO | 69 |
| 3 AS NOSSAS AÇÕES | | |
| 3.1 | O MERCADO DE CAPITALIS | 72 |
| 3.2 | EVOLUÇÃO DO PREÇO DA AÇÃO EM 2011 | 73 |
| 3.3 | ESTRUTURA ACIONISTA | 74 |
| 3.4 | AÇÕES PRÓPRIAS | 75 |
| 4 A NOSSA EQUIPA DE GESTÃO | | |
| 4.1 | A NOSSA EQUIPA DE GESTÃO | 78 |
| 4.2 | HABILITAÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO | 80 |
| 4.3 | OUTROS CARGOS DESEMPENHADOS PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO | 82 |
| 4.4 | ARTIGOS 447º, 448º E PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS | 85 |
| 5 O NOSSO MODELO DE GOVERNAÇÃO | | |
| 5.1 | INTRODUÇÃO | 92 |
| 5.2 | DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO | 93 |
| 5.3 | ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS | 104 |
| 5.4 | ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO | 106 |
| 5.5 | POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DO GRUPO E REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO | 119 |
| 5.6 | GESTÃO DE RISCO | 130 |
| 5.7 | OUTRAS INFORMAÇÕES | 149 |
| 5.8 | ARTIGOS 447º, 448º E PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS | 153 |
| 5.9 | ANEXO | 153 |
| 6 O NOSSO DESEMPENHO | | |
| 6.1 | DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DA SONAECOM | 158 |
| 6.2 | ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS | 165 |
| 6.3 | DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA SONAECOM | 225 |
| 6.4 | ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA SONAECOM | 231 |
| 7 DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO ARTº 245, 1, AL.C) DO CÓDIGO DE VALORES MOBILIÁRIOS | | |
| | | 274 |
| 8 CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA | | |
| | | 278 |
| 9 RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL | | |
| | | 282 |
| 10 GLOSSÁRIO | | |
| | | 286 |





1

O NOSSO ANO



- 1.1 IDENTIFICAÇÃO SUMÁRIA DO GRUPO
- 1.2 PRINCIPAIS INDICADORES
- 1.3 MENSAGEM DO CEO
- 1.4 PRINCIPAIS DESENVOLVIMENTOS CORPORATIVOS EM 2011
- 1.5 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
- 1.6 AGRADECIMENTOS

1 O NOSSO ANO



1.1. Identificação sumária do Grupo

A carteira de negócios da Sonaecom compreende fundamentalmente duas unidades de negócio: a Optimus, cuja ambição é tornar-se no melhor operador integrado de telecomunicações em Portugal; e a área de *Software* e Sistemas de Informação (SSI). As mais-valias da Sonaecom decorrem da ambição, da inovação, das capacidades de *marketing* e de execução, qualidades que operam em conjunto com a infraestrutura de telecomunicações, bem como com a capacidade de compreender e superar as expectativas dos clientes.

1.1.1. Sobre a Sonaecom

Missão

A Sonaecom é uma empresa orientada para o crescimento, cuja ambição é ser a melhor prestadora de serviços de comunicações em Portugal, criando um ambiente de eleição para o desenvolvimento do potencial dos melhores profissionais.

A Sonaecom procura de uma forma determinada criar consistentemente produtos, serviços e soluções inovadores que satisfaçam integralmente as necessidades dos seus mercados e gerem valor económico superior.

Acreditamos que a aprendizagem também se faz pelo erro e pelos insucessos, estando conscientes, no entanto, da importância de saber balancear este fator dentro dos padrões regulares de risco.

Responsabilidade Social

Temos um sentido de responsabilidade social ativo de contribuição para a melhoria da sociedade em que nos inserimos, com forte preocupação ambiental e de desenvolvimento do conhecimento humano.

Frugalidade e eficiência

Valorizamos a eficiência e a competição saudável, procurando otimizar a utilização dos nossos recursos e maximizar o seu retorno.

Cooperação e Independência

Adoptamos uma posição de independência e autonomia em relação aos poderes central e local, mas sempre com abertura e predisposição para cooperar com os governos, com o objetivo de melhorar o quadro regulamentar, legislativo e social.

1.1.2. Os nossos valores

Ética e Confiança

Temos como compromisso fundamental a criação de valor económico baseado em princípios de ética e desenvolvimento sustentável, num horizonte de longo prazo e assente em relações de confiança com as nossas partes interessadas.

As pessoas no centro do nosso sucesso

Promovemos o desenvolvimento das capacidades e competências de cada um através dos desafios constantes, da predisposição para a mudança e do trabalho em equipa. Acreditamos que tudo isto, suportado numa cultura interna que promove a meritocracia, é crucial para a atração, retenção e desenvolvimento de colaboradores de elevada capacidade e potencial.

Ambição

É a nossa força orientadora corporizada no contínuo estabelecimento de metas que, mantendo constante a atitude resiliente e corajosa da organização, estimulam e desafiam as nossas competências e acrescentam valor aos nossos clientes.

Inovação

Está na essência e na origem dos nossos negócios. Quebramos de forma sistemática com o convencional e temos a capacidade de surpreender o mercado.

1.1.3. Estrutura e perfil corporativo

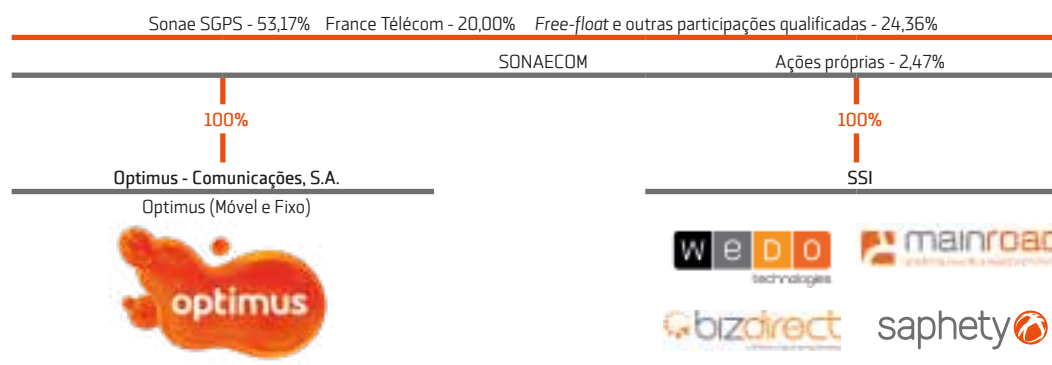
A Sonaecom é a *holding* que controla e gere activamente uma carteira de empresas, divididas em duas unidades de negócio principais: a Optimus, um operador de telecomunicações integrado e convergente; e a área de *Software* e Sistemas de Informação (SSI). Adicionalmente, a Sonaecom integra também a área de *Online* e *Media*, que abarca um conjunto de negócios como o *Miau.pt*, o *Público*, um jornal diário de referência em Portugal, já com mais de 20 anos de existência, e o *Público.pt*, sempre na vanguarda digital dos *media* nacionais.

A Sonaecom conta com dois acionistas de referência, a Sonae SGPS e a France Télécom, que prestam um significativo apoio estratégico aos negócios. Através da Optimus, a Sonaecom é atualmente um dos maiores geradores de tráfego de comunicação em Portugal, com base na sua própria infraestrutura de telecomunicações de âmbito nacional.

A Sonaecom tem sido um agente de transformação ativo no setor das telecomunicações português. A Optimus é, atualmente, o operador integrado melhor posicionado como verdadeira alternativa ao operador incumbente.



Estrutura Simplificada da Sonaecom



Optimus

As atividades de comunicações móveis da Sonaecom são desenvolvidas pela marca Optimus, lançada em 1998, após ter ganho a terceira licença móvel GSM em Portugal. Até 2007, a Optimus Telecomunicações, S.A. era a subsidiária que desenvolvia as atividades de comunicação móveis. Durante 2007, esta entidade foi objeto de fusão, tendo sido integrada na Novis Télécom, S.A. (a nossa anterior subsidiária de serviços de comunicações fixas) e a nova empresa adotou o nome de Sonaecom – Serviços de Comunicações, S.A.. Desde o início de 2010, a empresa adotou a designação Optimus - Comunicações, S.A..

Após um longo caminho de integração dos nossos negócios de telecomunicações, a Optimus

é, atualmente, a marca que abrange todas as atividades de telecomunicações, tendo uma presença significativa em todos os segmentos de mercado. Com o objetivo de obter sinergias, criámos, em 2001, alguns serviços partilhados entre as equipas de fixo e móvel. Posteriormente, fomos pioneiros em convergência técnica ao fundir a infraestrutura de rede e as respetivas equipas. Constituindo a alternativa ao incumbente, a Optimus, ao antecipar as necessidades do segmento de *Corporate* e *PMEs*, apresenta agora equipas comerciais e de *marketing* totalmente integradas, prestando simultaneamente serviços móveis e fixos a este segmento. Em resultado da estratégia de integração seguida, a Optimus – Comunicações, S.A. é, atualmente, a empresa que controla o negócio de telecomunicações da Sonaecom.

A Optimus oferece, em Portugal, uma vasta gama de serviços de comunicações móveis a clientes residenciais e empresariais, incluindo ofertas tradicionais de voz, dados, televisão móvel e um amplo conjunto de soluções móveis e serviços de *roaming*, assim como serviços grossistas a terceiros. Através do seu inovador produto de convergência fixo-móvel, o Optimus Home, da sua oferta líder de serviços de banda larga móvel, o Kanguru, bem como do seu produto inovador e direcionado para um público jovem, o TAG (que se materializa em chamadas gratuitas dentro de uma comunidade), a Optimus consolidou, em 2011, a sua posição no mercado português, com 3,64 milhões de clientes e uma quota de mercado de cerca de 21%.

No que respeita às atividades de comunicações fixas, a Sonaecom está presente tanto no mercado residencial como no mercado empresarial, oferecendo serviços de voz, de dados e de televisão. As operações fixas foram levadas a cabo após a liberalização, em 2000, do mercado de comunicações fixas em Portugal, tendo sido a nossa subsidiária Novis Télécom, S.A. a desenvolver, até 2007, as atividades neste segmento. Tal como mencionado acima, ao longo de 2007, a Novis Télécom, S.A. foi objeto de fusão, tendo integrado a Optimus Telecomunicações, S.A. e adotado a designação social de Sonaecom – Serviços de Comunicações, S.A.. Também em 2007, fortalecemos os nossos serviços de comunicações fixas através da aquisição da Tele2 Portugal e da base de clientes residencial e SOHO de um dos nossos concorrentes.

Ao longo dos anos, temos vindo a fortalecer a nossa posição enquanto operador alternativo e integrado, líder em Portugal, fornecendo serviços de televisão, voz e Internet a clientes residenciais e empresariais, e fornecendo capacidade e serviços de conectividade de voz e dados a operadores de telecomunicações em todo o Mundo.

Software e Sistemas de Informação (SSI)

Estas atividades são desenvolvidas pela divisão SSI, criada no final de 2002, que inclui atualmente quatro empresas: a WeDo Technologies, a Bizdirect, a Mainroad e a Saphety.

A WeDo Technologies é uma empresa fornecedora de soluções de *Business Assurance*, focando a sua atividade na otimização de sistemas e processos de desempenho e de gestão de risco. Ao longo dos últimos dez anos, a empresa instalou as suas soluções em mais de 150 empresas em 80 países espalhados pelos cinco continentes e prestou

serviços de consultoria a mais de 100 operadores de todo o mundo através da bem-sucedida divisão de consultoria, a Præsidium. As *software houses* da WeDo Technologies estão atualmente localizadas em Braga (Portugal), em Dublin (Irlanda) e Poznan (Polónia). Desde 2007, com a aquisição da Cape Technologies Limited (uma empresa com sede na Irlanda), a WeDo Technologies tornou-se líder mundial no mercado de *software* integrado de *Revenue Assurance*.

A Bizdirect, cujos acionistas minoritários são o BPI e a AITEC, é uma das principais empresas de referência na comercialização de soluções TI multi-marca, suportada em parcerias com os principais fabricantes do mercado, e na gestão de contratos corporativos de licenciamento de *software*, baseada em novos modelos de negócio.

A Mainroad é uma empresa líder em tecnologias de informação, fornecendo serviços e soluções de *IT Managed Services*, *IT Security*, *Business Continuity*, e consultoria ITIL, apoiada nos seus *Data Centres*.

A Saphety, uma empresa criada em 2006 a partir das nossas operações de telecomunicações fixas, é um fornecedor de serviços de certificação, faturação eletrónica e segurança em transações B2B. É também uma empresa de referência em automatização de processos de negócio.

No final do ano de 2008, foi tomada a decisão de integrar a anterior unidade B2B da Bizdirect na Saphety, uma reestruturação concebida para capitalizar as sinergias entre as duas empresas. Com a nova e alargada escala e capacidade, o negócio integrado cresceu em várias áreas do B2B, com soluções que abrangem a faturação eletrónica, a segurança de transações eletrónicas, escritórios "sem papel" e soluções de faturação totalmente integradas.

Em julho de 2010, a Saphety Level – Trusted Services, S.A., chegou a um acordo com a Softlimits para a aquisição da sua unidade de negócio B2B "Mercados Eletrónicos". Este acordo teve como objetivo reforçar a posição da Saphety no mercado de faturação eletrónica, uma das suas principais áreas estratégicas.

1.1.4. Fatores de Sucesso

Desde a criação da Sonaecom e o lançamento dos nossos vários negócios, temos vindo a surpreender o mercado com novos produtos e serviços, melhor segmentação, ganhos operacionais significativos, melhoramento contínuo e exploração de sinergias entre os nossos negócios.

Tendo em consideração as características do mercado e os nossos concorrentes, os nossos fatores de sucesso não poderiam basear-se em aspetos de escala, poder de mercado ou dimensão. Acreditamos, pelo contrário, que as nossas vantagens competitivas e os nossos fatores de diferenciação assentam nos seguintes elementos fundamentais, desenvolvidos ao longo dos anos:

- conhecimento e compreensão dos nossos mercados e das necessidades dos nossos clientes;
- elevadas capacidades de *marketing* e distribuição, assim como uma abordagem integrada do mercado;
- uma infraestrutura de telecomunicações de ponta, de âmbito nacional, que tem permitido uma redução contínua da dependência relativa ao operador incumbente;
- organização simplificada, robusta e ágil, capaz de uma rápida adaptação, assim como de antecipar as dinâmicas de mercado;
- capacidade da nossa equipa jovem e motivada, com um currículo comprovado de inovação e dinamismo, de trabalhar em equipa e perseguir objetivos comuns;
- capacidade de perspetivar os problemas de forma diferente, envolvendo uma inovação contínua, promovendo a diferenciação e surpreendendo os nossos clientes;
- base de acionistas clara e estável, capaz de desafiar constantemente os nossos negócios.

O nosso posicionamento como operador integrado de telecomunicações (serviços móvel, fixo, banda larga e TV) permitiu-nos obter importantes sinergias comerciais entre os vários negócios do Grupo, o que resultou na criação de oportunidades de *cross-selling* e geração de valor acrescentado para os nossos clientes.

A procura de eficiência operacional, de melhoria de processos e de sinergias levou a uma gestão integrada e a uma estrutura organizacional que inclui uma divisão de serviços partilhados e um serviço ao cliente integrado, uma plataforma comum de TI/SI e uma equipa técnica (gestão de rede) integrada. Implementámos a nossa estratégia com três objetivos em mente: maximizar a nossa capacidade de desenvolver novas oportunidades de negócios, encorajar o desenvolvimento de produtos e promover oportunidades de *marketing* transversais ao móvel e fixo.

Estrutura organizacional e número de colaboradores da Sonaecom ⁽¹⁾

| | | |
|--|-----------------------|------------|
| Centro Corporativo | | |
| 21 | | |
| Quadros de Topo, Planeamento e Controlo de Gestão, Auditoria Interna, <i>Corporate Finance</i> e Relações com Investidores | | |
| Serviços Partilhados | | |
| 119 | | |
| Contabilidade e Finanças, Recursos Humanos, Comunicação Institucional, Legal, Regulação, Ambiente e Instalações | | |
| Optimus | Online e Media | SSI |
| 1.074 | 252 | 550 |

⁽¹⁾Dados de 31 de dezembro de 2011. O número de colaboradores exclui estagiários.

1.2. Principais Indicadores

A informação financeira consolidada incluída no presente relatório foi extraída das Demonstrações Financeiras, preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Reporte Financeiro ("IAS/IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), tal como adotadas pela União Europeia.

| Milhões de euros | 2011 | 2010 | Variação anual |
|--|--------------|---------|----------------|
| Demonstração de Resultados Consolidados | | | |
| Volume de Negócios | 863,6 | 920,7 | (6,2%) |
| Móvel | 570,7 | 592,8 | (3,7%) |
| Fixo | 220,4 | 237,6 | (7,3%) |
| SSI | 108,5 | 142,5 | (23,9%) |
| Outros e Eliminações | (36,0) | (52,2) | (31,1%) |
| EBITDA | 213,0 | 194,0 | 9,8% |
| Móvel | 199,6 | 185,5 | 7,6% |
| Fixo | 9,6 | 3,5 | 175,5% |
| SSI | 8,7 | 8,5 | 2,5% |
| Outros e Eliminações | (4,8) | (3,4) | (40,8%) |
| Margem EBITDA (%) | 24,7% | 21,1% | 3,6pp |
| EBIT | 82,5 | 64,5 | 28,0% |
| Resultados Financeiros Líquidos | (8,9) | (6,4) | 39,6% |
| EBT | 73,6 | 58,1 | 26,7% |
| Resultado Líquido atribuível ao Grupo ⁽¹⁾ | 62,5 | 41,2 | 51,8% |
| CAPEX e FCF alavancado | | | |
| CAPEX Operacional ⁽²⁾ (excl. investimento espectro) | 105,4 | 130,5 | (19,2%) |
| CAPEX Operacional como % do volume de negócios (excl. investimento espectro) | 12,2% | 14,2% | 2,0pp |
| EBITDA - CAPEX Operacional (excl. investimento espectro) | 107,6 | 63,5 | 69,3% |
| CAPEX Total (excl. investimento espectro) | 105,6 | 139,8 | (24,5%) |
| CAPEX Operacional ⁽²⁾ | 215,8 | 130,5 | 65,4% |
| CAPEX Total | 216,0 | 139,8 | 54,5% |
| Cash Flow operacional ⁽³⁾ | 70,6 | 44,8 | 57,7% |
| FCF alavancado ⁽⁴⁾ | 38,8 | 10,6 | - |
| Balanço Consolidado | | | |
| Total do Ativo Líquido | 2.019,8 | 1.861,9 | 8,5% |
| Imobilizações Corpóreas e Incorpóreas | 954,8 | 865,3 | 10,4% |
| Liquidez | 189,4 | 68,6 | 176,1% |
| Capital Próprio | 1.021,4 | 975,3 | 4,7% |
| Interesses Minoritários | 0,5 | 0,6 | (13,2%) |
| Dívida Bruta | 459,2 | 357,4 | 28,5% |
| Dívida Líquida | 269,9 | 288,8 | (6,6%) |
| Dívida Líquida/ EBITDA últimos 12 meses | 1,3x | 1,5x | (0,2x) |
| Dívida/(Dívida+Capital Próprio) | 31,0% | 26,8% | 4,2pp |

| Milhões de euros | 2011 | 2010 | Varição anual |
|---|---------|---------|---------------|
| Indicadores Operacionais - Móvel | | | |
| Clientes (EOP) ('000) | 3.639,4 | 3.604,1 | 1,0% |
| Novos clientes ('000) | 35,3 | 171,5 | (79,4%) |
| Dados como % Receitas de Serviço | 32,5% | 30,6% | 1,8pp |
| MOU ⁽⁵⁾ (min.) | 126,1 | 133,9 | (5,8%) |
| ARPU (euros) | 12,9 | 13,7 | (5,6%) |
| Indicadores Operacionais - Fixo | | | |
| Total Acessos (EOP) | 375.826 | 417.066 | (9,9%) |
| Acessos Diretos | 307.638 | 344.631 | (10,7%) |
| Acesso Direto como % Receitas de Clientes | 79,0% | 78,8% | 0,1pp |
| Receita Média por Acesso (retalho) | 23,3 | 23,7 | (1,7%) |
| Centrais Desagregadas com ADSL2+ | 206 | 206 | 0,0% |
| Indicadores Operacionais - Sonaecom | | | |
| Colaboradores | 2.016 | 2.057 | (2,0%) |
| Volume de Negócios por colaborador ('000 euros) | 428,4 | 447,6 | (4,3%) |
| EBITDA por colaborador ('000 euros) | 105,6 | 94,3 | 12,0% |

⁽¹⁾ Resultado Líquido após interesses minoritários;

⁽²⁾ Capex Operacional exclui Investimentos Financeiros e Provisões para desmantelamento de sites e outros investimentos não operacionais;

⁽³⁾ Cash Flow Operacional = EBITDA - CAPEX Operacional - Variação de Fundo de Maneio - Itens não Monetários e Outros;

⁽⁴⁾ FCF após Custos Financeiros e antes de Fluxos de Capitais e Custos de Emissão de Empréstimos;

⁽⁵⁾ Minutos de utilização por Cliente por mês.

1.3. Mensagem do CEO

O ano de 2011 foi dos melhores da história da Sonaecom, com o atingir de resultados que muito nos orgulham. Para além do crescimento da rentabilidade operacional, conseguimos também atingir os lucros mais elevados de sempre.

Este desempenho assume ainda mais relevância por se demarcar claramente do comportamento negativo do mercado, num contexto macroeconómico particularmente difícil.

Nunca é demais realçar o contributo essencial da capacidade de execução da nossa equipa, pautada por uma rigorosa disciplina na prossecução da estratégia, delineada de forma clara, consistente e em antecipação aos desafios que temos vindo a enfrentar.

Na Optimus, com o desempenho do negócio móvel, alcançámos uma das margens mais elevadas do setor no universo dos terceiros operadores europeus. Suportado no reforço da quota de mercado nos segmentos móveis e convergentes, o negócio móvel cresceu em receita de clientes, num mercado em vincada contração de clientes.

Para além da progressão na satisfação dos clientes, este crescimento tem vindo a beneficiar do lançamento de ofertas inovadoras, sob uma marca com forte dinamismo. Em simultâneo, a Optimus tem vindo a gerir, criteriosamente, os custos e investimentos, ao abrigo do plano de eficiência operacional em curso, transversal a toda a empresa.

No leilão de espectro radioelétrico, a Optimus garantiu a combinação ideal de espectro nas bandas disponíveis, assegurando a máxima eficiência e flexibilidade na evolução da rede para o 4G, em termos de cobertura e de capacidade.

Graças a esta tecnologia, a Optimus estará em condições de consolidar a sua forte posição nos dados móveis.

A SSI (Software e Sistemas de Informação), suportada na expansão da sua presença internacional, cresceu em receitas de serviço, num contexto de contenção nos mercados em que atua. Por seu lado, a WeDo Technologies continuou a reforçar a liderança mundial no segmento de *Revenue Assurance* em telecomunicações, complementando o seu portefólio com soluções de gestão de fraude e *Business Assurance* e abrangendo outros setores.

Em 2011, em plena crise da dívida soberana, a Sonaecom também reforçou a sua estrutura de capital. Após a emissão de um empréstimo obrigacionista no mercado internacional, durante o 3T11, a Sonaecom encontra-se numa posição confortável para enfrentar os desafios futuros.

Em resultado do desempenho alcançado e apesar do investimento significativo na aquisição de espectro, com carácter excecional, pretendemos dar continuidade à prática de remuneração dos nossos acionistas, iniciada em 2010. Assim, o Conselho de Administração irá propor na próxima Assembleia Geral a distribuição de um dividendo ilíquido de 0,07 euros por ação, correspondente a um *dividend yield* de 5,8% face à cotação do final do ano de 2011 e equivalente a 41% do resultado líquido consolidado apurado no exercício de 2011.

O ano de 2012 será marcado por fortes medidas de austeridade e um conseqüente agravamento da contenção do consumo, que irá resultar em pressão adicional ao nível das receitas. Contudo, explorando na Optimus o valor crescente que pessoas e empresas atribuem à necessidade de comunicar e por via do crescimento internacional na SSI, reiteramos a confiança em continuar a apresentar resultados que reforcem a nossa posição competitiva.



Ângelo Paupério, CEO da Sonaecom

1.4. Principais desenvolvimentos corporativos em 2011

Destacam-se os principais desenvolvimentos corporativos de 2011:

Diminuição de participação do "Santander Asset Management – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliários, S.A."

18 de fevereiro de 2011

A Sonaecom recebeu uma comunicação do "Santander Asset Management – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliários, S.A.", informando que os fundos geridos por este totalizam, desde 16 de fevereiro de 2011, 3.732.774 ações, correspondentes a 1,019% do capital social e direitos de voto da Sonaecom, descendo, portanto, abaixo do limiar dos 2% de participação qualificada.

Assembleia Geral de Acionistas de 2011

26 de abril de 2011

Foram deliberados pelos acionistas da Sonaecom, em Assembleia Geral ordinária da Sociedade, os seguintes pontos:

- 1 – A aprovação do Relatório de Gestão, Balanço e Contas, individuais e consolidadas, relativos ao exercício de 2010, tal como apresentados.
- 2 – A aprovação da proposta de aplicação dos resultados líquidos do exercício de 2010 relativos às contas individuais, no montante de 135.403.787,41 euros, nos seguintes termos:
 - i) Reserva Legal, no montante de 6.770.189,37 euros;
 - ii) Dividendos, no montante global de 18.312.343 euros correspondendo a 0,05 euros ilíquidos por ação, relativamente ao número total de ações emitidas, ao qual deverão ser descontadas as ações próprias em carteira à data do pagamento;
 - iii) Reservas Livres, no montante remanescente.

Foi ainda aprovado que, considerando que não será possível determinar com exatidão o número de ações próprias que estarão em carteira à data do pagamento acima referido sem limitar a capacidade de intervenção da Sociedade:

- i) A cada ação emitida seja pago o montante unitário de 0,05 euros ilíquidos por ação;
- ii) Não seja pago, sendo transferido para Reservas Livres, o montante correspondente às ações que, no dia do pagamento do montante acima referido, pertencerem à própria Sociedade (calculado com base no mencionado montante unitário de 0,05 euros ilíquidos por ação emitida).

3 – Aprovação de um voto de louvor e confiança à atividade desempenhada pela Administração e Fiscalização da sociedade durante o ano de 2010.

4 – Aprovação da declaração relativa à Política de Remuneração dos Membros do Órgão de Administração e de Fiscalização da Sociedade e dos seus Dirigentes.

5 – Aprovação da proposta de alteração do Pacto Social.

6 – Autorização do Conselho de Administração a, durante um período de 18 meses e dentro dos limites legais, proceder à aquisição e alienação de ações próprias, nos termos da proposta apresentada por aquele órgão e previamente divulgada.

7 – Autorização, pelo período de 18 meses, da aquisição de ações da própria sociedade por sociedades dela direta ou indiretamente dependentes, bem como a respetiva detenção, nos termos da proposta apresentada pelo Conselho de Administração e previamente divulgada.

Pagamento de dividendos da Sonaecom

25 de maio de 2011

Nos termos legais e, de acordo com deliberação da Assembleia Geral Anual, realizada em 26 de abril de 2011, os dividendos relativos ao exercício de 2010 foram colocados à disposição dos acionistas a partir do dia 25 de maio de 2011, correspondendo a um dividendo ilíquido de 0,05 euros por ação.

Emissão de empréstimo obrigacionista

23 de setembro de 2011

A Sonaecom anunciou a emissão de um empréstimo obrigacionista, por subscrição particular, no montante de 100 milhões de euros, sem garantias e por um período de 3,5 anos. Com esta operação, a Sonaecom assegurou uma maior diversificação das fontes de financiamento, aumentando a maturidade média da dívida e antecipando fundos necessários para fazer face às necessidades de refinanciamento previstas para 2012.

1.5. Proposta de aplicação de resultados

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido relativo às contas individuais, no montante de 7.960.681,56 euros negativos, seja aplicado em Reservas Livres.

O Conselho de Administração propõe ainda que o montante global de 25.637.280,76 euros, da rubrica de Reservas, seja distribuído pelos acionistas, correspondendo a um dividendo ilíquido de 0,07 euros por ação emitida, excluindo as ações próprias detidas pela Sociedade à data de pagamento.

Considerando que não será possível determinar com exatidão o número de ações próprias que estará em carteira à data do pagamento acima referido sem limitar a capacidade de intervenção da Sociedade, esclarece-se que:

- i) a cada ação emitida corresponderá um dividendo ilíquido de 0,07 euros;
- ii) o montante correspondente às ações que, no dia do pagamento do montante acima referido, pertencerem à própria Sociedade (calculado com base no mencionado montante unitário de 0,07 euros líquidos por ação emitida) não será distribuído pelos acionistas, ficando registado em Reservas Livres.

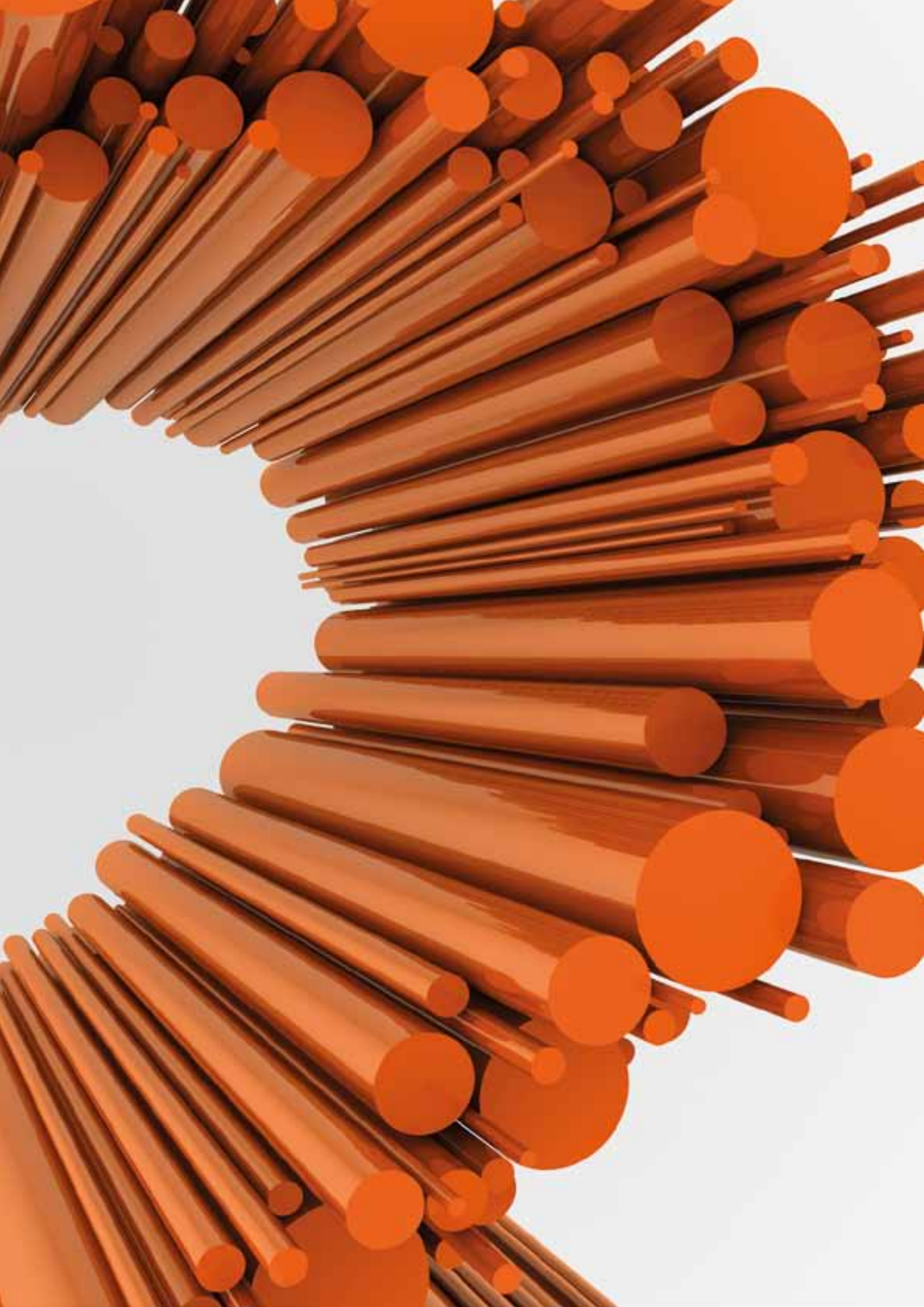
1.6. Agradecimentos

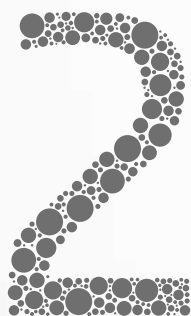
A Sonaecom gostaria de agradecer ao Auditor Externo pelos valiosos conselhos e auxílio prestado no ano de 2011 e ao Conselho Fiscal pelo acompanhamento próximo dos nossos negócios.

Gostaríamos ainda de expressar a nossa gratidão aos nossos fornecedores, instituições financeiras e outros parceiros de negócio do Grupo, pelo seu envolvimento contínuo e pela confiança mais uma vez demonstrada na nossa organização. A Comissão Executiva da Sonaecom gostaria de expressar a sua gratidão aos Administradores Não-Executivos, pelo seu trabalho e valiosos conselhos.

Finalmente, gostaríamos de expressar a nossa gratidão a todos os colaboradores, que constituem o recurso mais importante da companhia e que, mais uma vez, demonstraram uma notável resiliência, flexibilidade e espírito inovador e cujos esforços se encontram claramente na base do sucesso continuado da Sonaecom e dos resultados alcançados durante o ano.

Esta página foi intencionalmente deixada em branco.





O NOSSO NEGÓCIO

- 2.1 O MERCADO PORTUGUÊS DE TELECOMUNICAÇÕES
- 2.2 EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS
- 2.3 NEGÓCIO DE TELECOMUNICAÇÕES
- 2.4 SSI
- 2.5 ONLINE E MEDIA
- 2.6 RESULTADOS INDIVIDUAIS DA SONAECOM SGPS
- 2.7 O NOSSO COMPROMISSO
- 2.8 O NOSSO SERVIÇO AO CLIENTE
- 2.9 A NOSSA REDE DE TELECOMUNICAÇÕES
- 2.10 OS NOSSOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO
- 2.11 AS NOSSAS PESSOAS
- 2.12 ANEXO

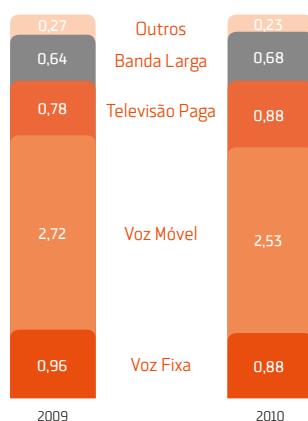
2 O NOSSO NEGÓCIO

2.1. O Mercado Português de telecomunicações

Os últimos anos foram marcados por condições macroeconómicas austeras devido, particularmente, à crise da dívida soberana na Europa. Não obstante, o mercado português de telecomunicações mostrou-se resiliente, tal como é evidenciado pelo crescimento do número de subscritores e do nível de penetração de serviços.

No mercado português de telecomunicações, os indicadores referentes ao Fixo e Móvel indiciam a importância da tecnologia Móvel no acesso privilegiado à comunicação, informação e entretenimento. Tal é o resultado de uma maior utilização decorrente de um uso mais alargado de terminais tais como *smartphones* e *tablets*, em linha com a crescente necessidade de acesso à Internet *anywhere, anytime*.

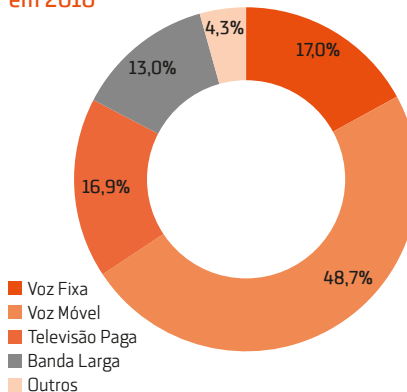
Mercado Português de Telecomunicações (repartição de receitas)



Fonte: ICP-Anacom

Repartição de receitas nos vários negócios de telecomunicações (milhares de milhões de euros). É de notar que entre 2009 e 2010 (últimos dados disponíveis) o mercado como um todo diminuiu de 5,37 para 5,20 mil milhões de euros (excluindo receitas de interligação).

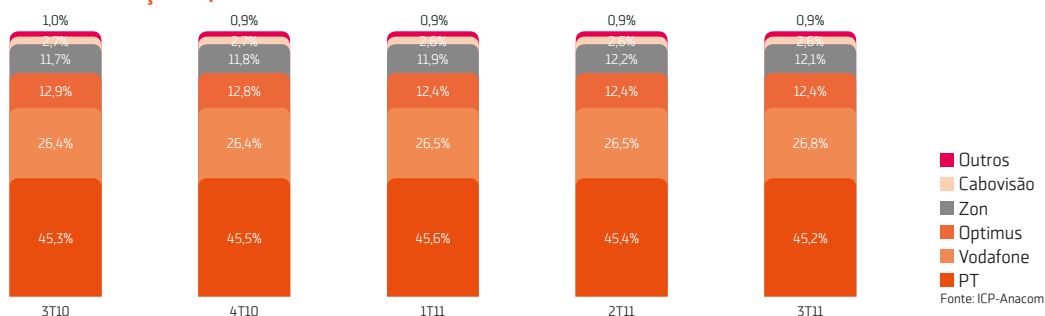
Mercado Português de Telecomunicações em 2010



Fonte: ICP-Anacom

Peso relativo em receitas dos serviços de telecomunicações.

Telecomunicações: Quota de Mercado de Utilizadores



Fonte: ICP-Anacom

Evolução da quota de mercado dos operadores portugueses de telecomunicações (número de clientes dos negócios de Voz Móvel, Voz Fixa, Internet Móvel, Internet Fixa e Televisão Paga).

Em 2010 (últimos dados disponíveis), a contribuição do setor de telecomunicações para o emprego nacional manteve-se estável em cerca de 0,26%, correspondendo a 12.650 trabalhadores (fonte: ICP-Anacom). As receitas totais do setor enquanto percentagem do PIB decresceram 0,09pp entre 2009 e 2010, de 4,49% para 4,40%. Em 2010, o mercado Português de telecomunicações como um todo ascendeu a 5,2 mil milhões de receitas (excluindo receitas de interligação), diminuindo 3,2% face a 2009.

Em 2010, o mercado manifestou duas tendências essenciais:

- a diminuição de receitas de voz;
- o crescimento dos mercados de televisão paga e Internet.

Em termos de peso relativo e apesar da diminuição de 2,0pp entre 2009 e 2010, as receitas de voz móvel continuaram a liderar o mercado, ascendendo a 48,7% das receitas totais. O mercado de voz fixa manteve a segunda posição, com uma percentagem de 17,0%, diminuindo o seu peso relativo em 0,9pp face ao ano anterior. O mercado de televisão paga cresceu de 14,5% para 16,9%, uma tendência em linha com o nível de investimento feito pelos operadores, especialmente ao nível de infraestrutura FTTH e conteúdos. Em termos de banda larga, o peso relativo aumentou de 11,9% para 13,0%.

Em relação à quota de mercado de subscritores, adicionando o número de clientes de todas as linhas de negócio, os operadores com posições de maior destaque mantiveram o seu lugar. A Portugal Telecom manteve a liderança do mercado e a Optimus susteve a sua quota de mercado em aproximadamente 12,5%, situando-se em terceiro lugar, imediatamente atrás da Vodafone.

Mercado de Voz Móvel

No 3T11, a penetração de Voz Móvel ascendeu a 145,6%, um aumento de 6,0pp face ao ano anterior. O número de subscritores de Voz Móvel ultrapassou os 15,4 milhões, um aumento de 4,3% impulsionado pelo crescimento de subscritores pós-pagos em 3,9% e pré-pagos em 2,7%. É de realçar que o número de subscritores pós-pagos representou, no 3T11, 28,3% do mercado móvel, face aos 28,1% verificados no 3T10, um aumento de 0,2pp.

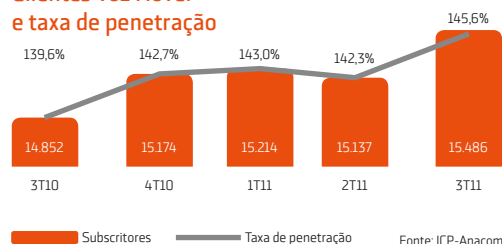
O número de chamadas originadas diminuiu entre o 3T10 e o 3T11 em 1,32%. No entanto, o volume total de tráfego móvel evidenciou uma tendência positiva, aumentando de 5,3 para 5,4 mil milhões de minutos. É de sublinhar que esta tendência está a ser suportada pelo tráfego *on-net* (que representa já 78,5% do tráfego de saída), que aumentou 3,0%, em contraste com o tráfego *off-net*, que diminuiu 4,3%. Este crescimento deve-se, essencialmente, à estratégia desenhada pelos operadores para o segmento jovem, com o TAG (Optimus), Moche (TMN) e Yorn Extravaganza (Vodafone). A utilização de SMS e de MMS seguiu esta tendência, tendo aumentado 1,4% e 8,4%, respetivamente, ainda que as MMS continuem a representar um volume de tráfego relativamente baixo.

O tráfego de voz de *roaming-out* aumentou 5,7% no 3T11 face ao 3T10, enquanto o volume de SMS aumentou 8,3% no mesmo período.

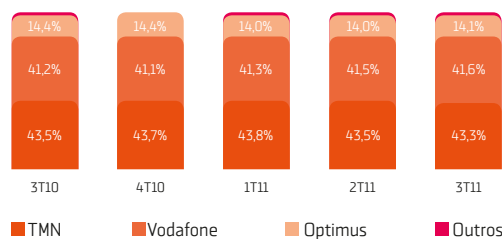
O tráfego de voz de *roaming-in* aumentou ligeiramente, cerca de 0,7%, enquanto o volume de SMS e de dados de *roaming-in* aumentou consideravelmente, +15,4% entre o 3T10 e o 3T11, o que reflete o esforço dos operadores em adequar as ofertas às necessidades dos clientes.

A Optimus aumentou a sua quota de mercado de subscritores para 14,1%, tendo a TMN e a Vodafone estabilizado as suas quotas de mercado de 43,3% e 41,6%, respetivamente.

Cientes Voz Móvel e taxa de penetração



Mercado Voz Móvel: Quotas de Mercado



Mercado de Banda Larga Móvel

De acordo com o ICP-Anacom, a Optimus tem aumentado de forma consistente a sua quota no mercado de placas de banda larga Móvel, evoluindo de 27,5%, no 3T10, para 30,7% no 3T11. No mesmo período, a TMN alcançou uma quota de mercado de 40,9%, descendo 5,8pp face ao 3T10. Já a Vodafone alcançou, no 3T11, uma quota de mercado de 24,4%, aumentando 2,5pp face ao 3T10.

O número de utilizadores de banda larga móvel (através de placas) ascendeu a 1,1 milhões de utilizadores ativos, diminuindo 11,0% entre o 3T10 e o 3T11. Consequentemente, a taxa de penetração de banda larga pelo número de lares diminuiu de 12,1%, no 3T10, para 10,8%, no 3T11, devido principalmente, ao final do programa e-iniciativas, lançado pelo governo Português, no âmbito da Sociedade de Informação.

Não obstante, é de realçar que o número de utilizadores de banda larga Móvel, quer através da utilização de placas USB, quer através de smartphones, aumentou 9,5%, alcançando 2,7 milhões de utilizadores no 3T11, impulsionado sobretudo pelo aumento da penetração de smartphones.

Em termos de receitas, de acordo com o ICP-Anacom, as receitas de banda larga móvel diminuíram 7,2% entre o 3T10 e 3T11, uma tendência em linha com o final do programa e-iniciativas.

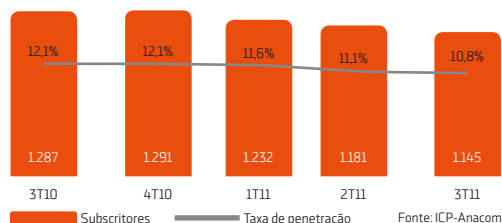
Mercado de Banda Larga Fixa

Em 2011, o número de subscritores de Internet Fixa ascendeu a 2,2 milhões, em resultado de: (i) os clientes ADSL terem estabilizado em cerca de 1 milhão de utilizadores, apesar de representarem 50% dos clientes de Internet Fixa; (ii) os utilizadores através de tecnologia Cabo terem aumentado 70% face ao 3T10, para 890 mil; e (iii) as restantes tecnologias de acesso, tal como fibra ótica (maioritariamente no segmento residencial) terem continuado a aumentar o seu peso, alcançando 201 mil utilizadores no final do 3T11, face a 103 mil alcançados no 3T10. Consequentemente, a penetração de banda larga Fixa em termos de população aumentou para 20,7%.

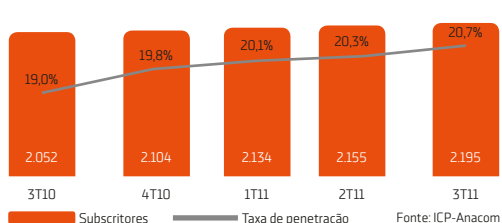
A Portugal Telecom (48,5%, +2,0pp) e a Zon (32,6%, +0,6pp) ganharam quota de mercado, enquanto a Vodafone (4,1%, -0,2pp) manteve a sua posição. A Optimus e a Cabovisão viram as suas quotas de mercado diminuir para 5,6% e 7,3%, respetivamente.

Em termos de receitas, de acordo com o ICP-Anacom, as receitas de banda larga Fixa diminuíram 11,3% entre o 3T10 e 3T11, uma tendência que reflete o nível concorrencial do mercado.

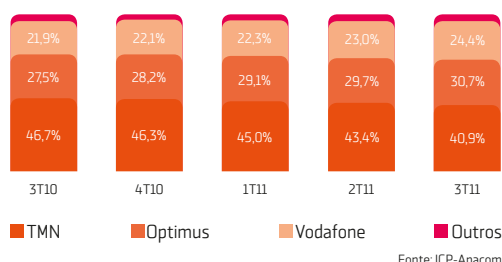
Cientes Banda Larga Móvel (placas USB) e taxa de penetração



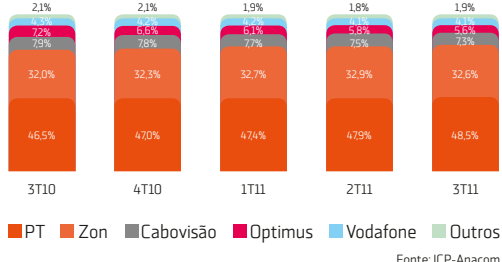
Cientes Banda Larga Fixa e taxa de penetração



Mercado Banda Larga Móvel: Quotas de Mercado



Mercado Banda Larga Fixa: Quotas de Mercado



Mercado de Voz Fixa

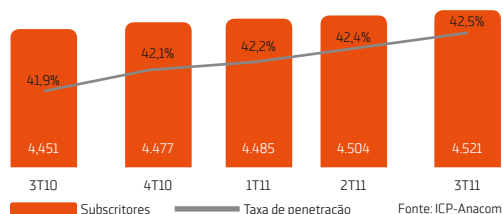
No 3T11, os acessos instalados a pedido do Cliente atingiram os 4,5 milhões, o que representa um aumento de 1,6% relativamente aos 4,4 milhões de acessos atingidos no 3T10. Este crescimento deveu-se, principalmente, ao aumento de 29% entre o 3T11 e o 3T10 dos acessos VoIP e Cabo. Como resultado deste crescimento, a taxa de penetração da rede Fixa atingiu, neste período, os 42,5%.

O número de clientes aumentou 0,8% no 3T11, atingindo os 3,8 milhões. O número de clientes com acesso direto continuou a crescer, atingindo os 3,6 milhões, enquanto o número de clientes com acesso indireto diminuiu 22,8% face ao 3T10, atingindo os 97 mil no final do 3T11.

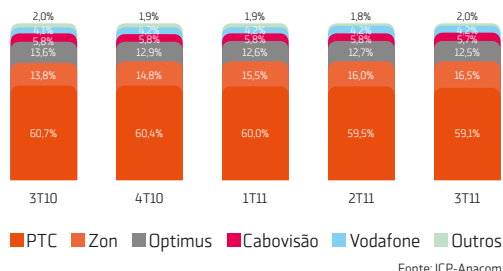
Apesar do aumento do número de acessos instalados a pedido do Cliente, o tráfego originado na rede Fixa manteve-se estável no 3T11 face ao período homólogo do ano anterior, tendo apenas diminuído cerca de 1,0%.

Durante 2011, de acordo com os dados do ICP-Anacom, as posições dos operadores de Voz Fixa mantiveram-se relativamente estáveis. O operador incumbente, a Portugal Telecom, perdeu 1,6pp de quota de mercado. A Zon Multimédia aumentou a sua quota de mercado para 16,5%, tendo a Optimus perdido 1,1pp de quota de mercado. As quotas de mercado da Vodafone e da Cabovisão mantiveram-se relativamente estáveis entre os dois períodos em análise.

Acessos Fixos e taxa de penetração



Mercado Voz Fixa: Quotas de Mercado



Mercado de Televisão Paga

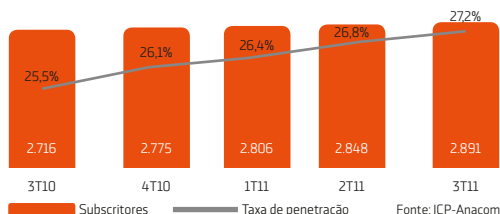
O mercado de Televisão Paga cresceu entre o 3T10 e o 3T11. O número de assinantes de Televisão Paga ascendeu a 2,9 milhões, aumentando 6,4% e representando, no 3T11, uma taxa de penetração de 27,2% em termos da população.

Este crescimento resultou, sobretudo, de (i) um aumento dos clientes de fibra ótica em 94,5%, para 220 mil clientes, face a 113 mil clientes em 2010; e (ii) a um aumento de 63 mil nos clientes de IPTV.

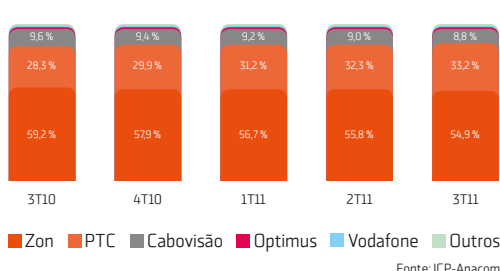
No que respeita às quotas de mercado, como resultado do agressivo investimento levado a cabo pela Portugal Telecom, a quota de mercado da ZON Multimédia continuou a diminuir, atingindo os 54,9%, o que contrasta com os 59,2%, no 3T10.

Relativamente à Cabovisão, este operador viu, no mesmo período, a respetiva quota de mercado diminuir para os 8,8%, menos 0,8pp face ao ano anterior. A Optimus manteve a sua posição, alcançando 1,2% do mercado de Televisão Paga.

Clientes Televisão Paga e taxa de penetração



Mercado Televisão Paga: Quotas de Mercado



Contexto Regulatório

Apresentam-se, de seguida, os principais desenvolvimentos regulatórios ocorridos em 2011:

Primeiro Trimestre 2011

Leilão das frequências nas bandas dos 450, 800, 900, 1800 MHz, 2,1 e 2,6 GHz

O ICP - Anacom publicou duas consultas públicas relativas à atribuição de frequências nas bandas dos 450 MHz, 800 MHz, 900 MHz, 1800 MHz, 2,1 GHz e 2,6 GHz.

A primeira consulta respeita à definição dos lotes a serem atribuídos por cada banda e a opção pelo procedimento de atribuição por via de um leilão. A segunda consulta apresenta as regras e condições do leilão.

Segundo Trimestre 2011

Serviço Universal (SU): metodologia para cálculo do custo líquido do serviço universal (CLSU) e definição do conceito de encargo excessivo no âmbito do Serviço Universal

O ICP - Anacom publicou as decisões finais respeitantes à metodologia para cálculo do custo líquido do serviço universal e definição do conceito de encargo excessivo no âmbito deste mesmo serviço.

No que respeita à definição do conceito de encargo excessivo, o ICP - Anacom manteve inalterada a referência a 80% de quota para os serviços fixos de telefone (calculada em termos de receitas de serviços do prestador do SU). Em relação à prestação para o SU, o montante mínimo para o CLSU foi alterado para 2 milhões de euros, face aos 4 milhões de euros propostos inicialmente.

Atendendo a estes critérios, o ICP - Anacom concluiu que, para o período compreendido entre 2001 e 2006, a prestação do SU não constituiu um encargo excessivo para o prestador do SU. Para o período posterior a 1 de janeiro de 2007 e, até que o(s) prestador(es) designado(s) por meio de concurso inicie(m) a prestação do SU, será aplicada a metodologia de cálculo aprovada na mesma data.

Decisão da Comissão Europeia sobre serviços de roaming

A Comissão Europeia divulgou a sua proposta para a futura regulação de serviços de *roaming*, a entrar em vigor a 30 de junho de 2012. A proposta inclui *price caps* para Voz, SMS e Dados (de notar que, atualmente, os preços retalhistas de dados não estão sujeitos a *price caps*). Os controlos de preços retalhistas deverão estar em vigor até 30 de junho de 2016 e os grossistas até 30 de junho de 2022.

Terceiro Trimestre 2011

Novo regime jurídico aplicável às redes e serviços de comunicações eletrónicas

A 13 de setembro de 2011, o ICP-Anacom publicou a lei No. 51/2011, que estabelece o regime jurídico aplicável às redes e serviços de comunicações eletrónicas. Estas alterações transpõem para o quadro jurídico nacional, as diretivas da União Europeia adotadas em 2009.

Quarto Trimestre 2011

Proposta para tarifas de terminação móvel

O ICP-Anacom colocou em consulta pública até 8 de novembro, uma nova proposta para tarifas de terminação móvel. Esta proposta contempla ajustamentos trimestrais para as tarifas:

| | TTM/€ |
|-------------|--------|
| 1 Fev. 2012 | 0,0275 |
| 1 Mai. 2012 | 0,0225 |
| 1 Ago. 2012 | 0,0175 |
| 1 Nov. 2012 | 0,0125 |

As novas tarifas são definidas com base num modelo de custeio LRIC (*Long Run Incremental Costs*), publicado em simultâneo com a proposta. Este modelo encontra-se em linha com as recomendações da Comissão Europeia para tarifas de terminação móvel.

Em março de 2012, o regulador não tinha ainda anunciado a sua decisão final.

Leilão de espectro

A 30 de novembro de 2011, no leilão de espectro sob responsabilidade do regulador nacional de comunicações eletrónicas ICP-Anacom, a Optimus adquiriu um total de 9 lotes, em três faixas de frequências:

- dois blocos de 2x5MHz na banda de 800MHz;
- dois blocos de 2x5MHz e um bloco de 2x4MHz na banda de 1800MHz;
- quatro blocos de 2x5MHz na banda de 2.6GHz.

Todos os lotes foram adquiridos ao preço de reserva, perfazendo um montante de 113 milhões de euros.

Com esta operação, a Optimus assegura todo o espectro necessário para continuar a garantir uma rede eficiente e de elevada capacidade, reforçando a sua posição nos serviços de dados de quarta geração móvel.

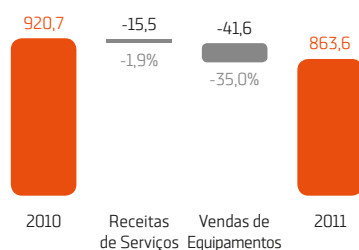
2.2. Evolução dos negócios

2.2.1. Perspetiva Consolidada

Volume de Negócios

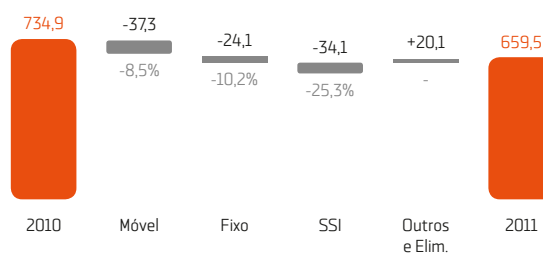
O Volume de Negócios Consolidado beneficiou de um aumento de 0,8% nas Receitas de Clientes no Móvel e de 4,7% nas Receitas de Serviços na SSI, as áreas *core* do Grupo.

O Volume de Negócios Consolidado foi de 863,6 milhões de euros, 6,2% abaixo de 2010, redução motivada pelas Receitas no Negócio Fixo, consequência da nossa opção estratégica no segmento Residencial; pelas Receitas de Operadores da Optimus, em resultado de menores tarifas de terminação móvel e tarifas reguladas de *roaming-in*, e pelo menor nível de Vendas de Equipamentos. A queda registada no nível de Vendas de Equipamentos foi motivada principalmente, pelo declínio das vendas da Bizdirect, resultado do final do programa Governamental e iniciativas e ainda pela redução nas Vendas de Equipamentos da Optimus.



Custos Operacionais

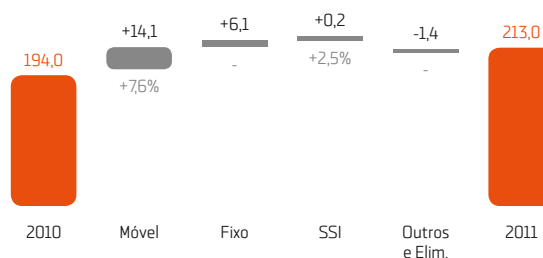
Os Custos Operacionais diminuíram 10,3%, para os 659,5 milhões de euros. O plano de otimização implementado nos últimos anos na Optimus tem permitido criar uma organização mais eficiente, gerando resultados positivos nas várias áreas de negócio. É de notar que, entre 2010 e 2011, os Custos Operacionais, excluindo Provisões, como percentagem do Volume de Negócios, diminuíram 4,5pp.

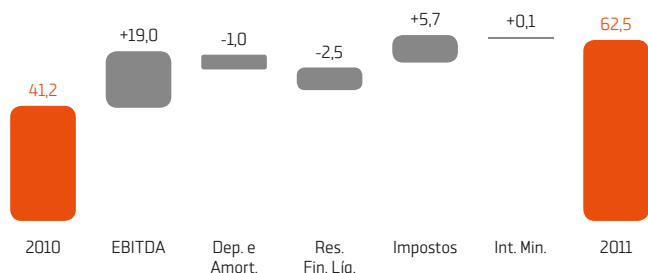


EBITDA

O EBITDA Consolidado aumentou 9,8% para os 213,0 milhões de euros, tendo mais do que compensado a tendência de queda ao nível do Volume de Negócios, com todas as empresas a contribuírem positivamente.

A margem EBITDA aumentou de 21,1% para 24,7%. Esta melhoria deveu-se aos resultados positivos alcançados com o plano de eficiência operacional e à performance positiva das Receitas de Clientes no Móvel e das Receitas de Serviços na SSI. É de notar que a margem EBITDA do negócio Móvel atingiu os 35%, contrariando a tendência do mercado, apesar do ambiente geral de austeridade.





Resultado Líquido

O Resultado Líquido atribuível ao Grupo ascendeu a 62,5 milhões de euros.

Os dois fatores que contribuíram para esta tendência positiva foram a melhoria da performance ao nível do EBITDA e também o reconhecimento adicional de impostos diferidos ativos.

Os Resultados Financeiros Líquidos diminuíram 39,6%, para 8,9 milhões de euros negativos, devido a um maior custo médio da dívida em 2011, mas, principalmente, devido ao ganho de capital gerado, em 2010, pela alienação da participação da SSI no capital da Altitude Software.

A rubrica de Impostos apresentou um custo de 11,0 milhões de euros em 2011, face aos 16,7 milhões de euros obtidos em 2010. Como já mencionado, esta redução deve-se ao reconhecimento adicional de impostos diferidos ativos, fruto de uma melhoria de desempenho da atividade, não obstante o aumento do nível de resultados antes de impostos.

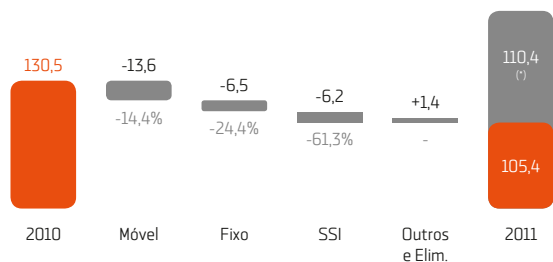
Capex Operacional

Excluindo o efeito da aquisição do espectro, o Capex Operacional atingiu os 105,4 milhões de euros em 2011, uma redução de 19,2% quando comparado com 2010, em resultado de um foco acrescido na capacidade, dado que a Optimus detém já uma ampla cobertura de rede.

Ao longo de 2011, a Optimus continuou a desenvolver projetos e soluções que permitem a redução de custos de *backhaul* no Móvel, assim como a redução da dependência da infraestrutura de terceiros.

Em novembro de 2011, no seguimento do leilão de espectro ocorrido em Portugal, a Sonaecom adquiriu espectro por 113 milhões de euros (correspondente a um *net present value* de 110,4 milhões de euros).

Em resultado da nossa performance ao nível do Volume de Negócios e do Capex, o Capex Operacional como percentagem do Volume de Negócios diminuiu de 14,2% para 12,2% (excluindo a aquisição do espectro), enquanto o EBITDA-Capex Operacional ascendeu a 107,6 milhões de euros, um aumento de quase 70% quando comparado com 2010.

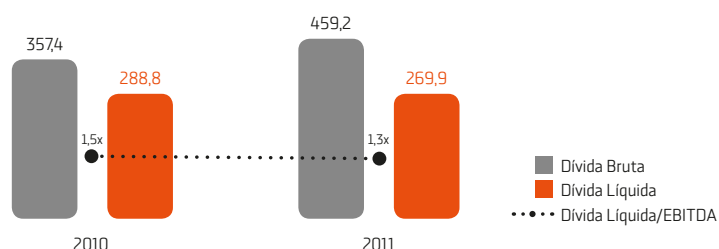


(*) NPV do investimento em espectro

Estrutura de Capital

A Dívida Líquida Consolidada atingiu os 269,9 milhões de euros, uma redução de 6,6% quando comparado com 2010. Em resultado de uma melhoria ao nível do EBITDA e um menor nível de Dívida Líquida, o rácio da Dívida Líquida face ao EBITDA progrediu para os 1,3x, face aos 1,5x registados em 2010.

As linhas de crédito disponíveis ascendem a 544 milhões de euros, o que inclui já a emissão adicional do empréstimo obrigacionista de 100 milhões de euros. Esta emissão, finalizada durante o terceiro trimestre de 2011 com três Bancos internacionais, assegurou à Sonaecom uma maior diversificação das fontes de financiamento e um aumento da maturidade média da dívida. Durante 2011, o custo médio *all-in* da dívida atingiu os 3,0%.



Free cash flow (FCF)

Excluindo os 20 milhões associados à operação de securitização, o FCF atingiu os 58,8 milhões de euros em 2011, motivado por um forte aumento do EBITDA-Capex Operacional. Com o impacto desta operação, o FCF consolidado ascendeu a 38,8 milhões de euros, aproximadamente quatro vezes mais quando comparado com os 10,6 milhões de euros gerados em 2010.

No seguimento do leilão de espectro, a Sonaecom tem obrigações referentes ao calendário de pagamento no montante de 113 milhões de euros: 83 milhões de euros, mais 6 milhões de euros por ano, durante um período de 5 anos. É de realçar que 83 milhões de euros foram já pagos em janeiro de 2012, não influenciando, como tal, o FCF de 2011.

2.2.2. Demonstração de Resultados Consolidados

| Milhões de euros | 2011 | 2010 | Variação |
|---|--------------|--------------|----------------|
| Volume de negócios | 863,6 | 920,7 | (6,2)% |
| Móvel | 570,7 | 592,8 | (3,7)% |
| Fixo | 220,4 | 237,6 | (7,3)% |
| SSI | 108,5 | 142,5 | (23,9)% |
| Outros & eliminações | (36,0) | (52,2) | (31,1)% |
| Outras receitas | 8,8 | 8,2 | 7,1% |
| Custos operacionais | 659,5 | 734,9 | (10,3)% |
| Custos com Pessoal | 92,4 | 96,6 | (4,3)% |
| Custos Diretos de Serviços Prestados ⁽¹⁾ | 247,2 | 275,0 | (10,1)% |
| Custos Comerciais ⁽²⁾ | 160,9 | 205,7 | (21,8)% |
| Outros custos operacionais ⁽³⁾ | 158,9 | 157,7 | 0,7% |
| EBITDA | 213,0 | 194,0 | 9,8% |
| Margem EBITDA (%) | 24,7% | 21,1% | 3,6pp |
| Móvel | 199,6 | 185,5 | 7,6% |
| Fixo | 9,6 | 3,5 | 175,5% |
| SSI | 8,7 | 8,5 | 2,5% |
| Outros & eliminações | (4,8) | (3,4) | (40,8)% |
| Depreciações e Amortizações | 130,5 | 129,5 | 0,7% |
| EBIT | 82,5 | 64,5 | 28,0% |
| Resultados financeiros | (8,9) | (6,4) | (39,6)% |
| Proveitos financeiros | 8,6 | 8,2 | 5,1% |
| Custos financeiros | 17,5 | 14,5 | 20,2% |
| EBT | 73,6 | 58,1 | 26,7% |
| Impostos | (11,0) | (16,7) | 34,1% |
| Resultado líquido | 62,6 | 41,3 | 51,3% |
| Atribuível ao Grupo | 62,5 | 41,2 | 51,8% |
| Atribuível a interesses minoritários | 0,0 | 0,2 | (77,2)% |

⁽¹⁾ Custos Diretos de Serviços Prestados = Interligação e conteúdos + Circuitos Alugados + Outros Custos de Operação de Rede;

⁽²⁾ Custos Comerciais = Custos das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas;

⁽³⁾ Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Provisões + Outros Custos.

2.2.3. Balanço Consolidado

| Milhões de euros | 2011 | 2010 | Variação |
|---|----------------|----------------|--------------|
| Total do ativo líquido | 2.019,8 | 1.861,9 | 8,5% |
| Ativos não correntes | 1.580,3 | 1.501,4 | 5,3% |
| Ativos fixos tangíveis e intangíveis | 954,8 | 865,3 | 10,4% |
| <i>Goodwill</i> | 521,1 | 526,1 | (1,0)% |
| Investimentos | 0,2 | 0,2 | 1,7% |
| Impostos diferidos ativos | 103,9 | 109,6 | (5,2)% |
| Outros | 0,3 | 0,2 | 49,9% |
| Ativos correntes | 439,5 | 360,5 | 21,9% |
| Clientes | 146,1 | 143,3 | 2,0% |
| Liquidez | 189,4 | 68,6 | 176,1% |
| Outros | 104,0 | 148,6 | (30,0)% |
| Capital próprio | 1.021,4 | 975,3 | 4,7% |
| Grupo | 1.020,9 | 974,7 | 4,7% |
| Interesses minoritários | 0,5 | 0,6 | (13,2)% |
| Total passivo | 998,4 | 886,6 | 12,6% |
| Passivo não corrente | 437,2 | 400,7 | 9,1% |
| Empréstimos bancários | 320,2 | 305,0 | 5,0% |
| Provisões para outros riscos e encargos | 48,5 | 33,2 | 46,5% |
| Outros | 68,5 | 62,5 | 9,5% |
| Passivo corrente | 561,2 | 485,9 | 15,5% |
| Empréstimos bancários | 118,4 | 30,9 | - |
| Fornecedores | 172,6 | 178,7 | (3,4)% |
| Outros | 270,2 | 276,2 | (2,2)% |
| CAPEX Operacional ⁽¹⁾ (excl investimento espectro) | 105,4 | 130,5 | (19,2)% |
| CAPEX Operacional como % do Volume de Negócios (excl investimento espectro) | 12,2% | 14,2% | (2,0)pp |
| CAPEX Total (excl investimento espectro) | 105,6 | 139,8 | (24,5)% |
| EBITDA - CAPEX Operacional (excl investimento espectro) | 107,6 | 63,5 | 69,3% |
| CAPEX Operacional ⁽¹⁾ | 215,8 | 130,5 | 65,4% |
| Total CAPEX | 216,0 | 139,8 | 54,5% |
| Cash Flow Operacional ⁽²⁾ | 70,6 | 44,8 | 57,7% |
| FCF ⁽³⁾ | 38,8 | 10,6 | - |
| Dívida bruta | 459,2 | 357,4 | 28,5% |
| Dívida líquida | 269,9 | 288,8 | (6,6)% |
| Dívida líquida/EBITDA (últimos 12 meses) | 1,3x | 1,5x | (0,2)x |
| EBITDA/Juros ⁽⁴⁾ (últimos 12 meses) | 13,9x | 14,4x | (0,6)x |
| Dívida/(Dívida + Capital próprio) | 31,0% | 26,8% | 4,2pp |
| Excluindo a operação de securitização: | | | |
| Dívida líquida | 309,5 | 348,1 | (11,1)% |
| Dívida líquida/EBITDA (últimos 12 meses) | 1,5x | 1,8x | (0,3)x |
| EBITDA/Juros (últimos 12 meses) | 13,9x | 14,4x | (0,6)x |

⁽¹⁾ Capex Operacional exclui Investimentos Financeiros, Provisões para desmantelamento de sites e outros investimentos não operacionais;

⁽²⁾ Cash Flow Operacional = EBITDA - CAPEX Operacional - Variação de Fundo de Maneio - Itens não Monetários e Outros;

⁽³⁾ FCF alavancado após Custos Financeiros e antes de Fluxos de Capitais e Custos de Emissão de Empréstimos;

⁽⁴⁾ Cobertura de Juros.

2.2.4. Free cash flow Consolidado (FCF)

| Milhões de euros | 2011 | 2010 | Variação |
|-----------------------------------|--------------|-------------|--------------|
| EBITDA - CAPEX operacional | (2,8) | 63,5 | - |
| Varição de fundo de manei | 51,7 | (22,0) | - |
| Itens não monetários & outros | 21,8 | 3,3 | - |
| Cash flow operacional | 70,6 | 44,8 | 57,7% |
| Operação de Securitização | (20,0) | (20,0) | 0,0% |
| Ações próprias | (2,2) | (4,9) | 55,0% |
| Resultados financeiros | (6,6) | (8,1) | 17,7% |
| Impostos | (3,0) | (4,6) | 35,3% |
| Free Cash Flow | 38,8 | 10,6 | - |

2.3. Negócio de Telecomunicações

2.3.1. Principais desenvolvimentos do mercado

Segmento Móvel Residencial

Iniciativas de Produto e Marketing

TAG: a fortalecer uma nova categoria de produto
O TAG, um produto lançado em 2008, dirigido ao segmento jovem, representou uma inovação disruptiva no mercado de telecomunicações português, com benefícios claros percebidos pelos potenciais utilizadores. O produto TAG inclui voz gratuita e SMS's gratuitas entre os seus membros, um serviço multi-plataforma disponível através do telemóvel e do PC e que permite o acesso a uma comunidade *web-based*.

A estratégia TAG está atualmente focada em três objetivos fundamentais: a aquisição de novos clientes, apoiada nos benefícios do produto, não apenas para o segmento jovem como também para todos os restantes segmentos *mass market*; a retenção dos atuais clientes; e o acréscimo de extração de valor da base de clientes. Dentro desta categoria, o produto TAG continua a ser a melhor proposta de valor para o Cliente.

No último ano, assistimos ao lançamento de inúmeras iniciativas comerciais desenhadas para sublinhar a melhor proposta de valor permitida pelo produto TAG, quando comparado com a concorrência, e para permitir aos clientes o acesso a diversos benefícios promocionais. Tendo em conta o impacto alcançado no mercado de telecomunicações português, salientamos as seguintes iniciativas:

- **Optimus Pequim**, o primeiro telemóvel associado ao produto TAG, foi lançado como o primeiro telemóvel direcionado ao segmento jovem. Este lançamento foi acompanhado de várias ações promocionais no terreno com impacto significativo. O sucesso desta campanha foi posteriormente reconhecido quando o Optimus Pequim foi classificado pelo *i-tech.com*, um reputado *site* sobre tecnologia, como um dos melhores *gadgets* do ano.

- Com a campanha **TAG Boat**, o produto TAG desafiou o *status quo* do mercado uma vez mais, oferecendo comunicações *off-net* gratuitas durante um ano: 200 SMS's por mês.

- Lançados no início de 2011, os **Leilões TAG** foram mais uma campanha inovadora



e dinâmica, permitindo aos clientes a compra de telemóveis e *tablets* a custos consideravelmente baixos. Os Leilões TAG, além de terem tido um importante impacto no reforço da ligação entre o Cliente e o produto, foram também uma importante fonte de receitas.

De forma a intensificar a abordagem ao segmento jovem, o produto TAG lançou propostas de preço muito competitivas e restritas a este segmento, tendo sido algumas destas iniciativas efetuadas em parceria com entidades como o Santander Totta e a Universia.

Em 2011, tal como havia acontecido em 2010, o produto TAG continuou a marcar o ritmo do mercado na sua categoria.

Oferta Discount: revisões estratégicas, a marca e o mercado alvo

Nos anos recentes, a Optimus endereçou o segmento *discount* no mercado nacional, com a marca autónoma Rede4, sem qualquer ligação à marca Optimus. Em 2011, tendo em consideração os méritos do lançamento de uma oferta *discount* estrategicamente mais próxima à marca Optimus, a marca Rede4 foi abandonada e substituída pela marca Optimus POP, a nova oferta Optimus destinada ao mercado *discount*. Esta nova oferta manteve o posicionamento de baixo custo e as principais características que permitiram à Rede4 o seu sucesso: tarifas baixas e simplicidade. O Optimus POP manteve também o *website* autónomo como um canal de venda importante; como uma plataforma de *web-selfcare*; e como meio privilegiado de promoção do produto. Para reforçar o seu posicionamento de baixo custo, a tarifa Optimus POP foi reduzida para um

valor fortemente apelativo de 8 cêntimos por minuto. A revisão de marca para Optimus POP foi acompanhada por uma campanha promocional multi-meios e por eventos promocionais nos principais canais de retalho.

O **Continente Mobile**, eixo fundamental da abordagem da Optimus ao segmento *discount*, foi introduzido em 2009 como a marca de telecomunicações do líder nacional no retalho, o Continente. Em 2011, com o objetivo de alcançar maior competitividade e eficiência, o Continente Mobile redefiniu a sua proposta de valor, definindo as famílias como a sua principal prioridade e redefinindo também o seu modelo de negócio. Simultaneamente, o Continente Mobile, iniciou uma nova abordagem à sua base de clientes com atividades promocionais que incluem não só os descontos em Cartão Continente, mas também oferta de bônus de recarregamento indexados aos volumes de compras retalhistas nos hipermercados e supermercados Continente.

Mundo: Novos vouchers de recarga para comunidades imigrantes

Portugal tem uma população imigrante crescente que representa quase 5% da totalidade da sua população atual. As mais representativas comunidades imigrantes a viver em Portugal são a Brasileira, a Ucrâniana e a Cabo Verdiana. Estas comunidades representam um segmento relevante em termos de geração de receitas, com necessidades muito específicas que são endereçadas por um plano tarifário Optimus específico, o tarifário Mundo.

O produto Mundo foca-se em chamadas internacionais complementadas com comunicações gratuitas e ilimitadas entre subscritores do produto. Estes fatos fazem com

que o Mundo seja um produto de valor, quer para comunicações nacionais, quer para comunicações internacionais. Tendo em conta que o segmento de comunidades imigrantes tem necessidades muito específicas relacionadas com comunicações internacionais, a Optimus lançou o novo Minutos Mundo, com um novo tipo de recarregamentos de cinco euros e o formato *voucher*. O Minutos Mundo é uma forma totalmente inovadora de efetuar recarregamentos no mercado português, dando aos clientes Mundo alternativas adicionais às tradicionais formas de efetuar recarregamentos, em Multibanco ou em loja.

Planos tarifários inovadores: a responder às necessidades do mercado

Durante o ano de 2011, a Optimus continuou a sua estratégia de ajustamento das características dos seus produtos às necessidades do mercado. O Optimus Livre foi lançado em janeiro de 2011 como uma versão renovada do bem-sucedido produto pré-pago Livre. Mantendo o seu benefício base, a ausência de recarregamentos obrigatórios, o Optimus Livre permite ainda aos clientes o benefício de uma tarifa muito competitiva, 9 cêntimos por minuto para todas as chamadas após cada recarregamento. O Optimus Livre é o primeiro plano tarifário de qualquer dos operadores móveis a combinar estes dois benefícios e tem tido uma recetividade grande por parte dos consumidores.

Em fevereiro, a Optimus lançou o produto pré-pago Optimus Zero que permite comunicações ilimitadas para todos os clientes Optimus e para todos os números fixos. O Optimus Zero é o mais abrangente produto com comunicações ilimitadas do mercado.

Em abril, a Optimus lançou um produto disruptivo destinado ao segmento de alto valor, o SMART iPhone Edition, que prevê um contrato específico pós-pago SMART que combina tarifas competitivas e um pacote de 2GB/mês para dados com um preço muito competitivo na compra do iPhone4. Pela primeira vez, os clientes tiveram a possibilidade de comprar o iPhone desde 99 euros. Desta forma, o SMART iPhone Edition foi um grande sucesso neste segmento de extrema importância, o segmento de alto valor. Em novembro, a Optimus estendeu a bem sucedida oferta SMART ao segmento pré-pago. O novo SMART Pré é agora a mais acessível oferta do mercado a combinar voz e dados sob uma única mensalidade de 12,5 euros por mês e mantém-se como um elemento fundamental de estratégia da Optimus para o crescimento da base de smartphones.

MÓVEL

MUNDO
Cartão para Chamadas Internacionais
International Phone Card

Brasil
tarifa desde €0.06/min

China
tarifa desde €0.04/min

Angola
tarifa desde €0.11/min

Ucrânia
tarifa desde €0.11/min

Carregamento mensal
€8
convertidos em saldo

GRÁTIS
CHAMADAS ENTRE CLIENTES
COM TARIFÁRIO MUNDO MÓVEL
FREE CALLS BETWEEN CUSTOMERS WITH MOBILE MUNDO

LIGUE-SE AO MUNDO A PREÇOS REDUZIDOS.
THE WORLD MINIMUM RATES.



Iniciativas dirigidas a equipamentos

Mercado de *smartphones*: a liderar o caminho

Durante o ano de 2011, a Optimus manteve o seu caminho, contribuindo para o aumento da taxa de adoção de *smartphones* e desenvolvendo diversas campanhas de *marketing* para promover os seus melhores equipamentos móveis. Este esforço conduziu também a um crescimento consistente da sua base de clientes. Juntamente com o lançamento de equipamentos dos principais fabricantes, a Optimus implementou um forte plano de promoção dos *smartphones* da marca Optimus, alavancando a sua vantagem competitiva no mercado. Dos vários lançamentos de equipamentos, de realçar o Optimus Pequim, o primeiro *smartphone* dirigido ao segmento jovem; o Optimus Stockholm, o primeiro *smartphone* com um preço inferior a 100 euros e o Optimus Monte Carlo, um equipamento de elevada qualidade a um preço acessível, inferior a 200 euros. Estes três *smartphones* são baseados no sistema operativo Android e respondem a necessidades específicas e diversificadas dos consumidores.

Todos estes lançamentos foram suportados num plano de promoção sólido e inovador e representaram importantes marcos para o mercado português.

Desbloqueados Optimus

Com base no sucesso alcançado em 2010, a Optimus relançou a sua campanha promocional pioneira, 'Desbloqueados Optimus', em dois momentos: no Verão e no Natal. Introduzindo um fator disruptivo e oferecendo uma forte proposta de valor com um processo simples (os clientes apenas têm de pedir o código de desbloqueio numa loja Optimus), esta campanha produziu excelentes resultados e reforçou o papel inovador da Optimus no mercado. Na campanha de Verão, e de forma a incrementar a taxa de adoção de *smartphones*, além da oferta do código de desbloqueio, a Optimus ofereceu um desconto adicional de 50 euros no preço do equipamento. A campanha de Natal provou, mais uma vez, a relevância deste conceito promocional disruptivo ao alcançar os melhores resultados de sempre, medidos pelo número de pedidos de desbloqueio.

A resposta às novas necessidades dos consumidores

Para oferecer um variado leque de soluções móveis que respondem às novas necessidades dos consumidores e às tendências emergentes, a Optimus alargou o seu portefólio de telemóveis através da introdução de telemóveis *dual Sim* e de equipamentos orientados para as redes sociais. A categoria *dual SIM* tem vindo a ser atualizada com novos equipamentos e oferece hoje em dia uma vasta gama de telemóveis, sistemas operativos e fabricantes. Estes lançamentos foram suportados por campanhas e programas de promoção e comunicação que incluíram anúncios de televisão, material no ponto de venda, imprensa, *outdoor*, relações públicas e comunicação *web*.

A Optimus também endereçou a necessidade crescente dos consumidores de estarem ligados às redes sociais no telemóvel através da introdução de três novos equipamentos com uma característica distintiva: tecla para integração completa com o Facebook. O HTC ChaChaCha foi o primeiro equipamento com esta tecla, que permite um acesso simples e rápido ao Facebook. Mais tarde, e integrado na campanha de Natal, a Optimus lançou dois novos telemóveis com tecla dedicada ao Facebook: One Touch 813 e One Touch Android 908 c. Este lançamento duplo está diretamente associado ao compromisso da Optimus de antecipar e ir ao encontro das exigências dos clientes.



Criação de valor, fidelização e iniciativas de serviço ao Cliente

Maximizar a criação de valor e novas oportunidades

Em linha com os compromissos já assumidos no passado, em 2011, os clientes Optimus tiveram também a oportunidade de ganhar inúmeros prémios através de campanhas SMS. Em maio, a Optimus lançou a campanha QuizMania, na qual oferecia 5 euros por dia e 15 euros como prémio final. Em agosto, a Optimus lançou a campanha Verão Milionário, com ofertas de 1.000 euros por dia, 2.000 euros aos fins-de-semana e um Mini Countryman como prémio final.

No Natal, a Optimus lançou as Carregadinhas de Natal, uma campanha de *vouchers* de recargas com oferta de prémios. Com as Carregadinhas de Natal, os clientes podiam fazer carregamentos adicionais de baixo valor e, desta forma, aceder a bónus garantidos até 1.000 euros.

O *roaming* não foi esquecido e, em março, foi lançada a campanha de Promoção de *roaming* da Páscoa. Por 99 cêntimos por dia, os clientes puderam falar por metade do preço em qualquer país da União Europeia.

Com o objetivo estratégico de ir ao encontro das necessidades dos clientes, a Optimus lançou campanhas contínuas e personalizadas para cada perfil de Cliente com o propósito de estimular a utilização de voz e o aumento das recargas.

Melhoria do programa de fidelização

Tendo redefinido as condições de elegibilidade e tornado o programa de fidelização mais acessível no final de 2010, o foco em 2011 foi tornar o programa mais atrativo para os clientes. Simultaneamente, o programa contribuiu para o crescimento das receitas de dados da Optimus através do incentivo à troca dos equipamentos por telemóveis mais sofisticados. Este objetivo foi alcançado através de um programa promocional contínuo, o qual conferiu destaque aos *smartphones* através de melhores descontos face a outras ofertas de equipamentos e com uma comunicação mais consistente e dirigida. Em comparação com 2010, a taxa de retoma do programa de fidelização cresceu 33%, com os *smartphones* a representar 50% das retomas (26% em 2010). Os estudos de mercado também revelam uma satisfação crescente com o programa de fidelização.

Melhoria da experiência do Cliente

O aumento da penetração de *smartphones* e a crescente relevância dos serviços de dados constituem novos desafios no serviço ao Cliente.

Em resposta, a Optimus lançou uma iniciativa integrada envolvendo as lojas e os centros de contacto, focada no serviço aos *smartphones*.

O objetivo foi melhorar o serviço oferecido aos clientes com *smartphones* através dos principais interfaces de contacto com a Optimus, redesenhando processos e ferramentas e, ainda, através da formação dos colaboradores.

Os colaboradores da área comercial e dos centros de contacto têm agora mais conhecimentos sobre equipamentos e sobre os principais serviços de dados e aplicações. Estão também mais capazes de promover os serviços enquanto aconselham os clientes nestes temas. No *Contact Centre*, a segmentação das chamadas recebidas é atualmente feita com base no tipo de equipamento e os clientes com *smartphones* são atendidos por uma equipa especializada.

Adicionalmente, o menu de multibanco da Optimus teve mudanças estruturais para oferecer uma experiência de Cliente significativamente superior. Quando utilizam o multibanco, os clientes têm agora um menu personalizado através do qual podem comprar novos serviços como pacotes de Internet, *calling rings* e outros serviços de conteúdos, e podem ainda encontrar informação sobre as promoções mais recentes.

Optimus Kanguru - Banda Larga Móvel

2011 foi um ano de crescimento significativo no segmento de retalho do nosso negócio de banda larga móvel. Isto mitigou o impacto do cancelamento do programa e-iniciativas, que em anos anteriores representou uma parcela considerável da aquisição de novos clientes. A mudança na *mix* de aquisição na banda larga móvel beneficiou a nossa quota de mercado global, que cresceu significativamente, motivada pela contínua melhoria do produto, fortes promoções e forte atividade comercial, e uma ênfase constante na experiência, gestão e retenção do Cliente.

O ano começou com uma revisão completa da categoria de pós-pagos do Optimus Kanguru, resultando numa proposta de valor simplificada e numa melhoria do *mix* de aquisição. No primeiro trimestre, a Optimus relançou o Optimus Kanguru Inside, um produto baseado num cartão SIM especificamente criado para equipamentos com módulos integrados, de forma a proporcionar a melhor experiência de ativação e utilização. Este lançamento foi suportado por uma campanha promocional intensa, que criou a associação necessária entre a nossa bem conhecida banda larga móvel e a emergente categoria de *tablets*, posicionando, assim, a Optimus como líder nesta nova área de crescimento.

No segundo trimestre, a Optimus lançou o novo contrato pós-pago *online* para produtos Kanguru, permitindo uma experiência 100% baseada na *web* para contratos de banda larga móvel, com ativação totalmente automática e transversal a todas as plataformas relevantes de serviço. Esta inovação única habilitou os consumidores a usufruir do nosso acesso à Internet móvel imediato e demonstrou o nosso compromisso com a excelência, tanto na experiência do consumidor, como na eficiência operacional. Este passo foi seguido por uma completa revisão da nossa experiência de *roaming* e pelo lançamento de novos planos de preços de *roaming*. Em conjunto, isto estimulou a adoção de banda larga móvel em *roaming* durante o Verão.

Também neste período, a Optimus lançou um produto pré-pago Kanguru otimizado, suportado por uma forte campanha promocional dirigida a utilizadores mais ocasionais, que têm um produto de banda larga móvel como complemento do acesso fixo. Isto conduziu a um aumento significativo na aquisição deste tipo de clientes, aumentando a quota da Optimus num segmento em crescimento no mercado de banda larga global.

A atividade comercial foi fortalecida com um número significativo de atividades transversais a todos os canais de distribuição, resultando num bom desempenho em aquisição e num *mix* de aquisição otimizado.

No seguimento da decisão do Governo Português de terminar o programa e-iniciativas, a Optimus focou-se na retenção dos clientes e na gestão de valor. Estes fatores foram melhorados através da implementação de uma ampla gama de atividades baseadas em *marketing* relacional e em programas de retenção proativos, bem como em atualizações de larga escala de tarifas, permitidas pelas inovações das plataformas de serviços. A par da contínua melhoria na experiência de utilização, estes esforços permitiram-nos sustentar um desempenho forte no índice de satisfação global.

Em suma, 2011 foi um ano virtuoso para a categoria de banda larga móvel, com uma ênfase renovada no segmento de retalho chave e um crescimento da quota de mercado da Optimus. A par de um número elevado de melhorias de eficiência, estes fatores sustentaram resultados consistentes neste segmento.



Optimus Home - Produto convergente Fixo-Móvel

O Optimus Home é um produto exclusivo na sua categoria e com um potencial de mercado que seguiu a tendência decrescente dos anos anteriores. Esta situação foi causada, essencialmente, pela penetração crescente de ofertas *bundle*. O efeito colateral positivo é o fato de a penetração de soluções de voz móvel ter revertido a sua tendência de declínio, criando simultaneamente a oportunidade de se tornar mais relevante para o Cliente.

O clima macroeconómico gerou um forte desempenho deste produto no que respeita a angariação. Tendo em conta a natureza da proposta de valor do Optimus Home, que permite às famílias portuguesas uma efetiva poupança na sua fatura de comunicações fixas, o desempenho dos canais de venda esteve acima das expectativas.

O mesmo contexto macroeconómico afetou as receitas, principalmente em componentes *off-bundle*, uma vez que os consumidores começaram a conter os seus gastos. A estabilidade da mensalidade atenua o impacto no orçamento mensal, permitindo um desempenho razoável em termos de receitas.

Neste contexto, o Optimus Home desenvolveu uma estratégia de clara maximização de rentabilidade. Os seus pilares estratégicos são: i) manter uma proposta de valor simples e competitiva; ii) desenvolver parcerias sólidas com os canais de distribuição; iii) focar no *churn* e variáveis afins; iv) garantir um controlo apertado de todas as fontes de custo, com particular ênfase na aquisição e gestão de base de clientes.

Um canal forte de atividade promocional, em linha com um programa motivacional contínuo para as equipas de venda, contribuiu para um ano positivo em termos de aquisição. Inúmeras iniciativas de *cross-selling* suportaram estes resultados e criaram uma fórmula de sucesso para sustentar os esforços contínuos nesta área. Um modelo inovador focado numa campanha televisiva integrada num programa de entretenimento de topo também criou uma nova dinâmica na atividade de vendas.

Uma nova linha de produto, incluindo serviços de dados, foi lançada no primeiro trimestre de 2011. Respeitando o princípio da simplicidade, alavancou na característica distintiva de pronto-a-usar. Os resultados superaram as expectativas, criando um panorama virtuoso para esta linha de receitas complementar e que expandiu o público-alvo do produto.

Todas as áreas de custo estiveram sob um rigoroso controlo. Isto não só gerou um impacto no custo de serviço da base de clientes, mas também trouxe maior eficiência em termos de custos de equipamentos, através da renegociação dos termos de fornecimento com os atuais parceiros e da adição de novos fornecedores à carteira de equipamentos.

No que concerne à retenção de clientes, a ênfase foi eliminar as principais causas de insatisfação, principalmente através de uma campanha de atualização de alguns equipamentos.

Como consequência do sucesso da estratégia adotada, o Optimus Home reforçou a sua posição enquanto desafiador do operador incumbente no mercado de voz fixa, além dos produtos *bundle*. Também numa perspetiva financeira, o Optimus Home foi capaz de manter a sua margem mesmo sob um contexto macroeconómico adverso.

home
TELEFONE PELA METADE
POUPANÇA POR INTEIRO
CHAMADAS ILIMITADAS PARA A REDE FIXA
POR APENAS €9,99 / MÉS.*

TELEFONE FIXO HF SELECT
€19,90
€9,90

TELEFONE SEM FIOS 2X
€19,90
€9,90

*Medante seleção no Optimus Home na modalidade de pagamento por fatura, durante 24 meses.

Optimus Clix - Segmento residencial de rede fixa

Em 2011, todos os principais operadores utilizaram para o negócio de Fibra uma abordagem estratégica de posicionamento e comunicação de serviços *triple-play* de TV, a par de um reforço da sua posição competitiva.

Os canais de TV, *video on demand* (VoD) e novas funcionalidades foram características-chave claramente utilizadas para, simultaneamente, diferenciar produto e marca.

Da mesma forma, a atividade promocional agressiva foi usada pelos operadores, quer para adquirir e recuperar clientes, quer para manter e evitar o *churn*.

Os principais *drivers* em 2011 para o Optimus Clix incluíram: i) abrangência e expansão do território endereçável de fibra, através de uma parceria estratégica com a Vodafone; ii) prossecução de uma estratégia de inovação; iii) desafio do modelo operacional para aumentar a eficiência; iv) redução do *churn*; e v) gestão eficiente da nossa base de clientes ULL, de forma a melhorar a experiência do cliente e aumentar o seu nível global de satisfação.

Adicionalmente, a continuação da atividade promocional ao longo do ano foi fundamental para suportar a pressão competitiva. Numa perspetiva comercial, este eixo foi impulsionado pela expansão e dinâmica da equipa de vendas porta-a-porta, dado que as estratégias de vendas *push*, ao contrário de estratégias de vendas *pull*, ainda se revelam eficazes.

Fibre-to-the-home (FTTH)

Aproveitando o plano de crescimento para a fibra em 2011, através da parceria com a Vodafone, a Optimus duplicou o seu mercado potencial para mais de 400 mil casas passadas. Da mesma forma, as aquisições de clientes apresentaram resultados positivos, devido a ofertas competitivas, em conjunto com uma atividade promocional dinâmica, adaptada e personalizada a cada canal de distribuição.

Da mesma forma, a dinâmica da atividade comercial aumentou homologamente as adições líquidas em mais de 40%. Este crescimento foi conseguido, principalmente, através de um forte empenho no reforço e melhoria dos canais de venda direta.

Além disso, todos os pacotes de fibra foram melhorados para aumentar a sua competitividade: os pacotes base foram reforçados com canais de TV e pacotes de minutos de voz mais atrativos. Da mesma forma, uma nova oferta de Internet 360Mbps foi disponibilizada, permitindo à Optimus

manter as suas velocidades na vanguarda do mercado português e mundial.

Adicionalmente, o valor por Cliente conseguiu acréscimos positivos devido ao aumento de ofertas conjuntas por angariação. Mais de 80% das angariações subscreveram uma oferta *triple-play*, tendo mais de 90% subscrito um serviço de TV.

Valor do Cliente

Apesar da decisão de pôr fim a aquisição de clientes ADSL no modelo de desagregação do lacete local (ULL), a principal atividade centrou-se na implementação de ferramentas de perfil e segmentação. Estas ajudaram à diminuição do *churn* e à melhor gestão dos volumes de receitas. Além disso, a implementação de ferramentas de retenção customizadas ajudou a activar campanhas de fidelização e a atuar em tempo útil sobre os segmentos de clientes com maior potencial de risco. Em geral, estes fatores conduziram a um aumento em todos os rácios de retenção.

Da mesma forma, para melhorar a fidelização dos clientes, reduzir o *churn* e aumentar a sua satisfação e valor intrínseco globais, a Optimus impulsionou a sua estratégia de inovação com novas funcionalidades e campanhas mensais de *up-sell* à sua base de clientes ULL.

Experiência do Cliente e envolvimento

O nosso principal objetivo em 2011 foi melhorar a experiência do Cliente em alguns pontos críticos e entregar uma experiência que aproxime a experiência real, a perceção e as exigências de qualidade do Cliente.

Isto foi conseguido pela simplificação de processos, contribuindo para uma operação mais sólida e sustentável, sem prejuízo da satisfação do Cliente. Uma parte importante da experiência do Cliente é a fase de instalação. É neste momento que o serviço se torna mais tangível, sendo instalado na casa do Cliente, e é uma parte importante da perceção que o Cliente tem da qualidade de serviço.

Consequentemente, em 2011, foi colocada bastante ênfase na transformação da instalação num serviço que gerasse níveis elevados de satisfação e qualidade percecionada.

Os resultados refletem um decréscimo médio dos tempos de instalação de aproximadamente 20%.

Serviços inovadores de TV

A TV é, claramente, o líder em qualquer pacote *triple-play*. Como resultado, a Optimus tem atuado de forma a melhorar os serviços de conteúdos e serviços interativos que compõem a sua oferta de TV. Em 2011, foram lançados 12 novos canais, 9 dos quais em alta definição (HD), o que faz do

serviço Optimus Clix TV um dos mais competitivos e diversificados do mercado.

O conteúdo da biblioteca de VoD também foi alargado para mais de 1.200 novos títulos, 300 dos quais em HD. As taxas de penetração e de compra mostram uma tendência de crescimento, apesar do ambiente económico adverso.

Trabalhando numa estratégia multi-plataforma, o Optimus Clix lançou o seu serviço de vídeo *online*. Este serviço permite que qualquer pessoa com uma ligação à Internet possa aceder a uma ampla oferta de filmes.

Durante 2011, introduzimos ferramentas inovadoras para clientes do serviço, aproveitando todo o potencial da nossa rede de fibra. A aplicação *Picasa* foi lançada para reforçar a nossa oferta de aplicações sobre TV. Juntamente com a nossa aplicação *Wikipedia Clix*, a conhecida *Picasa digital photo app* está agora também disponível para os nossos clientes diretamente no ecrã da TV.

Da mesma forma, a funcionalidade de reinício, uma das mais populares entre os utilizadores, foi alargada a mais canais. Uma nova aplicação de gravação remota foi lançada para *smartphones* e *tablets*, melhorando não apenas a interação com o serviço de TV, mas dando aos clientes maior controlo sobre a visualização de programas. Para facilitar a gestão de canais de TV *premium* dos clientes, foram feitas melhorias à *interface* de TV, permitindo aos clientes a assinatura direta no portal TV. Os clientes podem agora selecionar os canais diretamente a partir do seu comando e obter acesso imediato ao conteúdo, sem terem de ligar para o serviço de apoio ao Cliente.

Optimus Negócios - segmento PME's e SOHO's

A Optimus Negócios tem como missão a melhoria da eficácia e da competitividade dos seus clientes, possibilitando-lhes a utilização de meios de comunicação inovadores e estimulantes – a qualquer hora, em qualquer lugar. O nosso compromisso consiste em fornecer as melhores ferramentas de comunicação aos profissionais e empresas: fixo ou móvel, voz, dados ou acesso à Internet.

O nosso enfoque está na convergência e integração de todos os serviços e soluções que disponibilizamos aos nossos clientes. Em 2011, continuámos o nosso caminho de encorajar clientes e parceiros a adotarem soluções de comunicações integradas, tendo já decisivamente provado que a nossa oferta integrada é de fato geradora de valor para os seus negócios.

Introduzimos alterações significativas no nosso portefólio de produtos, reforçando os três pilares de atuação que claramente diferenciam a Optimus junto do mercado empresarial. Destacamos aqui algumas dessas iniciativas:

Integração/convergência, através de:

- Tarifários convergentes que entregam benefícios tanto no fixo como no móvel, quer com um só equipamento, quer com um equipamento fixo e um móvel;
- Serviços agnósticos à tecnologia, que nos permitem oferecer, de uma forma transparente, serviços fixos através da nossa rede móvel.

Dados móveis, introduzindo:

- Diversas iniciativas visando a democratização do consumo de dados móveis pela base de clientes;
- Novos mecanismos para gestão de dados em *roaming*.

Virtualização/Serviços *cloud*, adicionando:

- Serviços inovadores baseados em tecnologia Microsoft, sobre um modelo de *cloud computing*;
- Soluções baseadas em novos equipamentos, como os *tablets*, onde entregamos um *bundle* com tráfego de Internet partilhado entre PC's e *tablets*.

Um serviço ao Cliente de excelência e a melhoria da satisfação dos nossos clientes continuaram a ser uma importante prioridade em 2011. Acreditamos que é crucial percebermos exaustivamente as necessidades dos nossos clientes, que estão em constante mutação, para disponibilizarmos os serviços que efetivamente endereçam essas necessidades. Para que possamos atingir melhores níveis de satisfação, apostámos fortemente em

dar as melhores respostas no mais curto espaço de tempo possível, preferencialmente no momento do primeiro contacto do Cliente.

Em conjunto com outras iniciativas, o nosso investimento na qualidade e taxa de resposta do nosso *Contact Center* voltou a ser premiado, tendo desta feita sido reconhecido internacionalmente. A Optimus obteve o prémio de *Best Customer Service (In-House Contact Center) of Europe, Middle East and Africa*, atribuído pela *Contact Center World*, associação internacional que monitoriza as melhores práticas em *Contact Centers* e redes de trabalho. Este prestigiante prémio internacional é fulcral para o nosso negócio, confirmando o nosso trajeto de melhoria sustentada dos níveis de satisfação de clientes e encorajando-nos para uma melhoria ainda mais acentuada no futuro.

O valor dos nossos clientes permanece igualmente como um dos nossos principais eixos de atuação. Sob a marca Clube Negócios, introduzimos melhorias nos nossos programas de fidelização, reforçando as ofertas e modelos disponíveis para melhor servir as necessidades e objetivos dos nossos clientes. Com este objetivo, implementámos diversas campanhas de *cross-selling*, promovendo a venda de produtos integrados Optimus Negócios, incentivando assim a nossa base de clientes a subscrever ainda mais serviços.

No que se refere aos canais de vendas, tomámos um passo decisivo no sentido de reforçar as nossas capacidades de venda em canais de retalho. Alocámos especialistas de negócio empresarial às nossas principais lojas próprias, com a responsabilidade de endereçarem especificamente o mercado dos profissionais e empresas, criando relações e incrementando os níveis de *cross-selling* e fidelização da nossa base de clientes. Os primeiros resultados mostram um crescimento significativo, tanto na angariação como na retenção de clientes.

Durante 2011, obtivemos resultados particularmente positivos no que se refere ao nosso crescimento no mercado empresarial. Mais uma vez, impusemos um forte ritmo comercial e obtivemos melhores resultados que a concorrência em todas as linhas de produto – voz e Internet, móvel e fixo. O resultado final consubstanciou-se num crescimento aproximado de 4pp entre o 3T10 e o 3T11 (Fonte: Estudo das Telecomunicações Data-E). Prosseguiremos nos próximos anos a nossa estratégia de sucesso, com o objetivo de sermos a primeira escolha dos profissionais e empresas em Portugal, mantendo um enfoque estratégico claro na convergência e integração, partilhando valor com os nossos clientes e atendendo de perto às suas necessidades.



Optimus Corporate - Segmento Corporate

A Optimus Corporate posiciona-se como um fornecedor de soluções integradas, disponibilizando um portefólio de produtos e serviços integrados, convergentes e tecnologicamente avançados, capazes de entregar o máximo valor aos seus clientes. O nosso principal objetivo consiste em sermos o melhor operador de comunicações para grandes empresas em Portugal, liderando a convergência do mercado Corporate com uma oferta global.

Durante 2011, demos um passo em frente na nossa estratégia, ao enriquecermos de forma significativa o nosso portefólio.

Nas ofertas de Internet e dados, para o segmento das grandes empresas, introduzimos novas soluções de conectividade, baseadas em serviços de *Ethernet* e IP, que asseguram uma performance mais elevada, qualidade e cobertura. Destacamos as seguintes iniciativas:

- Introdução da tecnologia de acesso *GB Passive Optical Network (GPON)* sobre serviços *Carrier Ethernet*, baseados na rede de fibra ótica da Optimus;
- Disponibilização de ligações *Ethernet* de alto débito baseadas em circuitos cobre, com velocidades até 20Mbps;
- Novas ofertas baseadas em IP, suportadas sobre tecnologias de *Very Small Aperture Terminal (VSAT)* e de comunicações de dados por satélite;

- Integração da oferta regulada de circuitos *Ethernet*, permitindo à Optimus a implementação de soluções de acesso totalmente redundantes e a capacidade de servir clientes em qualquer ponto do território nacional.

Nas ofertas de voz e dados móveis, a Optimus Corporate procedeu a alterações relevantes na sua arquitetura de planos tarifários, transformando-a numa arquitetura mais flexível e estruturada, de forma a cobrir os diferentes perfis de utilização das empresas, dos seus colaboradores e respetivos familiares. Em simultâneo, introduzimos uma solução específica para o sub-segmento dos colaboradores e familiares, disponibilizando um mecanismo de controlo de consumos particularmente relevante no contexto económico atual. Em resultado, atingimos um crescimento significativo de angariações de clientes neste segmento específico.

Perseguindo a nossa estratégia de convergência, adicionámos diversas opções na nossa oferta de voz fixa, através de novas soluções para utilização fixo-móvel, aprofundando ainda mais a oferta de convergência fixo-móvel.

Na banda larga móvel, introduzimos melhorias na oferta de Kanguru para grandes empresas, com novos planos tarifários que endereçam diferentes perfis de consumos das empresas e dos seus colaboradores:

- Kanguru *Twin Tablet*, uma solução única para utilização de Internet móvel tanto no PC como

- no *tablet*, com base num único plano tarifário;
- Kanguru Individual sem controlo de consumos, uma nova opção que permite aos utilizadores moderarem de forma gratuita a sua utilização de Internet, sem qualquer tipo de restrições;
- Kanguru *Splitter*, uma solução que disponibiliza tráfego ilimitado e partilha de valor entre as empresas e os seus colaboradores.

Durante 2011, disponibilizámos igualmente um novo serviço *Femtocell*, permitindo-nos um reforço substancial de cobertura 3G dentro dos edifícios e locais remotos, de uma forma simples e mais eficiente.

A nossa aproximação ao mercado das tecnologias de informação e comunicação (TIC) constituiu outro importante marco em 2011. Os novos serviços *premium* de *Housing* Optimus são uma forma efetiva de as empresas reduzirem custos de TIC, permitindo-lhes a manutenção dos seus atuais servidores em *data centres* modernos e totalmente equipados ou mesmo a sua migração para um servidor central virtual.

No que se refere ao enfoque no Cliente e à sua satisfação, mantivemos o objetivo de incrementar os níveis de satisfação através de uma disponibilização constante de padrões elevados de serviço, desde o primeiro contacto. Identificámos e desenvolvemos oportunidades para melhorar o serviço *front-office* aos clientes e introduzimos adicionalmente opções de auto-serviço, permitindo aos nossos clientes a execução de tarefas rotineiras sem ter que contactar a sua equipa de gestão de conta. Estas alterações têm-nos permitido melhorar a nossa eficiência enquanto reinvestimos o tempo e energia na maximização do valor do Cliente.

Todas estas iniciativas permitiram-nos incrementar o valor do nosso negócio e reforçar a nossa posição no mercado. As empresas enfrentam hoje novos e intensos desafios. Para terem sucesso, é vital que se concentrem nas suas atividades *core*, podendo a Optimus Corporate contribuir neste caminho com as soluções de telecomunicações dirigidas ao mercado Corporate como um todo.

Optimus Wholesale

A Optimus *Wholesale* procura a maximização do valor de um dos mais importantes ativos da Optimus: a nossa rede. Disponibilizamos um portefólio alargado de serviços de comunicações de voz, banda larga e dados a operadores fixos e móveis e, adicionalmente, endereçamos as necessidades de fornecedores mundiais de comunicações.

Com este objetivo, temos vindo consistentemente a estabelecer relações com diversos parceiros comerciais, designadamente parceiros internacionais, e temos vindo a desenvolver diversas iniciativas para fornecer aos nossos clientes soluções diferentes e inovadoras que respondam às suas necessidades específicas.

Apesar da envolvente económica, a Optimus *Wholesale* alcançou um crescimento significativo nos seus números operacionais, ultrapassando os objetivos para o ano de 2011 e comprovando a qualidade da nossa estratégia. Apesar de este crescimento não ter totalmente compensado a descida das tarifas reguladas e a pressão competitiva do mercado, a Optimus *Wholesale* conseguiu reforçar a sua posição como o operador *wholesale* alternativo em Portugal.

Optimus Connect e a Internet of Things

A Optimus Connect foi criada como marca e unidade de negócio no início de 2011, com a missão principal de endereçar com sucesso o mercado máquina-a-máquina (M2M) em Portugal. Através da introdução de um conjunto de novas ofertas e produtos para os segmentos empresariais (B2B), conseguimos desenvolver novas oportunidades de venda com base num portefólio mais abrangente.

A Optimus Connect tem agora como objetivo ser a marca mais reconhecida em Portugal para soluções Machine to Machine (M2M), conhecido como Internet of Things, tornando-se o líder português deste segmento.

A nossa capacidade de criar e entregar valor adicional neste mercado tem vindo a ser confirmada por uma crescente penetração nos principais mercados verticais, designadamente nos setores de Logística (transportes), Financeiro (pagamentos), Segurança (vigilância) e Utilitários (energia e água). Este crescimento em número de serviços foi conseguido, em simultâneo, com um aumento da margem de contribuição da unidade de negócio.

Adicionalmente, a Optimus Connect obteve particular sucesso na disponibilização de serviços aos seus clientes em operações à escala europeia.

A Optimus Connect desenvolveu igualmente diversas iniciativas em setores verticais em acentuado crescimento, como, por exemplo, os setores da saúde e bem-estar. Percebemos antecipadamente o elevado potencial destes setores, estabelecemos as parcerias mais adequadas para alavancarmos a nossa marca e aumentámos consideravelmente o grau de adoção das nossas propostas comerciais.

Em resultado de todos estes fatores, a Optimus Connect atingiu, em 2011, um crescimento notável de angariação de serviços, demonstrando que foi correta a aposta em perseguir uma estratégia específica para o mercado M2M.

A outra principal prioridade para 2011 consistiu em estabelecer as bases de crescimento para o futuro, que certamente nos permitirão assumir a posição de líderes neste segmento. Desta forma, o nosso enfoque centrou-se simultaneamente nos processos e nas plataformas. Procedemos à especificação de processos operacionais altamente eficientes e levámos a cabo um processo de seleção de uma plataforma operativa e comercial.

Estes desenvolvimentos permitirão à Optimus Connect vir rapidamente a fornecer novas soluções e entregar níveis de serviço superiores aos seus clientes no mercado M2M, por via da automatização de processos que gerem o ciclo de vida dos clientes e tirando vantagens das tecnologias web disponíveis para disponibilizar mais eficiência, qualidade e simplicidade.

optimus connect
O teu parceiro de conectividade global M2M

UNICARD ANYWHERE START
Gestão de Assiduidade

A Micro I/O - Serviços de Electrónica, Lda, é uma empresa especializada na criação de soluções de software e hardware desenvolvidas à medida. A sua filosofia assenta numa relação próxima com os seus clientes, pois só assim acredita conseguir atingir os objectivos de excelência a que se propõe.

Criado em agosto de 1995, a Micro I/O nasceu no seno da Universidade de Aveiro, na designada Incubadora de Empresas, e tem mantido, até hoje, estreitas ligações com a instituição para a qual, inicialmente com o DCTUA - Grupo de Sistemas Electrónicos Distribuídos do Departamento de Electrónica e Telecomunicações da Universidade de Aveiro e com a grupo INATEC - Inovação e Serviços, Lda.

optimus connect
O teu parceiro de conectividade global M2M

FLEET MANAGEMENT
Gestão de Frotas Comerciais

A Cartrack é uma empresa portuguesa que surge de uma parceria com uma empresa Sul Africana, pioneira a nível mundial na recuperação e monitorização de veículos. Presente em mercados internacionais habituados a lidar frequentemente com situações de roubo de automóveis e peças a Cartrack possui a experiência indispensável para garantir uma gestão eficaz e segura dos veículos.

CARTRACK
powered by Optimus

2.3.2. Negócio Móvel da Optimus

Em 2011, perante uma crise financeira fortemente marcada pelas medidas de austeridade lançadas pelo Governo, a Optimus reforçou a sua base de clientes em 1,0% face a 2010. Um dos principais pilares da Optimus é a sua posição inovadora na exploração de oportunidades emergentes, especialmente ao nível da banda larga móvel, através da sua infraestrutura avançada e da sua oferta de banda larga e *smartphones*.

O desempenho do Volume de Negócios do negócio Móvel, aliado ao plano de otimização em curso, permitiu obter uma margem EBITDA de cerca de 35%, uma das mais elevadas do setor no universo dos terceiros operadores europeus.

2.3.2.1. Indicadores Operacionais

| | 2011 | 2010 | Variação |
|----------------------------------|----------|----------|----------|
| Clientes (EOP) ('000) | 3.639,37 | 3.604,10 | 1,0% |
| Novos Clientes ('000) | 35,3 | 171,5 | (79,4)% |
| Dados como % receitas de serviço | 32,5% | 30,6% | 1,8pp |
| Total # SMS/mês/Cliente | 42,8 | 47,7 | (10,2)% |
| MOU ⁽¹⁾ (min.) | 126,1 | 133,9 | (5,8)% |
| ARPU ⁽²⁾ (euros) | 12,9 | 13,7 | (5,6)% |
| Cliente | 11,2 | 11,4 | (2,1)% |
| Interligação | 1,7 | 2,2 | (23,4)% |
| ARPM ⁽³⁾ (euros) | 0,10 | 0,10 | 0,2% |

⁽¹⁾ Minutos de Utilização por Cliente por mês;

⁽²⁾ Receita Média Mensal por Utilizador;

⁽³⁾ Receita Média por Minuto.

Base de Clientes

A base de subscritores do negócio Móvel da Optimus evoluiu positivamente, de 3,60 milhões de clientes para 3,64 milhões de clientes. O impacto causado pelas medidas de austeridade, aliado ao cancelamento do programa e-iniciativas, decretado pelo Governo, criou um efeito negativo nos indicadores operacionais do negócio, tais como o *churn* e minutos de utilização por Cliente por mês.

No entanto, a Optimus obteve um nível positivo de adições líquidas no trimestre, ampliando a base de clientes em 1,0% face a 2010. O número de clientes pós-pagos continuou a crescer, alcançando 33,1% da base de clientes do Móvel, face aos 32,9% verificados em 2010.

A receita média mensal por Cliente ("ARPU") foi de 12,9 euros, diminuindo 0,8 euros quando comparada com 2010. Esta evolução deveu-se a uma combinação de menores Receitas de Interligação, que diminuíram de 2,2 euros para 1,7 euros, e uma menor faturação média por Cliente, que diminuiu de 11,4 euros para 11,2 euros. Os minutos de utilização por Cliente por mês diminuíram 5,8% face a 2010, para 126 minutos. Não obstante, é de assinalar que este efeito não tem impacto direto nas Receitas de Clientes do negócio Móvel, dado o peso de minutos e SMS na oferta pré-paga e pós-paga da Optimus.

Receitas de Dados e Banda Larga Móvel

Em 2011, as receitas de Dados representaram 32,5% das Receitas de Serviços, aumentando 1,8pp face a 2010, um resultado em linha com a atual tendência de utilização de dados, especialmente terminais USB.

Paralelamente, o nível atual de penetração de *smartphones* ainda representa uma oportunidade de crescimento de elevada importância. Apesar do impacto negativo criado pelo final do programa e-iniciativas no segmento de banda larga móvel, as Receitas de Serviços de Dados (excluindo receitas de SMS) continuaram a aumentar o seu peso no total de Receitas de Dados, representando 76,0% em 2011, versus 75,1% em 2010.

2.3.2.2. Indicadores Financeiros

| Milhões de euros | 2011 | 2010 | Varição |
|--|--------------|--------------|---------------|
| Volume de negócios | 570,7 | 592,8 | (3,7)% |
| Receitas de serviço | 542,4 | 557,8 | (2,7)% |
| Receitas de clientes | 470,4 | 466,5 | 0,8% |
| Receitas de operadores | 72,0 | 91,2 | (21,1)% |
| Vendas de equipamento | 28,3 | 35,0 | (19,2)% |
| Outras receitas | 32,2 | 33,4 | (3,6)% |
| Custos operacionais | 403,4 | 440,7 | (8,5)% |
| Custos com Pessoal | 51,0 | 51,7 | (1,2)% |
| Custos Diretos Serviços Prestados ⁽¹⁾ | 130,9 | 170,4 | (23,2)% |
| Custos Comerciais ⁽²⁾ | 106,4 | 109,7 | (3,1)% |
| Outros custos operacionais ⁽³⁾ | 115,1 | 108,9 | 5,7% |
| EBITDA | 199,6 | 185,5 | 7,6% |
| Margem EBITDA (%) | 35,0% | 31,3% | 3,7pp |
| CAPEX operacional ⁽⁴⁾ (excl investimento espectro) | 81,1 | 94,7 | (14,4)% |
| CAPEX operacional como % Volume de negócios (excl investimento espectro) | 14,2% | 16,0% | 1,8pp |
| EBITDA – CAPEX operacional (excl investimento espectro) | 118,5 | 90,9 | 30,4% |
| CAPEX total (excl investimento espectro) | 81,2 | 104,0 | (21,9)% |
| | | | |
| CAPEX operacional ⁽⁴⁾ | 191,5 | 94,7 | 102,3% |
| CAPEX total | 191,6 | 104,0 | 84,3% |

⁽¹⁾ Custos Diretos de Serviços Prestados = Interligação e conteúdos + Circuitos Alugados + Outros Custos de Operação de Rede;

⁽²⁾ Custos Comerciais = Custos das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas;

⁽³⁾ Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Provisões + Outros Custos;

⁽⁴⁾ Capex Operacional exclui Investimentos Financeiros, Provisões para desmantelamento de sites e outros investimentos não operacionais.

Volume de Negócios

As Receitas de Clientes do negócio Móvel aumentaram 0,8% entre 2010 e 2011, para 470,4 milhões de euros. No entanto, quando analisada numa base trimestral, esta rubrica evidenciou, tal como antecipado, uma evolução negativa. É de assinalar que as medidas de austeridade recentemente implementadas em Portugal tiveram um impacto negativo no subsídio de Natal dos trabalhadores, criando um efeito de abrandamento nos níveis de consumo.

O Volume de Negócios do negócio Móvel diminuiu 3,7% em 2011, para 570,7 milhões de euros, devido a uma combinação de menores Receitas de Operadores, totalmente influenciadas pelos atuais níveis de tarifas reguladas: Tarifas de Terminação Móvel e *roaming-in* e ainda pelo menor nível de Vendas de Equipamentos.

Custos Operacionais

Em resultado do programa de eficiência da Optimus, com vista a criar uma organização mais otimizada, os Custos Operacionais diminuíram 8,5% face a 2010, para 403,4 milhões de euros, beneficiando de uma diminuição de 23,2% nos Custos Diretos de Serviços Prestados. Esta diminuição deveu-se a um menor nível de circuitos alugados e custos de rede, consequência da maior independência da Optimus em relação à infraestrutura alugada. Paralelamente, esta quebra foi também influenciada por um menor nível de Custos de Interligação, devido ao menor nível de Tarifas de Terminação Móvel.

Os Custos Comerciais diminuíram 3,1% em 2011, devido a um menor nível de Custos das Mercadorias Vendidas, alinhado com a diminuição de 19,2% verificada no nível de Vendas de Equipamentos. Os Outros Custos Operacionais aumentaram 5,7% face ao ano anterior, devido a um maior nível de Provisões, que supera as reduções alcançadas pelo plano de eficiência operacional na política de *outsourcing* no *call centre*, custos de TI e, ainda, um menor volume de despesas gerais e administrativas. Entre 2010 e 2011, as Provisões do negócio Móvel aumentaram de 4,8 milhões de euros para 19,5 milhões de euros.

EBITDA

O EBITDA do negócio Móvel aumentou 7,6% face a 2010, para 199,6 milhões de euros, devido a um aumento de 0,8% nas Receitas de Clientes no Móvel e, principalmente, devido a uma diminuição de 8,5% no nível de Custos Operacionais.

A margem EBITDA alcançou 35,0% em 2011, face aos 31,3% obtidos em 2010, aumentando 3,7pp.

O EBITDA-Capex Operacional do negócio Móvel manteve a sua tendência de evolução positiva. Excluindo o efeito criado pela aquisição de espectro, o EBITDA-Capex Operacional evoluiu de 90,9 milhões de euros, em 2010, para 118,5 milhões de euros, em 2011, aumentando 30,4% no último ano.

2.3.3. Negócio Fixo da Optimus

No segmento de Corporate e PMEs, central na estratégia do negócio Fixo da Optimus, continuámos a alavancar o nosso crescimento através da disponibilização de soluções convergentes, sendo este o principal foco no que respeita a entregar o máximo valor aos clientes.

Em 2011, foram introduzidas diversas alterações no portefólio da Optimus, contribuindo para diversificar a sua oferta e fortalecer a sua posição nos segmentos empresariais.

2.3.3.1. Indicadores Operacionais

| | 2011 | 2010 | Variação |
|--|---------|---------|----------|
| Total de acessos (EOP) | 375.826 | 417.066 | (9,9)% |
| Acessos diretos | 307.638 | 344.631 | (10,7)% |
| Voz | 162.407 | 185.294 | (12,4)% |
| Internet de Banda Larga | 74.666 | 104.819 | (28,8)% |
| Outros | 70.565 | 54.518 | 29,4% |
| Acessos Indiretos | 68.188 | 72.435 | (5,9)% |
| Centrais desagregadas com transmissão | 206 | 206 | 0,0% |
| Centrais desagregadas com ADSL2+ | 182 | 182 | 0,0% |
| Acessos diretos em % receitas de Clientes ⁽¹⁾ | 79,0% | 78,8% | 0,1pp |
| Receita média por acesso – retalho | 23,3 | 23,7 | (1,7)% |

⁽¹⁾ Devido a uma mudança no critério de classificação de Outras Receitas de Clientes, o nível de Receitas de Acessos Diretos sofreu alterações entre o 4T09 e 3T10.

Base de Clientes

O segmento de Corporate e PMEs continuou a aumentar a sua presença no mercado, com o número de acessos a crescer de 151 mil para 158 mil, evoluindo 4,7% entre 2010 e 2011.

No entanto, o número total de acessos diminuiu 9,9% face ao ano anterior, para 376 mil acessos devido, unicamente, ao negócio Fixo Residencial. Esta quebra deveu-se a uma diminuição de 10,7% no nível de Acessos Diretos, influenciada pela decisão de abandonar a aquisição de clientes no segmento Residencial através da infraestrutura de cobre do operador incumbente, e a uma redução de 5,9% no número de Acessos Indiretos. É de notar que o ritmo de perda no número total de Acessos tem vindo a diminuir desde o início de 2009, fruto da evolução ao nível de Acessos Diretos e Indiretos.

2.3.3.2. Indicadores Financeiros

| Milhões de euros | 2011 | 2010 | Varição |
|---|--------------|--------------|----------------|
| Volume de negócios | 220,4 | 237,6 | (7,3)% |
| Receitas de serviço | 216,9 | 236,8 | (8,4)% |
| Receitas de clientes | 103,6 | 122,7 | (15,5)% |
| Receitas de acesso direto ⁽¹⁾ | 81,8 | 96,7 | (15,4)% |
| Receitas de acesso indireto | 21,2 | 25,5 | (16,8)% |
| Outros ⁽¹⁾ | 0,6 | 0,5 | 19,6% |
| Receitas de operadores | 113,3 | 114,1 | (0,7)% |
| Vendas de equipamento | 3,5 | 0,8 | - |
| Outras receitas | 1,0 | 1,8 | (44,1)% |
| Custos operacionais | 211,8 | 236,0 | (10,2)% |
| Custos com Pessoal | 2,8 | 3,9 | (27,0)% |
| Custos Diretos de Serviços Prestados ⁽²⁾ | 152,8 | 154,9 | (1,3)% |
| Custos Comerciais ⁽³⁾ | 15,6 | 21,2 | (26,7)% |
| Outros custos operacionais ⁽⁴⁾ | 40,6 | 56,0 | (27,5)% |
| EBITDA | 9,6 | 3,5 | 175,5% |
| Margem EBITDA (%) | 4,4% | 1,5% | 2,9pp |
| CAPEX operacional ⁽⁵⁾ | 20,0 | 26,5 | (24,4)% |
| CAPEX operacional como % Volume de negócios | 9,1% | 11,1% | (2,1)pp |
| EBITDA –CAPEX operacional | (10,4) | (23,0) | (54,7)% |
| CAPEX total | 20,0 | 26,5 | (24,4)% |

⁽¹⁾ Devido a uma mudança no critério de classificação de Outras Receitas de Clientes, o nível de Receitas de Acessos Diretos e Outras Receitas de Clientes sofreram alterações entre o 4T09 e o 3T10;

⁽²⁾ Custos Diretos de Serviços Prestados = Interligação e conteúdos + Circuitos Alugados + Outros Custos de Operação de Rede;

⁽³⁾ Custos Comerciais = Custos das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas;

⁽⁴⁾ Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Provisões + Outros Custos;

⁽⁵⁾ Capex Operacional exclui Investimentos Financeiros e Provisões para desmantelamento de sites e outros investimentos não operacionais.

Volume de Negócios

O Volume de Negócios do negócio Fixo diminuiu 7,3% face a 2010, para 220,4 milhões de euros, fruto de uma redução de 15,5% nas Receitas de Clientes, para 103,6 milhões de euros, e uma redução de 0,7% nas Receitas de Operadores, para 113,3 milhões de euros. As Receitas de Operadores sofreram o impacto da diminuição dos preços de tráfego *wholesale*, quase totalmente compensada pelo aumento de tráfego registado durante o ano.

Custos Operacionais

Os Custos Operacionais do negócio Fixo diminuíram 10,2% face a 2010, para 211,8 milhões de euros. A linha de Custos Diretos de Serviços Prestados diminuiu 1,3% entre 2010 e 2011, devido, maioritariamente, a uma redução no número de lacetes locais desagregados. O aumento verificado nesta linha de custos entre o 4T10 e 4T11 deve-se ao acréscimo significativo de 11,0% verificado nas Receitas de Operadores, devido à unidade de *wholesale*, tendo, por sua vez, um efeito de maiores custos de interligação.

Os Custos Comerciais diminuíram 26,7% entre 2010 e 2011, devido a menores Custos de *Marketing* e Vendas, em consequência da decisão de abandonar a angariação de clientes residenciais através da infraestrutura do operador incumbente. Os Custos com o Pessoal diminuíram 27,0% em 2011, em resultado da otimização do negócio Fixo Residencial da Optimus.

A rubrica de Outros Custos Operacionais diminuiu 27,5%, beneficiando de um menor nível de Provisões, que evoluiu de 10,7 milhões de euros, em 2010, para 3,6 milhões de euros, em 2011.

EBITDA

Como resultado do nosso desempenho em termos de Receitas e Custos, o EBITDA mais do que duplicou em 2011, alcançando 9,6 milhões de euros. A margem EBITDA aumentou entre os dois anos de 1,5% para 4,4%, evoluindo 2,9pp.

No 3T11, foi possível alcançar no negócio Fixo um nível positivo de EBITDA-Capex Operacional. Apesar de esta linha ser ainda negativa no 4T11 e em 2011, iremos continuar a apostar na rentabilidade do negócio. Alinhado com esta tendência, o EBITDA-Capex Operacional cresceu mais de 12 milhões de euros entre 2010 e 2011.

2.4. SSI



2.4.1. Principais Desenvolvimentos do mercado

WeDo Technologies

A Empresa encarou e ultrapassou em 2011 vários e simultâneos desafios chave: o contexto económico Português e Europeu; a significativa reestruturação acionista de um dos nossos clientes chave na América Latina; o aumento significativo das contas a receber e dos prazos de recebimento. Finalmente, a WeDo Technologies enfrentou uma concorrência muito agressiva ao nível do preço.

Não obstante, a WeDo Technologies continuou a entregar em 2011 uma margem EBITDA positiva a rondar os 12% e possui um *backlog* (encomendas obtidas e ainda não entregues) acima de 33 milhões de euros. Isto apenas foi possível devido ao elevado e apertado controlo de gestão das diferentes áreas da empresa e ao forte enfoque das equipas de vendas e *marketing* na obtenção de projetos nos nossos clientes.



Liderando o Mercado de Revenue e Business Assurance

No seu 6º encontro mundial de clientes anual, realizado em maio de 2011, celebrando também o 10º Aniversário da Empresa, a WeDo Technologies partilhou com os mais de 130 convidados presentes (representando mais de 42 operadores de Telecomunicações), dois valiosos indicadores de mercado na indústria de telecomunicações: a *Stratecast Frost & Sullivan* estimou em 25% a quota de Mercado da WeDo Technologies no segmento de *Software de Revenue Assurance* e o primeiro lugar no *ranking*, tendo a *Gartner* estimado em 7,8% a quota de mercado da WeDo Technologies no segmento de Serviços e *Software de Revenue Assurance* e *Fraud Management* e terceiro lugar no *ranking ex-aequo* com o segundo classificado e 0,3 pontos percentuais abaixo do primeiro classificado. A WeDo Technologies foi a primeira empresa a investir num produto que contempla tanto *revenue assurance* como gestão de fraude e a partilhar esta sua visão do negócio com o mercado. O seu conceito combina *revenue assurance* com gestão de fraude e com funções de controlo do negócio, tais como auditoria interna, gestão de risco, cobranças, incentivos, etc. Para além do setor das telecomunicações, a visão da WeDo Technologies passa por expandir os conceitos de *revenue* e *business assurance* a outros setores: retalho, energia e finanças.

Concretizações chave de 2011

Durante 2011, a WeDo Technologies conquistou seis novas contas de telecomunicações na África central, Médio oriente, Asia Pacifico, EUA, e Europa de Leste; cinco novas referências em Fraude; um cliente na área de retalho no Brasil, *Dufry*, e um cliente na área financeira, em Portugal.

No início do ano, a WeDo Technologies efetuou o lançamento do *BASE*, um *software de Business Assurance* direcionado para pequenos operadores que pretendem proteger as suas receitas. Também efetuou o lançamento do *RAID Mobile Dashboard* para o *iPhone*, tornando-se na primeira empresa na área de *Revenue* e *Business Assurance* a lançar esta modalidade.

Em julho, a WeDo Technologies adquiriu os ativos de uma pequena empresa portuguesa de *software* especializada na área de mediação e processamento de dados em massa.

Olhando para o futuro: reforçando a liderança

Ao longo da última década, a empresa instalou as suas soluções em mais de 150 empresas em mais de 80 países nos cinco continentes, entregando serviços de consultoria a mais de 100 operadores no mundo inteiro através da sua

bem sucedida divisão de consultoria, *Praesidium*. As fábricas de *software* da WeDo Technologies estão correntemente localizadas em Braga (Portugal), Dublin (Irlanda) e Poznan (Polónia).

Já em 2012, a WeDo Technologies estará a suportar activamente o mercado das telecomunicações nos seus desafios nas diversas áreas, com os serviços de *software* que a empresa detém.

Uma publicação da *Gartner* continua a referir que 50% do mercado irá continuar a utilizar desenvolvimentos *in-house* de *Revenue Assurance* e *Fraud Management* – a WeDo Technologies continuará a desafiar estes operadores de telecomunicações durante 2012.

Em relação à indústria de Retalho, 2012 será um ano forte em termos de comunicação, alavancado em três clientes importantes anteriormente adquiridos.

Com o objetivo de partilhar conhecimento e a inovação criada, durante 2012, a WeDo Technologies irá continuar a liderar na produção de conhecimento e emissão de *white papers* e também a investir na sua presença no *TMForum*, contribuindo para o desenvolvimento da indústria numa perspetiva de médio prazo para entrega de valor aos seus *stakeholders*.

Mainroad

Durante 2011, a Mainroad continuou a focar-se no fornecimento de melhores e mais eficientes serviços aos clientes atuais e potenciais. Tendo isto presente, a empresa reorganizou a estrutura da unidade de negócio de modo a que, além do respetivo fornecimento, fosse criada uma unidade para servir especialmente os clientes preferenciais da Mainroad.

A Mainroad foi, em 2011, distinguida nos *European Data Centers Awards* obtendo o prémio de melhor *European Managed Services Data Centre* da Europa. Este prémio reconhece o investimento continuado feito pela Mainroad na melhoria das respetivas infraestruturas de *Data Centre*.

Entre outras importantes concretizações, a Mainroad assinou novos contratos com empresas e instituições, tais como a Sonae Capital, a AHRESP, a EuroRSCG, a CLOVER, a UTIS, a Fujitsu, a eChiron, a Mapfre, a CANON (Espanha), a RedSys (Espanha), a Finstar (Angola), a Unitel (Angola) e o BNI Europa.

Foi estabelecido um novo contrato de parceria com a Fujitsu para oferecer serviços *cloud* baseados nas

infraestruturas da Mainroad e no equipamento da Fujitsu para servir o mercado português. A Mainroad é também a primeira empresa em Portugal e a segunda empresa na Península Ibérica a alcançar o estatuto de *SAP Hosting Partner*. É também uma das poucas empresas a ser reconhecida como um *Microsoft Silver Hosting Partner*.

Mais de 100 clientes atuais e potenciais marcaram presença no evento anual da Mainroad.

O encontro foi subordinado ao tema “Roteiro para a Redução de Custos para TI / Casos de Estudo de clientes Mainroad”. O objetivo deste evento foi promover uma série de debates sobre as mais recentes perspetivas e tendências de gestão e de *outsourcing* de serviços, de infraestruturas e de processos empresariais. A Sonae Sierra, a AHRESP e o IPQ, clientes da Mainroad, foram convidados para apresentarem à audiência as soluções que a Mainroad implementou em benefício dos mesmos.

A Mainroad continuará a focar-se na prospeção das mais recentes tendências e inovações para apoiar os seus clientes, prestando-lhes o melhor serviço e disponibilizando-lhes o melhor *know-how* disponível.



Bizdirect

No ano passado registou-se uma queda significativa no Mercado de TI, acima de 40%, que inevitavelmente teve impacto no Volume de Negócios da Bizdirect. Este declínio refletiu a atual crise vivida em Portugal, tendo sido agravado pelo cancelamento inesperado do programa e-iniciativas, que havia sido lançado pelo Governo Português em 2007. Devido às condições macroeconómicas adversas, a Bizdirect teve de reforçar a sua reputação junto dos seus clientes e do mercado. De acordo com a estratégia planeada para 2011, a empresa fortaleceu a sua posição de liderança na oferta de soluções multi-marca de TI, suportada em parcerias com os maiores fabricantes do mercado e pela gestão de contratos corporativos de *software*.

Em 2011 houve áreas especializadas que mantiveram os níveis de crescimento, tais como o licenciamento de *software*, que continua a ser uma unidade de negócio em crescimento progressivo, onde o número de clientes aumentou e em que foi possível a expansão dos mercados alvo, nomeadamente no setor da educação.

A Bizdirect gere mais de 120 acordos de licenciamento de *software*. A Bizdirect continua a expandir o seu portefólio de soluções diferenciadoras, desenvolvendo um portefólio de produtos de valor direcionado para nichos de mercado, com desempenho muito positivo, especialmente tendo em consideração o contexto macroeconómico atual.



A Bizdirect continua a reforçar as suas competências num mercado corporativo extremamente competitivo. Durante o ano de 2011, ganhou importantes projetos de TI com algumas das empresas de referência em Portugal, de entre as quais se destacam o Grupo Impresa, Grupo Visabeira, Fertagus, Universidade de Lisboa, Lusitânia Seguros, Unitel, Petrobras, Randstad e o Grupo Hospitalar da Trofa, entre outras.

É importante realçar a parceria da Bizdirect com a Agência Nacional de Compras Públicas, ANCP, tendo em 2011 sido celebrado um novo contrato de âmbito mais alargado.

No decorrer do ano passado, a empresa manteve um reforço contínuo das parcerias com os principais fabricantes do mercado, tais como, a consolidação do estatuto de *Microsoft Gold Certified Partner* e de fornecedor de soluções *Enterprise* da VMware, enquanto evoluiu para o programa *Premier Partner* da EMC e intensificou as suas ligações com a Riverbed. A TIBCO, que oferece um conjunto abrangente de produtos delineados para suportar projetos orientados para serviços, nomeou a Bizdirect como parceiro distribuidor nos mercados de Portugal e Angola.

A Bizdirect alcançou os objetivos chave que havia estabelecido para 2011, afirmando-se como *player* diferenciado no mercado nacional de TI, através da consolidação do seu *know-how* e do desenvolvimento de novas oportunidades de negócios e de produtos nas áreas de soluções e licenciamento. Em paralelo, a globalização é outra área de crescimento e a empresa está neste momento a marcar presença em determinados países, incluindo Angola e Espanha.

Em 2011, foi lançado um novo projeto da Bizdirect, o BizPortal, abrindo um novo canal de interação com os seus clientes. Esta ferramenta, que visa melhorar a qualidade de informação, é uma solução exclusiva e inovadora, que proporciona acesso a serviços e recursos que irão tornar mais eficaz a capacidade da Bizdirect junto do mercado.

Saphety

A Saphety, no seguimento da estratégia delineada para 2011, não só fortaleceu a sua posição enquanto líder de soluções para a simplificação e automatização de processos no mercado português, como também expandiu a base de clientes no plano internacional.

Em Portugal, a Saphety ganhou a confiança dos maiores retalhistas (Modelo Continente, Jerónimo Martins e Auchan) para guardar em repositório as faturas eletrónicas emitidas pelos seus fornecedores. Esta concretização não só garantiu à Saphety uma posição privilegiada no mercado, criada por esta ampla rede de fornecedores, como também proporcionou à empresa uma importante vantagem competitiva no processo de internacionalização.

Foi nesta área que a Saphety conseguiu um dos mais notáveis êxitos no ano passado. Apesar da conjuntura económica desfavorável, a empresa conseguiu entrar em diferentes mercados, alguns dos quais muito competitivos. Atualmente, a Saphety exerce atividades em 17 países diferentes, nomeadamente na Alemanha, França, Reino Unido, Suécia, Espanha e Moçambique.

Em 2012, a Saphety adquiriu novos clientes importantes como o Grupo Salvador Caetano, Rádio Popular, SEUR, Udifar, Perfumaria Douglas, GSI Iceland, CS Hotels, Resorts & Golf. No que respeita às parcerias estratégicas estabelecidas, realçamos a Lokemark, MIIT, PHC, Sage, DigitalSign e Xerox.



Para ganhar o reconhecimento como interveniente internacional no seu setor de mercado, a Saphety renovou a marca e a imagem corporativa. Entre outros aspetos, esta renovação resultou na apresentação de uma nova oferta integrada. Nesta nova oferta, todas as soluções da Saphety foram agregadas em três soluções mais amplas que atualmente traduzem a oferta *purchase-to-pay* do negócio da empresa: (i) SaphetyGov (contratação pública eletrónica); (ii) SaphetyBuy (compras eletrónicas); e (iii) SaphetyDoc (faturação eletrónica). Toda a oferta *purchase-to-pay* da Saphety está agora integrada num único *website* que é mais intuitivo e que permite uma melhor experiência ao utilizador.

Juntamente com a imagem renovada e o posicionamento no mercado, a Saphety também promoveu, organizou e apoiou uma série de eventos destinados à promoção e disponibilização de informação, local e nacional, sobre a sua área de negócio. É importante realçar o primeiro *Saphety User Group*, que envolveu mais de 150 clientes de diversos setores de atividade.

Entretanto, a Saphety também expandiu a sua equipa aumentando a estrutura de RH em 23% comparativamente com 2010, e investiu em vários projetos de inovação e I&D. É importante realçar duas iniciativas nesta área: (i) o projeto *Value4Coupons* desenvolvido em parceria com a Wedo Technologies, a Cardmobili e a Universidade de Aveiro; e o (ii) Drive3.

No final do ano, a Saphety iniciou um novo projeto – designado *Green Saphety* – que irá permitir que os clientes compreendam quanto pouparam ao utilizarem menos papel. Cada empresa pode poupar madeira, água e energia reduzindo simultaneamente a poluição e os resíduos sólidos, e a Saphety pode mostrar essas poupanças através desta ferramenta.

O principal objetivo da Saphety para 2012 é a consolidação do seu estatuto internacional e tornar-se numa referência em termos de soluções concebidas para simplificar e automatizar processos.

2.4.2. Indicadores Operacionais

| | 2011 | 2010 | Variação |
|---|---------|---------|----------|
| Receitas de serviços TI /colaborador ⁽¹⁾ | 135,3 | 133,8 | 1,1% |
| Vendas de equipamento como % do Volume de negócios | 32,4% | 50,9% | (18,4)pp |
| Vendas de equipamento/colaborador ⁽²⁾ | 1.466,3 | 2.959,5 | (50,5)% |
| EBITDA/Colaborador | 15,3 | 15,4 | (0,7)% |
| Colaboradores | 550 | 565 | (2,7)% |

⁽¹⁾ Excluindo colaboradores dedicados a Vendas de Equipamento;

⁽²⁾ Bizdirect.

As Receitas de Serviço TI por colaborador atingiram os 135,3 mil euros, mais 1,1% do que em 2010, em resultado de um aumento nas Receitas de Serviços e de um decréscimo de 2,7% no total de colaboradores, para 550, maioritariamente na WeDo Technologies.

As Vendas de Equipamento como percentagem do Volume de Negócios diminuíram de 50,9%, em 2010, para 32,4%, em 2011, devido essencialmente ao fim do programa e-iniciativas, o qual se refletiu numa queda significativa na venda de PC's na Bizdirect.

2.4.3. Indicadores Financeiros

| Milhões de euros | 2011 | 2010 | Variação |
|---|--------------|--------------|----------------|
| Volume de negócios | 108,5 | 142,5 | (23,9)% |
| Receitas de serviço | 73,3 | 70,0 | 4,7% |
| Vendas de equipamento | 35,2 | 72,5 | (51,5)% |
| Outras receitas | 0,7 | 0,5 | 41,5% |
| Custos operacionais | 100,5 | 134,6 | (25,3)% |
| Custos com Pessoal | 28,6 | 30,1 | (5,0)% |
| Custos Comerciais ⁽¹⁾ | 35,5 | 71,7 | (50,5)% |
| Outros Custos Operacionais ⁽²⁾ | 36,4 | 32,8 | 11,2% |
| EBITDA | 8,7 | 8,5 | 2,5% |
| Margem EBITDA (%) | 8,0% | 5,9% | 2,1pp |
| CAPEX operacional ⁽³⁾ | 3,9 | 10,1 | (61,3)% |
| CAPEX operacional como % Volume de negócios | 3,6% | 7,1% | 3,5pp |
| EBITDA - CAPEX operacional | 4,8 | (1,60) | - |
| CAPEX total | 3,9 | 10,1 | (61,3)% |

⁽¹⁾ Custos Comerciais = Custos das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas;

⁽²⁾ Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Provisões + Outros Custos;

⁽³⁾ Capex Operacional exclui Investimentos Financeiros e Provisões para desmantelamento de sites e outros investimentos não operacionais.

Volume de Negócios

O Volume de Negócios da SSI diminuiu 23,9% face ao ano anterior, para 108,5 milhões de euros. O aumento de 4,7% ao nível das Receitas de Serviços não foi suficiente para compensar a queda de 51,5% nas Vendas de Equipamentos, imputada pelo final do programa e-iniciativas.

Custos Operacionais

Face ao período homólogo, o total de Custos Operacionais da SSI diminuiu 25,3%, para 100,5 milhões de euros. A diminuição de 50,5% no nível de Custos Comerciais é uma consequência direta do menor nível de Custo das Vendas na Bizdirect. Os Custos com o Pessoal diminuíram 5,0% face a 2010, em virtude de um menor número de colaboradores. O aumento nos Outros Custos Operacionais é um reflexo dos contratos de manutenção e de aluguer de equipamentos associados aos contratos de *full outsourcing* celebrados pela WeDo Technologies e pela Mainroad.

EBITDA

Durante o ano de 2011, o EBITDA da SSI alcançou 8,7 milhões de euros, representando um aumento de 2,5% face a 2010. O aumento nas Receitas de Serviço, conjugado com uma menor base de Custos Operacionais, mais do que compensou a queda na venda de equipamentos.

Como resultado (i) da combinação de um maior nível de Receitas de Serviços e de um menor nível de Vendas de Equipamento e (ii) da diminuição significativa dos Custos Operacionais na SSI, a margem EBITDA aumentou 2,1pp, de 5,9% para 8,0%.

2.5. Online e Media

O segmento de *Online e Media* da Sonaecom inclui um conjunto de negócios como o *Miau.pt* e o *Público*. O *Público* é um jornal de referência em Portugal, que já completou 22 anos de existência, sendo o *Público.pt* líder no segmento digital da imprensa em Portugal.

Durante 2011, o *Público* recebeu diversos prémios de reconhecimento da excelência e qualidade dos conteúdos e do seu *design*, quer da edição *online*, quer da edição impressa.

Sendo um dos pioneiros da informação digital em Portugal, o *Público.pt* está *online* desde 1995. Durante 2011, o *site* reforçou a sua posição de liderança face aos seus concorrentes diretos no segmento de informação *online* generalista, registando melhorias significativas nos *ratings*. Entre 2010 e 2011, com base no *Netscope*, o número médio de *page views* cresceu 29,3% em dezembro de 2011 face ao período homólogo. É de realçar que, em dezembro de 2011, o *Público.pt* registava 8,5 milhões de *unique visitors* por mês, colocando-se no topo dos *rankings* de jornais *online*.

Consistentemente, o *Público* é um líder nas redes sociais, excedendo os 222 mil seguidores no *Facebook*.

Em geral, o jornal continua a aumentar os índices de leitura *online* e impressa. O desafio de transformar receita num aumento sem precedentes no número de leitores está a ser endereçado através do lançamento gradual de conteúdos pagos, disponíveis, não apenas através do computador mas também através de aplicações desenvolvidas para *smartphones* e *tablets*.

A dinâmica de mercado no setor de imprensa diária generalista atravessa tempos desafiantes em termos de números de circulação e publicidade. Ainda assim, o *Público* conseguiu aumentar a percentagem do nível de audiência de 4,4% para 5,4% entre 2010 e 2011.

Em termos de indicadores financeiros, o nível consideravelmente mais baixo nas Receitas de Publicidade, fruto da deterioração do ambiente macroeconómico, tem tido um inevitável impacto negativo no EBITDA do negócio *Online e Media*. Em 2011, este indicador foi negativo em 3,1 milhões de euros, apresentando uma deterioração face aos 1,3 milhões de euros negativos registados em 2010.



2.6. Resultados Individuais da Sonaecom SGPS

2.6.1. Indicadores Operacionais

Os resultados individuais da Sonaecom SGPS, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, podem ser resumidos conforme apresentado de seguida:

| Milhões de euros | 2010 | 2011 | Δ | % |
|------------------------------------|-------|--------|---------|----------|
| Receitas de Serviço | 6,3 | 3,9 | (2,4) | (38,8)% |
| Outras Receitas Operacionais | 0,0 | 0,0 | (0,0) | (100,0)% |
| Custos Operacionais ⁽¹⁾ | (7,3) | (4,7) | 2,6 | (35,4)% |
| EBITDA | (1,0) | (0,9) | 0,1 | (13,7)% |
| EBIT | (1,1) | (0,9) | 0,2 | (14,8)% |
| Dividendos Recebidos | 137,0 | 0,0 | (137,0) | (100,0)% |
| Atividade Financeira Líquida | 8,9 | 3,5 | (5,4) | (60,6)% |
| Outros Resultados Financeiros | (8,1) | (10,1) | (2,0) | 25% |
| EBT | 136,7 | (7,5) | (144,2) | (105,5)% |
| Resultado Líquido | 135,4 | (8,0) | (143,4) | (105,9)% |

⁽¹⁾ Exclui Amortizações, Depreciações e Provisões.

No âmbito de uma reestruturação interna, e por razões operacionais no sentido de maximizar a eficiente utilização dos nossos recursos, a totalidade das áreas de Serviços Partilhados foi concentrada na subsidiária Optimus – Comunicações, S.A.. Neste sentido, todos os colaboradores da Sonaecom SGPS, com exceção dos administradores, foram transferidos para a Optimus a 31 de dezembro de 2010. Como consequência desta mudança, os resultados da Sonaecom SGPS do exercício de 2011 são consideravelmente diferentes dos resultados do ano anterior.

As Receitas de Serviço atingiram o montante de 3,9 milhões de euros e estão relacionadas com serviços de gestão prestados às subsidiárias. No ano anterior, as Receitas de Serviço totalizaram 6,3 milhões de euros e incluíam ainda: (i) Gestão do enquadramento regulatório; (ii) Suporte na procura de novos financiamentos; (iii) Auditoria interna e gestão de riscos; (iv) Suporte legal e fiscal; e (v) Alocação temporária de colaboradores às subsidiárias.

A 31 de dezembro de 2011, a Sonaecom SGPS incluía 4 administradores, o que compara com 38 colaboradores a 31 de dezembro de 2010. O total de Custos Operacionais (excluindo depreciações, amortizações e provisões) ascendeu a 4,7 milhões de euros, que comparam com 7,3 milhões de euros em 2010, sendo esta redução maioritariamente justificada pela redução dos custos com pessoal.

O EBITDA foi negativo em 0,9 milhões de euros, o que compara com 1,0 milhão de euros negativo relativo a 2010. A diminuição verificada nas Receitas de Serviço foi totalmente compensada pela redução nos Custos Operacionais.

A principal fonte de receitas financeiras da Sonaecom SGPS em 2010 foi de 137,0 milhões de euros de dividendos recebidos da Sonaecom SGPS (84,4 milhões de euros) e da Optimus – Comunicações, S.A. (52,6 milhões de euros). Em 2011, a Sonaecom não recebeu qualquer dividendo das suas subsidiárias.

A atividade financeira líquida (receitas de juros deduzidas das despesas de juros) foi positiva em 3,5 milhões de euros, significativamente abaixo do valor registado em 2010 (8,9 milhões de euros), devido a um maior nível de endividamento externo.

Os outros resultados financeiros foram negativos em 10,1 milhões de euros, quase totalmente justificados pelo reconhecimento de imparidades no Público (7,7 milhões de euros), na Sonaetelecom BV (0,9 milhões de euros; 5,6 milhões de euros em 2010), na Miauger (2,5 milhões de euros; 0,8 milhões de euros em 2010) e parcialmente compensado pela reversão da imparidade registada na Lugares Virtuais (-1,2 milhões de euros; +1,5 milhões de euros em 2010).

O Resultado Líquido do exercício foi negativo em 8,0 milhões de euros, significativamente abaixo do nível registado no ano anterior, devido ao elevado nível de dividendos e à excelente performance da atividade financeira líquida ocorridos em 2010.

2.6.2. Indicadores Financeiros

A tabela seguinte resume os principais movimentos monetários ocorridos durante 2011:

| Alterações na liquidez da Sonaecom SGPS | Milhões de euros |
|---|------------------|
| Liquidez a 31 de dezembro de 2010 | 75,6 |
| Caixa e Depósitos Bancários | 0,2 |
| Aplicações de tesouraria | 75,4 |
| Bancária | 4,8 |
| Subsidiárias | 70,6 |
| Variação da Dívida Nominal Bruta | 97,3 |
| Dívida Externa | 103,1 |
| Aplicações de tesouraria de subsidiárias | (5,7) |
| Reembolso de Suprimentos concedidos* | 58,3 |
| Dividendos pagos | (179) |
| Free Cash Flow | (152,1) |
| Juros pagos | (11,5) |
| Juros recebidos | 21,1 |
| Aquisição de ações próprias | (2,2) |
| Investimentos em partes de capital | (159,9) |
| Free cash flow operacional e outros | 0,3 |
| Liquidez da Sonaecom SGPS a 31 de dezembro de 2011 | 61,3 |
| Caixa e Depósitos Bancários | 0,1 |
| Aplicações de tesouraria | 61,2 |
| Bancária | 60,0 |
| Subsidiárias | 1,2 |

* Líquidos de transferências para Prestações Acessórias

Durante 2011, a liquidez da Sonaecom diminuiu 14,3 milhões de euros para os 61,3 milhões de euros devido aos movimentos abaixo descritos:

- (i) A Dívida Externa aumentou 103,1 milhões de euros;
- (ii) As Aplicações de Tesourarias efetuadas pelas subsidiárias na Sonaecom SGPS diminuíram 5,7 milhões de euros (maioritariamente justificadas pela *Towering*: -12,7 milhões de euros);
- (iii) O reembolso líquido dos suprimentos efetuados nas subsidiárias foi de 58,3 milhões de euros (valor líquido de conversões para prestações acessórias);

Mas,

- (iv) Foram efetuados pagamentos de dividendos no montante de 179 milhões de euros; e
- (v) O *Free Cash Flow* foi negativo no montante de 152,1 milhões de euros.

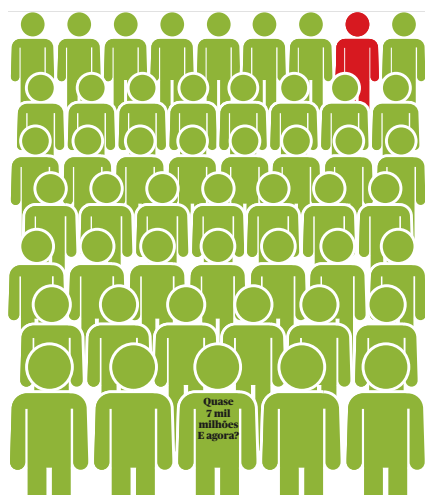
No final de dezembro, a Dívida Líquida da Sonaecom SGPS ascendia a 395,3 milhões de euros e compreendia os seguintes itens: (i) Liquidez de 61,3 milhões de euros; (ii) Aplicações de Tesouraria efetuadas pelas subsidiárias no montante de 18,9 milhões de euros; e (iii) Dívida Externa de 437,6 milhões de euros.

2.7. O nosso compromisso

O nosso compromisso para com o desenvolvimento sustentável está diretamente ligado à ambição de sermos o melhor fornecedor de comunicações em Portugal. Acreditamos que este setor oferece inúmeras oportunidades para criar uma melhor sociedade e estamos fortemente empenhados no desenvolvimento de produtos, serviços e soluções inovadores que não só satisfaçam as necessidades dos mercados em que operamos, como também criem valor acrescentado para os nossos clientes, parceiros, acionistas e para a comunidade.

Em 2010, concluímos o nosso primeiro ciclo estratégico de sustentabilidade. Este implicou a avaliação rigorosa dos nossos riscos e das nossas oportunidades de negócio sob o prisma da sustentabilidade. Os projetos emergentes deste exercício continuam a transformar a estratégia em resultados, e, ao longo de 2011, a sociedade reconheceu o foco da Sonaecom no desenvolvimento sustentável dos seus negócios. No ano passado, a nossa empresa foi distinguida com vários prémios que reconhecem a nossa abordagem e o nosso desempenho em matéria de sustentabilidade.

De acordo com o estudo *Engagement Rating Portugal 2011*, a Sonaecom foi considerada a empresa mais transparente a nível ibérico, no que respeita ao envolvimento desta com os respetivos *stakeholders*, em matéria de sustentabilidade. O estudo posicionou a Sonaecom como líder do setor das telecomunicações a nível ibérico; em sexto, de acordo com o *ranking* ibérico; e quinto, de acordo com o *ranking* de Portugal.



Dia da Terra

A Sonaecom obteve o melhor desempenho de entre as principais empresas portuguesas que integraram o estudo *CDP Iberia 125 Report 2011*. A nossa empresa fez o maior avanço entre as empresas analisadas neste estudo, atingindo uma redução de 27% das emissões de CO₂. Estes resultados foram sobretudo alcançados através da implementação de medidas para melhorar a eficiência energética através da redução do consumo de energia, do aumento da produção própria de energia recorrendo a fontes renováveis e da aquisição de energia a fornecedores com níveis de emissão mais baixos.

A Sonaecom é a empresa mais bem posicionada no que diz respeito à responsabilidade climática, de acordo com o *Ranking Global ACGE 2011*. Este índice, promovido pela Euronatura, atribuiu à Sonaecom a primeira posição no setor das TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação) e a sexta posição no *ranking* global.

Também fomos reconhecidos pelas boas práticas de eficiência energética com a distinção de Empresa Mais Eficiente através do Barómetro da Eficiência Energética Portugal 2010, promovido pela *PremiValor Consulting*, em parceria com a Direção-Geral de Energia e Geologia, a Agência para a Energia e a BCDS Portugal.

Em 2011, a Sonaecom centrou-se no seu segundo ciclo estratégico de sustentabilidade, que teve início através de uma consulta aos nossos *stakeholders*. O nosso ponto de partida foi os *stakeholders* que definimos anteriormente: colaboradores, fornecedores, parceiros, setor, clientes, comunidade, instituições financeiras, autoridades governamentais e regulatórias. Tendo presente a relação que cada *stakeholder* mantém com a Sonaecom e a influência dos mesmos nos nossos objetivos e no nosso desempenho, desenvolvemos uma consulta destinada a apreender as informações de que necessitamos para definir a nossa estratégia de sustentabilidade. Em 2012, definiremos a nossa estratégia de sustentabilidade para os próximos três anos. Queremos assegurar que manteremos uma atitude de responsabilidade no que aos nossos *stakeholders* diz respeito, atuando de forma transparente e respeitando os princípios de ética do mercado.

Para mais informações sobre o nosso desempenho ambiental, económico e social, consulte-se o nosso relatório de sustentabilidade, que estará disponível no sítio da Internet da Sonaecom, a partir de maio de 2012.

2.8. O nosso serviço ao Cliente

O nosso objetivo é liderar na satisfação sendo reconhecidos pelos nossos clientes e parceiros como o melhor serviço ao Cliente em Portugal. Em 2011, levámos a cabo ações decisivas neste sentido e os principais indicadores demonstram, ano após ano, uma melhoria contínua nas nossas operações. Este ano fomos premiados pela excelência do nosso serviço ao Cliente e *Contact Centers*. Estes prémios incluem o *Best in Customer Service EMEA* e o terceiro lugar no *Best in Customer Service of the World*, atribuídos pelo *Contact Center World*.

Acreditamos que para atingir ou exceder as expectativas dos nossos clientes é necessário o compromisso e envolvimento de todos, pois só dessa forma é possível assegurar os mais elevados níveis de qualidade de serviço. Em linha com esta visão, desenvolvemos uma estratégia de serviço baseada num único princípio: *Make it Easier*. Esta estratégia assenta sobre quatro pilares: *Know Me*, *Listen to Me*, *Help Me* e *Service Culture*.



Know me

A nossa principal prioridade em 2011 foi registar todas as interações com clientes numa única plataforma de CRM. Isso permite-nos gerir de uma forma mais eficiente e flexível as tarefas atribuídas a cada assistente do serviço ao Cliente. Agora é-nos possível consultar e gerir todos os contactos em simultâneo ainda que entreguemos SLAs diferenciados aos nossos clientes.

Desde 2009, temos vindo a desenvolver uma plataforma de *business intelligence* (BI) baseada num modelo de dados que recolhe informações sobre as diferentes fases do ciclo de vida de um Cliente. O nosso objetivo é melhorar as operações, acelerar o processo de tomada de decisão e desta forma aumentar a satisfação do Cliente. Alguns dos indicadores mais relevantes estão agora disponíveis em tempo real enquanto os restantes são atualizados numa base diária. Qualquer uma destas informações é facilmente acedida no *reporting center* do serviço ao Cliente.

Listen to me

Ouvir o cliente é crucial para implementar uma metodologia de *outside in approach*. Neste sentido, lançámos um programa de Voz do Cliente em que recolhemos continuamente o *feedback* dos nossos clientes. Depois de analisada, esta informação é incorporada nos ciclos de melhoria contínua, onde procuramos melhorar os processos relevantes para aumentar a satisfação do Cliente.

Help me

Demos prioridade à estratégia de *once and done* com o objetivo de promover a resolução à primeira e reduzir os contactos reincidentes. Para além da simplificação de processos, constituímos uma equipa de segunda linha com colaboradores de diferentes áreas da companhia que possuem as competências necessárias para resolver 99% dos problemas técnicos não resolvidos pela primeira linha durante o contacto.

A capacidade de decisão da primeira linha foi reforçada através de uma aplicação de *troubleshooting* de incidentes de falha de serviço. Quando as questões não são resolvidas imediatamente, a estrutura de despiste da aplicação identifica a causa provável o que nos permitiu aumentar a resolução à primeira. Para além da melhoria das taxas de resolução, esta ferramenta deu também um importante contributo para a redução de custos e para o aumento da produtividade interna. Acreditamos que a redução do esforço do Cliente é um fator decisivo para a satisfação. Tendo em conta este princípio, introduzimos um novo indicador, o *Customer Effort Score*, que monitoriza o esforço despendido pelo Cliente na resolução do

seu pedido. Depois de uma interação, é lançado um contacto automático de IVR para avaliar a percepção de esforço do Cliente na resolução do seu contacto. Este indicador ajuda-nos a determinar onde devemos concentrar as nossas ações de melhoria.

Service culture

O envolvimento dos colaboradores aos mais diferentes níveis, em particular dos assistentes que lidam diariamente com nossos clientes, está no centro de uma verdadeira cultura de serviço. Lançámos a Escola do Serviço ao Cliente para desenvolver e aprofundar as competências dos nossos assistentes. Competências como a linguagem positiva e o enfoque na resolução efetiva do contacto do Cliente são críticas na implementação da nossa estratégia, sendo também o grande enfoque das ações desenvolvidas pela escola.

Desde 2010, temos vindo a aproximar os nossos colaboradores com o dia-a-dia do serviço ao Cliente. É fundamental que os colaboradores estejam envolvidos com esta importante área do negócio. Para sustentar este objetivo, lançámos o programa Take-Off, em que convidamos colaboradores de diversas áreas da empresa a passar um dia nas nossas operações. Em 2011, tivemos 18 sessões do Take-Off, que envolveram 385 participantes.



2.9. A nossa rede de telecomunicações

Em 2011, a Optimus adquiriu espectro, nomeadamente nas frequências de 800 MHz, 1800 MHz e 2600 MHz. Acreditamos que esta aquisição assegurará o futuro e a sustentabilidade do nosso negócio a longo prazo, permitindo-nos fornecer os mais inovadores e avançados serviços aos nossos clientes, com a tecnologia *Long-Term Evolution* (LTE) a liderar este caminho.

Continuamos a preparar a nossa rede para o aumento contínuo da procura de mais serviços de dados, com investimentos e desenvolvimentos fundamentais para responder às necessidades cada vez mais exigentes dos nossos clientes. Além disto, continuamos a melhorar e reforçar a nossa rede de telecomunicações integrada, que suporta a nossa extensa e diversificada gama de ofertas.



2.9.1. LTE: o caminho para o futuro

Durante os últimos anos, a Optimus tem vindo a preparar o lançamento de uma operação de LTE tecnologicamente avançada em 2012. No seguimento dos testes realizados em dezembro de 2010, a Optimus preparou uma demonstração das capacidades tecnológicas da LTE que decorreu no Porto. Esta demonstração consistiu na apresentação de vários serviços e de várias aplicações que realçam as capacidades da LTE. Entre estes, contam-se: vídeos de alta definição enviados diretamente a partir de câmaras HDTV; navegação de alta velocidade na Internet e uma experiência de utilização de jogos *on-line* significativamente melhor. As demonstrações foram efetuadas em cenários realistas: o vídeo de alta definição foi transmitido a partir de um veículo em movimento para um ponto fixo e foram efetuados *downloads* com velocidades até 150 Mbps. Com um desempenho desta dimensão, a LTE não só dá início a um novo ciclo tecnológico, como também permite uma experiência inovadora quando se acede à Internet, se joga *on-line* ou se utiliza o vídeo, entre outros exemplos, estabelecendo uma plataforma tecnológica avançada que promoverá a oferta e a procura da utilização de serviços móveis.

O espectro atribuído à Optimus no leilão de 2011 permitir-nos-á implementar uma rede LTE com sinergias com as atuais infraestruturas localizadas em áreas de grande e média densidade, e permite simultaneamente a cobertura de forma mais eficiente das áreas mais remotas do País, através da utilização de frequências mais baixas que reduzem a necessidade de construir *sites* adicionais.

Em paralelo com a implementação do LTE que nos prepara para o futuro, continuamos a implementar *upgrades* em toda a nossa rede atual. Aumentámos a capacidade de transmissão, as plataformas de rede e de serviços evoluíram, e está a ser introduzido um novo *core* convergente de dados para suportar as novas funcionalidades necessárias, assegurando que estamos preparados para oferecer a próxima geração de serviços inovadores.

2.9.2. Inovação e otimização da qualidade de serviço

Os desenvolvimentos e as melhorias efetuadas, de forma contínua à nossa rede, permitiram à Optimus melhorar a experiência de utilização, apresentar novos serviços aos nossos clientes e desenvolver novas ofertas integradas.

Em 2009, a Optimus iniciou o processo de modernização total da sua rede de acesso de 2G. Para concluir este processo em 2012, a Optimus deu início, no ano passado, à modernização da parte sul da rede 2G. Uma vez concluído este processo, a Optimus terá uma rede móvel moderna que permitirá uma fácil introdução da LTE, ao mesmo tempo que melhorará a experiência de utilização do Cliente através da otimização da disponibilidade da rede. Saliente-se que todos os nós de acesso foram *IP-enabled*, sendo este um pré-requisito para o desenvolvimento da LTE sobre a rede existente, permitindo sinergias significativas.

O crescimento da penetração de *smartphones* apresenta alguns desafios. Para lidar com tais desafios, a Optimus reviu as respetivas configurações de rede para otimizar a alocação de recursos e introduziu funcionalidades específicas para *smartphones*. Isto resultou numa melhor experiência de utilização para o Cliente, especialmente no que respeita à utilização de dados e de voz.

Os nossos esforços para melhorar, de forma continuada, a qualidade da nossa rede sem fios foram reconhecidos por todos os nossos *stakeholders* externos. Por exemplo, a excelência no desempenho de rede da Optimus foi salientada pelo regulador nacional, o ICP - Anacom, no respetivo relatório anual de *benchmark* relativo a 2011. Neste relatório, a Optimus foi reconhecida como a empresa que oferece, a nível global, o melhor desempenho no que respeita ao acesso, à retenção e à qualidade voz (chamadas por vídeo) em 3G, especialmente em áreas urbanas. Além disto, a Optimus demonstrou um excelente desempenho relativamente a serviços de voz, e é o melhor operador na área de Lisboa. Estes resultados foram fruto dos processos de otimização da rede implementados, de forma bem-sucedida, ao longo de todo o ano. Estes levaram à redução da queda de chamadas, a melhores indicadores de voz e a um melhor desempenho na linha de comboio entre Lisboa e o Porto do Alfa Pendular.

No seguimento do acordo de parceria recentemente estabelecido, a Optimus e a Vodafone partilharam, com sucesso, as respetivas redes FTTH (*Fibre-to-the-Home*) nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, ligando clientes de ambos através das redes de acesso de cada um. A plataforma, que inclui a configuração da rede e a integração dos sistemas, foi concluída no início de 2011, e os primeiros clientes foram ativados em fevereiro. Esta abordagem mostrou ser extremamente sólida do ponto de vista operacional, ao dar a ambos os parceiros a liberdade para evoluírem e diferenciarem as respetivas ofertas. Isto mostra como o modelo de "redes abertas" é o caminho mais sustentável e eficiente para a implementação de FTTH em Portugal, incentivando a concorrência ao mesmo tempo que mantém a independência comercial e concorrencial de ambas as empresas.

Durante 2011, a Optimus continuou a desenvolver a sua rede IP integrada multi-serviços, que suporta as nossas redes de acesso, fixas e móveis, assegurando uma arquitetura *future-proof* capaz de suportar as nossas necessidades de negócio, ao mesmo tempo que acelera o nosso *time-to-market*. Foram modernizadas e atualizadas várias plataformas de serviços para ir ao encontro das expectativas dos nossos clientes, e para ficarmos dotados para lançarmos serviços inovadores.



A Optimus continuou a expandir o *footprint* da rede IP integrada, a nível nacional e internacional, criando e desenvolvendo uma infraestrutura global de *peering* com suporte de interligação IPv6 com operadores internacionais.

O segmento empresarial é estrategicamente muito importante para a Optimus. Já há algum tempo que adoptámos uma estratégia integrada de produto que nos posiciona com um excelente portefólio convergente Fixo-Móvel para este segmento. No contexto económico atual, os clientes procuram a simplificação e a otimização da estrutura de custos. Suportadas pela nossa rede IP convergente, a Optimus desenvolveu novas soluções para o mercado empresarial, tais como os nossos produtos *SIP Trunking* e *IP Centrex*. Acreditamos que o aumento do nosso portefólio de produtos nesta área lançará os alicerces para o aumento de penetração no segmento de clientes fixo-móveis, não apenas criando mais valor por Cliente, mas também mais valor para o Cliente.

A Optimus aumentou também o *footprint* da sua rede de serviços *Carrier Ethernet*, podendo atualmente fornecer estes serviços a qualquer Cliente ou *sites* da rede. Diferentes soluções de rede de acesso *Carrier Ethernet* (fibra ótica ou microondas) ou infraestruturas alugadas foram consolidadas, o que possibilita atualmente à Optimus selecionar as soluções mais eficientes e rentáveis disponíveis. Isto é especialmente importante face aos desafios colocados pelo crescimento da largura de banda necessária resultante do incremento de utilização de serviços de dados.

Como parte do nosso objetivo em inovar o relacionamento com os nossos clientes, migrámos o nosso *call centre*, que se baseava sobretudo em contacto por telefone, para um *Contact Centre* multi-canal moderno que oferece uma melhor experiência de utilização, na medida em que disponibiliza aos clientes a escolha de entre vários canais de comunicação, tornando a comunicação mais eficaz, atendendo às necessidades pessoais e às preferências dos clientes.

2.9.3 Otimização da arquitetura de rede e da estrutura de custos

Como anteriormente mencionado, a Optimus iniciou o processo de modernização da parte sul da sua rede de acesso 2G, no sentido de permitir uma diminuição significativa dos custos de operação através da redução significativa dos níveis de consumo de energia e de melhorias consideráveis no desempenho e na capacidade da rede rádio. De fato, este equipamento recém-instalado aumentará consideravelmente a nossa capacidade de tráfego 2G, possibilitando a redução dos consumos de energia, novas funcionalidades de rádio e uma melhor qualidade. Isto beneficiará sobretudo os nossos clientes e terá um impacto positivo na pegada de carbono da rede.

No que à eficiência diz respeito, começámos a migrar tecnologias obsoletas, tais como a *Fixed Wireless Access (FWA)*, para redes modernas, com impacto direto nos custos operacionais e na redução da complexidade. Procedemos, de forma contínua, ao escrutínio da nossa rede, no sentido de detetar capacidades ociosas, e, em 2011, foram desmantelados vários repetidores que já não eram necessários. Conjuntamente com outras iniciativas de consumo de energia relativas ao equipamento de rádio, a Optimus começou a testar novas funcionalidades de poupança de energia, que esperamos aplicar em toda a rede.

Durante 2011, a Optimus continuou a expansão da sua rede de transmissão em rede própria, recorrendo à fibra ótica e microondas, substituindo linhas alugadas. No final de 2011, a nossa rede de *backhaul* móvel, baseada nas nossas próprias soluções de rede, cobria mais de metade dos nossos *sites* móveis. Procedemos, igualmente, à modernização da rede de microondas para suportar a tecnologia *Ethernet*, à expansão da rede de microondas e à implementação de uma rede de *packet-backhaul* baseada em fibra ótica nos nossos *sites* móveis. Para suportar a ligação de *sites* por fibra, expandimos também a nossa rede de metro. Em consonância com a estratégia que definimos em 2009, isto significa que a nossa rede de transporte está cada vez mais preparada para os cada vez mais elevados requisitos de largura de banda impostos pelas novas tecnologias, como é o caso da LTE.



2.10. Os nossos sistemas de informação

Os nossos sistemas de informação centraram a sua linha de atuação em 2011 nas ações de melhoria de produtividade e eficiência em toda a organização, ao mesmo tempo que forneciam às unidades de negócio as melhores ferramentas para a execução dos seus objetivos. Implementámos iniciativas para equipar a empresa com ferramentas que proporcionaram ganhos sustentáveis de produtividade individual bem como processos mais eficazes de controlo e gestão, mantendo sempre uma linha de desenvolvimento capaz de suportar o negócio. Começámos em 2011 uma nova forma de trabalhar com novos processos, novas ferramentas e mesmo um novo espírito de cooperação com empresas concorrentes. O ambiente e o *GreenIT* estão já no nosso ADN levando-nos a pensar em novas formas de reduzir consumos energéticos, gastos de papel e contribuir dessa forma para a redução das emissões de CO₂.

2.10.1 Melhorias operacionais na eficiência e produtividade

Em 2011, com o objetivo de melhorar a eficiência e produtividade:

- reorganizámos a equipa de Sistemas de Informação responsável por tratar reclamações de clientes que necessitem de intervenção do IT, criando uma *SWAT TEAM*. Esta nova equipa trabalha lado a lado com o atendimento ao Cliente para garantir melhores tempos de resolução e melhor interação, sempre com o intuito de melhor servir os nossos clientes. A conquista de dois troféus internacionais na categoria de *Call Centres: Best European Call Centre* e *Third Best Call Center in the world* demonstram esta realidade.
- continuámos a rever a usabilidade das nossas aplicações tendo como objetivo o ganho de produtividade para todos os nossos utilizadores e em particular para os nossos *call centres*. Neste processo, começámos o desenvolvimento de um novo Portal do Cliente e uma nova versão da ferramenta de faturação, que incluem novas funcionalidades, além de um interface mais intuitivo.
- automatizámos os nossos processos de gestão de bases de dados, reduzindo tempo, recursos e aumentando significativamente o nível de performance dos nossos sistemas. Simultaneamente, migrámos as nossas bases de dados críticas para *clusters OracleRAC*, o que nos proporcionou melhor escalabilidade, disponibilidade e um custo mais efetivo.
- renovámos a infraestrutura de apoio aos nossos *Call Centres* externos, obtendo mais capacidade, melhor eficiência energética e melhor capacidade de gestão, ao mesmo tempo que proporcionamos uma experiência de utilização superior.
- fizemos o *upgrade* a vários sistemas operativos e bases de dados para atingir um nível de

suporte superior a 90% e beneficiar das últimas inovações e superior *performance*.

- implementámos uma solução de gestão energética dos postos de trabalho em todas as nossas instalações, reduzindo o consumo em 40% e as emissões de CO₂ em 350.00kg.
- renovámos a infraestrutura de apoio às nossas lojas Optimus, com novos equipamentos, impressoras e com *upgrade* total do *software* para Windows 7, entre outros melhoramentos.
- no seguimento da nossa política de obter o melhor TCO (*total cost of ownership*) possível para as nossas aplicações e equipamentos, migrámos os nossos servidores aplicativos SAP para Linux.
- a nossa equipa de suporte aplicativo SAP foi certificada pela SAP AG como *SAP Customer Centre of Expertise* num reconhecimento das nossas capacidades em manter e explorar um ambiente informático complexo, de acordo com as melhores práticas reconhecidas pela SAP.

2.10.2 Melhorias operacionais no controlo de riscos

No sentido de melhorar o controlo de riscos:

- implementámos uma solução de Gestão de Identidade e Acessos, que integra as nossas aplicações mais críticas garantindo o acesso controlado às aplicações de acordo com as nossas regras de segurança.
- aprovámos nova documentação respeitante à nossa política de segurança de informação, cobrindo aspetos como *social media* e a utilização de unidades portáteis de *media*, placas, discos, etc. Estes documentos estabelecem as regras claras de utilização para evitar riscos de segurança e aumentando a segurança global na nossa rede.
- efectuámos um *upgrade* técnico à nossa infraestrutura de rede (LAN e WAN) no nosso *datacentre* para uma gestão mais flexível e eficaz da nossa estratégia de *disaster recovery*.

2.10.3. Desenvolvimento de soluções de negócios

De entre as diversas soluções de negócio implementadas ao longo do ano, destacamos as seguintes:

- 2011 foi um ponto de partida para a exploração de sinergias e novas formas de fazer negócio. Suportados na nossa tecnologia e conhecimento, adaptámos os nossos sistemas para,

em cooperação com a Vodafone, explorarmos uma rede de FTTH conjunta.

- implementámos uma nova versão do produto *Roambroker* da WeDo Technologies, permitindo servir melhor os nossos clientes que utilizam serviços de *roaming*.
- implementámos uma nova ferramenta para gestão de tráfego grossista, que nos permite ter uma visão em tempo quase real acerca da ocupação dos *links*, volumes de tráfego e SLA's. Também finalizámos a consolidação do nosso sistema de faturação grossista e interligação numa única plataforma.
- possuímos um novo Extrato Digital para os nossos clientes corporativos, que nos permite fornecer informação de faturação, mais rapidamente e com funcionalidades acrescidas de gestão final dos dados, permitindo também reduzir o consumo de papel.
- introduzimos novas funcionalidades na nossa plataforma de gestão de fidelização de clientes, oferecendo novos esquemas de pontos e campanhas dinâmicas.
- reconfigurámos o sistema de interface com a SIBS para suportar novas funcionalidades, campanhas e oferecer um menu mais intuitivo no Multibanco.
- um antigo sistema utilizado por algumas linhas de negócio fixo foi substituído por um produto da WeDo Technologies, já utilizado para outras ofertas, *Activis*. Completamente integrado com os sistemas de faturação, inventário de rede, gestão de trabalho e gestão de incidentes é mais um passo para a otimização de eficiência e recursos.
- iniciámos um projeto de reestruturação das ferramentas de apoio às forças de venda com a aquisição de uma aplicação à *Salesforce.com*.
- disponibilizámos a toda a organização uma nova ferramenta para gestão centralizada de projetos e desenvolvimento de produto.
- adquirimos e implementámos uma solução de formação *online* à *Cornerstone* em modelo SaaS, capaz de fornecer formação a toda a organização de forma eficaz.
- iniciámos a adaptação dos nossos sistemas para a introdução do 4G/LTE na nossa rede, permitindo serviços melhores e mais eficazes.

2.11. As nossas pessoas

A Sonaecom defende e pratica uma estratégia orientada para as pessoas, acreditando firmemente que essa é a via que melhor favorece o desenvolvimento e a sustentabilidade dos seus negócios.

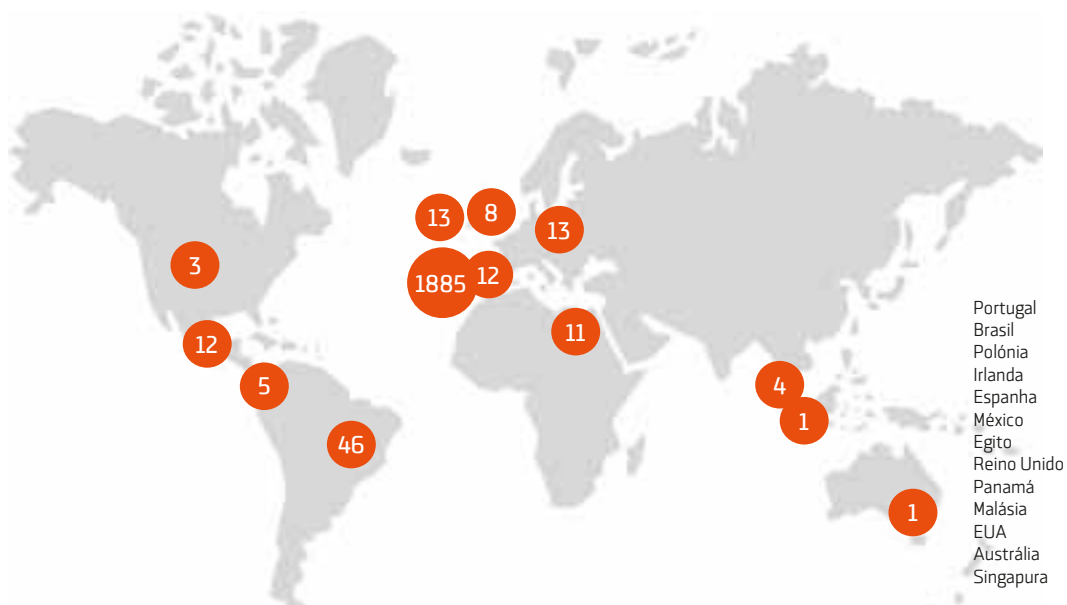
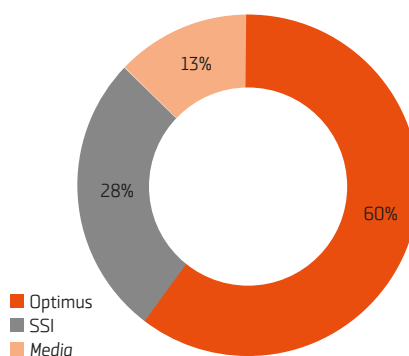
2.11.1 Quem somos

A 31 de dezembro de 2011, a Sonaecom contava com um número total de 2.016 colaboradores, 779 do sexo feminino e 1.237 do sexo masculino, distribuídos pelo Centro Corporativo, Serviços Partilhados e pelas suas 3 áreas de negócio: Telecomunicações, *Media* e SSI.

No que respeita ao seu vínculo contratual, 96% dos colaboradores encontram-se em regime de contrato efetivo e apenas 4% em regime de contrato a termo. A média etária dos colaboradores da Sonaecom era, a 31 de dezembro de 2011, de 37 anos.

Os colaboradores Sonaecom são determinados, orientados para o Cliente e focados nos objetivos do negócio. À sua juventude, dinamismo, resiliência e espírito empreendedor, alia-se o desejo de aprender e inovar, a par de uma atitude destemida na procura de novos negócios em diversas geografias. Os colaboradores da Sonaecom encontram-se difundidos pelos 5 continentes, marcando hoje presença num total de 13 países.

Distribuição dos colaboradores da Sonaecom por área de negócio



2.11.2 Diversidade e talento

O fato de a Sonaecom atuar em três áreas de negócio distintas e estar presente em 13 países, espalhados por 5 continentes diferentes, introduz uma diversidade setorial e cultural que, estando intrínseca à gestão do negócio e às diferentes geografias em que atuamos, permite-nos atrair talentos distintos e alcançar um universo muito diversificado de pessoas e competências.

A diversidade da Sonaecom espelha-se, não só, nas diferentes nacionalidades dos seus colaboradores, nomeadamente Argentinóis, Belgas, Suecos, Irlandeses e Nigerianos, mas também nas suas formações base. Entre os 84% de colaboradores com formação superior, as formações académicas

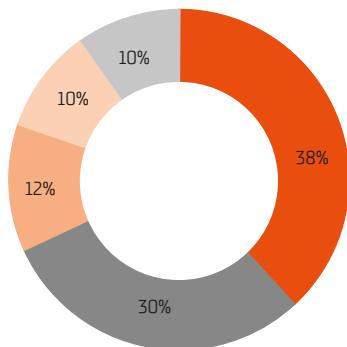
mais comuns são engenharia, economia e gestão, contudo, encontramos também na Sonaecom perfis distintos, como por exemplo, arquitetos, biólogos e antropólogos.

Para atingir todos os perfis e talentos que procuramos e, em todas as geografias onde estamos, damos primazia ao *e-recruitment*. Todas as candidaturas são geridas de forma *online*, através da nossa plataforma de Recrutamento e Seleção. Em 2011, registámos 8.555 candidaturas à Sonaecom.

O talento e o foco na sua captação, desenvolvimento e retenção, constitui uma prioridade na Sonaecom. Neste sentido, e porque a atração de talento é um processo diário e permanente, em 2011, para além de marcarmos presença, como é habitual, nas principais feiras de emprego e universidades portuguesas, ocorreu a primeira edição do programa de *trainees* da Optimus, o Start@Optimus.

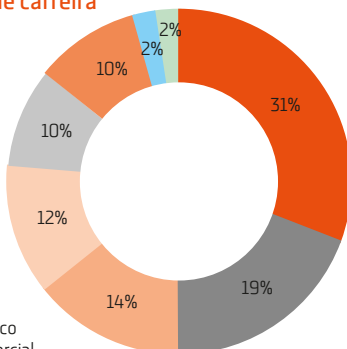
Na Sonaecom existem várias áreas de carreira, desde áreas de Vendas, *Marketing*, Financeira, RH, Legal & Regulação a áreas de Sistemas de Informação, com profissionais a atuar nos diferentes segmentos do negócio e a desempenhar funções em várias geografias.

Formação base dos colaboradores da Sonaecom



- Engenharia
- Economia e Gestão
- Ciências
- Comunicação, Marketing e Publicidade
- Outros

Distribuição dos colaboradores da Sonaecom por área de carreira



- IT/IS
- Técnico
- Comercial
- Operações
- Financeira
- Marketing
- Recursos Humanos
- Direito e Regulação

Start@Optimus



Este programa acolheu 36 jovens recém-licenciados das melhores universidades portuguesas, tendo como principal objetivo atrair e renovar o talento na Optimus. A estrutura

do programa prevê o contacto dos estagiários com diferentes áreas de carreiras da empresa.

2.11.3 Aposta no desenvolvimento das nossas pessoas

Gestão da performance

A avaliação de desempenho e as ações para o desenvolvimento da carreira dos colaboradores na Sonaecom, constitui um dos processos mais importantes para a organização. A gestão deste processo é realizada através do RH *Online*, o portal do colaborador que agrega todas as plataformas *online* de apoio aos diferentes processos RH.

No ano de 2011, revisitámos o nosso modelo de gestão de performance de modo a torná-lo mais eficaz e adaptado às necessidades do negócio. Assim, a nossa avaliação de desempenho e desenvolvimento de carreira (ADDC) evoluiu para IOP – Improving Our People. Este modelo de avaliação é transversal a todos os colaboradores Sonaecom, negócios e geografias.

Para apoiar os colaboradores no planeamento das suas carreiras, a plataforma *online*, careers@sonaecom disponibiliza informação sobre as competências mais valorizadas e a formação disponível para cada área e etapa de carreira.

Com o intuito de reforçar a mobilidade interna, o careers@sonaecom dispõe ainda de uma área de recrutamento interno, na qual estão disponíveis as oportunidades existentes na Sonaecom, também divulgadas através de uma *newsletter*.

Formação

A Sonaecom persegue com afincos e optimismo a aposta no desenvolvimento pessoal e profissional dos seus colaboradores.

O Sonaecom Learning Centre (SCLC), baseado no conceito de "universidade corporativa", constitui uma solução educativa centralizada e agregadora de toda a formação, dirigida aos colaboradores das várias áreas de negócio.

A apoiar a divulgação de toda a oferta formativa da Sonaecom, existe uma plataforma *online*, com a descrição dos programas formativos, respetivos calendários e testemunhos dos participantes sobre os vários programas.

No ano de 2011, reforçámos os programas de acolhimento das várias empresas. Redefinimos o programa direcionado para a Optimus: "Ser Optimus", que contempla hoje a apresentação das principais direções que compõem a empresa e a vivência de experiências-chave do negócio e, enriquecemos o programa de acolhimento da WeDo Technologies: "How Do WeDo".

Em 2011, envolvemos nas sessões de acolhimento, 83 formadores internos, somando um total de 3.036 horas de formação.

Reforçámos também a formação direcionada para o desenvolvimento das chefias através da integração dos *Leadership Programmes*.

Estes programas são direcionados para diferentes etapas de gestão de equipas e têm como objetivo munir os líderes da Sonaecom de ferramentas que permitam apoiá-los no contínuo desenvolvimento das suas equipas. Adicionalmente, implementámos sessões de formação sobre o processo de Gestão de Performance da Sonaecom, via *e-learning* e presencial. Nestas sessões estiveram envolvidas 395 chefias, num volume total de formação de mais de 2.700 horas.



- 1.333 colaboradores
- 370 ações de formação
- 55.943 horas de formação

Estudo do Clima Social

O Estudo do Clima Social permite-nos uma melhor compreensão da experiência coletiva que é trabalhar nas empresas do grupo Sonaecom.

No ano de 2011 decorreu o mais recente Estudo do Clima Social, realizado em todas as empresas do grupo exceto na área de negócio *Media*, tendo contado com a participação de 1.398 colaboradores, em Portugal e no estrangeiro.

A perceção dos colaboradores sobre o clima social foi globalmente muito positiva e encontra-se em linha com os resultados obtidos no estudo de 2010. As nossas pessoas identificaram a inovação como o principal atributo da Sonaecom e o crescimento e aumento de quota de mercado, como a prioridade principal para o ano de 2012, em consonância com a estratégia da organização.

2.12. Anexo

2.12.1 Online e Media

2.12.1.1 Indicadores Operacionais

| | 2011 | 2010 | Varição |
|---|--------|--------|---------|
| Circulação média mensal paga ⁽¹⁾ | 32.973 | 34.043 | (3,1)% |
| Quota de mercado de publicidade (%) | 9,3% | 10,7% | (1,5)pp |
| Audiência ⁽²⁾ (%) | 5,4 | 4,4 | 1,0pp |

⁽¹⁾ Valor estimado, atualizado no trimestre seguinte;

⁽²⁾ Em % da população; Fonte: Bareme Imprensa.

2.12.1.2 Indicadores Financeiros

| Milhões de euros | 2011 | 2010 | Varição |
|---|---------------|---------------|----------------|
| Volume de negócios | 25,91 | 29,74 | (12,9)% |
| Vendas de publicidade ⁽¹⁾ | 10,48 | 12,16 | (13,8)% |
| Vendas de jornais | 10,43 | 10,82 | (3,6)% |
| Vendas de papel | 1,25 | 1,97 | (36,6)% |
| Vendas de produtos associados | 3,76 | 4,79 | (21,4)% |
| Outras receitas | 0,64 | 0,58 | 9,9% |
| Custos operacionais | 29,64 | 31,59 | (6,2)% |
| Custos com Pessoal | 10,60 | 10,75 | (1,4)% |
| Custos Comerciais ⁽²⁾ | 9,19 | 10,52 | (12,7)% |
| Outros Custos Operacionais ⁽³⁾ | 9,86 | 10,32 | (4,5)% |
| EBITDA | (3,09) | (1,27) | - |
| Margem EBITDA (%) | (11,9)% | (4,3)% | 7,7pp |
| CAPEX operacional ⁽⁴⁾ | 0,74 | 0,58 | 27,2% |
| CAPEX operacional como % Volume de negócios | 2,8% | 1,9% | 0,9pp |
| EBITDA - CAPEX operacional | (3,82) | (1,85) | (107,1)% |
| CAPEX total | 0,74 | 0,58 | 26,1% |

⁽¹⁾ Inclui conteúdos;

⁽²⁾ Custos Comerciais = Custos das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas;

⁽³⁾ Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Provisões + Outros Custos;

⁽⁴⁾ Capex Operacional exclui Investimentos Financeiros e Provisões para desmantelamento de sites e outros investimentos não operacionais.



3

AS NOSSAS AÇÕES



- 3.1 O MERCADO DE CAPITAIS
- 3.2 EVOLUÇÃO DO PREÇO DA AÇÃO EM 2011
- 3.3 ESTRUTURA ACIONISTA
- 3.4 AÇÕES PRÓPRIAS



AS NOSSAS AÇÕES

3.1. O mercado de capitais

A Sonaecom está cotada na bolsa de valores portuguesa - Euronext Lisbon - desde junho de 2000, com o símbolo SNC. Na tabela seguinte são apresentadas as principais estatísticas relativas ao desempenho das ações da Sonaecom em 2011.

Ações da Sonaecom no Mercado de Valores em 2011

| Mercado de Capitais | Euronext Lisbon |
|--|-----------------|
| Símbolo | SNC |
| ISIN | PTSNC0AM0006 |
| Código Bloomberg | SNC PL Equity |
| Código Reuters | SNC.LS |
| Número de ações cotadas | 366.246.868 |
| Capital Social | 366.246.868 |
| Preço por ação no último dia de dezembro (euros) | 1,215 |
| Preço por ação - Máximo (euros) | 1,644 |
| Preço por ação - Mínimo (euros) | 1,096 |
| Volume de transações médio diário em 2011 (ações) | 352.919 |
| Volume de transações médio diário em 2010 (ações) | 465.842 |
| Capitalização bolsista no último dia de dezembro (euros) | 444.989.945 |

Performance do Mercado

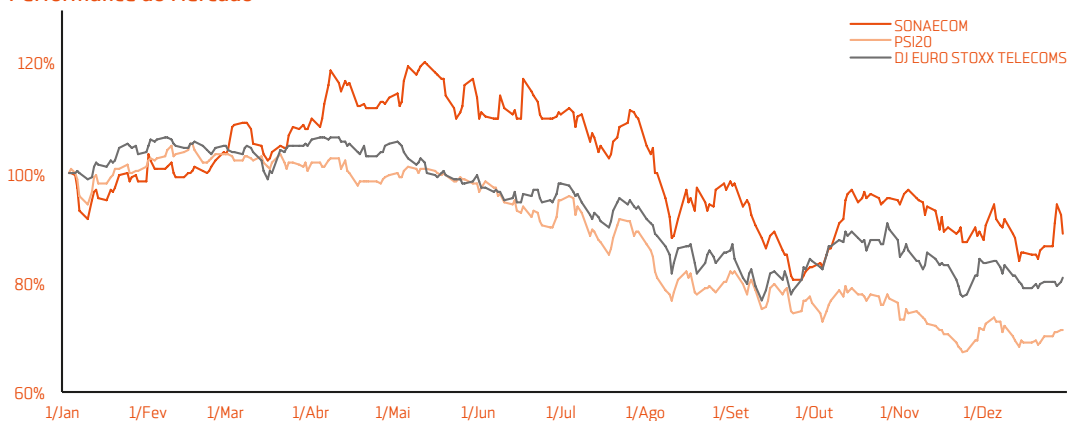


Gráfico 1 – Performance da Sonaecom vs PSI-20 e DJ euro Stoxx Telecoms em 2011

2011 foi um ano marcado pela crise do risco da dívida soberana na zona euro. Países como a Grécia, Irlanda e, mais recentemente, Portugal, recorreram à ajuda financeira do Fundo Monetário Internacional. Esta crise teve um impacto significativo em todos os setores de atividade e o setor das telecomunicações, mesmo manifestando alguma resiliência, não foi exceção. O índice europeu do mercado de telecomunicações, DJ Euro Stoxx Telecoms, terminou o ano de 2011 com uma quebra de 18,8%.

No que respeita ao mercado português, o índice de referência do mercado de capitais (PSI20) terminou o ano de 2011 com 5.494,27 pontos, o que reflete uma variação negativa de aproximadamente 28,7% face ao final de 2010. O ano de 2011 foi desafiante para o mercado português. Mantendo a tendência de 2010, o risco da dívida soberana elevou-se para níveis históricos e o mercado bolsista reagiu negativamente. Devido a uma maior aversão ao risco e ainda à dimensão relativamente reduzida do mercado de capitais português, desde o início da crise que se verifica uma redução nos níveis de investimento, especialmente ao nível dos investidores institucionais estrangeiros, que tenderam a reduzir a sua exposição ao mercado de capitais.

Em 2011, o volume de negócios total do índice PSI 20 ascendeu a 27,2 mil milhões de euros, menos 31,1% quando comparado com os 39,5 mil milhões de euros alcançados em 2010. Esta queda reflete a desvalorização da grande maioria das empresas que constituem o índice. Mais especificamente, 17 das 20 empresas diminuíram o seu valor de mercado, sendo o setor da Banca o mais afetado. O volume de negócios da Sonaecom diminuiu 28,1% no período em questão.

3.2. Evolução do preço da ação em 2011

Desempenho das ações da Sonaecom

A cotação dos títulos da Sonaecom desceu 10,0% em 2011. O risco da dívida soberana portuguesa parece ser a principal razão deste declínio, transversal à grande maioria das empresas do mercado de capitais português. É de realçar que este desempenho não apresenta correlação positiva com os resultados que a Sonaecom reportou em 2011, trimestre após trimestre, revelando melhorias constantes ao nível das margens do negócio móvel, assegurando uma geração consistente de *cash flow* e apresentando um balanço cada vez mais sólido.

É também provável que as ações da Sonaecom tenham sido influenciadas, ao longo do ano, pelas notícias que de seguida se listam:

- 2 de março de 2011: publicação dos resultados consolidados respeitantes ao ano de 2010;
- 26 de abril de 2011: informações sobre as decisões aprovadas na Assembleia Anual de Acionistas, decorrida no mesmo dia;
- 5 de maio de 2011: publicação dos resultados consolidados respeitantes ao primeiro trimestre de 2011;
- 9 de maio de 2011: publicação de anúncio de distribuição de dividendos relativos ao ano de 2010;
- 28 de julho de 2011: publicação dos resultados consolidados respeitantes ao primeiro semestre de 2011;
- 23 de setembro de 2011: emissão de um empréstimo obrigacionista de 100 milhões de euros;
- 3 de novembro de 2011: publicação dos resultados consolidados respeitantes aos primeiros nove meses de 2011;
- 1 de dezembro de 2011: anúncio relativo ao final do leilão de espectro de LTE.



Evolução da cotação das ações durante 2011

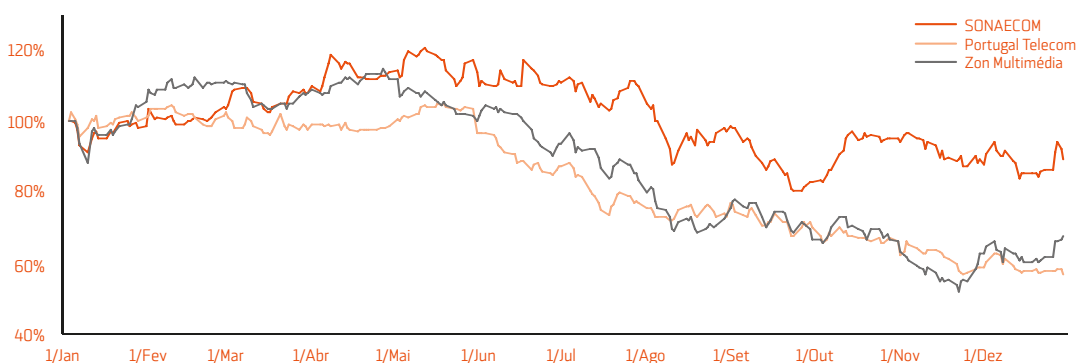


Gráfico 2 – Performance do mercado de telecomunicações em Portugal em 2011



No final de 2011, as ações da Sonaecom alcançaram o valor de 1,215 euros por ação, 10,0% abaixo da cotação de fecho de 1,350 euros por ação, em 31 de dezembro de 2010. A cotação atingiu um máximo de 1,644 euros por ação, a 12 de maio de 2011, e um mínimo de 1,096 euros por ação, a 23 e 26 de setembro de 2011.

No que respeita ao setor, a Portugal Telecom e a Zon Multimédia registaram um desempenho mais negativo quando comparadas com a Sonaecom. A Portugal Telecom terminou o ano de 2011 registando um declínio de 46,9%, tendo a Zon Multimédia registado um declínio de 31,5%. No final de 2011, a capitalização bolsista da Sonaecom situava-se em cerca de 445 milhões de euros. O volume médio de transações diárias atingiu aproximadamente 353 mil ações, o que corresponde a uma diminuição de cerca de 24,2% face a 2010 (466 mil ações). Este decréscimo resultou de um menor nível de liquidez.

3.3. Estrutura acionista

De acordo com o Código de Valores Mobiliários, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários deverá ser notificada de participações equivalentes ou superiores aos limiares de 2%, 5%, 10%, 15%, 20%, 25%, 33,33%, 50%, 66,66% e 90% da totalidade do capital social, devendo o mercado de capitais ser também informado das mesmas. Esta informação também é exigível para participações que se tornem inferiores às percentagens referidas.

Em 2011, a única alteração na estrutura acionista foi comunicada no dia 18 de fevereiro pelo Santander Asset Management - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A., informando que os fundos geridos por este totalizavam, desde 16 de fevereiro de 2011, 3.732.774 ações, correspondentes a 1,019% do capital social e direitos de voto da Sonaecom, descendo portanto, abaixo do limiar dos 2% de participação qualificada.

Estrutura acionista simplificada da Sonaecom

| Acionista | Número de ações detidas | % Participação a 31 dez. 2011 |
|-------------------|-------------------------|-------------------------------|
| Sonae SGPS S.A. | 194.714.119 | 53,17% |
| France Télécom | 73.249.374 | 20,00% |
| BCP S.A. | 12.500.998 | 3,41% |
| Ações Próprias | 9.045.200 | 2,47% |
| <i>Free Float</i> | 76.737.177 | 20,95% |

Os principais acionistas da Sonaecom continuam a ser a Sonae SGPS, um grupo multinacional português com interesses nos setores de retalho, centros comerciais e seguros, com uma participação total de cerca de 53,17% e a France Télécom, um dos maiores operadores mundiais de telecomunicações, com uma participação de 20,00%.

Em 31 de dezembro de 2011, o *free float* (% de ações não detidas ou controladas pelos acionistas com participações qualificadas e excluindo as ações próprias) situou-se em aproximadamente 20,95%, em comparação com 18,87% no final de 2010.

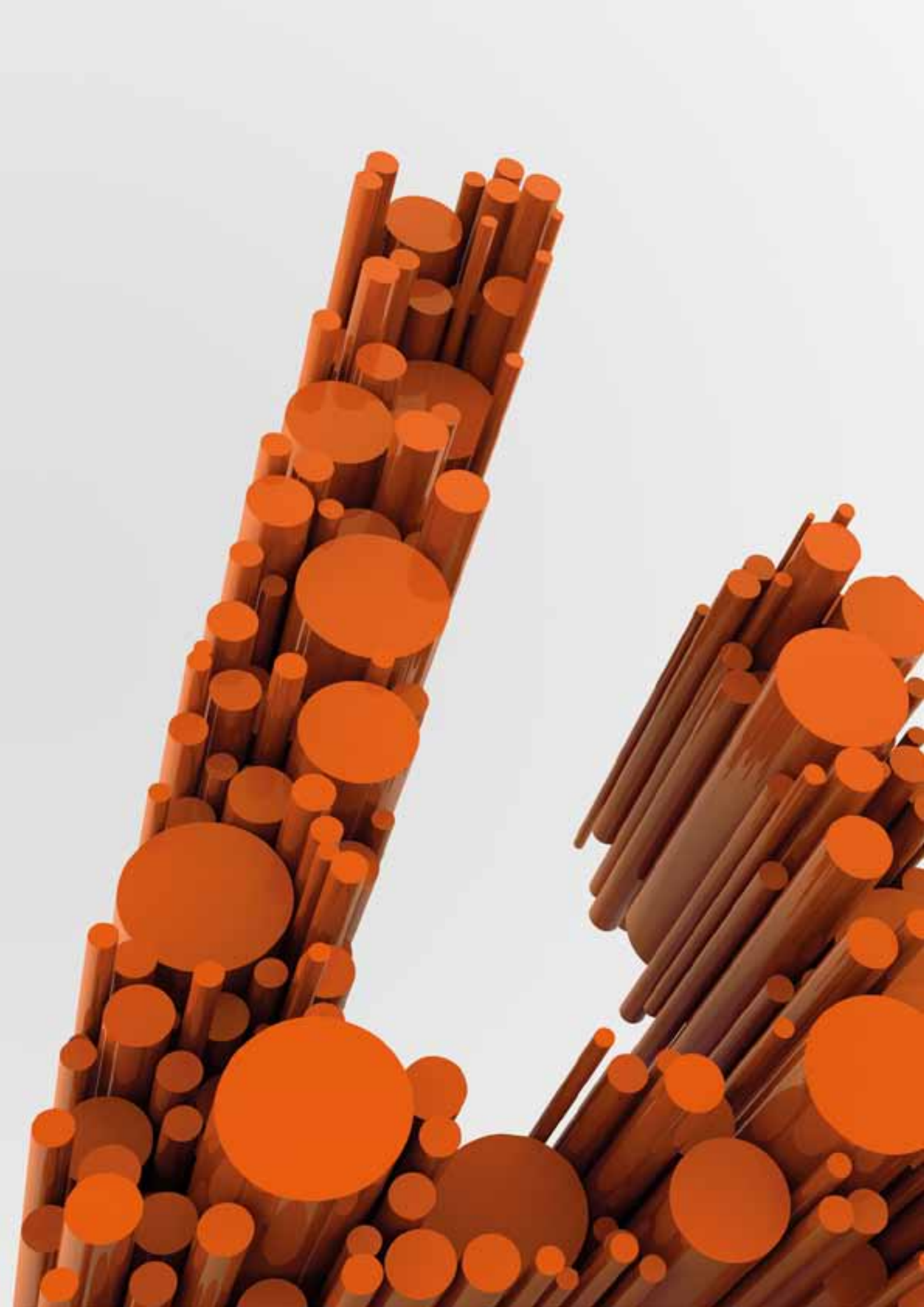
Em 2011, não houve alterações no número de ações emitidas pela Sonaecom.

3.4. Ações próprias

Ao longo do ano de 2011, de acordo com as autorizações dadas pela Assembleia Geral de Acionistas e com o intuito de cumprir as obrigações decorrentes dos Planos de Incentivo de Médio Prazo dos colaboradores, a Sonaecom adquiriu ações próprias no mercado entre 10 de março e 22 de março. Ao longo deste período, a Sonaecom procedeu à aquisição, através da Euronext Lisbon Stock Exchange, de um total de 1.553.000 ações próprias, representativas de aproximadamente 0,42% do seu capital social. O preço médio ponderado destas aquisições foi de 1,43 euros por ação.

Como resultado da aquisição acima mencionada e da distribuição das ações pelos colaboradores conforme o disposto nos Planos de Incentivo de Médio Prazo, no final de 2011, a Sonaecom era titular de 9.045.200 ações próprias, representativas de cerca de 2,47% do seu capital social.





4

A NOSSA EQUIPA DE GESTÃO



- 4.1 A NOSSA EQUIPA DE GESTÃO
- 4.2 HABILITAÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
- 4.3 OUTROS CARGOS DESEMPENHADOS PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
- 4.4 ARTIGOS 447º, 448º E PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS



4 A NOSSA EQUIPA DE GESTÃO



4.1. A nossa equipa de gestão

Alterações na equipa de gestão em 2011

Os atuais órgãos sociais da sociedade foram eleitos na Assembleia Geral de Acionistas de 16 de abril de 2008, por um mandato de quatro anos (2008-2011). António Lobo Xavier foi eleito na Assembleia Geral de Acionistas de 23 de abril de 2010 como Administrador Executivo do Conselho de Administração da Sonaecom para o mandato em questão até 2011. Atualmente, a Sonaecom possui quatro Administradores Executivos e sete Administradores Não-Executivos.

Composição do Conselho de Administração e respetivas Comissões:

| | Executivo ⁽¹⁾ | Não-Executivo ⁽²⁾ | | Comissão de Auditoria e Finanças | Comissão de Nomeações e Remunerações |
|---|--------------------------|------------------------------|------------------|----------------------------------|--------------------------------------|
| | | Independente ⁽³⁾ | Não-Independente | | |
| Presidente | | | | | |
| Duarte Paulo Teixeira de Azevedo | | | • | | • |
| Vogais | | | | | |
| António Sampaio e Mello | | • | | • | |
| David Charles Denholm Hobley | | | • | • | |
| Franck Emmanuel Dangeard | | • | | | • |
| Gervais Gilles Pellissier | | | • | | |
| Jean-François René Pontal | | • | | • | • |
| Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão | | | • | | |
| Ângelo Gabriel Ribeirinho S. Paupério (CEO) | • | | | | |
| Miguel Nuno Santos Almeida | • | | | | |
| Maria Cláudia Teixeira de Azevedo | • | | | | |
| António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier | • | | | | |

⁽¹⁾ Administradores Executivos = Membros do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, com funções de gestão;

⁽²⁾ Administradores Não-Executivos = Membros do Conselho de Administração, sem funções executivas;

⁽³⁾ Administradores Não-Executivos Independentes = Administradores não associados a interesses específicos na empresa ou outros grupos que afetem, sob qualquer circunstância, a sua objetividade.

O Conselho de Administração é responsável pela gestão dos negócios da Sonaecom, monitorização de riscos, gestão de conflitos de interesse e desenvolvimento dos objetivos e estratégia da organização. Os estatutos da Sonaecom permitem que o Conselho de Administração delegue poderes numa Comissão Executiva em matéria de negócios, deveres e responsabilidades de gestão corrente e nos termos considerados apropriados. O Conselho de Administração constituiu igualmente duas comissões especializadas: a Comissão de Auditoria e Finanças (CAF) e a Comissão de Nomeações e Remunerações (CNR). A CAF é apenas constituída por Administradores Não-Executivos os quais, durante o ano de 2011, se reuniram periodicamente e exerceram uma influência significativa sobre o processo de tomada de decisões e o desenvolvimento da estratégia e política da Sonaecom, não tendo encontrado quaisquer impedimentos na execução das suas funções.

Conselho de Administração

A principal função do Conselho de Administração é supervisionar a gestão dos negócios da Sonaecom, avaliar os riscos e ajudar a desenvolver os objetivos e a estratégia do Grupo. É ainda responsável pela política de remuneração e outras compensações dos colaboradores do Grupo.

As qualificações e experiência profissional dos elementos do Conselho de Administração são apresentadas de forma detalhada no ponto 4.2..

Presidente



Paulo Teixeira de Azevedo

Administradores Executivos



Ângelo Paupério
(CEO)



Miguel Almeida



Cláudia Teixeira
de Azevedo



António Lobo Xavier

Administradores Não-Executivos



António
Sampaio e Mello



David
Hobley



Jean-François
Pontal



Gervais
Gilles Pellissier



Franck
E. Dangeard



Nuno
Trigoso Jordão

De acordo com o Regulamento 10/2005 da CMVM, não existem circunstâncias que possam afetar a análise ou o processo de tomada de decisão dos Administradores Não-Executivos Independentes. Todos os nossos Administradores Não-Executivos, Independentes e Não Independentes, exercem uma influência importante no processo de tomada de decisões e no desenvolvimento da estratégia e política da empresa. Como tal, o Conselho de Administração da Sonaecom reflete um equilíbrio saudável entre o número total de Administradores Não-Executivos e o número de Administradores Não-Executivos Independentes.

Comissão Executiva

A Comissão Executiva da Sonaecom garante a gestão e execução das tarefas operacionais diárias, tal como estabelecido na delegação de competências que lhe foi atribuída formalmente pelo Conselho de Administração. As funções e responsabilidades da equipa de gestão encontram-se detalhadas na tabela abaixo:

Equipa de gestão e respetivas funções

| | | | |
|-----------------|------------------------------|-------------------------------|-------------------------|
| Ângelo Paupério | Miguel Almeida | Cláudia Azevedo | António Lobo Xavier |
| CEO | Deputy CEO CEO da Optimus | CEO SSI CEO Online & Media | Administrador Executivo |

4.2. Habilitações do Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Data de nascimento:

31 de dezembro de 1965

Habilitações literárias:

Licenciatura em Engenharia Química pela École Polytechnique Federal de Lausanne; MBA pela EGP – UPBS (anteriormente denominada ISEE).

Experiência profissional:

CEO da Sonae, SGPS, S.A.; Membro do Conselho de Administração da Efanor Investimentos, SGPS, S.A.; Presidente do Conselho de Administração da Sonae Investimentos, SGPS, S.A., Sonae Sierra, SGPS, S.A. e MDS, SGPS, S.A.; Administrador da Sonae Indústria.

Anteriormente:

CEO da Sonaecom, SGPS, S.A.; CEO da Optimus – Telecomunicações, S.A.; Diretor Executivo do Modelo Continente Hipermercados, S.A.. Membro da APGEI – Associação Portuguesa de Gestão e Engenharia Industrial; Membro do Board of Trustees da AEP – Associação Empresarial de Portugal; Presidente do Oporto University Board of Trustees; Membro do ERT – European Round Table of Industrialists e Membro do Board of Founders da Fundação Casa da Música.

Responsabilidades na Sonaecom:

Presidente do Conselho de Administração da Sonaecom; Presidente da Comissão de Nomeações e Remunerações; Presidente da Comissão de Administradores Não-Executivos.

Ángelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Data de nascimento:

14 de setembro de 1959

Habilitações literárias:

Licenciatura em Engenharia Civil pela Universidade do Porto; MBA pela EGP-UPBS (anteriormente denominada ISEE).

Experiência profissional:

Vice-Presidente Executivo da Sonae, SGPS, S.A., Administrador da Sonae Investimentos, SGPS, S.A., MDS, SGPS S.A. e Sonae Sierra, SGPS. Vice-Presidente da Sonae MC – Modelo Continente, SGPS, S.A., Sonae – Retalho Especializado, S.A. e Sonaerp – Retail Properties, S.A..

Anteriormente:

CEO da Sonae Capital, SGPS, S.A., CEO da Sonae Turismo, SGPS, S.A. e Administrador da Modelo Continente, SGPS, S.A.. Professor convidado da EGP-UPBS (ex. ISEE).

Responsabilidades na Sonaecom:

CEO da Sonaecom, SGPS, S.A., Presidente do Conselho de Administração do Público – Comunicação Social, S.A., Optimus – Comunicações, S.A. e Sonaecom – Sistemas de Informação, SGPS, S.A..

Miguel Nuno Santos Almeida

Data de nascimento:

15 de março de 1967

Habilitações literárias:

Licenciatura em Engenharia Mecânica pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e MBA pelo INSEAD (Fontainebleau).

Experiência profissional:

Diretor Executivo da Optimus – Comunicações, S.A..

Anteriormente:

Diretor de *Marketing* da Modelo Continente, SGPS, S.A..

Responsabilidades na Sonaecom:

Membro do Conselho de Administração e Administrador Executivo da Sonaecom, SGPS, S.A., CEO da Optimus – Comunicações, S.A., Presidente do Conselho de Administração da Be Artis – Conceção, Construção e Gestão de Redes de Comunicações, S.A., Be Towering – Gestão de Torres de Telecomunicações, S.A. e Per-Mar, Sociedade de Construções, S.A., Membro do Conselho de Administração da PCJ – Público, Comunicação e Jornalismo, S.A., Público – Comunicação Social, S.A., Sonaecom – Sistemas de Informação, SGPS, S.A., Sonae Télécom, SGPS, S.A., Sontária – Empreendimentos Imobiliários, S.A. e WeDo Consulting – Sistemas de Informação, S.A..

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Data de nascimento:

13 de janeiro de 1970

Habilitações literárias:

Licenciatura em Gestão pela Universidade Católica da Universidade do Porto e MBA pelo INSEAD (Fontainebleau).

Experiência profissional:

Membro do Conselho de Administração da Efanor Investimentos SGPS, S.A.; Presidente do Conselho de Administração da Efanor – Serviços de Apoio à Gestão S.A..

Anteriormente:

Diretora Executiva da unidade residencial da Sonae Matrix Multimédia e Diretora de *Marketing* da Optimus.

Responsabilidades na Sonaecom:

Diretora Executiva da Sonaecom, SGPS, S.A.; Diretora Executiva da Sonaecom Sistemas de Informação ('SSI'); Diretora Não-Executiva da Optimus – Comunicações, S.A..

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Data de nascimento:

16 de outubro de 1959

Habilitações literárias:

Licenciatura em Direito e Mestrado em Direito Económico pela Universidade de Coimbra.

Experiência profissional:

Partner e Membro do Conselho de Administração da MLGTS; Administrador Não-Executivo do Conselho de Administração do BPI, SGPS, S.A., Riopele, S.A. e da Mota-Engil, SGPS, S.A..

Responsabilidades na Sonaecom:

Diretor Executivo da Sonaecom, SGPS, S.A.,
Membro do Conselho de Administração do Público –
Comunicação Social S.A., Optimus - Comunicações,
S.A. e Sonaecom – Sistemas de Informação,
SGPS, S.A..

António Sampaio e Mello**Data de nascimento:**

29 de janeiro de 1955

Habilitações literárias:

Doutoramento em Economia pela London
Business School, MBA pela Columbia University,
EUA; Mestrado em Economia pela Columbia
University, EUA; Licenciatura em Engenharia pela
Universidade Técnica de Lisboa.

Experiência profissional:

Professor de Finanças na Universidade de
Wisconsin-Madison; Diretor Executivo da RiverRock
Investidores; Diretor do Banco Robert Baird;
Diretor de *Corporate Finance* do Banco Comercial
Português; Diretor de Investigação Económica
e Estatística do Banco de Portugal; Diretor
Executivo da Finpro, SGPS; Membro do Conselho de
Administração da Associação de Gestão Financeira
dos EUA; Professor do MIT; Presidente da Comissão
das Ciências Sociais e Humanidades da Junta
Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.

Responsabilidades na Sonaecom:

Administrador Não-Executivo Independente da
Sonaecom; Membro da Comissão de Auditoria e
Finanças.

David Charles Denholm Hobley**Data de nascimento:**

9 de dezembro de 1946

Habilitações literárias:

Fellow pelo Institute of Chartered
Accountants of England and Wales.

Experiência profissional:

Diretor do Deutsche Bank AG, Londres;
Administrador de diversas empresas do Grupo
Orange.

Responsabilidades na Sonaecom:

Administrador Não-Executivo da Sonaecom;
Membro da Comissão de Auditoria e Finanças.

Gervais Gilles Pellissier**Data de nascimento:**

14 de maio de 1959

Habilitações literárias:

Licenciatura em Direito pela Université Paris XI;
Graduado pelo HEC em Gestão Internacional –
programa conjunto da Berkeley University e da
University of Cologne.

Experiência profissional:

Deputy CEO da France Télécom - Orange.

Anteriormente:

Supervisor da integração operacional e geográfica
dos negócios da France Télécom em Espanha e
Vice-Presidente do Board of Bull (2004-2005).

Responsabilidades na Sonaecom:

Diretor Não-Executivo da Sonaecom.

Franck Emmanuel Dangeard**Data de nascimento:**

25 de fevereiro de 1958

Habilitações literárias:

Licenciatura em Direito Económico pela École des
Hautes Études Commerciales; Licenciatura pelo
Institut d'Études Politiques de Paris; Fulbright
Scholar pela Harvard Law School LL.M.; Fellow pela
Harvard Law School.

Experiência profissional:

Partner da Harcourt; Presidente e CEO da
Thomson; Vice-Presidente sénior Executivo da
France Télécom; Chairman do SBC Warburg France.

Responsabilidades na Sonaecom:

Administrador Independente Não-Executivo da
Sonaecom; Membro da Comissão de Nomeações e
Remunerações.

Jean-François René Pontal**Data de nascimento:**

17 de abril de 1943

Habilitações literárias:

Licenciatura em Engenharia pelo Centre d'Études
Supérieures des Techniques Industrielles, em
França.

Experiência profissional:

CEO da subsidiária espanhola do Carrefour –
PRYCA; Membro do Conselho de Administração
do Carrefour; Vice-Presidente Executivo do Grupo
Mass Market Products & Services da France
Télécom; CEO da Orange.

Responsabilidades na Sonaecom:

Administrador Independente Não-Executivo da
Sonaecom; Presidente da Comissão de Auditoria
e Finanças; Membro da Comissão de Nomeações e
Remunerações.

Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão**Data de nascimento:**

27 de abril de 1956

Habilitações literárias:

Licenciatura em Economia pelo ISCTE –
Universidade de Lisboa.

Experiência profissional:

Vice-Presidente Executivo da Sonae, SGPS, S.A.,
Membro do Conselho de Administração da Sonae
Investimentos, SGPS, S.A.; Sonaerp – Retail
Properties, S.A. e Modelo – Distribuição de Materiais
de Construção.

Anteriormente:

Membro do Conselho de Administração e CEO da
Sonae Distribuição, SGPS, S.A..

Responsabilidades na Sonaecom:

Diretor Não-Executivo da Sonaecom.

4.3. Outros cargos desempenhados pelo Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Cargos exercidos em companhias em que a Sonaecom é acionista:

Não exerce qualquer cargo em empresas em que a Sonaecom é acionista.

Outros cargos:

- Efanor Investimentos, SGPS, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)
- Imparfin, SGPS, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)
- MDS, SGPS, S.A.
(Presidente do Conselho de Administração)
- Migracom, SGPS, S.A.
(Presidente do Conselho de Administração)
- Sonae Indústria, SGPS, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)
- Sonae Investimentos, SGPS, S.A.
(Presidente do Conselho de Administração)
- Sonae MC – Modelo Continente, SGPS, S.A.
(Presidente do Conselho de Administração)
- Sonae, SGPS, S.A.
(Membro do Conselho de Administração, CEO)
- Sonae Sierra, SGPS, S.A.
(Presidente do Conselho de Administração)
- Sonaegest, Sociedade Gestora de Fundos de Investimentos
(Presidente do Conselho de Administração)
- Sonaerp – Retail Properties, S.A.
(Presidente do Conselho de Administração)
- Sonae – Retalho Especializado, SGPS, S.A.
(Presidente do Conselho de Administração)

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Cargos exercidos em companhias em que a Sonaecom é acionista:

- Optimus – Comunicações, S.A.
(Presidente do Conselho de Administração)
- PCJ – Público, Comunicação e Jornalismo, S.A.
(Presidente do Conselho de Administração)
- Público – Comunicação Social, S.A.
(Presidente do Conselho de Administração)
- Sonae Telecom, SGPS, S.A.
(Presidente do Conselho de Administração)
- Sonaecom – Sistemas de Informação, SGPS, S.A.
(Presidente do Conselho de Administração)
- Sontária – Empreendimentos Imobiliários, S.A.
(Presidente do Conselho de Administração)
- WeDo Consulting, Sistemas de Informação, S.A.
(Presidente do Conselho de Administração)

Outros cargos:

- Cooper Gay (Holdings) Limited
(Membro do Conselho de Administração)
- MDS, SGPS, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)
- Sonae, SGPS, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)
- Sonae Center Serviços II, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)

- Sonae Investments, B.V.
(Diretor Executivo)
- Sonae Investimentos, SGPS, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)
- Sonae MC – Modelo Continente, SGPS, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)
- Sonaerp – Retail Properties, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)
- Sonae Sierra, SGPS, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)
- Sonae – Retalho Especializado, SGPS, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)
- Sontel B.V.
(Diretor Executivo)
- Enxomil, SGPS, S.A.
(Diretor Executivo)
- Enxomil – Sociedade Imobiliária, S.A.
(Diretor Executivo)
- Lapidar, SGPS, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)
- Love Letters – Galeria de Arte, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Cargos exercidos em companhias em que a Sonaecom é acionista:

- Digitmarket – Sistemas de Informação, S.A.
(Presidente do Conselho de Administração)
- Lugares Virtuais, S.A.
(Presidente do Conselho de Administração)
- M3G – Edições Digitais, S.A.
(Presidente do Conselho de Administração)
- Mainroad – Serviços de Tecnologias de Informação, S.A.
(Presidente do Conselho de Administração)
- Miauger – Organização e Gestão de Leilões Eletrónicos, S.A.
(Presidente do Conselho de Administração)
- PCJ – Público, Comunicação, e Jornalismo, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)
- Público – Comunicação Social, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)
- Saphety Level – Trusted Services, S.A.
(Presidente do Conselho de Administração)
- Optimus – Comunicações, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)
- Sonae Telecom, SGPS, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)
- Sonaecom – Sistemas de Informação, SGPS, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)
- Sonaecom – Sistemas de Información España, S.L.
(Diretor)
- Sontária – Empreendimentos Imobiliários, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)
- WeDo Consulting, Sistemas de Informação, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)
- WeDo Technologies Mexico, S. De R.L. De C.V.
(Diretor)
- WeDo Technologies Egypt
(Diretor)

- Cape Technologies Limited (Irlanda)
(Membro do Conselho de Administração)
- WeDo Poland Sp. Z.o.o.
(Diretor)
- WeDo Technologies Australia PTY Limited
(Membro do Conselho de Administração)
- WeDo Technologies (UK) Limited
(Membro do Conselho de Administração)
- WeDo Technologies Americas Inc.
(Presidente do Conselho de Administração)
- WeDo Technologies Chile, Spa
(Membro do Conselho de Administração)
- WeDo Technologies Panama, S.A.
(Presidente do Conselho de Administração)
- WeDo Technologies Singapore Pte Ltd
(Membro do Conselho de Administração)
- Praesidium Services Limited
(Membro do Conselho de Administração)

Outros cargos:

- Efanor – Serviços de Apoio à Gestão, S.A.
(Presidente do Conselho de Administração)
- Efanor Investimentos, SGPS, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)
- Fundação Belmiro de Azevedo
(Membro do Conselho de Administração)
- Imparfin, SGPS, S.A.
(Presidente do Conselho de Administração)
- Linhacom, SGPS, S.A.
(Presidente do Conselho de Administração)
- Praça Foz – Sociedade Imobiliária, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Cargos exercidos em companhias em que a Sonaecom é acionista:

- Optimus – Comunicações S.A.
(Membro do Conselho de Administração)
- PCJ – Público, Comunicação e Jornalismo, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)
- Público, Comunicação Social, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)
- Sonaecom – Sistemas de Informação, SGPS, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)

Outros cargos:

- MLGTS & Associados, Sociedade de Advogados
(Partner e Membro do Conselho de Administração)
- BPI, SGPS, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)
- Mota-Engil, SGPS, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)
- Riopele, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)

Miguel Nuno Santos Almeida

Cargos exercidos em companhias em que a Sonaecom é acionista:

- Be Artis, Conceção, Construção e Gestão de Redes de Comunicações, S.A.
(Presidente do Conselho de Administração)
- Be Towering – Gestão de Torres de Telecomunicações, S.A.
(Presidente do Conselho de Administração)
- Per-Mar, Sociedade de Construções, S.A.
(Presidente do Conselho de Administração)
- PCJ – Público, Comunicação e Jornalismo, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)
- Público – Comunicação Social, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)
- Sonaecom Telecom, SGPS, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)
- Optimus - Comunicações, S.A.
(Membro do Conselho de Administração, CEO)
- WeDo Consulting – Sistemas de Informação, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)
- Sonaecom - Sistemas de Informação, SGPS, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)

Outros cargos:

Não exerce outros cargos em outras companhias.

António Sampaio e Mello

Cargos exercidos em companhias em que a Sonaecom é acionista:

Não exerce qualquer cargo em empresas em que a Sonaecom é acionista.

Outros cargos:

- Nakoma Capital Management
(Membro do Conselho de Administração)

David Charles Denholm Hobley

Cargos exercidos em companhias em que a Sonaecom é acionista:

Não exerce qualquer cargo em empresas em que a Sonaecom é acionista.

Outros cargos:

- Orange Brand Services Limited
(Membro do Conselho de Administração)
- Westgate Nominees Hall Limited
(Membro do Conselho de Administração)
- Velti plc
(Membro do Conselho de Administração)
- Still Standing Ltd
(Membro do Conselho de Administração)
- Nectar Global Alpha Fund
(Membro do Conselho de Administração)
- Incadea PLC
(Membro do Conselho de Administração)

Franck Emmanuel Dangeard

Cargos exercidos em companhias em que a Sonaecom é acionista:

Não exerce qualquer cargo em empresas em que a Sonaecom é acionista.

Outros cargos:

- Harcourt (França)
(Membro do Conselho de Administração)
- Atari (França)
(Presidente do Conselho de Administração, Membro da Comissão de Auditoria, Membro da Comissão de Remunerações)
- Crédit Agricole – Commercial and Investment Bank (France)
(Diretor, Membro da Comissão de Remunerações)
- Goldbridge Capital Partners (UK)
(Presidente do Conselho de Administração, Membro da Comissão de Auditoria, Membro da Comissão de Remunerações)
- Moser Baer (Índia)
(Administrador; Membro da Comissão de Auditoria)
- Moser Baer Projects (Índia)
(Administrador; Membro da Comissão de Auditoria)
- PricewaterhouseCoopers (França)
(Presidente da Comissão de Estratégia)
- Symantec (US)
(Administrador, Membro da Comissão de Auditoria, Membro da Comissão de Nomeações e Remunerações)
- Telenor (Norway)
(Administrador, Membro da Comissão de Ética e de Sustentabilidade)
- HEC (France)
(Membro do Conselho Consultivo)
- HBS (US)
(Membro do Conselho Consultivo Internacional)

Gervais Gilles Pellissier

Cargos exercidos em companhias em que a Sonaecom é acionista:

Não exerce qualquer cargo em empresas em que a Sonaecom é acionista.

Outros cargos:

- France Télécom Espanha
(Membro do Conselho de Administração)
- Mobistar
(Membro do Conselho de Administração)
- Studio 37
(Membro do Conselho de Administração)
- Fram
(Membro do Conselho Consultivo)

Jean-François René Pontal

Cargos exercidos em companhias em que a Sonaecom é acionista:

Não exerce qualquer cargo em empresas em que a Sonaecom é acionista.

Outros cargos:

- ING Direct, França
(Membro do Conselho Consultivo)
- Oger Télécom, Dubai
(Membro do Conselho de Administração)

Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão

Cargos exercidos em companhias em que a Sonaecom é acionista:

Não exerce qualquer cargo em empresas em que a Sonaecom é acionista.

Outros cargos:

- Modelo – Distribuição de Materiais de Construção, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)
- Sonae Investimentos, SGPS, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)
- Sonae, SGPS, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)
- Sonaerp – Retail Properties, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)

4.4. Artigos 447º, 448º e Participações Qualificadas

Artigo 447º

Nos termos do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais e do Regulamento da CMVM nº 5/2008.

Ações detidas pelos membros do Conselho de Administração e Dirigentes e respetivas transações durante o ano de 2011:

Conselho de Administração

| | Data | Quantidade | Aquisições | | Alienações | | Saldo em |
|--|------------|------------|---------------|------------|---------------|------------------|------------|
| | | | Média Valor € | Quantidade | Média Valor € | 31 dezembro 2011 | |
| | | | | | | | Quantidade |
| Duarte Paulo Teixeira de Azevedo | | | | | | | |
| Efanor Investimentos, SGPS, S.A. ⁽¹⁾ | | | | | | | 1 |
| Migracom, SGPS, S.A. ⁽³⁾ | | | | | | | 1.969.996 |
| Sonae, SGPS, S.A. ⁽⁶⁾ | | | | | | | 3.293 a) |
| Ações entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo | 10.03.2011 | 355.103 | 0,00 | | | | |
| Alienação | 20.05.2011 | | | 355.103 | 0,828 | | |
| Ángelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério | | | | | | | |
| Sonae, SGPS, S.A. ⁽⁶⁾ | | | | | | | 355.233 |
| Ações entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo | 10.03.2011 | 105.233 | 0,00 | | | | |
| Sonaecom, SGPS, S.A. ⁽⁹⁾ | | | | | | | 292.086 |
| Ações entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo | 10.03.2011 | 67086 | 0,00 | | | | |
| Miguel Nuno Santos Almeida | | | | | | | |
| Sonae, SGPS, S.A. ⁽⁶⁾ | | | | | | | 59.453 |
| Ações entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo | 10.03.2011 | 31.269 | 0,00 | | | | |
| Sonaecom, SGPS, S.A. ⁽⁹⁾ | | | | | | | 70.808 b) |
| Ações entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo | 10.03.2011 | 31.009 | 0,00 | | | | |
| Maria Cláudia Teixeira de Azevedo | | | | | | | |
| Efanor Investimentos, SGPS, S.A. ⁽¹⁾ | | | | | | | 1 |
| Linhacom, SGPS, S.A. ⁽⁴⁾ | | | | | | | 99.996 |
| Sonae, SGPS, S.A. ⁽⁶⁾ | | | | | | | - |
| Ações entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo | 10.03.2011 | 21.549 | 0,00 | | | | |
| Alienação | 20.05.2011 | | | 21.549 | 0,828 | | |
| Sonaecom, SGPS, S.A. ⁽⁹⁾ | | | | | | | 170 c) |
| Ações entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo | 10.03.2011 | 21.369 | 0,00 | | | | |
| Alienação | 20.05.2011 | | | 21.369 | 1,60 | | |
| António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier | | | | | | | |
| Sonae, SGPS, S.A. ⁽⁶⁾ | | | | | | | 70.229 |
| Ações entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo | 10.03.2011 | 28.183 | 0,00 | | | | |
| Sonaecom, SGPS, S.A. ⁽⁹⁾ | | | | | | | 25.631 |
| Ações entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo | 10.03.2011 | 27949 | 0,00 | | | | |
| Alienação | 22.06.2011 | | | 22.000 | 1,532 | | |

a) Ações detidas por descendentes menores a seu cargo;

b) Este saldo inclui 90 ações detidas pelo cônjuge;

c) Ações detidas pelo cônjuge.

Artigo 447º (continuação)

Dirigentes

| | Data | Quantidade | Aquisições | | Alienações | | Saldo em |
|--|------------|------------|---------------|------------|---------------|------------------|------------|
| | | | Média Valor € | Quantidade | Média Valor € | 31 dezembro 2011 | |
| | | | | | | | Quantidade |
| David Graham Shenton Bain | | | | | | | |
| Sonae, SGPS, S.A. ⁽⁶⁾ | | | | | | | 20.000 |
| Sonaecom, SGPS, S.A. ⁽⁹⁾ | | | | | | | 15.000 |
| Ana Paula Garrido Pina Marques | | | | | | | |
| Sonae, SGPS, S.A. ⁽⁶⁾ | | | | | | | 11.000 d) |
| Sonaecom, SGPS, S.A. ⁽⁹⁾ | | | | | | | 28.241 e) |
| Ações entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo | 10.03.2011 | 13.797 | 0,00 | | | | |
| Manuel António Neto Portugal Ramalho Eanes | | | | | | | |
| Sonaecom, SGPS, S.A. ⁽⁹⁾ | | | | | | | 15.538 |
| Ações entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo | 10.03.2011 | 15.538 | 0,00 | | | | |
| David Pedro Oliveira Parente Ferreira Alves | | | | | | | |
| Sonae, SGPS, S.A. ⁽⁶⁾ | | | | | | | 5.000 |
| Sonaecom, SGPS, S.A. ⁽⁹⁾ | | | | | | | 64.013 |
| Ações entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo | 10.03.2011 | 23.500 | 0,00 | | | | |
| Rui José Gonçalves Paiva | | | | | | | |
| Sonaecom, SGPS, S.A. ⁽⁹⁾ | | | | | | | 460 |
| Paulo Joaquim Santos Plácido | | | | | | | |
| Sonae, SGPS, S.A. ⁽⁶⁾ | | | | | | | 10.000 f) |
| Sonaecom, SGPS, S.A. ⁽⁹⁾ | | | | | | | 49.821 |
| Ações entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo | 10.03.2011 | 11.023 | 0,1475 | | | | |
| José Manuel Pinto Correia | | | | | | | |
| Sonae, SGPS, S.A. ⁽⁶⁾ | | | | | | | 3.905 |
| Sonaecom, SGPS, S.A. ⁽⁹⁾ | | | | | | | 121.468 |
| Ações entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo | 10.03.2011 | 25.163 | 0,1475 | | | | |
| Pedro Rafael de Sousa Nunes Pedro | | | | | | | |
| Sonae, SGPS, S.A. ⁽⁶⁾ | | | | | | | 6.625 |
| Aquisição | 04.02.2011 | 2.225 | 0,826 | | | | |
| Ana Cristina Dinis da Silva Fanha Vicente Soares | | | | | | | |
| Sonaecom, SGPS, S.A. ⁽⁹⁾ | | | | | | | 6.617 |
| Ações entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo | 10.03.2011 | 5.492 | 0,00 | | | | |

d) Ações detidas pelo cônjuge;

e) Este saldo inclui 7957 ações detidas pelo cônjuge;

f) Ações detidas pelo cônjuge.

Conselho Fiscal

| | Data | Quantidade | Aquisições | | Alienações | | Saldo em |
|--------------------------------------|------------|------------|---------------|------------|---------------|------------------|------------|
| | | | Média Valor € | Quantidade | Média Valor € | 31 dezembro 2011 | |
| | | | | | | | Quantidade |
| Armando Luís Vieira Magalhães | | | | | | | |
| Sonae, SGPS, SA ⁽⁶⁾ | | | | | | | - |
| Alienação | 11.05.2011 | | | 10.000 | 0,826 | | |

Artigo 447º (continuação)

Notas:

| | Data | Aquisições | | Alienações | | Saldo em |
|--|------------|-------------|---------------|-------------|---------------|------------------|
| | | Quantidade | Média Valor € | Quantidade | Média Valor € | 31 dezembro 2011 |
| | | | | | | Quantidade |
| (1) Efanor Investimentos, SGPS, S.A. | | | | | | |
| Sonae, SGPS, S.A. ⁽⁶⁾ | | | | | | 122.400.000 |
| Alienação | 29.04.2011 | | | 585.250.000 | 0,811 | |
| Aquisição | 13.07.2011 | 30.000.000 | 0,667 | | | |
| Aquisição | 12.10.2011 | 16.000.000 | 0,529 | | | |
| Aquisição | 13.12.2011 | 2.000.000 | 0,473 | | | |
| Pareuro, BV ⁽²⁾ | | | | | | 2.000.000 |
| Sonaecom, SGPS, S.A. ⁽⁹⁾ | | | | | | 1.000 |
| (2) Pareuro, BV | | | | | | |
| Sonae, SGPS, S.A. ⁽⁶⁾ | | | | | | 937.250.000 |
| Aquisição | 29.04.2011 | 585.250.000 | 0,811 | | | |
| Alienação | 13.07.2011 | | | 30.000.000 | 0,667 | |
| Alienação | 12.10.2011 | | | 16.000.000 | 0,529 | |
| Alienação | 13.12.2011 | | | 2.000.000 | 0,473 | |
| (3) Migracom, SGPS, S.A. | | | | | | |
| Imparfin, SGPS, S.A. ⁽⁵⁾ | | | | | | 150.000 |
| Sonae, SGPS, S.A. ⁽⁶⁾ | | | | | | 1.840.103 |
| Aquisição | 20.05.2011 | 355.103 | 0,828 | | | |
| Sonaecom, SGPS, S.A. ⁽⁹⁾ | | | | | | 387.342 |
| (4) Linhacom, SGPS, S.A. | | | | | | |
| Imparfin, SGPS, S.A. ⁽⁵⁾ | | | | | | 150.000 |
| Sonae, SGPS, S.A. ⁽⁶⁾ | | | | | | 390.430 |
| Aquisição | 20.05.2011 | 21.549 | 0,828 | | | |
| Sonaecom, SGPS, S.A. ⁽⁹⁾ | | | | | | 71.231 |
| Aquisição | 20.05.2011 | 21.369 | 1,60 | | | |
| (5) Imparfin, SGPS, S.A. | | | | | | |
| Sonae, SGPS, S.A. ⁽⁶⁾ | | | | | | 4.105.280 |
| (6) Sonae, SGPS, S.A. | | | | | | |
| Sonaecom, SGPS, S.A. ⁽⁹⁾ | | | | | | 650.000 |
| Alienação | 29.04.2011 | | | 188.649 | 1,537 | |
| Sonae Investments BV ⁽⁷⁾ | | | | | | 2.000.000 |
| Sontel BV ⁽⁸⁾ | | | | | | 4.286 |
| (7) Sonae Investments BV | | | | | | |
| Sontel BV ⁽⁸⁾ | | | | | | 5.714 |
| Sonaecom, SGPS, S.A. ⁽⁹⁾ | | | | | | - |
| Alienação | 29.04.2011 | | | 10.500.000 | 1,537 | |
| (8) Sontel BV | | | | | | |
| Sonaecom, SGPS, S.A. ⁽⁹⁾ | | | | | | 194.063.119 |
| Aquisição | 29.04.2011 | 188.649 | 1,537 | | | |
| Aquisição | 29.04.2011 | 10.500.000 | 1,537 | | | |
| (9) Sonaecom, SGPS, S.A. | | | | | | |
| Ações entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo | 10.03.2011 | | | 1.473.520 | 0,1475 | |
| Ações entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo | 10.03.2011 | | | 277.030 | 0,00 | |
| Aquisição | mar/11 | 1.553.000 | 1,432 | | | |
| Ações entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo | 22.06.2011 | | | 13.607 | 0,156 | |

Artigo 448º

Nos termos do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais.

| | Número de ações em 31 dezembro 2011 |
|---|--|
| Efanor Investimentos, SGPS, S.A. | |
| Sonae, SGPS, S.A. | 122.400.000 |
| Pareuro, BV | 2.000.000 |
| Sonaecom, SGPS, S.A. | 1.000 |
| Pareuro, BV | |
| Sonae, SGPS, S.A. | 937.250.000 |
| Sonae, SGPS, S.A. | |
| Sonaecom, SGPS, S.A. | 650.000 |
| Sonae Investments BV | 2.000.000 |
| Sontel BV | 4.286 |
| Sonae Investments BV | |
| Sontel BV | 5.714 |
| Sontel BV | |
| Sonaecom, SGPS, S.A. | 194.063.119 |
| Atlas Services Belgium, S.A. | |
| Sonaecom, SGPS, S.A. | 73.249.374 |

Participações Qualificadas

Dando cumprimento ao artigo 8º, nº1, alínea b) do Regulamento 05/2008 da CMVM, declaramos as seguintes participações qualificadas a 31 de dezembro de 2011:

| Acionista | Número de ações | % Participação no capital | % Direitos de voto | |
|--|-----------------|---------------------------|--------------------|--------------------|
| | | | Com ações próprias | Sem ações próprias |
| Sontel BV | 194.063.119 | 52,99% | 52,99% | 54,33% |
| Sonae, SGPS, S.A. | 650.000 | 0,18% | 0,18% | 0,18% |
| Migracom, SGPS, S.A. | 387.342 | 0,11% | 0,11% | 0,11% |
| Ángelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério ^{(1),(2)} | 292.086 | 0,08% | 0,08% | 0,08% |
| Belmiro Mendes de Azevedo ^{(1),(3)} | 75.537 | 0,02% | 0,02% | 0,02% |
| Linhacom, SGPS, S.A. | 71.231 | 0,02% | 0,02% | 0,02% |
| Álvaro Carmona e Costa Portela ⁽¹⁾ | 5.000 | 0,00% | 0,00% | 0,00% |
| Efanor Investimentos, SGPS, S.A. | 1.000 | 0,00% | 0,00% | 0,00% |
| Maria Cláudia Teixeira de Azevedo ⁽³⁾ | 170 | 0,00% | 0,00% | 0,00% |
| Total imputável ⁽⁴⁾ | 195.545.485 | 53,39% | 53,39% | 54,74% |
| France Télécom, S.A. | | | | |
| Atlas Services Belgium, S.A. | 73.249.374 | 20,00% | 20,00% | 20,51% |
| Total imputável | 73.249.374 | 20,00% | 20,00% | 20,51% |
| BCP | | | | |
| Banco Comercial Português S.A. | 100.998 | 0,03% | 0,03% | 0,03% |
| Fundo de Pensões Grupo BCP | 12.400.000 | 3,39% | 3,39% | 3,47% |
| Total imputável | 12.500.998 | 3,41% | 3,41% | 3,50% |

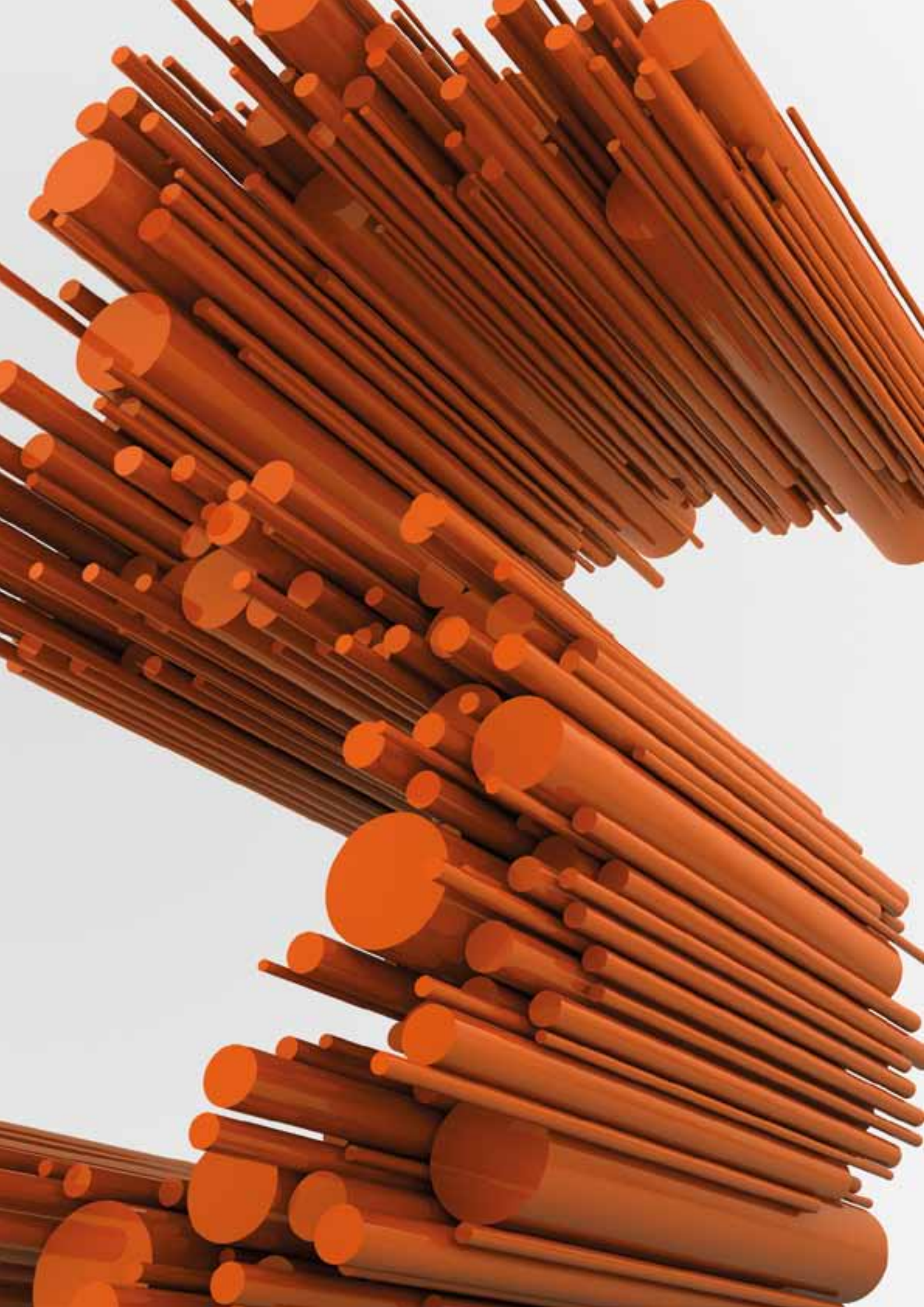
⁽¹⁾ Membro do Órgão de Administração da Sonae, SGPS, S.A;

⁽²⁾ Membro do Órgão de Administração da Sonae Investments, BV e Sontel BV;

⁽³⁾ Membro do Órgão de Administração da Efanor Investimentos, SGPS, S.A.;

⁽⁴⁾ A participação qualificada correspondente é imputada à Efanor.

Esta página foi intencionalmente deixada em branco.



5

O NOSSO MODELO DE GOVERNAÇÃO



- 5.1 INTRODUÇÃO
- 5.2 DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO
- 5.3 ASSEMBLEIA GERAL DE AÇIONISTAS
- 5.4 ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
- 5.5 POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DO GRUPO E REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
- 5.6 GESTÃO DE RISCO
- 5.7 OUTRAS INFORMAÇÕES
- 5.8 ARTIGOS 447º, 448º E PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS
- 5.9 ANEXO

5 O NOSSO MODELO DE GOVERNAÇÃO

5.1. Introdução

i) Mensagem aos Acionistas

Caro Acionista,

A Sonaecom tem um compromisso sério no sentido de criar valor de longo prazo para os acionistas. Como tal, estamos focados em adotar as melhores práticas nacionais e internacionais em termos de Governo da Sociedade. Cumprimos, na totalidade, as exigências legais da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários ("CMVM"), adotando a grande maioria das suas recomendações e mantendo-nos ativos na melhoria contínua das nossas práticas.

Este compromisso é assumido por toda a organização e os nossos valores são amplamente divulgados. No sentido de uma total transparência, publicamos as orientações e informação sobre o Governo da Sociedade no *website* da empresa (www.sonae.com).

Pretendemos ser um modelo de referência, não só no que respeita ao modelo de Governação, mas também na forma como o comunicamos às partes interessadas.

Estamos particularmente satisfeitos com os princípios sólidos e objetivos nos quais se baseia a nossa política de remuneração, uma política competitiva, ligada ao desempenho, alinhada com os interesses dos acionistas, transparente, razoável e justa. A remuneração atribuída é, também, apresentada em detalhe. Os nossos princípios refletem, claramente, o nosso compromisso nesta área.

ii) Princípios de Governo da Sociedade

As nossas práticas de Governo da Sociedade baseiam-se, essencialmente, nos seguintes princípios:

- Transparência
- Independência
- Supervisão
- Gestão de Risco
- Compromisso com os acionistas
- Adaptação do modelo de Governo da Sociedade – Um modelo não é universalmente aplicável (ou "cumprimos" ou "justificamos")

O que significa Governo da Sociedade para a Sonaecom?

Por Governo da Sociedade, entende-se o processo de tomada de decisão e a forma como as nossas decisões são implementadas, incluindo também as estruturas formais e os diferentes órgãos envolvidos na preparação, desafio, aprovação, implementação e elaboração de relatórios sobre essas tomadas de decisão.

Para a Sonaecom, Governo da Sociedade significa assegurar que:

- a nossa gestão está a orientar o negócio na direção correta e atua de forma a defender o interesse da empresa e dos seus acionistas;
- protegemos os nossos padrões éticos e respeitamos o interesse das partes envolvidas;
- cumprimos com os nossos estatutos e com as leis e regulamentos em vigor;
- seguimos a nossa estratégia corporativa, de forma a atingir os nossos objetivos de desempenho;
- temos as formas de controlo e os procedimentos adequados para gerir o risco de forma eficaz;
- a nossa gestão e modelo de governação são avaliados e monitorizados, com base nas estruturas e nos procedimentos corretos.

Como fazemos acontecer a nossa governação?

Na Sonaecom, a nossa governação está presente em toda a estrutura organizacional, nos nossos princípios e na nossa comunicação e divulgação ao mercado, contribuindo para a criação de uma cultura de governação.

O nosso Diretor de Governo da Sociedade apoia o presidente do Conselho de Administração e o presidente da Comissão Executiva da Sonaecom em relação ao modelo de governação adotado, de forma a garantir que os processos e procedimentos são adotados no sentido de salvaguardar os interesses dos acionistas. Além disso, estamos organizados para que os diferentes órgãos, estatutários e não estatutários, assumam a responsabilidade de assegurar que são adotadas as melhores práticas de governação, otimizando o alinhamento entre a gestão e os acionistas.

5.2. Declaração de cumprimento

De acordo com as Recomendações sobre Governo das Sociedades, publicadas em janeiro de 2010 pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários ("CMVM"), esta secção descreve pormenorizadamente as funções, responsabilidades e composição dos nossos órgãos de governação. Entre outros assuntos, esta secção inclui também uma descrição e explicação detalhada da nossa política de remunerações e das posições acionistas detidas pelos nossos Administradores.

Divulgação do local onde a informação é publicada

Os textos integrais contendo as atuais regras de governo da Sonaecom – com fonte regulamentar, recomendatória ou de natureza voluntária, incluindo o código de conduta e, em particular, as normas internas sobre transação de ações e conflitos de interesse – são disponibilizados ao público em geral através do nosso website: www.sonae.com e do website da CMVM: www.cmvm.pt.

Recomendações da CMVM sobre Governo das Sociedades

O quadro seguinte apresenta um resumo das recomendações da CMVM sobre o Governo das Sociedades publicadas em janeiro de 2010 e respetivo nível de cumprimento por parte da Sonaecom, a 31 de dezembro de 2011.

| | Recomendações da CMVM | Cumprimento pela Sonaecom | Comentários |
|------------|---|---------------------------|--|
| 1. | Assembleia Geral | | |
| 1.1 | Mesa da Assembleia Geral | | |
| 1.1.1 | O presidente da mesa da Assembleia Geral deve dispor de recursos humanos e logísticos de apoio que sejam adequados às suas necessidades, considerada a situação económica da sociedade. | Sim | Todos os recursos necessários são disponibilizados pela Sonaecom através dos departamentos relevantes: Jurídico, Instalações, Financeiro, etc. |
| 1.1.2 | A remuneração do presidente da mesa da Assembleia Geral deve ser divulgada no relatório anual sobre o Governo da Sociedade. | Sim | A remuneração do presidente da mesa da Assembleia Geral é divulgada neste relatório (ver secção "5.3. Assembleia Geral de Acionistas – Remuneração"). |
| 1.2 | Participação na Assembleia | | |
| 1.2.1 | A antecedência imposta para a receção, pela mesa, das declarações de depósito ou bloqueio das ações para a participação em Assembleia Geral não deve ser superior a cinco dias úteis. | Sim | Na sequência de alteração legislativa, o bloqueio das ações deixou de ser requerido, o que levou a uma alteração dos Estatutos na Assembleia Geral de 2011. (ver secção "5.3. Assembleia Geral de Acionistas - Bloqueio de Ações"). |
| 1.2.2 | Em caso de suspensão da reunião da Assembleia Geral, a sociedade não deve obrigar ao bloqueio durante todo o período que medeia até que a sessão seja retomada, devendo ser suficiente a antecedência exigida na primeira sessão. | Sim | Na sequência de alteração legislativa, o bloqueio das ações deixou de ser requerido na sequência de alteração legislativa, o que levou a uma alteração dos Estatutos na Assembleia Geral de 2011. (ver secção "5.3. Assembleia Geral de Acionistas - Normas aplicáveis ao bloqueio das ações no caso de suspensão da Assembleia Geral"). |
| 1.3 | Voto e exercício de direito de voto | | |
| 1.3.1 | As sociedades não devem prever qualquer restrição estatutária ao voto por correspondência e, quando adotado e admissível, ao voto por correspondência electrónico. | Sim | Não existem restrições ao voto por correspondência (ver secção "5.3. Assembleia Geral de Acionistas - Voto por correspondência"). |
| 1.3.2 | O prazo estatutário de antecedência para a receção da declaração de voto emitida por correspondência não deve ser superior a três dias úteis. | Sim | O prazo previsto pelos nossos estatutos é de três dias (ver secção "5.3. Assembleia Geral de Acionistas - Prazo limite para o voto por correspondência"). |
| 1.3.3 | As sociedades devem assegurar a proporcionalidade entre os direitos de voto e a participação acionista, preferencialmente através de previsão estatutária que faça corresponder um voto a cada ação. Não cumprem a proporcionalidade as sociedades que, designadamente: i) tenham ações que não confirmam o direito de voto; ii) estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só Acionista ou por Acionistas com ele relacionados. | Sim | Os estatutos da Sonaecom contemplam o princípio de: uma ação um voto (ver secção "5.3. Número de ações correspondentes a um voto"). |

| | Recomendações da CMVM | Cumprimento pela Sonaecom | Comentários |
|----------------|---|---------------------------|--|
| 1.4 | Quórum deliberativo | | |
| | As sociedades não devem fixar um quórum deliberativo superior ao previsto por lei. | Sim | O nosso Quórum corresponde ao mínimo requerido por lei. |
| 1.5 | Atas e informação sobre deliberações adotadas | | |
| | Extratos de ata das reuniões da Assembleia Geral, ou documentos de conteúdo equivalente, devem ser disponibilizados aos Acionistas no website da sociedade, no prazo de cinco dias após a realização da Assembleia Geral, ainda que não constituam informação privilegiada. A informação divulgada deve abranger as deliberações tomadas, o capital representado e os resultados das votações. Estas informações devem ser conservadas no website da sociedade durante pelo menos três anos. | Sim | Os elementos requeridos foram disponibilizados no website da sociedade e aí se mantêm. |
| 1.6 | Medidas relativas ao controlo das sociedades | | |
| 1.6.1 | As medidas que sejam adotadas com vista a impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição devem respeitar os interesses da sociedade e dos seus Acionistas. Os estatutos das sociedades que, respeitando esse princípio, prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único Acionista, de forma individual ou em concertação com outros Acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, será sujeita a deliberação pela Assembleia Geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione. | Sim | Não existem tais medidas a restringir limitação do número de votos. |
| 1.6.2 | Não devem ser adotadas medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração, prejudicando dessa forma a livre transmissibilidade das ações e a livre apreciação pelos Acionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração. | Sim | Não existem tais medidas (ver secção "5.3. Assembleia Geral de Acionistas - Medidas defensivas em caso de transição de controlo ou de alterações na composição do órgão de administração"). |
| 2 | Órgãos de administração e fiscalização | | |
| 2.1 | Temas gerais | | |
| 2.1.1 | Estrutura e competência | | |
| 2.1.1.1 | O órgão de administração deve avaliar no seu relatório anual sobre o Governo da Sociedade o modelo adotado, identificando eventuais constrangimentos ao seu funcionamento e propondo medidas de atuação que, no seu juízo, sejam idóneas para os superar. | Sim | O Conselho de Administração avaliou o Modelo de Governo da Sociedade adotado e não detetou quaisquer restrições suscetíveis de afetar o desempenho da sociedade, conforme descrito na secção 5.2.2. deste relatório. |
| 2.1.1.2 | As sociedades devem criar sistemas internos de controlo e gestão de riscos, em salvaguarda do seu valor e em benefício da transparência do seu governo societário, que permitam identificar e gerir o risco. Esses sistemas devem integrar, pelo menos, as seguintes componentes: i) fixação dos objetivos estratégicos da sociedade em matéria de assunção de riscos; ii) identificação dos principais riscos ligados à concreta atividade exercida e dos eventos suscetíveis de originar riscos; iii) análise e mensuração do impacto e da probabilidade de ocorrência de cada um dos riscos potenciais; iv) gestão do risco com vista ao alinhamento dos riscos efetivamente incorridos com a opção estratégica da sociedade quanto à assunção de riscos; v) mecanismos de controlo da execução das medidas de gestão de risco adotadas e da sua eficácia; vi) adoção de mecanismos internos de informação e comunicação sobre as diversas componentes do sistema e de alertas de riscos; vii) avaliação periódica do sistema implementado e adoção das modificações que se mostrem necessárias. | Sim | Tais sistemas estão implementados e encontram-se descritos neste relatório (ver secção "5.6. Gestão de Risco"). |

| Recomendações da CMVM | Cumprimento pela Sonaecom | Comentários |
|--|---------------------------|---|
| 2.1.1.3 O órgão de administração deve assegurar a criação e funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos, cabendo ao órgão de fiscalização a responsabilidade pela avaliação do funcionamento destes sistemas e propor o respetivo ajustamento às necessidades da sociedade. | Sim | Estes sistemas estão implementados e são monitorizados pelos nossos órgãos de supervisão, nomeadamente o Conselho Fiscal e a Comissão de Auditoria e Finanças. As responsabilidades atribuídas à Comissão de Auditoria e Finanças, como comissão especializada do órgão de Administração, são responsabilidades de gestão da empresa, não substituindo as funções do Conselho Fiscal, como órgão de fiscalização. A Comissão de Auditoria e Finanças é responsável, entre outros assuntos, por uma análise profunda das demonstrações financeiras, do desempenho dos principais rácios financeiros e pela avaliação do sistema de gestão de riscos e do sistema de controlo interno. Emite recomendações para a deliberação final do Conselho de Administração, permitindo melhorar o seu funcionamento operacional. Permite o reforço dos níveis de controlo dentro da empresa, para além do papel de controlo, independente do Conselho Fiscal. (ver secção "5.6. a) Sistema de Controlo Interno e Gestão de Risco - Reporte aos órgãos de Administração e Fiscalização"). |
| 2.1.1.4 As sociedades devem, no relatório anual sobre o Governo da Sociedade: i) identificar os principais riscos económicos, financeiros e jurídicos a que a sociedade se expõe no exercício da atividade; ii) descrever a atuação e eficácia do sistema de gestão de riscos. | Sim | Ver secção "5.6. a) Sistema de Controlo Interno e Gestão de Risco - Reporte aos órgãos de Administração e Fiscalização". |
| 2.1.1.5 Os órgãos de administração e fiscalização devem ter regulamentos de funcionamento os quais devem ser divulgados no website da sociedade. | Sim | Os regulamentos internos estão disponíveis no nosso website (Ver secção "5.4.b) Órgãos de administração e fiscalização - Estrutura societária - funções e Competências"). Ver ainda secção "5.6.c). Gestão de Risco - Políticas de Gestão de Risco sobre Ética e Transparência". |
| 2.1.2 Incompatibilidades e independência | | |
| 2.1.2.1 O Conselho de Administração deve incluir um número de membros Não-Executivos que garanta efetiva capacidade de supervisão, fiscalização e avaliação da atividade dos membros Executivos. | Sim | Do total de 11 membros do Conselho de Administração da Sonaecom, 7 são Não-Executivos (ver secção "5.4.a) Órgãos de administração e fiscalização - Identificação e Composição"). |
| 2.1.2.2 De entre os Administradores Não-Executivos deve contar-se um número adequado de Administradores independentes, tendo em conta a dimensão da sociedade e a sua estrutura acionista, que não pode em caso algum ser inferior a um quarto do número total de Administradores. | Sim | Atualmente o nosso Conselho de Administração inclui três Administradores independentes, o que corresponde a mais de um quarto do número total de Administradores (ver secção "5.4.a) Órgãos de administração e fiscalização - Identificação e Composição"). |
| 2.1.2.3 A avaliação da independência dos seus membros Não-Executivos feita pelo órgão de administração deve ter em conta as regras legais e regulamentares em vigor sobre os requisitos de independência e o regime de incompatibilidades aplicáveis aos membros dos outros órgãos sociais, assegurando a coerência sistemática e temporal na aplicação dos critérios de independência a toda a sociedade. Não deve ser considerado independente Administrador que, noutro órgão social, não pudesse assumir essa qualidade por força das normas aplicáveis. | Sim | O Conselho de Administração procede anualmente a uma avaliação do grau de independência dos seus membros Não-Executivos, solicitando a renovação da informação recolhida anteriormente, de forma a aferir a sua qualidade de membros independentes. A avaliação do Conselho de Administração para o exercício de 2011 pode ser encontrada na secção 5.2.3 deste relatório. |
| 2.1.3 Elegibilidade e nomeação | | |
| 2.1.3.1 Consoante o modelo aplicável, o presidente do conselho fiscal, da Comissão de Auditoria ou da comissão para as matérias financeiras deve ser independente e possuir as competências adequadas ao exercício das respetivas funções. | Sim | O cumprimento dos requisitos legais de independência e a verificação da adequação das competências foram assegurados através de questionários específicos solicitados pela Sonaecom (ver secção "5.4.f) Órgãos de administração e fiscalização - habilitações, experiência e responsabilidade dos membros dos Órgãos sociais"). |

| Recomendações da CMVM | Cumprimento pela Sonaecom | Comentários |
|---|---------------------------|---|
| 2.1.3.2 | Sim | O processo de seleção de candidatos a Administradores Não-Executivos cumpre totalmente esta recomendação. Dada a separação clara entre a Comissão de Nomeação e Remunerações e a Comissão de Vencimentos, os membros Executivos da Sonaecom não têm qualquer tipo de interferência na escolha dos membros Não-Executivos. Ver secção "5.4.b) Órgãos de administração e fiscalização – Estrutura societária – funções e competências"). |
| 2.1.4 Política de Comunicação de irregularidades | | |
| 2.1.4.1 | Sim | A Sonaecom adotou uma política que cumpre integralmente com esta recomendação (ver secção "5.6.c) Gestão de Risco – Políticas de Gestão de Risco sobre Ética e Transparência"). |
| 2.1.4.2 | Sim | A Sonaecom divulga as linhas gerais desta política neste relatório e no seu <i>website</i> (ver secção "5.6.c) Gestão de Risco – Políticas de Gestão de Risco sobre Ética e Transparência"). |
| 2.1.5 Remuneração | | |
| 2.1.5.1 | Não | O alinhamento com os interesses dos acionistas está assegurado e esta recomendação é cumprida com exceção do ponto 2.1.5.1.i) (ver "5.5. Política de remuneração do Grupo e remuneração dos membros dos órgãos de Administração e Fiscalização"). Apesar de António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier ser Administrador Executivo da sociedade, a sua remuneração não inclui uma componente variável, tratando-se de uma exceção à política de remuneração dos Administradores Executivos, que não está em conformidade com a recomendação. Dada a especificidade das funções deste Administrador Executivo em termos de Governação e enquanto membro da Comissão de Ética, foi considerado que não seria recomendável a sua remuneração conter uma componente variável. A política de Remuneração da Sonaecom contempla uma componente fixa e uma variável, tal como previsto nos principais indicadores de referência Europeus. Em termos comparativos, a remuneração fixa é próxima da mediana e a remuneração total aproxima-se do terceiro quartil dos indicadores. A componente variável representa mais de 40% do total auferido. A componente variável mínima e máxima são pré-estabelecidas como percentagem da componente fixa (e, como tal, estabelecidos objetivamente). Ver "5.5.b) Remuneração auferida pelo Conselho de Administração". |
| | | ii) A componente variável da remuneração deve ser globalmente razoável em relação à componente fixa da remuneração, e devem ser fixados limites máximos para todas as componentes. |
| | | iii) Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos, e o seu pagamento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo desse período. |
| | | (iv) Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos, quer com a sociedade, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela sociedade. |
| | | Não foram identificados contratos desta natureza. |

| Recomendações da CMVM | Cumprimento pela Sonaecom | Comentários |
|--|---------------------------|--|
| (v) Até ao termo do seu mandato, devem os Administradores Executivos manter as ações da sociedade a que tenham acedido por força de esquemas de remuneração variável, até ao limite de duas vezes o valor da remuneração total anual, com exceção daquelas que necessitem ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas ações. | | Desde 2008, a Sonaecom implementou uma política de retenção de ações que cumpre integralmente esta recomendação. |
| (vi) Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos. | | A remuneração variável não contempla atribuição de opções. |
| (vii) Devem ser estabelecidos os instrumentos jurídicos adequados para que a compensação estabelecida para qualquer forma de destituição sem justa causa de Administrador não seja paga se a destituição ou cessação por acordo é devida a um desempenho inadequado do Administrador. | | A Sonaecom recorre aos instrumentos jurídicos disponíveis na lei adequados para esta situação. Não existem contratos individuais com os Administradores para definir como seriam calculadas eventuais compensações. Além disso, a Sonaecom nunca atribuiu ou ponderou atribuir qualquer compensação aos Administradores, em caso de destituição ou cessação devido a um desempenho inadequado. |
| (viii) A remuneração dos membros não Executivos do órgão de administração não deverá incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho ou do valor da sociedade. | | Os Administradores Não-Executivos da Sonaecom não auferem remuneração variável nem participam no Plano de Incentivos de Médio Prazo (MTIP). |
| 2.1.5.2 A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, deve, além do conteúdo ali referido, conter suficiente informação: i) sobre quais os grupos de sociedades cuja política e práticas remuneratórias foram tomadas como elemento comparativo para a fixação da remuneração; ii) sobre os pagamentos relativos à destituição ou cessação por acordo de funções de Administradores. | Sim | A proposta sobre a política de remunerações da Assembleia Geral Anual de Acionistas de 2011, contém essa informação. |
| 2.1.5.3 A declaração sobre a política de remunerações a que se refere o art. 2.º da Lei n.º 28/2009 deve abranger igualmente as remunerações dos dirigentes na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários e cuja remuneração contenha uma componente variável importante. A declaração deve ser detalhada e a política apresentada deve ter em conta, nomeadamente, o desempenho de longo prazo da sociedade, o cumprimento das normas aplicáveis à atividade da empresa e a contenção na tomada de riscos. | Sim | A proposta sobre a política de remunerações da Assembleia Geral Anual de Acionistas de 2011, contém essa informação. |
| 2.1.5.4 Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de ações, e/ou de opções de aquisição de ações ou com base nas variações do preço das ações, a membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correta do plano. A proposta deve ser acompanhada do regulamento do plano ou, caso o mesmo ainda não tenha sido elaborado, das condições a que o mesmo deverá obedecer. Da mesma forma devem ser aprovadas em Assembleia Geral as principais características do sistema de benefícios de reforma estabelecidos a favor dos membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários. | Sim | Esta proposta foi aprovada na Assembleia Geral Anual de Acionistas de 2011. Não existem quaisquer planos de pensões de reforma em vigor (ver secção "5.5.a) Política de Remuneração da Sonaecom"). |
| 2.1.5.5 Pelo menos um representante da Comissão de Remunerações deve estar presente nas Assembleias Gerais de Acionistas. | Sim | Um representante da Comissão de Vencimentos esteve presente na Assembleia Geral de Acionistas. |

| | Recomendações da CMVM | Cumprimento pela Sonaecom | Comentários |
|------------|---|---------------------------|---|
| 2.2 | Conselho de Administração | | |
| 2.2.1 | Dentro dos limites estabelecidos por lei para cada estrutura de administração e fiscalização, e salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração deve delegar a administração quotidiana da sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no relatório anual sobre o Governo da Sociedade. | Sim | A administração quotidiana da sociedade está delegada numa Comissão Executiva (ver secção "5.4.b) Órgãos de administração e fiscalização – Estrutura societária – funções e competências"). |
| 2.2.2 | O conselho de administração deve assegurar que a sociedade atua de forma consentânea com os seus objetivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: i) definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) definir a estrutura empresarial do grupo; iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais. | Sim | Tais responsabilidades não estão contempladas na delegação de poderes (ver secção "5.4.b) Órgãos de administração e fiscalização – Estrutura societária – funções e competências"). |
| 2.2.3 | Caso o presidente do Conselho de Administração exerça funções executivas, o Conselho de Administração deve encontrar mecanismos eficientes de coordenação dos trabalhos dos membros Não-Executivos, que designadamente assegurem que estes possam decidir de forma independente e informada, e deve proceder-se à devida explicitação desses mecanismos aos Acionistas no âmbito do relatório sobre o Governo da Sociedade. | Não Aplicável | O Presidente do Conselho de Administração não exerce funções Executivas (ver secção "5.4.a) Órgãos de administração e fiscalização – Identificação e composição"). |
| 2.2.4 | O relatório anual de gestão deve incluir uma descrição sobre a atividade desenvolvida pelos Administradores Não-Executivos referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados. | Sim | Esta informação está descrita na Secção 4 do relatório anual de gestão. |
| 2.2.5 | A sociedade deve explicitar a sua política de rotação dos pelouros no Conselho de Administração, designadamente do responsável pelo pelouro financeiro, e informar sobre ela no relatório anual sobre o Governo da Sociedade. | Sim | A política da Sonaecom consiste em não adotar uma política formal e obrigatória de rotação. Defendemos que forçar a aplicação de tal princípio poderia traduzir-se numa medida de prejuízo para a empresa e para os seus acionistas. Ver secção "5.4.b) Órgãos de administração e fiscalização – Estrutura societária – funções e competências". |
| 2.3 | Administrador Delegado, Comissão Executiva e Conselho de Administração Executivo | | |
| 2.3.1 | Os Administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas. | Sim | Os Administradores Executivos da Sonaecom cumprem esta recomendação. |
| 2.3.2 | O presidente da Comissão Executiva deve remeter, respetivamente, ao presidente do Conselho de Administração e, conforme aplicável, ao presidente do Conselho Fiscal ou da Comissão de Auditoria, as convocatórias e as atas das respetivas reuniões. | Sim | O Presidente da Comissão Executiva cumpre esta recomendação. |
| 2.3.3 | O presidente do Conselho de Administração Executivo deve remeter ao presidente do Conselho Geral e de Supervisão e ao presidente da Comissão para as Matérias Financeiras, as convocatórias e as atas das respetivas reuniões. | Não Aplicável | A Sonaecom não adotou este modelo de governação. |
| 2.4 | Conselho Geral e de Supervisão, Comissão para as Matérias Financeiras, Comissão de Auditoria e Conselho Fiscal | | |
| 2.4.1 | O Conselho Geral e de Supervisão, além do exercício das competências de fiscalização que lhes estão cometidas, deve desempenhar um papel de aconselhamento, acompanhamento e avaliação contínua da gestão da sociedade por parte do Conselho de Administração Executivo. Entre as matérias sobre as quais o Conselho Geral e de Supervisão deve pronunciar-se incluem-se: i) a definição da estratégia e das políticas gerais da sociedade; ii) a estrutura empresarial do grupo; e iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais. | Não Aplicável | A Sonaecom não adotou este modelo de governação. |

| | Recomendações da CMVM | Cumprimento pela Sonaecom | Comentários |
|------------|--|---------------------------|---|
| 2.4.2 | Os relatórios anuais sobre a atividade desenvolvida pelo Conselho Geral e de Supervisão, a Comissão para as Matérias Financeiras, a Comissão de Auditoria e o Conselho Fiscal devem ser objeto de divulgação no Website da sociedade, em conjunto com os documentos de prestação de contas. | Sim | O relatório anual elaborado pelo Conselho Fiscal é objeto de divulgação no website da Sonaecom. |
| 2.4.3 | Os relatórios anuais sobre a atividade desenvolvida pelo Conselho Geral e de Supervisão, a Comissão para as Matérias Financeiras, a Comissão de Auditoria e o Conselho Fiscal devem incluir a descrição sobre a atividade de fiscalização desenvolvida referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados. | Sim | O relatório anual do Conselho Fiscal inclui esta descrição. |
| 2.4.4 | O Conselho Geral e de Supervisão, a Comissão de Auditoria e o Conselho Fiscal, consoante o modelo aplicável, devem representar a sociedade, para todos os efeitos, junto do auditor externo, competindo-lhe, designadamente, propor o prestador destes serviços, a respetiva remuneração, zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços, bem assim como ser o interlocutor da empresa e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios. | Sim | A Sonaecom cumpre integralmente o que está estipulado no Código das Sociedades Comerciais em termos das funções e funcionamento do Conselho Fiscal. O Conselho Fiscal articula-se com a Comissão de Auditoria e Finanças, tal como descrito neste Relatório. |
| 2.4.5 | O Conselho Geral e de Supervisão, a Comissão de Auditoria e o Conselho Fiscal, consoante o modelo aplicável, devem anualmente avaliar o auditor externo e propor à Assembleia Geral a sua destituição sempre que se verifique justa causa para o efeito. | Sim | O Conselho Fiscal procede anualmente a esta avaliação. |
| 2.4.6 | Os serviços de auditoria interna e os que velem pelo cumprimento das normas aplicadas à sociedade (serviços de <i>compliance</i>) devem reportar funcionalmente à Comissão de Auditoria, ao Conselho Geral e de Supervisão ou, no caso das sociedades que adotem o modelo latino, a um Administrador independente ou ao Conselho Fiscal, independentemente da relação hierárquica que esses serviços mantenham com a administração executiva da sociedade. | Sim | Os serviços de auditoria interna reportam funcionalmente e em separado ao Conselho Fiscal e à Comissão de Auditoria e Finanças. A Sonaecom confirma que a auditoria interna reporta funcionalmente e de forma eficaz ao Conselho Fiscal, garantindo a independência. O relatório para a Comissão de Auditoria e Finanças, como uma comissão especializada do Conselho de Administração, é mais uma forma de reforçar os níveis de controlo e não substitui as funções do Conselho Fiscal. Ver também os comentários referidos na Recomendação 2.11.3. (Ver secção "5.6.a) Gestão de Risco – Reporte aos Órgãos de Administração e Fiscalização"). |
| 2.5 | Comissões Especializadas | | |
| 2.5.1 | Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o Conselho de Administração e o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo adotado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para: i) assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos Administradores Executivos e para a avaliação do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões existentes; ii) refletir sobre o sistema de governo adotado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria; iii) identificar atempadamente potenciais candidatos com o elevado perfil necessário ao desempenho de funções de Administrador. | Sim | A Comissão de Auditoria e Finanças e, em particular, a Comissão de Nomeações e Remunerações foram constituídas para este propósito (ver secção "5.4.b) Órgãos de administração e fiscalização – Estrutura societária – funções e competências"). |
| 2.5.2 | Os membros da Comissão de Remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros do órgão de administração e incluir pelo menos um membro com conhecimentos e experiência em matérias de política de remuneração. | Sim | Ver explicação abaixo relativa à independência de Paulo Azevedo ("Cumprimento com as Recomendações da CMVM"). |

| | | Cumprimento pela Sonaecom | Comentários |
|---|---|------------------------------|--|
| Recomendações da CMVM | | | |
| 2.5.3 | Não deve ser contratada para apoiar a Comissão de Remunerações no desempenho das suas funções qualquer pessoa singular ou coletiva que preste ou tenha prestado, nos últimos três anos, serviços a qualquer estrutura na dependência do Conselho de Administração, ao próprio Conselho de Administração da sociedade ou que tenha relação atual com uma eventual consultora da empresa. Esta recomendação é aplicável igualmente a qualquer pessoa singular ou coletiva que com aquelas se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviços. | Sim | A Comissão de Nomeações e Remunerações, composta por membros independentes, apoia a Comissão de Vencimentos na realização das suas funções. É, também, apoiada por consultores internacionais de reconhecida competência, sendo a independência destes últimos assegurada quer pelo fato de não possuírem qualquer vínculo com o Conselho de Administração, quer através da sua ampla experiência e estatuto reconhecido no mercado. |
| 2.5.4 | Todas as comissões devem elaborar atas das reuniões que realizem | Sim | As nossas Comissões redigem atas das reuniões. |
| 3 Informação e Auditoria | | | |
| 3.1 Deveres Gerais de Informação | | | |
| 3.1.1 | As sociedades devem assegurar a existência de um permanente contacto com o mercado, respeitando o princípio da igualdade dos Acionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores. Para tal deve a sociedade manter um Gabinete de Apoio ao Investidor. | Sim | A Sonaecom dispõe de um gabinete de Relações com Investidores (ver secção "5.7. Outras informações - Relação com Investidores"). |
| 3.1.2 | A seguinte informação disponível no Website da sociedade deve ser divulgada em inglês: a) A firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e os demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais; b) Estatutos; c) Identidade dos titulares dos órgãos sociais e do representante para as relações com o mercado; d) Gabinete de Apoio ao Investidor, respetivas funções e meios de acesso; e) Documentos de prestação de contas; f) Calendário semestral de eventos societários; g) Propostas apresentadas para discussão e votação em Assembleia Geral; h) Convocações para a realização de Assembleia Geral. | Sim | Esta informação está disponível, em inglês, no website da sociedade. |
| 3.1.3 | As sociedades devem promover a rotação do auditor ao fim de dois ou três mandatos, conforme sejam respetivamente de quatro ou três anos. A sua manutenção além deste período deverá ser fundamentada num parecer específico do Conselho Fiscal que pondere expressamente as condições de independência do auditor e as vantagens e os custos da sua substituição. | Não Aplicável | Recomendação não aplicável, uma vez que o mandato do auditor terminou a 31 de dezembro de 2011. |
| 3.1.4 | O auditor externo deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao Conselho Fiscal da sociedade. | Sim | O Revisor Oficial de Contas pronuncia-se sobre a atividade por si desenvolvida no exercício de 2011 nos termos do seu relatório anual de auditoria, disponível no website da empresa. |
| 3.1.5 | A sociedade não deve contratar ao auditor externo, nem a quaisquer entidades que com eles se encontrem em relação de participação ou que integrem a mesma rede, serviços diversos dos serviços de auditoria. Havendo razões para a contratação de tais serviços – que devem ser aprovados pelo órgão de fiscalização e explicitadas no seu relatório anual sobre o Governo da Sociedade – eles não devem assumir um relevo superior a 30% do valor total dos serviços prestados à sociedade. | Sim | A política da Sonaecom é de que os serviços contratados ao auditor externo, para além dos serviços de auditoria, não atinjam mais de 30% da totalidade de serviços contratados pela empresa. Em 2011, em particular, a percentagem de serviços foi de 17%. |

| | Recomendações da CMVM | Cumprimento pela Sonaecom | Comentários |
|------------|---|---------------------------|--|
| 4 | Conflitos de Interesses | | |
| 4.1 | Relações com Acionistas | | |
| 4.1.1 | Os negócios da sociedade com Acionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser realizados em condições normais de mercado. | Sim | A Sonaecom tem a política de realizar este tipo de negócios em condições normais de Mercado. Ver "secção 5.6.c) Gestão de Risco - Políticas de Gestão de Risco sobre Ética e Transparência". |
| 4.1.2 | Os negócios de relevância significativa com Acionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser submetidos a parecer prévio do Conselho Fiscal. Este órgão deve estabelecer os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância destes negócios e os demais termos da sua intervenção. | Sim | A Sonaecom tem a política de comunicar este tipo de negócios ao Conselho Fiscal e obter um parecer preliminar para negócios superiores a dez milhões de euros. Ver "secção 5.6.c) Gestão de Risco - Políticas de Gestão de Risco sobre Ética e Transparência". |

5.2.1. Cumprimento com as recomendações da CMVM

No que respeita às recomendações da CMVM sobre Governo da Sociedade, gostaríamos de acrescentar que, no caso da recomendação 2.5.2. (Independência dos elementos da Comissão de Vencimentos), acreditamos cumprir com esta recomendação em termos de substância, apesar de formalmente, não cumprirmos, uma vez que um dos membros desta Comissão (Duarte Paulo Teixeira de Azevedo) é presidente do Conselho de Administração da Sonaecom.

A nossa opinião baseia-se nas seguintes considerações: (i) Duarte Paulo Teixeira de Azevedo representa o nosso acionista de referência maioritária na Comissão de Vencimentos na qualidade de Presidente da Comissão Executiva da Sonae SGPS, S.A., o que está consistente com o propósito desta Comissão; (ii) é presidente Não-Executivo do Conselho de Administração da Sonaecom; (iii) não participa em nenhuma discussão ou resolução em que exista um conflito de interesses com o seu cargo de Presidente do Conselho de Administração (em especial, a sua própria remuneração é aprovada pelo outro membro independente da Comissão de Vencimentos); e (iv) a sua remuneração na Sonaecom não regista um valor significativo, tendo sido de 60.800 euros em 2011.

Relativamente à questão da independência, a Comissão de Nomeações e Remunerações da Sonaecom interage com a Comissão de Vencimentos de forma a que esta Comissão disponha da informação relativa ao desempenho de todos os Administradores (em particular os Administradores Executivos), já que a Comissão de Vencimentos não supervisiona de perto a sua atividade durante o ano. Este fato não é, sob nenhum ponto de vista, incompatível com a independência dos membros da Comissão de Vencimentos, antes facilitando as avaliações e as decisões relativas a remuneração, que são aprovadas em nome dos acionistas. No âmbito da recomendação 3.1.3., a Sonaecom adotou, no ano de 2007, o atual Modelo de Governo da Sociedade, em que o Revisor Oficial de Contas (Auditor Externo) deixou de integrar o seu órgão de fiscalização. De acordo com este modelo, a eleição para cada mandato de Revisor Oficial de Contas/Auditor Externo é efetuada em Assembleia Geral mediante proposta do Órgão de Fiscalização. Adicionalmente, o Conselho Fiscal procede anualmente a uma avaliação do trabalho do Auditor Externo, vigiando, ainda, que o disposto

no artigo 54º do Decreto-Lei nº 487/99, de 16 de novembro (alterado pelo Decreto-Lei nº 224/2008, de 20 de novembro), relativamente à rotação do sócio responsável pela execução do trabalho é cumprido. Como o atual mandato do Auditor Externo terminou em 31 de dezembro de 2011, durante 2011, o Conselho Fiscal não tomou uma posição formal sobre uma eventual substituição do Auditor Externo.

5.2.2. Declaração do Conselho de Administração sobre a sua avaliação do modelo de governo adotado (emitida no âmbito da recomendação II.1.1.1 da CMVM)

O Modelo de Governo adotado na Sonaecom permitiu o normal funcionamento do Conselho de Administração e das suas comissões especializadas, não tendo sido reportada por outros órgãos sociais a existência de estrangulamentos ao livre exercício das suas funções.

O Conselho Fiscal exerceu a sua competência fiscalizadora, tendo recebido o adequado apoio do Conselho de Administração para esse efeito através da disponibilização regular de informação prestada pela Comissão de Auditoria e Finanças.

O Revisor Oficial de Contas acompanhou o desenvolvimento da atividade da Sociedade e procedeu aos exames e verificações por si considerados necessários à revisão e Certificação Legal das Contas, em interação com o Conselho Fiscal, no quadro das respetivas competências e responsabilidades e com plena colaboração do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração, e especialmente a sua Comissão de Auditoria e Finanças e a Comissão Executiva, têm vindo a exercer a sua atividade em diálogo com o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas, prestando a colaboração solicitada com transparência e rigor, em observância dos respetivos regulamentos de funcionamento e das melhores práticas de governo societário.

De forma a registar a experiência acumulada no decurso do mandato no que concerne ao funcionamento articulado do órgão de administração e do órgão de fiscalização no modelo adotado, foram por esses órgãos formalizadas em documento interno os procedimentos de como o Conselho Fiscal interage com o Conselho de Administração, a Comissão Executiva e a Comissão de Auditoria e Finanças.

Tais procedimentos, desenvolvidos ao longo do mandato, facilitam:

- o exercício das competências do Conselho Fiscal, formalizando a fluidez de informação bilateral entre este órgão e o Conselho de Administração, com a intervenção activa da Comissão de Auditoria e Finanças e da Comissão Executiva no reporte de informação sobre os mecanismos de gestão de risco, a auditoria interna da Sociedade, bem como sobre a preparação e divulgação da informação financeira;
- a intervenção do Conselho Fiscal, através de recomendações ao Conselho de Administração e à Comissão Executiva, atinentes, designadamente, ao funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos e à realização, se for o caso, de transações com partes relacionadas.

5.2.3. Avaliação da independência dos membros do Conselho de Administração

O Conselho de Administração não identificou qualquer fato ou circunstância que tenha causado a perda de independência por qualquer dos seus membros independentes Não-Executivos durante o prazo a que se refere este relatório. Esta conclusão foi baseada em declarações escritas, emitidas por cada um dos membros independentes, a pedido do Conselho.

5.3. Assembleia Geral de Acionistas

Composição da Mesa da Assembleia Geral

| Membros | |
|---|------------|
| João Augusto Esmeriz Vieira de Castro | Presidente |
| António Agostinho Cardoso da Conceição Guedes | Secretário |

Mandatos

O atual mandato dos membros da Mesa da Assembleia Geral decorre entre 2008 e 2011.

Remuneração

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral auferir uma remuneração anual fixa de 5.000 euros e o Secretário auferir a remuneração anual fixa de 1.500 euros. Estes montantes não sofreram qualquer alteração desde 2008.

Bloqueio das ações

O bloqueio das ações deixou de ser exigido por lei. A Assembleia Geral de Acionistas é constituída pelos Acionistas com direito de voto, possuidores de ações ou títulos de subscrição que as substituam, que, até cinco dias úteis antes da realização da Assembleia, comprovem junto da sociedade a sua titularidade, nos termos estabelecidos na lei e nos estatutos da empresa.

Normas aplicáveis ao bloqueio das ações no caso de suspensão da Assembleia Geral

O bloqueio das ações deixou de ser exigido por lei. Os Acionistas podem participar na Assembleia Geral de Acionistas, nos termos estabelecidos pela Lei Portuguesa.

Número de ações correspondentes a um voto

A cada ação corresponde um voto.

Regras estatutárias para o exercício do direito de voto

Os estatutos da sociedade não preveem qualquer limitação à contagem do número de votos nem está prevista a existência de ações sem direito a voto.

Voto por correspondência

Os estatutos da Sonaecom contemplam a possibilidade de os Acionistas votarem por correspondência em relação a qualquer uma das matérias constantes da convocatória, nos termos e condições nela previstos. O Presidente da Mesa é responsável pela verificação da autenticidade e salvaguarda da confidencialidade do voto.

Modelo para exercício de voto por correspondência

Os boletins para voto por correspondência encontram-se disponíveis em papel e no sítio de Internet da Sonaecom.

Prazo limite para o voto por correspondência

Os votos por correspondência serão considerados válidos se recebidos na sede da sociedade, por meio de carta registada com aviso de receção ou por via eletrónica, dirigidos ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, até três dias úteis antes da data da Assembleia.

Voto através de meios eletrónicos

O exercício de voto através de meios eletrónicos está contemplado nos estatutos da Sonaecom, devendo respeitar os requisitos impostos pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral na convocatória da respetiva Assembleia Geral, no sentido de assegurar um nível de segurança e autenticidade equivalentes.

Possibilidade de acesso aos extratos das atas das Assembleias Gerais no website da empresa

Todos os Acionistas têm acesso aos extratos das atas das Assembleias Gerais no website da Sonaecom dentro de um período de 5 dias após a respetiva reunião.

Membro da Comissão de Vencimentos que esteve presente na Assembleia Geral de Acionistas

O membro da Comissão de Vencimentos que esteve presente na Assembleia Geral de Acionistas realizada em 2011 foi Bruno Walter Lehmann.

Aprovação da política de remuneração e apreciação geral da administração da sociedade

A Comissão de Vencimentos (eleita pela Assembleia Geral de Acionistas) é responsável pela aprovação da remuneração e outras compensações dos membros de todos os órgãos sociais da Sonaecom, incluindo os Administradores Executivos e Não-Executivos, de acordo com a política de remuneração e outras compensações aprovadas em Assembleia Geral de Acionistas. Em linha com as mais recentes Recomendações da CMVM, esta proposta contém a política de remuneração dos "Dirigentes" da Sonaecom em 2011. Em cumprimento da Lei, a ordem de trabalhos das Assembleias Gerais Anuais inclui um ponto relativo à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade, de modo a permitir aos Acionistas discutir esta questão.

Aprovação dos planos de atribuição de ações

Os planos de atribuição de ações da Sonaecom são aprovados pela Assembleia Geral e toda a informação relevante é detalhadamente disponibilizada aos Acionistas, de modo a permitir-lhes decidir de maneira informada. O plano atualmente em curso foi aprovado na Assembleia Geral Anual de 2011 e toda a informação relevante está disponível no *website* da sociedade.

Aprovação de benefícios de reforma

A Sonaecom não atribui qualquer benefício de reforma.

Existência de norma estatutária que preveja o dever de sujeitar a deliberação da Assembleia Geral a manutenção ou eliminação de norma estatutária referente à limitação do número de votos que um acionista pode exercer

Esta norma não existe nos estatutos da Sonaecom, uma vez que estes não preveem qualquer limitação ao número de votos que pode ser exercido por um acionista.

Medidas defensivas em caso de transição de controlo ou de alterações na composição do órgão de administração

Não existem quaisquer medidas defensivas.

Acordos com cláusulas de contrato

Uma alteração no controlo da Sonaecom poderia determinar a possibilidade de resolução, por parte da France Télécom, do Acordo de Parceria Estratégica em vigor desde 9 de junho de 2005, cuja renovação foi assinada a 24 de outubro de 2008. A 1 de março de 2012 foi assinado um novo acordo entre ambas as partes.

Acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes em caso de transição de controlo

Ver 5.5.b) Compensação em caso de cessação do mandato.

5.4. Órgãos de administração e fiscalização

a) Identificação e composição

Conselho de Administração

Composição

De acordo com os estatutos da Sonaecom, o Conselho de Administração pode ser constituído por um número entre três e doze membros, eleitos em Assembleia Geral. O mandato do Conselho de Administração é de quatro anos, existindo ainda a possibilidade de reeleição dos seus membros. O atual mandato do Conselho de Administração cobre o período 2008-2011. O Conselho de Administração deve eleger o seu Presidente.

| | | Membros |
|---|--|---------|
| Duarte Paulo Teixeira de Azevedo | Presidente | |
| António Sampaio e Mello | Administrador Não-Executivo Independente | |
| David Charles Denholm Hobley | Administrador Não-Executivo * | |
| Gervais Gilles Pellisser | Administrador Não-Executivo | |
| Jean-François René Pontal | Administrador Não-Executivo Independente | |
| Franck Dangeard | Administrador Não-Executivo Independente | |
| Nuno Manuel Jordão | Administrador Não-Executivo | |
| Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério | Administrador Executivo e CEO | |
| António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier | Administrador Executivo | |
| Maria Cláudia Teixeira de Azevedo | Administrador Executivo e CEO das divisões de SSI e Online & Media | |
| Miguel Nuno Santos Almeida | Administrador Executivo e CEO da Optimus | |

*Ver "Critério de Independência".

O Conselho de Administração reflete um equilíbrio salutar entre o número total de Administradores Não-Executivos e o número de Administradores Não-Executivos Independentes.

Conselho Fiscal

Composição

O Conselho Fiscal da Sonaecom é composto pelos seguintes membros:

| | | Membros |
|----------------------------------|------------|---------|
| Arlindo Dias Duarte Silva | Presidente | |
| Armando Luís Vieira de Magalhães | Vogal | |
| Óscar José Alçada da Quinta | Vogal | |
| Jorge Manuel Felizes Morgado | Suplente | |

Revisor Oficial de Contas (ROC)

Composição

O ROC da Sonaecom é a Deloitte & Associados, SROC, S.A. representada por António Manuel Martins Amaral, que pode ser substituído por João Luís Falua Costa da Silva.

Secretário da Sociedade

Composição

O Secretário da Sonaecom é Filipa Santos Carvalho e o Secretário suplente é Célia Sá Miranda.

Outras comissões com competências em matéria de administração e fiscalização

De acordo com as melhores práticas de governo das sociedades, e como forma de melhorar a eficiência operacional do seu Conselho de Administração, a Sonaecom criou três Comissões do Conselho de Administração: a Comissão Executiva, a Comissão de Auditoria e Finanças e a Comissão de Nomeações e Remunerações.

Comissão Executiva

Composição

De acordo com os estatutos da Sonaecom, a Comissão Executiva é composta por membros do Conselho de Administração. O CEO do Grupo e os restantes três Administradores Executivos constituem a Comissão Executiva.

| | | Membros |
|---|--|---------|
| Ángelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério | Administrador Executivo – CEO | |
| Miguel Nuno Santos Almeida | Administrador Executivo – CEO da Optimus e Deputy CEO | |
| Maria Cláudia Teixeira de Azevedo | Administrador Executivo – CEO da SSI e <i>Online & Media</i> | |
| António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier | Administrador Executivo | |

Comissão de Auditoria e Finanças

Composição

A Comissão de Auditoria e Finanças (CAF) da Sonaecom é constituída por três membros do Conselho de Administração, nomeados pelo próprio Conselho de Administração. O quarto membro é o Diretor de Governo da Sociedade. A Comissão é atualmente composta por três Administradores Não-Executivos, dos quais dois são Independentes, e é presidida por um Administrador Não-Executivo Independente.

| | | Membros |
|------------------------------|---|---------|
| Jean-François René Pontal | Presidente – Administrador Não-Executivo Independente | |
| António Sampaio e Mello | Administrador Não-Executivo Independente | |
| David Charles Denholm Hobley | Administrador Não-Executivo * | |
| David Graham Shenton Bain | Diretor de Governo da Sociedade | |

*Ver "Critério de Independência"

Comissão de Nomeações e Remunerações

Composição

A Comissão de Nomeações e Remunerações (CNR) da Sonaecom é constituída por três membros: o Presidente do Conselho de Administração e dois Administradores Não-Executivos Independentes. A sua composição atual é a seguinte:

| | | Membros |
|----------------------------------|--|---------|
| Duarte Paulo Teixeira de Azevedo | Presidente – Presidente do Conselho de Administração | |
| Jean-François René Pontal | Administrador Não-Executivo Independente | |
| Franck Emmanuel Dangeard | Administrador Não-Executivo Independente | |

Comissão de Ética

Composição

A Comissão de Ética da Sonaecom é composta por quatro membros nomeados pelo Conselho de Administração, incluindo, como Presidente da Comissão, um Administrador Não-Executivo Independente, um Administrador Executivo, o Diretor de Governo da Sociedade e o responsável pelo departamento de Recursos Humanos. A composição atual da Comissão de Ética é a seguinte:

| | | Membros |
|---|---|---------|
| Jean-François René Pontal | Presidente – Administrador Não-Executivo Independente | |
| António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier | Administrador Executivo | |
| David Graham Shenton Bain | Diretor de Governo de Sociedade | |
| Anabela Magalhães | Diretora do Departamento de Recursos Humanos | |

Diretor de Governo da Sociedade

Composição

O Diretor de Governo da Sociedade da Sonaecom é David Graham Shenton Bain.

Comissão de Vencimentos

Composição

A Comissão de Vencimentos é composta por 2 elementos:

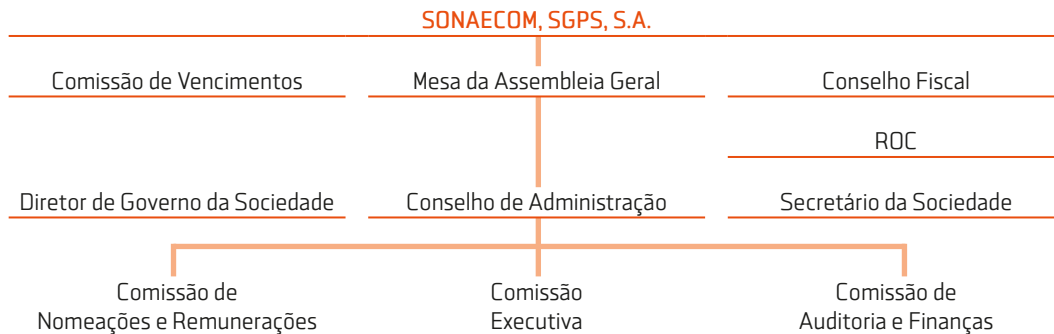
| | |
|------------------------------------|---|
| Sonae, SGPS, S.A. representada por | Duarte Paulo Teixeira de Azevedo ⁽¹⁾ |
| Sontel, BV, representada por | Francisco de la Fuente Sánchez ⁽²⁾ |

⁽¹⁾ Sonae, SGPS, S.A., designou o seu CEO, Duarte Paulo Teixeira de Azevedo, para exercer o cargo para o mandato de quatro anos, compreendendo o período de 2008 a 2011;

⁽²⁾ Sontel, BV designou Bruno Walter Lehmann para exercer o cargo para o mandato de quatro anos, compreendendo o período de 2008 a 2011. A 27 de abril de 2011, renunciou o mesmo ao cargo, tendo a sociedade designado, até ao termo do mandato em curso, Francisco de la Fuente Sánchez.

b) Estrutura societária – funções e competências

A estrutura do Governo da Sociedade define claramente os papéis, responsabilidades e deveres dos seus órgãos.



Conselho de Administração

O Conselho de Administração é responsável pela gestão dos negócios da sociedade, monitorização de riscos, gestão de conflitos de interesse e desenvolvimento dos objetivos e estratégia da organização.

Os estatutos da Sonaecom permitem que o Conselho de Administração delegue poderes numa Comissão Executiva em matéria de negócios, deveres e responsabilidades de gestão corrente e nos termos considerados apropriados (tal como descrito na secção Comissão Executiva) mas não permitem que o Conselho de Administração aprove aumentos de capital, os quais têm de ser deliberados em Assembleia Geral de Acionistas.

Política de Rotação

Na Comissão Executiva da Sonaecom, a rotação existente assenta numa constante associação entre as competências, experiência e projetos de carreira de cada um dos elementos e as competências requeridas para cada função. A identificação de potenciais candidatos surge como uma prática corrente e faz parte dos planos anuais de sucessão e contingência da empresa.

Assim, a Sonaecom não possui uma política de rotação formal para os membros do Conselho de Administração, na medida em que a rotação, por si só, não surge como obrigatória. A Sonaecom não concorda com o princípio formal de rotação, por si só, até porque não o reconhece como sendo uma prática de códigos de Governo da Sociedade Internacionais ou até das melhores práticas identificadas por investidores institucionais e seus conselheiros. Acreditamos que a rotação forçada de um CFO bem sucedido ou do detentor de um cargo de Administração Executiva seria uma prática sem benefício, quer para os Acionistas, quer para a empresa.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal, na execução das suas funções, estatutárias e legalmente atribuídas, incluindo as previstas no art.º 20.º do Código dos Valores Mobiliários tem entre outras, as seguintes atribuições:

- (i) Fiscalizar a administração da Sociedade;
- (ii) Vigiar pela observância da lei, do contrato de Sociedade e das políticas internamente adotadas;
- (iii) Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;
- (iv) Verificar a exatidão dos documentos de prestação de contas;
- (v) Verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela sociedade conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados;
- (vi) Elaborar anualmente relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentados pela administração, no qual deve exprimir a sua concordância ou não com o relatório anual de gestão e com as contas do exercício;
- (vii) Atestar se o relatório sobre a estrutura e práticas de governo societário divulgado inclui os elementos referidos no artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários;
- (viii) Convocar a Assembleia Geral, quando o presidente da respetiva mesa o não faça, devendo fazê-lo;
- (ix) Avaliar as condições de funcionamento do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna e fiscalizar a eficácia dos mesmos, bem como ser destinatário dos respetivos relatórios;
- (x) Fiscalizar a independência do auditor interno, nomeadamente no que respeita às limitações à sua independência organizacional e à falta de recursos na atividade de auditoria interna;
- (xi) Receber as comunicações de irregularidades apresentadas por acionistas, colaboradores da sociedade ou outros;
- (xii) Contratar a prestação de serviços de peritos que coadjuvem um ou vários dos seus membros no exercício das suas funções, devendo a contratação e a remuneração dos peritos ter em conta a importância dos assuntos a eles cometidos e a situação económica da sociedade;
- (xiii) Fiscalizar o processo de preparação e de divulgação de informação financeira;
- (xiv) Propor à Assembleia Geral a nomeação do Revisor Oficial de Contas e a respetiva remuneração;
- (xv) Fiscalizar a revisão de contas aos documentos de prestação de contas da sociedade e, anualmente, avaliar o auditor externo e propor à Assembleia Geral a sua destituição sempre que se verifique justa causa para o efeito;
- (xvi) Zelar para que sejam asseguradas dentro da empresa ao Revisor Oficial de Contas as condições adequadas ao exercício da sua função, ser um interlocutor da empresa, bem como ser destinatário dos respetivos relatórios;
- (xvii) Fiscalizar a independência do Revisor Oficial de Contas, designadamente no tocante à prestação de serviços adicionais;
- (xviii) Emitir parecer prévio sobre transações de relevância significativa (superior a 10 milhões de euros) com acionistas titulares de participação qualificada ou com entidades que com estes se encontrem em qualquer relação, nos termos do art.º 20.º do Código dos Valores Mobiliários, nos termos dos procedimentos e critérios por si definidos;
- xix) Cumprir as demais atribuições constantes da lei ou do contrato de sociedade.

O Conselho Fiscal obtém do Conselho de Administração, nomeadamente através do Conselho de Auditoria e Finanças, todas as informações necessárias ao desempenho das suas funções, designadamente quanto à evolução operacional e financeira da Companhia, mudanças em seu portefólio de negócios, os termos de todas as transações que ocorreram e os detalhes das decisões tomadas.

O Conselho Fiscal é o órgão de supervisão global da empresa para assuntos de controlo interno e gestão de riscos, atua de forma independente e tem primazia sobre outros órgãos na fiscalização dessas questões.

Os Termos de Referência do Conselho Fiscal estão disponíveis no website da empresa (www.sonae.com).

Comissão de Vencimentos

A Comissão de Vencimentos é responsável pela aprovação das remunerações e outras compensações dos membros do Conselho de Administração da Sonaecom e dos restantes órgãos sociais da empresa, em representação dos Acionistas, no seguimento das políticas de remuneração e de compensação aprovadas pelos Acionistas em Assembleia Geral.

Secretário da Sociedade

O Secretário da Sociedade é responsável por:

- (i) zelar pelas atas e pela lista de presenças da Assembleia Geral de Acionistas;
- (ii) enviar as convocatórias e outros documentos legais para a Assembleia Geral;
- (iii) supervisionar a preparação dos documentos de apoio à Assembleia Geral e reuniões do Conselho de Administração e elaborar as respetivas atas das reuniões;
- (iv) responder a pedidos de informação dos Acionistas no âmbito da Lei;
- (v) proceder ao registo legal de qualquer ato ou resolução dos órgãos sociais da sociedade.

Comissão Executiva

A Comissão Executiva pode deliberar sobre assuntos relacionados com a gestão corrente da sociedade e não sobre assuntos que são da exclusiva competência do Conselho de Administração. Na Comissão Executiva foram delegados os poderes e a responsabilidade de gerir e executar operações do dia-a-dia, com exclusão dos seguintes temas:

- (i) Eleição do Presidente do Conselho de Administração;
- (ii) Cooptação de Administradores;
- (iii) Convocatórias de Assembleias Gerais;
- (iv) Aprovação do Relatório e Contas anual;
- (v) Prestação de cauções e garantias reais ou pessoais pela sociedade se, durante o exercício e no seu conjunto, excederem o valor acumulado de 500.000 euros;
- (vi) Deliberação sobre mudança da sede social e sobre aumento do capital social;
- (vii) Deliberação sobre projetos de fusão, cisão e transformação da sociedade ou quaisquer outros projetos que digam respeito à associação da sociedade a qualquer outra entidade com vista à formação de novas sociedades;
- (viii) Aprovação do Plano de Negócios e do Orçamento Anual da sociedade;
- (ix) Deliberação sobre políticas de recursos humanos, nomeadamente planos de prémio de desempenho diferido e fixação de remuneração variável aplicável a quadros de topo (acima do nível G3) em áreas que não sejam da competência da Assembleia Geral ou da Comissão de Vencimentos;
- (x) Definição ou alteração de políticas contabilísticas das empresas que fazem parte do perímetro de consolidação;
- (xi) Aprovação de contas trimestrais e semestrais;
- (xii) Compra e venda, realização de operações de *leasing* financeiro de longa duração ou outros investimentos em ativos fixos tangíveis, quando envolvam valores que excedam o montante de 1.000.000 euros, por cada transação, exceto se enquadrados no âmbito do Orçamento Anual ou do Plano de Negócios aprovados em Conselho de Administração;
- (xiii) Subscrição ou compra de ações em sociedades participadas se, durante o exercício e no seu conjunto, excederem o valor acumulado de 5.000.000 euros, exceto se enquadrados no âmbito do Orçamento Anual ou do Plano de Negócios aprovados em Conselho de Administração;
- (xiv) Investimento em outras sociedades, bem como investimento em outros ativos fixos financeiros se, durante o exercício e no seu conjunto, excederem o valor acumulado de 1.000.000 euros, exceto se enquadrados no âmbito do Orçamento Anual ou do Plano de Negócios aprovados em Conselho de Administração;

- (xv) Outros investimentos se, durante o exercício e no seu conjunto, excederem o valor acumulado de 1.000.000 euros, exceto se enquadrados no âmbito do Orçamento Anual ou do Plano de Negócios aprovados em Conselho de Administração;
- (xvi) Desinvestimentos ou alienação de ativos desde que resulte da referida transação um efeito significativo (entendido como sendo igual ou superior a 5%) sobre os resultados operacionais da sociedade ou afecte os postos de trabalho de mais de 100 colaboradores, exceto se enquadrados no âmbito do Orçamento Anual ou do Plano de Negócios aprovados em Conselho de Administração.

O Conselho de Administração é mantido informado sobre todas as deliberações da Comissão Executiva através das atas das respetivas reuniões que são extraídas, de forma sistemática, e enviadas, por escrito, para o Conselho de Administração.

Comissão de Auditoria e Finanças (CAF)

A Comissão de Auditoria e Finanças (CAF) funciona com base nos Termos de Referência aprovados pelo Conselho de Administração e é responsável pelo controlo e supervisão dos processos de divulgação de informação financeira, pela revisão das normas de reporte financeiro e pela avaliação, em nome do Conselho de Administração, do risco associado à execução das atividades da empresa e pelo cumprimento das recomendações de Governo das Sociedades. A CAF reúne, também, com os auditores externos do Grupo e com a equipa de auditoria interna. As principais responsabilidades da CAF são:

- (i) rever as demonstrações financeiras anuais e intercalares e os documentos de divulgação de resultados, e relatar as suas conclusões ao Conselho de Administração, antes dos documentos serem aprovados e assinados pelo Conselho de Administração;
- (ii) aconselhar o Conselho de Administração sobre os seus relatórios para os Acionistas e para os mercados financeiros a serem incluídos nas Contas Anuais e Semestrais da Empresa, assim como também nas divulgações de resultados trimestrais;
- (iii) aconselhar o Conselho de Administração sobre a adequação da informação interna fornecida pela Comissão Executiva, incluindo sistemas e normas de controlo interno e atividades de gestão de risco aplicadas pela Comissão Executiva, permitindo fortalecer os níveis de autocontrolo da sociedade, como complemento do papel de supervisão independente, soberano e dominante executado pelo Conselho Fiscal;
- (iv) aconselhar o Conselho de Administração na nomeação, atribuição de tarefas e remuneração do ROC; aconselhar o Conselho de Administração sobre a qualidade e independência da função de Auditoria Interna e ser consultado pela Gestão em relação à nomeação e destituição do Diretor de Auditoria Interna;
- (v) rever as competências da função de Auditoria Interna e a sua relação com as competências do ROC e discutir com o ROC e o Auditor Interno os seus relatórios intercalares e anuais, rever os seus relatórios de controlo interno, e aconselhar o Conselho de Administração sobre o mesmo.

Os Termos de Referência podem ser consultados, na sua totalidade, no *website* da sociedade (www.sonae.com). A CAF reporta regularmente ao Conselho de Administração o trabalho realizado, os resultados obtidos e problemas identificados, assegurando assim a eficácia do seu trabalho.

Comissão de Nomeações e Remunerações (CNR)

A Comissão de Nomeações e Remunerações (CNR) funciona com base nos Termos de Referência aprovados pelo Conselho de Administração e é responsável pela identificação de potenciais candidatos ao cargo de Administrador ou a outros cargos de topo dentro do Grupo Sonaecom. É também responsável pela supervisão da preparação das propostas de remuneração e outras compensações, em nome do Conselho de Administração, pelos planos de sucessão, pela monitorização da gestão de talentos da Sonaecom e dos processos de planos de contingência. A CNR reporta ao Conselho de Administração, por escrito, sempre que necessário e trabalha em coordenação com a Comissão de Vencimentos na obtenção de aprovação, em representação dos Acionistas do Grupo, da remuneração e outras compensações dos Membros do Conselho de Administração e outros órgãos sociais. A CNR pode recorrer aos serviços de entidades externas, que deverão garantir confidencialidade absoluta em relação ao tratamento da informação obtida.

Destacam-se, de seguida, os termos de referência da CNR:

- A CNR é constituída por um máximo de três membros do Conselho de Administração: o Presidente do Conselho de Administração e dois Administradores Não-Executivos Independentes nomeados pelo Conselho de Administração. O Presidente do Conselho de Administração será também o Presidente da CNR desde que não seja remunerado como Administrador Executivo pela empresa. Se tal acontecer, a CNR será presidida pelo Administrador Não-Executivo Independente com maior antiguidade na empresa.
- Os seus membros deverão ser nomeados para a CNR por um período de quatro anos (de acordo com os mandatos do Conselho de Administração).
- O CEO participará nas reuniões da CNR, a menos que a CNR decida, *ad hoc*, de outra forma.
- O cargo de Secretário da CNR deverá ser desempenhado pelo Diretor de Governo da Sociedade da Sonaecom.
- A CNR é responsável pelo planeamento da sucessão e pelo processo de nomeação dos membros do Conselho de Administração, pela revisão das propostas e políticas de remuneração e outras compensações dos Administradores e outros Gestores de Topo da Sonaecom (Grupo Funcional G2 ou superior), pela supervisão dos Planos de Incentivos de Médio Prazo (MTIP), e pela monitorização dos processos de identificação de potenciais candidatos a cargos de topo e planos de contingência.
- A CNR deve reunir, no mínimo, duas vezes por ano (em final de fevereiro ou início de março, de preferência antes das reuniões das Comissões de Vencimentos da Sonaecom SGPS (ver nota abaixo), e no final de outubro ou início de novembro). O Presidente da CNR ou o Conselho de Administração podem convocar outras reuniões sempre que tal se justifique.
- A CNR reporta ao Conselho de Administração da Sonaecom e, quando necessário, deve apresentar as suas propostas diretamente a este Conselho, bem como deve garantir a sua coordenação com a Comissão de Vencimentos da Sonaecom SGPS através do Presidente do Conselho de Administração da Sonaecom.
- A CNR pode recorrer aos serviços de entidades externas, devendo tais despesas ocorrer por conta da Sonaecom. Essas entidades devem garantir total confidencialidade em relação ao tratamento da informação prestada.
- A ordem de trabalhos da reunião de fevereiro ou março deverá incluir sempre a revisão das propostas de remuneração e outras compensações dos Administradores Executivos e Não-Executivos da Sonaecom, bem como de outros Gestores de Topo da sociedade. O CEO e outros Administradores da Sonaecom devem, individualmente, sair da reunião sempre que a sua própria remuneração esteja a ser analisada.
- As propostas de remuneração e outras compensações que são submetidas à aprovação da CNR em nome do Conselho de Administração da Sonaecom são preparadas com base nas propostas apresentadas pelo Presidente do Conselho de Administração da Sonaecom (no caso dos Administradores Não-Executivos e do CEO) e pelo CEO (no caso dos Administradores Executivos e outros Gestores de Topo). Tais propostas são elaboradas com base em estudos de mercado que resultam das avaliações individuais e análise de KPIs.
- As propostas de remuneração e outras compensações que são submetidas à aprovação da CNR são elaboradas diretamente pelo membro independente da Comissão de Vencimentos.
- As atas das reuniões da CNR devem ser preparadas e os respetivos extratos enviados a todos os membros do Conselho de Administração da Sonaecom.

Nota: De acordo com o Art. 27 dos estatutos da sociedade, a Sonaecom tem uma Comissão de Vencimentos composta por dois membros, a saber: Paulo Azevedo (em representação da Sonaecom SGPS) e Francisco de La Fuente Sánchez (em representação da Sontel BV). Todas as propostas de remuneração e outras compensações que envolvam os Órgãos Sociais da sociedade, incluindo o Conselho de Administração, devem ter o acordo e aprovação desta Comissão em representação dos Acionistas.

Os Termos de Referência da CNR estão disponíveis no *website* da Sociedade (www.sonae.com).

Em 2011, a CNR contratou serviços externos de consultoria sobre política de remuneração e boas práticas.

Comissão de Ética

A Comissão de Ética é responsável pela supervisão e manutenção do Código de Conduta da Sonaecom, por monitorizar a sua aplicação e por assegurar que todos os membros dos órgãos sociais e todos os colaboradores da empresa o cumprem.

A Comissão reporta ao Conselho de Administração em termos do cumprimento do Código de Conduta no mínimo uma vez por ano e sempre que solicitado.

Por delegação do Conselho Fiscal compete à Comissão de Ética receber, discutir, investigar e avaliar alegadas irregularidades que sejam reportadas, em cumprimento da política de comunicação de irregularidades da Sonaecom. A Comissão decide em cada caso sobre as medidas a tomar.

Os Termos de Referência da Comissão de Ética podem ser consultados, na sua totalidade, no *website* da sociedade (www.sonae.com).

Diretor de Governo da Sociedade

O Diretor de Governo da Sociedade reporta hierarquicamente ao Conselho de Administração, através do seu Presidente, bem como, sempre que apropriado, através do Administrador Não-Executivo Independente sénior. As principais responsabilidades do Diretor de Governo da Sociedade são as seguintes:

- (i) assegurar a boa gestão das atividades do Conselho de Administração e respetivas Comissões;
- (ii) participar em reuniões do Conselho de Administração e respetivas Comissões, intervindo como membro sempre que, como tal, seja nomeado;
- (iii) facilitar a obtenção de informações para todos os membros do Conselho de Administração e das respetivas Comissões;
- (iv) apoiar o Conselho de Administração na definição da sua função, objetivos e procedimentos operacionais; assumir uma posição de liderança na organização das avaliações do Conselho de Administração;
- (v) manter sob escrutínio questões legislativas, regulatórias e do Governo das Sociedades; apoiar e desafiar o Conselho de Administração a alcançar os mais altos padrões ao nível do Governo das Sociedades;
- (vi) assegurar que o conceito de *Stakeholders* (detentores de interesses no Grupo) e a necessidade de proteger os interesses minoritários são tidos em conta aquando da tomada de decisões importantes por parte do Conselho de Administração;
- (vii) ajudar a assegurar que o procedimento de nomeação e eleição de Administradores é realizado apropriadamente e prestar apoio na cooptação de novos Administradores;
- (viii) atuar como ponto de contacto primário e fonte de aconselhamento para, nomeadamente, Administradores Não-Executivos, no que diz respeito à Empresa e às suas atividades; facilitar e apoiar os Administradores Não-Executivos Independentes na afirmação da sua "independência";
- (ix) ajudar a assegurar o cumprimento das Recomendações para sociedades cotadas em Portugal, publicadas pela CMVM;
- (x) participar nos preparativos e coordenação dos processos das Assembleias Gerais;
- (xi) participar na obtenção de cobertura de seguro para membros dos órgãos sociais;
- (xii) participar, em nome da Empresa, em iniciativas externas para debater e melhorar os requisitos e práticas de Governo das Sociedades em Portugal.

A descrição completa das funções do Diretor de Governo da Sociedade está disponível no *website* da empresa (www.sonae.com).

c) Órgãos Sociais – termos de referência, nomeação e substituição

Os termos de referência dos órgãos sociais e das Comissões existentes estão disponíveis no *website* da sociedade. Não existe uma definição interna de incompatibilidades nem um número máximo de cargos exercidos noutras sociedades pelos membros do Conselho de Administração.

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal são eleitos e destituídos pela Assembleia Geral de Acionistas, sem prejuízo das normas legais aplicáveis à nomeação dos membros do Conselho de Administração.

Tal como disposto nos nossos estatutos, se contra a proposta que fizer vencimento na eleição dos Administradores votarem Acionistas representativos de, pelo menos, 10% do capital social, proceder-se-á à eleição de um Administrador adicional por votação entre os Acionistas da referida minoria, na mesma Assembleia, e o Administrador assim eleito substitui automaticamente a pessoa menos votada da lista vencedora ou, em caso de igualdade de votos, aquela que figurar em último lugar na mesma lista. Sendo apresentados candidatos por mais de um grupo de Acionistas, a votação incide sobre o conjunto dessas candidaturas.

Se contra a proposta que fizer vencimento na eleição dos Administradores votarem Acionistas representativos de, pelo menos, 19% do capital social, proceder-se-á à eleição de um segundo Administrador por votação entre os Acionistas da referida minoria, na mesma Assembleia, e o Administrador assim eleito substitui automaticamente a segunda pessoa menos votada da lista vencedora ou, em caso de igualdade de votos, aquela que figurar em penúltimo lugar na mesma lista. Só podem ser propostos candidatos por Acionistas ou grupos de Acionistas que detenham ações representativas de mais de 19% e menos de 30% do capital social da sociedade.

d) Informação sobre o número de reuniões realizadas em 2011

Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Sonaecom reúne pelo menos quatro vezes por ano, tal como definido nos estatutos, e sempre que o Presidente ou dois membros do Conselho de Administração convoquem uma reunião. Em 2011, realizaram-se cinco reuniões deste Conselho e a taxa de comparência foi de 85%.

Os Administradores Não-Executivos reúnem, também, separadamente, com o objetivo de discutir e avaliar a sua independência no exercício das suas funções, bem como de sugerir medidas para melhorar os procedimentos do Conselho de Administração em termos de governo das sociedades. Em 2011, realizaram-se duas reuniões de Administradores Não-Executivos e a taxa de comparência foi de 79%. Os Administradores Não-Executivos confirmaram, nestas reuniões, que não existiram durante 2011 quaisquer restrições ao âmbito das suas atividades.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal reúne pelo menos uma vez cada trimestre. Em 2011, realizaram-se oito reuniões formais deste órgão e a taxa de comparência foi de 100%.

Comissão Executiva

A Comissão Executiva da Sonaecom reúne, normalmente, uma vez em cada duas semanas e sempre que o seu Presidente ou a maioria dos seus membros convoquem uma reunião. Em 2011, realizaram-se dezanove reuniões da Comissão Executiva, com uma taxa de comparência de 99%.

CAF

A CAF reúne pelo menos cinco vezes por ano e sempre que o seu Presidente, o Conselho de Administração, a Comissão Executiva ou, excecionalmente, o ROC assim o entenderem. Entre as reuniões, a CAF analisa projetos e monitoriza a atividade através de conferências telefónicas entre os seus membros. Em 2011, esta Comissão reuniu cinco vezes e a taxa de comparência foi de 100%. Foram realizadas, também, quatro conferências telefónicas.

CNR

A CNR reúne pelo menos duas vezes por ano e sempre que o seu Presidente ou o Conselho de Administração acharem necessário. Em 2011, realizaram-se duas reuniões desta Comissão com uma taxa de comparência de 100%.

Comissão de Vencimentos

A Comissão de Vencimentos reúne, pelo menos uma vez por ano. Em 2011, realizaram-se duas reuniões e a taxa de comparência foi de 100%.

Comissão de Ética

A Comissão de Ética reúne, normalmente, uma vez por semestre e sempre que o seu Presidente ou dois dos seus membros acharem necessário. Foi realizada uma reunião durante 2011 e a taxa de comparência foi de 100%.

e) Membros Executivos e Não-Executivos do Conselho de Administração

A distinção entre os membros Executivos e Não-Executivos do Conselho de Administração e, de entre estes, a identificação dos membros Independentes, os quais obedecem aos critérios de independência previstos no n.º 5 do artigo 414.º do Código das Sociedades Comerciais e não se encontram em nenhuma das circunstâncias previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A do mesmo diploma, encontra-se explicada na listagem seguinte:

| | |
|---|-----------------------------------|
| Duarte Paulo Teixeira de Azevedo | Presidente – Não-Executivo |
| António Sampaio e Mello | Membro Não-Executivo Independente |
| David Charles Denholm Hobley | Membro Não-Executivo* |
| Gervais Gilles Pellisser | Membro Não-Executivo |
| Jean-François René Pontal | Membro Não-Executivo Independente |
| Franck Dangeard | Membro Não-Executivo Independente |
| Nuno Manuel Jordão | Membro Não-Executivo |
| Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério | Membro Executivo – CEO |
| António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier | Membro Executivo |
| Maria Cláudia Teixeira de Azevedo | Membro Executivo |
| Miguel Nuno Santos Almeida | Membro Executivo |

*Ver "Critério de Independência".

Critério de Independência

Durante 2011, três Administradores Não-Executivos Independentes fizeram parte do Conselho de Administração da Sonaecom: António Sampaio e Mello, Jean-François René Pontal e Franck Dangeard.

O Conselho de Administração não tem conhecimento de quaisquer circunstâncias que tenham afetado a independência dos três Administradores Não-Executivos atrás referidos desde a sua eleição. Esta avaliação foi efetuada tendo como referência os requisitos legais e, em particular, o resultado das questões que lhes foram colocadas e que revelaram que estes Administradores não estão associados a quaisquer grupos de interesse relacionados com a sociedade ou quaisquer outras circunstâncias que possam afetar a independência da sua análise ou da sua tomada de decisão.

A Sonaecom considera o Administrador Não-Executivo David Hobley como Independente, já que ele age efetivamente como tal, uma vez que a sua nomeação foi proposta pela Sonae SGPS e não pela France Télécom, e a sua independência foi avaliada e aceite pela Comissão de Nomeações e Remunerações do Grupo antes da sua eleição. No entanto, David Hobley não é considerado formalmente como Independente visto que exerce funções de Administrador Não-Executivo Independente no Grupo France Télécom, que detém uma participação de 20% no capital social da Sonaecom.

De notar ainda que todos os membros do Conselho Fiscal cumprem os critérios de independência previstos no n.º 5 do artigo 414.º, do Código das Sociedades Comerciais, não se encontrando em nenhuma das circunstâncias previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A do mesmo diploma.

f) Habilitações, experiência e responsabilidades dos membros dos Órgãos Sociais

Conselho de Administração

A descrição da formação académica, funções desempenhadas na empresa e experiência profissional de cada um dos membros do Conselho de Administração encontra-se num anexo a este relatório.

As datas da primeira nomeação de cada membro do Conselho de Administração são as seguintes.

| | |
|---|------------------|
| Duarte Paulo Teixeira de Azevedo | setembro de 1998 |
| António Sampaio e Mello | julho de 2006 |
| David Charles Denholm Hobley | setembro de 2005 |
| Gervais Gilles Pellisser | julho de 2006 |
| Jean-François René Pontal | julho de 2003 |
| Franck Dangeard | julho de 2008 |
| Nuno Manuel Jordão | abril de 2008 |
| Ángelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério | abril de 2007 |
| Maria Cláudia Teixeira de Azevedo | abril de 2006 |
| Miguel Nuno Santos Almeida | abril de 2005 |
| António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier | abril de 2010 |

Funções exercidas em outras sociedades pelos membros do Conselho de Administração

A descrição dos cargos exercidos por cada membro do Conselho de Administração – distinguindo os cargos exercidos em empresas do Grupo e Outras – encontra-se num anexo a este relatório.

Conselho Fiscal

A descrição da formação académica, funções desempenhadas na empresa e experiência profissional nos cinco anos precedentes de cada um dos membros do Conselho Fiscal, assim como a informação sobre o número de ações detidas por cada membro, encontra-se em anexo a este relatório.

As datas da primeira nomeação de cada membro do Conselho Fiscal são as seguintes:

| | |
|----------------------------------|---------------|
| Arlindo Dias Duarte Silva | abril de 2007 |
| Armando Luís Vieira de Magalhães | abril de 2007 |
| Óscar José Alçada da Quinta | abril de 2007 |
| Jorge Manuel Felizes Morgado | abril de 2007 |

A data de termo do mandato dos membros do Conselho Fiscal é a mesma dos restantes órgãos sociais, sendo o atual mandato de quatro anos (2008-2011).

Funções exercidas em outras sociedades pelos membros do Conselho Fiscal

A descrição dos cargos exercidos por cada membro do Conselho Fiscal – identificando-se os cargos exercidos em empresas do Grupo Sonaecom – encontra-se em anexo a este relatório.

5.5. Política de remuneração do Grupo e remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização

a) Política de remuneração da Sonaecom

i) Princípios da política de remuneração

A nossa política de remuneração tem como objetivo ser:

- **Competitiva**
A Sonaecom pretende ter uma política de remuneração competitiva quando comparada com empresas do mesmo setor, tendo o objetivo de atrair talento para a empresa. Para alcançar este objetivo, a Sonaecom delineou uma política de remuneração baseada em valores de referência do mercado, garantindo a competitividade da sua política.
- **Associada ao desempenho**
Uma componente significativa da remuneração dos Administradores Executivos da Sonaecom é determinada pelo sucesso atingido pela empresa. Outra parcela significativa da remuneração destes Administradores está associada ao desempenho individual e ao desempenho da empresa.
- **Alinhada com os interesses dos Acionistas**
Parte da remuneração dos Administradores Executivos é paga em ações que ficam retidas durante um período de três anos. Tendo em consideração que o valor das ações é definido pelo desempenho da empresa, a remuneração é influenciada pela contribuição dos Administradores Executivos para os resultados, alinhando, deste modo, os interesses dos Acionistas e os interesses da Administração no longo prazo, visando a sua sustentabilidade.
- **Transparência e divulgação adequada**
Todos os aspetos da estrutura de remuneração são claros para os colaboradores e divulgados abertamente. Este processo de divulgação contribui para a promoção da equidade e independência.
- **Razoável e justa**
A remuneração dos Administradores Executivos da Sonaecom pretende ser razoável, assegurando o equilíbrio entre os interesses da empresa e o posicionamento no mercado, as expectativas e motivações dos seus colaboradores e a necessidade de manter na empresa o talento.

ii) Quais são as nossas empresas de referência?

A Sonaecom compara a política de remuneração dos seus Administradores Executivos com informação sobre tendências de mercado constante nos principais estudos de mercado nesta área para o mercado português e europeu. A Sonaecom baseia-se, atualmente, nos estudos de mercado da *Mercer* e do *Hay Group*. As empresas que constituem o nosso grupo de referência para efeitos de remuneração são empresas que compõem o PSI20 e algumas empresas europeias.

iii) Quais são as nossas componentes de remuneração?

A política de remuneração para todos os colaboradores da Sonaecom é composta pelas seguintes componentes:

- Uma componente fixa, que é paga na forma de um salário anual (pago 14 vezes por ano, em Portugal) e um conjunto de benefícios associados à função;
- Uma componente variável, paga no primeiro trimestre do ano seguinte (através de pagamento em dinheiro, planos de poupança reforma ou transferência de ações com desconto – componente de curto prazo) e, no dia 10 de março do ano seguinte sob a forma de benefícios diferidos, no âmbito do "Plano de Incentivo de Médio Prazo ("MTIP da Sonaecom"), aplicado aos colaboradores mais seniores ('Grupos Funcionais' ou 'GF' 1 a 'GF' 6). Esta remuneração variável constitui uma componente discricionária da política de remuneração;
- Participação nos resultados.

Remuneração fixa

A remuneração anual e outros elementos do pacote de benefícios são definidos em função dos níveis de responsabilidade dos colaboradores e são revistos anualmente. Cada colaborador é classificado de acordo com a grelha "Grupos Funcionais da Sonaecom", concebida com base no modelo internacional da *Hay* para a classificação de funções corporativas e com o objetivo de facilitar comparações entre mercados, bem como promover a equidade interna.

Remuneração variável

- a) A componente da remuneração variável a curto prazo pretende retribuir o cumprimento de determinados objetivos anuais previamente fixados, associados a indicadores-chave de negócio (*Key Performance Indicators (KPIs)*) e pode ser paga em dinheiro, planos de poupança reforma ou transferência de ações com desconto.

O valor objetivo atribuído corresponde a uma percentagem da remuneração base fixa do colaborador, que varia entre 12% e 65% de acordo com o grupo funcional. Deste montante, entre 35% e 70%, consoante o grupo funcional dos colaboradores, é determinado pelos KPIs da empresa, isto é, indicadores objetivos, tais como indicadores económicos, operacionais e financeiros definidos com base no orçamento, no desempenho das ações da Empresa em bolsa, no desempenho de cada unidade de negócio do Grupo, assim como no desempenho do Grupo em geral.

A restante percentagem é determinada por KPIs pessoais, incluindo indicadores objetivos e subjetivos. A remuneração variável está relacionada com o desempenho real e pode atingir um valor entre 0% e 120% do valor objetivo relativamente a KPIs de negócio e entre 0% e 120% do valor objetivo relativamente a KPIs pessoais. Combinando as duas componentes, o nível mais elevado aplicável a qualquer indivíduo é entre 0% e 148% do valor objetivo.

Em 2011, os KPIs de negócio e respetiva ponderação foram:

| Descrição de indicadores | Peso |
|---------------------------------|-------|
| Volume de Negócios | 30,0% |
| EBITDA | 30,0% |
| Free Cash Flow | 30,0% |
| Performance relativa da cotação | 10,0% |

- b) A componente de remuneração de médio prazo, MTIP:

(i) Condições gerais

O MTIP tem como objetivo o compromisso dos colaboradores, alinhando os seus interesses com os dos Acionistas, e procurando aumentar a sua perceção acerca do seu papel de relevo nos resultados da empresa, refletido no comportamento das ações da Sonaecom em bolsa.

O MTIP aplica-se a todas as empresas do Grupo Sonaecom, com a exceção da WeDo Consulting que segue um plano de incentivos específico. Em relação às empresas do Grupo Público, as regras de atribuição são mais restritas e não é expectável que se alterem.

As condições gerais do MTIP e quaisquer alterações significativas devem ser aprovadas pelos Acionistas em Assembleia Geral de Acionistas, com base numa proposta apresentada pelo Conselho de Administração, após seguir as recomendações da CNR. A participação no MTIP dos membros da Comissão Executiva da Sonaecom requer aprovação da Comissão de Vencimentos, de acordo com a política de Remuneração do Grupo, que é aprovada pelos Acionistas em Assembleia Geral. A participação de outros Executivos seniores é aprovada, anualmente, pela Comissão Executiva da Sonaecom.

O MTIP foi aprovado pelos Acionistas na Assembleia Geral Anual realizada em 26 de abril de 2011.

O MTIP é um plano de benefícios que é atribuído de forma discricionária, sendo diferido por um período de três anos entre a data de atribuição e a data de vencimento. A atribuição é efetuada em março de cada ano, em relação ao desempenho do ano anterior. Os valores atribuídos resultam do valor resultante da aplicação dos critérios descritos na remuneração variável de curto prazo para o ano a que este se refere. Historicamente, os valores eram atribuídos no dia 31 de março de cada ano, mas a partir de 2006, a data de atribuição foi alterada para 10 de março ou, alternativamente, o último dia útil anterior. As datas de exercício para todos os planos também foram ajustadas em conformidade. No caso dos membros da Comissão Executiva da Sonaecom, a entrega do MTIP na data de atribuição depende do sucesso global da sociedade durante este período, estimado em conformidade com os objetivos definidos pela Comissão de Vencimentos para cada período de três anos.

Como o MTIP é baseado em ações, o Conselho de Administração da Sonaecom decidiu que o plano deve ser apresentado para aprovação na Assembleia Geral Anual de Acionistas em 2011, de forma a cumprir com as melhores práticas do Governo da Sociedade.

(ii) Avaliação do MTIP

Todos os colaboradores com Níveis Funcionais GF1 a GF6, podem participar no MTIP, desde que a sua entrada no Grupo ocorra até 31 de dezembro do ano de desempenho ou sejam promovidos para GF6, ou para nível superior, na revisão anual ocorrida no primeiro trimestre do ano de desempenho.

O valor do prémio atribuído é calculado aplicando as percentagens seguintes à remuneração variável total objetiva para os grupos funcionais 1 e 2 e à remuneração fixa anual para os grupos funcionais 3, 4, 5, e 6, definida individualmente tendo em consideração o nível de qualificação do colaborador, a estrutura do seu pacote retributivo e o cumprimento de KPIs específicos:

| Grupos Funcionais Sonaecom ⁽¹⁾ | Valor de referência do PVMP | Base |
|---|-----------------------------|----------------------------|
| GF6 | Até 45% | Remuneração Fixa Anual |
| GF5 | Até 50% | Remuneração Fixa Anual |
| GF4 | Até 60% | Remuneração Fixa Anual |
| GF3 | Até 65% | Remuneração Fixa Anual |
| GF2 | 50% | Remuneração Variável Total |
| GF1 | 50% | Remuneração Variável Total |

⁽¹⁾ Os Grupos Funcionais ou "GF" são atribuídos de acordo com o modelo Hay, um modelo internacional de classificação de funções empresariais.

Para os colaboradores da Sonaecom com um nível de função correspondente a Executivo Sénior do Grupo (GF1), o MTIP inclui uma componente relacionada com as ações da Sonae SGPS ("Planos de Ações da Sonae SGPS"), montante que pode representar até 40% do valor total atribuído em cada ano. Para os colaboradores da Sonaecom com um nível de função correspondente a Executivo Sénior (GF2), o MTIP inclui também uma componente relacionada com as ações da Sonae SGPS, montante que, nesse caso, pode representar até 30% do valor total. Este incentivo foi criado pela Sonaecom, com o objetivo de promover a cooperação, maximizar as sinergias do Grupo e incentivar a partilha de conhecimento entre a Sonaecom e a Sonae SGPS, o nosso maior acionista de referência. Para os colaboradores com um nível de função igual ou superior ao nível de Executivo Sénior (GF1 e GF2), com funções executivas na Sonaecom ou em qualquer uma das suas subsidiárias, o MTIP atribuído é igual à componente variável de curto prazo.

Na atribuição, a transferência das ações depende do sucesso global da empresa durante este período, estimado de acordo com os objetivos estabelecidos pela Comissão de Vencimentos para cada período de três anos. Se o critério para a continuidade do desempenho positivo da nossa organização, mencionado acima, for cumprido, as ações, correspondentes ao número inicial de ações, ajustado pelo efeito de dividendos e outras alterações ao capital social emitido, são transferidas para os beneficiários no terceiro aniversário da data de atribuição, pelo preço da ação à data, ficando a Empresa com a opção de aplicar um desconto sobre o preço da ação. A Empresa tem a opção, sujeita à aprovação da Comissão de Nomeações e Remunerações, de pagar em dinheiro o valor equivalente ao valor das ações, na data de vencimento.

Participação nos resultados

Em alguns casos, o Conselho de Administração, após aprovação da CNR, poderá propor aos Acionistas, a distribuição de resultados da empresa aos colaboradores. Após avaliação do montante global a ser distribuído, o valor a receber por cada colaborador dependerá do cumprimento de determinados objetivos anuais, que estão ligados tanto ao negócio como a indicadores pessoais, tal como descrito na remuneração variável.

Resumo das ações incluídas no MTIP – Plano de ações da Sonaecom

O MTIP de ações da Sonaecom, em aberto no ano de 2011, resume-se da seguinte forma:

Planos de ações Sonaecom em aberto no ano de 2011

| | Cotação na data da atribuição* | Período de diferimento | | A 31 de dezembro de 2011 | |
|-----------------------|--------------------------------|------------------------|-------------------|----------------------------------|--------------------------|
| | | Data de Atribuição | Data de Exercício | Número Agregado de participantes | Número de opções / ações |
| Ações Sonaecom | | | | | |
| Plano 2007 | 2,447 | 10 Mar 2008 | 09 Mar 2011 | - | - |
| Plano 2008 | 1,117 | 10 Mar 2009 | 09 Mar 2012 | 381 | 3.469.227 |
| Plano 2009 | 1,685 | 10 Mar 2010 | 08 Mar 2013 | 390 | 2.485.188 |
| Plano 2010 | 1,399 | 10 Mar 2011 | 10 Mar 2014 | 384 | 2.938.055 |

*Cotação média do mês anterior à data de atribuição

O número de ações da tabela corresponde ao compromisso em termos de valor do MTIP.

O número de ações atribuídas e de ações diferidas ou vencidas no âmbito do MTIP da Sonaecom, no ano findo em 31 de dezembro de 2011, encontra-se descrito na seguinte tabela:

| | Ações Sonaecom | |
|---|---|------------------|
| | Número Agregado de participantes ⁽¹⁾ | Número de ações |
| Saldo em 31 dezembro 2010 | | |
| Ainda diferidas | 1.176 | 7.576.178 |
| Total | 1.176 | 7.576.178 |
| Movimentos no ano | | |
| Atribuídas | 393 | 2.927.010 |
| Vencidas | (377) | (1.764.157) |
| Canceladas/Extintas/Corrigidas ⁽²⁾ | (37) | 153.439 |
| Saldo em 31 dezembro 2011 | | |
| Ainda diferidas | 1.155 | 8.892.470 |
| Total | 1.155 | 8.892.470 |

⁽¹⁾ O número de participantes corresponde ao número acumulado para todos os planos, ou seja, um participante nos três planos conta como três;

⁽²⁾ As correções são efetuadas em função do dividendo pago, pelas alterações de capital e outros ajustamentos, nomeadamente, resultantes da alteração na forma de vencimento do MTIP, que passou a poder ser efetuada através da aquisição de ações com desconto.

O número de ações da tabela corresponde ao compromisso em termos de valor do MTIP.

Resumo das ações incluídas no MTIP - Plano de ações da Sonae

O MTIP de ações da Sonae, em aberto no ano 2011, resume-se da seguinte forma:

Planos de ações Sonae SGPS em aberto no ano de 2011

| | Cotação na data da atribuição* | Período de diferimento | | A 31 de dezembro de 2011 | |
|-------------------------|--------------------------------|------------------------|-------------------|----------------------------------|--------------------------|
| | | Data de Atribuição | Data de Exercício | Número Agregado de participantes | Número de opções / ações |
| Ações Sonae SGPS | | | | | |
| Plano 2007 | 1,160 | 10 Mar 2008 | 09 Mar 2011 | - | - |
| Plano 2008 | 0,526 | 10 Mar 2009 | 09 Mar 2012 | 4 | 405.776 |
| Plano 2009 | 0,761 | 10 Mar 2010 | 08 Mar 2013 | 4 | 314.954 |
| Plano 2010 | 0,811 | 10 Mar 2011 | 10 Mar 2014 | 8 | 379.903 |

* Cotação mais favorável entre a cotação média do mês anterior à Assembleia Geral Anual e a cotação do dia subsequente à Assembleia Geral Anual.

O número de ações atribuídas e de ações diferidas ou vencidas no âmbito do MTIP da Sonae SGPS, no ano findo em 31 de dezembro de 2010, encontra-se descrito na seguinte tabela:

| | Ações Sonae SGPS | |
|---|---|-----------------|
| | Número Agregado de participantes ⁽¹⁾ | Número de ações |
| Saldo em 31 dezembro 2010 | | |
| Ainda diferidas | 12 | 877.623 |
| Movimentos no ano | | |
| Atribuídas | 8 | 364.438 |
| Vencidas | (4) | (186.234) |
| Canceladas/Extintas/Corrigidas ⁽²⁾ | - | 44.806 |
| Saldo em 31 dezembro 2011 | | |
| Ainda diferidas | 16 | 1.100.633 |

⁽¹⁾ O número de participantes corresponde ao número acumulado para todos os planos, ou seja, um participante nos três planos conta como três;

⁽²⁾ As correções são efetuadas em função do dividendo pago e de alteração ao capital social.

Acordos de cobertura e impacto contabilístico

A Sonaecom celebrou acordos de cobertura do MTIP e obrigações relacionadas, até ao Plano de 2010. Os planos de ações foram cobertos através de ações próprias adquiridas entre 2007 e 2011 e mantidas pela Sonaecom. Os planos de ações da Sonae SGPS foram cobertos através de um contrato de *swap* com liquidação financeira com uma entidade externa. Por sua vez, a Sonaecom celebrou contratos com as suas subsidiárias, através dos quais passa as responsabilidades correspondentes para cada empresa.

Para os Planos da Sonaecom, o total da responsabilidade é calculada com base na cotação da ação na data de atribuição. O total da responsabilidade relativa aos planos mencionados é de 7.119.989 euros e foi registada na rubrica "Reservas".

Os planos de ações da Sonae SGPS correspondem à entrega de ações da Sonae SGPS, mas, uma vez que estas são atribuídas pela Sonaecom e não pela Sonae SGPS, os planos são tratados como planos baseados em dinheiro. Tendo em consideração os contratos de *swap* estabelecidos para cobrir estes planos, a responsabilidade é registada em "Outros passivos" com um valor por ação máximo de 0,587 euros, 0,766 euros e 0,678 euros, respetivamente para o MTIP de 2008, 2009 e 2010. Até 31 de dezembro de 2011, o montante total contabilizado é de 641.749 euros.

Os custos do MTIP da Sonaecom são contabilizados ao longo dos seus respetivos períodos de diferimento para cada plano anual. Em 31 de dezembro de 2011, foram registados em custos 31,1 milhões de euros (4,2 milhões de euros durante 2011 e 26,9 milhões de euros em anos anteriores).

b) Remuneração auferida pelo Conselho de Administração

A política de remunerações dos membros dos órgãos de Administração do Grupo tem como objetivo remunerar de forma justa, eficaz e competitiva, tendo em atenção as responsabilidades individuais e desempenho individual de cada membro, quer no âmbito de cada subsidiária, quer no Grupo como um todo.

No seguimento da política de remuneração e outras compensações aprovadas pelos Acionistas em Assembleia Geral, a Comissão de Vencimentos da Sonaecom é responsável pela aprovação da remuneração e outras compensações do Conselho de Administração, incluindo dos Administradores Executivos e Não-Executivos.

Administradores Executivos

As propostas de remuneração e outras compensações dos Administradores Executivos (excluindo o CEO) são baseadas na proposta do CEO do Grupo e preparadas com base em:

- (i) Comparações de mercado;
- (ii) Outras comparações internas;
- (iii) Avaliação individual de cada Administrador Executivo.

A remuneração e outros benefícios dos Administradores Executivos incluem: (a) uma componente fixa, que inclui um salário anual (pago 14 vezes por ano, em Portugal), um subsídio de responsabilidade anual e um pacote de benefícios ligados ao nível de responsabilidade; e (b) uma componente variável composta por (i) "remuneração variável", que é paga durante o primeiro trimestre do ano seguinte, como descrito anteriormente para todos os colaboradores, e (ii) uma componente discricionária, atribuída em 10 de março do ano seguinte, sob a forma de benefícios diferidos, no âmbito dos "Planos de Incentivo de Médio Prazo", que vencerá no terceiro aniversário da data de atribuição.

(a) Componente Fixa:

A remuneração anual e outros elementos do pacote de benefícios são definidos em função dos níveis de responsabilidade dos colaboradores e são revistos anualmente. Cada membro da administração está classificado segundo um Nível de Grupos Funcionais da Sonaecom ("Grupo Funcional" or "GF"). Os Administradores Executivos ou são GF1 ou GF2. Cada colaborador é classificado de acordo com a grelha "Nível de Grupos Funcionais da Sonaecom", concebida com base no modelo internacional da *Hay* para a classificação de funções corporativas e com o objetivo de facilitar comparações entre mercados, bem como promover a equidade interna. Os pacotes de benefícios a atribuir a cada Administrador Executivo serão determinados através de pesquisas de mercado sobre benefícios para Executivos de topo em Portugal e na Europa, com o objetivo de estabelecer uma remuneração fixa próxima da mediana e uma remuneração total próxima do terceiro quartil em circunstâncias comparáveis.

b) Componente Variável:

(i) A remuneração variável pretende retribuir o cumprimento de determinados objetivos anuais previamente fixados, associados a indicadores-chave de negócio (*Business KPIs*) e indicadores-chave individuais (*KPIs*). O valor objetivo atribuído corresponde a uma percentagem da remuneração fixa do Administrador, que varia entre 33% e 60%, de acordo com o Grupo Funcional. Deste montante, 70% é determinado pelos *KPIs* da empresa, isto é, indicadores objetivos, tais como indicadores económicos e financeiros definidos com base no orçamento, no desempenho das ações da Empresa em bolsa, no desempenho de cada unidade de negócio do Grupo, assim como no desempenho do Grupo em geral. Os restantes 30% são determinados pelos *KPIs* individuais, incluindo indicadores objetivos e subjetivos. A remuneração variável está relacionada com o desempenho real e pode atingir um valor entre 0% e 148% do valor objetivo relativamente a *KPIs*.

(ii) O MTIP está desenhado de forma a alinhar os interesses dos Administradores Executivos com os interesses dos Acionistas, enfatizando a importância do desempenho dos Administradores Executivos para o sucesso da organização, onde se inclui a evolução dos títulos da Sonaecom e o retorno para o Acionista. Paralelamente, o MTIP visa remunerar a contínua contribuição dos Administradores Executivos para além do período de vencimento do plano.

As condições necessárias para que um Administrador Executivo seja elegível para o MTIP são as seguintes:

- a) O objetivo associado ao MTIP é atribuído no início de cada ano, representando normalmente 100% do objetivo da remuneração variável nesse ano.
- b) Em 10 de março do ano seguinte, com base na percentagem de cumprimento dos KPIs utilizados para o MTIP, com base no valor criado para o acionista no médio prazo, o valor alvo aumenta ou reduz, e o valor resultante é convertido em ações dividindo pela média da cotação bolsista nas últimas 30 sessões.
- c) Estas ações, ou o montante equivalente em dinheiro, são entregues após um período de diferimento de 3 anos. Esta entrega depende do sucesso global da empresa durante este período, estimado de acordo com os objetivos estabelecidos pela Comissão de Vencimentos para cada período de três anos. No entanto, se houver distribuição de dividendos, o valor nominal das ações ou o capital social for alterado durante o período de diferimento, o número inicial de ações no âmbito do Plano de Incentivo de Médio Prazo será alterado para refletir os efeitos das alterações acima, para que o Plano esteja alinhado com o Retorno Total alcançado. Esta associação é baseada nas ações da Sonaecom mas uma componente, que representa até 40% do valor global, está associada a ações da Sonae SGPS. Na data de aquisição, se o critério para a continuidade do desempenho positivo da nossa organização, mencionado acima, for cumprido, o pagamento é efetuado pela entrega das ações ao preço da ação na data, com a empresa a ter opção de aplicar um desconto sobre o preço da ação. A Sonaecom mantém a opção de efetuar o pagamento do valor equivalente em dinheiro.

CEO e Administradores Não-Executivos

A remuneração e outras compensações do CEO e a remuneração fixa para os Administradores Não-Executivos (com exclusão do Presidente) são baseadas em propostas feitas pelo Presidente da Sonaecom.

A remuneração do Presidente é decidida pelo outro membro independente da Comissão de Vencimentos.

Para o CEO, a metodologia utilizada é a mesma que para os Administradores Executivos.

A remuneração dos nossos Administradores Não-Executivos é baseada em comparação de Mercado e estruturada da seguinte forma:

- (1) uma componente fixa (na qual 15% depende da participação nas reuniões do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, CAF e CNR);
- (2) subsídio de responsabilidade anual no valor de 2.100 euros, em 2011.

Em relação aos Administradores Não-Executivos, a componente fixa pressupõe um compromisso de tempo, no sentido de preparar e participar em pelo menos cinco reuniões do Conselho de Administração, em cada ano. Adicionalmente, os membros das Comissões do Conselho de Administração beneficiam de um acréscimo à sua remuneração base de aproximadamente 5%.

São ainda pagas senhas de presença pelas reuniões em que cada um dos Administradores Não-Executivos participe, tal como aqui se descreve: reuniões do Conselho de Administração, 940 euros, reuniões da Comissão de Auditoria e Finanças, 650 euros, e reuniões da Comissão de Nomeações e Remunerações, 390 euros. O Presidente do Conselho de Administração não recebe senhas de presença pela sua participação em reuniões do Conselho de Administração.

A Comissão de Nomeações e Remunerações poderá definir remunerações adicionais para projetos específicos designados individualmente a Administradores Não-Executivos por parte do Conselho de Administração ou das suas Comissões.

Em caso de destituição dos membros do Conselho da Administração, é política do Grupo o pagamento das compensações previstas na lei, podendo em cada situação ser negociado um valor diferente e que se considere ser o mais adequado por ambas as partes. Os membros do Conselho de Administração não recebem qualquer compensação adicional, aplicando-se os mesmos critérios dos restantes colaboradores.

Remunerações auferidas pelo Conselho de Administração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração da Sonaecom foi a seguinte durante os anos de 2011 e 2010 (estes valores incluem a remuneração fixa e os prémios de desempenho anual, ambos calculados numa base de acréscimo, bem como um plano de incentivo de médio prazo com respeito ao desempenho nos anos de 2011 e 2010):

| Valores em euros | 2011 | | | | 2010 | | | |
|--|------------------|---------------------------|--------------------------------|------------------|------------------|---------------------------|--------------------------------|------------------|
| | Remuneração fixa | Bónus de Desempenho Anual | Plano de Incentivo Médio Prazo | Total | Remuneração fixa | Bónus de Desempenho Anual | Plano de Incentivo Médio Prazo | Total |
| Desagregação individual | | | | | | | | |
| Administradores Executivos | | | | | | | | |
| Ángelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério (CEO) | 409.500 | 308.800 | 308.800 | 1.027.100 | 409.400 | 297.700 | 297.700 | 1.004.800 |
| Maria Cláudia Teixeira de Azevedo | 209.860 | 83.800 | 83.800 | 377.460 | 212.525 | 94.400 | 94.400 | 401.325 |
| Miguel Nuno Santos Almeida | 302.260 | 146.500 | 146.500 | 595.260 | 275.375 | 137.900 | 137.900 | 551.175 |
| António Bernardo Aranha Lobo Xavier (8 meses em 2010) ⁽¹⁾ | 198.520 | - | - | 198.520 | 133.547 | - | - | 133.547 |
| | 1.120.140 | 539.100 | 539.100 | 2.198.340 | 1.030.847 | 530.000 | 530.000 | 2.090.847 |
| Administradores Não-Executivos | | | | | | | | |
| Duarte Paulo Teixeira de Azevedo (Presidente) ⁽²⁾ | 60.800 | - | - | 60.800 | 60.700 | - | - | 60.700 |
| Jean François René Pontal | 40.180 | - | - | 40.180 | 40.180 | - | - | 40.180 |
| David Charles Denholm Hobley | 36.810 | - | - | 36.810 | 37.750 | - | - | 37.750 |
| António Maria Theotonio Pereira Sampaio Melo | 37.650 | - | - | 37.650 | 35.960 | - | - | 35.960 |
| Nuno Manuel Moniz Trigos Jordão ⁽³⁾ | 33.460 | - | - | 33.460 | 34.300 | - | - | 34.300 |
| Frank Emmanuel Dangeard | 35.280 | - | - | 35.280 | 35.280 | - | - | 35.280 |
| Gervais Pellissier | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | 244.180 | - | - | 244.180 | 244.170 | - | - | 244.170 |
| Total | 1.364.320 | 539.100 | 539.100 | 2.442.520 | 1.275.017 | 530.000 | 530.000 | 2.335.017 |

⁽¹⁾ Em 23 de abril de 2010, António Bernardo Aranha Lobo Xavier assumiu o cargo de Administrador.

⁽²⁾ O valor atribuído a Duarte Paulo Teixeira de Azevedo em 2011 inclui um montante de 30.980 euros, pago pela Sonaecom, assim como serviços de gestão cobrados pela Sonae à Sonaecom, num total de 29.820 euros, que representa o equivalente aos serviços centralizados na Sonae SGPS durante o segundo semestre de 2011.

⁽³⁾ O valor atribuído a Nuno Manuel Moniz Trigos Jordão em 2011 inclui um montante de 17.780 euros, pago pela Sonaecom, assim como serviços de gestão cobrados pela Sonae à Sonaecom, num total de 15.680 euros, que representa o equivalente aos serviços centralizados na Sonae SGPS durante o segundo semestre de 2011.

Nota: Os valores relativos ao bónus de desempenho anual e ao MTIP de 2011 são valores reais atribuídos, tal como aprovado pela Comissão de Vencimentos da Sonaecom.

Na apresentação dos valores da tabela acima, foi incluída a remuneração de cada membro do Conselho de Administração, proporcional ao período da sua nomeação.

Os Prémios de Desempenho Anual dos Administradores Executivos apresentados na tabela acima representam os valores atuais resultantes da avaliação do desempenho do ano de 2011. Os valores finais foram definidos após o desempenho real ter sido devidamente avaliado e depois da aprovação pela Comissão de Nomeações e Remunerações, em representação do Conselho de Administração e propostos à Comissão de Vencimentos.

Em 2011, a Sonaecom tinha 20 pessoas com responsabilidades diretivas, "Dirigentes". Em 31 de dezembro de 2011, o valor pago (que compreende a remuneração variável e fixa total) foi de 3.324.526 euros. O MTIP totalizou 876.286 euros (para uma informação mais detalhada consulte o capítulo 6, no anexo às contas, nota 40).

Participação dos Administradores no MTIP

Os Administradores Executivos auferem compensações no âmbito do MTIP. Os Administradores Não-Executivos não participam no MTIP.

Participação dos Administradores no MTIP

| Data de atribuição | Plano 2007 | Plano 2008 | Plano 2009 | Plano 2010 | Total |
|--|-------------|-------------|-------------|-------------|-----------|
| | 10 Mar 2008 | 10 Mar 2009 | 10 Mar 2010 | 10 Mar 2011 | |
| Ações Sonaecom | | | | | |
| Cotação na data de atribuição ⁽¹⁾ | 2,447 | 1,117 | 1,685 | 1,399 | |
| Cotação na data de vencimento | 1,475 | - | - | - | |
| Cotação em 30.12.2011 ⁽²⁾ | 1,215 | 1,215 | 1,215 | 1,215 | |
| Ángelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério (CEO) | | | | | |
| Nº de ações em 01.01.2011 | 67086 | 143.259 | 102.516 | - | 312.861 |
| Nº de ações em 31.12.2011 | - | 147984 | 105.897 | 131.888 | 385.769 |
| Miguel Nuno Santos Almeida | | | | | |
| Nº de ações em 01.01.2011 | 31.009 | 65.801 | 42.694 | - | 139.504 |
| Nº de ações em 31.12.2011 | - | 67971 | 44.102 | 61.093 | 173.166 |
| Maria Cláudia Teixeira de Azevedo | | | | | |
| Nº de ações em 01.01.2011 | 21.369 | 47502 | 36.724 | - | 105.595 |
| Nº de ações em 31.12.2011 | - | 49.069 | 37935 | 48.792 | 135.796 |
| António Bernardo Aranha Gama Lobo Xavier | | | | | |
| Nº de ações em 01.01.2011 | 7624 | 58.156 | 42.997 | - | 108.777 |
| Nº de ações em 31.12.2011 | - | 60.074 | 44.415 | - | 104.489 |
| Total | | | | | |
| Nº de ações em 01.01.2011 | 127088 | 314.718 | 224.931 | - | 666.737 |
| Nº de ações em 31.12.2011 | - | 325.098 | 232.350 | 241.773 | 799.220 |
| Ações Sonae SGPS | | | | | |
| Cotação na data de atribuição | 1,160 | 0,526 | 0,761 | 0,811 | |
| Cotação na data de vencimento | 0,827 | - | - | - | |
| Cotação em 30.12.2011 ⁽³⁾ | 0,459 | 0,459 | 0,459 | 0,459 | |
| Ángelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério (CEO) | | | | | |
| Nº de ações em 01.01.2011 | 105.233 | 219.994 | 157657 | - | 482.884 |
| Nº de ações em 31.12.2011 | - | 229.329 | 164.348 | 153.062 | 546.739 |
| Miguel Nuno Santos Almeida | | | | | |
| Nº de ações em 01.01.2011 | 31.269 | 64.959 | 65.658 | - | 161.886 |
| Nº de ações em 31.12.2011 | - | 67715 | 68.445 | 70.901 | 207.061 |
| Maria Cláudia Teixeira de Azevedo | | | | | |
| Nº de ações em 01.01.2011 | 21.549 | 46.894 | 36.307 | - | 104.750 |
| Nº de ações em 31.12.2011 | - | 48.884 | 37848 | 36.402 | 123.134 |
| António Bernardo Aranha Gama Lobo Xavier | | | | | |
| Nº de ações em 01.01.2011 | 28.183 | 57411 | 42.509 | - | 128.103 |
| Nº de ações em 31.12.2011 | - | 59.848 | 44.313 | - | 104.161 |
| Total | | | | | |
| Nº de ações em 01.01.2011 | 186.234 | 389.258 | 302.131 | - | 877623 |
| Nº de ações em 31.12.2011 | - | 405.776 | 314.954 | 260.365 | 981.095 |
| Valores | | | | | |
| CEO | | | | | |
| Valor na data de atribuição | 286.230 | 275.737 | 292.716 | - | 854.683 |
| Valor na data de vencimento | 185.980 | - | - | - | 185.980 |
| Valor em 31.12.2011 | - | 285.063 | 204.101 | 230.499 | 719.663 |
| Miguel Nuno Santos Almeida | | | | | |
| Valor na data de atribuição | 112.151 | 107668 | 121.905 | - | 341.724 |
| Valor na data de vencimento | 71.598 | - | - | - | 71.598 |
| Valor em 31.12.2011 | - | 113.666 | 85.000 | 106.771 | 305.438 |
| Maria Cláudia Teixeira de Azevedo | | | | | |
| Valor na data de atribuição | 77.287 | 77726 | 89.510 | - | 244.522 |
| Valor na data de vencimento | 49.340 | - | - | - | 49.340 |
| Valor em 31.12.2011 | - | 82.056 | 63.464 | 75.991 | 221.510 |
| António Bernardo Aranha Gama Lobo Xavier | | | | | |
| Valor na data de atribuição | 51.348 | 95.158 | 104.799 | - | 251.306 |
| Valor na data de vencimento | 34.553 | - | - | - | 34.553 |
| Valor em 31.12.2011 | - | 100.460 | 74.304 | - | 174.764 |
| Total | | | | | |
| Valor na data de atribuição | 527016 | 556.290 | 608.930 | - | 1.692.236 |
| Valor na data de vencimento | 341.470 | - | - | - | 341.470 |
| Valor em 31.12.2011 | - | 581.245 | 426.869 | 413.261 | 1.421.375 |

⁽¹⁾ Cotação média do mês anterior à data de atribuição;

⁽²⁾ No dia 12 de maio de 2011, a cotação atingiu um máximo de 1,644 euros e, em 29 de setembro de 2011, um mínimo de 1,096 euros;

⁽³⁾ No dia 11 de maio de 2011, a cotação atingiu um máximo de 0,848 euros e, em 29 de novembro de 2011 e 15 de dezembro de 2011, um mínimo de 0,425 euros.

Compensações auferidas pelos Administradores em empresas do grupo

| Montante (em euros) | Sonaecom | | Sonae SGPS | | Sonae RP - Retail Properties | | Total |
|---|---------------|-------------------|------------|-------------------|---------------------------------|-------------------|-----------|
| | Função | Total Remuneração | Função | Total Remuneração | Função | Total Remuneração | |
| Nome | | | | | | | |
| Ángelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério | CEO | 1.003.300 | Executivo | 30.100 | - | - | 1.033.400 |
| Duarte Paulo Teixeira de Azevedo ⁽¹⁾ | Presidente | 30.980 | CEO | 1.112.040 | - | - | 1.143.020 |
| Nuno M. M. Trigoso Jordão ⁽¹⁾ | Não Executivo | 17.780 | Executivo | 271.705 | Não Executivo | 16.025 | 305.510 |

⁽¹⁾ Os dados da tabela referem-se aos valores atribuídos ou pagos por cada empresa do Grupo, excluídos os ajustamentos efectuados por serviços cobrados, mencionados nas notas referentes à tabela que contém a remuneração do Conselho de Administração da pág. 126.

Plano de ações Sonaecom

O plano de ações Sonaecom determina que cada Administrador Executivo é obrigado a reter 50% das ações entregues em cada plano, mantendo permanentemente uma quantidade de ações equivalente ao valor de 2 (dois) salários fixos anuais. A exigência para a retenção das ações entregues em cada plano, cessa a partir do momento em que o Administrador Executivo em questão já tenha mantido um número de ações equivalentes ao objetivo definido, alocadas quer pelos planos da Sonaecom quer por aquisição pessoal das ações. Para este efeito, o salário anual é o salário base mensal pago 14 vezes por ano. Quanto ao plano de ações da Sonaecom, cumprimos totalmente com o nosso plano de retenção de ações.

Compensações em caso de cessação do mandato

Em caso de cessação antecipada do termo do mandato dos membros do Conselho de Administração, o Grupo adotou a política de pagar as remunerações resultantes da Lei ou de negociar, caso a caso, um valor considerado justo e apropriado para ambas as partes. Não existem condições compensatórias adicionais para os membros do Conselho de Administração, que são tratados da mesma forma que os restantes colaboradores.

Para os Dirigentes da Sonaecom, em caso de rescisão do contrato, foi acordado um pagamento de indemnização equivalente à remuneração fixa, devido até ao final do período do mandato até ao máximo de 12 meses, ou o retorno à função anterior como um trabalhador dependente.

c) Remuneração dos Membros do Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal durante 2011 e 2010 foi a seguinte:

| Valores em euros | 2011 | 2010 |
|--------------------------------|---------------|---------------|
| Desagregação individual | | |
| Conselho Fiscal | | |
| Arlindo Dias Duarte Silva | 10.100 | 8.910 |
| Armando Luís Vieira Magalhães | 8.100 | 6.910 |
| Óscar José Alçada Quinta | 8.100 | 6.910 |
| Jorge Manuel Felizes Morgado | - | - |
| Total | 26.300 | 22.730 |

Estes montantes correspondem à remuneração fixa. Os membros do Conselho Fiscal não recebem qualquer remuneração variável nem participam no MTIP da Sonaecom.

d) Processo de definição da política de Remuneração

A tabela seguinte fornece informações sobre as principais etapas na definição da política de remuneração da Sonaecom em 2011. Ficou estabelecido que a Comissão de Vencimentos reúne entre julho e dezembro, mas somente se houver alguma mudança na composição do Conselho. Como não ocorreram alterações até à da Assembleia Geral Anual de 2011, a última reunião da Comissão de Vencimentos foi realizada em maio de 2011.

| Mês | Fase do processo |
|-----------|--|
| fevereiro | CNR reúne: Avaliação do desempenho anual: <ul style="list-style-type: none"> - Remuneração fixa para 2012 (real) - Bónus de desempenho anual de curto prazo relativo a 2011 (real) - Bónus de desempenho anual de curto prazo para 2012 (target) - MTIP diferido de 2011 (real) - MTIP diferido de 2012 (target) - Processo de avaliação anual - Revisão da política de remuneração - Comunicação da política de remuneração no Relatório e Contas |
| março | Comissão de Vencimentos reúne: <ul style="list-style-type: none"> - Reunião após CNR, antes do pagamento anual |
| abril | CNR comunica: <ul style="list-style-type: none"> - Detalhes sobre KPIs individuais da Comissão Executiva para 2011 (apenas se não tiverem sido estabelecidos anteriormente) |
| maio | Comissão de Vencimentos reúne: <ul style="list-style-type: none"> - Apenas se houver alterações no Conselho de Administração na Assembleia Geral de Acionistas |
| julho | CNR comunica: <ul style="list-style-type: none"> - Evolução em termos de KPIs estabelecidos para 2011 |
| outubro | CNR reúne: <ul style="list-style-type: none"> - Evolução em termos de KPIs estabelecidos para 2011 - Revisão sobre estado do MTIP e retenção de ações - Planos de contingência e sucessão - Gestão de talento - Revisão dos termos de referência do CNR e estabelecimento de novo plano anual |
| dezembro | CNR reúne: <ul style="list-style-type: none"> - Forecast dos KPIs de 2011 - Eventuais ajustes aos KPIs de 2012 |

5.6. Gestão de Risco

Esta secção contém uma descrição do funcionamento e da eficácia do sistema de gestão de risco, bem como contém a identificação dos principais riscos que afetam a empresa.

A Sonaecom está empenhada em desenvolver e implementar as melhores práticas no que diz respeito à gestão e ao controlo de risco, dado que estas áreas são consideradas como as bases fundamentais da estratégia da empresa, apoiada num sistema sólido de Governo da Sociedade. A empresa implementou um sistema que coloca a responsabilidade do controlo interno e gestão de risco nas áreas funcionais de cada negócio, apoiadas pela equipa de Gestão do Risco, em conjunto com a equipa de Auditoria Interna, os Auditores Externos e a equipa de Planeamento e Controlo de Gestão. A CAF, operando em nome do Conselho de Administração, e o CF são responsáveis pela supervisão e acompanhamento do sistema de gestão de risco.

Estão implementados processos para identificar, monitorizar e reportar riscos e controlos, bem como para avaliar a eficácia e melhorar o sistema de controlo interno e de gestão de risco. Os processos são baseados nas melhores práticas e nas normas internacionais de *Enterprise Risk Management* (ERM). Destes derivam as abordagens principais da gestão e do controlo de risco da empresa. A Sonaecom organiza os respetivos riscos de acordo com um *Business Risk Model* (BRM), que ajuda na identificação dos nossos riscos e das causas subjacentes, bem como na promoção de uma cultura de consciência do risco em toda a empresa.

Os esforços têm-se centralizado na implementação de ações para melhorar os níveis de controlo dos riscos económicos, especialmente nos riscos intrínsecos do negócio relacionados com as atividades técnico-operacionais na unidade de negócios de telecomunicações. Isto foi conseguido através do desenvolvimento de programas específicos de gestão de risco, ou através da implementação de atividades de controlo correntes e da existência de equipas dedicadas. Os riscos financeiros e jurídicos têm sido geridos assegurando a conformidade com os requisitos internos e regulamentares. Existem também políticas e procedimentos para Ética e Transparência, incluindo um Código de Conduta, implementado para governar e gerir áreas especialmente sensíveis, como conflitos de interesses, transações com partes relacionadas, práticas de remuneração e comunicação de irregularidades, que se aplicam a todos os nossos responsáveis, colaboradores e parceiros de negócio.

a) Sistema de controlo interno e de gestão de risco

Na Sonaecom, reconhecemos que existem riscos presentes em todos os processos de gestão. Consequentemente, os gestores a vários níveis da organização têm de estar conscientes dos riscos específicos nas suas áreas e são responsáveis pela gestão desses riscos.

Organização do controlo interno e de gestão de risco

As responsabilidades e os objetivos dos intervenientes-chave nos sistemas de controlo interno e gestão de risco são os que de seguida se indicam.

- **Áreas de negócio**
Cada departamento funcional das unidades de negócio da Sonaecom é, como parte da sua responsabilidade nos seus processos funcionais, responsável pela implementação de controlos internos e pela gestão dos respetivos riscos específicos. Além disto, para o desenvolvimento de determinados programas de gestão do risco, podem ser formadas equipas específicas de gestão de risco, tais como um Comité de Risco ou uma equipa de trabalho. Estes incluem, habitualmente, um responsável ao nível executivo, uma comissão de diretores e uma equipa de *pivots* representando as unidades de negócio.
- **Funções de Planeamento e Controlo**
São responsáveis por elaborar e monitorizar a execução dos planos de ação e recursos anuais e os orçamentos e previsões, bem como os processos que conduzem à sua realização, nas componentes financeira e operacional. Os planos de negócio são igualmente monitorizados na sua componente financeira. Promovem e apoiam a integração da gestão de risco nos processos de planeamento e controlo das empresas da Sonaecom.
- **Funções de Gestão de Risco**
Contribuem com ferramentas, metodologias, apoio e *know-how* para as áreas de negócio. Também promove e monitoriza a implementação de programas e ações destinadas a aproximar os níveis de risco aos limites aceitáveis estabelecidos pela gestão. Promove a consciencialização, a medição e a gestão dos riscos de negócio que interferem na concretização dos objetivos e na criação de valor da organização.
- **Área de Auditoria Interna**
Avalia a exposição ao risco e verifica a eficácia da gestão dos riscos e dos controlos internos dos processos do negócio e dos sistemas de informação e de telecomunicações. Propõe medidas para melhorar os controlos, e monitoriza a evolução da exposição ao risco associada aos principais *findings* das auditorias.

• **Auditor externo**

No âmbito do processo de auditoria anual, analisa o funcionamento de mecanismos de controlo interno e reporta deficiências identificadas. É responsável pela verificação das contas e pela emissão de uma certificação legal de contas e de um relatório de auditoria.

A empresa tem duas áreas especializadas em matérias de risco: a função central de Gestão do Risco e a equipa de Auditoria Interna. A sua missão é contribuir para a gestão eficaz dos riscos de negócio da Sonaecom. Estas áreas apoiam a Sonaecom na concretização dos seus objetivos, acrescentando valor e melhorando as operações da empresa, através de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e ajudar a melhorar a eficácia da gestão de risco, dos controlos internos e dos processos de governo da organização.

A atividade de gestão de risco tem uma função central ao nível corporativo que promove a consciencialização da organização para os riscos críticos do negócio, propõe políticas de gestão de risco para a empresa e coordena programas ou projetos transversais para implementar processos de gestão de risco. Existem também funções de gestão de risco nas áreas de negócio, nomeadamente quando a existência de *pivots* é relevante para algumas especialidades da gestão de risco, como é o caso da Gestão da Continuidade de Negócio e da Gestão da Segurança da Informação.

A definição da atividade da equipa de auditoria interna está feita ao abrigo da Carta de Auditoria Interna, aprovada pelos órgãos de supervisão. Consiste numa atividade de verificação (*assurance*) e consultoria independente e objetiva, regendo-se pelas orientações do *Institute of Internal Auditors* (IIA), incluindo a definição de auditoria interna, o Código de Ética e as Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna (IIA *Standards*). O plano anual de auditoria interna é desenvolvido com base no Plano de Ações e Recursos anual da Sonaecom, numa priorização do trabalho de auditoria, utilizando uma metodologia baseada no risco e nas opiniões da Comissão Executiva, de outros membros da gestão de topo, da CAF e, em separado, do CF.

De acordo com as boas práticas internacionais, existem 18 certificações em normas de auditoria e em programas de gestão de risco. Estas incluem o *Certified Internal Auditor* (CIA), o *Certified in Control Self Assessment* (CCSA), o *Certified Information System Auditor* (CISA), o *Certified Fraud Examiner* (CFE), o *Management of Risk Foundation and Practitioner* (MoR), o *Associated*

Business Continuity Professional (ABCP), o *Certified by Business Continuity Institute* (CBCI), o *Certified Continuity Manager* (CCM), o *Certified Information System Security Professional* (CISSP), o *ISO 27001 Lead Implementer*, o *Certified in Risk and Information Systems Control* (CRISC), o *Cisco Certified Network Associate* (CCNA) e o *Project Management Professional* (PMP).

Reporte aos órgãos de administração e de fiscalização

As responsabilidades de criação, funcionamento e avaliação periódica dos sistemas de controlo interno e gestão de risco são normalmente distribuídas do modo que de seguida se descreve.

- O Conselho de Administração, delegando na Comissão Executiva, garante a criação e o funcionamento do sistema de controlo interno e de gestão de risco.
- A CAF, ao abrigo dos termos de referência aprovados pelo Conselho de Administração, aconselha o Conselho sobre a adequação dos sistemas e das normas das atividades de controlo interno do negócio e de gestão de risco aplicadas pela Comissão Executiva.
- O CF, ao abrigo dos termos de referência e na qualidade de órgão fiscalizador independente, supervisiona a eficácia global dos sistemas de gestão de risco, de controlo interno e de auditoria interna.
- O Conselho de Administração estabelece a função de auditoria interna e as responsabilidades deste órgão são revistas pela CAF.
- A CAF estabelece articulação com o CF para assegurar que o CF está em concordância com o papel acordado para a Auditoria Interna.
- A CAF aconselha o Conselho de Administração sobre a qualidade e a independência da função de Auditoria Interna, e deve ser consultada pela gestão em relação à nomeação e destituição do Diretor de Auditoria Interna.
- A CAF e o CF, de acordo com a Carta de Auditoria Interna, aprovam a nomeação e a destituição do Diretor de Auditoria Interna, e podem solicitar informação relacionada com a avaliação do desempenho, a remuneração anual e a adaptação salarial do Diretor de Auditoria Interna.
- A CAF aconselha o Conselho de Administração sobre a nomeação, bem como sobre as atribuições e a remuneração do Auditor Externo.
- O CF estabelece articulação com a CAF sobre os assuntos relacionados com o Auditor Externo.
- A CAF revê o âmbito da função de auditoria interna e a respetiva relação com o âmbito do trabalho do Auditor Externo. A CAF discute com o Auditor Externo e com a Auditoria Interna os relatórios destes, e presta, posteriormente,

conselhos sobre os mesmos ao Conselho de Administração.

- O Auditor Externo analisa a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reporta deficiências.
- O Auditor Externo, no âmbito do processo da auditoria anual, analisa a eficácia e o funcionamento de mecanismos de controlo interno e reporta todas as lacunas.
- A atividade de Auditoria Interna está sujeita à avaliação da CAF e do CF, que são responsáveis pela supervisão da eficácia do sistema de auditoria interna e que podem propor a adoção das eventuais modificações que possam eventualmente vir a ser necessárias. Além disto, o Diretor de Auditoria Interna informa a CAF e o CF sobre a qualidade da atividade de Auditoria Interna e programas de melhoria, incluindo os resultados das avaliações internas ou externas, que devem ser efetuadas pelo menos a cada cinco anos. Consequentemente, durante 2010, a atividade de Auditoria Interna foi sujeita a uma avaliação externa.
- A função central da Gestão de Risco apresenta, para avaliação pela CAF, e partilha com o CF, um relatório periódico sobre o ciclo de Gestão de Risco Empresarial (método e resultados), e pode obter contributos para ajustá-lo.

A Sonaecom considera importante clarificar as **competências do CF e da CAF**, no que respeita às matérias de controlo e risco, definindo o que de seguida se indica.

- O CF é o órgão estatutário de supervisão da empresa, tem primazia nesta matéria e atua de forma independente.
- A Auditoria Interna responde perante o CF, o que assegura a existência de um canal de reporte a um órgão independente do Conselho de Administração.
- A avaliação do sistema interno de controlo e de gestão de risco é executada eficazmente, constituindo-se o CF como o órgão de supervisão, com primazia sobre a CAF, uma vez que a concordância do CF é sempre necessária.
- O CF tem a "última palavra" no que respeita ao papel e à avaliação da Auditoria Interna.
- A Auditoria Interna pode requerer reuniões privadas para reportar ao CF, sem a presença de nenhum membro do Conselho de Administração ou membro da Gestão.
- A existência de competências de avaliação na CAF é necessária e benéfica, quer para os acionistas quer para a empresa, no sentido em que a CAF é um comité com um conhecimento mais especializado e executivo sobre a informação do negócio, que é complexa, o que lhe permite controlar mais de perto diversas áreas da empresa e desafiá-las a conseguirem gerir eficientemente os seus riscos.
- Assim, a existência de um comité especializado, no âmbito do Conselho de Administração, com

responsabilidades de avaliação em matéria de controlo e risco, não esvazia as funções do CF. A supervisão em separado por parte destes dois órgãos permite-nos, além da supervisão independente, soberana e dominante (papel do CF), reforçar os níveis de autocontrolo (papel da CAF).

As **linhas de reporting** da Auditoria Interna e da Gestão de Risco são as que de seguida se indicam.

- A Auditoria Interna reporta hierarquicamente ao CEO da Sonaecom.
- A Auditoria Interna reporta funcionalmente ao CF e à CAF da Sonaecom em separado.
- A função central da Gestão de Risco tem linhas de *reporting* semelhantes no âmbito da Sonaecom.

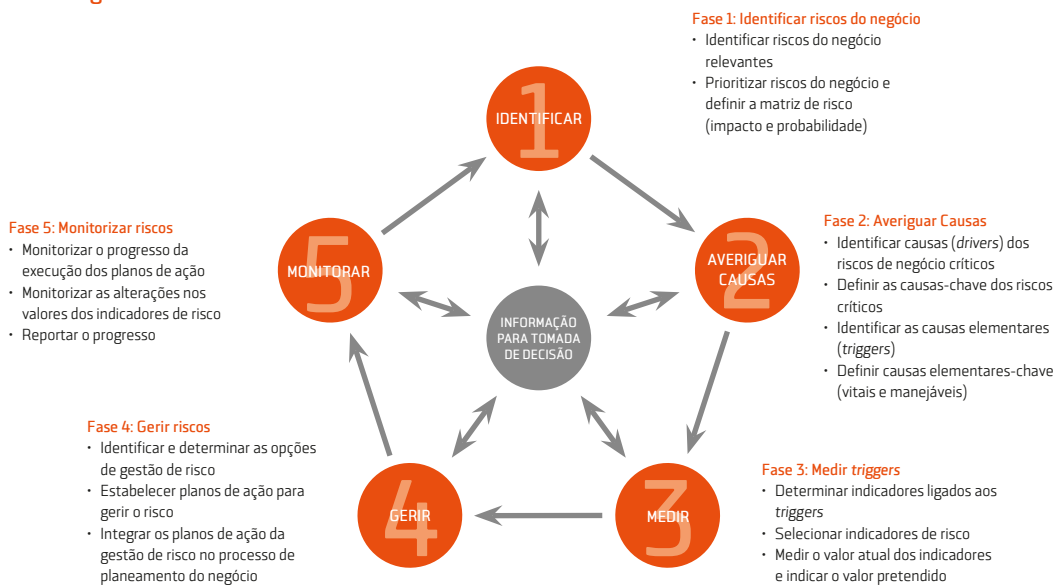
Os **mecanismos internos de informação e comunicação** sobre o sistema e **alertas de risco** incluem o que de seguida se indica.

- **Relatórios periódicos** das funções da Auditoria Interna e da Gestão do Risco:
 - a Auditoria Interna reporta à Comissão Executiva após a conclusão das auditorias internas;
 - a Auditoria Interna pode emitir, em qualquer altura, um relatório interino para comunicar informação que requeira atenção imediata;
 - a Auditoria Interna reporta trimestralmente à CAF e semestralmente ao CF, apresentando um resumo de todas as principais conclusões da auditoria interna;
 - a função central da Gestão de Risco efetua relatórios periódicos semelhantes no âmbito da Sonaecom, relativamente ao estado dos riscos e ao controlo de projetos / ações.
- Processos de **monitorização de riscos** tais como:
 - a existência de processos e indicadores em todas as áreas de negócio para monitorizar as operações e os KPIs;
 - a existência de departamentos dedicados a monitorizar riscos específicos do negócio e gerar alertas, como por exemplo as equipas de Fraude e *Revenue Assurance* na unidade de telecomunicações;
 - a implementação de indicadores e alertas para a interrupção de serviço e incidentes de segurança, ao nível operacional;
 - o desenvolvimento de indicadores de risco do negócio para causas-chave, ao nível da gestão.

Abordagem à Gestão do Risco

O diagrama de seguida apresentado ilustra as principais fases incluídas no ciclo de gestão de risco da Sonaecom, que podem ser aplicadas a todas as unidades de negócio do seu portefólio. O processo de gestão de risco é suportado por uma metodologia consistente e sistemática, alinhada com a "Norma sobre Metodologias de Gestão de Risco" do Grupo Sonae, que é baseada na norma internacional *Enterprise Risk Management - Integrated Framework*, emitida pelo COSO (*Committee of Sponsoring Organisations of the Treadway Commission*).

Ciclo da gestão de risco



Ciclo de Gestão de Risco (ERM - Enterprise Risk Management)

- Metodologia baseada na Norma sobre Metodologias de Gestão do Risco do Grupo Consultivo de Gestão de Risco da Sonae (2008)

Em linha com esta metodologia geral, a gestão e o controlo dos riscos principais da Sonaecom são conseguidos através das principais abordagens e dos métodos de seguida apresentados.

Gestão dos Riscos Corporativos (EWRM - Enterprise Wide Risk Management)

Abordagem: a Gestão dos Riscos Corporativos alinha o ciclo de gestão do risco com o ciclo de planeamento estratégico. Esta abordagem permite que os negócios da Sonaecom atribuam prioridades e identifiquem riscos críticos que possam comprometer o seu desempenho e os seus objetivos, e adotar ações para gerir esses riscos, dentro dos níveis predefinidos de aceitação. Isto é conseguido através da monitorização constante dos riscos e da implementação de determinadas medidas corretivas.

Método: 1. Identificar riscos do negócio >> 2. Averiguar causas >> 3. Medir triggers >> 4. Gerir riscos >> 5. Monitorizar riscos

Gestão da Continuidade de Negócio (BCM - Business Continuity Management)

Abordagem: a implementação dos processos de Gestão da Continuidade do Negócio tem a finalidade de mitigar o risco de interrupção de atividades críticas de negócio, que possam decorrer de situações de catástrofe, falhas técnico-operacionais ou falhas de recursos humanos. O âmbito deste processo inclui também a avaliação e a gestão dos riscos de segurança física nas instalações críticas da empresa.

Método: 1. Compreender o negócio >> 2. Definir estratégias de resiliência >> 3. Desenvolver e implementar planos de continuidade e de gestão de crise >> 4. Testar, manter e auditar os planos e processos BCM

Gestão da Segurança da Informação (ISM - Information Security Management)

Abordagem: a implementação de processos de Gestão da Segurança da Informação destina-se a gerir os riscos associados à disponibilidade, integridade, confidencialidade e privacidade da informação. Pretende-se, com a mesma, desenvolver e manter a Política de Segurança da Informação, verificar a conformidade dos procedimentos com a política, desenvolver programas de formação e consciencialização e estabelecer e monitorizar KPI de Segurança da Informação.

Método: 1. Identificar informação crítica >> 2. Detalhar plataformas / recursos críticos de suporte à informação >> 3. Avaliar o nível de risco de segurança >> 4. Definir e implementar indicadores >> 5. Gerir e monitorar ações de mitigação dos riscos

Ciclos ou Processos de Gestão do Risco específicos (RMCP - Risk Management Cycles or Processes)

Abordagem: o desenvolvimento de ciclos / processos de gestão de risco específicos permite a mitigação de riscos críticos que possam afetar determinados processos, áreas ou entidades, posicionando-os nos níveis definidos pela equipa de gestão. Identifica e monitoriza outros riscos operacionais que a gestão considere relevantes

Método: 1. Identificar riscos específicos >> 2. Averiguar causas >> 3. Gerir riscos >> 4. Monitorizar riscos

A definição de objetivos estratégicos da empresa em relação à assunção de riscos considera:

- O alinhamento do ciclo de gestão do risco com o ciclo de planeamento estratégico, nomeadamente durante a definição do Plano de Negócios anual (Plano de Ação e Recursos), quando as unidades de negócio identificam os riscos que podem afetar potencialmente o atingimento dos seus objetivos, e definem ações para ultrapassá-los.
- Os objetivos de assunção de riscos derivam dos objetivos estratégicos globais das empresas da Sonaecom e estão alinhados com os mesmos.

Existem vários **mecanismos para controlar a execução e a eficácia das ações de gestão de risco**, incluindo os que seguidamente se indicam.

- O controlo da execução dos Planos de Ação e Recursos: a atividade das unidades de negócio é monitorizada, e são criados relatórios de progresso (financeiros e operacionais). A análise das ações das unidades de negócio é suportada pelas funções de Planeamento e Controlo de Gestão, incluindo as notas preparatórias sobre as principais discrepâncias identificadas e a antecipação de problemas futuros.
- A execução dos ciclos de Gestão de Risco: durante as fases de avaliação e de averiguação, a tolerância à assunção de riscos (baixa, média, elevada ou muito elevada) e a estratégia selecionada (evitar, reter, reduzir ou transferir) são identificadas para as causas-chave dos riscos. Durante a fase de Monitorização, é efetuado um cruzamento dos riscos principais com as ações definidas no Plano de Ação e Recursos anual, para verificar a evolução dos mesmos.
- A realização de auditorias internas e externas: a eficácia das ações de controlo interno e gestão de risco é avaliada relativamente aos processos de negócio e sistemas.
- A realização da monitorização de *findings*: é executado, semestralmente, um procedimento de acompanhamento interno (*follow-up*) destinado a monitorizar o estado dos *findings* relevantes e a adoção de ações corretivas pelas áreas de negócio.

b) Principais riscos e ações de controlo

Na presente secção, é abordada a identificação dos principais riscos relacionados com as atividades concretas do negócio, incluindo a descrição de alguns eventos que podem originar estes riscos, e as principais ações de controlo implementadas para geri-los.

Durante 2011, em relação aos riscos de negócio da Sonaecom, foi dada especial atenção à execução de uma atualização do ciclo de gestão do risco para a unidade do negócio de telecomunicações. Foi atualizado o estado dos seus principais riscos através da revisão das causas de risco mais relevantes, da atribuição de responsáveis do risco e da identificação de controlos existentes ou novas ações para gerir esses riscos. Esta revisão resultou também na matriz de risco atualizada, incluindo a análise do impacto e da probabilidade de ocorrência de cada risco potencial. Prevê-se a realização, durante 2012, de outras atualizações do ciclo de gestão de risco.

No âmbito das categorias de riscos económicos, financeiros e jurídicos, os riscos são apresentados e ordenados, na presente secção, de acordo com a classificação e a estrutura do BRM da Sonaecom. O BRM é um modo sistemático de identificação dos riscos que afetam a organização (linguagem comum) e permite a definição e o agrupamento dos riscos, bem como das suas principais causas (dicionário de riscos).

Riscos económicos

De acordo com o BRM da Sonaecom, os riscos económicos estão relacionados com as seguintes categorias de risco: Envolvente do Negócio, Estratégia, Operações, Tecnologia e Processamento de Informação, e *Empowerment* e Integridade.

Influências económicas

A Optimus está exposta ao ambiente económico adverso que se vive atualmente em Portugal, e, conseqüentemente, à possível redução geral de consumo (consultar o Capítulo 2 relativo ao mercado de telecomunicações português). Apesar de o mercado de telecomunicações, altamente competitivo, ter comprovado ser resiliente à recessão global durante 2009, e menos em 2010, esta resiliência tornou-se menos evidente durante 2011. Neste contexto, existe o risco de a receita média por Cliente ser afetada devido à redução do consumo. A Optimus tem em curso várias

iniciativas que podem ajudar a diminuir este risco através de controlos de custos mais apertados.

Em relação à SSI, é relevante notar, devido ao ritmo da expansão e internacionalização da WeDo Technologies, o impacto do ambiente económico adverso no negócio é mais diluído. A empresa continuou a gerir estes efeitos adversos através da expansão do respetivo portefólio de produtos e identificando outros setores de negócio como alvo (consulte mais à frente o risco Portefólio do Negócio). Além disto, a WeDo Technologies tem vindo a otimizar a sua estrutura nacional e internacional desde 2010, o que lhe permite sustentar o seu ritmo de crescimento. No que respeita à Mainroad, embora a recessão económica tenha afetado todas as atividades de *outsourcing* de TI, o mercado de serviços geridos tem sido imune a esta tendência decrescente. Assim, o ritmo de procura deste tipo serviço manteve-se na Mainroad. No que concerne à Bizdirect, a empresa foi afetada pelo fim do programa e-iniciativas no primeiro trimestre de 2011 e pela contração do mercado. Na atual crise económica, o investimento em *hardware* tem vindo a ser protelado e reduzido.

Tal como outras empresas no setor das publicações, o Público atravessou um período de crise financeira, no contexto de uma recessão económica que oferece perspectivas limitadas de recuperação no mercado da publicidade. Tendo em conta esta conjuntura, a empresa delineou um plano de redução de custos gerais e custos salariais, com o acordo dos seus colaboradores, de forma a assegurar a sustentabilidade do negócio.

Inovação tecnológica

Para a Optimus, ter uma infraestrutura tecnológica otimizada é um fator crítico de sucesso que ajuda a reduzir potenciais falhas na alavancagem das evoluções técnicas. Verificou-se uma evolução positiva no que respeita às possíveis causas deste risco, relacionadas com o ritmo de introdução das redes móveis 4G baseadas em tecnologia LTE, as questões de compatibilidade de 4G e a necessidade de suportar a utilização crescente de serviços multimédia pelos clientes. Durante 2011, a Optimus avaliou os requisitos técnicos e de mercado referentes aos desafios do 4G e executou, com sucesso, os testes-piloto de tecnologia LTE. A empresa continuou outras ações para tirar maior partido da inovação tecnológica, permitindo mitigar essas possíveis causas de risco.

A Wedo Technologies está certificada em Gestão de Investigação, Desenvolvimento e Inovação (NP 4457:2007). Esta certificação, em conjunto com a sua certificação de Qualidade existente (ISO 9001:2008), ajuda a empresa a continuar a inovar de um modo sustentado e ajuda a mitigar fatores potenciais de risco. Isto significa que o risco da inovação não é significativo para esta subsidiária da Sonaecom. A WeDo Technologies foi um dos primeiros produtores de *software* a investir no mercado de *Revenue Assurance*, e foi o primeiro a fazê-lo para *Business Assurance*.

A Mainroad enfrenta os desafios da inovação tecnológica da computação em nuvem (*cloud computing*). Esta tendência tecnológica é caracterizada por uma adoção crescente da virtualização dos servidores e arquiteturas orientadas para os serviços por parte dos clientes. No lado dos prestadores de serviços, tem de ser feito um esforço de acompanhamento, adaptar infraestruturas e mudar o modelo de operações para um modelo orientado para os serviços.

Um dos riscos mais relevantes associados geralmente à computação em nuvem é a mudança dos centros de dados tradicionais (adaptados para as soluções proprietárias dos clientes) para os centros de dados de serviços de computação em nuvem (mais estandardizados). Neste contexto, a Mainroad continuou a sua abordagem para tratar as questões da computação em nuvem do seguinte modo:

- desenvolvendo as suas três áreas principais de negócio funcionando em complementaridade para alavancar nas oportunidades da computação em nuvem: os serviços de *Data Center* (com dois *data centers*); os serviços de Gestão de Infraestruturas e Aplicações (que incluem serviços de *IT managed/outsourcing*); e os serviços de Soluções (que incluem projetos centrados nos clientes e serviços de segurança / continuidade das TI);
- fornecendo serviços de computação em nuvem por meio de parcerias. A empresa destaca a sua recente parceria com a Fujitsu para o fornecimento de toda a sua gama de serviços de computação em nuvem na forma de infraestrutura como serviço (*IaaS - Infra-structure As A Service*). Os serviços, as ferramentas e os processos inovadores da Fujitsu nesta área permitirão que a Mainroad atinja todos os tipos de atividades, não apenas as maiores, o que lhe permitirá ter uma oferta de soluções multiempresas no seu portefólio.

A computação em nuvem é também apresentada como um fator de risco para a atividade da Bizdirect, uma vez que pode canibalizar o mercado de venda de infraestruturas e reduzir a procura de sistemas por parte dos clientes. Embora parte das receitas da Bizdirect se deva precisamente a vendas de equipamento e *software*, a computação em nuvem é encarada como um desafio positivo para endereçar as necessidades dos clientes. Atualmente, as empresas estão colocadas perante as diferentes etapas da evolução da computação em nuvem e a Bizdirect acompanha-as neste processo. O risco é também gerido pelas relações estratégicas existentes com parceiros, que nos permitem oferecer um portefólio completo de produtos e não limitar a oferta. Salientamos, como exemplo, a parceria com a Microsoft, que permite à Bizdirect comercializar soluções *on-line* dos produtos *Office 365*.

O Público iniciou os preparativos para uma profunda reestruturação das suas edições diárias e de fim de semana, que deverá prosseguir ao longo de 2012, com o objetivo de assegurar uma maior conformidade como os novos hábitos de leitura dos portugueses e com as novas formas de acesso à informação por meio de *smartphones* e *tablets*. O jornal inovou também na edição em papel, uma vez que é agora impresso numa impressora rotativa comercial. Este novo sistema de impressão beneficia os leitores, proporcionando-lhes uma experiência de leitura otimizada, e os anunciantes viram também a qualidade dos seus anúncios ser melhorada.

Concorrência

A Optimus tem sido um agente ativo na transformação do mercado de telecomunicações português. É, atualmente, o operador integrado melhor posicionado para atuar como uma verdadeira alternativa ao operador incumbente. Neste contexto, a Optimus está exposta a riscos de concorrência de outros intervenientes no seu ambiente de negócio.

No que respeita às empresas de SSI, a WeDo Technologies é a empresa que poderá estar mais exposta à concorrência internacional. Contudo, este risco não é significativo, dado que a WeDo Technologies é líder mundial no mercado de *Revenue Assurance* em telecomunicações (fonte: *Revenue Assurance and Cost Management Global CSP Setor Assessment – Stratecast* – maio de 2010).

Portefólio do negócio

Na WeDo Technologies, um dos principais objetivos tem sido a expansão e a internacionalização do negócio. Isto poderia ter sido afetado adversamente, se a empresa tivesse continuado com uma só linha de produtos, centrada num setor de negócio. Este risco está a ser diminuído, porque a empresa continuou a consolidar a sua presença global fora de Portugal, durante vários anos, e identificou novos setores-alvo de negócio, desde 2009. Alargou também o seu portefólio de produtos, expandindo a sua área de atuação da *Revenue Assurance* e Gestão de Fraude para a *Business Assurance*.

Em 2011, a Bizdirect prosseguiu a estratégia de aumento e diversificação do seu portefólio concentrando-se em três eixos: internacionalização, relações com os clientes e diferenciação.

A Saphety reestruturou o seu portefólio de serviços em 2011. O objetivo foi mitigar o risco da informação acerca da sua oferta não estar completamente clara para os clientes atuais e potenciais, e consolidar a sua oferta, permitindo responder à necessidade de cobertura da cadeia de valor identificada no mercado. O portefólio está agora dividido em três tipos de soluções que podem funcionar de forma integrada e em regime de *Software as a Service*: SaphetyGov, SaphetyBuy e SaphetyDoc.

Para reduzir o risco de dependência do mercado nacional, a Saphety continuou também a internacionalizar-se.

A Mainroad continuou também a alargar o seu portefólio de clientes internacionais ao longo de 2011, através do crescimento de serviços e projetos, com foco nos mercados de Angola e Brasil, para além da base de clientes já existente em Espanha.

Interrupção de Negócio e Perdas Catastróficas (Gestão da Continuidade de Negócio)

Uma vez que o negócio da Sonaecom (Telecomunicações, SSI e *Media*) assenta sobretudo na utilização de tecnologia, as potenciais falhas dos recursos técnico-operacionais (infraestruturas de rede, aplicações dos sistemas de informação, servidores, etc.) podem causar um risco significativo de interrupção do negócio, se não forem bem geridas. Este fato pode acarretar outros riscos para a empresa, tais como impactos adversos na reputação, na marca, na integridade das receitas, na satisfação dos clientes e na qualidade do serviço, que podem levar à perda de clientes (*churn*). No setor das telecomunicações, a interrupção de negócio e outros riscos associados podem ser agravados porque os serviços são em tempo real (voz, dados/Internet e TV), e os clientes têm tipicamente uma baixa tolerância a interrupções. Da mesma forma, no setor das TI, as empresas de SSI enfrentam riscos adicionais relacionados com a resistência das infraestruturas dos centros de dados e com a gestão e os procedimentos operacionais das mesmas, a disponibilidade de plataformas de *software* que apoiam processos de clientes-chave, etc.

Para identificar este conjunto específico de riscos, e para implementar ações de prevenção e mitigação que garantam a continuidade de operações e serviços críticos, a Sonaecom tem adotado, ao longo de vários anos, o programa Gestão da Continuidade do Negócio (BCM – *Business Continuity Management*). Este programa é patrocinado por um membro da Comissão Executiva da Sonaecom (CEO da Optimus), é coordenado pela função central de Gestão do Risco, e tem um grupo de trabalho permanente com representantes operacionais e de gestão das unidades de negócio relevantes.

Durante 2011, a Sonaecom continuou a melhorar as atividades de implementação e manutenção dos processos BCM, através de algumas ações onde se incluem as que se descrevem seguidamente.

- Revisão do BCM Focus, para refletir a evolução do portefólio de serviços da Optimus e atividades críticas atualizadas.
- Atualizações periódicas do Plano de Gestão de Crises, que se aplica a cenários de falhas técnico-operacionais na unidade de telecomunicações, incluindo procedimentos adicionais para gestão da comunicação em crise com os clientes.
- Início da implementação de um sistema de suporte à informação, aos procedimentos e aos planos de, com o objetivo de assegurar uma

manutenção mais eficiente e um ciclo de vida BCM sustentável para a organização.

- Implementação de estratégias de resistência complementares para algumas plataformas críticas da rede de telecomunicações, incluindo, por exemplo, aquelas que suportam os serviços multimédia IP.
- Atualização da solução existente de *disaster recovery* de TI/SI, visando a alta disponibilidade de aplicações e a replicação geográfica de dados para um conjunto de sistemas críticos de negócio.
- Melhorias na robustez dos sistemas técnicos e das infraestruturas de acesso aos *contact centres* que suportam as atividades de atendimento do Cliente da Optimus.
- Coordenação com entidades oficiais externas para cenários de catástrofe, proteção de infraestruturas críticas e comunicação em crises, incluindo colaboração na atualização e na simulação de Planos de Proteção Civil.
- Participação em *workshops* e contribuição com comentários sobre os regulamentos relacionados com a Segurança das Comunicações, promovidos pela entidade reguladora nacional (ICP – Anacom) e europeia (ENISA), envolvendo os grandes operadores de comunicações em Portugal.
- Revisão de condições específicas da apólice de património da Sonaecom, através da indexação das franquias e dos capitais dos seguros aos locais de risco, permitindo assim uma maior cobertura dos riscos catastróficos, danos físicos e roubo em instalações de pequeno porte tais como as lojas Optimus.
- Obtenção do prémio do melhor *Managed Services Data Centre in Europe* pela Mainroad. Tratou-se da terceira vez que a Mainroad foi galardoada nos *Data Centers in Europe Awards*, depois dos segundos lugares obtidos nas categorias *Data Centers Risk Mitigator*, em 2009, e *Disaster Recovery Provider*, em 2008. Estes prémios provam a capacidade da empresa para manter uma operação resistente nos centros de dados que servem as empresas Sonaecom e os clientes externos.

Disponibilidade, Integridade e Confidencialidade (Segurança da Informação)

Gestão da Segurança da Informação (Telecomunicações, SSI e Media)

Tendo presente que a Sonaecom é sobretudo uma empresa de Tecnologia, Media e Telecomunicações (TMT), todas as suas empresas subsidiárias utilizam intensivamente a tecnologia e a informação, que estão tipicamente sujeitas a riscos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e privacidade. Deste modo, durante 2010, a Sonaecom decidiu aumentar o seu compromisso com a gestão desses riscos criando o Comité de Segurança da Informação (Comité GRC – *Governance Risk and Compliance*). Este grupo funciona como um mecanismo adicional de gestão e supervisão de risco, que acresce aos mecanismos de controlo existentes em cada unidade de negócio da Sonaecom.

O Comité GRC é um grupo de trabalho mandatado pela Comissão Executiva, patrocinado pelo CIO e coordenado pela função central de Gestão do Risco, e tem representantes das áreas de negócio que estão mais associadas à gestão dos ativos de informação e aos temas de segurança. O Comité tem o nível mais elevado de decisão em assuntos de Segurança de Informação, toma decisões sobre políticas ao nível da Sonaecom e sugere recomendações. As principais responsabilidades do Comité são: a manutenção e o desenvolvimento da Política de Segurança da Informação e respetiva Carta de Segurança, Normas e Procedimentos relacionados; a supervisão da política de segurança através de avaliações de risco, de avaliações de conformidade e de KPIs; e a promoção da sensibilização para a segurança através da formação e comunicação.

O Comité GRC desenvolve, propõe e coordena um plano de ação anual de gestão de risco.

A sensibilização é um fator-chave de sucesso para a promoção de uma cultura forte de Segurança da Informação entre os colaboradores, parceiros e os principais *stakeholders*. Além de se tratar de uma questão tecnológica, a segurança deverá ser considerada, também, uma questão cultural e comportamental. Assim, a Sonaecom desenvolveu diversas iniciativas de sensibilização e responsabilização ao longo dos últimos anos. Estas iniciativas continuaram a decorrer em 2011. Destacam-se as que de seguida se listam.

- Um plano de comunicação anual sobre segurança, baseado em campanhas de sensibilização para os temas considerados mais relevantes em cada ano. Estas campanhas são também construídas em ferramentas interativas e multimédia.
- Publicação da política de Segurança da Informação na *intranet* da empresa, acessível a todos os colaboradores a partir da página inicial. Além disto, a *intranet* compreende ainda um espaço dedicado a questões de confidencialidade, incluindo: explicação da definição e do âmbito dos dados pessoais de clientes e colaboradores em empresas de telecomunicações; orientações comportamentais, legislação relevante, e perguntas e respostas frequentes (FAQ) relacionadas com este tema.
- O programa de acolhimento para os novos colaboradores inclui tópicos sobre os temas de segurança da informação e dos dados pessoais.
- Cláusulas sobre a proteção de dados pessoais nos termos dos contratos com colaboradores e os parceiros de negócio. Todos os colaboradores estão obrigados aos deveres de confidencialidade, sigilo e proteção de dados pessoais, não sendo permitida a divulgação a terceiros de dados a que tenham acesso no âmbito da realização do seu trabalho, como resultado das suas funções na empresa. Estas obrigações e estes deveres mantêm-se em vigor, mesmo depois do fim da relação laboral entre a empresa e o colaborador. Os nossos parceiros de negócio têm as mesmas obrigações de confidencialidade e, por sua vez, estas obrigações são também aplicáveis aos colaboradores destes.

Informação de Cliente e Segurança (Telecomunicações)

Na Optimus, uma empresa orientada para o Cliente, tem sido colocado um maior esforço nas questões de segurança, na perspetiva do Cliente. A evolução das funcionalidades dos serviços de telecomunicações e a capacidade das mesmas para suportar o fluxo de informação do Cliente aumentaram os riscos de segurança, nas suas facetas técnica e de comportamento do Cliente. Durante 2011, desenvolvemos várias ações de controlo relativas à segurança dos serviços de telecomunicações.

- Identificação, análise e prevenção de *malware* móvel e de ameaças de aplicações maliciosas, com vista a proteger a Optimus e respetivos clientes contra ataques. A Optimus selecionou uma solução global de segurança para a integração com telemóveis / *smartphones*, para proteger os clientes contra vírus, *spyware*, *trojans*, *worms*, *malicious browsing* e roubo.
- Atualização do Programa de Sensibilização e Educação de Clientes nos *websites* da Sonaecom e da Optimus, para criar consciência sobre os riscos comuns e aconselhar os clientes sobre as melhores práticas de antifraude e de segurança a realizar quando utilizam serviços de telecomunicações.
- Desenvolvimentos adicionais no projeto *e-Privacy* para mitigar e proteger o acesso às informações confidenciais dos clientes nos sistemas operacionais de suporte ao negócio.
- Cooperação com o setor bancário nacional através da APB (Associação Portuguesa de Bancos) no desenvolvimento e na implementação de ações de segurança contra fraudes de *homebanking*.
- Execução de avaliações de risco de fraude e de segurança do serviço para os novos produtos, os novos serviços e as novas tecnologias da Optimus, de forma a assegurar a proteção da empresa e do Cliente.
- Participação no *GSM MoU Association Security Group* para estudar as melhores práticas e para propor medidas técnicas de segurança rentáveis, para combater a fraude nas telecomunicações e para prevenir quebras de segurança ao nível das plataformas de suporte aos serviços e ao nível da rede.

Falha de Produto-Serviço (Responsabilidade Civil Profissional)

Considerando que as empresas da Sonaecom são orientadas para o Cliente, damos especial atenção ao impacto que as potenciais falhas dos nossos produtos ou serviços podem ter nos nossos clientes, nomeadamente no que respeita a questões de responsabilidade civil. Estas são intrínsecas ao negócio, e estão normalmente relacionadas com acidentes, atos involuntários, erros ou omissões de colaboradores ou subcontratados. Os eventos de risco podem ser físicos (por exemplo, danos em equipamentos ou instalações) ou não-físicos (por exemplo, erro numa instalação de *software*). Ambos os eventos são relevantes para empresas como as subsidiárias da Sonaecom, que fornecem, sobretudo, serviços baseados em tecnologia e informação. Como a responsabilidade deriva da relação contratual com os clientes, podem surgir questões de responsabilidade civil profissional no caso de falha do serviço.

A estratégia de gestão do risco selecionada pela Sonaecom para este tipo de risco consistiu, além da implementação de controlos internos, na transferência do risco através seguradoras. Neste contexto, durante 2011, continuámos a manter e a melhorar as ações levadas a cabo em anos anteriores relacionadas com os seguros de responsabilidade civil profissional.

- implementação de melhorias em alguns controlos internos, para diminuir, adicionalmente, as causas do risco.
- renovação do seguro de responsabilidade civil profissional existente que incorpora um âmbito alargado de coberturas e é adaptado às realidades de negócio que as empresas da Sonaecom enfrentam.
- subscrição do seguro de responsabilidade profissional para as empresas estrangeiras da WeDo Technologies, melhorando a cobertura em certas localizações mundiais onde a nossa apólice geral de seguros não se aplica devido a restrições legais.

Garantia de Receitas e Custos (*Business Assurance* de Telecomunicações)

Os negócios de telecomunicações estão sujeitos aos riscos operacionais inerentes relacionados com a garantia e a monitorização das receitas de clientes. Ao longo de 2011, continuámos a melhorar os nossos controlos do risco, com os objetivos-chave de seguida descritos.

- Detetar quaisquer perdas de registos entre a utilização do equipamento terminal pelo Cliente e a faturação.
- Mitigar perdas na qualidade de serviço ou deterioração causadas por quebras de integridade.
- Prevenir perdas de receitas que possam surgir da implementação de novos produtos e serviços.

Esta monitorização é suportada pelo sistema RAID, uma aplicação líder desenvolvida pela WeDo Technologies. Esta plataforma já está preparada para incluir as nossas ofertas convergentes de fixo-móvel. Ao longo de 2012, o âmbito de monitorização será alargado, de forma a incluir as ofertas de serviços LTE.

O *Business Assurance* continuou a ampliar os respetivos controlos para atividades de garantia de custos. Além de controlarmos a alocação eficiente de recursos técnicos na rede, já introduzido em anos anteriores, introduzimos, em 2011, o controlo sobre o equipamento fixo relacionado com o IPTV.

Em 2011, introduzimos também um processo concebido para promover e monitorizar a descontinuação de produtos e serviços obsoletos. Este processo envolve a realização de fóruns internos com as unidades de negócio da Optimus, duas vezes por ano.

Fraude (Gestão de fraude de telecomunicações)

A fraude de clientes ou terceiros é um risco comum no setor das telecomunicações. Os praticantes de fraudes podem tirar partido das potenciais vulnerabilidades do processo, do serviço ou da rede. Considerando esta realidade, a Optimus tem, desde há muito, uma equipa dedicada à Gestão de Fraude. Durante 2011, a empresa manteve e continuou a desenvolver novas ações de controlo, como as que se apresentam de seguida.

- Foco contínuo na mitigação e no controlo do IRSF (*International Revenue Share Fraud*), um dos principais tipos de fraude que afetam os operadores de telecomunicações em todo o mundo. Foram adotadas várias medidas de prevenção e controlo, tais como: bloqueio de destinos de risco específicos; alteração de funcionalidades do serviço para melhor proteger os clientes; revisão dos planos de preços de retalho.
- Criação, em conjunto com a TMN e a Vodafone, de uma metodologia comum e normalizada para classificar e avaliar a fraude de telecomunicações ao nível nacional, para melhorar os procedimentos de cooperação e de mitigação.
- Melhoria da monitorização e da deteção de fraudes através da expansão do sistema *Near Real Time Roaming Data Exchange* (NRTRDE) para outros operadores de rede, e a implementação de novos controlos para Clientes Pré-pagos, Pós-pagos e Roamers IN and OUT.
- Participação no Fórum *GSM MoU Association Fraud* para partilhar experiências, estudar os tipos de fraudes mais comuns cometidas contra as empresas de telecomunicações e encorajar a coordenação mundial para as ações da mitigação e de deteção contra esses crimes. A Optimus promoveu e contribuiu para a criação da base de dados *GSMA Hot B Number*, uma lista de risco dos destinos internacionais mais comuns utilizados na fraude de telecomunicações.
- Preparação do fórum sobre fraude da *GSMA MoU Association* em Lisboa, em maio de 2011. A reunião foi organizada pela WeDo Technologies e envolveu mais de 100 operadores de telecomunicações de todo o mundo, que se juntaram para discutir tendências de fraude e processos de mitigação.
- Finalização do desenvolvimento e lançamento na Optimus de um novo sistema de gestão de fraude (FMS), o RAID FMS, fornecido pela WeDo Technologies.

Riscos financeiros

De acordo com o BRM da Sonaecom, os riscos financeiros estão relacionados sobretudo com a categoria de risco financeiro e, em parte, com a categoria de risco no Ambiente de Negócio.

Nesta secção, a Sonaecom reconhece que, tal como sucede com outras empresas cotadas com atividades semelhantes, está potencialmente exposta a riscos relacionados com os processos de *reporting* financeiro e de contabilidade. Estamos também potencialmente expostos a um conjunto variado de outros riscos financeiros, tais como o risco de mercado (especialmente, riscos relacionados com a taxa de câmbio e com a taxa de juro), risco de liquidez e de crédito. A atitude da Sonaecom em relação à gestão de riscos financeiros é conservadora e prudente, e estes princípios foram seguidos durante 2011.

Os papéis e as responsabilidades relacionadas com os riscos financeiros são normalmente atribuídos da forma de seguida descrita.

- O departamento Financeiro e de Contabilidade gere e controla os riscos; e articula, de acordo com o necessário, com todas as outras áreas de negócio e de suporte que contribuem para controlar riscos financeiros.
- O CF supervisiona e aprova a divulgação de informação financeira sob a sua responsabilidade; supervisiona o trabalho efetuado pelo Auditor Externo nas demonstrações financeiras da empresa; e emite um relatório anual sobre o seu trabalho de fiscalização, bem como uma opinião sobre o relatório do Conselho de Administração, demonstrações financeiras consolidadas e individuais.
- A CAF revê as demonstrações financeiras que devem ser divulgadas e reporta as suas conclusões ao Conselho de Administração; monitoriza exposições financeiras significativas; monitoriza as principais áreas de julgamento em assuntos financeiros e de contabilidade; supervisiona a conformidade com as normas contabilísticas; e supervisiona a conformidade com os requisitos e regulamentos estatutários e legais, em especial no domínio financeiro.
- A Auditoria Interna avalia a exposição ao risco; verifica a eficácia da gestão do risco e dos controlos internos; e propõe medidas para melhorar os controlos.
- O Auditor Externo verifica se os principais elementos dos sistemas de controlo interno e gestão de risco implementados na empresa relativamente ao processo de divulgação de informação financeira são apresentados e divulgados na informação anual sobre o Governo das Sociedades e emite uma certificação legal das contas e Relatório de Auditoria, no qual

atesta se aquele relatório divulgado sobre a estrutura e as práticas de governo societário inclui os elementos referidos no artigo 245-A do Código dos Valores Mobiliários.

Contabilidade e Reporting Financeiro (Sistema de Controlo de Riscos Financeiros)

O Conselho de Administração da Sonaecom está empenhado em manter um ambiente de controlo interno eficaz, especialmente no processo de *reporting* financeiro. Procura identificar e melhorar os processos mais relevantes respeitantes à preparação e divulgação de informação financeira, com o objetivo da transparência, da consistência, da simplicidade e da materialidade. O objetivo do sistema de controlo interno é de assegurar uma garantia razoável em relação à preparação de demonstrações financeiras, de acordo com os princípios contabilísticos adotados e a qualidade do *reporting* financeiro.

O sistema de controlo interno para a contabilidade e preparação das demonstrações financeiras inclui os controlos-chave de seguida indicados.

- O processo de divulgação de informação financeira está formalizado, os riscos e controlos associados estão identificados, sendo devidamente estabelecidos e aprovados os critérios para a preparação e divulgação dos mesmos, que são revistos periodicamente.
- Existem três principais tipos de controlos: controlos de alto nível (controlos ao nível da entidade), controlos dos sistemas de informação (controlos ao nível de TI) e controlos processuais (controlos ao nível de processos). Incluem um conjunto de procedimentos relacionados com a execução, supervisão, monitorização e melhoria de processos, com o objetivo de preparar o relato financeiro da empresa.
- A utilização de princípios contabilísticos, que são explicados ao longo das notas às demonstrações financeiras (consultar a secção 6.2, nota 1), constitui um dos pilares fundamentais do sistema de controlo.
- Os planos, os procedimentos e os registos do Grupo permitem uma garantia razoável que as transações são executadas apenas com uma autorização geral ou específica da gestão, e que essas transações são registadas para permitir que as demonstrações financeiras cumpram os princípios contabilísticos geralmente aceites. Assegura, também, que a empresa mantém um registo atualizado de ativos, que o acesso a esses ativos depende de uma autorização da gestão, e que o registo dos ativos é verificado face aos ativos existentes, sendo adotadas as medidas apropriadas sempre que ocorrem diferenças.
- Durante o processo de preparação e revisão da informação financeira, é estabelecido

previamente um cronograma e partilhado com as diferentes áreas envolvidas, e todos os documentos são revistos pormenorizadamente. Isto inclui a revisão dos princípios utilizados, a verificação da precisão da informação produzida e a consistência com os princípios e as políticas definidas e utilizadas em períodos anteriores.

- As demonstrações financeiras do Grupo são preparadas e analisadas pelo departamento Financeiro e de Contabilidade, sob a supervisão da Comissão Executiva do Grupo. O Relatório de Gestão e o Relatório de Governo da Sociedade são preparados pelo departamento de Relação com Investidores, com a contribuição e revisão adicional das várias áreas de negócio e de suporte, com o apoio e fiscalização do Diretor de Governo da Sociedade e do departamento Jurídico e de Regulação. O conjunto de documentos que constituem o relatório anual é enviado para revisão e aprovação do Conselho de Administração da Sonaecom. Depois da aprovação, os documentos são enviados para o Auditor Externo, que emite a respetiva certificação legal de contas e o Relatório de Auditoria Externa. Estes documentos são enviados, em conjunto com o Relatório Anual, para serem revistos pelo Conselho Fiscal, que aprova os documentos e emite o Relatório e o parecer do Conselho Fiscal.

Entre as **causas de risco** que podem afetar materialmente o *reporting* contabilístico e financeiro, evidenciamos as que de seguida se listam.

- Estimativas contabilísticas e provisões
As estimativas contabilísticas mais significativas são descritas nas notas às demonstrações financeiras (ver secção 6.2, nota 1.aa). As estimativas foram baseadas na melhor informação disponível durante a preparação das demonstrações financeiras, e no melhor conhecimento e na melhor experiência de eventos passados ou presentes.
- Saldos e transações com partes relacionadas
Os saldos e as transações mais significativos com partes relacionadas são divulgados nas notas das demonstrações financeiras (consultar a secção 6.2, nota 35). Apresentamos como anexo ao relatório uma lista de todas as partes relacionadas com o Grupo Sonaecom. Estas estão associadas sobretudo a atividades operacionais do Grupo, bem como à concessão e obtenção de empréstimos, efetuados a preços de mercado.

Poder-se-á consultar informação mais específica sobre como estas e outras causas de risco foram mitigadas, ao longo das notas às demonstrações financeiras (consultar a secção 6.2, nota 1.ab).

A Sonaecom adopta várias ações relacionadas com a melhoria contínua do Sistema de Controlo de Riscos Financeiros, incluindo as que de seguida se indicam.

- Melhoria da documentação sobre controlos
No seguimento das ações de 2010, a Sonaecom continuou, durante 2011, a melhorar a documentação e a sistematização dos riscos e o sistema de controlo interno relacionado com a preparação da informação financeira. Esta ação inclui a identificação do risco / das causas (risco inicial), a identificação dos processos com maior materialidade, a documentação de controlos e a análise final (risco residual), após a implementação de potenciais melhorias nos controlos.
- Análise de conformidade
O departamento de Relação com Investidores, em cooperação com o Departamento Financeiro e de Contabilidade, o departamento Jurídico e de Regulação, o departamento de Auditoria Interna e Gestão de Risco e, se necessário, outros departamentos, coordena uma análise periódica da conformidade com os requisitos legais e regulamentos relativamente aos processos de governo subjacentes e informação financeira correspondente, que são comunicados no Relatório de Gestão e no Relatório de Governo da Sociedade.

Moeda

O Grupo opera internacionalmente e tem subsidiárias que operam no Brasil, no Reino Unido, na Polónia, na Irlanda, em Espanha, nos Estados Unidos da América, no México, no Chile, no Panamá, na Austrália, no Egito, em Singapura e na Malásia (delegação). As subsidiárias têm colaboradores locais e operam em moeda local. A exposição do Grupo ao risco da taxa de câmbio provém, sobretudo, do fato de algumas das suas subsidiárias reportarem em moedas que não o euro, sendo imaterial o risco associado às atividades operacionais.

A gestão do risco de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e das transações efetuados em moeda estrangeira. Sempre que possível, a empresa utiliza coberturas naturais para gerir a exposição ou instrumentos financeiros derivados para cobertura. Nas notas às demonstrações financeiras (consultar a secção 6.2, nota 1.ab), é apresentada informação adicional sobre o modo como este risco é gerido e controlado, incluindo um resumo da exposição do Grupo ao risco da taxa de câmbio e da sua sensibilidade a alterações nas taxas de câmbio.

Taxa de juro

A dívida total da Sonaecom está indexada a taxas variáveis, expondo o custo total da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados da empresa ou nos fundos dos seus acionistas é mitigado pelo efeito dos seguintes fatores: (i) nível relativamente baixo da alavancagem financeira; (ii) possibilidade de utilizar instrumentos derivados que cobrem o risco da taxa de juro, tal como é mencionado abaixo; (iii) durante os períodos de não-recessão, a possível correlação entre o nível das taxas de juro do mercado e o crescimento económico, tendo este um efeito positivo noutras linhas dos resultados da empresa e, deste modo, compensando parcialmente os custos financeiros acrescidos ("cobertura natural"); e (iv) a existência de liquidez individual ou consolidada que também é remunerada a taxas de juro variáveis. A empresa utiliza apenas derivados ou transações semelhantes para efeitos de cobertura dos riscos da taxa de juro considerados significativos, nomeadamente *swaps* de taxa de juros e outros derivados. As contrapartes dos instrumentos de cobertura derivados estão limitadas às instituições financeiras de elevada qualidade creditícia. O Conselho de Administração da Sonaecom aprova

os termos e as condições de financiamento com impacto significativo na empresa, com base na análise da estrutura da dívida, dos riscos e das diferentes opções do mercado, particularmente o tipo da taxa de juro (fixa / variável). Ao abrigo da política definida acima, a Comissão Executiva é responsável pela decisão sobre os contratos ocasionais de cobertura da taxa de juro, através da monitorização das condições e das alternativas existentes no mercado. Nas notas às demonstrações financeiras (consultar a secção 6.2, nota 1.ab) é apresentada informação adicional sobre o modo como o risco é gerido e controlado, incluindo a análise de sensibilidade do risco da taxa de juro (consulte a nota 20).

Liquidez

A existência de liquidez na empresa requer a definição de algumas políticas para conseguir uma gestão eficiente e segura da liquidez, permitindo-nos maximizar a rentabilidade e minimizar os custos de oportunidade relacionados com essa liquidez. As políticas subjacentes principais correspondem à variedade de instrumentos permitidos, ao nível máximo de risco aceitável, à quantidade máxima de exposição por contraparte e os períodos máximos para os investimentos. Nas notas às demonstrações financeiras (consultar a secção 6.2, nota 1.ab) é apresentada informação adicional sobre o modo como o risco é gerido e controlado.

Crédito

A exposição da empresa ao risco de crédito é associada principalmente com as contas a receber relacionadas com atividades operacionais correntes. O risco de crédito associado às operações financeiras é mitigado pelo fato de o Grupo, em relação aos operadores de telecomunicações, negociar apenas com entidades com qualidade elevada de crédito. A gestão deste risco procura garantir que os valores em dívida são efetivamente cobrados dentro dos períodos negociados sem afetar a saúde financeira da empresa. Para ajudar a mitigar este risco, o Grupo utiliza agências de avaliação de crédito, subscreve seguros de crédito e tem departamentos específicos para Controlo de Crédito, Cobranças e Gestão de Contencioso.

O Grupo também subscreve seguros de crédito, para dar conta dos riscos de crédito relacionados com outros operadores de telecomunicações na Optimus e com agências de publicidade no Público. O Grupo iniciou a avaliação da exequibilidade da subscrição de seguros de crédito por parte das empresas da SSI.

Disponibilidade de capital

A Sonaecom está naturalmente exposta ao ambiente económico adverso atual, bem como às restrições que os bancos, especialmente os bancos portugueses, estão a aplicar, na generalidade, à concessão de empréstimos, devido ao impacto da crise económica e financeira na capacidade de emprestar e nos requisitos de capital dos mesmos. Este ambiente financeiro é desfavorável, sobretudo numa altura em que os operadores de telecomunicações serão obrigados a realizar investimentos significativos, como é o caso, por exemplo, da tecnologia LTE que exige a aquisição de espectro adicional e a implementação de uma nova rede de acesso.

Neste contexto adverso, ao longo de 2011, o Grupo foi bem sucedido na obtenção de financiamentos adicionais, incluindo a emissão, no fim do terceiro trimestre, de um novo empréstimo obrigacionista subscrito por bancos internacionais.

Com esta transação, a Sonaecom assegurou uma maior diversificação das fontes de financiamento, aumentou a maturidade média da dívida e antecipou fundos necessários para cumprir as necessidades de refinanciamento previstas para 2012. Para mais pormenores acerca da nossa dívida e estrutura de capital, ver o capítulo 6.2, nota 20.

Em 2011, no que respeita ao Capital Circulante, a empresa realizou análises adicionais, bem como várias ações, para o otimizar, designadamente em relação à gestão de stock.

Riscos legais

De acordo com o BRM da Sonaecom, os riscos legais estão relacionados com a categoria de riscos da Envolvente do Negócio. Para monitorizar as causas dos riscos reais e potenciais, bem como para assegurar o cumprimento do enquadramento legal e regulatório vigente, a Sonaecom tem uma equipa dedicada, que inclui o departamento Jurídico e de Regulação, o qual acompanha de muito perto as questões legais e regulatórias. Apesar disto, não podemos excluir totalmente o risco de possíveis processos de infração contra as empresas da Sonaecom devido a diferentes visões sobre o significado prático do enquadramento legal e regulatório. A Sonaecom também colabora com as autoridades com vista à definição do enquadramento legal e regulatório que, de acordo com o nosso ponto de vista, promove o desenvolvimento do setor das comunicações em Portugal. Essa colaboração pode ser proativa ou através do envio de comentários às consultas públicas que são lançadas.

Legal e regulatório

No *portefólio* de negócio da Sonaecom, as questões regulatórias são mais relevantes na unidade de telecomunicações, sujeita a regras específicas, definidas sobretudo pelo regulador do setor, ICP – Anacom, de acordo com o quadro regulamentar definido a nível europeu.

As decisões do regulador podem ter um grande impacto no desenvolvimento da atividade da Optimus, incluindo as relacionadas com: condições de atribuição de espectro, tarifas de terminação móvel, enquadramento regulatório das redes de nova geração (RNG), onde devem ser definidas as condições de acesso a RNG de terceiros, condições da oferta grossista (nomeadamente, acesso a condutas, linhas alugadas e acesso à desagregação do lacete local) e financiamento do serviço universal. Tal como já foi mencionado, a ICP – Anacom é responsável pela definição de condições de atribuição do espectro. Isto foi especialmente relevante para as atividades da Optimus, dado que o regulador promoveu a atribuição do espectro durante 2011.

Existem também outras questões que afetam a atividade da empresa. Estas questões são decididas diretamente pelo Governo, embora seja assistido pelo ICP – Anacom, e incluem a designação do fornecedor de serviços universal, as taxas reguladoras (espectro, numeração, atividade regulatória) ou outras taxas a impor aos prestadores de serviços de comunicações e regras de proteção dos consumidores.

Adicionalmente, a Sonaecom tem também de cumprir as regras definidas ao nível Europeu, que têm um efeito direto em Portugal, enquanto Estado-Membro da União Europeia, tais como a regulação de serviços de *roaming*, que limita as condições de fornecimento dos serviços de *roaming* ao nível de grossista e retalhista.

Além das regras específicas relacionadas com o setor das telecomunicações, a Sonaecom está também sujeita a legislação horizontal, incluindo a lei da concorrência.

As empresas da SSI da Sonaecom enfrentam um risco adicional relacionado com o processo de internacionalização. Este risco tem sido gerido desde há muitos anos pela WeDo Technologies e está a tornar-se cada vez mais importante para a Mainroad, a Saphety e a Bizdirect. A questão emerge porque estas empresas estão presentes em vários países do mundo, o que envolve riscos específicos relacionados com as grandes diferenças dos quadros legais, sendo necessário um esforço adicional para compreender plenamente e respeitar os mesmos.

c) Políticas de gestão de risco sobre Ética e Transparência

A última parte desta secção abrange as políticas e os processos da Sonaecom para a gestão de riscos associados à Ética e Transparência. Estes estão relacionados com três áreas geralmente consideradas sensíveis ao risco, que recebem especial atenção por parte dos acionistas e de outras partes interessadas: Conflitos de Interesse, Práticas de Remuneração e Comunicação de Irregularidades. A Sonaecom considera que, tendo em conta a estrutura de governo da sociedade, as políticas e os processos implementados, estas áreas envolvem níveis de risco inferiores quando comparadas, por exemplo, com alguns dos riscos económicos intrínsecos do negócio, já descritos anteriormente nesta secção.

Política de conflitos de interesse

É uma questão de bom governo da sociedade o fato de, em todos os negócios da Sonaecom, a integridade e a reputação não poderem ser comprometidas quando qualquer uma das partes do negócio tem um conflito de interesses, seja ele real, potencial ou inferido, ou é uma terceira parte. Deste modo, estão em vigor processos de controlo interno que nos permitem resolver conflitos de interesse, em vários níveis da organização.

Destinado a **todos os colaboradores**, a Sonaecom adotou um Código de Conduta que inclui as orientações sobre conflitos de interesse de seguida indicados.

- O código aplica-se a todos os colaboradores, incluindo os membros da administração e dos órgãos sociais, bem como aos consultores externos permanentes e ao pessoal de *outsourcing* (também referidos como parceiros de negócio). Sendo um princípio da empresa, todos os colaboradores são encorajados a divulgar potenciais conflitos de interesse à respetiva chefia direta na hierarquia.
- Os colaboradores devem evitar intervir nos processos de tomada de decisões que envolvam, direta ou indiretamente, organizações com as quais colaboram ou colaboraram, ou pessoas com quem estejam ou tenham estado ligados por laços de parentesco ou de amizade. Se for impossível abster-se da intervenção nestes processos, os colaboradores devem informar o respetivo superior hierárquico sobre a existência destas ligações.
- Os colaboradores devem abster-se de participar ou exercer funções em organizações cujas atividades possam ser incompatíveis com o desempenho das respetivas funções na

Sonaecom, ou cujos objetivos possam ser incompatíveis com os da Sonaecom.

- O Código de Conduta, bem como o funcionamento dos processos relacionados com este sob a supervisão da Comissão de Ética, são disponibilizados a todos os colaboradores atuais e novos ou aos parceiros de negócios, são publicados no *website* e na *intranet* da Sonaecom, e são objeto de comunicações periódicas de sensibilização.

Adicionalmente, **ao nível da Administração**, existe um regulamento que rege a "Política e Procedimentos sobre Conflitos de Interesse", aprovado pelo Conselho, determinando o que se indica de seguida.

- O regulamento aplica-se a todos os Administradores, incluindo todos os membros do Conselho de Administração, bem como a outros Gestores Executivos Sêniores que participem regularmente nas reuniões do Conselho, nas reuniões da Comissão Executiva ou em quaisquer Comissões do Conselho.
- Um Administrador, ou entidades nas quais um Administrador tenha interesse ou influência significativos, que entre ou proponha entrar em transação com a Empresa deve efetuar imediatamente uma revelação completa desse fato.
- Estes conflitos serão comunicados ao Conselho de Administração, normalmente através da CAF. O Conselho de Administração, sob aconselhamento da CAF, pode aprovar a transação ou solicitar que sejam tomados passos adicionais predefinidos, se necessário e razoável, para eliminar quaisquer conflitos de interesse.
- O Secretário do Conselho de Administração manterá, para todos os Administradores, um registo relativo a cargos de administração exteriores significativos e relevantes e outras funções ou atividades relevantes (supervisionado pela CNR). Manterá, igualmente, um registo de todas as participações acionistas detidas (fiscalizado pela CAF). Os Administradores reconfirmarão, pelo menos uma vez por ano e por escrito, o conteúdo do registo.

Ao nível da Empresa, no que se refere às relações com os Acionistas e às transações com partes relacionadas, estipula-se o indicado de seguida.

- Quando efetuam transações com partes relacionadas, as empresas da Sonaecom devem agir de um modo diligente, cuidadoso e organizado, e devem assegurar que as transações são bem documentadas. Os interesses de todas as partes envolvidas devem ser respeitados assegurando que, globalmente, as transações são implementadas numa base de "braço de ferro", respeitando as práticas gerais de Mercado, para que os negócios sejam

realizados como se as partes envolvidas na transação fossem entidades independentes, efetuando transações comparáveis. As transações devem cobrir interesses a longo prazo das partes envolvidas (incluindo o tratamento justo de quaisquer Acionistas minoritários) e devem ter em conta os interesses de outras partes relevantes, tais como colaboradores, clientes e credores, assegurando assim a sustentabilidade das empresas.

- Quando são efetuados negócios de importância significativa com detentores de participações qualificadas ou com entidades que são classificadas como partes relacionadas, estes negócios devem ser sujeitos a opinião preliminar do CF. O CF, ao abrigo dos seus Termos de Referência, obtém do Conselho de Administração, normalmente através da CAF, toda a informação necessária relacionada com o progresso financeiro e operacional da empresa, as alterações ao seu portefólio do negócio, os termos de quaisquer transações sensíveis ou com partes relacionadas que tenham ocorrido, bem como os detalhes das decisões tomadas. Ao abrigo dos Termos de Referência, a CAF dedica especial atenção a transações materiais com partes relacionadas, especialmente quaisquer transações que possam envolver um risco significativo associado aos preços de transferência.
- A informação relevante relativa a Acionistas de referência e a partes relacionadas é divulgada na secção 5.6, incluindo as participações qualificadas da Sonaecom em "Participações Qualificadas" e a existência de outras transações não-operacionais relevantes com partes relacionadas, se existirem, em "Transações relevantes com partes relacionadas".

Política de remuneração

A Sonaecom está empenhada na aplicação das orientações de gestão de risco geralmente recomendadas no que respeita às remunerações.

- A conceção da política de remuneração para todos os responsáveis e colaboradores da empresa deve ter em conta o potencial comportamento de assunção de risco dos mesmos. Dever-se-á dar uma importância suficiente, mas equilibrada, à componente variável, transpondo algum risco da atividade para o risco assumido pelos próprios responsáveis e colaboradores, relacionando a recompensa dos mesmos com o desempenho individual e da empresa.

- Além disto, a remuneração dos membros do Conselho de Administração deve ser estruturada de modo a que os interesses dos mesmos estejam em consonância com o interesse, a longo prazo, da empresa. A remuneração destes deve basear-se numa avaliação independente do respetivo desempenho, e deve ser estruturada para desencorajar a tomada excessiva de riscos.

Poder-se-á obter uma avaliação de risco da política de remuneração da Sonaecom considerando as informações de seguida descritas.

- Os princípios de remuneração aplicados a todos os responsáveis e colaboradores, e a forma como as várias componentes da remuneração contribuem para um ambiente controlado no que respeita ao comportamento de assunção de risco são explicados na secção 5.4 do presente relatório, subjacentes ao tema Política de Remuneração do Grupo e Remuneração dos Órgãos de Administração e Fiscalização.
- O processo de decisão e de aprovação da política de remuneração envolve vários órgãos de governação para assegurar um escrutínio independente, a equidade e a adequada gestão de risco do processo. A CNR tem, em especial, um papel importante na supervisão, devido à função-chave que assume e que consiste na revisão de toda a política de remuneração e compensação, de todas as propostas de remuneração, bem como na supervisão do MTIP.
- Os princípios e as práticas de remuneração que são aplicadas ao Conselho são explicados na secção 5.4, em Remuneração de Administradores. Nesta secção são também pormenorizadas as remunerações individuais. A CNR comunica por escrito ao Conselho, sempre que necessário, e colabora com a Comissão de Vencimentos da Sonaecom para obter a aprovação da mesma, em nome dos Acionistas, da remuneração e outras compensações do Conselho de Administração e de outros Órgãos de Governo.
- Por último, o fato de disponibilizarmos, na secção 5.4 do presente, informações completas sobre a política de remuneração adotada promove a transparência e constitui um fator que contribui para mitigar o risco de práticas de pagamento potencialmente problemáticas.

Política de comunicação de irregularidades

A Sonaecom tem uma política e segue um processo para comunicar alegadas irregularidades efetuadas por responsáveis, colaboradores e parceiros, de acordo com os quais são definidos procedimentos para responder a todas as irregularidades comunicadas.

O CF tem responsabilidades estatutárias neste processo, nomeadamente:

- recebe comunicações de alegadas irregularidades comunicadas em relação à empresa, apresentadas pelos acionistas da empresa, por colaboradores ou por outras partes;
- regista todas as alegadas irregularidades comunicadas, promove a investigação com a devida diligência pelo Conselho de Administração, pela Auditoria Interna e/ou Externa, e reporta as suas conclusões.

A responsabilidade de supervisão deste processo foi delegada na Comissão de Ética da Sonaecom, que tem de:

- avaliar as alegadas irregularidades, considerando a política indicada no Código de Conduta;
- receber, discutir, investigar e avaliar quaisquer alegadas irregularidades que sejam comunicadas e decidir sobre as medidas apropriadas que devem ser adotadas em cada caso comunicado;
- rever e avaliar a eficiência e eficácia do funcionamento da política e do processo de comunicação de irregularidades.

Em relação ao processo de comunicação de irregularidades, qualquer pessoa que pretenda comunicar uma irregularidade que pense ou saiba ter sido cometida por qualquer responsável, colaborador ou parceiro da Sonaecom, deverá fazê-lo através de carta ou *e-mail* dirigido à Comissão de Ética, com a descrição sumária dos fatos. A identidade do divulgador manter-se-á anónima, se tal for explicitamente solicitado.

A queixa será analisada pela Comissão de Ética que, se considerar que existem fundamentos para a existência da irregularidade comunicada, adotará as medidas que considerar apropriadas.

5.7. Outras Informações

Estrutura de Capital

O capital social da Sonaecom está dividido em trezentas e sessenta e seis milhões, duzentas e quarenta e seis mil, oitocentas e sessenta e oito ações ordinárias, escriturais e nominativas, com o valor nominal de um euro cada. Não existem categorias especiais de ações.

Participações Qualificadas

De acordo com o Código de Valores Mobiliários, a Comissão de Mercado de Valores Mobiliários deverá ser notificada de participações equivalentes ou superiores aos limiares de 2%, 5%, 10%, 15%, 20%, 25%, 33,33%, 50%, 66,66% e 90% da totalidade do capital social, devendo o mercado de capitais ser também informado das mesmas. Esta informação também é exigível para participações que se tornem inferiores às percentagens referidas.

Participações Qualificadas da Sonaecom

| Acionista | Número de ações detidas | % detida a 31 dezembro de 2011 |
|----------------|-------------------------|--------------------------------|
| Sonae SGPS | 194.714.119 | 53,17% |
| France Télécom | 73.249.374 | 20,00% |
| BCP S.A. | 12.500.998 | 3,41% |

Os principais Acionistas da Sonaecom continuam a ser a Sonae, um Grupo multinacional português com interesses nos setores de retalho, centros comerciais e seguros, com uma participação total de cerca de 53%, e a France Télécom, um dos maiores operadores mundiais de telecomunicações, com uma participação de 20%.

Em 31 de dezembro de 2011, o *free float* (% de ações não detidas ou controladas pelos Acionistas com participações qualificadas e excluindo as ações próprias) situou-se em aproximadamente 20,95%.

Em 2011, não se verificaram alterações no número de ações emitidas pela Sonaecom.

Acionistas titulares de direitos especiais

Não existem Acionistas que sejam titulares de direitos especiais.

Restrições à transmissibilidade e titularidade de ações

Não existem quaisquer restrições à transmissibilidade e titularidade de ações.

Acordos parassociais do conhecimento da sociedade

A Sonaecom não tem conhecimento de quaisquer acordos parassociais que imponham restrições à transmissibilidade de ações ou direitos de voto da sociedade.

Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade

As alterações aos estatutos da Sonaecom devem ser aprovadas pela Assembleia Geral de Acionistas, que delibera, de acordo com a lei, por maioria de dois terços dos votos.

Mecanismos de controlo para colaboradores com participação no capital social

Não existem mecanismos de controlo relativos à atribuição de ações da sociedade que resultem na restrição do exercício do direito de voto por parte dos colaboradores com participação no capital social da Sonaecom.

Desempenho do título Sonaecom

No final de 2011, as ações da Sonaecom alcançaram o valor de 1,215 euros por ação, 10,0% abaixo da cotação de fecho de 1,350 euros por ação, em 31 de dezembro de 2010. A cotação atingiu um máximo de 1,644 euros por ação, em 12 de maio de 2011, e um mínimo de 1,096 euros, em 23 e 26 de setembro de 2011.

No final de 2011, a capitalização bolsista da Sonaecom era de, aproximadamente, 495 milhões de euros. O volume médio diário de transações registado foi de 353 mil ações, diminuindo 24,2% relativamente a 2010.

É também provável que as ações da Sonaecom tenham sido influenciadas, ao longo do ano, pelas notícias que de seguida se listam:

- 2 de março de 2011: publicação dos resultados consolidados respeitantes ao ano de 2010;
- 26 de abril de 2011: informações sobre as decisões aprovadas na Assembleia Anual de Acionistas, decorrida no mesmo dia;
- 5 de maio de 2011: publicação dos resultados consolidados respeitantes ao primeiro trimestre de 2011;
- 9 de maio de 2011: publicação de anúncio de distribuição de dividendos relativos ao ano de 2010;
- 28 de julho de 2011: publicação dos resultados consolidados respeitantes ao primeiro semestre de 2011;
- 23 de setembro de 2011: emissão de um empréstimo obrigacionista de 100 milhões de euros;
- 3 de novembro de 2011: publicação dos resultados consolidados respeitantes aos primeiros nove meses de 2011;
- 1 de dezembro de 2011: anúncio relativo ao final do leilão de espectro.

Política de distribuição de dividendos

Na reunião da Assembleia Geral Anual, realizada em 26 de abril de 2011, os Acionistas da Sonaecom aprovaram a proposta do Conselho de Administração de distribuir pelos Acionistas, um dividendo de 0,05 euros por ação, aplicando o remanescente do Resultado Líquido apurado no exercício em Reservas Livres.

A proposta de distribuição de dividendos (bem como todas as propostas de aplicação de resultados) é apresentada pelo Conselho de Administração, de acordo com o disposto na Lei e nos estatutos da sociedade, e a deliberação sobre essa proposta é efectuada na Assembleia Geral Anual, tal como descrito nos parágrafos seguintes.

O Conselho de Administração elabora as propostas relativas à distribuição de dividendos com base, entre outras, nas oportunidades de negócio e de investimento, e respetiva rentabilidade, nas necessidades de financiamento da sociedade e nas expectativas dos Acionistas.

Os estatutos da sociedade não contêm cláusulas que possam prejudicar a distribuição de dividendos ou as propostas do Conselho de Administração.

O artigo 33º dos estatutos prevê que "o resultado líquido registado nas demonstrações financeiras, depois de deduzidos os montantes correspondentes às reservas legais, será aplicado tal como determinado pela Assembleia Geral de Acionistas, que pode deliberar quanto à sua distribuição total ou parcial ou quanto à sua aplicação em reservas".

Transações relevantes com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas encontram-se divulgadas na nota 22 do anexo às Demonstrações Financeiras Individuais da Empresa. Para além destas, não se efetuaram transações relevantes durante o ano com os membros dos órgãos de administração e fiscalização, titulares de participações qualificadas ou sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo que possam ser considerados significativos em termos económicos, com exceção do Acordo de Parceria Estratégica assinado com a France Télécom em 9 de junho de 2005 e renovado em 24 de outubro de 2008, assim como um novo acordo assinado por ambas as partes, de 1 de março de 2012.

Relatório do Conselho Fiscal

O relatório anual do Conselho Fiscal é disponibilizado no *website* da Sonaecom.

Relação com Investidores

O Departamento de Relação com Investidores é responsável pela gestão da relação da Sonaecom com a comunidade financeira – investidores atuais e potenciais, analistas e autoridades do mercado – e tem como objetivo o desenvolvimento dos conhecimentos e a compreensão do Grupo Sonaecom através da divulgação de informação relevante, atempada e fidedigna.

O departamento é responsável pela preparação regular de apresentações e comunicações de resultados trimestrais, semestrais e anuais. De igual forma, é também da sua responsabilidade a preparação, sempre que necessário, de comunicados sobre questões relevantes para o mercado que possam de alguma forma influenciar a cotação dos títulos da Sonaecom.

Para melhorar a comunicação com o mercado de capitais e garantir a qualidade da informação divulgada, o Departamento de Relação com Investidores organiza *road-shows* nos centros financeiros mais importantes da Europa, e participa em várias conferências. Por outro lado, um grande número de investidores e analistas têm oportunidade de falar com a equipa de gestão sob a forma de sessões individuais ou áudio conferências.

Qualquer pessoa interessada pode dirigir-se ao Departamento de Relação com Investidores através dos seguintes contactos:

Carlos Alberto Silva
Diretor de Relação com Investidores
Tel: (+351) 93 100 2444
Fax: (+351) 93 100 2229
Email: carlos.alberto.silva@sonae.com
investor.relations@sonae.com
Morada: Rua Henrique Pousão, 432 – 7º Piso
4460-191 Senhora da Hora, Portugal
Website: www.sonae.com

Em 2011, o Departamento de Relação com Investidores participou em 71 sessões individuais ou de grupo e três conferências de telecomunicações e investidores, prestando informações sobre os resultados e perspetivas futuras da Sonaecom a analistas e investidores.

O representante para as relações com o mercado de capitais e Euronext é António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier, que pode ser contactado por telefone ou endereço de e-mail:
Tel: (+351) 93 100 2232
Fax: (+351) 93 100 2229
E-mail: antonio.xavier@sonae.com
investor.relations@sonae.com
Morada: Rua Henrique Pousão, 432 – 7º Piso
4460-191 Senhora da Hora, Portugal

Honorários do ROC

Em 2011, o Grupo Sonaecom pagou, a título de honorários, ao ROC do Grupo, Deloitte, e à sua rede de empresas, os seguintes montantes:

| | | 2011 | | 2010 | |
|---|----------------|-------------|----------------|-------------|--|
| Revisão Legal de Contas | 145.022 | 64% | 232.762 | 81% | |
| Outros serviços de garantia e fiabilidade | 43.637 | 19% | 42.756 | 15% | |
| Serviços de Auditoria | 188.659 | 83% | 275.518 | 95% | |
| Consultoria Fiscal | 19.081 | 8% | 13.283 | 5% | |
| Outra consultoria | 20.000 | 9% | - | - | |
| Total | 227.740 | 100% | 288.801 | 100% | |

A política de Gestão de Risco da Sonaecom, supervisionada pelo Conselho Fiscal em coordenação com a Comissão de Auditoria e Finanças, acompanha e controla os serviços solicitados aos Auditores Externos e rede de empresas, de forma a não ser comprometida a sua independência. Os honorários pagos pelo Grupo Sonaecom ao Grupo Deloitte representam menos de 1% do total da faturação anual da Deloitte, em Portugal. Adicionalmente, todos os anos é preparada uma "Carta de Independência", na qual a Deloitte garante o cumprimento com as orientações internacionais em matéria de independência do auditor.

5.8. Artigos 447º, 448º e participações qualificadas

Ver ponto 4.4 da secção "A nossa gestão".

5.9. Anexo

5.9.1. Habilitações e experiência profissional dos membros do Conselho de Administração

Ver ponto 4.1 da Secção "A nossa gestão".

5.9.2. Ações detidas pelos membros do Conselho de Administração

Ver ponto 4.3 da Secção "A nossa gestão".

5.9.3. Outros cargos desempenhados pelos membros do Conselho de Administração

Ver ponto 4.2 da Secção "A nossa gestão".

5.9.4. Habilitações, experiência profissional e ações detidas pelos membros do Conselho Fiscal

Arlindo Dias Duarte Silva

Habilitações literárias:

Licenciatura em Economia pela Universidade do Porto.

Experiência profissional:

Revisor Oficial de Contas, Fiscal Único e membro do Conselho Fiscal de várias sociedades.

Número de ações da Sonaecom de que é titular:

Não detém quaisquer ações da Sonaecom.

Armando Luís Vieira de Magalhães

Habilitações literárias:

Licenciatura em Economia pela Universidade do Porto. MBA Executivo – European Management pelo IESF/IFG.

Experiência profissional:

Revisor Oficial de Contas em várias sociedades.

Número de ações da Sonaecom de que é titular:

Não detém quaisquer ações da Sonaecom.

Óscar José Alçada da Quinta

Habilitações literárias:

Licenciatura em Economia pela Universidade do Porto.

Experiência profissional:

Membro do Institute of Statutory Auditors, Partner of Óscar Quinta, Canedo da Mota & Pires Fernandes, SROC e membro do Conselho Fiscal de várias sociedades.

Número de ações da Sonaecom de que é titular:

Não detém quaisquer ações da Sonaecom.

Jorge Manuel Felizes Morgado**Habilitações literárias:**

Licenciatura em Economia pela Universidade do Porto.

Experiência profissional:

Revisor Oficial de Contas e Membro do Conselho Fiscal de várias sociedades portuguesas.

Número de ações da Sonaecom de que é titular:

Não detém quaisquer ações da Sonaecom.

5.9.5. Outros cargos desempenhados pelos membros do Conselho Fiscal**Arlindo Dias Duarte Silva****Cargos em sociedades do grupo Sonaecom:**

Não exerce cargos em sociedades do Grupo Sonaecom.

Outros cargos:

- DMJB – Consultadoria de Gestão, S.A.
(ROC)
- Sonae, SGPS, S.A.
(Membro do Conselho Fiscal)
- Sonae Investimentos, SGPS, S.A.
(Membro do Conselho Fiscal)
- Rochinvest – Investimentos Imobiliários e Turísticos, S.A.
(Membro do Conselho Fiscal)

Cargos em associações de solidariedade social:

- ALADI – Associação Lavrense de Apoio ao Diminuído Intelectual
(Membro do Conselho Fiscal)
- Centro Social e Paroquial Padre Ângelo Ferreira Pinto
(Membro do Conselho Fiscal)
- Associação Cultural do Senhor do Padrão
(Membro do Conselho Fiscal)
- Liga dos Amigos do Hospital Pedro Hispano
(Membro do Conselho Fiscal)

Armando Luís Vieira de Magalhães**Cargos em sociedades do grupo Sonaecom:**

Não exerce cargos em sociedades do Grupo Sonaecom.

Outros cargos:

- Sonae Capital, SGPS, S.A.
(Membro do Conselho Fiscal)
- Sonae Indústria, SGPS, S.A.
(Membro do Conselho Fiscal)

Cargos em organizações não lucrativas:

- Fundação Eça de Queirós
(Membro do Conselho Fiscal)
- Futebol Clube do Porto – Futebol, S.A.D.; Porto Comercial – Sociedade de Comercialização e Sponsorização, S.A.; Porto Estádio – Gestão e Exploração de Equipamentos Desportivos, S.A.
(Membro do Conselho Fiscal)

Óscar José Alçada da Quinta**Cargos em sociedades do grupo Sonaecom:**

Não exerce cargos em sociedades do Grupo Sonaecom.

Outros cargos:

- BA GLASS I – Serviços de Gestão e Investimentos, S.A.
(Membro do Conselho Fiscal)
- Óscar Quinta, Canedo da Mota & Pires Fernandes, SROC
(Membro do Conselho de Administração)
- Sonae Distribuição, SGPS, S.A.
(Membro do Conselho Fiscal)
- Sonae Indústria, SGPS, S.A.
(Membro do Conselho Fiscal)

Jorge Manuel Felizes Morgado**Cargos em sociedades do grupo Sonaecom:**


Não exerce cargos em sociedades do Grupo Sonaecom.

Outros cargos:

- Sonae Capital, SGPS, S.A.
(Membro do Conselho Fiscal)
- Sonae Indústria, SGPS, S.A.
(Membro do Conselho Fiscal)
- Sonae, SGPS, S.A.
(Membro do Conselho Fiscal)
- Sonae Sierra, S.A.
(Membro do Conselho Fiscal)

Esta página foi intencionalmente deixada em branco.





6

O NOSSO DESEMPENHO



- 6.1 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DA SONAECOM
 - 6.2 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
 - 6.3 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA SONAECOM
 - 6.4 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA SONAECOM
- 

6 O NOSSO DESEMPENHO

6.1. Demonstrações financeiras consolidadas da Sonaecom

Balancos consolidados

Para exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

| (Montantes expressos em euros) | Notas | dezembro de 2011 | dezembro de 2010 |
|---|-----------------------|----------------------|----------------------|
| Ativo | | | |
| Ativos não correntes | | | |
| Ativos fixos tangíveis | 1.d), 1.i) e 6 | 583.413.555 | 592.369.741 |
| Ativos intangíveis | 1.e), 1.f) e 7 | 371.429.260 | 272.896.942 |
| Diferenças de consolidação | 1.g) e 9 | 521.103.723 | 526.141.552 |
| Investimentos disponíveis para venda | 1.h), 8 e 10 | 212.323 | 212.323 |
| Outros ativos não correntes | 1.s) e 1.t) | 264.973 | 174.363 |
| Impostos diferidos ativos | 1.q), 1.t) e 11 | 103.853.881 | 109.587.224 |
| Total de ativos não correntes | | 1.580.277.715 | 1.501.382.145 |
| Ativos correntes | | | |
| Existências | 1.j) e 12 | 7365.390 | 17473.750 |
| Clientes | 1.h), 1.k), 8 e 13 | 146.137.974 | 143.294.200 |
| Outras dívidas de terceiros | 1.h), 1.k), 8 e 14 | 25.933.462 | 61.302.698 |
| Outros ativos correntes | 1.s), 1.y) e 15 | 70.723.575 | 69.839.130 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 1.l), 8 e 16 | 189.350.054 | 68.577.903 |
| Total de ativos correntes | | 439.510.455 | 360.487.681 |
| Total do ativo | | 2.019.788.170 | 1.861.869.826 |
| Capital próprio e passivo | | | |
| Capital próprio | | | |
| Capital social | 17 | 366.246.868 | 366.246.868 |
| Ações próprias | 1.v) e 18 | (13.594.518) | (15.030.834) |
| Reservas | 1.u) | 605.708.296 | 582.259.583 |
| Resultado líquido consolidado do exercício | | 62.520.591 | 41.182.587 |
| | | 1.020.881.237 | 974.658.204 |
| Interesses sem controlo | 19 | 515.654 | 593.790 |
| Total do capital próprio | | 1.021.396.891 | 975.251.994 |
| Passivo | | | |
| Passivo não corrente | | | |
| Empréstimos de longo prazo liquidados da parcela de curto prazo | 1.m), 1.n), 8 e 20 | 320.176.857 | 305.038.006 |
| Outros passivos financeiros não correntes | 1.i), 8 e 21 | 17.990.531 | 19.253.869 |
| Provisões para outros riscos e encargos | 1.p), 1.t) e 22 | 48.549.956 | 33.150.028 |
| Titularização de créditos | 8 e 23 | 19.951.846 | 39.740.412 |
| Impostos diferidos passivos | 1.q), 1.t) e 11 | 498.166 | 786.549 |
| Outros passivos não correntes | 1.s), 1.t), 1.y) e 24 | 30.041.779 | 2.739.617 |
| Total de passivos não correntes | | 437.209.135 | 400.708.481 |
| Passivo corrente | | | |
| Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos | 1.m), 1.n), 8 e 20 | 118.405.031 | 30.942.240 |
| Fornecedores | 8 e 25 | 172.622.586 | 178.732.746 |
| Outros passivos financeiros | 1.i), 8 e 26 | 2.645.498 | 2.171.140 |
| Titularização de créditos | 8 e 23 | 19.802.596 | 19.634.161 |
| Outras dívidas a terceiros | 8 e 27 | 23.832.672 | 56.752.155 |
| Outros passivos correntes | 1.s), 1.y) e 28 | 223.873.761 | 197.676.909 |
| Total de passivos correntes | | 561.182.144 | 485.909.351 |
| Total do passivo e capital próprio | | 2.019.788.170 | 1.861.869.826 |

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo
 Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério
 António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier
 Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida
 António Sampaio e Mello
 David Charles Denholm Hobley
 Frank Emmanuel Dangeard

Gervais Gilles Pellissier
 Jean-François René Pontal
 Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão

Demonstrações consolidadas dos resultados por natureza

Para os trimestres e exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

| (Montantes expressos em euros) | Notas | dezembro 2011 | setembro a dezembro 2011 (não auditado) | dezembro 2010 | setembro a dezembro 2010 (não auditado) |
|---|-------------------------------------|----------------------|---|----------------------|---|
| Vendas | 29 e 35 | 77.172.088 | 18.765.526 | 118.773.668 | 38.370.470 |
| Prestações de serviços | 29 e 35 | 786.462.327 | 194.560.066 | 801.945.320 | 198.220.870 |
| Outros proveitos operacionais | 1.k), 1.r), 30 e 35 | 8.809.285 | 2.514.929 | 8.224.984 | 3.617.996 |
| | | 872.443.700 | 215.840.521 | 928.943.972 | 240.209.336 |
| Custo das vendas | 1.j) e 12 | (85.401.524) | (21.283.053) | (127.913.977) | (43.390.607) |
| Fornecimentos e serviços externos | 1.i), 31 e 35 | (442.250.912) | (112.940.954) | (479.774.171) | (120.732.470) |
| Custos com o pessoal | 1.y), 39 e 40 | (92.443.327) | (21.388.946) | (96.550.733) | (22.716.096) |
| Amortizações e depreciações | 1.d), 1.e), 1.g), 1.x), 6, 7 e 9 | (130.495.567) | (36.742.381) | (129.542.660) | (31.352.799) |
| Provisões e perdas de imparidade | 1.k), 1.p), 1.x) e 22 | (23.698.647) | (6.676.510) | (16.030.069) | (4.640.484) |
| Outros custos operacionais | 32 | (15.663.550) | (4.582.397) | (14.663.482) | (3.706.660) |
| | | (789.953.527) | (203.614.241) | (864.475.092) | (226.539.116) |
| Perdas em empresas associadas | 1.b) e 33 | (54.422) | (54.422) | - | - |
| Outros custos financeiros | 1.n), 1.w), 1.x), 33 e 35 | (17413.177) | (5.088.976) | (14.531.097) | (3.728.192) |
| Outros proveitos financeiros | 1.w), 33 e 35 | 8.575.532 | 3.080.089 | 8.159.770 | 3.845.409 |
| Resultados correntes | | 73.598.106 | 10.162.971 | 58.097.553 | 13.787.437 |
| Imposto sobre o rendimento | 1.q), 11 e 34 | (11.039.716) | (4.706.894) | (16.749.346) | (2.301.028) |
| Resultado líquido consolidado do exercício | | 62.558.390 | 5.456.077 | 41.348.207 | 11.486.409 |
| Atribuível a: | | | | | |
| Acionistas da empresa mãe | 38 | 62.520.591 | 5.429.246 | 41.182.587 | 11.463.219 |
| Interesses sem controlo | 19 | 37.799 | 26.831 | 165.620 | 23.190 |
| Resultados por ação | | | | | |
| Incluindo operações em descontinuação: | | | | | |
| Básicos | | 0,18 | 0,02 | 0,12 | 0,03 |
| Diluídos | | 0,18 | 0,02 | 0,12 | 0,03 |
| Excluindo operações em descontinuação: | | | | | |
| Básicos | | 0,18 | 0,02 | 0,12 | 0,03 |
| Diluídos | | 0,18 | 0,02 | 0,12 | 0,03 |

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo
 Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério
 António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier
 Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida
 António Sampaio e Mello
 David Charles Denholm Hobley
 Frank Emmanuel Dangeard

Gervais Gilles Pellissier
 Jean-François René Pontal
 Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão

Demonstrações consolidadas do rendimento integral

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

| (Montantes expressos em euros) | Notas | dezembro de 2011 | dezembro de 2010 |
|--|-------|------------------|------------------|
| Resultado líquido consolidado do exercício | | 62.558.390 | 41.348.207 |
| Componentes de outro rendimento integral consolidado do exercício, líquido de imposto | | | |
| Varição de reservas de conversão cambial e outros | 1.w) | (297.463) | 357.412 |
| Rendimento integral consolidado do exercício | | 62.260.927 | 41.705.619 |
| Atribuível a: | | | |
| Acionistas da empresa mãe | | 62.223.128 | 41.539.999 |
| Interesses sem controlo | | 37.799 | 165.620 |

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Ángelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

António Sampaio e Mello

David Charles Denholm Hobley

Frank Emmanuel Dangeard

Gervais Gilles Pellissier

Jean-François René Pontal

Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão

Demonstrações consolidadas das alterações no capital próprio

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

| | Reservas | | | | | | | | | | |
|---|----------------|--------------------------|---------------|-----------------------------|-----------------|--|----------------------------|-------------------|-------------------------|-------------------|---------------|
| | Capital social | Ações próprias (Nota 18) | Reserva legal | Prêmios de emissão de ações | Outras reservas | Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo (Nota 39) | Reservas de ações próprias | Total de reservas | Interesses sem controlo | Resultado líquido | Total |
| 2011 | | | | | | | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2010 | 366.246.868 | (15.030.834) | 1.221.003 | 775.290.377 | (214.095.384) | 4.812.753 | 15.030.834 | 582.259.583 | - | 41.182.587 | 974.658.204 |
| Aplicação do resultado consolidado de 2010 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Transferência para reserva legal e outras reservas | - | - | 6.770.189 | - | 34.412.398 | - | - | 41.182.587 | - | (41.182.587) | - |
| Distribuição de dividendos | - | - | - | - | (17.859.403) | - | - | (17.859.403) | - | - | (17.859.403) |
| Rendimento integral consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 | - | - | - | - | (297.463) | - | - | (297.463) | - | 62.520.591 | 62.223.128 |
| Aquisição de ações próprias | - | (2.223.287) | - | - | (2.223.287) | - | 2.223.287 | - | - | - | (2.223.287) |
| Entrega de ações próprias no âmbito dos Planos de Incentivos de Médio Prazo (Notas 1.y) e 39) | - | 3.659.603 | - | - | 1.775.360 | (1.604.799) | (3.659.603) | (3.489.042) | - | - | 170.561 |
| Efeito do reconhecimento dos Planos de Incentivos de Médio Prazo (Notas 1.y) e 39) | - | - | - | - | - | 3.912.035 | - | 3.912.035 | - | - | 3.912.035 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2011 | 366.246.868 | (13.594.518) | 7991.192 | 775.290.377 | (198.287.780) | 7119.989 | 13.594.518 | 605.708.296 | - | 62.520.591 | 1.020.881.237 |
| Interesses sem controlo | | | | | | | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2010 | - | - | - | - | - | - | - | - | 593.790 | - | 593.790 |
| Interesses sem controlo no rendimento integral | - | - | - | - | - | - | - | - | 37799 | - | 37799 |
| Distribuição de dividendos | - | - | - | - | - | - | - | - | (124.500) | - | (124.500) |
| Outras variações | - | - | - | - | - | - | - | - | 8.565 | - | 8.565 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2011 | - | - | - | - | - | - | - | - | 515.654 | - | 515.654 |
| Total | 366.246.868 | (13.594.518) | 7991.192 | 775.290.377 | (198.287.780) | 7119.989 | 13.594.518 | 605.708.296 | 515.654 | 62.520.591 | 1.021.396.891 |

162 Demonstrações consolidadas das alterações no capital próprio (continuação)

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

| | Reservas | | | | | | | | | | |
|--|--------------------|--------------------------|------------------|-----------------------------|----------------------|--|----------------------------|--------------------|-------------------------|-------------------|--------------------|
| | Capital social | Ações próprias (Nota 18) | Reserva legal | Prêmios de emissão de ações | Outras reservas | Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo (Nota 39) | Reservas de ações próprias | Total de reservas | Interesses sem controlo | Resultado líquido | Total |
| 2010 | | | | | | | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2009 | 366.246.868 | (12.809.015) | 1.985.181 | 775.290.377 | (217.116.182) | 2.977.695 | 12.809.015 | 575.946.086 | - | 5.748.497 | 935.132.436 |
| Aplicação do resultado consolidado de 2009 | - | - | - | - | 5.748.497 | - | - | 5.748.497 | - | (5.748.497) | - |
| Utilização da reserva legal para cobertura dos prejuízos acumulados verificados nas contas individuais | - | - | (764.178) | - | 764.178 | - | - | - | - | - | - |
| Rendimento integral consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 | - | - | - | - | 357.412 | - | - | 357.412 | - | 4.1182.587 | 41.539.999 |
| Aquisição de ações próprias | - | (4.944.915) | - | - | (4.944.915) | - | 4.944.915 | - | - | - | (4.944.915) |
| Entrega de ações próprias no âmbito dos Planos de Incentivos de Médio Prazo (Notas 1.ij) e 39) | - | 2.723.096 | - | - | 1.095.626 | (974.705) | (2.723.096) | (2.602.175) | - | - | 120.921 |
| Efeito do reconhecimento dos Planos de Incentivos de Médio Prazo (Notas 1.ij) e 39) | - | - | - | - | - | 2.809.763 | - | 2.809.763 | - | - | 2.809.763 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2010 | 366.246.868 | (15.030.834) | 1.221.003 | 775.290.377 | (214.095.384) | 4.812.753 | 15.030.834 | 582.259.583 | - | 41.182.587 | 974.658.204 |
| Interesses sem controlo | | | | | | | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2009 | - | - | - | - | - | - | - | - | 508.152 | - | 508.152 |
| Interesses sem controlo no rendimento integral | - | - | - | - | - | - | - | - | 165.620 | - | 165.620 |
| Distribuição de dividendos | - | - | - | - | - | - | - | - | (161.850) | - | (161.850) |
| Aumento de prestações suplementares | - | - | - | - | - | - | - | - | 71.500 | - | 71.500 |
| Outras variações | - | - | - | - | - | - | - | - | 10.368 | - | 10.368 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2010 | - | - | - | - | - | - | - | - | 593.790 | - | 593.790 |
| Total | 366.246.868 | (15.030.834) | 1.221.003 | 775.290.377 | (214.095.384) | 4.812.753 | 15.030.834 | 582.259.583 | 593.790 | 41.182.587 | 975.251.994 |

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo
 Ângelo Gabriel Ribeiro Paupério
 António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier
 Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Gervais Gilles Pellissier
 Jean-François René Pontal
 Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão

Miguel Nuno Santos Almeida
 António Sampaio e Mello
 David Charles Denholm Hobbley
 Frank Emmanuel Dangeard

Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

| (Montantes expressos em euros) | dezembro 2011 | | dezembro 2010 | |
|--|---------------|---------------|---------------|---------------|
| Atividades operacionais | | | | |
| Recebimentos de clientes | 840.349.858 | | 933.786.081 | |
| Pagamentos a fornecedores | (554.308.582) | | (642.098.176) | |
| Pagamentos ao pessoal | (104.851.358) | | (112.456.173) | |
| Fluxo gerado pelas operações | 181.189.918 | | 179.231.732 | |
| Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento | (3.000.749) | | (4.636.408) | |
| Outros recebimentos/pagamentos relativos a atividades operacionais | (12.794.346) | | (7.981.421) | |
| Fluxos das atividades operacionais (1) | 165.394.823 | 165.394.823 | 166.613.903 | 166.613.903 |
| Atividades de investimento | | | | |
| Recebimentos provenientes de: | | | | |
| Investimentos financeiros | - | | 3.171.510 | |
| Ativos fixos tangíveis | 14.751.545 | | 2.246.064 | |
| Ativos fixos intangíveis | 47.343 | | 7.797 | |
| Juros e proveitos similares | 6.911.371 | | 5.296.503 | |
| Dividendos | - | 21.710.259 | 270.000 | 10.991.874 |
| Pagamentos respeitantes a: | | | | |
| Investimentos financeiros | (8.860.291) | | (5.000) | |
| Ativos fixos tangíveis | (80.402.362) | | (103.025.924) | |
| Ativos intangíveis | (21.118.664) | | (25.117.781) | |
| Empréstimos concedidos | (3.570) | (110.384.887) | - | (128.148.705) |
| Fluxos das atividades de investimento (2) | | (88.674.628) | | (117.156.831) |
| Atividades de financiamento | | | | |
| Recebimentos respeitantes a: | | | | |
| Prestações suplementares | - | | 71.500 | |
| Empréstimos obtidos | 104.750.000 | 104.750.000 | 70.000.000 | 70.071.500 |
| Pagamentos respeitantes a: | | | | |
| Amortizações de contratos de locação financeira | (2.330.555) | | (2.570.083) | |
| Juros e custos similares | (15.680.882) | | (13.545.181) | |
| Dividendos | (17.983.903) | | (161.850) | |
| Aquisição de ações próprias | (2.223.287) | | (4.944.915) | |
| Empréstimos obtidos | (20.127.789) | (58.346.416) | (115.376.800) | (136.598.829) |
| Fluxos das atividades de financiamento (3) | | 46.403.584 | | (66.527.329) |
| Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3) | | 123.123.779 | | (17.070.257) |
| Efeito das diferenças de câmbio | | (116.220) | | 147.585 |
| Caixa e seus equivalentes no princípio do exercício | | 66.024.199 | | 82.946.871 |
| Caixa e seus equivalentes no final do exercício | | 189.031.758 | | 66.024.199 |

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo
 Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério
 António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier
 Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida
 António Sampaio e Mello
 David Charles Denholm Hobley
 Frank Emmanuel Dangeard

Gervais Gilles Pellissier
 Jean-François René Pontal
 Nuno Manuel Moniz Trigos Jordão

Anexo às Demonstrações consolidadas dos Fluxos de Caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

1. Aquisição ou alienação de filiais e outras atividades empresariais

| | dezembro de 2011 | dezembro de 2010 |
|--|------------------|------------------|
| a) Pagamento de aquisições de anos anteriores | | |
| Sontária - Empreendimentos Imobiliários, S.A. (Nota 5) | 8.860.291 | - |
| Visapress - Gestão de Conteúdos dos média, CRL | - | 5.000 |
| | 8.860.291 | 5.000 |
| b) Recebimento de alienações do ano | | |
| Altitude, SGPS, S.A. | - | 3.171.510 |
| | - | 3.171.510 |

2. Descrição dos componentes de caixa e seus equivalentes

| | dezembro 2011 | dezembro 2010 |
|---|--------------------|-------------------|
| Numerário | 235.105 | 190.896 |
| Depósitos à ordem | 6.699.981 | 6.709.461 |
| Aplicações de Tesouraria | 182.414.968 | 61.677.547 |
| Depósitos à ordem (saldos credores) | (318.296) | (2.553.704) |
| Caixa e seus equivalentes | 189.031.758 | 66.024.199 |
| Depósitos à ordem (saldos credores) | 318.296 | 2.553.704 |
| Disponibilidades constantes do balanço | 189.350.054 | 68.577.903 |

3. Informações respeitantes a atividades financeiras não monetárias

| | dezembro 2011 | dezembro 2010 |
|---|---------------|---------------|
| a) Créditos bancários obtidos e não sacados | 106.017.128 | 150.750.000 |
| b) Compra de empresas através da emissão de ações | Não aplicável | Não aplicável |
| c) Conversão de dívidas em capital | Não aplicável | Não aplicável |

4. Repartição do fluxo de caixa por ramo de atividade

| Atividade | Fluxo das atividades operacionais | Fluxo das atividades de investimento | Fluxo das atividades de financiamento | Varição de caixa e seus equivalentes |
|------------------------|-----------------------------------|--------------------------------------|---------------------------------------|--------------------------------------|
| Telecomunicações | 189.763.416 | (77.588.675) | (26.427.999) | 85.746.742 |
| Multimédia | (2.013.854) | (909.839) | (178.367) | (3.102.060) |
| Sistemas de Informação | (24.952.488) | (3.854.016) | (257.462) | (29.063.966) |
| Holding | 2.667.094 | (6.306.001) | 73.267.452 | 69.628.545 |
| Outras | (69.345) | (16.097) | (40) | (85.482) |
| | 165.394.823 | (88.674.628) | 46.403.584 | 123.123.779 |

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo
 Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério
 António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier
 Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida
 António Sampaio e Mello
 David Charles Denholm Hobley
 Frank Emmanuel Dangeard

Gervais Gilles Pellissier
 Jean-François René Pontal
 Nuno Manuel Moniz Trigos Jordão

6.2. Anexo às demonstrações financeiras consolidadas

A SONAECOM, S.G.P.S., S.A. ("Empresa" ou "Sonaecom") foi constituída em 6 de junho de 1988, sob a firma Sonae – Tecnologias de Informação, S.A. e tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Maia – Portugal, sendo a empresa-mãe dum universo de empresas conforme indicado nas Notas 2 e 3 ("Grupo").

Por escritura pública de 30 de setembro de 1997, realizou-se a cisão-fusão da Pargeste, S.G.P.S., S.A., passando a Empresa a abarcar as participações financeiras das empresas ligadas ao núcleo de comunicação e tecnologias de informação da sociedade cindida.

Em 3 de novembro de 1999, procedeu-se ao aumento de capital e alteração do pacto social, tendo a firma sido alterada para Sonae.com, S.G.P.S., S.A.. Desde então, o objeto social da Empresa é a gestão de participações sociais, tendo, na mesma data, o capital social sido redenominado para euros, ficando este, na altura, representado por cento e cinquenta milhões de ações de valor nominal unitário de 1 euro.

Em 1 de junho de 2000, a Empresa foi objeto de uma Oferta Combinada de Ações, que integrou o seguinte:

- Oferta Pública de Venda de 5.430.000 ações, representativas de 3,62% do capital social, realizada no mercado nacional, dirigida: (i) aos colaboradores do Grupo Sonae; (ii) aos clientes das sociedades dominadas pela Sonaecom; e (iii) ao público em geral.
- Oferta Particular de Venda de 26.048.261 ações, representativas de 17,37% do capital social, dirigida a investidores institucionais, nacionais e estrangeiros.

Complementarmente à Oferta Combinada de Venda e nos termos a seguir indicados, teve lugar um aumento do capital social da Empresa, tendo as novas ações sido integralmente subscritas e realizadas pela Sonae, S.G.P.S., S.A. (acionista da Sonaecom, doravante designada "Sonae"). Este aumento de capital foi subscrito e realizado, na data de fixação do preço da Oferta Combinada de Venda, na modalidade de novas entradas em dinheiro, dando lugar à emissão de 31.000.000 novas ações ordinárias, escriturais e com o valor nominal unitário de 1 euro. O preço de subscrição das novas ações foi igual ao preço fixado para a alienação das ações na referida Oferta Combinada (10 euros).

Adicionalmente, a Sonae alienou, nesse exercício, 4.721.739 ações representativas do capital social da Sonaecom ao abrigo da opção concedida aos bancos líderes da Oferta Particular de Venda e 1.507.865 ações a gestores do Grupo Sonae e a antigos sócios de empresas adquiridas pela Sonaecom.

Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 17 de junho de 2002, o capital social foi aumentado de 181.000.000 euros para 226.250.000 euros por subscrição pública reservada aos acionistas. Foram subscritas e realizadas 45.250.000 novas ações, de valor nominal unitário de 1 euro, ao preço de 2,25 euros por ação.

Em 30 de abril de 2003, por escritura pública, a designação social foi alterada para SONAECOM, S.G.P.S., S.A..

Por deliberação da Assembleia Geral de 12 de setembro de 2005, o capital social foi aumentado em 70.276.868 euros de 226.250.000 euros para 296.526.868 euros, através da emissão de 70.276.868 novas ações, de valor nominal de 1 euro cada, e com um prémio de emissão de 242.455.195 euros, inteiramente subscrito pelo acionista France Télécom. A escritura do aumento de capital foi celebrada no dia 15 de novembro de 2005.

Por deliberação da Assembleia Geral de 18 de setembro de 2006, o capital social foi aumentado em 69.720.000 euros, de 296.526.868 euros para 366.246.868 euros, através da emissão de 69.720.000 novas ações, de valor nominal de 1 euro cada, e com um prémio de emissão global de 275.657.217 euros, subscrito pelos acionistas O93X – Telecomunicações Celulares, S.A. (EDP) e Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A. (Parpública). A escritura deste aumento de capital ocorreu a 18 de outubro de 2006.

Por deliberação da Assembleia Geral de 16 de abril de 2008, as ações escriturais ao portador foram convertidas em ações escriturais nominativas.

Os negócios do Grupo consistem, essencialmente, nas seguintes atividades:

- Operador de telecomunicações móveis, fixas e Internet;
- Multimédia;
- Consultoria em sistemas de informação.

O Grupo desenvolve a sua atividade em Portugal, com algumas subsidiárias (da área de consultoria

em sistemas de informação) a operar em cerca de 13 países.

Desde 1 de janeiro de 2001, as empresas do Grupo sediadas na Zona euro passaram a adotar o euro como moeda base nos seus processos, sistemas e registos contabilísticos.

As demonstrações financeiras consolidadas são também apresentadas em euros, arredondados à unidade, e as transações em moeda estrangeira são incluídas, de acordo com as políticas contabilísticas abaixo apresentadas.

1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas respeitam às demonstrações financeiras consolidadas das empresas do Grupo Sonaecom e foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Notas 2 e 3), os quais foram preparados de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IAS/IFRS") tal como adotadas pela União Europeia. Estas demonstrações foram preparadas tendo por base o custo histórico, exceto para a reavaliação de certos instrumentos financeiros.

Para a Sonaecom, não existem diferenças entre os IFRS adotados pela União Europeia e os IFRS publicados pelo International Accounting Standards Board.

A data de 1 de janeiro de 2003 correspondeu ao início do período da primeira aplicação pela Sonaecom dos IAS/IFRS, de acordo com a SIC 8 (First time adoption of IAS).

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas ("endorsed") pela União Europeia e que tiveram aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2011, foram adotadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de dezembro de 2011:

| Norma/Interpretação | Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após) |
|---|--|
| IFRS 1 – Alterações (Exceções à divulgação de comparativos exigidos pela IFRS 7 na adoção pela primeira vez das IFRS's) | 1-jul-10 |
| Esta emenda permite, na adoção pela primeira vez das IFRS's, a utilização das disposições transitórias introduzidas pela emenda de março de 2009 à IFRS 7 (Melhoria das divulgações sobre Instrumentos Financeiros) para as entidades que já utilizam as IFRS's. | |
| Revisão da IAS 24 (Divulgações de Partes Relacionadas) e alterações à IFRS 8 (Segmentos Operacionais) | 1-jan-11 |
| A norma revista aborda preocupações pelo fato dos requisitos de divulgação anteriores e a definição de entidade relacionada serem demasiado complexos e difíceis de aplicar na prática em ambientes de forte presença governamental, através de: (1) permissão de uma exceção parcial para entidades relacionadas com o Governo e (2) fornecendo uma definição revista de entidade relacionada. As alterações à IFRS 8 decorrem das alterações na IAS 24 referidas. | |
| IAS 32 - Alterações (Clarificação de direitos de emissão) | 1-fev-10 * |
| Esta emenda clarifica que quando tais direitos são emitidos numa base 'pro rata' para todos os acionistas numa mesma classe por uma quantia monetária fixa, eles devem ser classificados em capitais próprios independentemente da moeda em que o preço de exercício está denominado. | |
| IFRIC 14 - Alterações (Pré-pagamento voluntário de contribuições) | 1-jan-11 |
| Estas emendas corrigem uma consequência não intencional da IFRIC 14. Sem estas emendas, em determinadas circunstâncias não era permitido às entidades o reconhecimento como ativo de certos pré-pagamentos voluntários de contribuições mínimas. | |
| IFRIC 19 (Extinção de Passivos Financeiros através de Instrumentos de Capital Próprio) e alterações à IFRS 1 (Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro) | 1-jul-10 * |
| Clarifica os requisitos das IFRSs quando uma entidade renegocia os termos de um passivo financeiro com o seu credor, e este aceita ações da empresa ou outro instrumento de capital para realização completa ou parcial do passivo financeiro. As sociedades que adotem pela primeira vez as IFRS podem aplicar as disposições transitórias constantes da IFRIC 19. | |
| Melhorias de várias IFRS: IFRS 1, IFRS 3 e IFRS 7, IAS 1, 32, 34, 39 e IFRIC 13 | 30-jun-10 e 31-dez-10* |
| Melhorias introduzidas nas normas internacionais de relato financeiro, que visa simplificar e clarificar as normas internacionais de contabilidade. | |

* A data de eficácia de acordo com a adoção pela UE foi posterior à data de eficácia estabelecida originalmente pela norma.

A aplicação destas normas não teve impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras não existem normas, interpretações, emendas e revisões, que foram, aprovadas (endorsed) pela União Europeia e cuja aplicação seja obrigatória em exercícios económicos futuros.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas (*endorsed*) pela União Europeia:

| Norma/Interpretação | Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após) | Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após) |
|--|--|--|
| IFRS 1 - Alterações (Isenção para hiperinflação severa e remoção das datas fixas) | 1-jul-11 | |
| As emendas: 1) substituem as datas fixas estabelecidas na exceção para desreconhecimento e na exceção relacionada com a mensuração inicial ao justo valor dos instrumentos financeiros; e 2) incluem uma isenção específica ao custo considerado na primeira adoção das IFRS para as entidades que operavam anteriormente em economias classificadas como hiper-inflacionárias. | | |
| IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Alterações (emitidas em 7 de outubro de 2010) | 1-jul-11 | |
| A emenda requer divulgações com vista a um melhor entendimento das transações de ativos financeiros (por exemplo: securitização de ativos), incluindo a compreensão dos efeitos possíveis de eventuais riscos remanescentes após a transferência. São ainda requeridas divulgações adicionais se uma quantidade desproporcional de transações de ativos ocorrer perto do final do período de relato. | | |
| IFRS 9 (Instrumentos Financeiros) | 1-jan-13 | |
| Esta norma é o primeiro passo no projeto de substituição da IAS 39, e introduz novos requisitos de classificação e mensuração de ativos financeiros. | | |
| IFRS 10 (Demonstrações Financeiras Consolidadas) | 1-jan-13 | |
| A norma baseia-se em princípios existentes, identificando o conceito de controlo como o fator determinante para determinar se uma entidade deve ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe. A norma fornece orientação adicional para auxiliar na determinação de controlo. | | |
| IFRS 11 (Investimentos em empresas controladas conjuntamente) | 1-jan-13 | |
| Prevê uma reflexão mais realista de acordos conjuntos, centrando-se sobre os direitos e obrigações do acordo, ao invés de sua forma jurídica (como é atualmente o caso). A norma aborda inconsistências no relato de acordos conjuntos, exigindo um único método para dar conta de interesses em entidades conjuntamente controladas. | | |
| IFRS 12 (Divulgações de Interesses em Outras Entidades) | 1-jan-13 | |
| Novo padrão mais abrangente sobre os requisitos de divulgação de todas as formas de participações em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associadas, interesses para fins especiais e outros interesses fora de balanço. | | |
| IFRS 13 (Mensuração ao Justo Valor) | 1-jan-13 | |
| Prevê melhorar a consistência e reduzir a complexidade, fornecendo, pela primeira vez, uma definição precisa do justo valor, uma única fonte de mensuração deste e requisitos de divulgação para o seu uso em IFRS. | | |
| IAS 1 - Alterações (Apresentação de itens em Outros Resultados Integrais) | 1-jul-12 | |
| Os itens de outros resultados integrais, que podem ser reclassificados para demonstração de resultados, serão apresentados de forma agrupada. | | |
| IAS 12 - Alterações (Imposto diferido: Recuperação de ativos subjacentes) | 1-jan-12 | |
| Esta alteração estabelece que, no caso das propriedades de investimento mensuradas ao justo valor, existe a presunção de que a sua recuperação será normalmente feita pela venda para efeitos de determinação do respetivo impacto fiscal. Como resultado, a SIC 21 - "Impostos sobre o Rendimento - Recuperação de ativos não depreciáveis revalorizados" deixa de se aplicar a propriedades de investimento mensuradas ao justo valor. As restantes orientações contidas na SIC 21 são também vertidas para a IAS 12, sendo a SIC 21 retirada. | | |
| IAS 19 - Alterações (Benefícios dos Empregados) | 1-jan-13 | |
| Eliminação da opção de adiar o reconhecimento de ganhos e perdas, conhecida como o "método do corredor", melhoria na comparabilidade e fidelidade de apresentação, racionalização da apresentação de alterações nos ativos e passivos decorrentes de planos de benefícios definidos e melhoria dos requisitos de divulgação para os planos de benefício definidos. | | |
| IAS 27 (Demonstrações Financeiras Separadas) | 1-jan-13 | |
| Requisitos de consolidação que já faziam parte da IAS 27 foram revistos e agora estão contidos na IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas. | | |
| IAS 28 (Investimentos em Associadas e Joint Ventures) | 1-jan-13 | |
| O objetivo da IAS 28 (revista em 2011) é o de determinar regras para a contabilização de investimentos em associadas e estabelecer os requisitos para a aplicação do método de equivalência patrimonial aquando da contabilização de investimentos em associadas e <i>joint ventures</i> . | | |
| IFRIC 20 Interpretação (Custos da remoção do terreno de cobertura na fase produtiva de uma mina de superfície) | 1-jan-13 | |
| A interpretação clarifica quando estes tipos de custos deverão ser considerados como ativo e como esse ativo deverá ser mensurado (quer no reconhecimento inicial quer na mensuração subsequente). | | |

A aplicação destas normas e interpretações, quando aplicáveis, não produzirá efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas futuras do Grupo.

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados pelo Grupo a 31 de dezembro de 2011 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010.

Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram as seguintes:

a) Investimentos financeiros em empresas do Grupo

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha direta ou indiretamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Acionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo Grupo), foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas, correspondente à participação de terceiros nas mesmas, são apresentados no balanço consolidado e na demonstração de resultados consolidada, respetivamente, na rubrica "Interesses sem controlo".

O rendimento integral total é atribuído aos proprietários da empresa-mãe e aos interesses sem controlo mesmo que isso resulte num saldo deficitário dos interesses sem controlo.

Na aquisição de empresas é seguido o método da compra. Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos nas demonstrações de resultados desde a data da sua aquisição (ou de tomada de controlo) ou até à data da sua venda (ou cedência de controlo). As transações, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados.

Os encargos incorridos com a compra de investimentos financeiros em empresas do Grupo são registados como custo no momento em que são incorridos.

As empresas consolidadas pelo método de consolidação integral encontram-se descritas na Nota 2.

b) Investimentos financeiros em empresas associadas

Os 'Investimentos em empresas associadas' correspondem a investimentos nos quais o Grupo tem influência significativa (geralmente, investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) e são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são

ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, bem como pelas outras variações patrimoniais ocorridas nas participadas por contrapartida da rubrica de 'Outras reservas'. Anualmente é efetuada uma avaliação dos investimentos em associadas, de modo a verificar se existem situações de imparidade. Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com a associada, altura em que procede ao registo de uma provisão para outros riscos e encargos para esse efeito.

Os 'Investimentos em empresas associadas' encontram-se descritos na Nota 4.

c) Empresas controladas conjuntamente

As demonstrações financeiras das empresas controladas conjuntamente foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método da consolidação proporcional, desde a data em que o controlo conjunto foi adquirido. De acordo com este método, os ativos, passivos, proveitos e custos destas empresas foram integrados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, rubrica a rubrica, na proporção do controlo atribuível ao Grupo.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos ativos e passivos identificáveis da empresa controlada conjuntamente na data de aquisição é reconhecido como diferença de consolidação (Nota 9). Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como proveito do período, após reconfirmação do justo valor dos ativos e passivos identificáveis.

As transações, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo e empresas controladas conjuntamente são eliminados, na proporção do controlo atribuível ao Grupo.

A classificação dos investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente, entre outros aspetos, é determinada com base nos acordos parassociais que regulam o controlo conjunto.

As empresas controladas conjuntamente encontram-se descritas na Nota 3.

d) Ativos fixos tangíveis

Os 'ativos fixos tangíveis' encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas de imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes e registadas por duodécimos, a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização do ativo fixo tangível, são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As taxas anuais utilizadas correspondem à vida útil estimada dos bens, que são as seguintes:

| | Anos de vida útil |
|-------------------------------|-------------------|
| Edifícios | 50 |
| Outras construções | 10-40 |
| Redes de telecomunicações | 10-40 |
| Outros equipamentos básicos | 8-16 |
| Equipamento de transporte | 4 |
| Equipamento administrativo | 3-10 |
| Ferramentas e utensílios | 4-8 |
| Outros ativos fixos tangíveis | 4-8 |

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o Conselho de Administração do Grupo procedeu, com efeitos prospetivos, à revisão da vida útil estimada de um conjunto de ativos associados às redes de telecomunicações fixa e móvel, tendo como base relatórios de avaliação produzidos por entidades especializadas, independentes.

As despesas correntes com reparação e manutenção do ativo fixo tangível são registadas como custo no exercício em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentam o período estimado de utilização dos respetivos bens, são capitalizadas e amortizadas de acordo com a vida útil remanescente dos correspondentes bens.

Os custos estimados de desmantelamento e remoção de bens corpóreos, em cuja obrigação o Grupo incorre, são capitalizados e amortizados de acordo com a vida útil dos correspondentes bens.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos fixos tangíveis ainda em fase de construção/desenvolvimento, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes ativos fixos tangíveis são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes se encontrem disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão. Boas condições em termos de cobertura de rede e/ou condições necessárias para assegurar um serviço mínimo em termos de qualidade e fiabilidade técnica são exemplos das condições avaliadas pela gestão.

e) Ativos intangíveis

Os 'ativos intangíveis' encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e eventuais perdas de imparidade acumuladas. Os 'ativos intangíveis' só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, se o mesmo possuir o poder de controlar os mesmos e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os 'ativos intangíveis' compreendem, essencialmente, software (excluindo aquele que se encontra associado a 'ativos fixos tangíveis' – software de sites de telecomunicações), propriedade industrial, encargos incorridos com as licenças de operador de rede móvel (GSM, UMTS e o espectro para serviços de 4ª Geração) e de rede fixa e os encargos incorridos com a aquisição de carteiras de clientes (valor atribuído no âmbito da alocação do preço de compra em concentrações de atividades empresariais).

As amortizações dos ativos intangíveis são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, durante o período estimado da sua vida útil (um a seis anos), a partir do mês em que as correspondentes despesas sejam incorridas, sendo as licenças de operador de rede móvel e de rede fixa amortizadas pelo período de tempo estimado da concessão, pelo que a licença UMTS, está a ser amortizada até 2030. Custos adicionais com a licença, nomeadamente, os associados com os compromissos assumidos com a Sociedade de Informação, encontram-se a ser amortizados até ao termo estimado da licença acima indicado. As amortizações das carteiras de clientes são calculadas pelo método das quotas constantes, durante o período médio estimado de retenção dos clientes que as compõem (6 anos).

As despesas com ativos intangíveis gerados internamente, nomeadamente, as despesas com investigação e desenvolvimento, são registadas como custo no momento em que são incorridas.

As despesas de desenvolvimento apenas são reconhecidas como ativo intangível na medida em que se demonstre a capacidade técnica para completar o ativo a fim de o mesmo estar disponível para uso ou comercialização.

As amortizações do exercício dos 'ativos intangíveis' são registadas na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações'.

f) Marcas e patentes

As marcas e patentes são registadas ao seu custo de aquisição e são amortizadas a taxas constantes durante o seu período de vida útil estimada. Nos casos em que a vida útil é indefinida, as mesmas não são amortizadas, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

O Grupo Sonaecom não detém quaisquer marcas e/ou patentes com vida útil indefinida, pelo que não é aplicável a segunda parte do parágrafo supra.

g) Diferenças de consolidação

As diferenças entre o preço de aquisição dos investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas acrescido do valor dos interesses sem controlo, e o montante atribuído ao justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, quando positivas, são registadas na rubrica de 'Diferenças de consolidação' e, quando negativas, após uma reavaliação do seu apuramento, são registadas diretamente na demonstração de resultados. O Grupo optará numa base de transação a transação, pelo cálculo do valor dos interesses sem controlo de acordo com a proporção do justo valor dos ativos e passivos adquiridos, ou de acordo com o justo valor dos interesses sem controlo. Até 1 de janeiro de 2010, os interesses sem controlo eram valorizados exclusivamente de acordo com a proporção do justo valor dos ativos e passivos adquiridos.

O valor dos pagamentos contingentes futuros é reconhecido como passivo no momento da concentração empresarial de acordo com o seu justo valor, sendo que qualquer alteração ao valor reconhecido inicialmente é registada em contrapartida do valor da 'Diferença de consolidação', mas apenas se ocorrer dentro do período de remensuração (12 meses após a data de aquisição) e se estiver relacionada com eventos anteriores à data de aquisição, caso contrário deverá ser registada por contrapartida de resultados.

Transações de compra de interesses em entidades já controladas e transações de venda de interesses em entidades sem que tal resulte em perda de controlo são tratadas como transações entre detentores de capital afetando apenas as rubricas de capital próprio sem que exista impacto na 'Diferença de consolidação' ou em resultados.

No momento em que uma transação de venda gerar uma perda de controlo, deverão ser desreconhecidos os ativos e passivos da entidade, e qualquer interesse retido na entidade alienada deverá ser remensurado ao justo valor, e a eventual perda ou ganho apurada com a alienação é registada em resultados.

Até 1 de janeiro de 2004, as 'Diferenças de consolidação' eram amortizadas durante o período estimado de recuperação do investimento, geralmente dez anos, sendo as amortizações registadas na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações' do exercício. A partir de 1 de janeiro de 2004, de acordo com a IFRS 3 – "Concentrações de atividades empresariais", o Grupo suspendeu a amortização das 'Diferenças de consolidação', sujeitando as mesmas a testes de imparidade (alínea x). A partir dessa data, as perdas de imparidade do exercício relativas às 'Diferenças de consolidação' são registadas na demonstração de resultados do exercício na rubrica de 'Amortizações e depreciações'.

h) Instrumentos financeiros

O Grupo classifica os instrumentos financeiros nas seguintes categorias: 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados', 'Empréstimos e contas a receber', 'Investimentos detidos até ao vencimento' e 'Investimentos disponíveis para venda'. A classificação depende da intenção subjacente à aquisição do investimento.

A classificação é definida no momento do reconhecimento inicial e reapreciada numa base trimestral.

(i) 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados'

Esta categoria divide-se em duas subcategorias: 'ativos financeiros detidos para negociação' e 'investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se for adquirido com o propósito de ser vendido no curto prazo ou se a adoção da valorização através deste método elimine ou reduza significativamente um desfazamento contabilístico. Os instrumentos

derivados são também classificados como detidos para negociação, exceto se estiverem afetos a operações de cobertura. Os ativos desta categoria são classificados como ativos correntes no caso de serem detidos para negociação ou se for expectável que se realizem num período inferior a 12 meses da data do balanço.

(ii) 'Empréstimos e contas a receber'

'Empréstimos e contas a receber' são ativos financeiros não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que não se encontram cotados em mercados ativos/ líquidos. Estes investimentos financeiros surgem quando o Grupo fornece dinheiro, bens ou serviços diretamente a um devedor sem intenção de negociar a dívida.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são registados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de qualquer imparidade.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são classificados como ativos correntes, exceto nos casos em que a sua maturidade é superior a 12 meses da data do balanço, os quais se classificam como ativos não correntes. Em ambos os casos, esta categoria aparece no balanço, incluída nas rubricas de 'Clientes' e 'Outras dívidas de terceiros'.

(iii) 'Investimentos detidos até ao vencimento'

Esta categoria inclui os ativos financeiros, não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que possuem uma maturidade fixada e relativamente aos quais é intenção do Conselho de Administração a manutenção dos mesmos até à data do seu vencimento.

(iv) 'Investimentos disponíveis para venda'

Incluem-se aqui os ativos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda ou aqueles que não se enquadram nas categorias anteriores. Esta categoria é incluída nos ativos não correntes, exceto se o Conselho de Administração tiver a intenção de alienar o investimento num período inferior a 12 meses da data do balanço.

Todas as compras e vendas de investimentos financeiros são reconhecidas à data da transação, isto é, na data em que o Grupo assume todos os riscos e obrigações inerentes à compra ou venda do ativo. Os investimentos são todos inicialmente reconhecidos ao justo valor mais custos de transação, sendo a única exceção os 'investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Neste último caso, os investimentos

são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transação são reconhecidos na demonstração de resultados. Os investimentos são desreconhecidos quando o direito de receber fluxos financeiros tiver expirado ou tiver sido transferido e, conseqüentemente, tenham sido transferidos todos os riscos e benefícios associados.

Os 'investimentos disponíveis para venda' e os 'investimentos registados ao justo valor através de resultados' são posteriormente mantidos ao justo valor.

Os 'Empréstimos e contas a receber' e os 'Investimentos detidos até ao vencimento' são registados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efetiva.

Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados' são registados na demonstração de resultados do exercício. Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos não monetários classificados como disponíveis para venda, são reconhecidos no capital próprio. No momento em que esse investimento é vendido ou esteja em situação de imparidade, o ganho ou perda acumulada é registado na demonstração de resultados.

O justo valor dos investimentos é baseado nos preços correntes de mercado. Se o mercado em que os investimentos estão inseridos não for um mercado ativo/líquido (investimentos não cotados), o Grupo estabelece o justo valor através de outras técnicas de avaliação como o recurso a transações de instrumentos financeiros substancialmente semelhantes, análises de fluxos financeiros e modelos de opção de preços ajustados para refletir as circunstâncias específicas. Caso tal não possa ser utilizado, o Grupo valoriza tais investimentos pelo seu custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade identificadas. O justo valor dos investimentos cotados é calculado com base na cotação de fecho da Euronext à data do balanço.

O Grupo efetua avaliações à data de cada balanço sempre que exista evidência objetiva de que um ativo financeiro possa estar em imparidade. No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa (superior a 25%) ou prolongada (durante dois trimestres consecutivos) do seu justo valor para níveis inferiores ao seu custo é indicativo de que o ativo se encontra em situação de imparidade.

Se existir alguma evidência de imparidade para 'Investimentos disponíveis para venda', as perdas acumuladas – calculadas pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido de qualquer perda de imparidade anteriormente reconhecida na demonstração de resultados – são retiradas do capital próprio e reconhecidas na demonstração de resultados.

i) Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

As locações são classificadas como financeiras ou operacionais em função da substância e não da forma do respetivo contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as amortizações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual ao justo valor ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos em falta até ao final do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações do ativo fixo tangível são reconhecidos como custos na demonstração de resultados.

Os bens cuja utilização decorre do regime de aluguer de longa duração ("ALD"), estão contabilizados pelo método de locação operacional. De acordo com este método, as rendas pagas são reconhecidas como custo, durante o período de aluguer a que respeitam.

j) Existências

As 'existências' são valorizadas ao custo de aquisição, deduzido das eventuais perdas de imparidade, o qual reflete o seu valor estimado de realização.

As perdas acumuladas de imparidade para depreciação de existências refletem a diferença entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido de mercado das existências, bem como a estimativa de perdas de imparidade por baixa rotação, obsolescência e deterioração e são registados na Demonstração de Resultados, em 'Custo das vendas'.

k) Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de 'Clientes' e as 'Outras dívidas de terceiros' são registadas pelo seu valor realizável líquido e não incluem juros, por não se considerar material o efeito da sua atualização financeira.

Estes instrumentos financeiros surgem quando o Grupo empresta dinheiro, fornece bens ou presta serviços diretamente a um devedor sem intenção de transacionar o montante a receber.

Os montantes destas rubricas encontram-se deduzidos de eventuais perdas de imparidade, que são registados na Demonstração de Resultados em 'Provisões e perdas de imparidade'. Recuperações subsequentes de montantes anteriormente sujeitos a imparidade, são creditadas na rubrica de 'Outros proveitos operacionais' da demonstração de resultados.

l) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de 'Caixa e equivalentes de caixa' correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria para os quais o risco de alteração de valor não é significativo.

A demonstração consolidada dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7, através do método direto. O Grupo classifica na rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' compreende também os descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica 'Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos'.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos a pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas subsidiárias e associadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de ativos fixos tangíveis. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e a contratos de locação financeira.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo, não existindo qualquer montante penhorado nem dado como garantia.

m) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo "custo amortizado". Eventuais despesas com a emissão desses empréstimos são registadas como uma dedução à dívida e reconhecidas, ao longo do período de vida desses empréstimos, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Os juros corridos mas não vencidos são acrescidos ao valor dos empréstimos até ao momento da sua liquidação.

n) Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo à medida que são incorridos. Os encargos financeiros de empréstimos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos são capitalizados fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos inicia-se com a preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou no final de produção ou construção do ativo ou ainda, quando o projeto em causa se encontra suspenso.

o) Instrumentos financeiros derivados

O Grupo utiliza derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos. Derivados para negociação (especulação) não são utilizados pelo Grupo.

Os instrumentos financeiros derivados (*cash flow hedges*) utilizados normalmente pelo Grupo respeitam a:

- a) *Swaps* de taxa de juro para cobertura do risco de taxa de juro em empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes aos *swaps* de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contratados. A variação no justo valor dos *swaps* de cobertura de *cash-flow* é registada no ativo ou no passivo por contrapartida da rubrica dos capitais próprios "Reservas de cobertura".
- b) *Forward's* cambiais para cobertura do risco cambial, particularmente, de recebimentos de clientes da subsidiária Wedo Consulting. Os valores e prazos envolvidos são idênticos aos valores faturados e aos respetivos prazos de vencimento.

Nos casos em que o instrumento de cobertura se revela ineficaz, os montantes gerados por ajustamentos ao justo valor são registados diretamente na demonstração de resultados.

Em 31 de dezembro de 2011, o Grupo não se encontrava a utilizar qualquer instrumento financeiro derivado, para além dos referidos na Nota 1.y).

p) Provisões e contingências

As 'Provisões' são reconhecidas quando, e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum evento passado e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Provisões para reestruturações apenas são registadas caso o Grupo possua um plano detalhado e este já tenha sido devidamente comunicado às partes envolvidas.

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo as mesmas divulgadas no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

Um ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas, mas divulgado no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

q) Imposto sobre o rendimento

O 'Imposto sobre o rendimento' do período inclui o imposto corrente e o imposto diferido, de acordo com a IAS 12 - "Impostos sobre rendimento". A Sonaecom é abrangida, desde janeiro de 2008, pelo Regime especial de tributação dos grupos de sociedades, pelo que o imposto corrente é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e no referido regime especial, de acordo com as regras do mesmo. O Regime especial de tributação dos grupos de sociedades engloba todas as empresas participadas direta ou indiretamente em pelo menos 90% do capital social e que sejam residentes em Portugal e tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas. Para as empresas não abrangidas pelo regime especial de tributação, o imposto corrente é calculado com base nos respetivos resultados

tributáveis, de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa. Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os 'Impostos diferidos ativos' são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses impostos diferidos ativos. No final de cada exercício é efetuada uma revisão dos impostos diferidos registados, bem como dos não reconhecidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura ou registados, desde que, e até ao ponto em que, se torne provável a geração de lucros tributáveis no futuro que permitam a sua recuperação (Nota 11).

Os impostos diferidos são calculados à taxa que se espera que vigore no período em que se prevê que o ativo ou o passivo seja realizado.

Nos casos em que os impostos diferidos são relativos a ativos ou passivos registados diretamente no capital próprio, o seu registo também é efetuado na rubrica de capital próprio. Nas outras situações, os impostos diferidos são sempre registados na demonstração de resultados.

r) Subsídios atribuídos pelo Governo

Subsídios atribuídos para financiar formação de pessoal são reconhecidos como proveitos durante o período de tempo durante o qual o Grupo incorre nos respetivos custos e são apresentados na demonstração de resultados na linha de Outros Proveitos Operacionais.

Subsídios atribuídos para financiar investimentos são registados no balanço como proveitos diferidos e reconhecidos na demonstração de resultados, em 'Outros proveitos operacionais'. No caso dos investimentos em ativos fixos tangíveis, tais subsídios são reconhecidos durante o período de vida útil estimado para os bens em causa e, no caso de outro tipo de investimentos, à medida que este vai sendo realizado.

s) Especialização de exercícios e Rédito

Os custos e os proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e os proveitos cujo valor real não seja conhecido, são contabilizados por estimativa.

Nas rubricas de 'Outros ativos não correntes', 'Outros ativos correntes', 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes' são registados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

Os custos, imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas apenas ocorrerão em exercícios futuros, são estimados e registados em 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes', sempre que seja possível estimar com grande fiabilidade o montante, bem como o momento da concretização da despesa. Se existir incerteza quer relativamente à data da saída de recursos, quer quanto ao montante da obrigação, o valor é classificado como Provisões (alínea p)).

As receitas dos serviços de telecomunicações são reconhecidas no período em que os serviços são prestados. A faturação destes serviços é efetuada numa base mensal. Os valores não faturados, desde o último ciclo de faturação até ao final do mês, são registados por estimativa com base na valorização global do tráfego realmente ocorrido. As diferenças entre os valores estimados e os reais, que normalmente não são significativas, são registadas no período subsequente.

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados consolidada quando os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos bens são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas antes de impostos e líquidas de descontos.

Os proveitos relacionados com os cartões pré-pagos são reconhecidos à medida que os minutos são consumidos. No final de cada período é efetuada uma estimativa dos minutos por consumir e o valor de receita associado a estes minutos é diferido.

Os encargos com os programas de fidelização de clientes através da atribuição de pontos, atribuídos pela filial Optimus -Comunicações, S.A., são quantificados tendo em conta a probabilidade de exercício dos mesmos e são deduzidos à receita no momento em que são gerados por contrapartida da rubrica 'Outros passivos correntes'.

Os custos e proveitos dos projetos de consultoria, desenvolvidos na área de sistemas de informação, são reconhecidos, em cada exercício, em função da percentagem de acabamento dos mesmos.

Os ativos e passivos não financeiros não correntes são registados pelo seu justo valor e, em cada exercício, a atualização financeira para o justo valor é registada na demonstração de resultados nas rubricas de 'Outros custos financeiros' e 'Outros proveitos financeiros'.

Os dividendos apenas são reconhecidos quando o direito dos acionistas ao seu recebimento já estiver devidamente estabelecido e comunicado.

t) Classificação de balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões para outros riscos e encargos' são classificados como ativos e passivos não correntes (Notas 11 e 22).

u) Reservas

Reserva legal

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da 'Reserva legal' até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reservas de prémios de emissão de ações

Os prémios de emissão correspondem a ágios obtidos com a emissão ou aumentos de capital. De acordo com a legislação comercial portuguesa, os valores incluídos nesta rubrica seguem o regime estabelecido para a 'Reserva legal', isto é, os valores não são distribuíveis, a não ser em caso de liquidação, mas podem ser utilizados para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo

De acordo com a IFRS 2 - "Pagamentos com base em ações", a responsabilidade com os Planos de Incentivo de Médio Prazo liquidados através da entrega de ações próprias é registada, a crédito, na rubrica de 'Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo', sendo que tal reserva não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

Reservas de cobertura

As reservas de cobertura refletem as variações de justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura de *cash flow* que se consideram eficazes (Nota 1.o)), sendo que as mesmas não são passíveis de ser distribuídas ou serem utilizadas para absorver prejuízos.

Reservas de ações próprias

As 'Reservas de ações próprias' refletem o valor das ações próprias adquiridas e seguem um regime legal equivalente ao da reserva legal.

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da Empresa, apresentadas de acordo com as IAS/IFRS. Assim, a 31 de dezembro de 2011, a Sonaecom, SGPS, S.A., dispunha de reservas que, pela sua natureza, são consideradas distribuíveis no montante de cerca de 98,5 milhões de euros.

v) Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das ações próprias são registadas na rubrica 'Outras reservas'.

w) Moeda estrangeira

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data dos balanços.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração consolidada de resultados do exercício nas rubricas de resultados financeiros.

São tratadas como entidades estrangeiras aquelas que, operando no estrangeiro, têm autonomia organizacional, económica e financeira.

Os ativos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio existentes à data do balanço, sendo que os custos e proveitos dessas demonstrações financeiras foram convertidos para euros utilizando a taxa de câmbio média do período. A diferença cambial resultante é registada no capital próprio na rubrica 'Outras reservas'.

As 'Diferenças de consolidação' e os ajustamentos de justo valor gerados nas aquisições de entidades estrangeiras com moeda funcional diferente do euro são convertidos à data de fecho do balanço.

As cotações utilizadas para conversão em euros das contas das filiais estrangeiras e dos saldos em moeda estrangeira foram as seguintes:

| | 2011 | | 2010 | |
|-----------------------|----------------|--------|----------------|--------|
| | 31 de dezembro | Média | 31 de dezembro | Média |
| Libra inglesa | 1,1972 | 1,1526 | 1,1618 | 1,1667 |
| Real brasileiro | 0,4139 | 0,4306 | 0,4509 | 0,4298 |
| Dólar americano | 0,7729 | 0,7189 | 0,7484 | 0,7559 |
| Zloti (Polónia) | 0,2243 | 0,2436 | 0,2516 | 0,2504 |
| Dólar australiano | 0,7860 | 0,7420 | 0,7613 | 0,6947 |
| Pesos mexicanos | 0,0554 | 0,0580 | 0,0604 | 0,0599 |
| Libra Egípcia | 0,1281 | 0,1263 | 0,1342 | 0,1343 |
| Ringgit (Malásia) | 0,2436 | 0,2351 | 0,2442 | 0,2352 |
| Peso Chileno | 0,0015 | 0,0015 | 0,0016 | 0,0015 |
| Dólar de Singapura | 0,5946 | 0,5719 | 0,5836 | 0,5551 |
| Franco suíço | 0,8226 | 0,8126 | 0,7997 | 0,7260 |
| Coroa Sueca | 0,1122 | 0,1108 | - | - |
| Rand de África do Sul | 0,0954 | 0,0995 | - | - |
| Kwanza (Angola) | 0,0082 | 0,0077 | - | - |
| Dinar de Marrocos | 0,0900 | 0,0889 | - | - |

x) Imparidade de ativos

São efetuados testes de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Sempre que o montante pelo qual um ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações' nos casos de Ativos fixos tangíveis e intangíveis e de Diferenças de consolidação, na rubrica 'Outros custos financeiros' no caso de Investimentos financeiros e, para os outros ativos, na rubrica de 'Provisões e perdas de imparidade'. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação ao

alcance das partes envolvidas, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

Evidência da existência de imparidade nas contas a receber surge quando:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verificam atrasos significativos no pagamento de juros e outros pagamentos principais por parte da contraparte; e
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou em reestruturação financeira.

Para determinadas categorias de ativos financeiros para as quais não é possível determinar a imparidade em termos individuais, esta é calculada em termos coletivos. Evidência objetiva de imparidade para um portefólio de contas a receber pode incluir a experiência passada em termos de cobranças, aumento do número de atrasos nos recebimentos, assim como alterações nas condições económicas nacionais ou locais que estejam correlacionadas com a capacidade de cobrança.

Para o valor das Diferenças de consolidação e de Investimentos financeiros, a quantia recuperável, calculada em termos de valor de uso, é determinada com base nos últimos planos de negócio devidamente aprovados pelo Conselho de Administração do Grupo. Para as dívidas a receber, o Grupo utiliza informação histórica e estatística, que lhe permite efetuar uma previsão dos montantes em imparidade. No caso das Existências, as imparidades são calculadas com base nos valores de mercado e em diversos indicadores de rotação das existências.

y) Planos de Incentivo de Médio Prazo

O tratamento contabilístico dos Planos de Incentivo de Médio Prazo é baseado na IFRS 2 - "Pagamento com Base em Ações".

De acordo com a IFRS 2, quando os planos estabelecidos pelo Grupo são liquidados através da entrega de ações próprias, a responsabilidade estimada é registada a crédito na rubrica de 'Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo', no Capital próprio, por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício.

Essa responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de atribuição do plano e reconhecida durante o período de diferimento de cada plano (desde a data de atribuição do plano até à sua data de vencimento). A responsabilidade total é calculada proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de atribuição até à data da contabilização.

Quando as responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, isto é, quando são substituídas pelo pagamento de uma verba fixa a uma entidade externa ao Grupo, que assume a responsabilidade de entrega das ações na data de vencimento de cada plano, o tratamento contabilístico acima referido, sofre as seguintes adaptações:

- (i) O valor total a pagar é registado no balanço nas rubricas 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes';
- (ii) A parte da responsabilidade ainda não reconhecida na demonstração de resultados (relacionada com o período ainda a decorrer até à data de exercício) é diferida e registada no balanço nas rubricas 'Outros ativos não correntes' e 'Outros ativos correntes';
- (iii) O efeito líquido dos registos referidos em i) e ii) anulam o impacto, acima mencionado, em Capitais próprios;
- (iv) Na demonstração de resultados, o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento, continua a ser registado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

Para os planos liquidados em dinheiro, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes', por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de cada balanço.

Quando estas responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, a contabilização é efetuada da mesma forma, mas com a responsabilidade quantificada com base no valor fixado no contrato.

Os planos liquidados através da entrega de ações da empresa-mãe são contabilizados como se se tratassem de planos liquidados em dinheiro, ou seja, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes', por

contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de cada balanço.

A 31 de dezembro de 2011, todos os planos de ações Sonaecom em aberto estavam cobertos através da detenção de ações próprias. O impacto associado aos planos de ações dos Planos de Incentivo de Médio Prazo relativos a ações Sonaecom está contabilizado, no balanço, na rubrica de 'Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo'. Na demonstração de resultados, o custo está contabilizado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

A 31 de dezembro de 2011, os planos liquidados através da entrega de ações da empresa-mãe estavam cobertos, por contratos celebrados com uma entidade externa, através dos quais fixou o preço para a aquisição das referidas ações, pelo que a responsabilidade com os mesmos se encontra registada ao preço fixado no contrato, proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de atribuição até à data da contabilização, nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes'. Na demonstração de resultados, o custo está contabilizado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

z) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (*adjusting events*) são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (*non adjusting events*), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

aa) Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 incluem:

- (i) Vidas úteis do ativo tangível e intangível;
- (ii) Análises de imparidade das diferenças de consolidação e de outros ativos tangíveis e intangíveis;
- (iii) Registo de ajustamentos aos valores do ativo (Contas a Receber e Existências) e provisões;
- (iv) Cálculo da responsabilidade associada aos programas de fidelização de clientes.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pela IAS 8 – “Políticas contábilísticas, alterações em estimativas contábilísticas e erros”.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, são descritos nas correspondentes notas anexas.

ab) Gestão do Risco Financeiro

A atividade do Grupo está exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de mercado, o risco de liquidez e o risco de crédito.

Este conjunto de riscos deriva da incerteza característica dos mercados financeiros, a qual se reflete na capacidade de projeção de fluxos de caixa e rendibilidades. A política de gestão dos riscos financeiros do Grupo, subjacente a uma perspectiva de continuidade das operações no longo prazo, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes dessas incertezas, recorrendo, sempre que possível e aconselhável, a instrumentos derivados de cobertura (Nota 1. o)).

Risco de mercado

a) Risco de taxa de câmbio

O Grupo opera internacionalmente e detém subsidiárias a operar em países com moeda diferente do euro, nomeadamente, no Brasil, no Reino Unido, na Polónia, nos Estados Unidos, no México, na Austrália, no Egíto, no Chile, no Panamá, em Singapura e na Malásia (sucursal), estando assim exposto ao risco de taxa de câmbio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressos em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados do Grupo a flutuações cambiais.

Sempre que possível, o Grupo tenta realizar coberturas naturais dos valores em exposição, compensando os créditos concedidos e recebidos expressos na mesma moeda. Quando tal não se

revele possível ou adequado, o Grupo recorre a outros instrumentos derivados de cobertura (Nota 1.o)).

A exposição do Grupo ao risco de taxa de câmbio advém, maioritariamente, do fato de algumas das suas subsidiárias relatarem em moeda diferente do euro, sendo imaterial o risco associado à atividade operacional.

O montante de ativos e passivos (em euros) do Grupo registados em moeda diferente do euro pode ser resumido como se segue:

| | Ativos | | Passivos | |
|--------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| | 31 de dezembro 2011 | 31 de dezembro 2010 | 31 de dezembro 2011 | 31 de dezembro 2010 |
| Dólar americano | 8.891.201 | 4.595.594 | 4.398.216 | 1.254.661 |
| Dólar australiano | 1.569.805 | 257.906 | 406.030 | 69.703 |
| Libra Egípcia | 14.137 | 336.106 | - | 149.741 |
| Libra inglesa | 5.339.568 | 616.393 | 5.736.105 | 470.423 |
| Pesos mexicanos | 3.197.009 | 3.590.768 | 3.645.207 | 1.862.197 |
| Real brasileiro | 10.505.679 | 7.539.938 | 7.626.387 | 2.923.005 |
| Ringgit (Malásia) | 500.091 | 503.179 | 346.743 | 599.003 |
| Zloti (Polónia) | 728.793 | 177.452 | 1.165.962 | 1.175.852 |
| Dolár de Singapura | 276.712 | 63.400 | 729.483 | 39.999 |
| Peso Chileno | 9.346 | 48.786 | 198.409 | 13.447 |
| Franco suíço | - | - | 183 | 11.267 |

A sensibilidade (em euros) do grupo a variações nas taxas de câmbio pode ser resumida como se segue (aumentos/(diminuições)):

| Variação Taxa Câmbio | 2011 | | 2010 | | |
|----------------------|------------|-----------------|------------|-----------------|----------|
| | Resultados | Capital Próprio | Resultados | Capital Próprio | |
| Dólar Americano | 5% | 251.770 | (27121) | 176.037 | 198.161 |
| Dólar australiano | 5% | 57.984 | 205 | (688) | 6.327 |
| Franco suíço | 5% | (9) | - | (511) | (511) |
| Libra Egípcia | 5% | 707 | - | 4.592 | 13.918 |
| Libra inglesa | 5% | 103.825 | (123.652) | 57.905 | 55.451 |
| Pesos mexicanos | 5% | (28.171) | 5.761 | (35.980) | 65.388 |
| Real brasileiro | 5% | (3.651) | 14.7616 | 24.326 | 244.370 |
| Ringgit (Malásia) | 5% | 7.963 | - | (4.664) | (4.274) |
| Zloti (Polónia) | 5% | (27.210) | 5.351 | (59.307) | (55.514) |
| Dolár Singapura | 5% | (6.895) | (15.743) | 10.571 | 11.309 |
| euro | 5% | (254.408) | - | - | - |
| Peso Chileno | 5% | - | (9.453) | 1.801 | 3.435 |
| | | 101.904 | (17036) | 174.082 | 538.062 |

b) Risco de taxa de juro

A totalidade do endividamento da Sonaecom encontra-se indexada a taxas variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio da sociedade é mitigado pelo efeito dos seguintes fatores: (i) relativamente baixo nível de alavancagem financeira; (ii) possibilidade de utilização de instrumentos derivados de cobertura do risco de taxa de juro, conforme referido abaixo; (iii) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados consolidados (nomeadamente operacionais) do Grupo, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos (*natural hedge*); e (iv) existência de liquidez ou disponibilidades consolidadas igualmente remuneradas a taxas variáveis.

O Grupo apenas utiliza instrumentos derivados ou transações semelhantes para efeitos de cobertura de riscos de taxas de juro considerados significantes. Três princípios são utilizados na seleção e determinação dos instrumentos de cobertura do risco da taxa de juro:

- Para cada derivado ou instrumento de cobertura utilizado para proteção de risco associado a um determinado financiamento, existe coincidência entre as datas dos fluxos de juros pagos nos financiamentos objeto de cobertura e as datas de liquidação ao abrigo do instrumento de cobertura;
- Equivalência perfeita entre as taxas base: o indexante utilizado no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser o mesmo que o aplicável ao financiamento/ transação que está a ser coberta; e
- Desde o início da transação, o custo máximo do endividamento, resultante da operação de cobertura realizada, é conhecido e limitado, mesmo em cenários de evoluções extremas das taxas de juro de mercado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado no plano de negócios do Grupo.

Uma vez que a totalidade do endividamento da Sonaecom (Nota 20) encontra-se indexado a taxas variáveis, *swaps* de taxa de juro e outros derivados são utilizados, quando tal é considerado necessário, como forma de proteção contra as variações dos fluxos de caixa futuros associados aos pagamentos de juros. Os *swaps* de taxa de juro contratados têm o efeito económico de converter os respetivos empréstimos associados a taxas variáveis para taxas fixas. Ao abrigo destes contratos, o Grupo acorda com terceiras partes (bancos) a troca, em períodos de tempo pré-determinados, da diferença

entre o montante de juros calculados à taxa fixa contratada e à taxa variável da altura de refixação, com referência aos respetivos montantes nominais acordados.

As contrapartes dos instrumentos de cobertura estão limitadas a instituições de crédito de elevada qualidade creditícia, sendo política do Grupo privilegiar a contratação destes instrumentos com entidades bancárias que formem parte das suas operações de financiamento. Para efeitos de determinação da contraparte das operações pontuais, a Sonaecom solicita a apresentação de propostas e preços indicativos a um número representativo de bancos de forma a garantir a adequada competitividade dessas operações.

Na determinação do justo valor das operações de cobertura, o Grupo utiliza determinados métodos, tais como modelos de avaliação de opções e de atualização de fluxos de caixa futuros, e utiliza determinados pressupostos que são baseados nas condições de taxas de juro de mercado prevalecentes à data de Balanço. Cotações comparativas de instituições financeiras, para instrumentos específicos ou semelhantes, são utilizadas como referencial de avaliação.

O justo valor dos derivados contratados, que se qualifiquem como de cobertura de justo valor ou que não sejam considerados suficientemente eficazes na cobertura de fluxos de caixa (conforme definições da IAS 39), é reconhecido nas rubricas de empréstimos, sendo as variações do seu justo valor reconhecidas diretamente na demonstração de resultados do exercício. O justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa, considerados eficazes de acordo com o definido pela IAS 39, é reconhecido nas rubricas de empréstimos e as variações registadas no capital próprio.

O Conselho de Administração da Sonaecom aprova os termos e condições dos financiamentos considerados materiais para a Empresa, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixo/variável). No âmbito da política acima definida, cabe à Comissão Executiva, através do acompanhamento permanente das condições e das alternativas existentes no mercado, a decisão sobre a contratação pontual de instrumentos financeiros derivados destinados à cobertura do risco de taxa de juro. A análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro é apresentada na Nota 20.

Risco de liquidez

A existência de liquidez nas empresas do Grupo implica que sejam definidos parâmetros de atuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez tem um triplo objetivo:

- (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento, bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos;
- (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e
- (iii) Eficiência Financeira, isto é, garantir que as Empresas maximizam o valor / minimizam o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Os principais parâmetros subjacentes a tal política correspondem ao tipo de instrumentos permitidos, ao nível de risco máximo aceitável, ao montante máximo de exposição por contraparte e aos prazos máximos de investimento.

A liquidez existente numa determinada subsidiária deverá ser aplicada nas alternativas abaixo descritas e pela ordem de prioridade apresentada:

- (i) Amortização de dívida de curto prazo – após comparação do custo de oportunidade de amortização e o custo de oportunidade inerente aos investimentos alternativos;
- (ii) Gestão consolidada de liquidez – a liquidez existente nas empresas do Grupo, deverá ser prioritariamente aplicada em empresas do Grupo, para que de uma forma consolidada seja reduzida a utilização de dívida bancária; e
- (iii) Recurso ao mercado.

O investimento por recurso ao mercado está limitado à contratação de operações com contrapartes elegíveis, isto é, que cumpram com determinadas notações de *rating* previamente definidas pela Administração, e limitada a determinados montantes máximos por contraparte.

A definição de limites máximos por contraparte tem como objetivo garantir que as aplicações de excedentes são realizadas de uma forma prudente e em observância dos princípios de gestão de relacionamento bancário.

A maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em ativos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomada de fundos/aplicações no mercado.

A análise da maturidade dos empréstimos obtidos é apresentada na Nota 20.

Risco de Crédito

A exposição do Grupo ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua atividade operacional. O risco de crédito associado a operações financeiras é mitigado pelo fato de o Grupo, no que respeita a operadores de telecomunicações, apenas negociar com entidades de elevada qualidade creditícia.

A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos seus créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro do Grupo. O Grupo recorre a agências de avaliação de crédito e possui departamentos específicos de controlo de crédito, cobrança e de gestão de processos em contencioso, assim como seguros de crédito, que contribuem para mitigar tal risco.

O montante relativo a clientes e outros devedores apresentado nas demonstrações financeiras, os quais se encontram líquidos de imparidades, representam a máxima exposição do Grupo ao risco de crédito.

2. Empresas incluídas na consolidação

As empresas do grupo incluídas na consolidação pelo método integral, suas sedes sociais, atividade principal, detentor de capital e proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2011 e 2010, são as seguintes:

| Firma (Marca comercial) | Sede social | Atividade principal | Detentor de capital | Porcentagem do capital detido | | | |
|---|-------------|---|--|-------------------------------|-----------------------|----------------------------|----------------------------|
| | | | | 2011 | | 2010 | |
| | | | | Direto | Efetivo* | Direto | Efetivo* |
| Empresa-mãe | | | | | | | |
| SONAECON, S.G.P.S., S.A. ("Sonaecom") | Maia | Gestão de participações sociais. | | - | - | - | - |
| Subsidiárias | | | | | | | |
| Be Artis – Conceção, Construção e Gestão de Redes de Comunicações, S.A. ("Artis") | Maia | Conceção, construção, gestão e exploração de redes de comunicações eletrónicas e dos respetivos equipamentos e infraestruturas, gestão de ativos tecnológicos próprios ou de terceiros e prestação de serviços conexos. | Sonaecom | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Be Towering – Gestão de Torres de Telecomunicações, S.A. ("Be Towering") | Maia | Implantação, instalação e exploração de torres e outros sites para colocação de equipamentos de telecomunicações. | Optimus | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Cape Technologies Limited ("Cape Technologies") | Dublin | Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação. | We Do | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Digitmarket – Sistemas de Informação, S.A. ("Digitmarket" – usando a marca "Bizdirect") | Maia | Desenvolvimento de plataformas de gestão e comercialização de produtos, serviços e informação, tendo como principal suporte a Internet. | Sonaecom SI | 75,10% | 75,10% | 75,10% | 75,10% |
| Lugares Virtuais, S.A. ("Lugares Virtuais") | Maia | Organização e gestão de portais eletrónicos <i>on-line</i> , aquisição de conteúdos, gestão de leilões eletrónicos, aquisição e disponibilização de produtos e serviços por via eletrónica e quaisquer atividades conexas. | Miauger | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Mainroad – Serviços em Tecnologias de Informação, S.A. ("Mainroad") | Maia | Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação. | Sonaecom SI | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Miauger – Organização e Gestão de Leilões Eletrónicos, S.A. ("Miauger") | Maia | Organização e gestão de leilões eletrónicos <i>on-line</i> de produtos e serviços. | Sonaecom | 100% | 100% | 100% | 100% |
| M3G – Edições Digitais, S.A. ("M3G") ^(a) | Maia | Edições digitais, edição eletrónica e produção de conteúdos na internet. | Público | Dissolvida | | 100% | 100% |
| Optimus - Comunicações, S.A. ("Optimus") | Maia | Implementação, operação, exploração e oferta de redes e prestação de serviços de comunicações eletrónicas, bem como quaisquer recursos conexos e, ainda, fornecimento e comercialização de produtos e equipamentos de comunicações eletrónicas. | Sonaecom Sonae Télécom Sonaecom BV | 64,14% 35,86% - | 64,14% 35,86% - | 53,54% 35,86% 10,60% | 53,54% 35,86% 10,60% |
| Per-Mar – Sociedade de Construções, S.A. ("Per-Mar") | Maia | Compra e venda, arrendamento e exploração de bens imóveis e estabelecimentos comerciais. | Optimus | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Praesidium Services Limited ("Praesidium Services") | Berkshire | Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação. | We Do UK | 100% | 100% | 100% | 100% |
| PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A. ("PCJ") | Maia | Redação, composição e edição de publicações periódicas e não periódicas e a exploração de estações e estúdios de rádio e de televisão. | Sonaecom | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Público – Comunicação Social, S.A. ("Público") | Porto | Redação, composição e edição de publicações periódicas e não periódicas. | Sonaecom Sonaetelecom BV | 100% - | 100% - | - 100% | - 100% |

*Porcentagem de capital detido pela Sonaecom

^(a) Empresa dissolvida em outubro de 2011

| Firma (Marca comercial) | Sede social | Atividade principal | Detentor de capital | Percentagem do capital detido | | | |
|---|------------------|---|--|-------------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | | | | 2011 | | 2010 | |
| | | | | Direto | Efetivo* | Direto | Efetivo* |
| Saphety Level – Trusted Services, S.A. ("Saphety") | Maia | Prestação de serviços, formação e consultoria em comunicação, processamento, e certificação eletrónica de dados; comercialização, desenvolvimento e representação de software. | Sonaecom SI | 86,995% | 86,995% | 86,995% | 86,995% |
| Sonae com - Sistemas de Informação, S.G.P.S., S.A. ("Sonae com SI") | Maia | Gestão de participações sociais, no âmbito do negócio de <i>corporate venturing</i> e <i>joint-ventures</i> . | Sonaecom | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Sonaecom - Sistemas de Información Españã, S.L. ("SSI Españã") | Madrid | Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação. | Sonaecom SI | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Sonaecom BV | Amesterdão | Gestão de participações sociais. | Sonaecom | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Sonae Télécom, S.G.P.S., S.A. ("Sonae Télécom") | Maia | Gestão de participações sociais, no âmbito das telecomunicações. | Sonaecom | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Sonaetelecom BV | Amesterdão | Gestão de participações sociais. | Sonaecom | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Sontária - Empreendimentos Imobiliários, S.A. ("Sontária") | Maia | Realização de urbanizações e construções de edifícios, planeamento, gestão urbanística, realização de estudos, construção e gestão de imóveis, compra e venda de bens imóveis e revenda dos adquiridos para esse fim. | Sonaecom | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Tecnológica Telecomunicações, LTDA. ("Tecnológica") | Rio de janeiro | Prestação de serviços de consultoria e assistência técnica relacionados com informática e telecomunicações. | We Do Brasil | 99,99% | 99,90% | 99,99% | 99,90% |
| We Do Consulting – Sistemas de Informação, S.A. ("We Do") | Maia | Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação. | Sonaecom SI | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Wedo do Brasil Soluções Informáticas, Ltda. ("We Do Brasil") | Rio de janeiro | Comercialização de software e hardware; prestação de serviços de consultoria e assistência técnica relacionados com informática e processamento de dados. | We Do | 99,91% | 99,83% | 99,91% | 99,83% |
| We Do Poland Sp. Z.o.o. ("We Do Poland") | Poznan | Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação. | Cape Technologies | 100% | 100% | 100% | 100% |
| We Do Technologies Americas, Inc ("We Do US") | Wilmington | Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação. | Cape Technologies | 100% | 100% | 100% | 100% |
| We Do Technologies Australia PTY Limited ("We Do Asia") | Sidney | Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação. | Cape Technologies | 100% | 100% | 100% | 100% |
| We Do Technologies BV ("We Do BV") | Amesterdão | Gestão de participações sociais. | We Do | 100% | 100% | 100% | 100% |
| We Do Technologies BV – Sucursal Malásia ("We Do Malásia") | Kuala Lumpur | Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação. | We Do BV | 100% | 100% | 100% | 100% |
| We Do Technologies Chile SpA ("We Do Chile") | Chile | Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação. | We Do BV | 100% | 100% | 100% | 100% |
| We Do Technologies Egypt LLC ("We Do Egypt") | Cairo | Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação. | We Do BV Sonaecom BV Sonaetelecom BV | 90% 5% 5% | 90% 5% 5% | 90% 5% 5% | 90% 5% 5% |
| We Do Technologies (UK) Limited ("We Do UK") | Berkshire | Gestão de participações sociais. | We Do | 100% | 100% | 100% | 100% |
| We Do Technologies Mexico, S de R.L. ("We Do Mexico") | Cidade do México | Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação. | Sonaecom BV We Do BV | 5% 95% | 5% 95% | 5% 95% | 5% 95% |
| We Do Technologies Panamá S.A. ("We Do Panamá") | Cidade do Panamá | Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação. | We Do BV | 100% | 100% | 100% | 100% |
| We Do Technologies Singapore PTE. LTD. ("We Do Singapura") | Singapura | Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação. | We Do BV | 100% | 100% | 100% | 100% |

* Percentagem efetiva de capital detido pela Sonaecom

Todas estas empresas foram incluídas na consolidação, pelo método de consolidação integral, conforme estabelecido pela IAS 27 – "Demonstrações financeiras consolidadas e separadas" (maioria dos direitos de voto, sendo titular de capital da empresa).

3. Empresas controladas conjuntamente

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o Grupo controla conjuntamente e consolida pelo método proporcional as seguintes empresas:

| Firma (Marca comercial) | Sede social | Atividade principal | Detentor de capital | Percentagem do capital detido | | | |
|--|-------------------|---|---------------------|-------------------------------|----------|--------|----------|
| | | | | 2011 | | 2010 | |
| | | | | Direto | Efetivo* | Direto | Efetivo* |
| Unipress - Centro Gráfico, Lda. ("Unipress") | Vila Nova de Gaia | Comércio, indústria de artes gráficas e impressão de jornais. | Público | 50% | 50% | 50% | 50% |
| Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A. ("S.I.R.S." - usando a marca "Rádio Nova") (a) | Porto | Atividade de radiodifusão sonora. | Público | 45% | 45% | - | - |

*Percentagem de capital detido pela Sonaecom

(a) Empresa incluída na consolidação pelo método da equivalência patrimonial em 2010.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a consolidação da SIRS foi alterada do Método de Equivalência Patrimonial para a consolidação proporcional, considerando os direitos de governo societário atribuídos à Sonaecom no âmbito dos acordos de acionistas da Empresa. Esta alteração não produziu impactos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2011.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os principais impactos decorrentes da consolidação pelo método proporcional, das entidades acima referidas, é o seguinte (débito/(crédito)):

| | 2011 | 2010 |
|------------------------|-------------|-------------|
| Ativos não correntes | 2.192.258 | 2.661.901 |
| Ativos correntes | 1.229.270 | 775.843 |
| Passivos não correntes | (1.988.158) | (2.676.339) |
| Passivos correntes | (867.537) | (307.148) |
| Resultado líquido | 50.885 | 7668 |
| Total de proveitos | 2.093.858 | 1.758.555 |
| Total de custos | (2.042.973) | (1.750.887) |

4. Investimentos em empresas associadas

Em 31 de dezembro de 2010, esta rubrica inclui o investimento numa empresa associada, cuja sede social, atividade principal, detentor do capital, proporção do capital detido e valor de balanço, eram os seguintes:

| Firma (Marca comercial) | Sede social | Atividade principal | Detentor de capital | Percentagem do capital detido | | | | Valor de balanço | |
|--|-------------|-----------------------------------|---------------------|-------------------------------|----------|--------|----------|------------------|------|
| | | | | 2011 | | 2010 | | 2011 | 2010 |
| | | | | Direto | Efetivo* | Direto | Efetivo* | | |
| Empresas associadas: | | | | | | | | | |
| Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A. ("S.I.R.S." - usando a marca "Rádio Nova") | Porto | Atividade de radiodifusão sonora. | Público | - | - | 45% | 45% | (b) | (a) |

*Percentagem efetiva de capital detido pela Sonaecom

(a) Participação que se encontra registada por um valor nulo.

(b) Empresa controlada conjuntamente em 2011 (Nota 3).

A 31 de dezembro de 2010 a empresa associada foi incluída na consolidação, pelo método de equivalência patrimonial, conforme indicado na Nota 1.b), não tendo sido necessário efetuar qualquer ajustamento de uniformização as políticas contabilísticas da empresa associada com as políticas contabilísticas do Grupo, dado não existirem diferenças significativas.

Em 31 de dezembro de 2010, o valor dos ativos, passivos, proveitos, e resultado líquido da empresa associada foi como se segue:

| Empresa | Ativo | Passivo | Total de proveitos | Resultado líquido |
|---|---------|---------|--------------------|-------------------|
| 2010 | | | | |
| Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A. | 591.344 | 621.778 | 1.109.511 | 230 |

5. Alterações ocorridas no Grupo

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, verificaram-se as seguintes alterações no grupo:

a) Aquisições

| Compradora | Participada | Data | % adquirida | % participação atual |
|-------------|-------------|--------|-------------|----------------------|
| 2010 | | | | |
| Sonaecom | Sontária | dez-10 | 100% | 100% |

A aquisição não gerou o registo de Diferenças de Consolidação.

A alocação do preço de compra foi efetuada da seguinte forma:

| | Valor de Balanço antes da aquisição | Ajustamentos para o justo valor | Justo Valor |
|---|-------------------------------------|---------------------------------|------------------|
| Ativos adquiridos | | | |
| Ativos tangíveis e intangíveis | 3.613.563 | 5.486.437 | 9.100.000 |
| Outras dívidas de terceiros | 10.113 | - | 10.113 |
| Outros ativos correntes | 65 | - | 65 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 544 | - | 544 |
| | 3.624.285 | 5.486.437 | 9.110.722 |
| Passivos adquiridos | | | |
| Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo | 2.676.637 | - | 2.676.637 |
| Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos | 63.415 | - | 63.415 |
| Outras dívidas a terceiros | 213.370 | - | 213.370 |
| Outros passivos correntes | 37062 | - | 37062 |
| | 2.990.484 | - | 2.990.484 |
| Total dos ativos líquidos adquiridos | 633.801 | 5.486.437 | 6.120.238 |
| Preço de aquisição | | | 6.120.238 |
| Diferenças de consolidação | | | - |

O ajustamento para o justo valor foi efetuado com base na avaliação do edifício. A aquisição foi efetuada em dezembro de 2010 pelo montante total de 8.860.291 euros (6.120.239 euros relativos ao investimento financeiro, 2.676.637 euros relativos a empréstimos concedidos e 63.415 euros relativos a outros), o qual se encontrava por liquidar em 31 de dezembro de 2010 (Nota 27), pelo que a aquisição da Sontária não teve impactos na Demonstração de Fluxos de Caixa de 2010. Este montante foi liquidado em 2011, tendo assim impactos na Demonstração de Fluxos de Caixa de 2011.

b) Constituições

| Participante | Participada | Data | Capital | % participação atual |
|--------------|-----------------|--------|-------------|----------------------|
| 2010 | | | | |
| We Do BV | SSI Espanha | jan-10 | 3.010 EUR | 100,00% |
| We Do BV | We Do Singapura | jan-10 | 1 SGD | 100,00% |
| We Do BV | We Do Panamá | fev-10 | 1.000 USD | 100,00% |
| We Do BV | We Do Chile | abr-10 | 500.000 CLP | 100,00% |
| Sonaecom | PCJ | dez-10 | 50.000 EUR | 100,00% |

c) Dissoluções

| Participante | Participada | Data | % participação |
|--------------|-------------|--------|----------------|
| 2011 | | | |
| Público | M3G | out-11 | 100% |

Em resultado desta dissolução não foram gerados impactos materiais nas Demonstrações financeiras consolidadas anexas.

6. Ativos fixos tangíveis

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

| 2011 | | | | | | | | |
|---|--|-----------------------|------------------------------|-------------------------------|-----------------------------|----------------------------------|---------------------------------------|--------------------|
| | Terrenos Edifícios e outras construções | Equipamento básico | Equipamento de transporte | Equipamento administrativo | Ferramentas e utensílios | Outros ativos fixos tangíveis | Ativos fixos tangíveis em curso | Total |
| Ativo bruto | | | | | | | | |
| Saldo em 31 dezembro 2010 | 293.165.987 | 1.035.279.721 | 185.510 | 191.447.203 | 1.164.237 | 5.543.321 | 40.982.832 | 1.567.768.811 |
| Adições | 96.122 | 6.121.410 | - | 14.773.020 | 9.615 | 2.279 | 70.863.358 | 91.865.804 |
| Alienações | (431.770) | (5724.716) | (514) | (3.220.681) | (4.192) | - | - | (60.904.873) |
| Transferências e abates | 9.586.015 | 54.886.158 | - | (1.538.337) | 11.594 | 131.921 | (75.576.843) | (12.499.492) |
| Saldo em 31 dezembro 2011 | 302.416.354 | 1.039.039.573 | 184.996 | 201.461.205 | 1.181.254 | 5.677.521 | 36.269.347 | 1.586.230.250 |
| Amortizações e perdas de imparidade acumuladas | | | | | | | | |
| Saldo em 31 dezembro 2010 | 153.589.162 | 647.567.969 | 103.516 | 169.023.979 | 1.124.067 | 3.990.377 | - | 975.399.070 |
| Amortizações do exercício | 8.822.851 | 58.559.056 | 32.868 | 18.113.624 | 14.010 | 754.374 | - | 86.296.783 |
| Alienações | (173.753) | (45.668.884) | (268) | (3.190.121) | (1.824) | - | - | (49.034.850) |
| Transferências e abates | (972.968) | (4.625.846) | - | (4.274.473) | 1.212 | 27.767 | - | (9.844.308) |
| Saldo em 31 dezembro 2011 | 161.265.292 | 655.832.295 | 136.116 | 179.673.009 | 1.137.465 | 4.772.518 | - | 1.002.816.695 |
| Valor líquido | 141.151.062 | 383.207.278 | 48.880 | 21.788.196 | 43.789 | 905.003 | 36.269.347 | 583.413.555 |

| 2010 | | | | | | | | |
|---|--|-----------------------|------------------------------|-------------------------------|-----------------------------|----------------------------------|---------------------------------------|--------------------|
| | Terrenos Edifícios e outras construções | Equipamento básico | Equipamento de transporte | Equipamento administrativo | Ferramentas e utensílios | Outros ativos fixos tangíveis | Ativos fixos tangíveis em curso | Total |
| Ativo bruto | | | | | | | | |
| Saldo em 31 dezembro 2009 | 270.667.325 | 955.961.416 | 331.913 | 172.948.905 | 1.192.268 | 5.302.033 | 99.788.541 | 1.506.192.401 |
| Entradas de empresas (Nota 5) | 10.000.089 | 3.354.473 | - | - | - | - | - | 13.354.562 |
| Adições | 174.791 | 5.520.784 | 57.419 | 15.443.604 | 321 | 90.892 | 81.149.647 | 102.437.458 |
| Alienações | (54.7551) | (39.664.665) | (203.822) | (955.408) | (43.497) | - | - | (41.414.943) |
| Transferências e abates | 12.871.333 | 110.107.713 | - | 4.010.102 | 15.145 | 150.396 | (139.955.356) | (12.800.667) |
| Saldo em 31 dezembro 2010 | 293.165.987 | 1.035.279.721 | 185.510 | 191.447.203 | 1.164.237 | 5.543.321 | 40.982.832 | 1.567.768.811 |
| Amortizações e perdas de imparidade acumuladas | | | | | | | | |
| Saldo em 31 dezembro 2009 | 141.241.132 | 627.788.784 | 100.943 | 148.814.944 | 1.151.389 | 3.675.719 | - | 922.772.911 |
| Entradas de empresas (Nota 5) | 900.089 | 3.354.473 | - | - | - | - | - | 4.254.562 |
| Amortizações do exercício | 11.656.615 | 57.711.598 | 49.487 | 20.178.554 | 16.175 | 668.319 | - | 90.280.748 |
| Alienações | (235.854) | (34.931.927) | (46.914) | (610.588) | (43.497) | - | - | (35.868.780) |
| Transferências e abates | 27.180 | (6.354.959) | - | 641.069 | - | (353.661) | - | (6.040.371) |
| Saldo em 31 dezembro 2010 | 153.589.162 | 647.567.969 | 103.516 | 169.023.979 | 1.124.067 | 3.990.377 | - | 975.399.070 |
| Valor líquido | 139.576.825 | 387.711.752 | 81.994 | 22.423.224 | 40.170 | 1.552.944 | 40.982.832 | 592.369.741 |

As adições do exercício de 2011 incluem um conjunto de ativos associados à operação de UMTS (*Universal Mobile Telecommunications Service*), ao HSDPA (*Kanguru Express*), GSM (*Global Standard for Mobile Communications*), GPRS (*General Packet Radio Service*) e ao FTTH (*Fibre-to-the-Home*), parte dos quais estão associados a projetos em curso, pelo que se mantêm registados em 'Ativos fixos tangíveis em curso'.

As alienações dos exercícios de 2011 e 2010 correspondem essencialmente à venda de um conjunto de ativos relacionados com a rede 2G (Nota 30).

O custo de aquisição dos 'Ativos fixos tangíveis' detidos pelo Grupo no âmbito de contratos de locação financeira, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, ascendia a 31.582.929 euros e a 30.541.539 euros, sendo o seu valor líquido contabilístico, nessas datas, de 17.715.740 euros e 17.147.392 euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2011 os 'Ativos fixos tangíveis' incluem o montante de 23,3 milhões de euros (19 milhões de euros em 2010) relativo ao valor líquido do equipamento de telecomunicações cedido a clientes, ao abrigo de contratos de comodato com um período pré-definido, o qual se encontra a ser amortizado durante o período de duração desses mesmos contratos. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a rubrica de 'Ativos fixos tangíveis' não inclui qualquer bem dado como penhor ou em garantia da liquidação de empréstimos ou passivos, exceção feita aos ativos afetos a contratos de locação financeira.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração do Grupo procedeu, com efeitos prospetivos, à revisão da vida útil estimada de, essencialmente, um conjunto de ativos tangíveis e de *software* associados às redes de telecomunicações fixa e móvel, baseados em relatórios produzidos por entidades independentes, revisões estas que foram registadas de forma prospetiva desde 1 de janeiro de 2011. O seu impacto significou que as amortizações do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 tenham sido, aproximadamente, 10,3 milhões de euros inferiores às do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

As transferências do período incluem a transferência para "Ativos intangíveis" de um conjunto de bens que até à data estavam classificados como "Ativos tangíveis em curso" (Nota 7).

O 'Ativo fixo tangível em curso' apresentava, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a seguinte composição:

| | 2011 | 2010 |
|--------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Desenvolvimento da rede fixa e móvel | 27.787.877 | 37.546.065 |
| Sistemas de informação | 1.326.769 | 153.510 |
| Outros projetos em curso | 7.154.701 | 3.283.257 |
| | 36.269.347 | 40.982.832 |

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o valor dos compromissos assumidos perante terceiros respeitantes a investimentos a efetuar era como segue:

| | 2011 | 2010 |
|---|-------------------|-------------------|
| Investimentos da área técnica | 26.716.979 | 20.444.493 |
| Investimentos em sistemas de informação | 1.272.257 | 2.291.541 |
| | 27.989.236 | 22.736.034 |

7. Ativos intangíveis

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

| | 2011 | | | |
|---|------------------------|-------------------|-----------------------------|--------------------|
| | Propriedade industrial | Software | Ativos intangíveis em curso | Total |
| Ativo bruto | | | | |
| Saldo em 31 dezembro 2010 | 310.619.467 | 264.381.328 | 16.085.854 | 591.086.649 |
| Adições | 3.698.888 | 2.115.899 | 128.874.615 | 134.689.402 |
| Alienações | (9.977) | (63.288) | - | (73.265) |
| Transferências e abates | (9.523) | 29.934.845 | (27147662) | 2.777.660 |
| Saldo em 31 dezembro 2011 | 314.298.855 | 296.368.784 | 117.812.807 | 728.480.446 |
| Amortizações e perdas de imparidade acumuladas | | | | |
| Saldo em 31 dezembro 2010 | 106.547.783 | 211.641.924 | - | 318.189.707 |
| Amortizações do exercício | 17.115.274 | 22.083.510 | - | 39.198.784 |
| Alienações | (97) | (33.677) | - | (33.774) |
| Transferências e abates | (168.913) | (134.618) | - | (303.531) |
| Saldo em 31 dezembro 2011 | 123.494.047 | 233.557.139 | - | 357.051.186 |
| Valor líquido | 190.804.808 | 62.811.645 | 117.812.807 | 371.429.260 |

| | 2010 | | | |
|---|------------------------|-------------------|-----------------------------|--------------------|
| | Propriedade industrial | Software | Ativos intangíveis em curso | Total |
| Ativo bruto | | | | |
| Saldo em 31 dezembro 2009 | 304.081.633 | 229.169.691 | 19.212.155 | 552.463.479 |
| Entradas de empresas | - | 2.145 | - | 2.145 |
| Adições | 6.959.102 | 2.138.467 | 24.099.525 | 33.197.094 |
| Alienações | (115.130) | - | - | (115.130) |
| Transferências e abates | (306.138) | 33.071.025 | (27225.826) | 5.539.061 |
| Saldo em 31 dezembro 2010 | 310.619.467 | 264.381.328 | 16.085.854 | 591.086.649 |
| Amortizações e perdas de imparidade acumuladas | | | | |
| Saldo em 31 dezembro 2009 | 86.606.233 | 192.163.071 | - | 278.769.304 |
| Entradas de empresas | - | 2.145 | - | 2.145 |
| Amortizações do exercício | 19.986.262 | 19.275.650 | - | 39.261.912 |
| Alienações | (44.773) | - | - | (44.773) |
| Transferências e abates | 61 | 201.058 | - | 201.119 |
| Saldo em 31 dezembro 2010 | 106.547.783 | 211.641.924 | - | 318.189.707 |
| Valor líquido | 204.071.684 | 52.739.404 | 16.085.854 | 272.896.942 |

As adições do exercício de 2011 incluem o montante de aproximadamente 110 milhões de euros correspondente ao valor atual, dos pagamentos futuros, relativos à aquisição dos direitos de utilização de frequências (espectro) nas bandas dos 800 MHz, 1800 MHz e 2600 MHz, que serão utilizadas para desenvolvimento de serviços de 4ª geração (LTE - Long Term Evolution). O valor total a pagar será de 113 milhões, tendo já sido pago, em janeiro de 2012, um montante de 83 milhões. O restante poderá ser pago em 5 prestações anuais, de 6 milhões de euros, tendo a Optimus, em cada momento anual de pagamento, a possibilidade de optar pelo pagamento antecipado do montante em dívida. A atribuição das frequências resultou de um processo de leilão cuja fase de licitação ocorreu em novembro de 2011, o relatório preliminar foi obtido em dezembro de 2011 e o relatório final e ato atributivo foram divulgados em 6 de janeiro de 2012, confirmando a atribuição das frequências pelos vários operadores de telecomunicações e os respetivos pagamentos.

No âmbito da atribuição da licença UMTS, a Optimus - Comunicações S.A. assumiu compromissos na área da promoção da Sociedade de Informação no montante total de cerca de 274 milhões de euros, os quais terão de ser cumpridos até ao final de 2015.

Em conformidade com o Acordo estabelecido em 5 de junho de 2007 com o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações ("MOPTC"), uma parte desses compromissos, até 159 milhões de euros, tinha de ser realizado através de projetos próprios qualificáveis como contributos para a Sociedade de Informação e incorridos no âmbito da normal atividade da Optimus - Comunicações S.A. (investimentos em rede e tecnologia que não derivem da necessidade de cumprimento das obrigações inerentes à atribuição da licença UMTS e atividades de pesquisa, desenvolvimento e promoção de serviços, conteúdos e aplicações), os quais terão de ser reconhecidos pelo MOPTC e por entidades especialmente constituídas para o efeito. Em 31 de dezembro de 2011, a totalidade do valor já foi realizado e validado por aquelas entidades, pelo que relativamente a estes compromissos não existem à data responsabilidades adicionais. Estes encargos foram registados nas demonstrações financeiras anexas à medida que os respetivos projetos foram sendo realizados e os custos estimados conhecidos.

Os restantes compromissos, até ao montante de cerca de 116 milhões de euros, serão realizados nos termos acordados entre a Optimus - Comunicações S.A. e o MOPTC, através de contribuições para o projeto "Iniciativas E" (oferta de *modems*, descontos nas tarifas, contribuições monetárias, entre outras, afetas à generalização da utilização da Internet de banda larga para alunos e professores), contribuições essas efetuadas através do Fundo para a Sociedade de Informação, atualmente designado por Fundação para as Comunicações Móveis, constituído pelos três operadores móveis a desenvolver a sua atividade em Portugal. A responsabilidade total está reconhecida como um encargo adicional da licença UMTS, por contrapartida das rubricas 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes'. Desta forma, em 31 de dezembro de 2011, a totalidade das responsabilidades com tais compromissos encontram-se integralmente registadas nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Em 31 de dezembro de 2011, a rubrica 'Propriedade industrial', do ativo bruto inclui o valor de 110,8 milhões de euros (111,5 milhões de euros em 2010) correspondente ao valor presente desta responsabilidade estimada com o projeto "Iniciativas E", registados em junho de 2008 e atualizados em setembro de 2009 e em dezembro de 2011.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o Grupo mantinha registado na rubrica 'Ativos intangíveis' 180.271.530 euros e 191.238.132 euros, respetivamente, correspondentes sobretudo ao investimento, líquido de amortizações, realizado no desenvolvimento da rede UMTS, nos quais se incluem: (i) 57.005.474 euros (60.005.762 euros, em 2010) relativos à licença, (ii) 19.047.619 euros (20.050.125 euros, em 2010) relativos ao contrato celebrado em 2002 entre a Oni Way e os restantes três operadores de telecomunicações móveis a operar em Portugal, (iii) 5.850.099 euros (6.157.999 euros, em 2010) relativos à contribuição, estabelecida em 2007, para o Capital Social da Fundação para as Comunicações Móveis no âmbito do acordo celebrado entre o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e os três operadores de telecomunicações a operar em Portugal e (iv) 93.497.759 euros (99.897.320 euros, em 2010) relativos ao programa Iniciativas E, estes dois últimos relativos aos compromissos assumidos pelo Grupo no âmbito da Sociedade de Informação.

O ativo intangível em curso, em 31 de dezembro de 2011 era composto, essencialmente, pelo valor atual dos encargos relativos à aquisição do Espectro para 4ª Geração.

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais valores dos ativos fixos tangíveis e intangíveis para os segmentos móvel e fixo é efetuada de acordo com o descrito na Nota 9 ('Diferenças de consolidação'), na medida em que tais ativos estão intimamente relacionados com a atividade global do segmento, pelo que os mesmos não podem ser analisados separadamente.

Os ativos fixos tangíveis e intangíveis incluem juros suportados e outros encargos financeiros incorridos, diretamente relacionados com a construção de determinados ativos fixos tangíveis ou intangíveis em curso.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o total do valor líquido destes custos ascende a 10.491.010 euros e 10.179.026 euros, respetivamente. Os valores capitalizados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram de 1.135.035 euros e 984.099 euros, respetivamente. Para este efeito, foi utilizada uma taxa de capitalização de 2,42% em 2011 (1,64% em 2010) a qual corresponde à taxa média ponderada de remuneração dos financiamentos obtidos pelo Grupo.

8. Classes de instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as classes de instrumentos financeiros detidos pelo Grupo eram como segue:

| | 2011 | | | | |
|--|--------------------------------|--------------------------------------|-------------|-----------------------------------|-------------|
| | Empréstimos e contas a receber | Investimentos disponíveis para venda | Subtotal | Outros não abrangidos pela IFRS 7 | Total |
| Ativos não correntes | | | | | |
| Investimentos disponíveis para venda (Nota 10) | - | 212.323 | 212.323 | - | 212.323 |
| | - | 212.323 | 212.323 | - | 212.323 |
| Ativos correntes | | | | | |
| Clientes (Nota 13) | 146.137.974 | - | 146.137.974 | - | 146.137.974 |
| Outras dívidas de terceiros (Nota 14) | 16.169.639 | - | 16.169.639 | 9.763.823 | 25.933.462 |
| Caixa e equivalentes de caixa (Nota 16) | 189.350.054 | - | 189.350.054 | - | 189.350.054 |
| | 351.657.667 | - | 351.657.667 | 9.763.823 | 361.421.490 |

| | 2010 | | | | |
|--|--------------------------------|--------------------------------------|-------------|-----------------------------------|-------------|
| | Empréstimos e contas a receber | Investimentos disponíveis para venda | Subtotal | Outros não abrangidos pela IFRS 7 | Total |
| Ativos não correntes | | | | | |
| Investimentos disponíveis para venda (Nota 10) | - | 212.323 | 212.323 | - | 212.323 |
| | - | 212.323 | 212.323 | - | 212.323 |
| Ativos correntes | | | | | |
| Clientes (Nota 13) | 143.294.200 | - | 143.294.200 | - | 143.294.200 |
| Outras dívidas de terceiros (Nota 14) | 23.036.517 | - | 23.036.517 | 38.266.181 | 61.302.698 |
| Caixa e equivalentes de caixa (Nota 16) | 68.577.903 | - | 68.577.903 | - | 68.577.903 |
| | 234.908.620 | - | 234.908.620 | 38.266.181 | 273.174.801 |

2011

| | Passivos registados pelo custo amortizado | Outros passivos financeiros | Subtotal | Outros não abrangidos pela IFRS 7 | Total |
|---|--|--------------------------------|--------------------|---|--------------------|
| Passivo não corrente | | | | | |
| Empréstimos de longo prazo liquidados da parcela de curto prazo (Nota 20) | 320.176.857 | - | 320.176.857 | - | 320.176.857 |
| Outros passivos financeiros não correntes (Nota 21) | - | 17.990.531 | 17.990.531 | - | 17.990.531 |
| Titularização de créditos (Nota 23) | 19.951.846 | - | 19.951.846 | - | 19.951.846 |
| | 340.128.703 | 17.990.531 | 358.119.234 | - | 358.119.234 |
| Passivo corrente | | | | | |
| Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos (Nota 20) | 118.405.031 | - | 118.405.031 | - | 118.405.031 |
| Fornecedores (Nota 25) | - | 172.622.586 | 172.622.586 | - | 172.622.586 |
| Outros passivos financeiros (Nota 26) | - | 2.645.498 | 2.645.498 | - | 2.645.498 |
| Titularização de créditos (Nota 23) | 19.802.596 | - | 19.802.596 | - | 19.802.596 |
| Outras dívidas a terceiros (Nota 27) | - | 5.686.734 | 5.686.734 | 18.145.938 | 23.832.672 |
| | 138.207.627 | 180.954.818 | 319.162.445 | 18.145.938 | 337.308.383 |

2010

| | Passivos registados pelo custo amortizado | Outros passivos financeiros | Subtotal | Outros não abrangidos pela IFRS 7 | Total |
|---|--|--------------------------------|--------------------|---|--------------------|
| Passivo não corrente | | | | | |
| Empréstimos de longo prazo liquidados da parcela de curto prazo (Nota 20) | 305.038.006 | - | 305.038.006 | - | 305.038.006 |
| Outros passivos financeiros não correntes (Nota 21) | - | 19.253.869 | 19.253.869 | - | 19.253.869 |
| Titularização de créditos (Nota 23) | 39.740.412 | - | 39.740.412 | - | 39.740.412 |
| | 344.778.418 | 19.253.869 | 364.032.287 | - | 364.032.287 |
| Passivo corrente | | | | | |
| Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos (Nota 20) | 30.942.240 | - | 30.942.240 | - | 30.942.240 |
| Fornecedores (Nota 25) | - | 178.732.746 | 178.732.746 | - | 178.732.746 |
| Outros passivos financeiros (Nota 26) | - | 2.171.140 | 2.171.140 | - | 2.171.140 |
| Titularização de créditos (Nota 23) | 19.634.161 | - | 19.634.161 | - | 19.634.161 |
| Outras dívidas a terceiros (Nota 27) | - | 12.090.269 | 12.090.269 | 44.661.886 | 56.752.155 |
| | 50.576.401 | 192.994.155 | 243.570.556 | 44.661.886 | 288.232.442 |

Os saldos a receber e a pagar do Estado e outros entes públicos, dada a sua natureza, foram considerados como instrumentos financeiros não abrangidos pela IFRS 7. De igual forma, as rubricas de outros ativos/ passivos correntes e não correntes não foram consideradas nesta desagregação por serem constituídas por saldos não abrangidos no âmbito da IFRS 7.

9. Diferenças de consolidação

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os movimentos ocorridos na rubrica "Diferenças de consolidação" foram os seguintes:

| | 2011 | 2010 |
|-----------------------|--------------------|--------------------|
| Saldo inicial | 526.141.552 | 526.106.175 |
| Movimentos do período | (37829) | 35.377 |
| Imparidade | (5.000.000) | - |
| Saldo final | 521.103.723 | 526.141.552 |

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a rubrica "Movimentos do exercício" inclui a atualização cambial das diferenças de consolidação.

Devido ao agravar da crise financeira, que provocou uma forte degradação do cenário macroeconómico em Portugal em 2011, o mercado publicitário sofreu uma forte queda. Esta situação, juntamente com previsões pessimistas para os anos seguintes, agravou as suas perspectivas de evolução futura. Verificou-se, adicionalmente, uma deterioração das vendas de jornais e produtos associados, afetando as projeções dos fluxos de caixa do segmento de multimédia, cujos testes de imparidade conduziram ao registo de uma perda por imparidade no valor de 5 milhões de euros na rubrica 'Amortizações e depreciações' da Demonstrações de Resultados, de acordo com a política descrita na Nota 1.x).

Em relação aos restantes segmentos, a revisão das projeções e os testes de imparidade efetuados não conduziram ao apuramento de perdas por imparidade.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a rubrica "Diferenças de consolidação" tinha a seguinte composição:

| | 2011 | 2010 |
|---------------------|--------------------|--------------------|
| Optimus | 485.092.375 | 485.092.375 |
| Público | 15.000.000 | 20.000.000 |
| Cape Technologies | 17.476.354 | 17.476.354 |
| We Do | 1.971.668 | 1.971.668 |
| Praesidium Services | 1.183.662 | 1.148.671 |
| Unipress | 321.698 | 321.698 |
| Per-Mar | 47.253 | 47.253 |
| Be Towering | 10.713 | 10.713 |
| SIRS | - | 72.820 |
| | 521.103.723 | 526.141.552 |

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais valores de diferenças de consolidação registados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas é efetuada tendo em conta as unidades geradoras de caixa, com base nos últimos planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração do Grupo, os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para períodos de 5 anos. As taxas de desconto utilizadas têm por base os custos médios ponderados de capital estimados com base nos segmentos onde as empresas se inserem, conforme tabela abaixo. Na perpetuidade, são consideradas geralmente, taxas de crescimento de cerca de 3% ou outras consideradas mais prudentes para casos específicos. Nas situações em que a aferição da existência, ou não, de imparidade é efetuada com base no preço de venda líquido, são utilizados valores de transações semelhantes e outras propostas efetuadas.

| | Taxa de desconto |
|------------------------|------------------|
| Telecomunicações | 9,50% |
| Multimédia | 10,00% |
| Sistemas de Informação | 11,50% |

10. Investimentos disponíveis para venda

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica incluía investimentos financeiros classificados como disponíveis para venda e tinha a seguinte composição:

| | % | 2011 | 2010 |
|--|--------|----------------|----------------|
| Lusa – Agência de Notícias e Portugal, S.A. | 1,38% | 197.344 | 197.344 |
| VISAPRESS - Gestão de Conteúdos dos Média, CRL | 10,00% | 5.000 | 5.000 |
| Outros | - | 9.979 | 9.979 |
| | | 212.323 | 212.323 |

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 a rubrica de "Investimentos disponíveis para venda" não apresentou quaisquer movimentos. No último trimestre de 2010, o Grupo alienou a participação que detinha na empresa Altitude, SGPS, S.A., gerando uma mais-valia de 2.091.120 euros registada em "Outros proveitos financeiros" (Nota 33).

Em 31 de dezembro de 2011, estes investimentos correspondem a participações de valor imaterial em empresas não cotadas e nas quais o Grupo não detém influência significativa, pelo que o seu custo de aquisição foi considerado uma aproximação razoável do seu respetivo justo valor, ajustado, sempre que aplicável, pelas respetivas imparidades identificadas.

A aferição da existência, ou não, de imparidades para os investimentos acima descritos é efetuada recorrendo a comparações com a quota-parte do valor dos capitais próprios pertencentes ao grupo e com múltiplos de vendas e de EBITDA de empresas do mesmo setor.

A informação financeira relativa a estes investimentos pode ser resumida como segue (em milhares de euros):

| | Ativo | Capital próprio | Dívida Bruta | Volume de Negócios | Resultado Operacional | Resultado Líquido |
|---|--------|-----------------|--------------|--------------------|-----------------------|-------------------|
| Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A. ⁽¹⁾ | 18.603 | 8.624 | 5.017 | 19.213 | 1.093 | 654 |
| VISAPRESS - Gestão de Conteúdos dos Média, CRL ⁽¹⁾ | 15 | (49) | - | - | (113) | (114) |

⁽¹⁾ Valores em milhares de euros reportados a 31-12-2010.

11. Impostos diferidos

Os ativos por impostos diferidos, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, no montante de 103.853.881 euros e 109.587.224 euros, respetivamente, decorrem, essencialmente, de prejuízos fiscais reportáveis, de diferenças temporárias e da diferença entre o valor contabilístico e fiscal de alguns ativos fixos.

O movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foi como segue:

| | 2011 | 2010 |
|---|--------------------|--------------------|
| Saldo inicial | 109.587.224 | 121.894.677 |
| Efeito em resultados: | | |
| Movimento nos impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais reportáveis registados em exercícios anteriores | 327.124 | (4.281.588) |
| Ajustamentos IAS/IFRS | (6.015.328) | (6.350.717) |
| Movimentos nas provisões não aceites fiscalmente e nos benefícios fiscais | 5.732.106 | 5.220.299 |
| Diferenças temporárias resultantes da Licença UMTS | (365.029) | 5.573.220 |
| Movimentos, líquidos, nas diferenças temporárias entre o valor contabilístico e fiscal dos ativos fixos | (2.163.128) | (9.269.078) |
| Diferenças temporárias resultantes da operação de titularização de créditos (Optimus) | (3.220.000) | (3.220.000) |
| Sub-total do efeito em resultados (Nota 34) | (5.704.255) | (12.327.864) |
| Outros | (29.088) | 20.411 |
| Saldo final | 103.853.881 | 109.587.224 |

No exercício findo em 31 de dezembro de 2008, foram constituídos impostos diferidos ativos no montante de 16,1 milhões de euros, decorrentes da operação de titularização de créditos futuros concretizada em dezembro de 2008 (Nota 23). Em resultado desta operação, e de acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 219/2001, de 4 de agosto, os 100 milhões de euros foram acrescidos para efeitos do apuramento do resultado fiscal relativo ao exercício de 2008, gerando assim uma diferença temporária entre o resultado contabilístico e o resultado fiscal, tendo sido registados impostos diferidos ativos na extensão em que era provável, com razoável segurança, a sua utilização. Até 31 de dezembro de 2011, foi revertido um montante de 9,9 milhões de euros, correspondente à reversão da respetiva diferença temporária.

Os impostos diferidos relacionados com os Ajustamentos IAS/IFRS correspondem a diferenças temporárias geradas nas empresas incluídas na consolidação e resultam do fato de os ajustamentos de conversão para IAS/IFRS, registados nestas empresas, à data de 31 de dezembro de 2009, já considerados nas demonstrações financeiras consolidadas em IAS/IFRS, de exercícios anteriores, apenas serem considerados para efeitos fiscais, linearmente, pelo período de 5 anos entre 2010 e 2014.

Os impostos diferidos relacionados com a Licença UMTS referem-se a diferenças temporárias relativas ao valor da licença UMTS, da subsidiária Optimus. Nas demonstrações financeiras consolidadas e de acordo com as IAS/IFRS, a licença foi amortizada linearmente, pelo período estimado de vida útil. Para efeitos fiscais, até ao exercício de 2009, a licença UMTS foi amortizada utilizando, nos primeiros cinco anos de operação comercial, de 2004 a 2008, quotas progressivas em função da capacidade da rede instalada, após o que seriam aplicadas quotas constantes até ao termo da licença. Deste modo, o grupo registou impostos diferidos ativos relativos à diferença temporária entre o valor da licença para efeitos fiscais e o valor registado nas demonstrações financeiras consolidadas.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, foi efetuada uma avaliação dos impostos diferidos a reconhecer, de que decorrem, essencialmente, ativos por impostos diferidos, tendo os mesmos sido registados apenas na extensão em que era provável, com razoável segurança, que lucros tributáveis futuros estariam utilizáveis e contra os quais pudessem ser utilizadas as perdas fiscais ou diferenças tributárias dedutíveis. Esta avaliação baseou-se nos últimos planos de negócio aprovados pelos respetivos Conselhos de Administração das empresas do Grupo, periodicamente revistos e atualizados. Os principais critérios utilizados nesses planos de negócio encontram-se descritos na Nota 9.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a taxa de imposto utilizada nas empresas portuguesas, para o apuramento dos impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais foi de 25%. No caso das diferenças temporárias, nomeadamente das provisões não aceites e perdas de imparidade, a taxa utilizada foi de 26,5%. Os benefícios fiscais, por se tratarem de deduções à coleta, são considerados a 100%, sendo que em alguns casos, a sua integral aceitação encontra-se dependente da aprovação das autoridades concedentes de tais benefícios fiscais. Não foi considerada a Derrama estadual, por não se entender como provável a tributação das diferenças temporárias no período estimado de aplicação da referida taxa. Para as empresas estrangeiras foi utilizada a taxa em vigor em cada um dos países.

De acordo com as declarações fiscais e outra informação preparada pelas empresas que registam ativos por impostos diferidos, o detalhe dos mesmos em 31 de dezembro de 2011, por situação geradora, era como segue:

| Situação geradora | Empresas incluídas no RETGS | Empresas excluídas do RETGS | | | | | | | Total Grupo Sonaecom |
|---|-----------------------------|-----------------------------|-------------------|----------------|----------------|--|----------------|------------------|----------------------|
| | | Digitmarket | Cape Technologies | We Do Brasil | We Do USA | Sonecom Sistemas de Informação Espanha | We Do Mexico | Total | |
| Prejuízos fiscais reportáveis: | | | | | | | | | |
| A serem utilizados até 2015 | 6.199.247 | - | - | - | - | - | - | - | 6.199.247 |
| A serem utilizados até 2021 | - | - | - | - | - | - | 113.907 | 113.907 | 113.907 |
| A serem utilizados até 2025 | - | - | - | - | - | 158.938 | - | 158.938 | 158.938 |
| A serem utilizados até 2030 | - | - | - | - | 142.929 | - | - | 142.929 | 142.929 |
| Sem limite de utilização | - | - | 134.506 | 403.242 | - | - | - | 537.748 | 537.748 |
| Prejuízos fiscais | 6.199.247 | - | 134.506 | 403.242 | 142.929 | 158.938 | 113.907 | 953.522 | 7.152.769 |
| Provisões não aceites fiscalmente e outras diferenças temporárias | | | | | | | | | |
| Benefícios Fiscais (SIFIDE) | 3.519.525 | - | - | - | - | - | - | - | 3.519.525 |
| Ajustamentos na conversão para IAS/IFRS | 20.202.723 | 632 | - | - | - | - | - | 632 | 20.203.355 |
| Diferenças temporárias resultantes da operação de titularização de créditos | 6.440.000 | - | - | - | - | - | - | - | 6.440.000 |
| Diferenças entre o valor contabilístico e fiscal dos ativos fixos e outros | - | - | - | - | - | - | - | - | 39.975.219 |
| Outros | - | - | - | (28.229) | 10.727 | - | (10.747) | (28.249) | (28.249) |
| Total | 62.796.746 | 32.552 | 134.506 | 375.013 | 153.656 | 158.938 | 227.251 | 1.081.916 | 103.853.881 |

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os valores de impostos diferidos não registados por, atualmente, não ser provável a existência de lucros fiscais futuros suficientes para os absorver eram como se segue:

| | 2011 | 2010 |
|--|-------------------|-------------------|
| Prejuízos fiscais | 31.472.868 | 49.139.693 |
| Diferenças temporárias (provisões não aceites e outras diferenças temporárias) | 43.764.377 | 36.576.315 |
| Outros | 13.144.536 | 11.123.352 |
| | 88.381.781 | 96.839.360 |

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais não registados têm as seguintes datas limite de utilização:

| Limite de utilização | 2011 | 2010 |
|--------------------------|-------------------|-------------------|
| 2011 | - | 4.456.587 |
| 2012 | 5.140.870 | 13.625.849 |
| 2013 | 13.848.361 | 14.930.200 |
| 2014 | 694.052 | 1.782.263 |
| 2015 | 5.795.826 | 7.394.686 |
| 2016 | 1.190.261 | 1.204.308 |
| 2017 | 1.710.943 | 1.771.661 |
| 2018 | 56.555 | 409.870 |
| 2019 | 53.209 | 1.453.372 |
| 2020 | 10.202 | - |
| Sem limite de utilização | 2.972.589 | 2.110.897 |
| | 31.472.868 | 49.139.693 |

Os anos de 2016 e seguintes são aplicáveis a subsidiárias localizadas em países com um período de reporte de prejuízos fiscais superior a 4 anos.

Os passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 no montante de 498.166 euros e 786.549 euros, respetivamente, resultam essencialmente de ajustamentos de consolidação e de ajustamentos de conversão para IAS/IFRS da subsidiária WeDo Brasil.

O movimento ocorrido nos passivos por impostos diferidos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, foi como segue:

| | 2011 | 2010 |
|--|-----------|-----------|
| Saldo inicial | (786.549) | (106.929) |
| Efeito em resultados: | | |
| Diferenças temporárias entre o resultado contabilístico e fiscal | 233.166 | - |
| Ajustamentos na conversão para IAS / IFRS | - | (679.620) |
| Sub-total do efeito em resultados (Nota 34) | 233.166 | (679.620) |
| Outros | 55.217 | - |
| Saldo final | (498.166) | (786.549) |

A reconciliação entre o resultado antes de imposto e o imposto registado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é como segue:

| | 2011 | 2010 |
|---|--------------|--------------|
| Resultado antes de imposto | 73.598.106 | 58.097.553 |
| Imposto (25%) | (18.399.527) | (14.524.388) |
| Ativos por impostos diferidos não registados nas contas individuais e/ou resultantes de ajustamentos de consolidação e outros ajustamentos à matéria coletável, tributação autónoma e derrama | (5.074.717) | (8.529.227) |
| Registo/(anulação) de ativos por impostos diferidos relativos a exercícios anteriores | 5.390.414 | (4.281.588) |
| Utilização de prejuízos fiscais e benefícios fiscais sem registo de imposto diferido ativo em exercícios anteriores | 11.293.781 | - |
| Diferenças temporárias do exercício sem registo de impostos diferidos ativos | (4.323.952) | - |
| Registo de passivos por impostos diferidos | 233.166 | (679.620) |
| Diferenças temporárias não registadas resultantes da operação de titularização de créditos | 1.800.000 | 1.800.000 |
| Registo/(anulação) de impostos diferidos relativos a benefícios fiscais (SIFIDE) | (1.593.851) | 3.396.977 |
| Movimento nas diferenças temporárias entre o valor contabilístico e fiscal da Licença UMTS | (365.029) | 6.068.500 |
| Impostos registados no exercício (Nota 34) | (11.039.716) | (16.749.346) |

A Administração Fiscal tem a possibilidade de rever a situação fiscal da Empresa e das empresas participadas com sede social em Portugal durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais de cada exercício, desde 2008 (inclusive), poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. É convicção do Conselho de Administração que eventuais correções àquelas declarações de impostos não produzirão efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras anexas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a subsidiária Optimus foi notificada do Relatório da Inspeção Tributária, onde se considera que é indevido o acréscimo, no apuramento do lucro tributável do exercício de 2008, do montante de 100 milhões de euros, respeitante ao preço inicial dos créditos futuros cedidos para titularização. A respetiva Nota de Liquidação foi rececionada em abril de 2011, sendo que a Optimus impugnou esta decisão e é convicção do Conselho de Administração da Optimus e do Grupo de que existem argumentos sólidos para a obtenção de sentença favorável à Optimus, razão pela qual se manteve o registo dos impostos diferidos ativos associados a esta operação.

Conforme convicção do Conselho de Administração do Grupo corroborada pelos nossos advogados e consultores fiscais, não existem passivos materiais associados a contingências fiscais prováveis que não se encontrem provisionadas e que devessem ser alvo de divulgação no Anexo ou de registo de provisões nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2011.

12. Existências

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tinha a seguinte composição:

| | 2011 | 2010 |
|--|--------------|--------------|
| Matérias-primas, subsidiárias e de consumo | 824.340 | 947502 |
| Mercadorias | 19.342.283 | 31.456.854 |
| | 20.166.623 | 32.404.356 |
| Perdas de imparidade acumuladas em existências (Nota 22) | (12.801.233) | (14.930.606) |
| | 7.365.390 | 17.473.750 |

O custo das vendas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 ascendeu a 85.401.524 euros e 127.913.977 euros, respetivamente, e foi apurado como segue:

| | 2011 | 2010 |
|--|--------------|--------------|
| Existências iniciais | 32.404.356 | 26.724.850 |
| Compras | 95.924.140 | 153.505.688 |
| Reforço de perdas de imparidade em existências (Nota 22) | 153.004 | 3.923.887 |
| Regularização de existências | (22.913.354) | (23.836.093) |
| Existências finais | (20.166.622) | (32.404.356) |
| | 85.401.524 | 127.913.977 |

Os montantes inscritos nas rubricas de "Regularizações de existências", em 31 de dezembro de 2011 e 2010, referem-se, essencialmente, a transferências de terminais de telecomunicações da rubrica "Existências" para a rubrica de "Ativos fixos tangíveis" ao abrigo de contratos de comodato celebrados com clientes da subsidiária Optimus - Comunicações S.A. (Nota 6).

As perdas acumuladas de imparidade para depreciação de existências refletem a diferença entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido de mercado das existências, bem como a estimativa de perdas de imparidade por baixa rotação, obsolescência e deterioração e são registados em 'Custo das Vendas' (Nota 1.)).

13. Clientes

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tinha a seguinte composição:

| | 2011 | 2010 |
|---|--------------|--------------|
| Clientes correntes: | | |
| Telecomunicações | 120.746.430 | 113.218.382 |
| Sistemas de Informação | 21.459.716 | 25.322.246 |
| Multimédia e outros | 3.931.828 | 4.753.572 |
| | 146.137.974 | 143.294.200 |
| Clientes de cobrança duvidosa | 78.045.001 | 69.882.223 |
| | 224.182.975 | 213.176.423 |
| Perdas de imparidade acumuladas em clientes (Nota 22) | (78.045.001) | (69.882.223) |
| | 146.137.974 | 143.294.200 |

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a composição das perdas por imparidade acumuladas por segmento é como segue:

| | 2011 | 2010 |
|--|------------|------------|
| Perdas de imparidade acumuladas em clientes: | | |
| Telecomunicações | 73.205.349 | 65.609.712 |
| Sistemas de Informação | 1.563.139 | 1.330.035 |
| Multimédia e outros | 3.276.513 | 2.942.476 |
| | 78.045.001 | 69.882.223 |

A exposição do grupo ao risco de crédito é atribuível antes de mais às contas a receber da sua atividade operacional. Os montantes apresentados no balanço encontram-se líquidos das perdas acumuladas de imparidades para cobranças duvidosas que foram estimadas pelo Grupo, de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolventes económicas. O Conselho de Administração entende que os valores contabilísticos das contas a receber se aproximam do seu justo valor.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a antiguidade dos saldos de clientes pode ser detalhada como segue:

| | Total | Vencido sem imparidade | | | | Vencido e com imparidade | | | |
|-------------|-------------|------------------------|-------------|--------------|-----------------|--------------------------|---------------|----------------|------------------|
| | | Não vencido | Até 30 dias | 30 a 90 dias | Mais de 90 dias | Até 90 dias | 90 a 180 dias | 180 a 360 dias | Mais de 360 dias |
| 2011 | | | | | | | | | |
| Cientes | 224.182.975 | 59.611.862 | 19.081.078 | 7.527.518 | 29.673.763 | 4.018.913 | 6.526.889 | 2.177.564 | 95.565.388 |
| 2010 | | | | | | | | | |
| Cientes | 213.176.422 | 51.571.775 | 17.506.632 | 11.680.213 | 34.712.640 | 5.985.244 | 5.859.106 | 6.197.103 | 79.663.709 |

Em 31 de dezembro de 2011, do valor total das contas a receber, com antiguidade superior a 90 dias e com imparidade, líquido dos montantes de IVA que o Grupo espera e desenvolve esforços concretos para recuperar, encontram-se provisionados cerca de 90%.

A monitorização do risco de crédito é efetuada de forma contínua e pode ser resumida como segue:

Para os saldos de operadores, os montantes a receber são analisados casuisticamente. Para cada operador é apurada a exposição máxima ao risco e o ajustamento ao ativo é calculado com base na antiguidade de cada saldo, na existência de disputas e na situação financeira de cada operador.

Em relação aos agentes, estes são classificados em termos de risco com base na continuidade de prestação de serviços e na sua situação financeira, sendo o ajustamento por imparidade calculado por aplicação de uma percentagem de incobrabilidade, apurada com base em dados históricos.

Para os clientes regulares, a imparidade é calculada pela aplicação de uma taxa de incobrabilidade apurada recorrendo ao histórico de cobranças do Grupo.

Para os restantes ativos, a imparidade é calculada com base na antiguidade dos saldos a receber líquidos dos montantes a pagar e do conhecimento da situação financeira do devedor.

As garantias e cauções existentes para alguns operadores e agentes não são materiais.

14. Outras dívidas de terceiros

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tinha a seguinte composição:

| | 2011 | 2010 |
|---|------------|------------|
| Sociedade de Informação | 12 626 005 | 17 390 276 |
| Outros devedores | 3 003 700 | 3 544 925 |
| Adiantamentos a fornecedores | 1 195 842 | 2 629 722 |
| Estado e outros entes públicos | 9 763 823 | 38 266 184 |
| Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 22) | (655 908) | (528 408) |
| | 25 933 462 | 61 302 698 |

Em 31 de dezembro de 2011, a posição líquida do grupo Sonaecom com a "Fundação para as Comunicações Móveis", no âmbito do programa "Iniciativas E", corresponde a um valor a receber no montante de 12.626.005 euros (17.390.276 Euros em 31 de dezembro de 2010).

Em 31 de dezembro de 2011, a rubrica 'Estado e outros entes públicos' incluía pedidos de reembolso de Imposto Sobre Valor Acrescentado da Be Artis e da Be Towering, no montante total de 8.868.043 euros (31.281.446 euros em 2010 da Be Artis), decorrentes, essencialmente, da compra de ativos fixos tangíveis efetuada por estas subsidiárias à Optimus – Comunicações S.A., no final desse exercício (Nota 27).

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a rubrica "Outros devedores" refere-se, essencialmente, a valores a receber pela subsidiária Optimus – Comunicações S.A..

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a antiguidade de saldos de outros devedores e adiantamentos a fornecedores pode ser detalhada como segue:

| | Total | Vencido sem imparidade | | | | Vencido e com imparidade | | | |
|------------------------------|-------------------|------------------------|------------------|------------------|-------------------|--------------------------|---------------|----------------|------------------|
| | | Não vencido | Até 30 dias | 30 a 90 dias | Mais de 90 dias | Até 90 dias | 90 a 180 dias | 180 a 360 dias | Mais de 360 dias |
| 2011 | | | | | | | | | |
| Outros devedores | 15.629.705 | 598.855 | 305.936 | 155.609 | 13.989.237 | 338.420 | 396 | 8.559 | 232.693 |
| Adiantamentos a fornecedores | 1.195.842 | 176.566 | 459.879 | 131.879 | 341.443 | 244 | - | 21 | 85.810 |
| | 16.825.547 | 775.421 | 765.815 | 287.488 | 14.330.680 | 338.664 | 396 | 8.580 | 318.503 |
| 2010 | | | | | | | | | |
| Outros devedores | 20.935.204 | 2.258.167 | 641.962 | 2.233.492 | 15.568.690 | - | - | - | 232.893 |
| Adiantamentos a fornecedores | 2.629.722 | 250.639 | 867.132 | 274.779 | 1.237.172 | - | - | - | - |
| | 23.564.926 | 2.508.806 | 1.509.094 | 2.508.271 | 16.805.862 | - | - | - | 232.893 |

Os valores vencidos e sem imparidade correspondem, maioritariamente, a dívidas com empresas do Grupo Sonae e com outras entidades, para as quais não existe risco de crédito.

15. Outros ativos correntes

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tinha a seguinte composição:

| | 2011 | 2010 |
|---|-------------------|-------------------|
| Faturação a emitir a clientes por prestação de serviços | 39.850.808 | 38.486.597 |
| Faturação a emitir a operadores | 17.455.886 | 18.421.496 |
| Trabalhos especializados pagos antecipadamente | 9.854.599 | 9.389.330 |
| Outros acréscimos de proveitos | 1.523.941 | 1.212.637 |
| Descontos de quantidade a receber | 577.401 | 820.998 |
| Rendas pagas antecipadamente | 989.459 | 946.377 |
| Outros despesas pagas antecipadamente | 471.481 | 561.695 |
| | 70.723.575 | 69.839.130 |

Os resultados relativos a projetos realizados pela área de sistemas de informação são reconhecidos com base na percentagem de acabamento dos mesmos, a qual é calculada tendo por base a percentagem de custos já incorridos com trabalho realizado até à data relativamente ao total de custos estimados para o mesmo projeto, exceto quando tal não seja representativo da fase de acabamento do projeto.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os projetos em curso podem ser resumidos como segue:

| | 2011 | 2010 |
|--------------------------------|------------|------------|
| Número de projetos em curso | 418 | 407 |
| Total de custos reconhecidos | 16.608.033 | 17.294.331 |
| Total de receitas reconhecidas | 26.612.772 | 24.410.691 |
| Total de proveitos diferidos | 5.908.503 | 5.369.221 |
| Total de proveitos acrescidos | 5.603.369 | 3.719.521 |

16. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

| | 2011 | 2010 |
|--|-------------|-------------|
| Numerário | 235.105 | 190.896 |
| Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis | 6.699.981 | 6.709.461 |
| Aplicações de tesouraria | 182.414.968 | 61.677.547 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 189.350.054 | 68.577.903 |
| Descobertos bancários (Nota 20) | (318.296) | (2.553.704) |
| | 189.031.758 | 66.024.199 |

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o detalhe da rubrica 'Aplicações de tesouraria' é como segue:

| | 2011 | 2010 |
|----------------------|-------------|------------|
| Sonae Investments BV | 36.810.000 | 56.810.000 |
| Aplicações bancárias | 145.604.968 | 4.867.547 |
| | 182.414.968 | 61.677.547 |

As aplicações de tesouraria acima referidas são remuneradas e, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, venceram juros a uma taxa média de 3,009% (2,132% em 2010).

17. Capital social

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o capital social da Sonaecom estava representado por 366.246.868 ações correspondentes a ações ordinárias escriturais nominativas, com o valor unitário de 1 euro. Nessas datas, a estrutura acionista era a seguinte:

| | 2011 | | 2010 | |
|--------------------------------------|-----------------|---------|-----------------|---------|
| | Número de ações | % | Número de ações | % |
| Sontel BV | 194.063.119 | 52,99% | 183.374.470 | 50,07% |
| Ações dispersas em Bolsa | 76.737.177 | 20,95% | 69.117.232 | 18,87% |
| Atlas Service Belgium | 73.249.374 | 20,00% | 73.249.374 | 20,00% |
| Millenium BCP | 12.500.998 | 3,41% | 12.500.998 | 3,41% |
| Ações próprias (Nota 18) | 9.045.200 | 2,47% | 9.256.357 | 2,53% |
| Sonae SGPS | 650.000 | 0,18% | 838.649 | 0,23% |
| Efanor Investimentos, S.G.P.S., S.A. | 1.000 | 0,00% | 1.000 | 0,00% |
| Sonae Investments BV | - | - | 10.500.000 | 2,87% |
| Santander Asset Management* | - | - | 7408.788 | 2,02% |
| | 366.246.868 | 100,00% | 366.246.868 | 100,00% |

* Por já não corresponder a uma participação qualificada, o número de ações detidas pelo Santander Asset Management, com base na informação obtida em 16 de fevereiro de 2011, foi incluído nas ações dispersas em Bolsa.

A totalidade das ações que representam o capital social da Sonaecom corresponde a ações autorizadas, subscritas e pagas. Todas as ações têm os mesmos direitos, correspondendo um voto a cada uma.

18. Ações próprias

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Sonaecom entregou a colaboradores um total de 1.764.157 ações próprias, no âmbito do seu Plano de Incentivo de Médio Prazo (1.040.605 ações durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010).

Adicionalmente, durante o exercício, a Empresa adquiriu 1.553.000 novas ações (a um preço médio de 1,432 euros), detendo, à data de 31 de dezembro de 2011, 9.045.200 ações próprias representativas de 2,47% do seu capital social, a um preço médio de 1,503 euros.

19. Interesses sem controlo

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os interesses sem controlo tinham a seguinte composição:

| | 2011 | 2010 |
|-------------|----------------|----------------|
| Digitmarket | 460.541 | 507442 |
| Saphety | 53.157 | 83.495 |
| Outros | 1.956 | 2.853 |
| | 515.654 | 593.790 |

20. Empréstimos

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os empréstimos obtidos tinham a seguinte composição:

a) Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo:

| Empresa | Denominação | Limite | Vencimento | Tipo de amortização | Montante utilizado | |
|----------|---|-------------|------------|---------------------|--------------------|--------------------|
| | | | | | 2011 | 2010 |
| Sonaecom | Obrigações Sonaecom SGPS 2005 | 150.000.000 | Jun-13 | Final | 150.000.000 | 150.000.000 |
| SGPS | Obrigações Sonaecom SGPS 2011 | 100.000.000 | Mar-15 | Final | 100.000.000 | - |
| | Obrigações Sonaecom SGPS 2010 | 40.000.000 | Mar-15 | Final | 40.000.000 | 40.000.000 |
| | Obrigações Sonaecom SGPS 2010 | 30.000.000 | Fev-13 | Final | 30.000.000 | 30.000.000 |
| | Encargos financeiros suportados na emissão da dívida, por amortizar | - | - | - | (2.885.931) | (1.883.453) |
| | Juros corridos e não vencidos | - | - | - | 2.371.796 | 800.356 |
| | | | | | 319.485.865 | 218.916.903 |
| Sonaecom | Papel Comercial | 150.000.000 | Jul-12 | - | - | 85.000.000 |
| SGPS | Encargos financeiros suportados na emissão da dívida, por amortizar | - | - | - | - | (114.339) |
| | Juros corridos e não vencidos | - | - | - | - | 416.833 |
| | | | | | | 85.302.494 |
| | | | Jun/Ago-13 | | | |
| Unipress | Empréstimo bancário | - | e Jul-17 | - | 303.271 | 431.059 |
| Saphety | Suprimentos de minoritários | - | - | - | 387.721 | 387.550 |
| | | | | | 320.176.857 | 305.038.006 |

b) Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos:

| Empresa | Denominação | Limite | Vencimento | Tipo de amortização | Montante utilizado | |
|----------|---|-------------|------------|---------------------|--------------------|-------------------|
| | | | | | 2011 | 2010 |
| Sonaecom | Papel Comercial | 150.000.000 | Jul-12 | - | 118.000.000 | - |
| SGPS | Papel Comercial | 40.000.000 | Mai-11 | - | - | 15.000.000 |
| | Papel Comercial | 30.000.000 | Abr-12 | - | - | 4.000.000 |
| | Papel Comercial | 15.000.000 | Jun-12 | - | - | 9.250.000 |
| | Encargos financeiros suportados na emissão da dívida, por amortizar | - | - | - | (76.886) | - |
| | Juros corridos e não vencidos | - | - | - | 163.621 | 138.536 |
| | | | | | 118.086.735 | 28.388.536 |
| Diversas | Descobertos bancários (Nota 16) | - | - | - | 318.296 | 2.553.704 |
| | | | | | 318.296 | 2.553.704 |
| | | | | | 118.405.031 | 30.942.240 |

Empréstimos Obrigacionistas

Em junho de 2005, a Sonaecom procedeu à contratação de um Empréstimo Obrigacionista, por subscrição particular, no montante de 150 milhões de euros sem garantias e pelo prazo de 8 anos. As obrigações vencem juros a taxas variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Esta emissão foi organizada e montada pelo Millenium BCP Investimento.

Em fevereiro e março de 2010, a Sonaecom procedeu à contratação de dois outros Empréstimos Obrigacionistas, ambos por subscrição particular, nos montantes de 30 e 40 milhões de euros, sem garantias, e pelos prazos de 3 e 5 anos, respetivamente. Ambos os empréstimos vencem juros a taxas variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Estas emissões foram organizadas e montadas, respetivamente, pelo Banco Espírito Santo de Investimento e pelo Caixa – Banco de Investimento. Estas emissões obrigacionistas foram admitidas à negociação no mercado da Euronext Lisbon.

Em setembro de 2011, a Sonaecom procedeu à contratação de um Empréstimo Obrigacionista, por subscrição particular, no montante de 100 milhões de euros, sem garantias e pelo prazo de 3,5 anos. As obrigações vencem juros a taxas variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Esta emissão foi organizada e montada pelo BNP Paribas, ING Belgium SA/NV e WestLB AG.

Os empréstimos acima mencionados não têm garantias associadas e o cumprimento das obrigações assumidas ao abrigo dos mesmos é, exclusivamente, garantido pelas atividades e capacidade de geração de fundos da respetiva empresa devedora.

A taxa de juro média dos empréstimos obrigacionistas, no período, foi de 2,98% (2,01%, em 2010).

Programas de Papel Comercial

Em julho de 2007, a Sonaecom procedeu à contratação de um Programa de Emissões de Papel Comercial, até ao montante máximo de 250 milhões de euros com garantia de subscrição e com vigência por um prazo de cinco anos, organizado pelo Banco Santander de Negócios Portugal e pela Caixa – Banco de Investimento. De acordo com as condições iniciais de emissão, este Programa foi reduzido para 150 milhões de euros em julho de 2010.

O sindicato de garantia de colocação é composto pelas seguintes instituições: Banco Santander Totta, Caixa Geral de Depósitos, Banco BPI, Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), Banco Comercial Português e BNP Paribas (sucursal em Portugal).

Adicionalmente, a Sonaecom dispõe de três Programas de Emissões de Papel Comercial, com garantias de subscrição, com as seguintes características:

| Montante | Data de contratação | Garantia de subscrição | Maturidade |
|-----------------------|---------------------|--|--------------------------------|
| 30 milhões de euros | abril de 2010 | Bankia (representação em Portugal) e Banco BPI | 1 ano, eventualmente renovável |
| 15 milhões de euros | junho de 2010 | Caixa Económica Montepio Geral | 1 ano, eventualmente renovável |
| 10 milhões de euros * | novembro de 2010 | Banco Popular | 1 ano, eventualmente renovável |

* Pode também ser utilizado sob a forma de conta corrente ou autorização de descoberto em conta.

Os empréstimos acima mencionados não têm garantias associadas e o cumprimento das obrigações assumidas ao abrigo dos mesmos é exclusivamente garantido pelas atividades e capacidade de geração de fundos da respetiva empresa devedora.

Em 31 de dezembro de 2011, os principais condicionalismos financeiros (*covenants*) incluídos em contratos de dívida estão relacionados com o empréstimo obrigacionista contraído pela Sonaecom em setembro de 2011, no montante total de 100 milhões de euros e que estabelecem: (i) a obrigatoriedade de a Sonaecom, a Optimus, a Artis e a Sonae Telecom, assim como as empresas cujos ativos e EBITDA sejam iguais ou superiores a 15% dos ativos e do EBITDA consolidado (*material subsidiaries*) representem, no seu conjunto, 80% ou mais do EBITDA do Grupo e dos Ativos Consolidados do Grupo; e (ii) a obrigação de assegurar que a dívida líquida consolidada não excede 3 vezes o EBITDA consolidado. Adicionalmente, este e outros empréstimos da Sonaecom estão abrangidos por cláusulas de *Negative pledge*, as quais impõem determinadas restrições à oneração ou constituição de garantias reais sobre os ativos tangíveis das *material subsidiaries* e obrigam à manutenção

de controlo sobre a Optimus. As penalidades aplicáveis no caso de incumprimento destes condicionalismos financeiros traduzem-se genericamente no pagamento antecipado do financiamento obtido.

Em 31 de dezembro de 2011, a Sonaecom cumpria integralmente todos os condicionalismos financeiros acima mencionados.

Linhas de crédito bancário de curto prazo

A Sonaecom dispõe ainda de um conjunto de linhas de crédito bancário de curto prazo, sob a forma de contas correntes ou autorizações de descoberto em conta, no montante global de 19 milhões de euros. Estas linhas de crédito têm prazos de até um ano, automaticamente renováveis exceto em caso de denúncia de qualquer das partes, com determinados períodos de pré-aviso.

Todos os Programas de Papel Comercial e linhas de crédito bancário de curto prazo foram contraídos em euros e vencem juros a taxas de mercado, indexadas à Euribor do respetivo prazo.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as dívidas a instituições de crédito (valores nominais), relacionadas com empréstimos obrigacionistas e papel comercial classificadas a médio e longo prazo, tinham o seguinte plano de reembolso e pagamento de juros previsto (valores determinados com base nas últimas taxa fixadas para cada tipo de empréstimo):

| | N+1 | N+2 | N+3 | N+4 | N+5 |
|----------------------------|------------|-------------|-------------|-------------|------------|
| 2011 | | | | | |
| Empréstimo obrigacionista: | | | | | |
| Amortização | - | 180.000.000 | - | 140.000.000 | - |
| Juros | 11.410.100 | 8.367.566 | 6.479.600 | 1.450.215 | - |
| Papel comercial: | | | | | |
| Amortização | - | - | - | - | - |
| Juros | - | - | - | - | - |
| | 11.410.100 | 188.367.566 | 6.479.600 | 141.450.215 | - |
| 2010 | | | | | |
| Empréstimo obrigacionista: | | | | | |
| Amortização | - | - | 180.000.000 | - | 40.000.000 |
| Juros | 5.361.400 | 5.376.089 | 2.833.123 | 1.254.400 | 288.684 |
| Papel comercial: | | | | | |
| Amortização | - | 85.000.000 | - | - | - |
| Juros | 1.098.810 | 547.900 | - | - | - |
| | 6.460.210 | 90.923.989 | 182.833.123 | 1.254.400 | 40.288.684 |

Apesar da maturidade das emissões de papel comercial ser de uma semana a seis meses, as contrapartes assumiram a colocação e a manutenção dos referidos limites por um prazo de um a cinco anos, fato pelo qual se encontra classificado no passivo não corrente no exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Os suprimentos de minoritários, não têm qualquer maturidade definida.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as linhas de crédito disponíveis pelo Grupo são como segue:

| Empresa | Tipo de crédito | Limite | Montante utilizado | Montante disponível | Maturidade | |
|-------------|---------------------------|-------------|--------------------|---------------------|--------------|------------------|
| | | | | | Até 12 meses | Mais de 12 meses |
| 2011 | | | | | | |
| Sonaecom | Papel comercial | 150.000.000 | 118.000.000 | 32.000.000 | x | |
| Sonaecom | Papel comercial | 30.000.000 | - | 30.000.000 | x | |
| Sonaecom | Papel comercial | 15.000.000 | - | 15.000.000 | x | |
| Sonaecom | Papel comercial | 10.000.000 | - | 10.000.000 | x | |
| Sonaecom | Empréstimo obrigacionista | 150.000.000 | 150.000.000 | - | | x |
| Sonaecom | Empréstimo obrigacionista | 100.000.000 | 100.000.000 | - | | x |
| Sonaecom | Empréstimo obrigacionista | 40.000.000 | 40.000.000 | - | | x |
| Sonaecom | Empréstimo obrigacionista | 30.000.000 | 30.000.000 | - | | x |
| Sonaecom | Contas correntes | 16.500.000 | - | 16.500.000 | x | |
| Sonaecom | Descobertos autorizados | 2.500.000 | - | 2.500.000 | x | |
| Saphety | Descobertos autorizados | 280.000 | 262.872 | 17128 | x | |
| SIRS | Descobertos autorizados | 150.000 | - | - | x | |
| Outras | Diversos | - | 55.424 | - | x | |
| | | 544.430.000 | 438.318.296 | 106.017.128 | | |
| 2010 | | | | | | |
| Sonaecom | Papel Comercial | 150.000.000 | 85.000.000 | 65.000.000 | | x |
| Sonaecom | Papel Comercial | 40.000.000 | 15.000.000 | 25.000.000 | x | |
| Sonaecom | Papel Comercial | 30.000.000 | 4.000.000 | 26.000.000 | x | |
| Sonaecom | Papel Comercial | 15.000.000 | 9.250.000 | 5.750.000 | x | |
| Sonaecom | Papel Comercial | 10.000.000 | - | 10.000.000 | x | |
| Sonaecom | Empréstimo obrigacionista | 150.000.000 | 150.000.000 | - | | x |
| Sonaecom | Empréstimo obrigacionista | 40.000.000 | 40.000.000 | - | | x |
| Sonaecom | Empréstimo obrigacionista | 30.000.000 | 30.000.000 | - | | x |
| Sonaecom | Contas correntes | 16.500.000 | - | 16.500.000 | x | |
| Sonaecom | Descobertos autorizados | 2.500.000 | - | 2.500.000 | x | |
| Outras | Diversos | - | 2.553.704 | - | x | |
| | | 484.000.000 | 335.803.704 | 150.750.000 | | |

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 não existem instrumentos financeiros de cobertura de taxa de juro pelo que a totalidade da dívida bruta encontra-se exposta a alterações nas taxas de juro de mercado.

Com base no endividamento exposto a taxas variáveis existente no final de 2011, incluindo a dívida relativa a locação financeira, e tendo em conta as aplicações e saldos bancários na mesma data, caso as taxas de juro de mercado venham a subir (descer), em média, 75bp durante o ano de 2011, os juros suportados nesse exercício seriam acrescidos (diminuídos), em aproximadamente, 2.400.000 euros.

21. Outros passivos financeiros não correntes

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica era composta por saldos de fornecedores de ativos fixos tangíveis relativos a contratos de *leasing* cujo vencimento é superior a um ano nos montantes de 17.990.531 euros e 19.253.869, respetivamente.

O plano de reembolso previsto para estes saldos, a 31 de dezembro de 2011 e 2010 era o seguinte:

| | 2011 | | 2010 | |
|-------------------------------|------------------------------|--|------------------------------|--|
| | Pagamentos de <i>leasing</i> | Atualização dos pagamentos de <i>leasing</i> | Pagamentos de <i>leasing</i> | Atualização dos pagamentos de <i>leasing</i> |
| 2011 | - | - | 3.299.843 | 2.171.140 |
| 2012 | 3.619.304 | 2.645.498 | 3.118.469 | 2.265.391 |
| 2013 | 3.267.476 | 2.485.394 | 2.861.485 | 2.106.910 |
| 2014 | 2.277.174 | 1.557.725 | 2.535.270 | 1.348.567 |
| 2015 | 2.208.055 | 1.557.807 | 2.047.842 | 1.423.760 |
| 2016 e seguintes | 15.140.481 | 12.389.605 | 14.707.841 | 12.109.241 |
| | 26.512.490 | 20.636.029 | 28.570.750 | 21.425.009 |
| Juros | (5.876.461) | - | (7.145.741) | - |
| | 20.636.029 | 20.636.029 | 21.425.009 | 21.425.009 |
| Parcela curto prazo (Nota 26) | - | (2.645.498) | - | (2.171.140) |
| | 20.636.029 | 17.990.531 | 21.425.009 | 19.253.869 |

Os acordos de médio e longo prazo estabelecidos com fornecedores de capacidade de rede de fibra ótica em que o Grupo tenha o direito de utilizar essa rede e esta seja considerada como um ativo específico são registados como locação financeira de acordo com a IAS 17 - Locações e com a IFRIC 4 - "Determinar se um acordo contém uma locação". Estes contratos têm uma duração entre 15 e 20 anos.

22. Provisões e perdas de imparidade acumuladas

O movimento ocorrido nas provisões e perdas de imparidade acumuladas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foi o seguinte:

| | Saldo inicial | Reforço | Utilização | Redução | Transferências | Saldo final |
|---|---------------|------------|--------------|-----------|----------------|-------------|
| 2011 | | | | | | |
| Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Notas 13 e 14) | 70.410.631 | 21.420.143 | (14.836.555) | (515.886) | 2.222.576 | 78.700.909 |
| Perdas de imparidade acumuladas em existências (Nota 12) | 14.930.606 | 153.004 | (2.282.377) | - | - | 12.801.233 |
| Provisões para outros riscos e encargos | 33.150.028 | 4.901.837 | (1.883.718) | (32.996) | 12.414.805 | 48.549.956 |
| | 118.491.265 | 26.474.984 | (19.002.650) | (548.882) | 14.637.381 | 140.052.098 |
| 2010 | | | | | | |
| Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Notas 13 e 14) | 67838.678 | 15.166.366 | (12.577.739) | (16.674) | - | 70.410.631 |
| Perdas de imparidade acumuladas em existências (Nota 12) | 12.690.082 | 3.923.887 | (1.683.363) | - | - | 14.930.606 |
| Provisões para outros riscos e encargos | 32.175.824 | 1.547.629 | (71.924) | (501.501) | - | 33.150.028 |
| | 112.704.584 | 20.637.882 | (14.333.026) | (518.175) | - | 118.491.265 |

O reforço das "Provisões para outros riscos e encargos" inclui o montante de 1.365.080 euros (520.360 euros, em 2010) relativo à provisão para desmantelamento de sites, conforme previsto na IAS 16 - "Ativos fixos tangíveis" (Nota 1.d)), e ainda o montante de 1.258.253 euros (163.566 euros em 2010) registado, na demonstração de resultados, em 'Imposto sobre o rendimento' (Nota 34).

O reforço relativo a “Perdas de imparidade acumuladas em existências” encontra-se registado na demonstração de resultados, em “Custo das Vendas” (Nota 1.j). Desta forma, o montante de reforço registado na demonstração de resultados na rubrica de “Provisões e perdas de imparidade” ascende a 23.698.647 euros (16.030.069 euros em 2010).

As utilizações referem-se, essencialmente, à utilização de provisões por contrapartida das contas correntes de clientes com imparidade da filial Optimus – Comunicações S.A., integralmente objeto de perdas de imparidade já reconhecidas na demonstração de resultados.

O valor da redução está registado na Demonstração de Resultados na rubrica ‘Outros Proveitos Operacionais’, no montante de 523.219 euros (Nota 30) e na rubrica de ‘Imposto sobre o Rendimento’, no montante de 25.663 euros (Nota 34).

As transferências referem-se a uma reclassificação de responsabilidades que se encontravam registadas na rubrica ‘Outros passivos correntes’ (Nota 28), por se considerar não poder ser estimado com fiabilidade o momento da concretização da despesa (Nota 1.s)).

A 31 de dezembro de 2011 e 2010, o detalhe das provisões para outros riscos e encargos é como segue:

| | 2011 | 2010 |
|------------------------------|-------------------|-------------------|
| Desmantelamento de sites | 22.864.201 | 22.729.081 |
| Contingências diversas | 3.337.770 | 2.598.683 |
| Processos judiciais em curso | 3.101.417 | 2.485.534 |
| Indemnizações a liquidar | 889.124 | 617.779 |
| Outras responsabilidades | 18.357.444 | 4.718.951 |
| | 48.549.956 | 33.150.028 |

A rubrica de contingências diversas diz respeito a passivos prováveis resultantes de transações diversas efetuadas em exercícios anteriores e cuja saída de fundos é provável.

Relativamente às provisões constituídas para processos judiciais em curso e para outros riscos e encargos, dada a incerteza de tais processos, o Conselho de Administração não consegue estimar, com fiabilidade, o momento em que tais provisões terão de ser utilizadas, pelo que não se procedeu à atualização financeira dos mesmos.

A rubrica ‘Outras responsabilidades’ corresponde sobretudo ao valor de custos imputados ao exercício corrente ou a exercícios passados, em relação aos quais não é possível estimar com grande fiabilidade o momento da concretização da despesa (Nota 1.s)), no montante de cerca de 14 milhões de euros, nos quais se inclui o montante de 6,8 milhões de euros relacionados com o diferendo relativo à indefinição dos preços de interligação do ano de 2011 (Nota 43).

23. Titularização de Créditos

Em 30 de dezembro de 2008, a subsidiária Optimus - Comunicações, S.A., concretizou uma operação de titularização de créditos futuros, no montante de 100 milhões de euros (98.569.400 euros, líquidos de custos iniciais), através da qual cedeu os créditos futuros a serem gerados por uma carteira de contratos com clientes do segmento *Corporate*, ao abrigo do regime estabelecido no Decreto-Lei n.º 453/99, de 5 de novembro (Nota 11).

Esta operação foi coordenada pelo Deutsche Bank, tendo os créditos sido alocados à sociedade TAGUS – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (“TAGUS”), que, para o efeito, procedeu à emissão de obrigações titularizadas denominadas *Magma No. 1 Securitisation Notes*, às quais foi atribuído, pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, o código alfanumérico legalmente exigido (200812TGSSONSXXN0031).

As receitas futuras, nos montantes necessários para assegurar a realização pela TAGUS, dos pagamentos trimestrais de juros e capitais, devidos aos obrigacionistas da emissão associada a esta transação, bem como os outros pagamentos devidos aos demais credores desta operação, serão alocadas pela Optimus – Comunicações, S.A. ao longo dos exercícios de 2009 a 2013 até ao valor máximo de 213.840.362 euros. Nos

termos da operação, o montante a alocar nos próximos 12 meses (19.802.596 euros) foi relevado no passivo corrente e o restante, no montante de 19.951.846 euros, registado no passivo não corrente.

Esta transação não implicou qualquer alteração no tratamento contabilístico dos créditos subjacentes, ou na relação com os respetivos clientes.

A 31 de dezembro de 2011 e 2010, o valor registado em "Titularização de créditos" tinha o seguinte plano de maturidade:

| | N+1 | N+2 | N+3 | N+4 | N+5 | Total |
|---------------------------|------------|------------|------------|-----|-----|------------|
| 2011 | | | | | | |
| Titularização de créditos | 19.802.596 | 19.951.846 | - | - | - | 39.754.442 |
| 2010 | | | | | | |
| Titularização de créditos | 19.634.161 | 19.792.061 | 19.948.351 | - | - | 59.374.573 |

24. Outros passivos não correntes

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tinha a seguinte composição:

| | 2011 | 2010 |
|--|-------------------|------------------|
| Espectro para 4ª Geração | 27.423.410 | - |
| Sociedade de Informação | 2.253.107 | 2.253.107 |
| Planos de Incentivo de Médio Prazo (Nota 39) | 360.580 | 444.303 |
| Outros | 4.682 | 42.207 |
| | 30.041.779 | 2.739.617 |

A rubrica "Espectro para 4ª Geração" corresponde ao valor atual do montante a pagar nos próximos anos, resultante da atribuição, à subsidiária Optimus, das frequências necessárias ao desenvolvimento dos serviços de 4ª Geração (Nota 7).

A rubrica 'Sociedade de Informação' refere-se à parcela de médio e longo prazo ainda não realizada da estimativa associada aos compromissos assumidos pela empresa no âmbito do programa "Iniciativas E" (Notas 7 e 14).

25. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 esta rubrica tinha a seguinte composição e plano de maturidade:

| | Total | Até 90 dias | 90 a 180 dias | Mais de 180 dias |
|--|--------------------|--------------------|------------------|-------------------|
| 2011 | | | | |
| Fornecedores, conta corrente | 128.480.991 | 98.567.383 | - | 29.913.608 |
| Fornecedores de ativos fixos tangíveis | 38.253.595 | 37.253.595 | - | 1.000.000 |
| Fornecedores, faturas em receção e conferência | 5.888.000 | 5.888.000 | - | - |
| | 172.622.586 | 141.708.978 | - | 30.913.608 |
| 2010 | | | | |
| Fornecedores, conta corrente | 127.714.078 | 94.668.318 | 3.307.222 | 29.738.538 |
| Fornecedores de ativos fixos tangíveis | 43.117.660 | 37.548.290 | 847.624 | 4.721.746 |
| Fornecedores, faturas em receção e conferência | 7.901.008 | 7.901.008 | - | - |
| | 178.732.746 | 140.117.616 | 4.154.846 | 34.460.284 |

A 31 de dezembro de 2011 e 2010 esta rubrica inclui saldos a pagar a fornecedores decorrentes da atividade operacional do Grupo e de aquisição de ativos fixos tangíveis. O Conselho de Administração acredita que o valor destes saldos não difere significativamente do seu valor contabilístico e que o efeito da atualização desses montantes não é material.

26. Outros passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2011, a rubrica "Outros passivos financeiros" inclui o montante de 2.645.498 euros (2.171.140 euros em 2010) relativos à parcela de curto prazo dos contratos de *leasing* (Nota 21).

27. Outras dívidas a terceiros

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tinha a seguinte composição:

| | 2011 | 2010 |
|--------------------------------|-------------------|-------------------|
| Outros credores | 5.686.734 | 12.090.269 |
| Estado e outros entes públicos | 18.145.938 | 44.661.886 |
| | 23.832.672 | 56.752.155 |

Em 31 de dezembro de 2010, a rubrica "Outros credores" incluía o montante de 8.860.291 euros referente à aquisição da Sontária (Nota 5).

As dívidas a outros credores tinham o seguinte plano de maturidade:

| | Total | Até 90 dias | 90 a 180 dias | Mais de 180 dias |
|-----------------|------------|-------------|---------------|------------------|
| 2011 | | | | |
| Outros credores | 5.686.734 | 5.686.734 | - | - |
| 2010 | | | | |
| Outros credores | 12.090.269 | 12.090.269 | - | - |

As dívidas a outros credores não incorporam juros. O Conselho de Administração considera que o valor contabilístico não difere significativamente do seu justo valor, e que os efeitos da sua atualização não são materiais.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a rubrica 'Estado e outros entes públicos' refere-se, essencialmente, a Impostos a pagar (Imposto sobre Valor Acrescentado, Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas, Contribuições a pagar à Segurança Social e às retenções de imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares) das seguintes filiais:

| | 2011 | 2010 |
|-------------|-------------------|-------------------|
| Optimus | 13.314.812 | 33.929.861 |
| Sonaecom | 3.399.619 | 319.771 |
| WeDo Brasil | 1.073.747 | 1.694.830 |
| Digitmarket | 793.411 | 927.284 |
| WeDo | 725.160 | 954.065 |
| Be Artis | 679.716 | 693.484 |
| Mainroad | 540.244 | 471.202 |
| Público | 397.917 | 4.596.900 |
| Be Towering | 116.302 | 315.357 |
| Outros | 604.703 | 759.132 |
| | 21.645.631 | 44.661.886 |

A 31 de dezembro de 2011, o saldo da rubrica de 'Estado e outros entes públicos' da filial Optimus -Comunicações S.A. incluía um montante credor de 8.868.043 euros (31.281.446 euros em 2010) de IVA liquidado relativo à venda de ativos fixos tangíveis à Be Artis e Be Towering ocorrida no final do exercício (Nota 14).

28. Outros passivos correntes

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tinha a seguinte composição:

| | 2011 | 2010 |
|--|--------------------|--------------------|
| Custos a pagar: | | |
| Ativos fixos tangíveis e intangíveis | 87109.212 | 8.803.023 |
| Faturação a emitir por operadores | 33.764.156 | 43.994.936 |
| Custos com o pessoal | 24.585.184 | 27.266.801 |
| Sociedade de Informação | 15.793.539 | 33.219.196 |
| Publicidade e propaganda | 7.088.870 | 12.052.377 |
| Trabalhos especializados | 5.100.557 | 6.050.563 |
| Comissões | 4.204.014 | 5.656.915 |
| Descontos de quantidade | 1.133.174 | 3.890.940 |
| Conservação e reparação | 398.410 | 1.122.412 |
| Planos de Incentivo de Médio Prazo (Nota 39) | 281.169 | 214.096 |
| Outros custos a pagar | 2.721.004 | 5.689.930 |
| Outros fornecimentos e serviços externos | 11.393.714 | 16.743.419 |
| | 193.573.003 | 155.901.585 |
| Proveitos diferidos: | | |
| Receitas antecipadas de clientes | 27.465.209 | 31.133.380 |
| Outros proveitos diferidos | 2.835.549 | 1.838.921 |
| | 30.300.758 | 32.972.301 |
| | 223.873.761 | 188.873.886 |

A rubrica 'Ativos fixos tangíveis e intangíveis', em 31 de dezembro de 2011, inclui 83 milhões de euros referentes ao valor a pagar no curto prazo, resultante da atribuição, à subsidiária Optimus, das frequências necessárias ao desenvolvimento dos serviços de 4ª Geração (Nota 7).

Em 31 de dezembro de 2011, o valor relativo a 'Sociedade de Informação' de 15.793.539 (33.219.196 em 2010) euros, é referente à parcela de curto prazo ainda não realizada da estimativa associada aos compromissos assumidos pela empresa, no âmbito do programa "Iniciativas E" (Notas 6 e 14).

A rubrica 'Receitas antecipadas de clientes' diz respeito, essencialmente, a valores recebidos de clientes, por parte da filial Optimus - Comunicações S.A., associados aos recarregamentos de telemóveis e à compra de minutos de telecomunicações ainda não consumidos.

29. Vendas e Prestações de Serviços

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, estas rubricas tinham a seguinte composição:

| | 2011 | 2010 |
|------------------------|--------------------|--------------------|
| Telecomunicações | 753.584.939 | 779.252.625 |
| Sistemas de Informação | 84.155.644 | 111.858.284 |
| Multimédia | 25.870.032 | 29.604.556 |
| Outros | 23.800 | 3.523 |
| | 863.634.415 | 920.718.988 |

A queda registada no nível das vendas de equipamentos é devido principalmente ao término do programa e-iniciativas do Governo Português.

30. Outros Proveitos Operacionais

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a rubrica "Outros proveitos operacionais" tinha a seguinte composição:

| | 2011 | 2010 |
|--------------------------------|------------------|------------------|
| Proveitos suplementares | 3.873.033 | 2.680.618 |
| Redução de provisões (Nota 22) | 523.219 | 518.175 |
| Outros | 4.413.033 | 5.026.191 |
| | 8.809.285 | 8.224.984 |

Em 31 de dezembro de 2011 a rubrica "Outros" inclui o montante de 1.570.028 euros (2.035.017 euros em 2010) relativo à mais-valia obtida na alienação de um conjunto de ativos relacionados com a rede 2G (Nota 6).

31. Fornecimentos e Serviços Externos

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a rubrica "Fornecimentos e serviços externos" apresentava a seguinte composição:

| | 2011 | 2010 |
|--------------------------|--------------------|--------------------|
| Custos de interligação | 188.141.719 | 204.086.050 |
| Trabalhos especializados | 48.371.726 | 57.217.261 |
| Comissões | 43.640.177 | 42.743.208 |
| Rendas e alugueres | 33.571.032 | 34.118.298 |
| Publicidade e propaganda | 31.871.879 | 34.929.381 |
| Outros subcontratos | 30.062.630 | 29.849.483 |
| Aluguer de circuitos | 18.184.398 | 21.973.260 |
| Eletricidade | 9.349.685 | 10.478.603 |
| Deslocações e estadas | 5.482.738 | 5.533.926 |
| Comunicação | 5.479.917 | 5.984.616 |
| Conservação e Reparação | 5.061.148 | 6.677.721 |
| Honorários | 3.283.231 | 4.210.566 |
| Outros | 19.750.632 | 21.971.798 |
| | 442.250.912 | 479.774.171 |

Os compromissos assumidos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 com contratos de locação operacional são como seguem:

| | 2011 | 2010 |
|--|--------------------|--------------------|
| Pagamentos mínimos de locação operacional: | | |
| 2011 | - | 45.447.226 |
| 2012 | 42.839.962 | 42.369.869 |
| 2013 | 40.095.819 | 40.754.278 |
| 2014 | 37.436.967 | 36.101.605 |
| 2015 | 33.194.388 | 33.286.152 |
| 2016 | 30.878.165 | 32.407.017 |
| 2017 e seguintes | 33.015.458 | - |
| Renováveis por 1 ano | 3.032.699 | 3.980.102 |
| | 220.493.458 | 234.346.249 |

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram reconhecidos 46.043.036 euros (49.915.160 euros, em 2010) na rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" relativos a rendas de locações operacionais, repartidas entre as rubricas "Rendas e alugueres" e "Alugueres de circuitos".

As rendas relativas a aluguer de espaço são maioritariamente compostas pelo contrato de aluguer do edifício Sonaecom em Lisboa, realizado durante o exercício de 2007 por um prazo de 5 anos e com a possibilidade de renovação anual. A atualização das rendas ocorrerá no final do primeiro ciclo do contrato, isto é, após os primeiros cinco anos.

32. Outros custos operacionais

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a rubrica 'Outros custos operacionais' apresentava a seguinte composição:

| | 2011 | 2010 |
|------------------|-------------------|-------------------|
| Impostos e taxas | 14.869.479 | 14.012.737 |
| Outros | 794.070 | 650.745 |
| | 15.663.549 | 14.663.482 |

A rubrica 'Impostos e taxas', em 31 de dezembro de 2011 e 2010, inclui, essencialmente, as taxas pagas pela subsidiária Optimus - Comunicações à ANACOM, associadas ao número de clientes ativos, obrigação esta definida no âmbito da atribuição da licença de operador de GSM e UMTS.

33. Resultados financeiros

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, têm a seguinte composição:

| | 2011 | 2010 |
|---|---------------------|---------------------|
| Resultados financeiros relativos a empresas associadas: | | |
| Perdas relativas a empresas associadas | (54.422) | - |
| | (54.422) | - |
| Custos financeiros: | | |
| Juros suportados: | | |
| Juros suportados: | (15.366.263) | (13.455.875) |
| Empréstimos bancários | (10.306.109) | (7.513.862) |
| Juros securitização (Nota 23) | (2.895.623) | (3.615.502) |
| Juros de <i>leasing</i> | (1.007.214) | (984.631) |
| Outros juros | (1.157.317) | (1.341.879) |
| Diferenças de câmbio desfavoráveis | (1.344.613) | (528.343) |
| Outros custos financeiros | (702.301) | (546.879) |
| | (17.413.177) | (14.531.097) |
| Proveitos financeiros: | | |
| Juros obtidos | 6.966.038 | 5.278.324 |
| Diferenças de câmbio favoráveis | 1.596.801 | 501.818 |
| Outros proveitos financeiros | 12.693 | 2.379.628 |
| | 8.575.532 | 8.159.770 |

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a rubrica "Juros obtidos" inclui, principalmente, juros relativos a aplicações de tesouraria e juros de mora associados a processos em contencioso.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a rubrica "Outros Proveitos Financeiros" inclui a mais-valia obtida com a alienação da participação na Altitude, SGPS, S.A., no montante de 2.091.120 euros (Nota 10).

34. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é composto como segue ((custos)/proveitos):

| | 2011 | 2010 |
|---|---------------------|---------------------|
| Imposto corrente | (4.336.037) | (3.578.296) |
| Provisão para impostos liquida da redução (Nota 22) | (1.232.590) | (163.566) |
| Imposto diferido ativo (Nota 11) | (5.704.255) | (12.327.864) |
| Imposto diferido passivo (Nota 11) | 233.166 | (679.620) |
| | (11.039.716) | (16.749.346) |

35. Partes relacionadas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os saldos e transações mantidos com partes relacionadas respeitam, essencialmente, à atividade operacional do Grupo (prestação de serviços de telecomunicações e serviços de consultoria), bem como à concessão e obtenção de empréstimos.

Os saldos e transações mais significativos efetuados com entidades relacionadas (as quais se encontram descritas em anexo), durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, foram os seguintes:

| | Saldos em 31 de dezembro de 2011 | | | |
|---------------------------------------|----------------------------------|------------------|------------------------------------|--------------------------|
| | Contas a receber | Contas a pagar | Aplicações de tesouraria (Nota 16) | Outros ativos / passivos |
| Sonae SGPS | 41.795 | (25.722) | - | (71.211) |
| Modelo Continente Hipermercados, S.A. | 604.433 | 435.505 | - | (390.750) |
| Worten | 3.177.091 | (67.007) | - | (746.452) |
| Sonaecenter II | 1.095.731 | 82.601 | - | (64.671) |
| Sierra Portugal | 980.915 | 9.912 | - | (215.700) |
| Raso Viagens | 66.980 | 65.052 | - | (61.660) |
| Sonae Investments BV | - | - | 36.810.000 | 7.166 |
| France Télécom | 1.664.010 | 1.745.346 | - | (3.476.185) |
| | 7.630.955 | 2.245.687 | 36.810.000 | (5.019.463) |

| | Saldos em 31 de dezembro de 2010 | | | |
|---------------------------------------|----------------------------------|-------------------|------------------------------------|--------------------------|
| | Contas a receber | Contas a pagar | Aplicações de tesouraria (Nota 16) | Outros ativos / passivos |
| Sonae SGPS | 47.030 | 3.552 | - | 5.737 |
| Modelo Continente Hipermercados, S.A. | 1.987.059 | 2.079.983 | - | (996.504) |
| Worten | 3.763.754 | 5.042 | - | (1.073.063) |
| Sonaecenter II | 2.277.512 | 269.649 | - | (347.359) |
| Sierra Portugal | 642.612 | 33.291 | - | (83.192) |
| Raso Viagens | 291.107 | 208.954 | - | (177.221) |
| Sonae Investimentos, SGPS, S.A. | 9.411 | 8.860.291 | - | 253 |
| Sonae Investments BV | - | - | 56.810.000 | 9.342 |
| France Télécom | 2.376.029 | 1.469.802 | - | (5.928.334) |
| | 11.394.514 | 12.930.564 | 56.810.000 | (8.590.341) |

| | Transações durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 | | | |
|---------------------------------------|--|----------------------------------|------------------------------|-------------------------|
| | Vendas e prestações de serviços | Fornecimento e serviços externos | Juros obtidos / (suportados) | Proveitos suplementares |
| Sonae SGPS | 104.723 | 127.090 | (11.039) | - |
| Modelo Continente Hipermercados, S.A. | 2.875.812 | 1.658.955 | - | 312.569 |
| Worten | 4.563.977 | 2.596.214 | - | 4.078 |
| Sonaecenter II | 9.253.114 | 530.772 | - | - |
| Sierra Portugal | 6.806.855 | 1.819.929 | - | 12.532 |
| Raso Viagens | 528.563 | 2.471.643 | - | - |
| Sonae Investments BV | - | - | 1.622.984 | - |
| France Télécom | 15.052.372 | 12.983.794 | - | - |
| | 39.185.416 | 22.188.397 | 1.611.945 | 329.179 |

| | Transações durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 | | | |
|---------------------------------------|--|----------------------------------|------------------------------|-------------------------|
| | Vendas e prestações de serviços | Fornecimento e serviços externos | Juros obtidos / (suportados) | Proveitos suplementares |
| Sonae SGPS | 92.699 | (77.128) | 320.747 | - |
| Modelo Continente Hipermercados, S.A. | 4.142.814 | 1.805.522 | - | 285.610 |
| Worten | 7.195.673 | 3.164.762 | - | - |
| Sonaecenter II | 7.409.178 | 623.015 | - | 11.572 |
| Sierra Portugal | 3.367.512 | 1.201.718 | - | 27.826 |
| Raso Viagens | 635.752 | 1.962.146 | - | - |
| Sonae Investimentos, SGPS, S.A. | 9.501 | - | - | - |
| Sonae Investments BV | - | - | 1.888.461 | - |
| France Télécom | 14.475.308 | 11.671.570 | - | - |
| | 37.328.437 | 20.351.605 | 2.209.208 | 325.008 |

Adicionalmente, durante o período findo em 31 de dezembro de 2010, a Sonaecom adquiriu a Sontária à Sonae Investimentos, SGPS, S.A., pelo montante de 8.860.291 euros (Notas 5 e 27).

As transações efetuadas entre empresas do Grupo foram eliminadas no processo de consolidação, pelo que não são divulgadas nesta nota.

Todas as transações acima referidas foram efetuadas a preços de mercado.

As contas a receber e a pagar a empresas relacionadas, serão liquidadas em numerário e não se encontram cobertas por garantias. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não foram reconhecidas perdas de imparidade em contas a receber de entidades relacionadas.

Uma listagem integral das partes relacionadas do Grupo Sonaecom é apresentada em anexo ao presente relatório.

36. Responsabilidades por garantias prestadas

O valor das garantias emitidas a favor de terceiros, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, tinha a seguinte composição:

| Empresa | Beneficiário da garantia | Descrição | 2011 | 2010 |
|----------------------------------|---|---|-------------------|-------------------|
| Optimus | ICP - ANACOM | Aquisição do espectro para 4ª geração | 15.000.000 | - |
| Optimus e Sonaecom | Direção de Contribuições e Impostos | Reembolso do IVA | 9.311.818 | 9.350.818 |
| Optimus | Direção de Contribuições e Impostos | Liquidações adicionais de IRC | 4.039.639 | 1.711.220 |
| We Do, WeDo Egípto e WeDo México | AD Makedonski, Digi Telecommunications, Emirates Télécom. Corp., Pak Télécom, Scotiabank De Costa Rica, Sirilanka Télécom, Telcel and Oman Telecommunications | Boa execução de trabalhos a realizar | 910.553 | 1.159.405 |
| Sonaecom | Direção de Contribuições e Impostos | Fiscalização Geral 2005 | 754.368 | 754.368 |
| Optimus e Público | Direção de Contribuições e Impostos | Processo de impugnação - IVA | 18.000 | 598.000 |
| We Do, Saphety e Digitmarket | IAPMEI | Projeto "HERMES" - QREN | 417.797 | 619.528 |
| Optimus | Direção Geral do Tesouro | IRC - Retenção de rendimentos a não residentes | 306.954 | 306.954 |
| Público | Tribunal de Trabalho de Lisboa | Processo de execução nº 199A/92 | 271.511 | 271.511 |
| Optimus | Câmara Municipal de Coimbra, Lisboa, Braga, Elvas, Caldas da Rainha, Guarda, Mealhada, Barcelos e Faro | Boa execução de trabalhos a realizar nos municípios de Coimbra, Lisboa, Braga, Elvas, Caldas da Rainha, Guarda, Mealhada, Barcelos e Faro | 246.270 | 274.551 |
| Optimus | Governo Civil de Lisboa | Garantir o cumprimento integral do plano de sorteios | 104.650 | 22.180 |
| Várias | Outros | | 1.182.487 | 1.112.712 |
| | | | 32.564.047 | 16.181.247 |

Adicionalmente a estas garantias, foram constituídas duas fianças relativas a processos fiscais em curso. A Sonae SGPS constituiu-se fiadora da Sonaecom SGPS, até ao montante de 2.844.270 euros e a Sonaecom SGPS constituiu-se fiadora da Optimus até ao montante de 9.264.267 euros.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, é convicção do Conselho de Administração do Grupo que do desfecho dos processos judiciais e fiscais em curso não irão surgir impactos materialmente relevantes para as demonstrações financeiras consolidadas anexas.

37. Informação por segmentos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram identificados como segmentos de negócio os seguintes:

- Telecomunicações;
- Multimédia;
- Sistemas de informação; e
- Atividades de *Holding*.

O segmento denominado "Atividades de *Holding*", engloba todas as operações realizadas pelas empresas do Grupo cuja atividade principal corresponde à gestão de participações sociais.

As restantes atividades do Grupo, para além das acima identificadas, encontram-se classificadas como não alocadas.

As transações ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 inter-segmentos foram anuladas no processo de consolidação. Todas estas transações foram efetuadas a preços de mercado.

As transferências e transações entre segmentos são efetuadas nas condições comerciais e termos contratuais idênticos aos praticados para entidades terceiras, sendo na sua maioria relativas a juros de aplicações de tesouraria e fees de gestão.

A principal informação relativa aos segmentos de negócio existentes em 31 de dezembro de 2011 e 2010, preparada de acordo com as mesmas políticas e critérios contabilísticos adotados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, é como segue:

| | Telecomunicações | | Multimídia | | Sistemas de Informação | | Atividades de Holding | | Outros | | Sub-Total | | Eliminações | | Total | | |
|--|------------------|---------------|-------------|-------------|------------------------|--------------|-----------------------|-----------|-----------|---------------|---------------|----------------|-----------------|---------------|---------------|--------|--|
| | Dez/11 | Dez/10 | Dez/11 | Dez/10 | Dez/11 | Dez/10 | Dez/11 | Dez/10 | Dez/11 | Dez/10 | Dez/11 | Dez/10 | Dez/11 | Dez/10 | Dez/11 | Dez/10 | |
| Proveitos: | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Vendas e Prestações de serviços | 754.733.286 | 780.358.120 | 25.912.825 | 108.485.874 | 14.253.7694 | 3.879.652 | 6.277.673 | 227.844 | 2.208.000 | 893.239.481 | 95.913.010 | (29.605.066) | (38.411.113) | 863.634.415 | 920.718.988 | | |
| Outros proveitos operacionais | 11.425.582 | 10.064.880 | 641.802 | 724.508 | 512.080 | 896 | 14.585 | - | - | 12.792.788 | 111.75.483 | (3.983.503) | (2.950.499) | 8.809.285 | 8.224.984 | | |
| Total de proveitos | 766.158.868 | 790.423.000 | 26.554.627 | 109.210.382 | 143.049.774 | 3.880.548 | 6.292.258 | 227.844 | 2.208.000 | 906.032.269 | 970.305.584 | (33.588.569) | (41.361.612) | 872.443.700 | 928.943.972 | | |
| Amortizações e depreciações | (119.996.966) | (124.662.671) | (6.163.467) | (5.161.242) | (4.394.344) | (75.411) | (111.539) | (31.181) | (29.910) | (131.488.267) | (130.614.718) | 932.700 | 1.072.058 | (130.495.567) | (129.542.660) | | |
| Resultado operacional do segmento | 89.190.578 | 64.331.382 | (4.251.720) | 3.511.450 | 4.064.239 | (1.045.192) | (1.171.555) | (984) | 59.455 | 874.04.132 | 64.595.184 | (4.913.960) | (130.305) | 82.490.172 | 64.468.880 | | |
| Juros líquidos | (8.821.736) | (9.232.272) | (237.980) | (902.433) | (660.185) | 1.621.349 | 2.613.269 | (11.361) | (52.032) | (8.351.561) | (7422.816) | (48.665) | (754.735) | (8.400.226) | (8.177.551) | | |
| Ganhos e perdas em associadas | - | - | (54.422) | - | - | - | - | - | - | (54.422) | - | - | - | (54,422) | - | | |
| Outros resultados financeiros | (249.890) | (368.882) | (5.076) | 53.660 | 2.438.946 | (4.693.649) | 86.233.459 | (40) | (40) | (4.894.995) | 88.293.709 | 4.457.576 | (86.487.485) | (437.419) | 1.806.224 | | |
| Resultado antes de impostos consolidado do período | 80.118.952 | 54.730.228 | (4.548.598) | 2.662.617 | 5.842.600 | (4.117.492) | 876.751.73 | (12.384) | 7.383 | 74.103.095 | 145.470.077 | (504.989) | (873.725,25) | 73.598.106 | 58.097.553 | | |
| Ativos: | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Ativos fixos tangíveis, intangíveis e Goodwill | 950.837.294 | 859.423.449 | 4.125.705 | 68.219.146 | 69.556.922 | 363.332 | 437.294 | 302.95 | 1.569.841 | 1.023.575.772 | 935.321.212 | 452.370.766 | 456.087.023 | 1.475.946.538 | 1.391.408.235 | | |
| Existências | 6.067.184 | 16.034.959 | 814.340 | 483.866 | 501.289 | - | - | - | - | 7365.390 | 17473.750 | - | - | 7.365.390 | 17473.750 | | |
| Investimentos financeiros | 1.282.025 | 1.282.025 | 209.829 | 2.494 | 2.494 | 1127.492.297 | 1.131.467.477 | - | - | 1.128.986.645 | 1.133.193.505 | (1128.774.322) | (1.132.981.182) | 212.323 | 212.323 | | |
| Outros ativos não correntes do segmento | 98.935.791 | 111.180.671 | 3.570 | 8.375.287 | 1.254.958 | 486.935.257 | 444.018.652 | 1.539.784 | - | 595.789.689 | 526.454.281 | (491.670.835) | (417.296.965) | 104.118.854 | 109.157.316 | | |
| Outros ativos correntes do segmento | 3.072.052.273 | 243.980.319 | 764.5124 | 49.241.595 | 60.287.588 | 106.925.335 | 107.866.898 | 70.720 | 91.257 | 471.088.047 | 422.772.334 | (35.399.428) | (83.297.266) | 435.688.619 | 339.475.068 | | |
| Passivos: | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Passivos do segmento | 723.190.659 | 765.338.900 | 17.566.429 | 71.376.567 | 77.538.379 | 460.587.714 | 370.021.458 | 285.029 | 1.505.666 | 1.273.006.398 | 1.228.860.133 | (271.071.565) | (346.385.435) | 1.001.934.833 | 882.474.698 | | |
| CAPEX | 212.177.000 | 127.134.562 | 587.517 | 3.895.291 | 10.060.109 | 168.896.696 | 14.024.581 | 31.418 | 25.046 | 385.587.922 | 151.828.544 | (159.032.717) | (7388.116) | 226.555.205 | 144.440.428 | | |

Apesar da fusão ocorrida em 2007, entre os negócios de telecomunicações móvel e fixo, ao nível de algumas rubricas de balanço e da demonstração de resultados, o Conselho de Administração do Grupo continua a separar a análise dos negócios conforme segue:

| | Rede Móvel | | Rede Fixa e Internet | | Eliminações | | Telecomunicações | |
|--|--------------------|--------------------|----------------------|---------------------|---------------------|---------------------|--------------------|--------------------|
| | dez/11 | dez/10 | dez/11 | dez/10 | dez/11 | dez/10 | dez/11 | dez/10 |
| Proveitos: | | | | | | | | |
| Vendas e Prestações de serviços | 570.721.343 | 592.757.616 | 220.396.630 | 237.645.533 | (36.384.687) | (50.045.029) | 754.733.286 | 780.358.120 |
| Outros proveitos operacionais | 32.214.612 | 33.418.687 | 1.002.469 | 1.792.040 | (21.791.499) | (25.145.847) | 11.425.582 | 10.064.880 |
| Total de proveitos | 602.935.955 | 626.176.303 | 221.399.099 | 239.437.573 | (58.176.186) | (75.190.876) | 766.158.868 | 790.423.000 |
| Amortizações e depreciações | (89.334.998) | (91.478.384) | (30.417.196) | (33.024.526) | (244.772) | (159.761) | (119.996.966) | (124.662.671) |
| Resultado operacional do segmento | 110.218.422 | 94.024.816 | (20.827.450) | (29.543.482) | (200.394) | (149.952) | 89.190.578 | 64.331.382 |
| Ativos: | | | | | | | | |
| Ativos fixos tangíveis e Goodwill | 807.533.410 | 695.939.434 | 143.303.884 | 163.484.015 | - | - | 950.837.294 | 859.423.449 |
| Existências | 5.747.066 | 13.444.518 | 320.118 | 2.590.440 | - | - | 6.067.184 | 16.034.958 |
| Investimentos financeiros | 1.282.025 | 1.282.025 | - | - | - | - | 1.282.025 | 1.282.025 |
| CAPEX | 191.596.000 | 110.437.851 | 20.026.000 | 16.696.731 | 555.000 | - | 212.177.000 | 127.134.582 |

O Capex de 2011 inclui o montante de aproximadamente 110 milhões de euros correspondente ao valor atual, dos pagamentos futuros, relativos à aquisição dos direitos de utilização de frequências (espectro) para desenvolvimento de serviços de 4ª geração (LTE – Long Term Evolution).

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as vendas e prestações de serviços inter-segmentos foram como segue:

| | Telecomunicações | Multimédia | Sistemas de Informação | Atividades de Holding | Outros Sonaecom |
|------------------------|--------------------|-------------------|------------------------|-----------------------|-----------------|
| 2011 | | | | | |
| Telecomunicações | - | - | 22.688.207 | 3.332.236 | 227.844 |
| Multimédia | 1.239.352 | - | 127.242 | 171.270 | - |
| Sistemas de Informação | 1.349.208 | 44.635 | - | 352.347 | - |
| Atividades de Holding | 63.560 | 4.091 | 3.667 | - | - |
| Outros Sonaecom | 1.408 | - | - | - | - |
| Outros | 752.079.758 | 25.864.099 | 85.666.758 | 23.799 | - |
| | 754.733.286 | 25.912.825 | 108.485.874 | 3.879.652 | 227.844 |
| 2010 | | | | | |
| Telecomunicações | - | 37.005 | 29.081.130 | 5.894.238 | 220.800 |
| Multimédia | 1.397.533 | - | 198.622 | 164.391 | - |
| Sistemas de Informação | 992.808 | 88.640 | - | 202.700 | - |
| Atividades de Holding | 66.461 | 4.091 | 60.221 | - | - |
| Outros Sonaecom | 1.408 | - | - | 1.066 | - |
| Outros | 777.899.910 | 29.606.079 | 113.197.721 | 15.278 | - |
| | 780.358.120 | 29.735.815 | 142.537.694 | 6.277.673 | 220.800 |

38. Resultados por ação

Os resultados por ação, básicos e diluídos, são calculados dividindo o resultado líquido consolidado do exercício atribuível ao Grupo (61.716.308 euros em 2011 e 41.182.587 euros em 2010) pelo número médio de ações existente durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, deduzidas das ações próprias (357.163.073 em 2011 e 358.008.787 em 2010).

39. Planos de Incentivo de Médio Prazo

Em junho de 2000, o Grupo Sonaecom implementou um sistema de incentivos em ações a colaboradores acima de determinado nível de função, que veio a assumir a forma de opções e ações da Sonaecom e ações da Sonae SGPS. O exercício dos direitos ocorre três anos após a sua atribuição, desde que o colaborador se mantenha na empresa durante esse período.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, os planos em aberto da Sonaecom são os seguintes:

| | Período de Diferimento | | | 31 dezembro 2011 | |
|-------------------------|--------------------------------|--------------------|--------------------|----------------------------------|--------------------------|
| | Cotação na data de atribuição* | Data de atribuição | Data de vencimento | Número agregado de participantes | Número de opções / ações |
| Ações Sonaecom | | | | | |
| Plano 2007 | 2,447 | 10 mar 2008 | 09 Mar 2011 | - | - |
| Plano 2008 | 1,117 | 10 mar 2009 | 09 Mar 2012 | 381 | 3.469.227 |
| Plano 2009 | 1,685 | 10 mar 2010 | 08 Mar 2013 | 390 | 2.485.188 |
| Plano 2010 | 1,399 | 10 mar 2011 | 10 Mar 2014 | 384 | 2.938.055 |
| Ações Sonae SGPS | | | | | |
| Plano 2007 | 1,160 | 10 mar 2008 | 09 Mar 2011 | - | - |
| Plano 2008 | 0,526 | 10 mar 2009 | 09 Mar 2012 | 4 | 405.776 |
| Plano 2009 | 0,761 | 10 mar 2010 | 08 Mar 2013 | 4 | 314.954 |
| Plano 2010 | 0,811 | 10 mar 2011 | 10 Mar 2014 | 8 | 379.903 |

* Cotação média do mês anterior à data de atribuição, para as ações Sonaecom e cotação mais baixa entre a cotação média do mês anterior à data da Assembleia Geral de Acionistas e a cotação do dia seguinte à mesma, para as ações Sonae SGPS.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, os movimentos ocorridos ao abrigo dos planos indicados detalham-se da seguinte forma:

| | Ações Sonaecom | | Ações Sonae SGPS | |
|--|----------------------------------|------------------|----------------------------------|------------------|
| | Número agregado de participantes | Número de ações | Número agregado de participantes | Número de ações |
| Saldo a 31 dezembro 2010: | | | | |
| Ainda diferidas | 1.176 | 7576.178 | 12 | 877.623 |
| Total | 1.176 | 7576.178 | 12 | 877.623 |
| Movimentos no ano: | | | | |
| Atribuídas | 393 | 2.927.010 | 8 | 354.438 |
| Vencidas | (377) | (1.764.157) | (4) | (186.234) |
| Canceladas / extintas / corrigidas / transferidas ⁽¹⁾ | (37) | 153.439 | - | 44.806 |
| Saldo a 31 dezembro 2011: | | | | |
| Ainda diferidas | 1.155 | 8.892.470 | 16 | 1.100.633 |
| Total | 1.155 | 8.892.470 | 16 | 1.100.633 |

⁽¹⁾ As correções são efetuadas em função do dividendo pago e pelas alterações ao capital social e outros ajustamentos, nomeadamente, resultantes da alteração na forma de vencimento do MTIP, que passou a poder ser feita através da aquisição de ações com desconto.

Para os planos de ações Sonaecom, S.G.P.S., S.A., a responsabilidade é calculada com base na cotação à data da atribuição de cada plano. A responsabilidade de tais planos é de 7.119.989 euros e foi registada na rubrica "Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo". Para os planos de ações Sonae SGPS, o Grupo celebrou contratos de cobertura com entidades externas, sendo a responsabilidade calculada com base no preço acordado. A responsabilidade de tais planos é registada nas rubricas de "Outros passivos correntes" (Nota 28) e "Outros passivos não correntes" (Nota 24).

Os custos dos planos de ações são reconhecidos ao longo do exercício que medeia a atribuição e o exercício das mesmas. Os custos reconhecidos em anos anteriores e no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, são como se segue:

| | Valor |
|---|------------------|
| Custos reconhecidos em exercícios anteriores | 26.916.525 |
| Custos reconhecidos no exercício | 4.158.602 |
| Custo de planos exercidos em anos anteriores | (21.445.373) |
| Custos dos planos exercidos no exercício | (1.868.016) |
| Total de custos dos Planos | 7.761.738 |
| Registados em 'Outros passivos correntes' (Nota 28) | 281.169 |
| Registados em 'Outros passivos não correntes' (Nota 24) | 360.580 |
| Registado em Reservas | 7.119.989 |

40. Remunerações atribuídas ao pessoal chave da gerência

Durante os exercícios de 2011 e 2010, as remunerações atribuídas aos membros do Conselho de Administração e outros membros chave da gerência da Sonaecom a 31 de dezembro de 2011 e 2010 (20 dirigentes em 2011 e 2010), foi como segue:

| | 2011 | 2010 |
|---|------------------|------------------|
| Benefícios de empregados de curto prazo | 3.324.526 | 3.305.557 |
| Pagamentos com base em ações | 876.286 | 902.011 |
| | 4.200.812 | 4.207.568 |

Os valores referidos foram calculados numa base de acréscimo para os Benefícios de empregados de curto prazo, que incluem a Remuneração Fixa e o Prémio de Desempenho. O valor de Pagamentos com base em ações para 2011 e 2010 corresponde ao valor do Plano de Incentivo de Médio Prazo a ser atribuído em 2012 e relativo à performance de 2011 (e atribuído em 2011 relativo à performance de 2010, para o valor de 2010), cujas ações, ou o correspondente valor em dinheiro, serão entregues em março de 2015 e março de 2014, respetivamente.

O Relatório de Governo das Sociedades inclui informação mais detalhada sobre a política de remuneração da Sonaecom.

41. Honorários do Revisor Oficial de Contas

Em 2011 e 2010, o Grupo Sonaecom pagou, a título de honorários, ao ROC do Grupo, Deloitte, e à sua rede de empresas, os seguintes montantes:

| | 2011 | 2010 |
|---|----------------|----------------|
| Revisão legal de contas | 145.022 | 232.762 |
| Outros serviços de garantia e fiabilidade | 43.637 | 42.756 |
| Consultoria Fiscal | 19.081 | 13.283 |
| Outra consultoria | 20.000 | - |
| Total | 227.740 | 288.801 |

42. Trabalhadores ao serviço

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o número médio de trabalhadores ao serviço das empresas incluídas na consolidação, era de 2.152 e de 2.120, respetivamente. A 31 de dezembro de 2011 o número de trabalhadores ascendia a 2.125.

43. Outros Assuntos

Em 31 de dezembro de 2011, existem saldos em aberto com operadores nacionais, registados nas rubricas de clientes e fornecedores, no montante de 37.139.253 euros e 29.913.608 euros, respetivamente, assim como saldos de "Outros ativos correntes" no valor de 411.649 euros, e de "Provisões para Outros Riscos e Encargos" no valor de 6.817.553 euros, que resultam de um diferendo mantido, essencialmente, com a TMN - Telecomunicações Móveis, S.A. relativo à indefinição dos preços de interligação do ano de 2001, tendo os respetivos custos e proveitos sido registados nesse ano. A Empresa considerou nas demonstrações financeiras as tarifas mais penalizadoras. Em Primeira Instância a sentença foi totalmente favorável à Optimus. O Tribunal da Relação, em sede de recurso, julgou novamente improcedentes os intentos da TMN. Contudo, a TMN voltou a recorrer desta decisão, agora para o Supremo Tribunal de Justiça, o qual confirmou a decisão do Tribunal da Relação, por sentença já transitada em julgado, julgando improcedentes os intentos da TMN, concluindo assim que os preços de interligação do ano de 2001 não estavam definidos. A regularização dos valores em aberto vai depender do preço que vier a ser estabelecido.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 7 de março de 2012, sendo convicção de que as mesmas serão aprovadas em Assembleia Geral de acionistas sem quaisquer alterações.

Anexo

Pessoal chave gerência - Sonaecom

| | |
|--|--|
| Ana Cristina Dinis da Silva Fanha Vicente Soares | Gervais Gilles Pellissier |
| Ana Paula Garrido Pina Marques | Jean-François René Pontal |
| Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério | José Manuel Pinto Correia |
| António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier | Manuel António Neto Portugal Ramalho Eanes |
| António de Sampaio e Mello | Maria Cláudia Teixeira de Azevedo |
| David Charles Denholm Hobley | Miguel Nuno Santos Almeida |
| David Graham Shenton Bain | Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão |
| David Pedro Oliveira Parente Ferreira Alves | Paulo Joaquim dos Santos Plácido |
| Duarte Paulo Teixeira de Azevedo | Pedro Rafael de Sousa Nunes Pedro |
| Franck Emmanuel Dangeard | Rui José Silva Gonçalves Paiva |

Pessoal chave gerência - Sona SGPS

| | |
|--------------------------------|---------------------------|
| Álvaro Carmona e Costa Portela | Christine Cross |
| Álvaro Cuervo Garcia | José Manuel Neves Adelino |
| Belmiro de Azevedo | Michel Marie Bon |
| Bernd Hubert Joachim Bothe | |

Empresas do Grupo Sonaef/Efanor

| | |
|---|---|
| 300 Holding GmbH | Beralands BV |
| 300 Shopping Centre GmbH | Bertimóvel – Sociedade Imobiliária, S.A. |
| 3shoppings – Holding,SGPS, S.A. | BHW Beeskow Holzwerkstoffe |
| 8ª Avenida Centro Comercial, S.A. | Bloco Q – Sociedade Imobiliária, S.A. |
| ADD Avaliações Engenharia de Avaliações e Perícias Ltda | Bloco W – Sociedade Imobiliária, S.A. |
| ADDmakler Administração e Corretagem de Seguros Ltda | Boavista Shopping Centre BV |
| ADDmakler Administradora, Corretora de Seguros Partic. Ltda | BOM MOMENTO – Comércio Retalhista, S.A. |
| Adlands B.V. | Canasta – Empreendimentos Imobiliários, S.A. |
| Aegean Park, S.A. | Carnes do Continente – Ind.Distr.Carnes, S.A. |
| Agepan Eiweiler Management GmbH | Casa Agrícola de Ambrães, S.A. |
| Agepan Flooring Products, S.A.RL | Casa da Ribeira – Hotelaria e Turismo, S.A. |
| Aglom Investimentos, Sgps, S.A. | Cascaishopping – Centro Comercial, S.A. |
| Aglom-Soc.Ind.Madeiras e Aglom., S.A. | Cascaishopping Holding I, SGPS, S.A. |
| Águas Furtadas Sociedade Agrícola, S.A. | CCCB Caldas da Rainha – Centro Comercial,S.A. |
| Airone – Shopping Center, Srl | Centro Colombo – Centro Comercial, S.A. |
| ALBCC Albufeirashopping C.Comercial S.A. | Centro Residencial da Maia,Urban., S.A. |
| ALEXA Administration GmbH | Centro Vasco da Gama – Centro Comercial, S.A. |
| ALEXA Asset GmbH & Co KG | Change, SGPS, S.A. |
| ALEXA Holding GmbH | Chão Verde – Soc.Gestora Imobiliária, S.A. |
| ALEXA Shopping Centre GmbH | Cinclus Imobiliária, S.A. |
| Algarveshopping – Centro Comercial, S.A. | Citorres – Sociedade Imobiliária, S.A. |
| Alpêssego – Soc. Agrícola, S.A. | Coimbrashopping – Centro Comercial, S.A. |
| Andar – Sociedade Imobiliária, S.A. | Colombo Towers Holding, BV |
| Aqualuz – Turismo e Lazer, Lda | Contacto Concessões, SGPS, S.A. |
| Arat inmebles, S.A. | Contibomba – Comérc.Distr.Combustíveis, S.A. |
| ARP Alverca Retail Park,S.A. | Contimobe – Imobil.Castelo Paiva, S.A. |
| Arrábidashopping – Centro Comercial, S.A. | Continente Hipermercados, S.A. |
| Aserraderos de Cuellar, S.A. | Contry Club da Maia-Imobiliária, S.A. |
| Atlantic Ferries – Tráf.Loc.Flu.e Marít, S.A. | Cooper Gay Swett & Crawford Lt |
| Avenida M – 40 B.V. | Craiova Mall BV |
| Avenida M – 40, S.A. | Cronosaúde – Gestão Hospitalar, S.A. |
| Azulino Imobiliária, S.A. | Cumulativa – Sociedade Imobiliária, S.A. |
| BA Business Angels, SGPS, S.A. | Darbo S.A.S |
| BA Capital, SGPS, S.A. | Deutsche Industrieholz GmbH |
| BB Food Service, S.A. | Discovery Sports, S.A. |

Empresas do Grupo Sonae/Efanor (cont.)

| | |
|---|---|
| Dortmund Tower GmbH | Imoponte – Soc.Imobiliária, S.A. |
| Dos Mares – Shopping Centre B.V. | Imoresort – Sociedade Imobiliária, S.A. |
| Dos Mares – Shopping Centre, S.A. | Imoresultado – Soc.Imobiliária, S.A. |
| Ecociclo – Energia e Ambiente, S.A. | Imosedas – Imobiliária e Serviços, S.A. |
| Ecociclo II | Imosistema – Sociedade Imobiliária, S.A. |
| Edições Book.it, S.A. | Imosona II |
| Edifícios Saudáveis Consultores, S.A. | Impaper Europe GmbH & Co. KG |
| Efanor Investimentos, SGPS, S.A. | Implantação – Imobiliária, S.A. |
| Efanor Serviços de Apoio à Gestão, S.A. | Infofield – Informática, S.A. |
| El Rosal Shopping, S.A. | Infratroia, EM |
| Emfísico Boavista | Inparsa – Gestão Galeria Comercial, S.A. |
| Empreend.Imob.Quinta da Azenha, S.A. | Inparvi SGPS, S.A. |
| Equador & Mendes, Lda | Integrum – Energia, S.A. |
| Espimaia – Sociedade Imobiliária, S.A. | Integrum Colombo Energia, S.A. |
| Estação Viana – Centro Comercial, S.A. | Interlog – SGPS, S.A. |
| Estêvão Neves – Hipermercados Madeira, S.A. | Investalentejo, SGPS, S.A. |
| Euroresinas – Indústrias Químicas, S.A. | Invsaude – Gestão Hospitalar, S.A. |
| Farmácia Seleção, S.A. | Ioannina Development of Shopping Centres, S.A. |
| Fashion Division Canárias, SL | Isoroy SAS |
| Fashion Division, S.A. | La Farga – Shopping Center, SL |
| Fontana Corretora de Seguros Ltda | Laminate Park GmbH Co. KG |
| Fozimo – Sociedade Imobiliária, S.A. | Larim Corretora de Resseguros Ltda |
| Fozmassimo – Sociedade Imobiliária, S.A. | Larissa Develop. Of Shopping Centers, S.A. |
| Freccia Rossa – Shopping Centre S.r.l. | Lazam – MDS Corretora e Administradora de Seguros, S.A. |
| Frieengineering International Ltda | LCC Leiria Shopping Centro Comercial S.A. |
| Fundo de Invest. Imobiliário Imosede | Le Terrazze - Shopping Centre 1 Srl |
| Fundo I.I. Parque Dom Pedro Shop.Center | Libra Serviços, Lda. |
| Fundo Invest.Imob.Shopp. Parque D.Pedro | Lidergraf – Artes Gráficas, Lda. |
| Gaiashopping I – Centro Comercial, S.A. | Loop5 Shopping Centre GmbH |
| Gaiashopping II – Centro Comercial, S.A. | Loureshopping – Centro Comercial, S.A. |
| GHP GmbH | Luz del Tajo – Centro Comercial S.A. |
| Gli Orsi Shopping Centre 1 Srl | Luz del Tajo B.V. |
| Glunz AG | Madeirashopping – Centro Comercial, S.A. |
| Glunz Service GmbH | Maiashopping – Centro Comercial, S.A. |
| Glunz UK Holdings Ltd | Maiequipa – Gestão Florestal, S.A. |
| Glunz Uka GmbH | Marcas do Mundo – Viag. e Turismo Unip, Lda |
| GMET, ACE | Marcas MC, ZRT |
| Golf Time – Golfe e Invest. Turísticos, S.A. | Marina de Tróia S.A. |
| Guimarãeshopping – Centro Comercial, S.A. | Marinamagic – Expl.Cent.Lúdicos Marít, Lda |
| Harvey Dos Iberica, S.L. | Marmagno – Expl.Hoteleira Imob., S.A. |
| Herco Consultoria de Riscos e Corretora de Seguros Ltda | Martimope – Sociedade Imobiliária, S.A. |
| HighDome PCC Limited | Marvero – Expl.Hoteleira Imob., S.A. |
| Iberian Assets, S.A. | MDS Affinity - Sociedade de Mediação, Lda |
| Igimo – Sociedade Imobiliária, S.A. | MDS Consultores, S.A. |
| Iginha – Sociedade Imobiliária, S.A. | MDS Corretor de Seguros, S.A. |
| Imoareaia – Invest. Turísticos, SGPS, S.A. | MDS Malta Holding Limited |
| Imobiliária da Cacela, S.A. | MDS SGPS, S.A. |
| Imoclub – Serviços Imobiliários, S.A. | MDSAUTO - Mediação de Seguros, S.A. |
| Imoconti – Soc.Imobiliária, S.A. | Megantic BV |
| Imodivor – Sociedade Imobiliária, S.A. | Miral Administração e Corretagem de Seguros Ltda |
| Imoestrutura – Soc.Imobiliária, S.A. | MJLF – Empreendimentos Imobiliários, S.A. |
| Imoferro – Soc.Imobiliária, S.A. | Mlearning - Mds Knowledge Centre, Unip, Lda |
| Imohotel – Emp.Turist.Imobiliários, S.A. | Modalfa – Comércio e Serviços, S.A. |
| Imomuro – Sociedade Imobiliária, S.A. | MODALLOOP – Vestuário e Calçado, S.A. |
| Imopenínsula – Sociedade Imobiliária, S.A. | Modelo – Dist.de Mat. de Construção, S.A. |
| Imoplamac Gestão de Imóveis, S.A. | Modelo Continente Hipermercados, S.A. |

Empresas do Grupo Sonae/Efanor (cont.)

| | |
|---|---|
| Modelo Continente Intenational Trade, S.A. | Proj. Sierra Germany 4 (four) – Sh.C.GmbH |
| Modelo Hiper Imobiliária, S.A. | Proj.Sierra Germany 2 (two) – Sh.C.GmbH |
| Modelo.com – Vendas p/Correspond., S.A. | Proj.Sierra Germany 3 (three) – Sh.C.GmbH |
| Modus Faciendi - Gestão e Serviços, S.A. | Proj.Sierra Italy 1 – Shop.Centre Srl |
| Movelpartes – Comp.para Ind.Mobiliária, S.A. | Proj.Sierra Italy 2 – Dev. Of Sh.C.Srl |
| Movimento Viagens – Viag. e Turismo U.Lda | Proj.Sierra Italy 3 – Shop. Centre Srl |
| Mundo Vip – Operadores Turisticos, S.A. | Proj.Sierra Italy 5 – Dev. Of Sh.C.Srl |
| Munster Arkaden, BV | Proj.Sierra Portugal VIII – C.Comerc., S.A. |
| Norscut – Concessionária de Scut Interior Norte, S.A. | Project 4, Srl |
| Norteshopping – Centro Comercial, S.A. | Project SC 1 BV |
| Norteshopping Retail and Leisure Centre, BV | Project SC 2 BV |
| Nova Equador Internacional,Ag.Viag.T, Ld | Project Sierra 2 B.V. |
| Nova Equador P.C.O. e Eventos | Project Sierra 6 BV |
| Operscut – Operação e Manutenção de Auto-estradas, S.A. | Project Sierra 7 BV |
| OSB Deustchland Gmbh | Project Sierra 8 BV |
| PantheonPlaza BV | Project Sierra 9 BV |
| Paracentro – Gest.de Galerias Com., S.A. | Project Sierra Brazil 1 B.V. |
| Pareuro, BV | Project Sierra Charagonis 1 S.A. |
| Park Avenue Develop. of Shop. Centers S.A. | Project Sierra Four, S.A. |
| Parque Atlântico Shopping – C.C., S.A. | Project Sierra Germany Shop. Center 1 BV |
| Parque D. Pedro 1 B.V. | Project Sierra Germany Shop. Center 2 BV |
| Parque D. Pedro 2 B.V. | Project Sierra Spain 1 B.V. |
| Parque de Famalicão – Empr. Imob., S.A. | Project Sierra Spain 2 – Centro Comer. S.A. |
| Parque Principado SL | Project Sierra Spain 2 B.V. |
| Pátio Boavista Shopping Ltda. | Project Sierra Spain 3 – Centro Comer. S.A. |
| Pátio Campinas Shopping Ltda | Project Sierra Spain 3 B.V. |
| Pátio Goiânia Shopping Ltda | Project Sierra Spain 6 B.V. |
| Pátio Londrina Empreend. e Particip. Ltda | Project Sierra Spain 7 – Centro Comer. S.A. |
| Pátio Penha Shopping Ltda. | Project Sierra Spain 7 B.V. |
| Pátio São Bernardo Shopping Ltda | Project Sierra Three Srl |
| Pátio Sertório Shopping Ltda | Project Sierra Two Srl |
| Pátio Uberlândia Shopping Ltda | Promessa Sociedade Imobiliária, S.A. |
| Peixes do Continente – Ind.Dist.Peixes, S.A. | Prosa – Produtos e serviços agrícolas, S.A. |
| Pharmaconcept – Actividades em Saúde, S.A. | Puravida – Viagens e Turismo, S.A. |
| PHARMACONTINENTE – Saúde e Higiene, S.A. | Quorum Corretora de seguros LT |
| PJP – Equipamento de Refrigeração, Lda | Racionaliz. y Manufact.Florestales, S.A. |
| Plaza Éboli B.V. | RASO - Viagens e Turismo, S.A. |
| Plaza Éboli – Centro Comercial S.A. | RASO, SGPS, S.A. |
| Plaza Mayor Holding, SGPS, S.A. | Rio Sul – Centro Comercial, S.A. |
| Plaza Mayor Parque de Ócio BV | River Plaza Mall, Srl |
| Plaza Mayor Parque de Ocio, S.A. | River Plaza, BV |
| Plaza Mayor Shopping BV | Rochester Real Estate, Limited |
| Plaza Mayor Shopping, S.A. | RSI Corretora de Seguros Ltda |
| Ploi Mall BV | S.C. Microcom Doi Srl |
| Plysorol, BV | Saúde Atlântica – Gestão Hospitalar, S.A. |
| Poliface North America | SC – Consultadoria, S.A. |
| POLINSUR – Mediação de seguros, LDA | SC – Eng. e promoção imobiliária,SGPS, S.A. |
| PORTCC – Portimãoshopping Centro Comercial, S.A. | SC Aegean B.V. |
| Porturbe – Edifícios e Urbanizações, S.A. | SC Assets SGPS, S.A. |
| Praedium – Serviços, S.A. | SC Finance BV |
| Praedium II – Imobiliária, S.A. | SC Mediterraneum Cosmos B.V. |
| Praedium SGPS, S.A. | SC, SGPS, S.A. |
| Predicomercial – Promoção Imobiliária, S.A. | SCS Beheer, BV |
| Prédios Privados Imobiliária, S.A. | Selfrio,SGPS, S.A. |
| Predisedas – Predial das Sedas, S.A. | Selifa – Empreendimentos Imobiliários, S.A. |
| Pridelease Investments, Ltd | Sempre à Mão – Sociedade Imobiliária, S.A. |

Empresas do Grupo Sonae/Efanor (cont.)

| | |
|--|---|
| Sempre a Postos – Produtos Alimentares e Utilidades, Lda | Solinca - Eventos e Catering, S.A. |
| SERENITAS-SOC.MEDIAÇÃO SEG.LDA | Solinca - Health and Fitness, S.A. |
| Serra Shopping – Centro Comercial, S.A. | Solinca – Investimentos Turísticos, S.A. |
| Sesagest – Proj.Gestão Imobiliária, S.A. | Solinfitness – Club Malaga, S.L. |
| Sete e Meio – Invest. Consultadoria, S.A. | Solingen Shopping Center GmbH |
| Sete e Meio Herdades – Inv. Agr. e Tur., S.A. | Soltroia – Imob.de Urb.Turismo de Tróia, S.A. |
| Shopping Centre Parque Principado B.V. | Somit Imobiliária |
| Shopping Penha B.V. | SONAE - Specialized Retail, SGPS, S.A. |
| Siaf – Soc.Iniciat.Aprov.Florestais - Energia, S.A. | Sonae Capital Brasil, Lda |
| SIAL Participações Ltda | Sonae Capital,SGPS, S.A. |
| Sierra Asset Management – Gest. Activos, S.A. | Sonae Center II S.A. |
| Sierra Berlin Holding BV | Sonae Center Serviços, S.A. |
| Sierra Central S.A.S | Sonae Ind., Prod. e Com.Deriv.Madeira, S.A. |
| Sierra Charagionis Develop.Sh. Centre S.A. | Sonae Indústria – SGPS, S.A. |
| Sierra Charagionis Propert.Management S.A. | Sonae Industria de Revestimentos, S.A. |
| Sierra Corporate Services – Ap.Gestão, S.A. | Sonae Indústria Manag. Serv, S.A. |
| Sierra Corporate Services Holland, BV | Sonae Investimentos, SGPS, S.A. |
| Sierra Develop.Iberia 1, Prom.Imob., S.A. | Sonae Investments, BV |
| Sierra Development of Shopping Centres Greece, S.A. | Sonae Novobord (PTY) Ltd |
| Sierra Developments – Serv. Prom.Imob., S.A. | Sonae RE, S.A. |
| Sierra Developments Germany GmbH | Sonae Retalho Espana – Servicios Gen., S.A. |
| Sierra Developments Holding B.V. | Sonae SGPS, S.A. |
| Sierra Developments Italy S.r.l. | Sonae Sierra Brasil S.A. |
| Sierra Developments Romania, Srl | Sonae Sierra Brazil B.V. |
| Sierra Developments Spain – Prom.C.Com.SL | Sonae Sierra, SGPS, S.A. |
| Sierra Developments, SGPS, S.A. | Sonae Tafibra Benelux, BV |
| Sierra Enplanta Ltda | Sonae Turismo – SGPS, S.A. |
| Sierra European R.R.E. Assets Hold. B.V. | Sonae UK, Ltd. |
| Sierra GP Limited | Sonaegest – Soc.Gest.Fundos Investimentos |
| Sierra Investimentos Brasil Ltda | SONAEMC - Modelo Continente, SGPS, S.A. |
| Sierra Investments (Holland) 1 B.V. | Sondis Imobiliária, S.A. |
| Sierra Investments (Holland) 2 B.V. | Sontel BV |
| Sierra Investments Holding B.V. | Sontur BV |
| Sierra Investments SGPS, S.A. | Sonvecap BV |
| Sierra Italy Holding B.V. | Sopair, S.A. |
| Sierra Management Germany GmbH | Sotáqua – Soc. de Empreendimentos Turist |
| Sierra Management Greece S.A. | Spanboard Products, Ltd |
| Sierra Management Italy S.r.l. | SPF – Sierra Portugal Real Estate, Sarl |
| Sierra Management Portugal – Gest. CC, S.A. | Spinaraq - Engenharia, Energia e Ambiente, S.A. |
| Sierra Management Romania, Srl | Spinveste – Gestão Imobiliária SGI, S.A. |
| Sierra Management Spain – Gestión C.Com.S.A. | Spinveste – Promoção Imobiliária, S.A. |
| Sierra Management, SGPS, S.A. | Sport Retalho España – Servicios Gen., S.A. |
| SII – Soberana Invest. Imobiliários, S.A. | Sport Zone – Comércio Art.Desporto, S.A. |
| SIRS – Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A. | Sport Zone – Turquia |
| Sistavac – Sist.Aquecimento,V.Ar C., S.A. | Sport Zone Canárias, SL |
| SKK – Central de Distr., S.A. | Sport Zone España-Com.Art.de Deporte,S.A. |
| SKK SRL | Spred, SGPS, S.A. |
| SKKFOR – Ser. For. e Desen. de Recursos | Stinnes Holz GmbH |
| Sociedade de Construções do Chile, S.A. | Tableros Tradema, S.L. |
| Société de Tranchage Isoroy S.A.S. | Tafiber,Tableros de Fibras Ibéricas, SL |
| Socijofra – Sociedade Imobiliária, S.A. | Tafibra Polska Sp.z.o.o. |
| Sociloures – Soc.Imobiliária, S.A. | Tafibra South Africa |
| Soconstrução BV | Tafibra Suisse, S.A. |
| Sodesa, S.A. | Tafisa – Tableros de Fibras, S.A. |
| Soflorin, BV | Tafisa Canadá Societé en Commandite |
| Soira – Soc. Imobiliária de Ramalde, S.A. | Tafisa France, S.A. |

Empresas do Grupo Sonae/Efanor (cont.)

| | |
|--|--|
| Tafisa UK, Ltd | Urbisedas – Imobiliária das Sedas, S.A. |
| Taiber, Tableros Aglomerados Ibéricos, SL | Valecenter Srl |
| Tarkett Agepan Laminate Flooring SCS | Valor N, S.A. |
| Tecmasa Reciclados de Andalucía, SL | Vastgoed One – Sociedade Imobiliária, S.A. |
| Terra Nossa Corretora de Seguros Ltda | Vastgoed Sun – Sociedade Imobiliária, S.A. |
| Têxtil do Marco, S.A. | Via Catarina – Centro Comercial, S.A. |
| Tlantic Portugal – Sist. de Informação, S.A. | Viajens y Turismo de Geotur España, S.L. |
| Tlantic Sistemas de Informação Ltdª | Vistas do Freixo, S.A. |
| Todos os Dias – Com.Ret.Expl.C.Comer., S.A. | Vuelta Omega, S.L. |
| Tool Gmbh | Weierstadt Shopping BV |
| Torre Ocidente Imobiliária, S.A. | World Trade Center Porto, S.A. |
| Torre São Gabriel – Imobiliária, S.A. | Worten – Equipamento para o Lar, S.A. |
| TP – Sociedade Térmica, S.A. | Worten Canárias, SL |
| Troia Market, S.A. | Worten España, S.A. |
| Tróia Natura, S.A. | ZIPPY - Comércio e Distribuição, S.A. |
| Troiareort – Investimentos Turísticos, S.A. | ZIPPY - Comercio y Distribución, S.A. |
| Troiaverde – Expl.Hoteleira Imob., S.A. | Zippy Turquia |
| Tulipamar – Expl.Hoteleira Imob., S.A. | Zubiarte Inversiones Inmobiliarias, S.A. |
| Unishopping Administradora Ltda. | ZYEVOLUTION-Invest.Desenv.,S.A.. |
| Unishopping Consultoria Imob. Ltda. | |

Empresas do Grupo FT

| | |
|------------------------------|----------------------|
| Atlas Services Belgium, S.A. | France Télécom, S.A. |
|------------------------------|----------------------|

6.3 Demonstrações financeiras individuais da Sonaecom

Balanços

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010

| | Notas | dezembro 2011 | dezembro 2010 |
|---|-------------------------|----------------------|----------------------|
| Ativo | | | |
| Ativos não correntes | | | |
| Ativos fixos tangíveis | 1.a), 1.e) e 2 | 361.047 | 428.818 |
| Ativos intangíveis | 1.b) e 3 | 2.285 | 8.476 |
| Investimentos em empresas do grupo | 1.c) e 5 | 1.097.478.929 | 996.797.029 |
| Outros ativos não correntes | 1.c), 1.m), 1.n), 4 e 6 | 542.879.752 | 560.706.652 |
| Total de ativos não correntes | | 1.640.722.013 | 1.557.940.975 |
| Ativos correntes | | | |
| Outras dívidas de terceiros | 1.d), 1.f), 4 e 8 | 5.250.772 | 9.668.483 |
| Outros ativos correntes | 1.m), 1.n) e 9 | 1.249.804 | 1.638.580 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 1.g), 4 e 10 | 61.289.703 | 75.631.256 |
| Total de ativos correntes | | 67.790.279 | 86.938.319 |
| Total ativo | | 1.708.512.292 | 1.644.879.294 |
| Capital próprio e passivo | | | |
| Capital próprio | | | |
| Capital social | 11 | 366.246.868 | 366.246.868 |
| Ações próprias | 1.p) e 12 | (13.594.518) | (15.030.834) |
| Reservas | 1.o) | 904.095.590 | 788.244.305 |
| Resultado líquido do exercício | | (7.960.682) | 135.403.787 |
| Total do capital próprio | | 1.248.787.258 | 1.274.864.126 |
| Passivo | | | |
| Passivo não corrente | | | |
| Empréstimos de longo prazo liquidados da parcela de curto prazo | 1.h), 4 e 13.a) | 319.485.865 | 304.333.736 |
| Provisões para outros riscos e encargos | 1.k), 1.n) e 14 | 68.654 | 56.487 |
| Outros passivos não correntes | 1.m), 1.n), 1.s) e 15 | 271.207 | 374.091 |
| Total de passivos não correntes | | 319.825.726 | 304.764.314 |
| Passivo corrente | | | |
| Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos | 1.g), 1.h), 4, e 13.b) | 137.109.904 | 53.472.759 |
| Outras dívidas a terceiros | 4 e 16 | 1.579.811 | 10.367.886 |
| Outros passivos correntes | 1.m), 1.n), 1.s) e 17 | 1.209.593 | 1.410.209 |
| Total de passivos correntes | | 139.899.308 | 65.250.854 |
| Total do passivo e capital próprio | | 1.708.512.292 | 1.644.879.294 |

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo
 Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério
 António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier
 Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida
 António Sampaio e Mello
 David Charles Denholm Hobley
 Frank Emmanuel Dangeard

Gervais Gilles Pellissier
 Jean-François René Pontal
 Nuno Manuel Moniz Trigos Jordão

Demonstrações dos resultados por naturezas

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

| | Notas | dezembro 2011 | setembro a dezembro de 2011 (Não auditado) | dezembro 2010 | setembro a dezembro de 2010 (Não auditado) |
|---|-------------------------------------|--------------------|--|--------------------|--|
| Prestações de serviços | 18 e 22 | 3.879.652 | 923.030 | 6.278.651 | 1.454.415 |
| Outros proveitos operacionais | 1.f) e 22 | 896 | - | 14.584 | 9.512 |
| | | 3.880.548 | 923.030 | 6.293.235 | 1.463.927 |
| Fornecimentos e serviços externos | 1.e), 19 e 22 | (1.986.852) | (431.132) | (2.781.738) | (514.500) |
| Custos com o pessoal | 1.s), 25, 26 e 27 | (2.655.517) | (679.966) | (4.358.462) | (1.084.081) |
| Amortizações e depreciações | 1.a), 1.b), 1.q), 2 e 3 | (75.411) | (18.529) | (111.539) | (24.028) |
| Outros custos operacionais | | (100.022) | (22.935) | (137.269) | (10.517) |
| | | (4.817.802) | (1.152.562) | (7.389.008) | (1.633.126) |
| Ganhos e perdas em investimentos em empresas do grupo | 20 | (9.880.000) | (6.644.000) | 129.026.996 | 126.460.673 |
| Outros custos financeiros | 1.c), 1.h), 1.i), 1.r), 13, 20 e 22 | (12.043.254) | (4.063.979) | (7949.668) | (2.148.197) |
| Outros proveitos financeiros | 1.c), 10, 20 e 22 | 15.312.037 | 775.022 | 16.671.281 | 2.120.062 |
| Resultados correntes | | (7.548.471) | (10.162.489) | 136.652.836 | 126.263.339 |
| Imposto sobre o rendimento | 1.l), 7 e 21 | (412.211) | 1.603.411 | (1.249.049) | 276.732 |
| Resultado líquido do exercício | | (7.960.682) | (8.559.078) | 135.403.787 | 126.540.071 |
| Resultados por ação | 24 | | | | |
| Incluindo operações em descontinuação: | | | | | |
| Básicos | | (0,02) | (0,02) | 0,38 | 0,35 |
| Diluídos | | (0,02) | (0,02) | 0,38 | 0,35 |
| Excluindo operações em descontinuação: | | | | | |
| Básicos | | (0,02) | (0,02) | 0,38 | 0,35 |
| Diluídos | | (0,02) | (0,02) | 0,38 | 0,35 |

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Ángelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

António Sampaio e Mello

David Charles Denholm Hobley

Frank Emmanuel Dangeard

Gervais Gilles Pellissier

Jean-François René Pontal

Nuno Manuel Moniz Trigoso Jordão

Demonstrações do rendimento integral

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

| | Notas | dezembro 2011 | dezembro 2010 |
|---|-------|-------------------|--------------------|
| Resultado líquido do exercício | | (7960.682) | 135.403.787 |
| Componentes de outro rendimento integral do exercício, líquido de imposto | | - | - |
| Rendimento integral do exercício | | (7960.682) | 135.403.787 |

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo
 Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério
 António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier
 Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida
 António Sampaio e Mello
 David Charles Denholm Hobley
 Frank Emmanuel Dangeard

Gervais Gilles Pellissier
 Jean-François René Pontal
 Nuno Manuel Moniz Trigoso Jordão

228 Demonstrações das alterações no capital próprio

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

| | Reservas | | | | | | | | | |
|--|----------------|--------------------------|-----------------------------|---------------|--|----------------------------|-----------------|-------------------|-------------------|---------------|
| | Capital social | Ações próprias (Nota 12) | Prêmios de emissão de ações | Reserva legal | Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo (Nota 25) | Reservas de ações próprias | Outras reservas | Total de reservas | Resultado líquido | Total |
| 2011 | | | | | | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro 2010 | 366.246.868 | (15.030.834) | 775.290.377 | 1.221.003 | 551.381 | 15.030.834 | (3.849.290) | 788.244.305 | 135.403.787 | 1.274.864.126 |
| Aplicação do resultado líquido de 2010 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Transferência para reserva legal e outras reservas | - | - | - | 6.770.189 | - | - | 128.633.598 | 135.403.787 | (135.403.787) | - |
| Distribuição de Dividendos | - | - | - | - | - | - | (17.859.403) | (17.859.403) | - | (17.859.403) |
| Rendimento integral do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 | - | - | - | - | - | - | - | - | (7.960.682) | (7.960.682) |
| Entrega de ações próprias no âmbito dos Planos de Incentivo de Médio Prazo | - | 3.659.603 | - | - | (186.538) | (3.659.603) | 1.775.360 | (2.070.781) | - | 1.588.822 |
| Efeito do reconhecimento dos Planos de Incentivo de Médio Prazo | - | - | - | - | 377.682 | - | - | 377.682 | - | 377.682 |
| Aquisição de ações próprias | - | (2.223.287) | - | - | - | 2.223.287 | (2.223.287) | - | - | (2.223.287) |
| Saldo em 31 de dezembro 2011 | 366.246.868 | (13.594.518) | 775.290.377 | 7.991.192 | 742.525 | 13.594.518 | 106.476.978 | 904.095.590 | (7.960.682) | 1.248.787.258 |

| | Reservas | | | | | | | | | |
|--|----------------|--------------------------|-----------------------------|---------------|--|----------------------------|-----------------|-------------------|-------------------|---------------|
| | Capital social | Ações próprias (Nota 12) | Prêmios de emissão de ações | Reserva legal | Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo (Nota 25) | Reservas de ações próprias | Outras reservas | Total de reservas | Resultado líquido | Total |
| 2010 | | | | | | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro 2009 | 366.246.868 | (12.809.015) | 775.290.377 | 1.985.181 | 361.418 | 12.809.015 | 5.292.287 | 795.738.278 | (6.056.465) | 1.143.119.666 |
| Aplicação do resultado líquido de 2009 | - | - | - | - | - | - | (6.056.465) | (6.056.465) | 6.056.465 | - |
| Utilização da reserva legal para cobertura de prejuízos acumulados | - | - | - | (764.178) | - | - | 764.178 | - | - | - |
| Rendimento integral do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 | - | - | - | - | - | - | - | - | 135.403.787 | 135.403.787 |
| Entrega de ações próprias no âmbito dos Planos de Incentivo de Médio Prazo | - | 2.723.096 | - | - | (69.962) | (2.723.096) | 1.095.625 | (1.697.433) | - | 1.025.663 |
| Efeito do reconhecimento dos Planos de Incentivo de Médio Prazo | - | - | - | - | 259.925 | - | - | 259.925 | - | 259.925 |
| Aquisição de ações próprias | - | (4.944.915) | - | - | - | 4.944.915 | (4.944.915) | - | - | (4.944.915) |
| Saldo em 31 de dezembro 2010 | 366.246.868 | (15.030.834) | 775.290.377 | 1.221.003 | 551.381 | 15.030.834 | (3.849.290) | 788.244.305 | 135.403.787 | 1.274.864.126 |

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Ángelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Bernardo Abranches da Gama Lobo Xavier

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

António Sampaio e Mello

David Charles Dentholm Hobley

Frank Emmanuel Dangeard

Gervais Gilles Pellissier

Jean-François René Pontal

Nuno Manuel Montez Trigo Jordão

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

| | 31 dezembro 2011 | | 31 dezembro 2010 | |
|--|---------------------|---------------------|--------------------|---------------------|
| Atividades operacionais | | | | |
| Pagamentos ao pessoal | (2.734.933) | | (4.208.997) | |
| Fluxo gerado pelas operações | (2.734.933) | | (4.208.997) | |
| Pagamento / recebimento de imposto sobre o rendimento | (1.468.316) | | (1.415.920) | |
| Outros recebimentos / pagamentos relativos a atividades operacionais | 2.847.365 | | 9.585.807 | |
| Fluxo das atividades operacionais (1) | (1.355.884) | (1.355.884) | 3.960.890 | 3.960.890 |
| Atividades de investimento | | | | |
| Recebimentos provenientes de: | | | | |
| Investimentos financeiros | 17.840.000 | | 23.788.458 | |
| Ativos fixos tangíveis | 800 | | - | |
| Juros e proveitos similares | 21.139.843 | | 15.390.097 | |
| Empréstimos concedidos | 58.320.000 | | 49.220.000 | |
| Dividendos recebidos | - | 97.300.643 | 136.960.673 | 225.359.228 |
| Pagamentos respeitantes a: | | | | |
| Investimentos financeiros | (177.755.291) | | (92.470.000) | |
| Ativos fixos tangíveis | (1.577) | | (309) | |
| Ativos intangíveis | - | (177.756.868) | (2.065) | (92.472.374) |
| Fluxos das atividades de investimento (2) | (80.456.225) | | 132.886.854 | |
| Atividades de financiamento | | | | |
| Recebimentos provenientes de: | | | | |
| Empréstimos obtidos | 104.750.000 | 104.750.000 | 70.000.000 | 70.000.000 |
| Pagamentos respeitantes a: | | | | |
| Juros e custos similares | (11.460.754) | | (7011.322) | |
| Dividendos pagos | (17.859.403) | | - | |
| Aquisição de ações próprias | (2.223.287) | | (4.944.915) | |
| Empréstimos obtidos | (5.736.000) | (37.279.444) | (122.450.000) | (134.406.237) |
| Fluxos das atividades de financiamento (3) | | 67.470.556 | | (64.406.237) |
| Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3) | | (14.341.553) | | 72.441.507 |
| Efeito das diferenças de câmbio | | | | |
| Caixa e seus equivalentes no princípio do exercício | | 75.631.256 | | 3.189.749 |
| Caixa e seus equivalentes no final do exercício | | 61.289.703 | | 75.631.256 |

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo
 Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério
 António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier
 Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida
 António Sampaio e Mello
 David Charles Denholm Hobley
 Frank Emmanuel Dangeard

Gervais Gilles Pellissier
 Jean-François René Pontal
 Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão

Anexo às Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

| | 2011 | 2010 |
|--|--------------------|-------------------|
| 1. Aquisição ou alienação de filiais e outras atividades empresariais | | |
| a) Outras atividades empresariais | | |
| Reembolso de prestações acessórias no Público - Comunicação Social, S.A. | 17840.000 | - |
| Reembolso de prestações acessórias na Sonae Telecom, SGPS, S.A. | - | 15.788.458 |
| Reembolso de prestações acessórias na Sonaetelecom BV | - | 8.000.000 |
| | 17840.000 | 23.788.458 |
| b) Outras atividades empresariais | | |
| Prestações acessórias na PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A. | 12.990.000 | - |
| Pagamento da Aquisição da Sontária- Empreendimentos Imobiliários, S.A. | 8.860.291 | - |
| Pagamento da Aquisição do Público - Comunicação Social, S.A. | 20.000.000 | - |
| Pagamento da Aquisição da Optimus - Comunicações S.A. | 133.700.000 | - |
| Prestações acessórias no Público - Comunicação Social, S.A. | 1.900.000 | - |
| Prestações acessórias na Miauger - Organização e Gestão de Leilões Eletrónicos, S.A. | 305.000 | - |
| Prestações acessórias na Sonae Télécom S.G.P.S., S.A. | - | 38.630.000 |
| Prestações acessórias na Sonaetelecom BV | - | 27.300.000 |
| Aumento de partes de capital na Sonaecom BV | - | 25.000.000 |
| Aumento capital social na Sonae Télécom S.G.P.S., S.A. | - | 1.490.000 |
| Constituição da PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A. | - | 50.000 |
| | 177.755.291 | 92.470.000 |
| 2. Descrição dos componentes de caixa e seus equivalentes | | |
| Numerário | 10.291 | 10.318 |
| Depósitos à ordem | 74.412 | 216.938 |
| Aplicações de Tesouraria | 61.205.000 | 75.404.000 |
| Depósitos à ordem (saldo credores) | - | - |
| Caixa e seus equivalentes | 61.289.703 | 75.631.256 |
| Depósitos à ordem (saldo credores) | - | - |
| Disponibilidades constantes do balanço | 61.289.703 | 75.631.256 |
| 3. Informações respeitantes a atividades financeiras não monetárias | | |
| a) Créditos bancários obtidos e não sacados | 106.000.000 | 150.750.000 |
| b) Compra de empresas através da emissão de ações | Não aplicável | Não aplicável |
| c) Conversão de dívidas em capital | Não aplicável | Não aplicável |

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo
 Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério
 António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier
 Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida
 António Sampaio e Mello
 David Charles Denholm Hobley
 Frank Emmanuel Dangeard

Gervais Gilles Pellissier
 Jean-François René Pontal
 Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão

6.4. Anexo às demonstrações financeiras individuais da Sonaecom

A SONAECOM, S.G.P.S., S.A. (doravante designada "Empresa" ou "Sonaecom") foi constituída em 6 de junho de 1988, sob a firma Sonae – Tecnologias de Informação, S.A. e tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Maia – Portugal.

Por escritura pública de 30 de setembro de 1997, realizou-se a cisão-fusão da Pargeste, S.G.P.S., S.A., passando a Empresa a abarcar as participações financeiras nas empresas ligadas ao núcleo de comunicação e tecnologias de informação da sociedade cindida.

Em 3 de novembro de 1999, procedeu-se ao aumento de capital e alteração do pacto social, tendo a firma sido alterada para Sonae.com, S.G.P.S., S.A.. Desde então, o objeto social da Empresa é a gestão de participações sociais, tendo, na mesma data, o capital social sido redenominado para euros, ficando este, na altura, representado por cento e cinquenta milhões de ações de valor nominal unitário de 1 euro.

Em 1 de junho de 2000, a Empresa foi objeto de uma Oferta Combinada de Ações, que integrou o seguinte:

- Oferta Pública de Venda de 5.430.000 ações, representativas de 3,62% do capital social, realizada no mercado nacional, dirigida: (i) aos colaboradores do Grupo Sonae; (ii) aos clientes das sociedades dominadas pela Sonaecom; e (iii) ao público em geral.
- Oferta Particular de Venda de 26.048.261 ações, representativas de 17,37% do capital social, dirigida a investidores institucionais, nacionais e estrangeiros.

Complementarmente à Oferta Combinada de Venda, e nos termos a seguir indicados, teve lugar um aumento do capital social da Empresa, tendo as novas ações sido integralmente subscritas e realizadas pela Sonae, S.G.P.S., S.A. (acionista da Sonaecom, doravante designada "Sonae"). Este aumento de capital foi subscrito e realizado, na data de fixação do preço da Oferta Combinada de Venda, na modalidade de novas entradas em dinheiro, dando lugar à emissão de 31.000.000 de novas ações ordinárias, escriturais e com o valor nominal unitário de 1 euro. O preço de subscrição das novas ações foi igual ao preço fixado para a alienação das ações na referida Oferta Combinada (10 euros).

Adicionalmente, a Sonae alienou, nesse exercício, 4.721.739 ações representativas do capital social da Sonaecom ao abrigo da opção concedida aos bancos líderes da Oferta Particular de Venda e 1.507.865 ações a gestores do Grupo Sonae e a antigos sócios de empresas adquiridas pela Sonaecom.

Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 17 de junho de 2002, o capital social foi aumentado de 181.000.000 euros para 226.250.000 euros por subscrição pública reservada aos acionistas. Foram subscritas e realizadas 45.250.000 novas ações, de valor nominal unitário de 1 euro, ao preço de 2,25 euros por ação.

Em 30 de abril de 2003, por escritura pública, a designação social foi alterada para SONAECOM, S.G.P.S., S.A..

Por deliberação da Assembleia Geral de 12 de setembro de 2005, o capital social foi aumentado em 70.276.868 euros de 226.250.000 euros para 296.526.868 euros, através da emissão de 70.276.868 novas ações, de valor nominal de 1 euro cada, e com um prémio de emissão de 242.455.195 euros, inteiramente subscrito pelo acionista France Télécom. A escritura do aumento de capital foi celebrada no dia 15 de novembro de 2005.

Por deliberação da Assembleia Geral de 18 de setembro de 2006, o capital social foi aumentado em 69.720.000 euros para 366.246.868 euros, através da emissão de 69.720.000 novas ações, de valor nominal de 1 euro cada, e com um prémio de emissão global de 275.657.217 euros, subscrito pelos acionistas O93X – Telecomunicações Celulares, S.A. (EDP) e Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A. (Parpública). A escritura deste aumento de capital ocorreu a 18 de outubro de 2006.

Por deliberação da Assembleia Geral de 16 de abril de 2008, as ações escriturais ao portador foram convertidas em ações escriturais nominativas.

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros, arredondados à unidade.

1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, os quais foram preparados de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IAS/IFRS") tal como adotadas pela União Europeia.

A adoção das Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") tal como adotadas pela União Europeia ocorreu pela primeira vez em 2007, pelo que a data de transição dos princípios contabilísticos portugueses para esse normativo foi 1 de janeiro de 2006, tal como definido pela IFRS 1 – "Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro".

Para a Sonaecom, não existem diferenças entre os IFRS adotados pela União Europeia e os IFRS publicados pelo *International Accounting Standards Board*.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas (*endorsed*) pela União Europeia tiveram aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2011 e foram adotadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de dezembro de 2011:

| Norma/Interpretação | Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após) |
|---|--|
| IFRS 1 - Alterações (Exceções à divulgação de comparativos exigidos pela IFRS 7 na adoção pela primeira vez das IFRS's) | 1-jul-10 |
| Esta emenda permite, na adoção pela primeira vez das IFRS's, a utilização das disposições transitórias introduzidas pela emenda de março de 2009 à IFRS 7 (Melhoria das divulgações sobre Instrumentos Financeiros) para as entidades que já utilizam as IFRS's. | |
| Revisão da IAS 24 (Divulgações de Partes Relacionadas) e alterações à IFRS 8 (Segmentos Operacionais) | 1-jan-11 |
| A norma revista aborda preocupações pelo fato dos requisitos de divulgação anteriores e a definição de entidade relacionada serem demasiado complexos e difíceis de aplicar na prática em ambientes de forte presença governamental, através de: (1) permissão de uma exceção parcial para entidades relacionadas com o Governo e (2) fornecendo uma definição revista de entidade relacionada. As alterações à IFRS 8 decorrem das alterações na IAS 24 referidas. | |
| IAS 32 - Alterações (Clarificação de direitos de emissão) | 1-fev-10 * |
| Esta emenda clarifica que quando tais direitos são emitidos numa base 'pro rata' para todos os acionistas numa mesma classe por uma quantia monetária fixa, eles devem ser classificados em capitais próprios independentemente da moeda em que o preço de exercício está denominado. | |

* A data de eficácia de acordo com a adoção pela UE foi posterior à data de eficácia estabelecida originalmente pela norma.

| Norma/Interpretação | Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após) |
|--|--|
| IFRIC 14 - Alterações (Pré-pagamento voluntário de contribuições) | 1-jan-11 |
| Estas emendas corrigem uma consequência não intencional da IFRIC 14. Sem estas emendas, em determinadas circunstâncias não era permitido às entidades o reconhecimento como ativo de certos pré-pagamentos voluntários de contribuições mínimas. | |
| IFRIC 19 (Extinção de Passivos Financeiros através de Instrumentos de Capital Próprio) e alterações à IFRS 1 (Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro) | 1-jul-10 * |
| Clarifica os requisitos das IFRSs quando uma entidade renegoceia os termos de um passivo financeiro com o seu credor, e este aceita ações da empresa ou outro instrumento de capital para realização completa ou parcial do passivo financeiro. As sociedades que adotem pela primeira vez as IFRS podem aplicar as disposições transitórias constantes da IFRIC 19. | |
| * A data de eficácia de acordo com a adoção pela UE foi posterior à data de eficácia estabelecida originalmente pela norma. | |
| Melhorias de várias IFRS: IFRS 1, IFRS 3 e IFRS 7, IAS 1, 32, 34, 39 e IFRIC 13 | 30-jun-10 e 31-dez-10* |
| Melhorias introduzidas nas normas internacionais de relato financeiro, que visa simplificar e clarificar as normas internacionais de contabilidade. | |

* A data de eficácia de acordo com a adoção pela UE foi posterior à data de eficácia estabelecida originalmente pela norma.

A aplicação destas normas não teve impactos significativos nas demonstrações financeiras da Empresa.

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras não existem normas, interpretações, emendas e revisões, aprovadas (*endorsed*) pela União Europeia e cuja aplicação seja obrigatória em exercícios económicos futuros.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas (*endorsed*) pela União Europeia:

| Norma/Interpretação | Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após) |
|---|--|
| IFRS 1 - Alterações (Isenção para hiperinflação severa e remoção das datas fixas) | 1-jul-11 |
| As emendas: 1) substituem as datas fixas estabelecidas na exceção para desconhecimento e na exceção relacionada com a mensuração inicial ao justo valor dos instrumentos financeiros; e 2) incluem uma isenção específica ao custo considerado na primeira adoção das IFRS para as entidades que operavam anteriormente em economias classificadas como hiper-inflacionárias. | |

| Norma/Interpretação | Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após) |
|--|--|
| IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Alterações (emitidas em 7 de outubro de 2010) | 1-jul-11 |
| A emenda requer divulgações com vista a um melhor entendimento das transações de ativos financeiros (por exemplo: securitização de ativos), incluindo a compreensão dos efeitos possíveis de eventuais riscos remanescentes após a transferência. São ainda requeridas divulgações adicionais se uma quantidade desproporcional de transações de ativos ocorrer perto do final do período de relato. | |
| IFRS 9 (Instrumentos Financeiros) | 1-jan-13 |
| Esta norma é o primeiro passo no projeto de substituição da IAS 39, e introduz novos requisitos de classificação e mensuração de ativos financeiros. | |
| IFRS 10 (Demonstrações Financeiras Consolidadas) | 1-jan-13 |
| A norma baseia-se em princípios existentes, identificando o conceito de controlo como o fator determinante para determinar se uma entidade deve ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe. A norma fornece orientação adicional para auxiliar na determinação de controlo. | |
| IFRS 11 (Investimentos em empresas controladas conjuntamente) | 1-jan-13 |
| Prevê uma reflexão mais realista de acordos conjuntos, centrando-se sobre os direitos e obrigações do acordo, ao invés de sua forma jurídica (como é atualmente o caso). A norma aborda inconsistências no relato de acordos conjuntos, exigindo um único método para dar conta de interesses em entidades conjuntamente controladas. | |
| IFRS 12 (Divulgações de Interesses em Outras Entidades) | 1-jan-13 |
| Novo padrão mais abrangente sobre os requisitos de divulgação de todas as formas de participações em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associadas, interesses para fins especiais e outros interesses fora de balanço. | |
| IFRS 13 (Mensuração ao Justo Valor) | 1-jan-13 |
| Prevê melhorar a consistência e reduzir a complexidade, fornecendo, pela primeira vez, uma definição precisa do justo valor, uma única fonte de mensuração deste e requisitos de divulgação para o seu uso em IFRS. | |
| IAS 1 - Alterações (Apresentação de itens em Outros Resultados Integrais) | 1-jul-12 |
| Os itens de outros resultados integrais, que podem ser reclassificados para demonstração de resultados, serão apresentados de forma agrupada. | |
| IAS 12 - Alterações (Imposto diferido: Recuperação de ativos subjacentes) | 1-jan-12 |
| Esta alteração estabelece que, no caso das propriedades de investimento mensuradas ao justo valor, existe a presunção de que a sua recuperação será normalmente feita pela venda para efeitos de determinação do respetivo impacto fiscal. Como resultado, a SIC 21 - "Impostos sobre o Rendimento - Recuperação de ativos não depreciáveis revalorizados" deixa de se aplicar a propriedades de investimento mensuradas ao justo valor. As restantes orientações contidas na SIC 21 são também vertidas para a IAS 12, sendo a SIC 21 retirada. | |

| Norma/Interpretação | Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após) |
|--|--|
| IAS 19 - Alterações (Benefícios dos Empregados) | 1-jan-13 |
| Eliminação da opção de adiar o reconhecimento de ganhos e perdas, conhecida como o "método do corredor", melhoria na comparabilidade e fidelidade de apresentação, racionalização da apresentação de alterações nos ativos e passivos decorrentes de planos de benefícios definidos e melhoria dos requisitos de divulgação para os planos de benefício definidos. | |
| IAS 27 (Demonstrações Financeiras Separadas) | 1-jan-13 |
| Requisitos de consolidação que já faziam parte da IAS 27 foram revistos e agora estão contidos na IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas. | |
| IAS 28 (Investimentos em Associadas e Joint Ventures) | 1-jan-13 |
| O objetivo da IAS 28 (revista em 2011) é o de determinar regras para a contabilização de investimentos em associadas e estabelecer os requisitos para a aplicação do método de equivalência patrimonial aquando da contabilização de investimentos em associadas e <i>joint ventures</i> . | |
| IFRIC 20 Interpretação (Custos da remoção do terreno de cobertura na fase produtiva de uma mina de superfície) | 1-jan-13 |
| A interpretação clarifica quando estes tipos de custos deverão ser considerados como ativo e como esse ativo deverá ser mensurado (quer no reconhecimento inicial quer na mensuração subsequente). | |

A aplicação destas normas e interpretações, quando aplicáveis à Empresa, não produzirá efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras futuras da Empresa.

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados pela Empresa a 31 de dezembro de 2011 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010.

Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram as seguintes:

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e eventuais perdas de imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes e registadas por duodécimos, a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização dos ativos fixos tangíveis são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As taxas anuais utilizadas correspondem à vida útil estimada dos bens, que são as seguintes:

| | Anos de vida útil |
|--------------------------------|-------------------|
| Edifícios e outras construções | |
| - obras em edifícios alheios | 10-20 |
| Equipamento básico | 5-8 |
| Equipamento administrativo | 3-10 |
| Ferramentas e utensílios | 4-8 |
| Outras imobilizações corpóreas | 4 |

As despesas correntes com reparação e manutenção do ativo fixo tangível são registadas como custo no exercício em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentem o período de utilização dos respetivos bens, são capitalizadas e amortizadas de acordo com a vida útil dos correspondentes bens.

b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e eventuais perdas de imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, se a Empresa possuir o poder de os controlar e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os ativos intangíveis compreendem, essencialmente, *software* e propriedade industrial.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, durante o período estimado da sua vida útil (três anos), a partir do mês em que as correspondentes despesas sejam incorridas.

As amortizações do exercício dos ativos intangíveis são registadas na demonstração de resultados na rubrica "Amortizações e depreciações".

c) Investimentos em empresas do grupo e outros ativos não correntes

Os investimentos financeiros representativos de partes de capital em empresas do grupo (empresas nas quais a Empresa detenha direta ou indiretamente mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Acionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais), são registados na rubrica "Investimentos em empresas do grupo", ao custo de aquisição, de acordo com as disposições previstas na IAS 27, em virtude da Sonaecom apresentar em separado, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IAS/IFRS.

Na rubrica "Outros ativos não correntes" são registados, ao valor nominal, os empréstimos e as prestações acessórias concedidos às empresas participadas cujo reembolso previsto ou contratual apenas venha a ocorrer num prazo superior a um ano.

É efetuada uma avaliação dos investimentos e dos empréstimos concedidos a empresas do grupo quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade ou quando as perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização dos investimentos financeiros e nos empréstimos concedidos a empresas do grupo são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica "Outros custos financeiros" da demonstração de resultados.

Os encargos incorridos com a compra de investimentos financeiros em empresas do grupo são registados como custo no momento em que são incorridos.

d) Instrumentos financeiros

A Empresa classifica os instrumentos financeiros nas seguintes categorias: 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados', 'Empréstimos e contas a receber', 'Investimentos detidos até ao vencimento' e 'Investimentos disponíveis para venda'. A classificação depende da intenção subjacente à aquisição do investimento.

A classificação é definida no momento do reconhecimento inicial e reapreciada numa base trimestral.

(i) 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados'

Esta categoria divide-se em duas subcategorias: 'ativos financeiros detidos para negociação' e 'investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se for adquirido com o propósito de ser vendido no curto prazo ou se a adoção da valorização através deste método elimine ou reduza significativamente um desfazamento contabilístico. Os instrumentos derivados são também classificados como detidos para negociação, exceto se estiverem afetos a operações de cobertura. Os ativos desta categoria são classificados como ativos correntes no caso de serem detidos para negociação ou se for expectável que se realizem num período inferior a 12 meses da data do balanço.

(ii) 'Empréstimos e contas a receber'

'Empréstimos e contas a receber' são ativos financeiros não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que não se encontram cotados em mercados ativos/ líquidos. Estes investimentos financeiros surgem quando a Empresa fornece dinheiro ou serviços diretamente a um devedor sem intenção de negociar a dívida.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são registados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de qualquer imparidade.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são classificados como ativos correntes, exceto nos casos em que a maturidade é superior a 12 meses da data do balanço, os quais se classificam como ativos não correntes. Em ambos os casos, esta categoria aparece no balanço incluída na rubrica 'Outras dívidas de terceiros'.

(iii) 'Investimentos detidos até ao vencimento'

Esta categoria inclui os ativos financeiros, não derivados, com reembolsos fixos ou

variáveis, que possuem uma maturidade fixada e relativamente aos quais é intenção do Conselho de Administração a manutenção dos mesmos até à data do seu vencimento.

(iv) 'Investimentos disponíveis para venda'

Incluem-se aqui os ativos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda ou aqueles que não se enquadrem nas categorias anteriores. Esta categoria é incluída nos ativos não correntes, exceto se o Conselho de Administração tiver a intenção de alienar o investimento num período inferior a 12 meses da data do balanço.

Todas as compras e vendas de investimentos financeiros são reconhecidas à data da transação, isto é, na data em que a Empresa assume todos os riscos e obrigações inerentes à compra ou venda do ativo. Os investimentos são todos inicialmente reconhecidos ao justo valor mais custos de transação, sendo a única exceção os 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Neste último caso, os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transação são reconhecidos na demonstração de resultados. Os investimentos são desreconhecidos quando o direito de receber fluxos financeiros tiver expirado ou tiver sido transferido e, conseqüentemente, tenham sido transferidos todos os riscos e benefícios associados.

Os 'Investimentos disponíveis para venda' e os 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados' são posteriormente mantidos ao justo valor.

Os 'Empréstimos e contas a receber' e os 'Investimentos detidos até ao vencimento' são registados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efetiva.

Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados' são registados na demonstração de resultados do exercício. Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos não monetários classificados como disponíveis para venda, são reconhecidos no capital próprio. No momento em que esse investimento é vendido ou esteja em situação de imparidade, o ganho ou perda acumulada é registado na demonstração de resultados como ganhos/perdas em investimentos.

O justo valor dos investimentos é baseado nos preços correntes de mercado. Se o mercado em

que os investimentos estão inseridos não for um mercado ativo/líquido (investimentos não cotados), a Empresa estabelece o justo valor através de outras técnicas de avaliação como o recurso a transações de instrumentos financeiros substancialmente semelhantes, análises de fluxos financeiros e modelos de opção de preços ajustados para refletir as circunstâncias específicas. Caso tal não possa ser utilizado, a Empresa valoriza tais investimentos pelo seu custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade identificadas. O justo valor dos investimentos cotados é calculado com base na cotação de fecho da Euronext à data do balanço.

A Empresa efetua avaliações à data de cada balanço sempre que exista evidência objetiva de que um ativo financeiro possa estar em imparidade. No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa (superior a 25%) ou prolongada (durante dois trimestres consecutivos) do seu justo valor para níveis inferiores ao seu custo é indicativo de que o ativo se encontra em situação de imparidade. Se existir alguma evidência de imparidade para 'Investimentos disponíveis para venda', as perdas acumuladas – calculadas pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido de qualquer perda de imparidade anteriormente reconhecida na demonstração de resultados – são retiradas do capital próprio e reconhecidas na demonstração de resultados. Perdas de imparidade reconhecidas na demonstração de resultados relativas a instrumentos de capital não são revertidas através de resultados.

e) Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

As locações são classificadas como financeiras ou operacionais em função da substância e não da forma do respetivo contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as amortizações acumuladas correspondentes e as dívidas

pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual ao justo valor ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos em falta até ao final do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações do ativo fixo tangível são reconhecidos como custos na demonstração de resultados do exercício.

Os bens cuja utilização decorre do regime de aluguer de longa duração ("ALD"), estão contabilizados pelo método de locação operacional. De acordo com este método, as rendas pagas são reconhecidas como custo, durante o período de aluguer a que respeitam.

f) Outras dívidas de terceiros

As 'outras dívidas de terceiros' são registadas pelo seu valor realizável líquido e não incluem juros, por não se considerar material o efeito da sua atualização financeira.

Estes instrumentos financeiros surgem quando a Empresa empresta dinheiro ou presta serviços diretamente a um devedor sem intenção de transacionar o montante a receber.

O montante desta rubrica encontra-se deduzido de eventuais perdas de imparidade, que são registados na Demonstração de Resultados em 'Provisões e perdas de imparidade'. Recuperações subsequentes de montantes anteriormente sujeitos a imparidade, são creditados na rubrica de 'Outros proveitos operacionais' da demonstração de resultados.

g) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria para os quais o risco de alteração de valor não é significativo.

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7- 'Demonstração de Fluxos de Caixa', através do método direto. A Empresa classifica na rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' compreende também os descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica 'Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos'. A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de

financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os pagamentos a pessoal e outros recebimentos e pagamentos relacionados com a atividade operacional.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas subsidiárias e associadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de ativos fixos tangíveis.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e a contratos de locação financeira.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo, não existindo qualquer montante penhorado nem dado como garantia.

h) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo "custo amortizado". Eventuais despesas com a emissão desses empréstimos são registadas como uma dedução à dívida e reconhecidas, ao longo do período de vida desses empréstimos, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Os juros corridos mas não vencidos são acrescidos ao valor dos empréstimos até ao momento da sua liquidação.

i) Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo à medida que são incorridos. Os encargos financeiros de empréstimos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos são capitalizados fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos inicia-se com a preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou no final de produção ou construção do ativo ou ainda, quando o projeto em causa se encontra suspenso.

j) Instrumentos financeiros derivados

A Empresa utiliza derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos. Derivados para negociação (especulação) não são utilizados pela Empresa.

Os instrumentos financeiros derivados (*cash flow hedges*) utilizados normalmente pela Empresa respeitam a:

- a) *swaps* de taxa de juro para cobertura do risco de taxa de juro em empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes aos *swaps* de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contratados. A variação no justo valor dos *swaps* de cobertura de *cash-flow* é registada no ativo ou no passivo por contrapartida da rubrica dos capitais próprios "Reservas de cobertura".
- b) *forward's* cambiais para cobertura do risco cambial. Os valores e prazos envolvidos são idênticos aos valores faturados e aos respetivos prazos de vencimento.

Nos casos em que o instrumento de cobertura se revela ineficaz, os montantes gerados por ajustamentos ao justo valor são registados diretamente na demonstração de resultados.

Em 31 de dezembro de 2011, a Empresa não se encontra a utilizar qualquer instrumento financeiro derivado, para além dos referidos na Nota 1.s).

k) Provisões e contingências

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum evento passado e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Provisões para reestruturações apenas são registadas caso a Empresa possua um plano detalhado e este já tenha sido devidamente comunicado às partes envolvidas.

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, sendo as mesmas divulgadas no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

Um ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras, mas divulgado no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

l) Imposto sobre o rendimento

O 'Imposto sobre o rendimento do exercício' inclui o imposto corrente e o imposto diferido, de acordo com a IAS 12-'Impostos sobre o Rendimento'.

A Sonaecom é abrangida, desde janeiro de 2008, pelo Regime especial de tributação dos grupos de sociedades, pelo que o imposto corrente é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas no referido regime especial, de acordo com as regras do mesmo. O Regime especial de tributação dos grupos de sociedades engloba todas as empresas participadas direta ou indiretamente em pelo menos 90% do capital social e que sejam residentes em Portugal e tributadas em sede de Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses impostos diferidos ativos. No final de cada exercício é efetuada uma revisão dos impostos diferidos registados, bem como dos não reconhecidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura ou registados, desde que, e até ao ponto em que, se torne provável a geração de lucros tributáveis no futuro que permitam a sua recuperação (Nota 7).

Os impostos diferidos são calculados à taxa que se espera que vigore no período em que se prevê que o ativo ou o passivo seja realizado.

Nos casos em que os impostos diferidos são relativos a ativos ou passivos registados diretamente no capital próprio, o seu registo também é efetuado na rubrica de capital próprio. Nas outras situações, os impostos diferidos são sempre registados na demonstração de resultados.

m) Especialização de exercícios e Rébito

Os custos e os proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e os proveitos cujo valor real não seja conhecido, são contabilizados por estimativa.

Nas rubricas "Outros ativos correntes", "Outros ativos não correntes", "Outros passivos correntes" e "Outros passivos não correntes" são registados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

Os custos, imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas apenas ocorrerão em exercícios futuros, são estimados e registados em 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes', sempre que seja possível estimar com grande fiabilidade o montante, bem como o momento da concretização da despesa. Se existir incerteza quer relativamente à data da saída de recursos, quer quanto ao montante da obrigação, o valor é classificado como Provisões (Nota 1.k)).

Os ativos e passivos não financeiros não correntes são registados pelo seu justo valor e, em cada exercício, a atualização financeira para o justo valor é registada na demonstração de resultados nas rubricas 'Outros custos financeiros' e 'Outros proveitos financeiros'.

Os dividendos apenas são reconhecidos quando o direito dos acionistas ao seu recebimento já estiver devidamente estabelecido e comunicado.

n) Classificação de balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

Adicionalmente, pela sua natureza, os impostos diferidos e as provisões para outros riscos e encargos são classificados como não correntes (Notas 7 e 14).

o) Reservas

Reserva Legal

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da 'reserva legal' até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reserva de prémios de emissão de ações

Os prémios de emissão correspondem a ágios obtidos com a emissão ou aumentos de capital. De acordo com a legislação comercial portuguesa, os valores incluídos nesta rubrica seguem o regime estabelecido para a 'reserva legal', isto é, os valores não são distribuíveis, a não ser em caso de liquidação, mas podem ser utilizados para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo

De acordo com a IFRS 2- 'Pagamentos com Base em ações', a responsabilidade com os planos liquidados através da entrega de ações próprias é registada, a crédito, na rubrica de 'Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo', sendo que tal reserva não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

Reservas de cobertura

As reservas de cobertura refletem as variações de justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de *cash flow* que se consideram eficazes (Nota 1. j)) sendo que as mesmas não são passíveis de ser distribuídas ou ser utilizadas para absorver prejuízos.

Reservas de ações próprias

As reservas de ações próprias refletem o valor das ações próprias adquiridas e seguem um regime legal equivalente ao da reserva legal.

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da Empresa, apresentadas de acordo com as IAS/IFRS.

Assim, em 31 de dezembro de 2011, a Sonaecom dispunha de reservas que, pela sua natureza, são consideradas distribuíveis no montante de cerca de 98,5 milhões de euros.

p) Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das ações próprias são registadas na rubrica 'Outras reservas'.

q) Moeda estrangeira

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data dos balanços.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração de resultados do exercício nas rubricas de resultados financeiros.

As cotações utilizadas para conversão em euros foram as seguintes:

| | 2011 | | 2010 | |
|-----------------|-------------|---------|-------------|---------|
| | 31 dezembro | Média | 31 dezembro | Média |
| Libra inglesa | 1,19717 | 1,15256 | 1,16178 | 1,16668 |
| Franco Suíço | 0,82264 | 0,81258 | 0,79970 | 0,72600 |
| Coroa Sueca | 0,11220 | 0,11080 | - | - |
| Dólar americano | 0,77286 | 0,71889 | 0,74839 | 0,75587 |

r) Imparidade de ativos

São efetuados testes de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um ativo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual um ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica de "Amortizações e depreciações" nos casos de Ativos fixos tangíveis, na rubrica de 'Outros custos financeiros' no caso de Investimentos financeiros e, para os outros ativos, na rubrica de 'Provisões e perdas de imparidade'.

A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obterá com a alienação do ativo numa transação ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros

estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

Para os Investimentos financeiros, a quantia recuperável, calculada em termos de valor de uso, é determinada com base nos últimos planos de negócio devidamente aprovados pelo Conselho de Administração da Empresa.

Evidência da existência de imparidade nas contas a receber surge quando:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verificam atrasos significativos no pagamento de juros e outros pagamentos principais por parte da contraparte, e;
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou em reestruturação financeira.

s) Planos de Incentivo de Médio Prazo

O tratamento contabilístico dos Planos de Incentivo de Médio Prazo é baseado na IFRS 2 - 'Pagamentos com Base em Ações'.

De acordo com a IFRS 2, quando os planos estabelecidos pela Empresa são liquidados através da entrega de ações próprias, a responsabilidade estimada é registada a crédito na rubrica de 'Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo', no Capital próprio, por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício.

Essa responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de atribuição do plano e reconhecida durante o período de diferimento de cada plano (desde a data de atribuição do plano até à sua data de vencimento). A responsabilidade total é calculada proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de atribuição até à data da contabilização.

Quando as responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, isto é, quando são substituídas pelo pagamento de uma verba fixa a uma entidade externa à Empresa, que assume a responsabilidade de entrega das ações na data de vencimento de cada plano, o tratamento contabilístico acima referido, sofre as seguintes adaptações:

- (i) O valor total a pagar é registado no balanço nas rubricas 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes';
- (ii) A parte da responsabilidade ainda não reconhecida na demonstração de resultados (relacionada com o período ainda a decorrer até à data de exercício) é diferida e registada no balanço nas rubricas 'Outros ativos não correntes' e 'Outros ativos correntes';
- (iii) O efeito líquido dos registos referidos em i) e ii) anulam o impacto, acima mencionado, em Capitais próprios;
- (iv) Na demonstração de resultados, o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento, continua a ser registado na rubrica 'Custos com o pessoal'.

Para os planos liquidados em dinheiro, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes', por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de cada balanço.

Quando estas responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, a contabilização é efetuada da mesma forma, mas com a responsabilidade quantificada com base no valor fixado no contrato.

Os planos liquidados através da entrega de ações da empresa-mãe são contabilizados como se se tratassem de planos liquidados em dinheiro, ou seja, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes', por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de cada balanço.

A 31 de dezembro de 2011, todos os planos de ações Sonaecom em aberto estavam cobertos através da detenção de ações próprias. O impacto associado aos planos de ações dos Planos de Incentivo de Médio Prazo relativos a ações Sonaecom está contabilizado, no balanço, na rubrica de 'Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo'. Na demonstração de resultados, o custo está contabilizado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

Em relação aos planos liquidados através da entrega de ações da empresa-mãe, a Empresa efetuou contratos de cobertura, com uma entidade externa, através dos quais fixou o preço para a aquisição das referidas ações, pelo que a responsabilidade com os mesmos se encontra registada ao preço fixado no contrato, proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de atribuição até à data da contabilização, nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes'. Na demonstração de resultados, o custo está contabilizado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

t) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (*adjusting events*) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (*non adjusting events*), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

u) Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 incluem, essencialmente, as análises de imparidade dos ativos, nomeadamente dos investimentos financeiros em empresas do Grupo.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8- 'Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros'.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras, são descritos nas correspondentes notas anexas, quando aplicável.

v) Gestão do Risco Financeiro

A atividade da Empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de mercado, o risco de liquidez e o risco de crédito.

Este conjunto de riscos deriva da incerteza característica dos mercados financeiros, a qual se reflete na capacidade de projeção de fluxos de caixa e rentabilidades. A política de gestão dos riscos financeiros da Empresa, subjacente a uma perspetiva de continuidade das operações no longo prazo, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes dessas incertezas, recorrendo, sempre que possível e aconselhável, a instrumentos derivados de cobertura (Nota 1.j)).

Risco de mercado

a) Risco da taxa de câmbio

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressos em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados a flutuações cambiais.

Sempre que possível, a Empresa tenta realizar coberturas naturais dos valores em exposição, compensando os créditos concedidos e recebidos expressos na mesma moeda. Quando tal não se revele possível, a Empresa recorre a outros instrumentos derivados de cobertura (Nota 1.j)).

Considerando os reduzidos valores de ativos e passivos em moeda estrangeira, o impacto da variação da taxa de câmbio não é significativo.

b) Risco de taxa de juro

A totalidade do endividamento da Sonaecom encontra-se indexado a taxas variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio da Empresa é mitigado pelo efeito dos seguintes fatores: (i) relativamente baixo nível de alavancagem financeira; (ii) possibilidade de utilização de instrumentos derivados de cobertura do risco de taxa de juro, conforme referido abaixo; (iii) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados da Empresa, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos (*natural hedge*); e (iv) existência de liquidez ou disponibilidades igualmente remuneradas a taxas variáveis.

A Empresa apenas utiliza instrumentos derivados ou transações semelhantes para efeitos de cobertura de riscos de taxas de juro considerados significantes. Três princípios são utilizados na seleção e determinação dos instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro:

- Para cada derivado ou instrumento de cobertura utilizado para proteção de risco associado a um determinado financiamento, existe coincidência entre as datas dos fluxos de juros pagos nos financiamentos objeto de cobertura e as datas de liquidação ao abrigo do instrumento de cobertura;
- Equivalência perfeita entre as taxas base: o indexante utilizado no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser o mesmo que o aplicável ao financiamento/ transação que está a ser coberta;
- Desde o início da transação, o custo máximo do endividamento, resultante da operação de cobertura realizada, é conhecido e limitado, mesmo em cenários de evoluções extremas das taxas de juro de mercado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado no plano de negócios da Empresa.

Uma vez que a totalidade do endividamento da Sonaecom (Nota 13) encontra-se indexado a taxas variáveis, *swaps* de taxa de juro e outros derivados são utilizados como forma de proteção contra as variações dos fluxos de caixa futuros associados aos pagamentos de juros. Quando os *swaps* de taxa de juro são contratados têm o efeito económico de converter os respetivos empréstimos associados a taxas variáveis para taxas fixas. Ao abrigo destes contratos, a Empresa acorda com terceiras partes (bancos) a troca, em períodos de tempo pré-determinados, da diferença entre o montante de juros calculados à taxa fixa contratada e à taxa variável da altura de refixação, com referência aos respetivos montantes nominais acordados.

As contrapartes dos instrumentos de cobertura estão limitadas a instituições de crédito de elevada qualidade creditícia, sendo política da Empresa privilegiar a contratação destes instrumentos com entidades bancárias que formem parte das suas operações de financiamento.

Para efeitos de determinação da contraparte das operações pontuais, a Sonaecom solicita a apresentação de propostas e preços indicativos a um número representativo de bancos de forma a garantir a adequada competitividade dessas operações.

Na determinação do justo valor das operações

de cobertura, a Empresa utiliza determinados métodos, tais como modelos de avaliação de opções e de atualização de fluxos de caixa futuros, e utiliza determinados pressupostos que são baseados nas condições de taxas de juro de mercado prevaletentes à data de Balanço. Cotações comparativas de instituições financeiras, para instrumentos específicos ou semelhantes, são utilizadas como referencial de avaliação.

O justo valor dos derivados contratados, que se qualifiquem como de cobertura de justo valor ou que não sejam considerados suficientemente eficazes na cobertura de fluxos de caixa (conforme definições da IAS 39 – ‘Instrumentos Financeiros’), é reconhecido nas rubricas de empréstimos, sendo as variações do seu justo valor reconhecidas diretamente na demonstração de resultados do exercício. O justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa, considerados eficazes de acordo com o definido pela IAS 39, é reconhecido nas rubricas de empréstimos e as variações registadas no capital próprio.

O Conselho de Administração da Sonaecom aprova os termos e condições dos financiamentos considerados materiais para a Empresa, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixo/variável). No âmbito da política acima definida, cabe à Comissão Executiva, através do acompanhamento permanente das condições e das alternativas existentes no mercado, a decisão sobre a contratação pontual de instrumentos financeiros derivados destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

A análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro é apresentada na Nota 13.

Risco de liquidez

A existência de liquidez implica que sejam definidos parâmetros de atuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez tem um triplo objetivo: (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento, bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos;

(ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e (iii) Eficiência Financeira, isto é, garantir que a Empresa maximiza o valor / minimiza o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Os principais parâmetros subjacentes a tal política correspondem ao tipo de instrumentos permitidos, ao nível de risco máximo aceitável, ao montante máximo de exposição por contraparte e aos prazos máximos de investimento.

A liquidez existente deverá ser aplicada nas alternativas abaixo descritas e pela ordem de prioridade apresentada:

- (i) Amortização de dívida de curto prazo – após comparação do custo de oportunidade de amortização e custo de oportunidade inerente aos investimentos alternativos;
- (ii) Gestão consolidada de liquidez – a liquidez existente nas empresas do Grupo, deverá ser prioritariamente aplicada em empresas do Grupo, para que de uma forma consolidada seja reduzida a utilização de dívida bancária;
- (iii) Recurso ao mercado.

O investimento por recurso ao mercado está limitado à contratação de operações com contrapartes elegíveis, isto é, que cumpram com determinadas notações de *rating* previamente definidas pela Administração e limitada a determinados montantes máximos por contraparte.

A definição de limites máximos por contraparte tem como objetivo garantir que as aplicações de excedentes são realizadas de uma forma prudente e em observância dos princípios de gestão de relacionamento bancário.

A maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em ativos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomada de fundos/aplicações no mercado.

A análise da maturidade de cada um dos instrumentos financeiros passivos, é apresentada na Nota 13.

Risco de crédito

A exposição da Empresa ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua atividade operacional. O risco de crédito associado a operações financeiras é mitigado pelo fato da Empresa apenas negociar com entidades de elevada qualidade creditícia.

A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos seus créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro da Empresa.

O montante relativo a outras dívidas de terceiros apresentado nas demonstrações financeiras, o qual se encontra líquido de imparidades, representa a máxima exposição da Empresa ao risco de crédito.

2. Ativos fixos tangíveis

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

| | 2011 | | | | | |
|---|--------------------------------|--------------------|--------------------------|----------------------------|--------------------------------|----------------|
| | Edifícios e outras construções | Equipamento básico | Ferramentas e utensílios | Equipamento administrativo | Outras imobilizações corpóreas | Total |
| Ativo bruto | | | | | | |
| Saldo em 31 dezembro 2010 | 721.165 | 46.325 | 171 | 332.060 | 619 | 1.100.340 |
| Adições | - | - | - | 1.697 | - | 1.697 |
| Alienações | - | - | - | - | (515) | (515) |
| Saldo final em 31 dezembro 2011 | 721.165 | 46.325 | 171 | 333.757 | 104 | 1.101.522 |
| Amortizações e perdas de imparidade acumuladas | | | | | | |
| Saldo em 31 dezembro 2010 | 403.292 | 25.891 | 170 | 241.851 | 318 | 671.522 |
| Amortizações do exercício | 41.444 | 7.291 | 1 | 20.431 | 53 | 69.220 |
| Alienações | - | - | - | - | (267) | (267) |
| Saldo final em 31 dezembro 2011 | 444.736 | 33.182 | 171 | 262.282 | 104 | 740.475 |
| Valor líquido | 276.429 | 13.143 | - | 71.475 | - | 361.047 |

| | 2010 | | | | | |
|---|--------------------------------|--------------------|--------------------------|----------------------------|--------------------------------|----------------|
| | Edifícios e outras construções | Equipamento básico | Ferramentas e utensílios | Equipamento administrativo | Outras imobilizações corpóreas | Total |
| Ativo bruto | | | | | | |
| Saldo em 31 dezembro 2009 | 721.165 | 46.325 | 171 | 331.750 | 619 | 1.100.030 |
| Adições | - | - | - | 310 | - | 310 |
| Saldo final em 31 dezembro 2010 | 721.165 | 46.325 | 171 | 332.060 | 619 | 1.100.340 |
| Amortizações e perdas de imparidade acumuladas | | | | | | |
| Saldo em 31 dezembro 2009 | 347.862 | 17.977 | 170 | 216.945 | 189 | 583.143 |
| Amortizações do exercício | 55.430 | 7.914 | - | 24.906 | 129 | 88.379 |
| Saldo final em 31 dezembro 2010 | 403.292 | 25.891 | 170 | 241.851 | 318 | 671.522 |
| Valor líquido | 317.873 | 20.434 | 1 | 90.209 | 301 | 428.818 |

3. Ativos intangíveis

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

| | 2011 | | | |
|---|------------------------|------------|----------------------|--------------|
| | Propriedade industrial | Software | Imobilizado em curso | Total |
| Ativo bruto | | | | |
| Saldo em 31 dezembro 2010 | 9.719 | 183.247 | 376 | 193.342 |
| Transferências | - | 376 | (376) | - |
| Saldo final em 31 dezembro 2011 | 9.719 | 183.623 | - | 193.342 |
| Amortizações e perdas de imparidade acumuladas | | | | |
| Saldo em 31 dezembro 2010 | 7.281 | 177.585 | - | 184.866 |
| Amortizações do exercício | 1.035 | 5.156 | - | 6.191 |
| Saldo final em 31 dezembro 2011 | 8.316 | 182.741 | - | 191.057 |
| Valor líquido | 1.403 | 882 | - | 2.285 |

| | 2010 | | | |
|---|------------------------|--------------|----------------------|--------------|
| | Propriedade industrial | Software | Imobilizado em curso | Total |
| Ativo bruto | | | | |
| Saldo em 31 dezembro 2009 | 6.650 | 182.283 | 376 | 189.309 |
| Adições | 3.069 | 964 | - | 4.033 |
| Saldo final em 31 dezembro 2010 | 9.719 | 183.247 | 376 | 193.342 |
| Amortizações e perdas de imparidade acumuladas | | | | |
| Saldo em 31 dezembro 2009 | 6.259 | 155.447 | - | 161.706 |
| Amortizações do exercício | 1.022 | 22.138 | - | 23.160 |
| Saldo final em 31 dezembro 2010 | 7.281 | 177.585 | - | 184.866 |
| Valor líquido | 2.438 | 5.662 | 376 | 8.476 |

4. Classes de instrumentos financeiros

A 31 de dezembro de 2011 e 2010, as classes de instrumentos financeiros eram como segue:

| 2011 | | | | | |
|---|--|-----------------------------------|---|---|-------------|
| | Empréstimos e contas a receber | Subtotal | Outros não abrangidos pela IFRS 7 | Total | |
| Ativos não correntes | | | | | |
| Outros ativos não correntes (Nota 6) | 542.879.752 | 542.879.752 | - | 542.879.752 | |
| | 542.879.752 | 542.879.752 | - | 542.879.752 | |
| Ativos correntes | | | | | |
| Outras dívidas de terceiros (Nota 8) | 5.250.772 | 5.250.772 | - | 5.250.772 | |
| Caixa e equivalentes de caixa (Nota 10) | 61.289.703 | 61.289.703 | - | 61.289.703 | |
| | 66.540.475 | 66.540.475 | - | 66.540.475 | |
| 2010 | | | | | |
| | Empréstimos e contas a receber | Subtotal | Outros não abrangidos pela IFRS 7 | Total | |
| Ativos não correntes | | | | | |
| Outros ativos não correntes (Nota 6) | 560.706.652 | 560.706.652 | - | 560.706.652 | |
| | 560.706.652 | 560.706.652 | - | 560.706.652 | |
| Ativos correntes | | | | | |
| Outras dívidas de terceiros (Nota 8) | 7.365.498 | 7.365.498 | 2.302.985 | 9.668.483 | |
| Caixa e equivalentes de caixa (Nota 10) | 75.631.256 | 75.631.256 | - | 75.631.256 | |
| | 82.996.754 | 82.996.754 | 2.302.985 | 85.299.739 | |
| 2011 | | | | | |
| | Passivos registados pelo custo amortizado | Outros passivos financeiros | Subtotal | Outros não abrangidos pela IFRS 7 | Total |
| Passivo não corrente | | | | | |
| Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo (Nota 13) | 319.485.865 | - | 319.485.865 | - | 319.485.865 |
| | 319.485.865 | - | 319.485.865 | - | 319.485.865 |
| Passivo corrente | | | | | |
| Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos (Nota 13) | 137.109.904 | - | 137.109.904 | - | 137.109.904 |
| Outras dívidas a terceiros (Nota 16) | - | 840.372 | 840.372 | 739.439 | 1.579.811 |
| | 137.109.904 | 840.372 | 137.950.276 | 739.439 | 138.689.715 |
| 2010 | | | | | |
| | Passivos registados pelo custo amortizado | Outros passivos financeiros | Subtotal | Outros não abrangidos pela IFRS 7 | Total |
| Passivo não corrente | | | | | |
| Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo (Nota 13) | 304.333.736 | - | 304.333.736 | - | 304.333.736 |
| | 304.333.736 | - | 304.333.736 | - | 304.333.736 |
| Passivo corrente | | | | | |
| Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos (Nota 13) | 53.472.759 | - | 53.472.759 | - | 53.472.759 |
| Outras dívidas a terceiros (Nota 16) | - | 10.048.115 | 10.048.115 | 319.771 | 10.367.886 |
| | 53.472.759 | 10.048.115 | 63.520.874 | 319.771 | 63.840.645 |

Os saldos a receber e a pagar do Estado e outros entes públicos, dada a sua natureza, foram considerados como instrumentos financeiros não abrangidos pela IFRS 7. De igual forma, as rubricas de outros ativos/ passivos correntes não foram consideradas nesta desagregação por serem constituídas por montantes não abrangidos no âmbito da IFRS 7.

5. Investimentos em empresas do grupo

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica incluía as partes de capital detidas em empresas do grupo e tinha a seguinte composição:

| Empresa | 2011 | 2010 |
|--|---------------|---------------|
| Optimus - Comunicações, S.A. ("Optimus") | 898.576.231 | 764.876.231 |
| Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A. ("Sonae Telecom") | 107.289.987 | 107.289.987 |
| Sonaetelecom BV | 75.009.902 | 75.009.902 |
| Sonae com - Sistemas de Informação, S.G.P.S., S.A. ("Sonae com SI") | 52.241.587 | 52.241.587 |
| Sonaecom BV | 25.020.000 | 25.020.000 |
| Be Artis - Conceção, Construção e Gestão de Redes de Comunicações, S.A. ("Be Artis") | 8.230.885 | 8.230.885 |
| Sontária - Empreendimentos Imobiliários, S.A. ("Sontária") | 6.120.239 | 6.120.239 |
| Miauger - Organização e Gestão de Leilões Eletrónicos, S.A. ("Miauger") | 4.568.100 | 4.568.100 |
| Público - Comunicação Social, S.A. ("Público") | 494.495 | - |
| PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A. ("PCJ") | 50.000 | 50.000 |
| | 1.177.601.426 | 1.043.406.931 |
| Perdas de imparidade (Nota 14) | (80.122.497) | (46.609.902) |
| Total de investimentos em empresas do Grupo | 1.097.478.929 | 996.797.029 |

Os movimentos ocorridos nesta rubrica durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, foram como segue:

| Empresa | Saldo 31 dezembro 2010 | Aumentos | Diminuições | Transferências | Saldo 31 dezembro 2011 |
|-----------------------|---------------------------|-------------|-------------|----------------|---------------------------|
| Optimus | 764.876.231 | 133.700.000 | - | - | 898.576.231 |
| Sonae Telecom | 107.289.987 | - | - | - | 107.289.987 |
| Sonaetelecom BV | 75.009.902 | - | - | - | 75.009.902 |
| Sonae com SI | 52.241.587 | - | - | - | 52.241.587 |
| Miauger | 4.568.100 | - | - | - | 4.568.100 |
| Sonaecom BV | 25.020.000 | - | - | - | 25.020.000 |
| Be Artis | 8.230.885 | - | - | - | 8.230.885 |
| Sontária | 6.120.239 | - | - | - | 6.120.239 |
| PCJ | 50.000 | - | - | - | 50.000 |
| Público | - | 494.495 | - | - | 494.495 |
| | 1.043.406.931 | 134.194.495 | - | - | 1.177.601.426 |
| Imparidades (Nota 14) | (46.609.902) | (3.628.595) | - | (29.884.000) | (80.122.497) |
| | 996.797.029 | 130.565.900 | - | (29.884.000) | 1.097.478.929 |

| Empresa | Saldo 31 dezembro 2009 | Aumentos | Diminuições | Transferências | Saldo 31 dezembro 2010 |
|-----------------------|---------------------------|------------|-------------|----------------|---------------------------|
| Optimus | 764.876.231 | - | - | - | 764.876.231 |
| Sonae Telecom | 105.799.987 | 1.490.000 | - | - | 107.289.987 |
| Sonaetelecom BV | 44.209.902 | 4.300.000 | - | 26.500.000 | 75.009.902 |
| Sonae com SI | 52.241.587 | - | - | - | 52.241.587 |
| Miauger | 4.568.100 | - | - | - | 4.568.100 |
| Sonaecom BV | 20.000 | 25.000.000 | - | - | 25.020.000 |
| Be Artis | 50.000 | - | - | 8.180.885 | 8.230.885 |
| Sontária | - | 6.120.239 | - | - | 6.120.239 |
| PCJ | - | 50.000 | - | - | 50.000 |
| | 971.765.807 | 36.960.239 | - | 34.680.885 | 1.043.406.931 |
| Imparidades (Nota 14) | (46.609.902) | - | - | - | (46.609.902) |
| | 925.155.905 | 36.960.239 | - | 34.680.885 | 996.797.029 |

No exercício de 2011, o valor de 133.700.000 euros de aumentos na Optimus corresponde à aquisição de 10,60% do capital social desta subsidiária à Sonaecom BV, passando a empresa a deter 64,14% da Optimus.

O montante de 494.495 euros corresponde à aquisição da totalidade do capital social do Público – Comunicação Social, S.A. à Sonaetelecom BV.

A variação de Perdas de imparidade acumuladas resulta do reforço efetuado no montante de 3.628.595 euros e da transferência no montante de 29.884.000 euros da rubrica de Outros ativos não correntes (Nota 6).

O valor de 4.300.000 euros e 25.000.000 euros de Aumentos na Sonaetelecom BV e Sonaecom BV, no exercício de 2010, correspondem ao aumento de capital por conversão de Prémios de Emissão realizados no exercício de 2010, nestas subsidiárias.

No exercício de 2010, o montante de 6.120.239 euros corresponde à aquisição da totalidade do capital social da Sontária- Empreendimentos Imobiliários, S,A, à Sonae Investimentos SGPS, S.A. (Nota 16).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, o valor de 8.180.885 euros de Transferências na Be Artis corresponde à utilização de prestações acessórias para cobertura de prejuízos (Nota 6).

O valor de 26.500.000 euros de Transferências na Sonaetelecom BV, no exercício de 2010, corresponde ao aumento de capital por conversão de Prestações acessórias, nesta subsidiária (Nota 6).

A Empresa apresenta em separado demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2011, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) tal como adotadas pela União Europeia, as quais apresentam um total de ativo consolidado de 2.019.788.170 euros, um passivo consolidado de 998.391.279 euros, proveitos operacionais consolidados de 872.443.700 euros e capitais próprios consolidados de 1.021.396.891 euros, incluindo um resultado líquido consolidado positivo (atribuível a acionistas da empresa mãe – Sonaecom, S.G.P.S., S.A.) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, de 62.520.591 euros.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a principal informação financeira (preparada de acordo com as normas IAS/IFRS) sobre as filiais detidas diretamente pela Empresa é como segue:

| Empresa | Sede | 2011 | | | 2010 | | |
|------------------------|------------|----------------|-------------------|-------------------|----------------|-------------------|-------------------|
| | | % Participação | Capitais Próprios | Resultado Líquido | % Participação | Capitais Próprios | Resultado Líquido |
| Optimus | Maia | 64,14% | 507.715.000 | 58.513.128 | 53,54% | 449.201.872 | 34.632.662 |
| Sonae Télécom | Maia | 100% | 165.236.687 | (15.347) | 100% | 165.252.034 | 35.195.035 |
| Sonae com SI | Maia | 100% | 39.995.188 | 444.605 | 100% | 39.550.583 | 2.920.527 |
| Miauger | Maia | 100% | 27.366 | (1.537.672) | 100% | 1.260.038 | (1.060.804) |
| Sonaetelecom BV | Amesterdão | 100% | 1.612.627 | 1.368.186 | 100% | 244.441 | (10.385.882) |
| Sonaecom BV | Amesterdão | 100% | 14.663.920 | 1.167.672 | 100% | 13.496.248 | 4.952.908 |
| Be Artis | Maia | 100% | 251.001.145 | (16.260.503) | 100% | 167.261.649 | 106.684 |
| Sontária | Maia | 100% | 645.042 | 11.240 | 100% | 633.803 | 431.644 |
| PCJ | Maia | 100% | 9.538.228 | (3.501.772) | 100% | 50.000 | - |
| Público ^(a) | Maia | 100% | 381.770 | (3.299.734) | - | - | - |

^{a)} Empresa adquirida em janeiro de 2011.

Em 31 de dezembro de 2011, a Sonaecom detinha indiretamente, através da Sonae Télécom SGPS, S.A., a participação adicional na Optimus – Comunicações, S.A. de 35,86%, totalizando uma participação de 100%.

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais investimentos em empresas do grupo registados nas demonstrações financeiras anexas é efetuada tendo em conta as unidades geradoras de caixa, com base nos últimos planos de negócio aprovados pelos respetivos Conselhos de Administração, os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para períodos de 5 anos. As taxas de desconto utilizadas têm por base os custos médios ponderados de capital estimados com base nos segmentos onde as empresas se inserem, conforme tabela abaixo. Na perpetuidade, são consideradas geralmente taxas de crescimento de cerca de 3% ou outras consideradas mais prudentes para casos específicos. Nas situações em que a aferição da existência, ou não, de imparidade é efetuada com base no preço de venda líquido, são utilizados valores de transações semelhantes e outras propostas efetuadas.

| | Taxa de desconto |
|------------------------|------------------|
| Telecomunicações | 9,50% |
| Multimédia | 10,00% |
| Sistemas de informação | 11,50% |

6. Outros ativos não correntes

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tinha a seguinte composição:

| | 2011 | 2010 |
|--|--------------------|--------------------|
| Ativos financeiros | | |
| Empréstimos de médio e longo prazo concedidos a empresas do Grupo: | | |
| Be Artis | 179.734.000 | 175.720.000 |
| Sonaecom BV | 21.785.000 | 168.158.000 |
| Sonae com SI | 19.700.000 | 21.190.000 |
| PCJ | 5.160.000 | - |
| Sontária | 2.676.637 | 2.676.637 |
| Sonaetelecom BV | 200.000 | 18.141.000 |
| Lugares Virtuais | - | 1.170.000 |
| Wedo Consulting | - | 520.000 |
| | 229.255.637 | 387.575.637 |
| Prestações acessórias: | | |
| Be Artis | 265.889.115 | 165.889.115 |
| Sonae Télécom SGPS | 38.630.000 | 38.630.000 |
| PCJ | 12.990.000 | - |
| Público | 3.565.505 | - |
| Miauger | 1.105.000 | 800.000 |
| | 322.179.620 | 205.319.115 |
| | 551.435.257 | 592.894.752 |
| Perdas de imparidade acumuladas (Nota 14) | (8.555.505) | (32.188.100) |
| | 542.879.752 | 560.706.652 |

Durante os exercícios findos em 2011 e 2010, os movimentos ocorridos em 'Empréstimos de médio e longo prazo concedidos a empresas do Grupo' foram os seguintes:

| 2011 | | | | | |
|------------------|-------------------|--------------------|---------------------|----------------------|--------------------|
| Empresa | Saldo inicial | Aumentos | Diminuições | Transferências | Saldo final |
| Be Artis | 175.720.000 | 104.014.000 | - | (100.000.000) | 179.734.000 |
| Sonaecom BV | 168.158.000 | - | (146.373.000) | - | 21.785.000 |
| Sonae com SI | 21.190.000 | - | (1.490.000) | - | 19.700.000 |
| Sonaetelecom BV | 18.141.000 | - | (17.941.000) | - | 200.000 |
| Sontária | 2.676.637 | - | - | - | 2.676.637 |
| Lugares Virtuais | 1.170.000 | - | (1.170.000) | - | - |
| Wedo Consulting | 520.000 | - | (520.000) | - | - |
| PCJ | - | 5.160.000 | - | - | 5.160.000 |
| | 387575.637 | 109.174.000 | (167494.000) | (100.000.000) | 229.255.637 |

| 2010 | | | | | |
|--------------------|--------------------|--------------------|----------------------|---------------------|-------------------|
| Empresa | Saldo inicial | Aumentos | Diminuições | Transferências | Saldo final |
| Be Artis | 271.915.000 | 206.720.001 | (220.640.001) | (82.275.000) | 175.720.000 |
| Sonaecom BV | 199.088.000 | 23.590.000 | (54.520.000) | - | 168.158.000 |
| Sonae com SI | 7.350.000 | 14.240.000 | (400.000) | - | 21.190.000 |
| Sonaetelecom BV | 28.521.000 | 9.120.000 | (19.500.000) | - | 18.141.000 |
| Sontária (Nota 16) | - | 2.676.637 | - | - | 2.676.637 |
| Lugares Virtuais | 1.030.000 | 600.000 | (460.000) | - | 1.170.000 |
| Wedo Consulting | 8.490.000 | - | (7.970.000) | - | 520.000 |
| | 516.394.000 | 256.946.637 | (303.490.001) | (82.275.000) | 387575.637 |

Durante os exercícios findos em 2011 e 2010, os movimentos ocorridos em 'Prestações acessórias' foram os seguintes:

| 2011 | | | | | |
|--------------------|--------------------|-------------------|---------------------|--------------------|--------------------|
| Empresa | Saldo inicial | Aumentos | Diminuições | Transferências | Saldo final |
| Be Artis | 165.889.115 | - | - | 100.000.000 | 265.889.115 |
| Sonae Telecom SGPS | 38.630.000 | - | - | - | 38.630.000 |
| Miauger | 800.000 | 305.000 | - | - | 1.105.000 |
| PCJ | - | 12.990.000 | - | - | 12.990.000 |
| Público | - | 21.405.505 | (17.840.000) | - | 3.565.505 |
| | 205.319.115 | 34.700.505 | (17.840.000) | 100.000.000 | 322.179.620 |

| 2010 | | | | | |
|--------------------|--------------------|-------------------|---------------------|-------------------|--------------------|
| Empresa | Saldo inicial | Aumentos | Diminuições | Transferências | Saldo final |
| Be Artis | 115.640.000 | - | (23.845.000) | 74.094.115 | 165.889.115 |
| Sonae Telecom SGPS | 15.788.458 | 38.630.000 | (15.788.458) | - | 38.630.000 |
| Sonaetelecom BV | 11.500.000 | 15.000.000 | - | (26.500.000) | - |
| Miauger | 800.000 | - | - | - | 800.000 |
| | 143.728.458 | 53.630.000 | (39.633.458) | 47.594.115 | 205.319.115 |

No exercício de 2011, o montante de 100.000.000 euros da rubrica Transferências de "Empréstimos de médio e longo prazo concedidos a empresas do grupo" da Be Artis, correspondeu à conversão de Suprimentos para "Prestações acessórias".

O montante de 21.405.505 euros e 17.840.000 euros, de Aumentos e Diminuições no Público, respetivamente, correspondem à aquisição das Prestações acessórias (no âmbito da aquisição da totalidade do capital social) e à utilização de Prestações acessórias para cobertura de resultados transitados negativos.

Durante o exercício de 2010, o montante de 82.275.000 euros da rubrica Transferências de "Empréstimos de médio e longo prazo concedidos a empresas do grupo" da Be Artis, correspondeu à conversão de Suprimentos para "Prestações acessórias". O montante de 74.094.115 euros, relativo a Transferências de Prestações

accessórias, na Be Artis, corresponde a este movimento de conversão de suprimentos, líquido do movimento de utilização de Prestações accessórias para cobertura de resultados transitados negativos (Nota 5).

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os empréstimos a empresas do grupo venceram juros a uma taxa média de 4,00% e 3,60%, respetivamente. As prestações accessórias não vencem juros.

A variação de Perdas de imparidade acumuladas resulta da transferência no montante de 29.884.000 euros para a rubrica de Investimentos em empresas do grupo (Nota 5), bem como do reforço efetuado durante o período no montante de 6.251.405 euros (Nota 14).

Os empréstimos concedidos e as prestações accessórias não têm um prazo de reembolso definido, pelo que não é apresentada informação sobre a sua maturidade.

A aferição da existência ou não de imparidade para os principais empréstimos concedidos a empresas do grupo registados nas demonstrações financeiras anexas é efetuada com base nos últimos planos de negócio aprovados pelos respetivos Conselhos de Administração, os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para períodos de 5 anos, tendo por base as taxas de desconto e de crescimento em perpetuidade apresentadas na nota anterior (Nota 5).

7. Impostos diferidos

O movimento ocorrido no passivo por impostos diferidos no exercício findo em 31 dezembro de 2010 foi como se segue:

| | 2010 |
|----------------------|----------|
| Saldo inicial | 10.480 |
| Efeito em resultados | |
| Ajustamentos IAS | (10.480) |
| Saldo final | - |

Em 31 de dezembro de 2011, os valores de impostos diferidos não registados por atualmente não ser provável a existência de lucros fiscais futuros para os absorver eram como se segue:

| Ano em que foram gerados | Prejuízos reportáveis | Provisões não aceites e perdas por imparidade e outros | Total | Ativos por impostos diferidos |
|--------------------------|-----------------------|--|-------------|-------------------------------|
| 2001 | - | 3.463.000 | 3.463.000 | 917.695 |
| 2002 | - | 11.431.819 | 11.431.819 | 3.029.432 |
| 2003 | - | 31.154.781 | 31.154.781 | 8.256.017 |
| 2004 | - | 9.662.981 | 9.662.981 | 2.560.690 |
| 2005 | - | (3.033.899) | (3.033.899) | (803.983) |
| 2006 | 16.874.570 | (149.858) | 16.724.712 | 4.178.930 |
| 2007 | 54.563.604 | (537.036) | 54.026.568 | 13.498.586 |
| 2008 | - | 9.893.940 | 9.893.940 | 2.621.894 |
| 2009 | - | 9.903.475 | 9.903.475 | 2.624.421 |
| 2010 | - | 8.225.377 | 8.225.377 | 2.179.725 |
| 2011 | - | 10.005.009 | 10.005.009 | 2.651.327 |
| | 71.438.174 | 90.019.589 | 161.457.763 | 41.714.734 |

Em 31 dezembro de 2011, a taxa de imposto utilizada para cálculo dos ativos/passivos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis foi de 25%, e de 26,5% para os restantes ativos e passivos por impostos diferidos. Não foi considerada a Derrama estadual, por não se entender como provável a tributação das diferenças temporárias no período estimado de aplicação da referida taxa.

A reconciliação entre o resultado antes de imposto e o imposto registado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é como se segue:

| | 2011 | 2010 |
|---|-------------|--------------|
| Resultado antes de imposto | (7548.471) | 136.652.836 |
| Imposto 25% | 1.887.118 | (34.163.209) |
| Tributação autónoma, derrama e correção imposto do ano anterior | (412.226) | (340.348) |
| Registo de impostos diferidos passivos | - | 10.480 |
| Movimentos nas provisões não aceites fiscalmente (Nota 14) | (2.524.661) | (1.983.419) |
| Ajustamentos aos resultados não aceites fiscalmente | - | 34.240.169 |
| Utilização de prejuízos de anos anteriores, cujos impostos diferidos não estavam registados | 637.558 | 987.278 |
| Impostos registados no exercício | (412.211) | (1.249.049) |

Os ajustamentos aos resultados não aceites fiscalmente referentes a 2010 são relativos, essencialmente, a dividendos recebidos (Nota 20), os quais não concorrem para a formação do lucro tributável do exercício.

A Administração Fiscal tem a possibilidade de rever a situação fiscal da Empresa durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais de cada exercício, desde 2008 (inclusivé), poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. É convicção do Conselho de Administração que eventuais correções àquelas declarações de impostos não produzirão efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras anexas.

Conforme convicção do Conselho de Administração da Empresa corroborada pelos nossos advogados e consultores fiscais, não existem passivos materiais associados a contingências fiscais classificadas como prováveis que não se encontrem provisionadas e que devessem ser alvo de divulgação no Anexo ou de registo de provisões nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011.

8. Outras dívidas de terceiros

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tinha a seguinte composição:

| | 2011 | 2010 |
|---|-----------|-----------|
| Estado e outros entes públicos | - | 2.302.985 |
| Outros devedores | 5.252.702 | 7367428 |
| Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 14) | (1.930) | (1.930) |
| | 5.250.772 | 9.668.483 |

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a rubrica 'Outros Devedores' incluía saldos a receber de diversas empresas do Grupo, relativos a juros de suprimentos, juros de aplicações de tesouraria e de diversos serviços prestados (Nota 22).

O valor registado em Estado e outros entes públicos, em 31 de dezembro de 2010, diz respeito a pagamentos especiais por conta, retenções efetuadas por terceiros e imposto a recuperar.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a antiguidade dos saldos de outros devedores pode ser detalhada como segue:

| | Vencido sem imparidade | | | | | Vencido com imparidade | | | |
|------------------|------------------------|-------------|-------------|--------------|-----------------|------------------------|---------------|----------------|------------------|
| | Total | Não vencido | Até 30 dias | 30 a 90 dias | Mais de 90 dias | Até 90 dias | 90 a 180 dias | 180 a 360 dias | Mais de 360 dias |
| 2011 | | | | | | | | | |
| Outros devedores | 5.252.702 | 4.192.219 | 959.162 | 99.365 | - | - | - | - | 1.956 |
| 2010 | | | | | | | | | |
| Outros devedores | 7.367.428 | 1.701.597 | - | 2.085.684 | 3.578.217 | - | - | - | 1.930 |

Por não se tratarem de ativos financeiros, as dívidas do Estado e outros entes públicos não foram objeto do detalhe acima.

9. Outros ativos correntes

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tinha a seguinte composição:

| | 2011 | 2010 |
|--------------------------------|------------------|------------------|
| Acréscimos de proventos | | |
| Juros a receber | 995.626 | 1.492.476 |
| Valores a debitar | 31.958 | 37.609 |
| Outros acréscimos de proventos | - | 450 |
| | 1.027.584 | 1.530.535 |
| Custos plurianuais | | |
| Seguros | 31.031 | 31.375 |
| Rendas | 10.795 | 12.258 |
| Outros custos plurianuais | 180.394 | 64.412 |
| | 222.220 | 108.045 |
| | 1.249.804 | 1.638.580 |

10. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o detalhe de caixa e seus equivalentes era o seguinte:

| | 2011 | 2010 |
|--|-------------------|-------------------|
| Numerário | 10.291 | 10.318 |
| Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis | 74.412 | 216.938 |
| Aplicações de tesouraria | 61.205.000 | 75.404.000 |
| | 61.289.703 | 75.631.256 |

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o detalhe da rubrica 'Aplicações de tesouraria' é como segue:

| | 2011 | 2010 |
|----------------------|-------------------|-------------------|
| Aplicações bancárias | 60.000.000 | 4.800.000 |
| Público | 446.000 | - |
| Saphety | 315.000 | - |
| Lugares Virtuais | 285.000 | - |
| Be Towering | 155.000 | - |
| Miauger | 4.000 | - |
| Optimus | - | 70.240.000 |
| Wedo | - | 360.000 |
| Sontária | - | 4.000 |
| | 61.205.000 | 75.404.000 |

As aplicações de tesouraria acima referidas são remuneradas e, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, venceram juros a uma taxa média de 4,02% (2,25% em 2010).

11. Capital social

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o capital social da Sonaecom estava representado por 366.246.868 ações ordinárias escriturais e nominativas, com o valor unitário de 1 euro. Nessas datas, a estrutura acionista era a seguinte:

| | 2011 | | 2010 | |
|-------------------------------------|--------------------|----------------|--------------------|----------------|
| | Número de ações | % | Número de ações | % |
| Sontel BV | 194.063.119 | 52,99% | 183.374.470 | 50,07% |
| Atlas Service Belgium | 73.249.374 | 20,00% | 73.249.374 | 20,00% |
| Ações dispersas em Bolsa | 76.737.177 | 20,95% | 69.117.232 | 18,87% |
| Millenium BCP | 12.500.998 | 3,41% | 12.500.998 | 3,41% |
| Ações próprias (Nota 12) | 9.045.200 | 2,47% | 9.256.357 | 2,53% |
| Sonae SGPS | 650.000 | 0,18% | 838.649 | 0,23% |
| Efanor Investimentos, S.G.P.S., S.A | 1.000 | 0,00% | 1.000 | 0,00% |
| Sonae Investments BV | - | - | 10.500.000 | 2,87% |
| Santander Asset Management * | - | - | 7408.788 | 2,02% |
| | 366.246.868 | 100,00% | 366.246.868 | 100,00% |

* Por já não corresponder a uma participação qualificada, o número de ações detidas pelo Santander Asset Management, com base na informação obtida em 16 de fevereiro de 2011, foi incluído nas ações dispersas em Bolsa.

A totalidade das ações que representam o capital social da Sonaecom corresponde a ações autorizadas, subscritas e pagas. Todas as ações têm os mesmos direitos, correspondendo um voto a cada uma.

12. Ações próprias

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Sonaecom entregou a colaboradores um total de 1.764.157 ações próprias, no âmbito do seu Plano de Incentivos de Médio Prazo.

Adicionalmente, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Empresa adquiriu 1.553.000 novas ações (a um preço médio de 1,43 euros), detendo no final do período 9.045.200 ações próprias, representativas de 2,47% do seu capital social, a um preço médio de 1,50 euros.

13. Empréstimos

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os empréstimos obtidos tinham a seguinte composição:

a) Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo

| Denominação | Limite | Vencimento | Tipo de amortização | Montante utilizado | |
|--|-------------|------------|---------------------|--------------------|--------------------|
| | | | | 2011 | 2010 |
| Obrigações Sonaecom SGPS 2005' | 150.000.000 | jun-13 | Final | 150.000.000 | 150.000.000 |
| 'Obrigações Sonaecom SGPS 2011' | 100.000.000 | mar-15 | Final | 100.000.000 | - |
| 'Obrigações Sonaecom SGPS 2010' | 40.000.000 | mar-15 | Final | 40.000.000 | 40.000.000 |
| 'Obrigações Sonaecom SGPS 2010' | 30.000.000 | fev-13 | Final | 30.000.000 | 30.000.000 |
| Encargos financeiros suportados na emissão da dívida | - | - | - | (2.885.931) | (1.883.453) |
| Juros corridos não vencidos | - | - | - | 2.371.796 | 800.356 |
| | | | | 319.485.865 | 218.916.903 |
| Papel comercial | 150.000.000 | jul-12 | - | - | 85.000.000 |
| Juros corridos não vencidos | - | - | - | - | 416.833 |
| | | | | - | 85.416.833 |
| | | | | 319.485.865 | 304.333.736 |

b) Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos

| Denominação | Limite | Vencimento | Tipo de amortização | Montante utilizado | |
|----------------------------------|-------------|------------|---------------------|--------------------|-------------------|
| | | | | 2011 | 2010 |
| Aplicações de tesouraria obtidas | - | - | - | 18.946.282 | 25.084.223 |
| Papel comercial | 150.000.000 | jul-12 | - | 118.000.000 | - |
| Papel comercial | 40.000.000 | mai-11 | - | - | 15.000.000 |
| Papel comercial | 30.000.000 | abr-12 | - | - | 4.000.000 |
| Papel comercial | 15.000.000 | jun-12 | - | - | 9.250.000 |
| Juros corridos e não vencidos | - | - | - | 163.622 | 138.536 |
| | | | | 118.163.622 | 28.388.536 |
| | | | | 137.109.904 | 53.472.759 |

Empréstimos Obrigacionistas

Em junho de 2005, a Sonaecom procedeu à contratação de um Empréstimo Obrigacionista, por subscrição particular, no montante de 150 milhões de euros sem garantias e pelo prazo de 8 anos. As obrigações vencem juros variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Esta emissão foi organizada e montada pelo Millenium BCP Investimento.

Em fevereiro e março de 2010, a Sonaecom procedeu à contratação de dois outros Empréstimos Obrigacionistas, ambos por subscrição particular, nos montantes de 30 e 40 milhões de euros, sem garantias, e pelos prazos de 3 e 5 anos, respetivamente. Ambos os empréstimos vencem juros a taxas variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Estas emissões foram organizadas e montadas, respetivamente, pelo Banco Espírito Santo de Investimento e pelo Caixa - Banco de Investimento. Estas emissões obrigacionistas foram admitidas à negociação no mercado da Euronext Lisbon.

Em setembro de 2011, a Sonaecom procedeu à contratação de um Empréstimo Obrigacionista, por subscrição particular, no montante de 100 milhões de euros, sem garantias e pelo prazo de 3,5 anos. As obrigações vencem juros a taxas variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Esta emissão foi organizada e montada pelo BNP Paribas, ING Belgium SA/NV e WestLB AG.

Os empréstimos acima mencionados não têm garantias associadas e o cumprimento das obrigações assumidas ao abrigo dos mesmos é, exclusivamente, garantido pelas atividades e capacidade de geração de fundos da empresa devedora.

A taxa de juro média dos empréstimos obrigacionistas, no período, foi de 2,98% (2,01%, em 2010).

Programas de Papel Comercial

Em julho de 2007, a Sonaecom procedeu à contratação de um Programa de Emissões de Papel Comercial, até ao montante máximo de 250 milhões de euros com garantia de subscrição e com vigência por um prazo de cinco anos, organizado pelo Banco Santander de Negócios Portugal e pela Caixa – Banco de Investimento. De acordo com as condições iniciais de emissão, este Programa foi reduzido para 150 milhões de euros em julho de 2010.

O sindicato de garantia de colocação é composto pelas seguintes instituições: Banco Santander Totta, Caixa Geral de Depósitos, Banco BPI, Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), Banco Comercial Português e BNP Paribas (sucursal em Portugal).

Adicionalmente, a Sonaecom dispõe de três outros Programas de Emissões de Papel Comercial, com garantias de subscrição, com as seguintes características:

| Montante | Data de contratação | Garantia de subscrição | Maturidade |
|-----------------------|---------------------|--|--------------------------------|
| 30 milhões de euros | abril de 2010 | Bankia (representação em Portugal) e Banco BPI | 1 ano, eventualmente renovável |
| 15 milhões de euros | junho de 2010 | Caixa Económica Montepio Geral | 1 ano, eventualmente renovável |
| 10 milhões de euros * | novembro de 2010 | Banco Popular | 1 ano, eventualmente renovável |

* Pode também ser utilizado sob a forma de conta corrente ou autorização de descoberto em conta.

Os empréstimos acima mencionados não têm garantias associadas e o cumprimento das obrigações assumidas ao abrigo dos mesmos é exclusivamente garantido pelas atividades e capacidade de geração de fundos da empresa devedora.

Em 31 de dezembro de 2011, os principais condicionalismos financeiros (*covenants*) incluídos em contratos de dívida estão relacionados com o empréstimo obrigacionista contraído pela Sonaecom em setembro de 2011, no montante total de 100 milhões de euros e que estabelecem: (i) a obrigatoriedade de a Sonaecom, a Optimus, a Artis e a Sonae Telecom, assim como as empresas cujos ativos e EBITDA sejam iguais ou superiores a 15% dos activos e do EBITDA consolidado (*material subsidiaries*) representem, no seu conjunto, 80% ou mais do EBITDA do Grupo e dos Activos Consolidados do Grupo; e (ii) a obrigação de assegurar que a dívida líquida consolidada não excede 3 vezes o EBITDA consolidado. Adicionalmente, este e outros empréstimos da Sonaecom estão abrangidos por cláusulas de *Negative pledge*, as quais impõem determinadas restrições à oneração ou constituição de garantias reais sobre os ativos tangíveis das *material subsidiaries* e obrigam à manutenção de controlo sobre a Optimus. As penalidades aplicáveis no caso de incumprimento destes condicionalismos financeiros traduzem-se genericamente no pagamento antecipado do financiamento obtido.

Em 31 de dezembro de 2011, a Sonaecom cumpria integralmente todos os condicionalismos financeiros acima mencionados.

Linhas de Crédito Bancário de curto prazo

A Sonaecom dispõe ainda de um conjunto de linhas de crédito bancário de curto prazo, sob a forma de contas correntes ou autorizações de descoberto em conta, no montante global de 19 milhões de euros. Estas linhas de crédito têm prazos de até um ano, automaticamente renováveis exceto em caso de denúncia de qualquer das partes, com determinados períodos de pré-aviso.

Todos os Programas de Papel Comercial e linhas de crédito bancário de curto prazo foram contraídos em euros e vencem juros a taxas de mercado, indexadas à Euribor do respetivo prazo.

Durante os exercícios findos em 2011 e 2010, o detalhe das aplicações tesouraria recebidas de empresas filiais, foram os seguintes:

| | 2011 | 2010 |
|------------------|-------------------|-------------------|
| Optimus | 10.004.318 | 401.581 |
| Digitmarket | 4.146.497 | 3.759.125 |
| Sonaetelecom BV | 1.817.977 | - |
| Mainroad | 1.120.726 | 1.545.062 |
| Wedo Consulting | 940.060 | 5.946 |
| Sontária | 665.365 | - |
| Miauger | 160.037 | 1.026.643 |
| Sonae com SI | 70.011 | 3.240.480 |
| Sonae Télécom | 15.015 | 10.121 |
| Público | 6.264 | 2.144.963 |
| Be Towering | 12 | 12.703.410 |
| Lugares Virtuais | - | 140.273 |
| Saphety | - | 91.418 |
| Be Artis | - | 15.201 |
| | 18.946.282 | 25.084.223 |

As aplicações de tesouraria de empresas do Grupo têm prazo de reembolso inferior a um ano e são remuneradas com base em taxas de juro de mercado. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as aplicações de tesouraria venceram juros a uma taxa média de 1,13% e 0,50%, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as dívidas a instituições de crédito (valores nominais), relacionadas com empréstimos obrigacionistas e papel comercial classificadas a médio e longo prazo tinham o seguinte plano de reembolso e pagamento de juros previsto (valores determinados com base nas últimas taxas fixadas para cada tipo de empréstimo):

| | N+1 | N+2 | N+3 | N+4 | N+5 |
|----------------------------------|-------------------|--------------------|--------------------|--------------------|-------------------|
| 2011 | | | | | |
| Empréstimo obrigacionista | | | | | |
| Amortização | - | 180.000.000 | - | 140.000.000 | - |
| Juros | 11.410.100 | 8.367.566 | 6.479.600 | 1.450.215 | - |
| Papel comercial | | | | | |
| Amortização | - | - | - | - | - |
| Juros | - | - | - | - | - |
| | 11.410.100 | 188.367.566 | 6.479.600 | 141.450.215 | - |
| 2010 | | | | | |
| Empréstimo obrigacionista | | | | | |
| Amortização | - | - | 180.000.000 | - | 40.000.000 |
| Juros | 5.361.400 | 5.376.089 | 2.833.123 | 1.254.400 | 288.684 |
| Papel comercial | | | | | |
| Amortização | - | 85.000.000 | - | - | - |
| Juros | 1.098.810 | 547.900 | - | - | - |
| | 6.460.210 | 90.923.989 | 182.833.123 | 1.254.400 | 40.288.684 |

Apesar da maturidade das emissões de papel comercial ser de uma semana a seis meses, as contrapartes assumiram a colocação e a manutenção dos referidos limites por um prazo de um a cinco anos, fato pelo qual se encontra classificado no passivo não corrente no exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

À data de 31 de dezembro de 2011 e 2010, as linhas de crédito disponíveis pela Empresa eram como se segue:

| Tipo de crédito | Limite | Montante utilizado | Montante disponível | Maturidade | |
|---------------------------|-------------|--------------------|---------------------|--------------|------------------|
| | | | | Até 12 meses | Mais de 12 meses |
| 2011 | | | | | |
| Papel comercial | 150.000.000 | 118.000.000 | 32.000.000 | x | |
| Papel comercial | 30.000.000 | - | 30.000.000 | x | |
| Papel comercial | 15.000.000 | - | 15.000.000 | x | |
| Papel comercial | 10.000.000 | - | 10.000.000 | x | |
| Empréstimo obrigacionista | 150.000.000 | 150.000.000 | - | | x |
| Empréstimo obrigacionista | 100.000.000 | 100.000.000 | - | | x |
| Empréstimo obrigacionista | 40.000.000 | 40.000.000 | - | | x |
| Empréstimo obrigacionista | 30.000.000 | 30.000.000 | - | | x |
| Contas caucionadas | 16.500.000 | - | 16.500.000 | x | |
| Descobertos autorizados | 2.500.000 | - | 2.500.000 | x | |
| | 544.000.000 | 438.000.000 | 106.000.000 | | |
| 2010 | | | | | |
| Papel comercial | 150.000.000 | 85.000.000 | 65.000.000 | | x |
| Papel comercial | 40.000.000 | 15.000.000 | 25.000.000 | x | |
| Papel comercial | 30.000.000 | 4.000.000 | 26.000.000 | x | |
| Papel comercial | 15.000.000 | 9.250.000 | 5.750.000 | x | |
| Empréstimo obrigacionista | 150.000.000 | 150.000.000 | - | | x |
| Empréstimo obrigacionista | 40.000.000 | 40.000.000 | - | | x |
| Empréstimo obrigacionista | 30.000.000 | 30.000.000 | - | | x |
| Contas caucionadas | 16.500.000 | - | 16.500.000 | x | |
| Contas caucionadas | 10.000.000 | - | 10.000.000 | x | |
| Descobertos autorizados | 2.500.000 | - | 2.500.000 | x | |
| | 484.000.000 | 333.250.000 | 150.750.000 | | |

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não existem instrumentos financeiros de cobertura de taxa de juro.

Com base no endividamento exposto a taxas variáveis existente no final de 2011 e tendo em conta as aplicações e saldos bancários na mesma data, caso as taxas de juro de mercado venham a subir (descer), em média, 75 bp durante o ano de 2011, os juros suportados nesse exercício seriam acrescidos (diminuídos), em aproximadamente, 1.240.000 euros.

14. Provisões e perdas de imparidade acumuladas

O movimento ocorrido nas provisões e perdas de imparidade acumuladas, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foi o seguinte:

| Rubricas | Saldo Inicial | Aumentos | Transferências | Redução | Saldo Final |
|--|-------------------|------------------|----------------|----------|-------------------|
| 2011 | | | | | |
| Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 8) | 1.930 | - | - | - | 1.930 |
| Perdas de imparidade acumuladas em investimentos em empresas do Grupo (Notas 5 e 20) | 46.609.902 | 3.628.595 | 29.884.000 | - | 80.122.497 |
| Perdas de imparidade acumuladas em outros ativos não correntes (Notas 6 e 20) | 32.188.100 | 6.251.405 | (29.884.000) | - | 8.555.505 |
| Provisões para outros riscos e encargos | 56.487 | 12.167 | - | - | 68.654 |
| | 78.856.419 | 9.892.167 | - | - | 88.748.586 |
| 2010 | | | | | |
| Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 8) | 1.930 | - | - | - | 1.930 |
| Perdas de imparidade acumuladas em investimentos em empresas do Grupo (Notas 5 e 20) | 46.609.902 | - | - | - | 46.609.902 |
| Perdas de imparidade acumuladas em outros ativos não correntes (Notas 6 e 20) | 24.254.422 | 7.933.678 | - | - | 32.188.100 |
| Provisões para outros riscos e encargos | 41.634 | 14.853 | - | - | 56.487 |
| | 70.907.888 | 7.948.531 | - | - | 78.856.419 |

Os incrementos em provisões e perdas de imparidade são registados por contrapartida da rubrica "Provisões e perdas de imparidade" da demonstração de resultados, com exceção dos incrementos em perdas de imparidade em investimentos em empresas do Grupo e em outros ativos não correntes que, dada a sua natureza, são registados por contrapartida de custos financeiros na rubrica "Ganhos e perdas em investimentos em empresas do Grupo" (Nota 20).

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o reforço das 'Provisões para outros riscos e encargos', inclui o montante de 12.167 euros e 14.853 euros, respetivamente, registado, na demonstração de resultados, em 'Imposto sobre o rendimento do exercício', atendendo à natureza da mesma (Nota 21).

15. Outros passivos não correntes

Esta rubrica, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, era composta pelos valores relativos aos Planos de Incentivo de Médio Prazo, exigíveis a médio e longo prazo, nos montantes de 271.207 euros e 374.091 euros, respetivamente (Nota 25).

16. Outras dívidas a terceiros

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tinha a seguinte composição:

| | 2011 | 2010 |
|--|------------------|-------------------|
| Outros credores | 838.286 | 10.046.147 |
| Estado e outros entes públicos | 739.439 | 319.771 |
| Fornecedores de ativos fixos tangíveis | 2.086 | 1.968 |
| | 1.579.811 | 10.367.886 |

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a rubrica 'Outros credores' incluía o montante de 8.860.291 euros, referentes à aquisição da empresa Sontária – Empreendimentos Imobiliários, S.A., 6.120.239 euros relativos ao investimento financeiro, 2.676.637 euros relativos a empréstimos concedidos e 63.415 euros relativos a outros.

As outras dívidas a terceiros tinham a seguinte maturidade:

| | Total | Até 90 dias | 90 a 180 dias | Mais de 180 dias |
|--|------------|-------------|---------------|------------------|
| 2011 | | | | |
| Fornecedores de ativos fixos tangíveis | 2.086 | 2.086 | - | - |
| Outros credores | 838.286 | 838.286 | - | - |
| | 840.372 | 840.372 | - | - |
| 2010 | | | | |
| Fornecedores de ativos fixos tangíveis | 1.968 | 1.968 | - | - |
| Outras credores | 10.046.147 | 10.046.147 | - | - |
| | 10.048.115 | 10.048.115 | - | - |

17. Outros passivos correntes

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tinha a seguinte composição:

| | 2011 | 2010 |
|--|-----------|-----------|
| Acréscimos de custos | | |
| Custos com pessoal | 763.501 | 1.144.864 |
| Planos de incentivo de médio prazo (Nota 25) | 209.119 | 160.357 |
| Consultoria | 56.830 | 26.228 |
| Outros acréscimos de custos | 168.905 | 66.353 |
| | 1.198.355 | 1.397.802 |
| Proveitos diferidos | | |
| Outros proveitos diferidos | 11.238 | 12.407 |
| | 11.238 | 12.407 |
| | 1.209.593 | 1.410.209 |

18. Prestações de serviços

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as Prestações de serviços correspondiam ao débito, às empresas participadas, de fees de gestão (Nota 22). A redução do montante desta rubrica face a 2010 deve-se à transferência de serviços e colaboradores para outras empresas do grupo (Nota 27).

19. Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

| | 2011 | 2010 |
|--|-----------|-----------|
| Trabalhos especializados | 1.577.024 | 1.802.835 |
| Deslocações e estadas | 109.955 | 156.903 |
| Rendas e alugueres | 100.599 | 359.272 |
| Honorários | 22.664 | 164.641 |
| Outros fornecimentos e serviços externos | 176.610 | 298.087 |
| | 1.986.852 | 2.781.738 |

Os compromissos assumidos, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, com contratos de locação operacional são como seguem:

| | 2011 | 2010 |
|--|---------|---------|
| Pagamentos mínimos de locação operacional: | | |
| 2011 | - | 112.976 |
| 2012 | 67.060 | 53.450 |
| 2013 | 46.593 | 28.184 |
| 2014 | 46.593 | 12.816 |
| 2015 | 46.593 | - |
| 2016 | 16.922 | - |
| Renováveis por 1 ano | 132.381 | 135.695 |
| | 356.142 | 343.121 |

20. Resultados financeiros

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, têm a seguinte composição:

| | 2011 | 2010 |
|--|--------------|-------------|
| Ganhos e perdas em investimentos em empresas do Grupo | | |
| Perdas relativas a empresas do Grupo (Notas 5, 6 e 14) | (9.880.000) | (7933.677) |
| Ganhos relativos a empresas do Grupo | - | 136.960.673 |
| | (9.880.000) | 129.026.996 |
| Outros custos financeiros | | |
| Juros suportados: | | |
| Empréstimos bancários | (3.450.521) | (2.853.510) |
| Outros empréstimos | (8.351.008) | (4.895.718) |
| Descobertos bancários e outros | (99) | (43.332) |
| | (11.801.628) | (7.792.560) |
| Diferenças de câmbio desfavoráveis | (213) | (4.489) |
| Outros custos financeiros | (241.413) | (152.619) |
| | (241.626) | (157.108) |
| | (12.043.254) | (7949.668) |
| Outros proveitos financeiros | | |
| Juros obtidos | 15.312.037 | 16.671.281 |
| | 15.312.037 | 16.671.281 |

Em 31 de dezembro de 2010, os ganhos relativos a empresas do Grupo respeitam a dividendos recebidos das filiais Optimus (52.597.475 euros) e Sonae Telecom (84.363.198 euros).

21. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é composto como segue ((custos)/proveitos):

| | 2011 | 2010 |
|----------------------------------|-----------|-------------|
| Imposto Corrente | (400.044) | (1.244.676) |
| Provisão para impostos (Nota 14) | (12.167) | (14.853) |
| Imposto Diferido Passivo | - | 10.480 |
| Saldo final | (412.211) | (1.249.049) |

22. Entidades relacionadas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os principais saldos e transações mantidos com entidades relacionadas (as quais se detalham em anexo) são como segue:

| | Saldos a 31 de dezembro de 2011 | | | | |
|--------------------------|---------------------------------|----------------|--------------------------|----------------------------|------------------------------------|
| | Contas a receber | Contas a pagar | Aplicações de tesouraria | Outros ativos / (passivos) | Empréstimos concedidos / (obtidos) |
| Optimus | 1.248.088 | 1.009.348 | - | 152.899 | (10.004.318) |
| Sonaecom BV | 282.200 | - | - | 97.083 | 21.785.000 |
| Be Artis | (283.924) | 2.221.329 | - | 663.691 | 179.734.000 |
| Sonaetelecom BV | 20.545 | - | - | 2.932 | (1.617.977) |
| Be Towering | 4.590 | 604.748 | 155.000 | 27.653 | (12) |
| Lugares Virtuais | (184.268) | 1.009 | 285.000 | 1.148 | - |
| Público | 46.030 | 1.117.813 | 446.000 | 3.271 | (6.263) |
| Digitmarket | 4.466 | 40.843 | - | (500) | (4.146.496) |
| Wedo | 7.689.985 | 29 | - | - | 940.060 |
| PCJ | 191.143 | - | - | 19.078 | 5.160.000 |
| Sonae Investimentos SGPS | - | - | - | - | - |
| Sonae com SI | 192.346 | (40.890) | - | 65.017 | 19.629.989 |
| Sontária | 24.608 | 8.928 | - | 85.970 | 2.011.271 |
| Mainroad | 64.504 | 16.947 | - | (600) | (1.120.726) |
| Outros | 5.356 | 72.821 | 319.000 | (96.608) | (175.052) |
| | 9.305.670 | 5.052.925 | 1.205.000 | 1.021.034 | 212.189.476 |

| | Saldos a 31 de dezembro de 2010 | | | | |
|--------------------------|---------------------------------|----------------|--------------------------|----------------------------|------------------------------------|
| | Contas a receber | Contas a pagar | Aplicações de tesouraria | Outros ativos / (passivos) | Empréstimos concedidos / (obtidos) |
| Optimus | 694.103 | 107.905 | 70.240.000 | (7.913) | (401.581) |
| Sonaecom BV | 5.512.448 | - | - | 536.889 | 168.158.000 |
| Be Artis | 353.664 | 809 | - | (780.569) | 175.704.799 |
| Sonaetelecom BV | - | 104.798 | - | 67.607 | 18.141.000 |
| Be Towering | 19.213 | - | - | 5.614 | (12.703.410) |
| Lugares Virtuais | - | 158.570 | - | (110.320) | 1.029.727 |
| Público | 23.063 | - | - | 58.227 | (2.144.964) |
| Digitmarket | 5.631 | 1.505 | - | (771) | (3.759.125) |
| Wedo | 673.148 | - | 360.000 | 939.831 | 514.054 |
| PCJ | - | - | - | - | - |
| Sonae Investimentos SGPS | - | - | - | - | - |
| Sonae com SI | - | 8.860.291 | - | - | - |
| Sontária | 187.725 | 6.304 | - | 44.415 | 17.949.520 |
| Mainroad | - | - | 4.000 | 59.415 | 2.676.637 |
| Outros | 68.272 | 257.436 | - | 36.298 | (2.673.244) |
| | 7.537.267 | 9.497.618 | 70.604.000 | 848.723 | 362.491.413 |

| | Transações a 31 de dezembro de 2011 | | | |
|-------------|-------------------------------------|----------------------------------|------------------------------|-------------------------|
| | Vendas e prestações de serviços | Fornecimento e serviços externos | Juros obtidos / (suportados) | Proveitos suplementares |
| Optimus | 3.332.236 | 431.699 | (357.376) | - |
| Be Artis | - | (4.342) | 9.110.001 | - |
| Be Towering | - | (51.224) | (8.962) | - |
| Wedo | 154.440 | - | 195.173 | - |
| Sonaecom BV | - | - | 3.265.965 | - |
| Sonae SGPS | 23.800 | 127.090 | (11.039) | - |
| Outros | 369.176 | 206.111 | 1.296.211 | - |
| | 3.879.652 | 709.334 | 13.489.973 | - |

| | Transações a 31 de dezembro de 2010 | | | |
|-------------|-------------------------------------|----------------------------------|------------------------------|-------------------------|
| | Vendas e prestações de serviços | Fornecimento e serviços externos | Juros obtidos / (suportados) | Proveitos suplementares |
| Optimus | 5.520.026 | 641.863 | (180.308) | 9.362 |
| Be Artis | 289.387 | (76.619) | 7.522.519 | (42) |
| Be Towering | 84.825 | (56.505) | (22.516) | - |
| Wedo | 133.861 | (49) | 266.815 | - |
| Sonaecom BV | 219 | - | 7.319.561 | - |
| Sonae SGPS | - | - | 320.747 | - |
| Outros | 245.744 | 379.713 | 1.349.848 | - |
| | 6.274.062 | 888.403 | 16.576.666 | 9.320 |

Todas as transações acima referidas foram efetuadas a preços de mercado.

23. Responsabilidades por garantias prestadas

O valor das garantias emitidas a favor de terceiros, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, tinha a seguinte composição:

| Beneficiário da garantia | Descrição | 2011 | 2010 |
|-------------------------------------|-------------------------|------------------|------------------|
| Direção de Contribuições e Impostos | Reembolso do IVA | 7.360.875 | 7.360.875 |
| Direção de Contribuições e Impostos | Fiscalização Geral 2005 | 754.368 | 754.368 |
| | | 8.115.243 | 8.115.243 |

Adicionalmente a estas garantias, foram constituídas duas fianças relativas a processos fiscais em curso. A Sonae SGPS constituiu-se fiadora da Sonaecom SGPS, até ao montante de 2.844.270 euros e a Sonaecom SGPS constituiu-se fiadora da Optimus até ao montante de 9.264.267 euros.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, é convicção do Conselho de Administração do Grupo que do desfecho dos processos judiciais e fiscais em curso não irão surgir impactos materialmente relevantes para as demonstrações financeiras anexas.

24. Resultados por ação

Os resultados por ação, básicos e diluídos, são calculados dividindo o resultado líquido do exercício (7.960.682 euros negativos em 2011 e 135.403.787 euros em 2010) pelo número médio de ações existente durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 deduzidas das ações próprias (357.163.073 em 2011 e 358.008.787 em 2010).

25. Planos de Incentivo de Médio Prazo

Em junho de 2000, a Sonaecom implementou um sistema de incentivos em ações a colaboradores acima de determinado nível de função, que veio a assumir a forma de opções e ações da Sonaecom e ações da Sonae SGPS. O exercício dos direitos ocorre três anos após a sua atribuição, desde que o colaborador se mantenha na Empresa durante esse período.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, os planos em aberto da Sonaecom são os seguintes:

| | Cotação na data de atribuição* | Período de Diferimento | | 31 dezembro 2011 | |
|-------------------------|--------------------------------|------------------------|--------------------|----------------------------------|--------------------------|
| | | Data de atribuição | Data de vencimento | Número agregado de participantes | Número de opções / ações |
| Ações Sonaecom | | | | | |
| Plano 2007 | 2,447 | 10 mar 08 | 09 mar 11 | - | - |
| Plano 2008 | 1,117 | 10 mar 09 | 09 mar 12 | 4 | 325.098 |
| Plano 2009 | 1,685 | 10 mar 10 | 08 mar 13 | 4 | 232.349 |
| Plano 2010 | 1,399 | 10 mar 11 | 10 mar 14 | 3 | 241.773 |
| Ações Sonae SGPS | | | | | |
| Plano 2007 | 1,16 | 10 mar 08 | 09 mar 11 | - | - |
| Plano 2008 | 0,526 | 10 mar 09 | 09 mar 12 | 4 | 405.776 |
| Plano 2009 | 0,761 | 10 mar 10 | 08 mar 13 | 4 | 314.954 |
| Plano 2010 | 0,811 | 10 mar 11 | 10 mar 14 | 3 | 260.365 |

* Cotação média do mês anterior à data de atribuição para as ações Sonaecom e cotação mais baixa entre a cotação média do mês anterior à data da Assembleia Geral de Acionistas e a cotação do dia seguinte à mesma, para as ações Sonae SGPS.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, os movimentos ocorridos ao abrigo dos planos indicados detalham-se da seguinte forma:

| | Ações Sonaecom | | Ações Sonae SGPS | | |
|--|----------------------------------|-----------------|----------------------------------|-----------------|---------|
| | Número agregado de participantes | Número de ações | Número agregado de participantes | Número de ações | |
| Saldo a 31 dezembro 2010: | | | | | |
| Ainda diferidas | | 55 | 867246 | 9 | 772.873 |
| Total | | 55 | 867246 | 9 | 772.873 |
| Movimentos no ano: | | | | | |
| Atribuídas | 3 | 234.053 | 3 | 249.766 | |
| Vencidas | (11) | (175.994) | (4) | (186.234) | |
| Canceladas / transferidas / extintas / corrigidas* | (36) | (126.085) | 3 | 144.690 | |
| Saldo a 31 dezembro 2011: | | | | | |
| Ainda diferidas | 11 | 799.220 | 11 | 981.095 | |
| Total | 11 | 799.220 | 11 | 981.095 | |

* As correções são efetuadas em função do dividendo pago e pelas alterações ao capital social e outros ajustamentos, nomeadamente, resultantes da alteração na forma de vencimento do MTIP, que passou a poder ser feita através da aquisição de ações com desconto.

Para os planos de ações Sonaecom, S.G.P.S., S.A., a responsabilidade é calculada com base na cotação à data da atribuição de cada plano. A responsabilidade de tais planos é de 742.525 euros e foi registada na rubrica "Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo". Para os planos de ações Sonae SGPS, o Grupo celebrou contratos de cobertura com entidades externas, sendo a responsabilidade calculada com base no preço acordado. A responsabilidade de tais planos é registada nas rubricas de "Outros passivos correntes" (Nota 17) e "Outros passivos não correntes" (Nota 15).

Os custos dos planos de ações são reconhecidos ao longo do período que medeia a atribuição e o exercício das mesmas. Os custos reconhecidos em anos anteriores e no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, são como se segue:

| | Valor |
|---|-------------|
| Custos reconhecidos em exercícios anteriores | 4.670.298 |
| Custos reconhecidos no exercício | 615.199 |
| Custo de planos exercidos em exercícios anteriores | (3.584.469) |
| Custos de planos exercidos no exercício | (478.177) |
| | 1.222.851 |
| Registados em Outros passivos correntes (Nota 17) | 209.119 |
| Registados em Outros passivos não correntes (Nota 15) | 271.207 |
| Registados em Reservas | 742.525 |

26. Remunerações atribuídas ao pessoal chave da gerência

Durante os exercícios de 2011 e 2010, as remunerações atribuídas aos membros do Conselho de Administração e outros membros chave da gerência da Sonaecom, foi como segue:

| | 2011 | 2010 |
|---|-----------|-----------|
| Benefícios de empregados de curto prazo | 1.903.420 | 1.498.092 |
| Pagamentos com base em ações | 539.100 | 435.600 |
| | 2.442.520 | 1.933.692 |

Os valores referidos foram calculados numa base de acréscimo para os Benefícios de empregados de curto prazo, que incluem a Remuneração Fixa e o Prémio de Desempenho. O valor de Pagamentos com base em ações para 2011 e 2010 corresponde ao valor do Plano de Incentivo de Médio Prazo a ser atribuído em 2012 e relativo à performance de 2011 (e atribuído em 2011 relativo à performance de 2010, para o valor de 2010), cujas ações, ou o correspondente valor em dinheiro, serão entregues em março de 2015 e março de 2014, respetivamente.

27. Trabalhadores ao serviço

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o número médio de trabalhadores ao serviço da Empresa era de 4 e 38, respetivamente (Nota 18). A 31 de dezembro de 2011 o número de trabalhadores ascendia a 4.

28. Honorários do Revisor Oficial de Contas

Em 2011, a Empresa pagou, a título de honorários, ao ROC, Deloitte, e à sua rede de empresas, os seguintes montantes:

| | 2011 | 2010 |
|---|--------|--------|
| Revisão legal de contas | 7.999 | 16.019 |
| Outros serviços de garantia e fiabilidade | 40.637 | 24.928 |
| Consultoria Fiscal | - | 2.452 |
| Total | 48.636 | 43.399 |

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 7 de março de 2012, sendo convicção de que as mesmas serão aprovadas em Assembleia Geral de acionistas sem quaisquer alterações.

Anexo

A 31 dezembro de 2011, as partes relacionadas da Sonaecom, S.G.P.S., são como segue:

| Pessoal chave gerência - Sonaecom | |
|--|--|
| Ana Cristina Dinis da Silva Fanha Vicente Soares | Gervais Gilles Pellissier |
| Ana Paula Garrido Pina Marques | Jean-François René Pontal |
| Ángelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério | José Manuel Pinto Correia |
| António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier | Manuel António Neto Portugal Ramalho Eanes |
| António de Sampaio e Mello | Maria Cláudia Teixeira de Azevedo |
| David Charles Denholm Hobley | Miguel Nuno Santos Almeida |
| David Graham Shenton Bain | Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão |
| David Pedro Oliveira Parente Ferreira Alves | Paulo Joaquim dos Santos Plácido |
| Duarte Paulo Teixeira de Azevedo | Pedro Rafael de Sousa Nunes Pedro |
| Franck Emmanuel Dangeard | Rui José Silva Gonçalves Paiva |

| Pessoal chave gerência - Sonae SGPS | |
|-------------------------------------|---------------------------|
| Álvaro Carmona e Costa Portela | Christine Cross |
| Álvaro Cuervo Garcia | José Manuel Neves Adelino |
| Belmiro de Azevedo | Michel Marie Bon |
| Bernd Hubert Joachim Bothe | |

| Empresas do Grupo Sonaecom | |
|---|--|
| Be Artis – Conceção, Construção e Gestão de Redes de Comunicações, S.A. | Sonaetelecom BV |
| Be Towering – Gestão de Torres de Telecomunicações, S.A. | Sonaecom, S.G.P.S., S.A. |
| Cape Technologies Limited | Sontária - Empreendimentos Imobiliários, S.A. |
| Digitmarket – Sistemas de Informação, S.A. | Tecnológica Telecomunicações LTDA. |
| Lugares Virtuais, S.A. | Unipress – Centro Gráfico, Lda |
| Mainroad – Serviços em Tecnologias de Informação, S.A. | WeDo Consulting – Sistemas de Informação, S.A. |
| Miauger – Organização e Gestão de Leilões Eletrónicos., S.A. | WeDo Poland Sp. Z.o.o. |
| Optimus – Comunicações, S.A. | WeDo Technologies Americas, Inc. |
| PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A. | WeDo Technologies Egypt LLC |
| Per-Mar – Sociedade de Construções, S.A. | WeDo Technologies Mexico, S de R.L. |
| Praesidium Services Limited | WeDo Technologies BV |
| Público – Comunicação Social, S.A. | WeDo Technologies Australia PTY Limited |
| Saphety Level – Trusted Services, S.A. | WeDo Technologies (UK) Limited |
| Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A. | WeDo do Brasil – Soluções Informáticas, Ltda |
| Sonaecom – Sistemas Informação, S.G.P.S., S.A. | WeDo Technologies BV – Sucursal Malaysia |
| Sonaecom – Sistemas de Información España, S.L. | WeDo Technologies Chile SpA. |
| Sonaecom BV | We Do Technologies Panamá S.A. |
| Sonaecom, S.G.P.S., S.A. | We Do Technologies Singapore PTE. LTD. |

| Empresas do Grupo Sonae/Efanor | |
|---|---|
| 300 Holding GmbH | ADDmakler Administração e Corretagem de Seguros Ltda |
| 300 Shopping Centre GmbH | ADDmakler Administradora, Corretora de Seguros Partic. Ltda |
| 3shoppings – Holding,SGPS, S.A. | Adlands B.V. |
| 8ª Avenida Centro Comercial, S.A. | Aegean Park, S.A. |
| ADD Avaliações Engenharia de Avaliações e Perícias Ltda | Agepan Eiweiler Management GmbH |

Empresas do Grupo Sonae/Efanor (cont.)

| | |
|--|---|
| Agepan Flooring Products, S.A.RL | Cumulativa – Sociedade Imobiliária, S.A. |
| Agloma Investimentos, Sgps, S.A. | Darbo S.A.S |
| Agloma-Soc.Ind.Madeiras e Aglom., S.A. | Deutsche Industrieholz GmbH |
| Águas Furtadas Sociedade Agrícola, S.A. | Discovery Sports, S.A. |
| Airone – Shopping Center, Srl | Dortmund Tower GmbH |
| ALBCC Albufeirashopping C.Comercial S.A. | Dos Mares – Shopping Centre B.V. |
| ALEXA Administration GmbH | Dos Mares – Shopping Centre, S.A. |
| ALEXA Asset GmbH & Co KG | Ecociclo – Energia e Ambiente, S.A. |
| ALEXA Holding GmbH | Ecociclo II |
| ALEXA Shopping Centre GmbH | Edições Book.it, S.A. |
| Algarveshopping – Centro Comercial, S.A. | Edifícios Saudáveis Consultores, S.A. |
| Alpêssego – Soc. Agrícola, S.A. | Efanor Investimentos, SGPS, S.A. |
| Andar – Sociedade Imobiliária, S.A. | Efanor Serviços de Apoio à Gestão, S.A. |
| Aqualuz – Turismo e Lazer, Lda | El Rosal Shopping, S.A. |
| Arat inmebles, S.A. | Emfísico Boavista |
| ARP Alverca Retail Park,S.A. | Empreend.Imob.Quinta da Azenha, S.A. |
| Arrábidasshopping – Centro Comercial, S.A. | Equador & Mendes, Lda |
| Aserraderos de Cuellar, S.A. | Espimaia – Sociedade Imobiliária, S.A. |
| Atlantic Ferries – Tráf.Loc.Flu.e Marít, S.A. | Estação Viana – Centro Comercial, S.A. |
| Avenida M – 40 B.V. | Estêvão Neves – Hipermercados Madeira, S.A. |
| Avenida M – 40, S.A. | Euroresinas – Indústrias Químicas, S.A. |
| Azulino Imobiliária, S.A. | Farmácia Selecção, S.A. |
| BA Business Angels, SGPS, S.A. | Fashion Division Canárias, SL |
| BA Capital, SGPS, S.A. | Fashion Division, S.A. |
| BB Food Service, S.A. | Fontana Corretora de Seguros Ltda |
| Beralands BV | Fozimo – Sociedade Imobiliária, S.A. |
| Bertimóvel – Sociedade Imobiliária, S.A. | Fozmassimo – Sociedade Imobiliária, S.A. |
| BHW Beeskow Holzwerkstoffe | Freccia Rossa – Shopping Centre S.r.l. |
| Bloco Q – Sociedade Imobiliária, S.A. | Frieengineering International Ltda |
| Bloco W – Sociedade Imobiliária, S.A. | Fundo de Invest. Imobiliário Imosedo |
| Boavista Shopping Centre BV | Fundo I.I. Parque Dom Pedro Shop.Center |
| BQM MOMENTO – Comércio Retalhista, S.A. | Fundo Invest.Imob.Shopp. Parque D.Pedro |
| Canasta – Empreendimentos Imobiliários, S.A. | Gaiashopping I – Centro Comercial, S.A. |
| Carnes do Continente – Ind.Distr.Carnes, S.A. | Gaiashopping II – Centro Comercial, S.A. |
| Casa Agrícola de Ambrães, S.A. | GHP GmbH |
| Casa da Ribeira – Hotelaria e Turismo, S.A. | Gli Orsi Shopping Centre 1 Srl |
| Cascaishopping – Centro Comercial, S.A. | Glunz AG |
| Cascaishopping Holding I, SGPS, S.A. | Glunz Service GmbH |
| CCCCB Caldas da Rainha - Centro Comercial,S.A. | Glunz UK Holdings Ltd |
| Centro Colombo – Centro Comercial, S.A. | Glunz Uka GmbH |
| Centro Residencial da Maia,Urban., S.A. | GMET, ACE |
| Centro Vasco da Gama – Centro Comercial, S.A. | Golf Time – Golfe e Invest. Turísticos, S.A. |
| Change, SGPS, S.A. | Guimarãesshopping – Centro Comercial, S.A. |
| Chão Verde – Soc.Gestora Imobiliária, S.A. | Harvey Dos Iberica, S.L. |
| Cinclus Imobiliária, S.A. | Herco Consultoria de Riscos e Corretora de Seguros Ltda |
| Citorres – Sociedade Imobiliária, S.A. | HighDome PCC Limited |
| Coimbrashopping – Centro Comercial, S.A. | Iberian Assets, S.A. |
| Colombo Towers Holding, BV | Igimo – Sociedade Imobiliária, S.A. |
| Contacto Concessões, SGPS, S.A. | Iginha – Sociedade Imobiliária, S.A. |
| Contibomba – Comérc.Distr.Combustíveis, S.A. | Imoareia – Invest. Turísticos, SGPS, S.A. |
| Contimobe – Imobil.Castelo Paiva, S.A. | Imobiliária da Caceia, S.A. |
| Continente Hipermercados, S.A. | Imoclub – Serviços Imobiliários, S.A. |
| Contry Club da Maia-Imobiliaria, S.A. | Imoconti – Soc.Imobiliária, S.A. |
| Cooper Gay Swett & Crawford Lt | Imodivor – Sociedade Imobiliária, S.A. |
| Craiova Mall BV | Imoestrutura – Soc.Imobiliária, S.A. |
| Cronosaúde – Gestão Hospitalar, S.A. | Imoferro – Soc.Imobiliária, S.A. |

Empresas do Grupo Sonae/Efanor (cont.)

| | |
|---|---|
| Imohotel – Emp.Turist.Imobiliários, S.A. | Modalfa – Comércio e Serviços, S.A. |
| Imomuro – Sociedade Imobiliária, S.A. | MODALLOOP – Vestuário e Calçado, S.A. |
| Imopenínsula – Sociedade Imobiliária, S.A. | Modelo – Dist.de Mat. de Construção, S.A. |
| Imoplamac Gestão de Imóveis, S.A. | Modelo Continente Hipermercados, S.A. |
| Imoponte – Soc.Imobiliária, S.A. | Modelo Continente Intenational Trade, S.A. |
| Imoresort – Sociedade Imobiliária, S.A. | Modelo Hiper Imobiliária, S.A. |
| Imoresultado – Soc.Imobiliária, S.A. | Modelo.com – Vendas p/Correspond., S.A. |
| Imosedas – Imobiliária e Serviços, S.A. | Modus Faciendi - Gestão e Serviços, S.A. |
| Imosistema – Sociedade Imobiliária, S.A. | Movelpartes – Comp.para Ind.Mobiliária, S.A. |
| Imosonae II | Movimento Viagens – Viag. e Turismo U.Lda |
| Impaper Europe GmbH & Co. KG | Mundo Vip – Operadores Turísticos, S.A. |
| Implantação – Imobiliária, S.A. | Munster Arkaden, BV |
| Infocfield – Informática, S.A. | Norscut – Concessionária de Scut Interior Norte, S.A. |
| Infratroia, EM | Norteshopping – Centro Comercial, S.A. |
| Inparsa – Gestão Galeria Comercial, S.A. | Norteshopping Retail and Leisure Centre, BV |
| Inparvi SGPS, S.A. | Nova Equador Internacional,Ag.Viag.T, Ld |
| Integrum - Energia, S.A. | Nova Equador P.C.O. e Eventos |
| Integrum Colombo Energia, S.A. | Operscut – Operação e Manutenção de Auto-estradas, S.A. |
| Interlog – SGPS, S.A. | OSB Deustchland GmbH |
| Investalentejo, SGPS, S.A. | PantheonPlaza BV |
| Invsaude – Gestão Hospitalar, S.A. | Paracentro – Gest.de Galerias Com., S.A. |
| Ioannina Development of Shopping Centres, S.A. | Pareuro, BV |
| Isoroy SAS | Park Avenue Develop. of Shop. Centers S.A. |
| La Farga – Shopping Center, SL | Parque Atlântico Shopping – C.C., S.A. |
| Laminate Park GmbH Co. KG | Parque D. Pedro 1 B.V. |
| Larim Corretora de Resseguros Ltda | Parque D. Pedro 2 B.V. |
| Larissa Develop. Of Shopping Centers, S.A. | Parque de Famalicão – Empr. Imob., S.A. |
| Lazam – MDS Corretora e Administradora de Seguros, S.A. | Parque Principado SL |
| LCC LeiriaShopping Centro Comercial S.A. | Pátio Boavista Shopping Ltda. |
| Le Terrazze - Shopping Centre 1 Srl | Pátio Campinas Shopping Ltda |
| Libra Serviços, Lda. | Pátio Goiânia Shopping Ltda |
| Lidergraf – Artes Gráficas, Lda. | Pátio Londrina Empreend. e Particip. Ltda |
| Loop5 Shopping Centre GmbH | Pátio Penha Shopping Ltda. |
| Loureshopping – Centro Comercial, S.A. | Pátio São Bernardo Shopping Ltda |
| Luz del Tajo – Centro Comercial S.A. | Pátio Sertório Shopping Ltda |
| Luz del Tajo B.V. | Pátio Uberlândia Shopping Ltda |
| Madeirashopping – Centro Comercial, S.A. | Peixes do Continente – Ind.Dist.Peixes, S.A. |
| Maiashopping – Centro Comercial, S.A. | Pharmacconcept – Atividades em Saúde, S.A. |
| Maiequipa – Gestão Florestal, S.A. | PHARMACONTINENTE – Saúde e Higiene, S.A. |
| Marcas do Mundo – Viag. e Turismo Unip, Lda | PJP – Equipamento de Refrigeração, Lda |
| Marcas MC, ZRT | Plaza Éboli B.V. |
| Marina de Tróia S.A. | Plaza Éboli – Centro Comercial S.A. |
| Marinamagic – Expl.Cent.Lúdicos Marít, Lda | Plaza Mayor Holding, SGPS, S.A. |
| Marmagno – Expl.Hoteleira Imob., S.A. | Plaza Mayor Parque de Ócio BV |
| Martimope – Sociedade Imobiliária, S.A. | Plaza Mayor Parque de Ócio, S.A. |
| Marvero – Expl.Hoteleira Imob., S.A. | Plaza Mayor Shopping BV |
| MDS Affinity - Sociedade de Mediação, Lda | Plaza Mayor Shopping, S.A. |
| MDS Consultores, S.A. | Ploi Mall BV |
| MDS Corretor de Seguros, S.A. | Plysorol, BV |
| MDS Malta Holding Limited | Poliface North America |
| MDS SGPS, S.A. | POLINSUR – Mediação de seguros, LDA |
| MDSAUTO - Mediação de Seguros, S.A. | PORTCC - Portimãoshopping Centro Comercial, S.A. |
| Megantic BV | Porturbe – Edifícios e Urbanizações, S.A. |
| Miral Administração e Corretagem de Seguros Ltda | Praedium – Serviços, S.A. |
| MJLF – Empreendimentos Imobiliários, S.A. | Praedium II – Imobiliária, S.A. |
| Mlearning - Mds Knowledge Centre, Unip, Lda | Praedium SGPS, S.A. |

Empresas do Grupo Sonae/Efanor (cont.)

| | |
|---|--|
| Predicomercial – Promoção Imobiliária, S.A. | SCS Beheer, BV |
| Prédios Privados Imobiliária, S.A. | Selfrio, SGPS, S.A. |
| Predisedas – Predial das Sedas, S.A. | Selifa – Empreendimentos Imobiliários, S.A. |
| Pridelease Investments, Ltd | Sempre à Mão – Sociedade Imobiliária, S.A. |
| Proj. Sierra Germany 4 (four) – Sh.C.GmbH | Sempre a Postos – Produtos Alimentares e Utilidades, Lda |
| Proj.Sierra Germany 2 (two) – Sh.C.GmbH | SERENITAS-SOC.MEDIAÇÃO SEG.LDA |
| Proj.Sierra Germany 3 (three) – Sh.C.GmbH | Serra Shopping – Centro Comercial, S.A. |
| Proj.Sierra Italy 1 – Shop.Centre Srl | Sesagest – Proj.Gestão Imobiliária, S.A. |
| Proj.Sierra Italy 2 – Dev. Of Sh.C.Srl | Sete e Meio – Invest. Consultadoria, S.A. |
| Proj.Sierra Italy 3 – Shop. Centre Srl | Sete e Meio Herdades – Inv. Agr. e Tur., S.A. |
| Proj.Sierra Italy 5 – Dev. Of Sh.C.Srl | Shopping Centre Parque Principado B.V. |
| Proj.Sierra Portugal VIII – C.Comerc., S.A. | Shopping Penha B.V. |
| Project 4, Srl | Siaf – Soc.Iniciat.Aprov.Florestais - Energia, S.A. |
| Project SC 1 BV | SIAL Participações Ltda |
| Project SC 2 BV | Sierra Asset Management – Gest. Activos, S.A. |
| Project Sierra 2 B.V. | Sierra Berlin Holding BV |
| Project Sierra 6 BV | Sierra Central S.A.S |
| Project Sierra 7 BV | Sierra Charagionis Develop.Sh. Centre S.A. |
| Project Sierra 8 BV | Sierra Charagionis Propert.Management S.A. |
| Project Sierra 9 BV | Sierra Corporate Services – Ap.Gestão, S.A. |
| Project Sierra Brazil 1 B.V. | Sierra Corporate Services Holland, BV |
| Project Sierra Charagionis 1 S.A. | Sierra Develop.Iberia 1, Prom.Imob., S.A. |
| Project Sierra Four, S.A. | Sierra Development of Shopping Centres Greece, S.A. |
| Project Sierra Germany Shop. Center 1 BV | Sierra Developments – Serv. Prom.Imob., S.A. |
| Project Sierra Germany Shop. Center 2 BV | Sierra Developments Germany GmbH |
| Project Sierra Spain 1 B.V. | Sierra Developments Holding B.V. |
| Project Sierra Spain 2 – Centro Comer. S.A. | Sierra Developments Italy S.r.l. |
| Project Sierra Spain 2 B.V. | Sierra Developments Romania, Srl |
| Project Sierra Spain 3 – Centro Comer. S.A. | Sierra Developments Spain – Prom.C.Com.SL |
| Project Sierra Spain 3 B.V. | Sierra Developments, SGPS, S.A. |
| Project Sierra Spain 6 B.V. | Sierra Enplanta Ltda |
| Project Sierra Spain 7 – Centro Comer. S.A. | Sierra European R.R.E. Assets Hold. B.V. |
| Project Sierra Spain 7 B.V. | Sierra GP Limited |
| Project Sierra Three Srl | Sierra Investimentos Brasil Ltda |
| Project Sierra Two Srl | Sierra Investments (Holland) 1 B.V. |
| Promessa Sociedade Imobiliária, S.A. | Sierra Investments (Holland) 2 B.V. |
| Prosa – Produtos e serviços agrícolas, S.A. | Sierra Investments Holding B.V. |
| Puravida – Viagens e Turismo, S.A. | Sierra Investments SGPS, S.A. |
| Quorum Corretora de seguros LT | Sierra Italy Holding B.V. |
| Racionaliz. y Manufact.Florestales, S.A. | Sierra Management Germany GmbH |
| RASO - Viagens e Turismo, S.A. | Sierra Management Greece S.A. |
| RASO, SGPS, S.A. | Sierra Management Italy S.r.l. |
| Rio Sul – Centro Comercial, S.A. | Sierra Management Portugal – Gest. CC, S.A. |
| River Plaza Mall, Srl | Sierra Management Romania, Srl |
| River Plaza, BV | Sierra Management Spain – Gestión C.Com.S.A. |
| Rochester Real Estate, Limited | Sierra Management, SGPS, S.A. |
| RSI Corretora de Seguros Ltda | SII – Soberana Invest. Imobiliários, S.A. |
| S.C. Microcom Doi Srl | SIRS – Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A. |
| Saúde Atlântica – Gestão Hospitalar, S.A. | Sistavac – Sist.Aquecimento,V.Ar C., S.A. |
| SC – Consultadoria, S.A. | SKK – Central de Distr., S.A. |
| SC – Eng. e promoção imobiliária,SGPS, S.A. | SKK SRL |
| SC Aegean B.V. | SKKFOR – Ser. For. e Desen. de Recursos |
| SC Assets SGPS, S.A. | Sociedade de Construções do Chile, S.A. |
| SC Finance BV | Société de Tranchage Isoroy S.A.S. |
| SC Mediterraneum Cosmos B.V. | Socjofra – Sociedade Imobiliária, S.A. |
| SC, SGPS, S.A. | Sociloures – Soc.Imobiliária, S.A. |

Empresas do Grupo Sonae/Efanor (cont.)

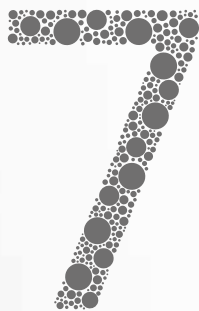
| | |
|--|--|
| Soconstrução BV | Spred, SGPS, S.A. |
| Sodesa, S.A. | Stinnes Holz GmbH |
| Soflorin, BV | Tableros Tradema, S.L. |
| Soira - Soc.Imobiliária de Ramalde, S.A. | Tafiber,Tableros de Fibras Ibéricas, SL |
| Solinca - Eventos e Catering, S.A. | Tafibra Polska Sp.z.o.o. |
| Solinca - Health and Fitness, S.A. | Tafibra South Africa |
| Solinca - Investimentos Turísticos, S.A. | Tafibra Suisse, S.A. |
| Solinfitness - Club Malaga, S.L. | Tafisa - Tableros de Fibras, S.A. |
| Solingen Shopping Center GmbH | Tafisa Canadá Societé en Commandite |
| Soltroia - Imob.de Urb.Turismo de Tróia, S.A. | Tafisa France, S.A. |
| Somit Imobiliária | Tafisa UK, Ltd |
| SONAE - Specialized Retail, SGPS, S.A. | Taiber,Tableros Aglomerados Ibéricos, SL |
| Sonae Capital Brasil, Lda | Tarkett Agepan Laminare Flooring SCS |
| Sonae Capital,SGPS, S.A. | Tecmasa Recicladados de Andalucia, SL |
| Sonae Center II S.A. | Terra Nossa Corretora de Seguros Ltda |
| Sonae Center Serviços, S.A. | Têxtil do Marco, S.A. |
| Sonae Ind., Prod. e Com.Deriv.Madeira, S.A. | Tlantic Portugal - Sist. de Informação, S.A. |
| Sonae Indústria - SGPS, S.A. | Tlantic Sistemas de Informação Ltdª |
| Sonae Industria de Revestimentos, S.A. | Todos os Dias - Com.Ret.Expl.C.Comer., S.A. |
| Sonae Indústria Manag. Serv, S.A. | Tool GmbH |
| Sonae Investimentos, SGPS, S.A. | Torre Ocidente Imobiliária, S.A. |
| Sonae Investments, BV | Torre São Gabriel - Imobiliária, S.A. |
| Sonae Novobord (PTY) Ltd | TP - Sociedade Térmica, S.A. |
| Sonae RE, S.A. | Troia Market, S.A. |
| Sonae Retalho Espana - Servicios Gen., S.A. | Tróia Natura, S.A. |
| Sonae SGPS, S.A. | Troiareort - Investimentos Turísticos, S.A. |
| Sonae Sierra Brasil S.A. | Troiaverde - Expl.Hoteleira Imob., S.A. |
| Sonae Sierra Brazil B.V. | Tulipamar - Expl.Hoteleira Imob., S.A. |
| Sonae Sierra, SGPS, S.A. | Unishopping Administradora Ltda. |
| Sonae Tafibra Benelux, BV | Unishopping Consultoria Imob. Ltda. |
| Sonae Turismo - SGPS, S.A. | Urbisedas - Imobiliária das Sedas, S.A. |
| Sonae UK, Ltd. | Valecenter Srl |
| Sonaegest - Soc.Gest.Fundos Investimentos | Valor N, S.A. |
| SONAEMC - Modelo Continente, SGPS, S.A. | Vastgoed One - Sociedade Imobiliária, S.A. |
| Sondis Imobiliária, S.A. | Vastgoed Sun - Sociedade Imobiliária, S.A. |
| Sontel BV | Via Catarina - Centro Comercial, S.A. |
| Sontur BV | Viajens y Turismo de Geotur España, S.L. |
| Sonvecap BV | Vistas do Freixo, S.A. |
| Sopair, S.A. | Vuelta Omega, S.L. |
| Sotáqua - Soc. de Empreendimentos Turist | Weierstadt Shopping BV |
| Spanboard Products, Ltd | World Trade Center Porto, S.A. |
| SPF - Sierra Portugal Real Estate, Sarl | Worten - Equipamento para o Lar, S.A. |
| Spinarq - Engenharia, Energia e Ambiente, S.A. | Worten Canárias, SL |
| Spinveste - Gestão Imobiliária SGII, S.A. | Worten España, S.A. |
| Spinveste - Promoção Imobiliária, S.A. | ZIPPY - Comércio e Distribuição, S.A. |
| Sport Retalho España - Servicios Gen., S.A. | ZIPPY - Comercio y Distribución, S.A. |
| Sport Zone - Comércio Art.Desporto, S.A. | Zippy Turquia |
| Sport Zone - Turquia | Zubiarte Inversiones Inmobiliarias, S.A. |
| Sport Zone Canárias, SL | ZYEVOLUTION-Invest.Desenv,S.A.. |
| Sport Zone España-Com.Art.de Deporte,S.A. | |

Empresas do Grupo FT

| | |
|------------------------------|----------------------|
| Atlas Services Belgium, S.A. | France Télécom, S.A. |
|------------------------------|----------------------|

Esta página foi intencionalmente deixada em branco.





DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO
ARTº 245, 1, AL.C) DO CÓDIGO
DE VALORES MOBILIÁRIOS



7 DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO ARTº 245, 1, AL.C) DO CÓDIGO DE VALORES MOBILIÁRIOS



Os signatários individualmente declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento foram elaborados em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, do ativo e do passivo, da situação financeira e do resultado consolidado e individual do emitente e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do emitente e das empresas incluídas no perímetro da consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão

António Sampaio e Mello

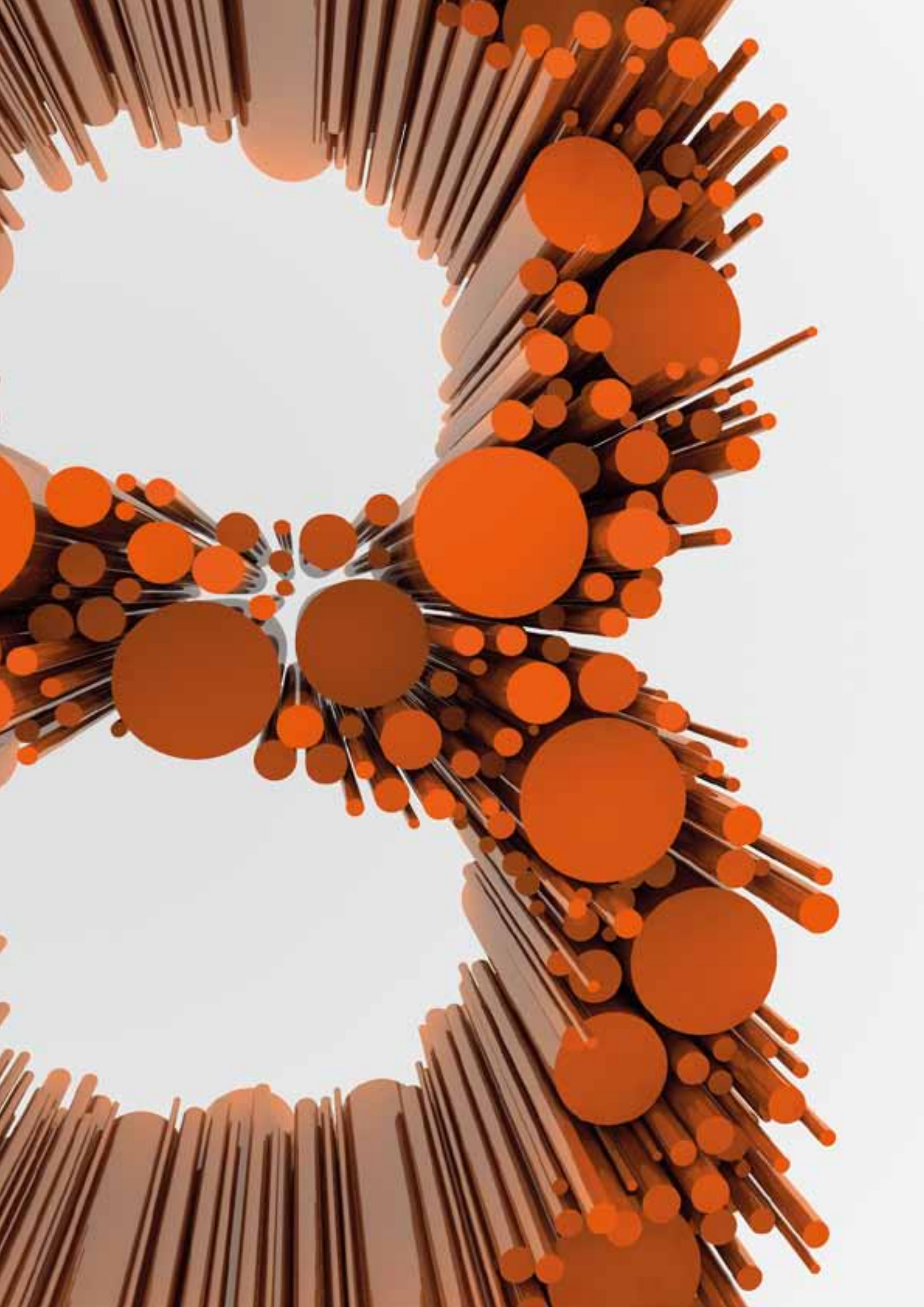
Gervais Gilles Pellissier

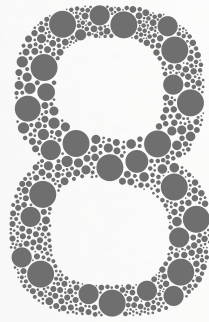
David Charles Denholm Hobley

Jean-François René Pontal

Frank Emmanuel Dangeard

Esta página foi intencionalmente deixada em branco.





*CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS
E RELATÓRIO DE AUDITORIA*





Deloitte & Associados, SADC E.A.
 inscrição na DRCC nº 41
 Registo nº 34444 nº 231

Bem-vindos Todos Contas
 Praça do Bom Sucesso, 61 - 12.^o
 4150-148 Porto
 Portugal

Tel: +351 225 490 300
 Fax: +351 225 490 380
www.deloitte.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e o Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 da SONAECOM, S.G.P.S., S.A. ("Empresa"), as quais compreendem os Balanços consolidado e individual em 31 de Dezembro de 2011 (que evidenciam um activo total de 2.019.788.170 Euros e 1.708.512.292 Euros, respectivamente e um capital próprio consolidado e individual de 1.021.396.891 Euros e 1.248.787.258 Euros, respectivamente, incluindo um resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas da Empresa de 62.520.591 Euros e um resultado líquido individual negativo de 7.960.682 Euros), as Demonstrações consolidadas e individuais dos Resultados por Naturezas, do Rendimento Integral, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas e individuais que apresentem de forma verdadeira e aporvelada a posição financeira da Empresa e do conjunto das empresas incluídas na consolidação, os resultados e o rendimento integral consolidados e individuais das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e individual e os seus fluxos de caixa consolidados e individuais; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade da Empresa e do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados e rendimento integral.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas e individuais estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação, a aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas e individuais, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

A Deloitte & Associados, SADC E.A. é uma sociedade limitada com sede em Lisboa, inscrita no Registo Nacional das Actividades Económicas sob o número 34444 nº 231 e inscrita no Registo das Sociedades Comerciais sob o número 34444 nº 231.

Deloitte & Associados, SADC E.A. é uma sociedade limitada com sede em Lisboa, inscrita no Registo Nacional das Actividades Económicas sob o número 34444 nº 231 e inscrita no Registo das Sociedades Comerciais sob o número 34444 nº 231.

Member of Deloitte Touche Tohmatsu Limited

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrito na OROCC nº 47
Registo na CRRM nº 231

Página 2 de 2

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas e individuais referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada e individual da SONAE/COM, S.G.P.S., S.A. em 31 de Dezembro de 2011, os resultados e o rendimento integral consolidado e individual das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e individual e os seus fluxos de caixa consolidados e individuais no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia e a informação nela constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

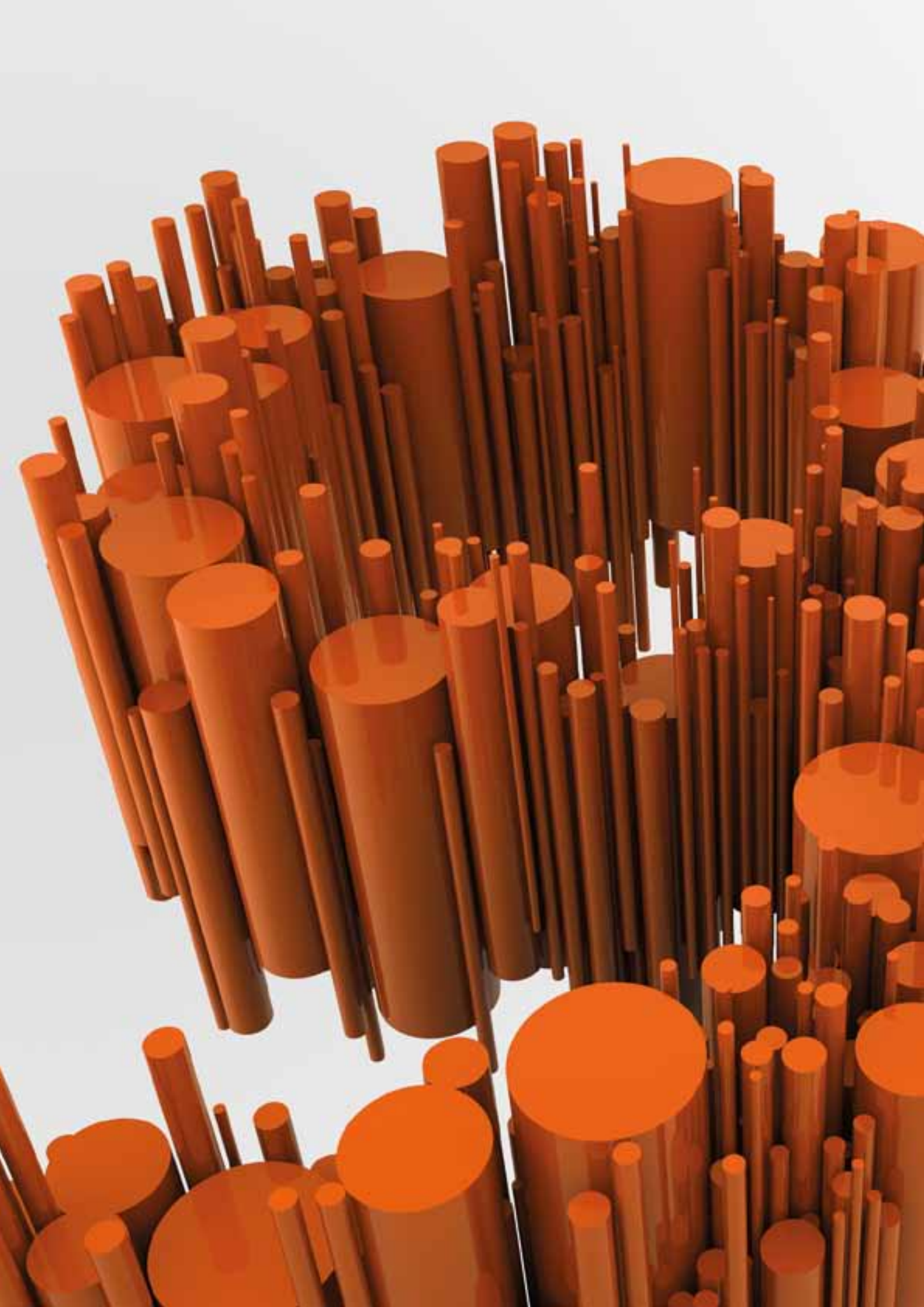
Relato sobre outros requisitos legais

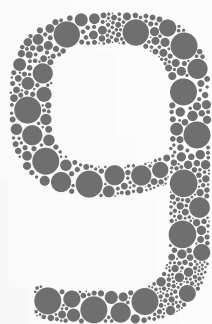
6. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas e individuais do exercício e o Relatório do Governo das Sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Porto, 7 de Março de 2012



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por António Manuel Martins Amarel





*RELATÓRIO E PARECER
DO CONSELHO FISCAL*



Relatório e Parecer do Conselho Fiscal da Sonaecom, SGPS, SA

Aos Senhores Acionistas

1 – Relatório

1.1 - Introdução

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis e de acordo com os termos do mandato que nos foi conferido, o Conselho Fiscal emite o presente relatório sobre a acção fiscalizadora desenvolvida e, bem assim, o parecer sobre o relatório de gestão e demais documentos de prestação de contas individuais e consolidadas da Sonaecom SGPS, SA, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

1.2 – Fiscalização

O Conselho Fiscal, no decurso do exercício em apreço, acompanhou nos termos da sua competência a gestão da sociedade e das suas participadas, analisou com a extensão aconselhável a evolução dos negócios, a regularidade dos registos contabilísticos, a qualidade do processo de preparação e divulgação da informação financeira e das respectivas políticas contabilísticas e critérios valorimétricos e, bem assim, a observância dos normativos legais e estatutários.

Para o efeito, o Conselho Fiscal efectuou reuniões com a frequência adequada, nas quais, contou com a presença da Administração, de responsáveis operacionais das áreas financeira, da contabilidade, de auditoria interna e gestão de risco e do revisor oficial de contas e auditor externo. Adicionalmente, o Conselho Fiscal participou na reunião do Conselho de Administração que aprovou o relatório de gestão e as contas do exercício.

O Conselho Fiscal analisou e avaliou a eficácia dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno, tendo apreciado o planeamento e os resultados da actividade dos auditores interno e externo. Em particular, o Conselho Fiscal analisou e avaliou o processo de controlo interno e de gestão de riscos do grupo relativamente ao processo de elaboração das contas consolidadas.

O Conselho Fiscal analisou com particular atenção o tratamento contabilístico das operações que, materialmente, influenciaram o desenvolvimento da actividade expressa nas demonstrações financeiras em apreço e exerceu as suas competências quanto às qualificações e independência do auditor externo.

No decurso dos exercícios de 2010 e 2011, o Conselho Fiscal acompanhou um processo alargado de selecção para a contratação e nomeação do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, para o mandato correspondente ao quadriénio de 2012 a 2015, tendo, em consequência das suas conclusões, formulado uma proposta de eleição que será apresentada à Assembleia Geral Anual.

No âmbito das suas atribuições, o Conselho Fiscal examinou o relatório de gestão e demais documentos de prestação de contas individuais e consolidadas, preparadas pelo Conselho de Administração, considerando que a informação divulgada satisfaz as normas legais em vigor e é apropriada para a compreensão da posição financeira e dos resultados da sociedade e do universo de consolidação, e procedeu à apreciação da certificação legal das contas e relatório de auditoria, emitido pelo revisor oficial de contas que mereceu o seu acordo.

2 – Parecer

Em face do exposto, o Conselho Fiscal é de opinião que estão reunidas as condições para que a Assembleia Geral aprove:

- O relatório de gestão, as demonstrações da posição financeira, individual e consolidada, em 31 de Dezembro de 2011, as demonstrações individuais e consolidadas dos resultados por natureza, as demonstrações consolidadas e individuais do rendimento integral, as demonstrações consolidadas e individuais das alterações do capital próprio e as demonstrações consolidadas e individuais dos fluxos de caixa e os correspondentes anexos;
- A proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

3 – Declaração de responsabilidade

De acordo com o disposto no art. 8º, nº 1, alínea a) do Regulamento da CMVM nº 5 / 2006 e nos termos previstos na alínea c) do nº 1 do art.º 245º do Código de Valores Mobiliários informamos que, tanto quanto é do nosso conhecimento, a informação constante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Sonaecom, SGPS, SA e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição

financeira da Sonaecon, SGPS, SA e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se deparam. Mais se declara que o relatório sobre o governo das sociedades cumpre o disposto no art. 245-A do Código dos Valores Mobiliários.

Maia, 12 de Março de 2012

O Conselho Fiscal



Arlindo Dias Duarte Silva




Óscar José Alçada da Quinta



Armando Luis Vieira de Magalhães





10

GLOSSÁRIO



10 GLOSSÁRIO

| | |
|--------------------------|---|
| 3G | Termo utilizado para descrever uma geração de sistemas de comunicações móveis que surgiu após a segunda geração (2G), rede móvel de GSM. Trata-se de uma evolução nas comunicações, baseada na substituição de circuitos por redes de banda larga móveis de alta velocidade, em que os dados são transmitidos em pacotes. |
| ADSL | <i>Asymmetric Digital Subscriber Line</i> – trata-se da tecnologia de transmissão assimétrica amplamente utilizada dentro da família xDSL. Uma ligação ADSL fornece um canal de receção de comunicações de alta velocidade e um canal de envio de comunicações de velocidade mais baixa, além do serviço telefónico convencional, na gama de baixas frequências e uma tecnologia de modem que converte as linhas telefónicas de par entrançado em linhas digitais de alta velocidade para, por exemplo, acesso rápido à Internet. |
| B2B | <i>Business-to-Business</i> – uma forma de identificar o mercado (eletrónico ou não) de transações entre duas empresas. |
| Backbone | Conjunto de circuitos, maioritariamente de alta velocidade, que formam os segmentos principais de uma rede de comunicações, aos quais os elementos secundários se encontram ligados. |
| BSC | Controlador de Central – o BSC é responsável pela gestão dos recursos de rádio de uma ou mais BTSs, em todos os aspetos. O BSC estabelece ainda a ligação entre a central móvel e o MSC. |
| Centrais | Centrais telefónicas locais (detidas em Portugal pela PT), utilizadas para executar a desagregação local de lacetes. |
| Churn de clientes | Número de clientes que desistem de um serviço durante um determinado período de tempo. |
| Femtocell | Um pequena estação-base da rede móvel, tipicamente concebida para uso residencial ou em pequenos negócios. Permite a ligação à rede do prestador de serviços através de uma ligação fixa de banda larga (tal como FTTH, xDSL ou cabo), possibilitando menor utilização de recursos da rede móvel. Uma <i>femtocell</i> permite ainda aos operadores estender a cobertura dentro de edifícios, especialmente em zonas de acesso via rádio limitado ou não disponível. |
| FWA | <i>Fixed Wireless Access</i> – tecnologia rádio de acesso fixo que permite aos operadores fornecer aos seus clientes uma ligação direta à sua rede de telecomunicações, através de uma ligação fixa de rádio, das instalações do cliente até à central local do operador, em vez de uma ligação por fio de cobre ou fibra ótica. |
| Gigabit Ethernet | Transmissão de dados através de tecnologia <i>Ethernet</i> , com velocidades até 1000 Mbps. O termo <i>Ethernet</i> refere-se ao tipo de cabo e ao modo de acesso à rede. Trata-se da rede local mais frequentemente utilizada em empresas. Suporta várias velocidades de comunicação, consoante o padrão de <i>Ethernet</i> utilizado. |
| GPRS | <i>General Packet Radio Service</i> – evolução dos sistema GSM, baseada na permuta de pacotes, que permite velocidades de transmissão até 115 Kbps. |
| GPS | <i>Global Positioning System</i> – sistema de posicionamento global, via satélite. |
| GSM | <i>Global Standard for Mobile Communications</i> – padrão utilizado em sistemas digitais de comunicações móveis 2G, que especifica a forma como os dados são codificados e transferidos através do espectro. |
| HSDPA | <i>High-Speed Downlink Packet Access over W-CDMA networks</i> – tecnologia que melhora a taxa de transferência de dados UMTS, sendo por isso também referida como geração três e meio (3.5G). |
| HSUPA | <i>High-Speed Uplink Packet Access over W-CDMA networks</i> – uma tecnologia semelhante à HSDPA, mas relativa ao envio de informação do terminal móvel para a rede ("upload"), que melhora a taxa de transferência de dados UMTS. A curto/médio prazo, a taxa de transferência do envio deverá ser inferior à da receção. |
| IMS | <i>IP Multimedia Subsystem</i> – uma arquitetura de sistemas direcionada para a entrega de serviços multimédia via internet protocol (IP) a utilizadores móveis. |
| ISP | <i>Internet Service Provider</i> – fornecedor de acesso à Internet. |
| IVR | <i>Interactive voice response</i> – uma tecnologia que permite a um computador detetar voz e sinais telefónicos no decorrer de uma chamada telefónica, possibilitando respostas automáticas através de mensagens áudio pré-gravadas ou geradas dinamicamente, permitindo, por exemplo, direcionar os utilizadores para a melhor forma de prosseguir o contacto. A tecnologia IVR é muito utilizada no setor das telecomunicações, nomeadamente nas linhas de apoio a clientes. |
| Kbps | Unidade de medição da velocidade de transmissão de informação digital, que corresponde a 1024 bits por segundo. |
| Mega/Mbps | Unidade de medição da velocidade de transmissão de informação digital, que corresponde a 1024 Kbps. |
| MMS | <i>Multimédia Messaging Service</i> – serviço de mensagens multimédia que combina texto, imagem e som, operacional em redes GPRS e 3G. |
| MPEG | Sistemas de codificação e de compressão aprovadas pelo <i>moving picture experts group</i> . |
| MSC | <i>Mobile Switching Centres</i> – centros de controlo e de comutação, uma das componentes-chave de uma rede GSM, que atuam como nós de interligação entre a rede de rádio e os restantes tipos de rede de um operador móvel. |
| MVNO | <i>Mobile Virtual Network Operator</i> – operador móvel sem rede de telecomunicações própria, prestando serviços através da utilização da rede de um operador tradicional. |
| Nodos-B | Elemento básico de transmissão de uma rede UMTS. |
| PSTN | <i>Public Switched Telephone Network</i> – conjunto de infraestruturas de telecomunicações que permite o estabelecimento de ligações analógicas entre terminais, para suportar uma ampla gama de serviços de telecomunicações, como telefone e videoconferência. |
| SHDSL | <i>Symmetric High-Bit-Rate Digital Subscriber Line</i> – permite uma comunicação bidirecional com velocidades mais elevadas, usando um par entrançado de fios de cobre (por outras palavras, um cabo telefónico normal), mesmo a grandes distâncias. |
| SMS | <i>Short Messaging Service</i> – serviço destinado à troca de mensagens de texto em redes móveis. |
| TDT | Televisão Digital Terrestre. |
| TTM | Tarifas de Terminação Móvel - tarifas cobradas pelos operadores móveis a outros operadores para terminação de chamadas na sua rede. |
| Triple Play | Oferta integrada de serviços de voz, internet e televisão. |

| | |
|--------------|---|
| SOHO | <i>Small Offices, Home Offices</i> - um segmento do mercado empresarial correspondente às pequenas empresas e negócios. |
| ULL | <i>Unbundling of the Local Loop</i> - opção de rede de acesso que envolve a desagregação do lacete local para a prestação de serviços aos clientes finais. O ULL permite aos operadores alternativos o acesso ao lacete local de cobre detido pelo operador incumbente. |
| UMTS | <i>Universal Mobile Telecommunications System</i> - um dos sistemas de comunicações móveis de terceira geração utilizados, nomeadamente na Europa, integrando uma família mais alargada (IMT-2000). |
| VoIP | <i>Voice over IP</i> - tecnologia que permite a conversão de sinais áudio analógicos em sinais digitais, que são depois transmitidos através da Internet e reconvertidos em sinais analógicos. A combinação de dados e voz num único canal encoraja a criação de serviços de comunicação com possibilidades que vão para além da chamada telefonia. |
| Wi-Fi | Um tipo de tecnologia sem fios, cuja marca é detido pela <i>Wi-Fi Alliance</i> , que promove determinados <i>standards</i> com o objetivo de melhorar a interoperabilidade dos produtos e serviços de redes locais sem fios. |

Esta página foi intencionalmente deixada em branco.

Advertências

Este documento pode conter informações e indicações futuras, baseadas em expectativas atuais ou em opiniões da gestão. Indicações futuras são indicações que não são fatos históricos.

Estas indicações futuras estão sujeitas a um conjunto de fatores e de incertezas que poderão fazer com que os resultados reais difiram materialmente daqueles mencionados como indicações futuras, incluindo, mas não limitados, a alterações na regulação, setor das telecomunicações, condições económicas e alterações da concorrência. Indicações futuras podem ser identificados por palavras tais como "acredita", "espera", "antecipa", "projeta", "pretende", "procura", "estima", "futuro" ou expressões semelhantes.

Embora estas indicações reflitam as nossas expectativas atuais, as quais acreditamos serem razoáveis, os investidores e analistas, e em geral todos os destinatários deste documento, são advertidos de que as informações e indicações futuras estão sujeitas a vários riscos e incertezas, muitos dos quais difíceis de antecipar e para além do nosso controlo, e que poderão fazer com que os resultados e os desenvolvimentos difiram materialmente daqueles mencionados em, ou subentendidos, ou projetados pelas informações e indicações futuras. Todos são advertidos a não dar uma inapropriada importância às informações e indicações futuras. Nós não assumimos nenhuma obrigação de atualizar qualquer informação ou indicação futura.

Relatório disponível no sítio na internet da Sonaecom: www.sonae.com

Contatos para os Media e Investidores

Isabel Borgas
Diretora de Comunicação
isabel.borgas@sonae.com
Tel: 351 93 100 20 20

Carlos Silva
Diretor de Relações com Investidores
carlos.alberto.silva@sonae.com
Tel: 351 93 100 24 44

Sonaecom SGPS, SA

Rua Henrique Pousão, 432 – 7^o
4460-191 Senhora da Hora
Portugal

A Sonaecom, SGPS, está admitida à negociação na *Euronext Stock Exchange*.

Informação sobre a sociedade pode também ser consultada na *Reuters* através do símbolo "SNC.LS" e na *Bloomberg* através do símbolo "SNC:PL".

Esta página foi intencionalmente deixada em branco.